

UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**ENCONTROS E CONFRONTOS NA FRÁGUA:
IGREJA, ESQUERDAS E MILITARES EM VOLTA REDONDA
(1967-1979)**

Paulo Célio Soares

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**ENCONTROS E CONFRONTOS NA FRÁGUA: IGREJA,
ESQUERDAS E MILITARES EM VOLTA REDONDA (1967-1979)**

PAULO CÉLIO SOARES

Sob orientação do Professor Doutor

Alexandre Fortes

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

Seropédica, abril de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S676e Soares, Paulo Célio, 1971-
Encontros e confrontos na frágua: Igreja,
esquerdas e militares em Volta Redonda (1967-1979) /
Paulo Célio Soares. - Muriaé, 2019.
231 f.

Orientador: Alexandre Fortes. Tese (Doutorado). -
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pós
Graduação em História, 2019.

1. Diocese de Barra do Pirai - Volta Redonda. 2.
Esquerdas. 3. Ditadura Militar. 4. Dom Waldyr
Calheiros. I. Fortes, Alexandre, 1966-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós
Graduação em História III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

PAULO CÉLIO SOARES

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

TESE APROVADA EM 15/04/2019

Alexandre Fortes, UFRRJ
Orientador

Jean Rodrigues Sales, UFRRJ

Pedro Henrique Pedreira Campos, UFRRJ

Dulce Pandolfi

Raphael Jonathas da Costa Lima, UFF

Dedico a Alexandra, Gabriela e Isabela,
Minha família e resumo de minha vida!
Agradeço a Deus por compartilhar a vida com pessoas
tão especiais!

Aprendizagem no vento

O vendaval findou.
Agora é só o vento
soprando a sua ferocidade
mais fria do que a pele
enrijecida e azulada
dos operários fuzilados.

O vendaval findou.
Agora é só o vento cotidiano,
implacavelmente morno, hálito podre.
É com ele que se tem de aprender
a lição do revés, vida vivida.

Dos tantos que saíram,
poucos, muito poucos, se reencontrarão
um dia, tomara, naquilo que foram
ou que não puderam ser.
Por enquanto, a cordilheira transposta,
o que se alteia
é o desvario da boca,
é cada vez mais o muro
entre a boca e a mão.

Aos que sonhavam mesmo, vendo o claro,
e que puderam permanecer
no coração ardente da sombra,
cabe o labor maior da aprendizagem.
É aprender com tudo o que foi feito
e também com tudo que deixou de ser feito,
como rasgar o caminho da esperança
que lateja, que lateja,
na frágua da paciência operária.

O vendaval findou. Telhados ocios
não poderão servir de abrigo a pássaros.

Thiago de Mello

A todos operários de aço dessa frágua que doaram suas vidas pelas vidas dos outros

AGRADECIMENTOS

Agradecer é gratidão, essência da vida. É o reconhecimento a todos que me acompanharam e estimularam a concluir essa tese.

Agradeço de forma especial a minha família, minha esposa Alexandra e minhas filhas Isabela e Gabriela, meus irmãos e irmãs que estiveram presentes em todos os momentos, luz do meu caminho.

Agradeço, de forma particular, ao meu orientador, Prof. Dr. Alexandre Fortes, pela compreensão e generosidade que o fazem uma grande pessoa, conduzindo com rigor e competência esse trabalho.

Meus agradecimentos a todos os amigos, especialmente Luís Henrique, Hugo, Paulo Sérgio e padre Flávio, meus amigos do UGB, professores e alunos, e a todos que colaboraram direta e indiretamente com esse trabalho, indicando bibliografias e caminhos a serem seguidos.

Agradeço a todos que me concederam entrevistas valiosas, especialmente Marlene Fernandes, Edgard Bedê, Lincoln Botelho, Cida Diogo, Elvi Vasconcelos, Braitto, Eloá Jane, Nilo Sérgio Gomes, José Geraldo, Jessie Jane e Colombo, sem os quais seria impossível realizar esse trabalho.

Agradeço ainda aos envolvidos nos trabalhos do CEMESF e da CMV, especialmente Alex Martins, Ana Paula Poll e Alejandra Estevez, que disponibilizaram materiais e muita vontade de ajudar.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

A todos muito obrigado!

RESUMO

SOARES, Paulo Célio. **Encontros e confrontos na frágua: Igreja, esquerdas e militares em Volta Redonda (1967-1979)**. 2019. 301p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

Esta tese discute as relações estabelecidas entre a Igreja Católica, grupos de políticos das esquerdas e militares na cidade de Volta Redonda entre 1967 a 1979, durante a ditadura militar. Nesse período a Igreja local, de acordo com as orientações do Concílio Vaticano II (1962-65) e da Conferência Episcopal de Medellín (1968), e ancorada na Teologia da Libertação, desenvolveu uma ativa política de defesa dos direitos humanos, colocando-se contra as arbitrariedades cometidas pela ditadura e aproximando-se de grupos opositores do regime. Essa posição política, iniciada no bispado de Dom Waldyr em 1966, desencadeou uma intensa repressão dos militares contra a Igreja e grupos opositores locais. Essa tese objetiva discutir as transformações na atuação interna e externa da diocese, a partir do bispado de Dom Waldyr Calheiros (1966), centradas na luta contra a ditadura militar e nas novas relações estabelecidas com grupos opositores, além de analisar as relações, linhas de contato e militância estabelecidas entre a Diocese e esses grupos, inclusive organizações das esquerdas revolucionárias, bem como analisar a repressão política contra a Igreja e as esquerdas neste contexto. Para analisar essas complexas relações, nos servimos do referencial gramsciano, com os conceitos de hegemonia, Estado, sociedade civil, sociedade política e ideologia. A pesquisa empírica foi realizada com fontes primárias depositadas nos Arquivos da Diocese de Barra do Piraí- Volta Redonda; no APERJ- Arquivo Público do Rio de Janeiro-APERJ, no AN- Arquivo Nacional e no CEMESF, Centro de Memória do Sul Fluminense (IHS-UFF), que contém os arquivos da Comissão Municipal da Verdade, composto por entrevistas e depoimentos dos indivíduos atingidos pela repressão política e seus familiares. Além das fontes elencadas acima, utilizamos também a história oral, com entrevistas abertas com indivíduos que tiveram uma atuação destacada em todo esse processo. Esta tese contribui para a compreensão do papel da Igreja de Volta Redonda no processo político de resistência contra a ditadura e na luta pela democracia, além de fornecer elementos para uma análise das relações da Igreja e esquerdas no Brasil na ditadura militar, suas aproximações e confrontos. Ela abre também novas lentes de análise sobre a atuação da Igreja local, destacando a figura do bispo Dom Waldyr, e suas relações com setores das esquerdas e opositores da ditadura.

Palavras Chaves: Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda. Esquerdas. Dom Waldyr Calheiros.

ABSTRACT

SOARES, Paulo Célio. Encounters and confrontations in the forge: Church, lefts and military in Volta Redonda. Dissertation (Doctorate in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

This dissertation discusses the relations established between the Catholic Church, political groups of the left and military in the city of Volta Redonda between 1967 and 1979, during the military dictatorship. In this period the local Church, in accordance with the guidelines of the Second Vatican Council (1962-65) and the Episcopal Conference of Medellín (1968), and anchored in Liberation Theology, developed an active policy of defending human rights, against the arbitrariness committed by the dictatorship and approaching opposition groups of the regime. This political position, initiated in the bishopric of Dom Waldyr in 1966, triggered an intense repression of the military against the Church and local opposition groups. This thesis aims to discuss the transformations in the internal and external performance of the diocese, from the bishopric of Dom Waldyr Calheiros (1966), centered in the struggle against the military dictatorship and in the new relations established with opponents groups, besides analyzing the relations, lines of contact and militancy established between the Diocese and these groups, including revolutionary leftist organizations, as well as analyzing political repression against the Church and the leftists in this context. To analyze these complex relationships, we use the Gramscian referential, with the concepts of hegemony, State, civil society, political society and ideology. Empirical research was carried out with primary sources deposited in the Archives of the Diocese of Barra do Piraí- Volta Redonda; in APERJ- Public Archive of Rio de Janeiro-APERJ, in the AN- National Archive and in the CEMESF, Center of Memory of the South Fluminense (ICHS-UFF), which contain the archives of the Municipal Commission of Truth, composed of interviews and testimonies of individuals affected by political repression and their families. In addition to the sources listed above, we also use oral history, with open interviews with individuals who have had an outstanding performance throughout this process. This thesis contributes to the understanding of the role of the Church of Volta Redonda in the political process of resistance against the dictatorship and in the struggle for democracy, as well as providing elements for an analysis of the Church's relations and left in Brazil in the military dictatorship, its approaches and confrontations. It also opens new lenses of analysis on the work of the local Church, highlighting the figure of Bishop Dom Waldyr, and his relations with sectors of the left and opponents of the dictatorship.

Keywords: Diocese of Barra do Piraí-Volta Redonda. Left. Bishop Waldyr Calheiros.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa
AC- Ação Católica
ACB-Ação Católica Brasileira
ACO-Ação Católica Operária
ADESG - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADIs- Áreas de Defesa Interna
AEMEG-Associação dos Estudantes de Medicina do Estado da Guanabara
AMAN-Academia Militar das Agulhas Negras
AMORJ-Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro
AN – Arquivo Nacional
AP-Ação Popular
APML- Ação Popular Marxista-Leninista
ALN-Aliança Libertadora Nacional
ALERJ-Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
ASI- Assessoria de Informação
AV-PC do B- Ala Vermelha PC do B
BIB- Batalhão de Infantaria Blindada
BIMtz - Batalhão de Infantaria Motorizada
BNH - Banco Nacional de Habitação
CBA- Comitê Brasileiro pela Anistia
CEB´s- Comunidades Eclesiais de Base
CEBI-Centro de Estudos Bíblicos
CECISA - Imobiliária Santa Cecília
CEP-Centro Estadual dos Professores
CELAM- Conselho Episcopal Latino Americano
CEI- Centro de Informação do Exército
CEMESF-Centro de Memória do Sul Fluminense
CENIMAR- Centro de Informações da Marinha
CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina
CEV- Comissão Estadual da Verdade
CGT- Comando Geral de Trabalhadores
CJP- Comissão de Justiça e Paz
CLASC- Conferência Latino-Americana de Sindicatos Cristãos
CISA- Centro de Informação da Aeronáutica
CISC- Confederação Internacional de Sindicatos Cristãos
CMV- Comissão Municipal da Verdade
CNBB-Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE-Conselho Nacional de Economia
CNE-Conselho Nacional da Indústria
CNV - Comissão Nacional da Verdade
CO- Círculo Operário
COBRAPI- Companhia Brasileira de Projetos Industriais
COHAB- VR - Companhia Habitacional de Volta Redonda
COLINAS-Comandos de Libertação Nacional
CONDI- Conselho de Defesa Interna
CORRENTE- Corrente Revolucionária de Minas Gerais
CPC-Centro de Cultura Popular
CRB- Conferência dos Religiosos do Brasil

CS- Convergência Socialista
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
DCE- Diretório Central de Estudantes
DI-GB- Dissidência Comunista da Guanabara
DGIE- Departamento Geral de Investigações Especiais,
DOI-CODI- Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS- Departamento de Ordem Política e Social
DPPs-Departamento de Polícia Política e Segurança
DSI- Doutrina Social da Igreja
DSU-Departamento de Segurança da Usina
DVP-Dissidência VAR-Palmares
ETPC-Escola Técnica Pandiá Calógeras
ESG-Escola Superior de Guerra
FCP - Fundação Casa Popular
FERP- Fundação Educacional Rosemar Pimentel
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIESP-Federação das Indústrias de São Paulo
FOA- Fundação Osvaldo Aranha
GB- Guanabara
GSIS - Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica
IAB- Instituto dos Arquitetos do Brasil
IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensão da Indústria
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAD-Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBRADES- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social
IC- Igreja Católica
ICAR- Igreja Católica Apostólica Romana
IDT- Instituto Diocesano de Teologia
IPES - Instituto Pesquisas Especiais para a Sociedade
IPM- Inquérito Policial Militar
IPPU - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
IRA-Exército Republicano Irlandês
ISEB- Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JAC- Juventude Agrária Católica
JEC- Juventude Estudantil Católica
JOC- Juventude Operária Católica
JUC- Juventude Universitária Católica
JUDICA- Juventude Diocesana Católica
LIBELU- Liberdade e Luta
LOC- Liga Operária Católica
MCC- Movimento Contra a Carestia
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MEB- Movimento de Educação de Base
MEP- Movimento de Emancipação do Proletariado
MIR- Movimento de Isquerda Revolucionária
MMM- Movimento Mundo Melhor
MR-8 –Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MNR –Movimento Nacionalista Revolucionário
MOLIPO- Movimento de Libertação Popular

MRT– Movimento Revolucionário Tiradentes
MRM– Movimento Revolucionário Marxista
OAB- Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN- Operação Bandeirantes
OCML-POLOP- Organização de Combate Marxista Leninista- Política Operária
ORM-PO- Organização Revolucionária Marxista Política Operária
OSM- Oposição Sindical Metalúrgica
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PC - Partido Comunista
PCB- Partido Comunista Brasileiro
PCBR- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PCUS- Partido Comunista da União Soviética
PDS - Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PO-Pastoral Operária
POC-Partido Operário Camponês
POLOP- Política Operária
PORT- Partido Operário Revolucionário dos Trabalhadores
PST- Partido Socialista dos Trabalhadores
PSTU- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
MDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMVR-Prefeitura Municipal de Volta Redonda
PRC- Partido Revolucionário Comunista
PRT-Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSB- Partido Socialista Brasileiro
PT- Partido dos Trabalhadores
PTB- Partido Trabalhista Brasileiro
PUC - Pontifícia Universidade Católica
RTGV- Recreio do Trabalhador Getúlio Vargas
SAAE-VR-Serviço Autônomo da água e Esgoto de Volta Redonda
SADIS- Subáreas de Defesa Interna
SBPC-Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SOBEU- Sociedade Barra-mansense de Ensino Superior
SIE- Setor Regional de Investigações Especiais
SNI-Sistema Nacional de Informação
SOM- Superintendência de Oficinas Mecânicas
SISSEGIN- Sistema de Segurança Interna
SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC-Superintendência de Moeda e Crédito
TdL-Teologia da Libertação
TFP-Tradição, Família e Propriedade
UBM-Centro Universitário de Barra Mansa
UDN-União Democrática Nacional
UFF-Universidade Federal Fluminense
UJP-União da Juventude Patriótica
UNE-União Nacional dos Estudantes
UPV- Usina Presidente Vargas
VPR- Vanguarda Popular Revolucionária
ZDI- Zona de Defesa Interna

SUMÁRIO

Capítulo I: A Igreja e as esquerdas: do confronto ao diálogo.....	20
1.1 Introdução.....	20
1.2. Igreja e Estado no Brasil: breve histórico.....	20
1.3. Igreja e Estado na ditadura militar.....	27
1.4. A Igreja e o golpe civil- militar.....	32
1.5. O golpe civil-militar na cidade do aço.....	34
1.6. A pluralidade das esquerdas.....	36
1.7. Uma difícil relação.....	38
1.8. A Esquerda Católica: o caminho do diálogo.....	43
1.9. Esquerdas e Igreja se aproximam.....	47
1.10. Igreja e sociedade civil.....	49
1.11. Transformações na Igreja: Vaticano II, Medellín e a Teologia da Libertação.....	53
1.12. A configuração urbana de Volta Redonda.....	58
1.13. Igreja de Volta Redonda e Dom Waldyr.....	61
1.14. Juventude Diocesana: o primeiro confronto da Igreja com os militares.....	67
Capítulo II: As esquerdas e a Igreja nos ‘anos de chumbo’.....	72
2.1. Introdução.....	72
2.2. As esquerdas brasileiras.....	72
2.3. As esquerdas nos ‘anos de chumbo’ em Volta Redonda.....	75
2.4. O 1º BIB: a força repressora na região.....	86
2.5. A repressão contra a Igreja.....	91
2.6. A Operação Gaiola e os impactos do AI-5.....	97
2.7. O ‘IPM das Torturas’ e o ‘IPM das Subversões’.....	100
2.8. A articulação da Frente Operária.....	116
2.9. A morte dos soldados no 1º BIB.....	132
2.10. Uma rede de solidariedade.....	135
Capítulo III- As relações esquerdas e Igreja na ‘abertura política’.....	140
3.1. Introdução.....	140
3.2. A atuação das esquerdas nos anos de 1970 em Volta Redonda.....	143
3.3. O crescimento das periferias na cidade.....	149
3.4. A organização das CEB’s nas periferias.....	153
3.5. A atuação dos padres-operários.....	157
3.6. Volta Redonda: Área de Segurança Nacional.....	160
3.7. As lutas continuam.....	162
3.8. A repressão também.....	164
3.9. Esquerdas, Igreja e Movimentos Sociais.....	170
3.10. Igreja e lutas sociais.....	178
3.12. A luta política de Rosalice Fernandes.....	183
3.13. O casal Jessie Jane- Colombo e e sua relação com a Igreja.....	190
3.14. A organização da Oposição Sindical Metalúrgica.....	195
Conclusão.....	201
1. Fontes primárias consultadas.....	205
2. Referências Bibliográficas.....	209

Introdução

Esta tese discute as relações estabelecidas entre a Igreja Católica¹ representada pela Diocese de Barra do Pirai -Volta Redonda², grupos das esquerdas³ e militares na cidade de Volta Redonda entre 1967 a 1979. Esse período foi marcado pela repressão política da ditadura militar e por uma crescente abertura da Igreja em relação às questões sociais em consonância com as transformações preconizadas pelo Concílio Vaticano II (1962-65).

Discutiremos as transformações ocorridas na atuação externa da diocese a partir do bispado de Dom Waldyr Calheiros e analisaremos as relações e linhas de contato estabelecidas entre grupos de esquerdas e setores do clero, pastorais e grupos da base da Igreja, além da repressão política contra esses grupos em Volta Redonda no período recortado.

Esta Diocese divide-se em quatro regiões pastorais com suas realidades e problemáticas específicas, a saber: Barra do Pirai, Barra Mansa, Volta Redonda e Resende. Esta tese focará especificamente a região de Volta Redonda, sede episcopal e centro político-econômico regional, no qual os atritos entre a Igreja e os militares foram acirrados e ganharam repercussão local e nacional. Esclarecemos que essa diocese se apresentará nessa tese tanto quanto a instituição representativa da Igreja Católica na região, como seus organismos internos, pastorais e comunidades. Esse esclarecimento se faz necessário devido à complexidade dessa Igreja Particular⁴, que não se apresenta monolítica nessa tese.

Destacamos que o recorte cronológico de 1967-1979 foi determinado pelo objeto que pretendemos estudar, mostrando-se pertinente. Essa delimitação possibilita amplo campo de análise, correspondendo à fase inicial do bispado de Dom Waldyr Calheiros à frente dessa diocese (1966-2000), quando se formou sua base de atuação marcada pela implementação das mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II, reforçadas pela Conferência Episcopal de Medellín (1968) e pela Teologia da Libertação⁵. Dom Waldyr nessa fase implantou transformações na organização interna da Diocese e pautou sua atuação externa pela defesa dos direitos humanos, alinhando-se à ‘Esquerda Católica’ e ao ‘cristianismo da libertação’. Esse marco cronológico demarca um período de agudas tensões delimitado por dois momentos distintos: de um lado, em 1967, o início do bispado de Dom Waldyr Calheiros e os primeiros atritos com os militares e, por outro lado, em 1979, a reorganização da sociedade civil com a articulação de novos movimentos políticos e sociais na cidade como a OSM- Oposição Sindical

¹ Utilizaremos os termos Igreja ou IC- Igreja Católica ou ICAR- Igreja Católica Apostólica Romana, para nos referirmos à totalidade dessa instituição e seus componentes, bispos, padres, religiosos, leigos, compreendendo elementos nacionais e internacionais, nos contextos internos e externos, além de suas diversas pastorais e movimentos.

² Nesta tese a Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda também será nomeada Diocese.

³ Utilizaremos o termo ‘esquerdas’ para nos referirmos à pluralidade e multiplicidades desse campo político, que possui um conjunto de tradições diversificadas. Reis (In Fortes, 2005: 174) destaca cinco tradições das esquerdas no Brasil: a comunista, a do catolicismo e suas variantes (popular, revolucionário e social), do socialismo democrático, a anarquista e a nacional-estatista.

⁴ Este termo refere-se a uma diocese ou Igreja local. De acordo com os critérios organizacionais da Igreja Católica cada diocese é autônoma, significando uma totalidade eclesial na qual se fazem presentes as funções essenciais da Igreja e o magistério apostólico, representado pelo bispo. Disponível em [HTTPS//veritatis.com.br](https://veritatis.com.br). Acesso em 18/10/2018.

⁵ Essa corrente teológica originou-se na América Latina no final da década de 1960 defendendo um engajamento político dos cristãos nas lutas sociais buscando uma ‘transformação’ política, econômica e social para atender aos interesses dos mais ‘pobres’. Essa teologia influenciou decisivamente os movimentos de renovação pastoral, principalmente as CEB’s, em toda a América Latina. Latourelle e Frischella (1994).

Metalúrgica e o PT- Partidos dos Trabalhadores, além de um arrefecimento das perseguições à Igreja local.

A Diocese possui a particularidade de ter sido o polo inicial da indústria de base no ramo siderúrgico no Brasil, a partir dos anos 1940, com a implantação da CSN. A cidade-operária de Volta Redonda, concebida no modelo de ‘company-town’ (Mangabeira, 1993), constituiu-se sob influência do Estado e forte presença da CSN, que estabeleceu um rígido trabalho de disciplinamento de seus operários, uma ativa intervenção em sua vida social, política e cultural, além do controle de sindicatos (Morel, 1989 e Pimenta, 1988). Essas políticas encontraram respaldo da Igreja Católica que atuava como um importante elo da ‘família siderúrgica’⁶ em estreita ligação com os poderes políticos e militares locais (Soares, 2001).

Por conta de ser uma cidade operária com um forte Sindicato dos Metalúrgicos⁷, Volta Redonda foi prioridade para ação do PCB e do PTB desde a década de 1950 (Bedê, 2010). A Igreja combatia esses grupos e atuava no campo sindical principalmente a partir dos Círculos Operários. Souza (1991) destaca que essas organizações foram uma tentativa de a Igreja monopolizar o movimento operário na cidade, contrapondo-se ao Sindicato.

Essa situação permaneceu inalterada até 1966, quando Dom Waldyr Calheiros assumiu a diocese e implantou novos rumos para sua pastoral e atuação política. Em seu bispado, operou-se uma mudança substantiva em relação a sua prática anterior convertendo-se em uma das primeiras dioceses brasileiras a implantar o novo projeto pastoral proposto pelo Vaticano II. A Igreja de Volta Redonda inscreveu-se em um conjunto de Igrejas particulares da América Latina, que nos anos de 1960 pautou sua atuação tendo como referência o ‘cristianismo da libertação’, desenvolvendo um ativo trabalho na defesa dos direitos humanos, na luta pela redemocratização e no apoio aos movimentos sociais em uma cidade operária onde o poder estatal exerceu uma forte presença (Morel, 1989).

A Diocese foi uma das pioneiras na implantação do modelo de ‘Paróquia Única’ em 1969 e na organização das CEB’s, Comunidades Eclesiais de Base (Soares, 2009). Essas comunidades, nos anos de 1970, tornaram-se veículos de organização na luta contra a ditadura e pela retomada dos espaços populares, como veremos adiante.

Esse processo de construção apresentou dificuldades, pois as mudanças preconizadas por Dom Waldyr não agradaram a setores do clero, de fiéis locais, e as forças políticas e militares da região. Internamente, foram travadas disputas com setores conservadores e o bispo tornou-se alvo de críticas, boicotes, disputas, denúncias, acusações de ‘subversão’ e ‘comunismo’.

Com relação aos militares e grupos conservadores, os posicionamentos políticos de Dom Waldyr provocaram inúmeros conflitos. No primeiro deles a prisão de militantes da JUDICA-Juventude Diocesana Católica, tornou Dom Waldyr um dos primeiros bispos brasileiros a se confrontar diretamente com os militares (Serbin, 2001). Os atritos se sucederam com a prisão de diocesanos, instauração de IPMs, invasões domiciliares, torturas, participação de membros da JOC em uma Frente Operária formada com grupos de esquerda, a morte de quatro soldados sob tortura, etc.

Nos anos de 1970, a diocese organizou-se prioritariamente nas periferias urbanas que cresciam alimentadas pelo fim dos ciclos de expansão da CSN, pelos imigrantes atraídos pelo sonho de uma vida melhor na ‘cidade do aço’ e pelos operários demitidos dessa empresa e suas famílias. A Diocese atuou na formação de diversos grupos de reflexão que originaram

⁶ Esta é uma expressão utilizada pela Companhia Siderúrgica Nacional em suas publicações para se referir ao conjunto de seus empregados, inclusive seus familiares. Morel (1989) faz uma ótima análise dos mecanismos de dominação presentes à construção do mito da ‘família siderúrgica’.

⁷ O nome oficial desta entidade classista é Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, de Material Eletrônico e de Informática de Barra Mansa, Volta Redonda, Resende, Itatiaia e Quatis e será denominado nessa tese como Sindicato dos Metalúrgicos ou simplesmente Sindicato.

CEB's e garantiram suporte para a formação de associações de moradores e comissões populares, que lutaram por reivindicações coletivas que incluíam saneamento básico, luz, asfalto, escola, creches e outros equipamentos urbanos.

Essas comunidades representaram uma nova forma da Igreja atuar e se encontraram com outros movimentos organizados da sociedade, inclusive no espaço partidário, dialogando com diversos grupos de esquerda e fortalecendo as lutas pela redemocratização na cidade. Elas se envolveram no Movimento Contra a Carestia, Movimento pela Anistia Política e importantes mobilizações grevistas, como a greve dos peões e greve dos professores, ambas em 1979. Todas essas questões serão discutidas nesta tese.

No tocante à construção teórica, dialogamos com autores que analisaram a relação Estado-Igreja no Brasil, particularmente na ditadura militar e finalmente seus desdobramentos no recorte regional. Os brasilianistas Bruneau, Skidmore, Mainwaring, discutiram as relações da Igreja com o Estado brasileiro com um viés analítico centrado na história política, privilegiando a abordagem da construção de uma 'Igreja Popular' que se opôs de maneira sistemática à ditadura principalmente depois de 1968. Esses autores reforçaram a tese da maioria dos pesquisadores de que setores majoritários dessa instituição apoiaram o golpe civil-militar de 1964 temerários do 'avanço comunista', mas a partir de 1968, com intensificação da repressão política e das agressões aos direitos humanos, passaram a criticar a ditadura. Bruneau (1974) afirma que a Igreja não teve um papel de ação direta entre os principais agentes do golpe militar de 1964. De acordo com Skidmore (1988a e 1988b), depois de 1968 tornou-se um ator relevante no campo da oposição.

Os enfrentamentos de Dom Waldyr com os militares foram descritos por Serbin (2001), Costa, Pandolfi e Serbin (2001) e Salém (1992), bem como os artigos que produzimos sobre a diocese local (Soares 2009 e 2012). Obras de Monteiro (1995), Fonseca e Veiga (1990), Souza (1992), Moreira (2000), e Lima (2010), que apresentou uma análise da produção historiográfica sobre a cidade, discutiram aspectos relevantes da cidade e da CSN nesse período, também foram fontes para a feitura dessa análise. Bedê (2010) analisou o processo de formação da classe operária em Volta Redonda e atuação das esquerdas na cidade nas décadas de 1950 e 1960, particularmente no Sindicato dos Metalúrgicos.

Outro eixo recaiu no panorama da diocese de Volta Redonda no período pesquisado. Para tanto nos pautamos nas obras de Souza (1992) que discutiu aspectos significativos da cidade nesse período e de Jessie Jane Vieira de Souza (1991), que analisou a relação dos Círculos Operários com a CSN. Pimenta (1988), Lask (1991) Morel (1989) discutiram o processo de 'disciplinamento' do operário realizado pela CSN enfocando também a participação da Igreja nesse processo.

Sobre a questão do Vaticano II e suas interpretações optamos pela análise de Paiva (1985) e Azzi (2006) que discutiram esse Concílio como uma estratégia política da Igreja de recuperar seu espaço em um mundo laicizado marcado pela secularização e pluralismo. O 'aggiornamento' do Vaticano II é apontado como uma iniciativa da Igreja Romana de se relacionar com a complexidade do mundo moderno. De acordo com Paiva (1985), posição com a qual nos corroboramos, o Vaticano II foi uma estratégia de atuação da Igreja para remontar sua área de influência.

Essa tese se dedica a discutir as relações entre Igreja, militares e esquerdas durante a ditadura militar, analisando essa problemática a partir de um lugar social privilegiado, a diocese de Volta Redonda, local onde essas relações atingiram um ponto crítico com diversos episódios que se desdobraram em batalhas jurídicas, espionagens, interrogatórios, demissões, prisões arbitrárias, sessões de torturas, etc.

A Diocese, sob comando de Dom Waldyr, adotou uma posição de vanguarda sendo uma das primeiras do país a se confrontar com os militares (Serbin, 2001). Setores da Igreja local, militantes e grupos de sua base (JOC, Judica, etc.) mantiveram uma estreita ligação com

opositores do regime, apoiando grupos de esquerda, presos e perseguidos políticos, tornando-se uma das mais atuantes do país nestas questões.

Esta vinculação entre Igreja e esquerdas não ocorreu por acaso, pois naquela conjuntura repressiva, a Igreja foi o canal cuja legitimidade não poderia ser questionada pelo Estado e por onde fluíram as demandas dos opositores (Skidmore, 1988a). Volta Redonda era um importante centro operário (Monteiro, 1995) e abrigou células de organizações clandestinas das esquerdas, que estabeleceram redes de contatos e de militância com pastorais e grupos da Igreja local, com apoio de católicos e do bispo.

Esse processo político se operou também em diferentes graus em outras dioceses brasileiras, sobretudo naquelas lideradas por bispos ligados ao clero progressista, como São Paulo, Vitória, Recife, etc. Em Volta Redonda atingiu um elevado grau de enfrentamento com os militares e de articulação com os grupos das esquerdas.

Em minha formação política, ao longo dos anos oitenta, vivenciei a articulação das CEB's locais com os grupos de esquerda e os movimentos sociais da cidade. Me formei politicamente em um momento de efervescência política na cidade, período de intensas mobilizações sociais e sindicais. Participei de uma comunidade de base, no bairro Mariana Torres, na periferia norte da cidade, da pastoral da juventude e da JOC. Essas experiências marcaram minha trajetória de vida e minha identidade política enquanto cristão comprometido com as lutas sociais. Elas me estimularam a buscar movimentos fora da Igreja, nos quais pudesse exercitar minha consciência política e cidadania.

Como tantos outros militantes cristãos, fui desafiado a me engajar numa experiência política em que pudesse exercitar meus valores cristãos. Nas lutas políticas, participei de associações de moradores e do movimento estudantil. Essa militância foi possível no campo político das esquerdas. Sem me ligar organicamente a nenhum grupo político de esquerda, dialoguei com essas organizações, tomando consciência de seu papel político na cidade e nas mobilizações sociais e sindicais. O interesse pelo tema discutido nessa tese se articula diretamente a essa minha experiência, que enxerga nessa ligação entre Igreja e esquerdas, uma consequência dos valores cristãos de justiça e equidade social.

As pesquisas acadêmicas não avaliaram as conexões entre a Igreja e as esquerdas. Essas análises apresentam conclusões parciais e limitadas, pois ignoraram a ação das esquerdas, ressaltando o protagonismo da Igreja. É necessário problematizar essa questão destacando o papel das esquerdas e suas articulações com a Igreja e os movimentos sociais locais.

Essa tese lança esclarecimentos sobre a ampla repressão militar estabelecida nesse pedaço do estado do Rio de Janeiro contra a Igreja e grupos opositores da ditadura. Abordamos também como essa Igreja enfrentou os ataques dos militares, ocorrida via imprensa, prisões, indiciamentos, torturas e arranjos institucionais que tentavam intimidar e incriminá-lo, bem como ao conjunto da Igreja diocesana.

A amplitude das fontes pesquisadas nos possibilitou outra contribuição desta tese, a de posicionar Dom Waldyr como um ágil articulador político, atuando em diversas frentes, 'intra' e 'extra' eclesialmente. Essa análise perpassa a estrutura eclesial em nível diocesano e interdiocesano, pois ele mobilizou seus pares e a CNBB, seu conjunto e direção executiva, articulando uma rede de solidariedade que se contrapôs à ofensiva orquestrada pelos militares. No campo interno, o bispo unificou os discursos e práticas políticas e no campo externo, atuou tanto nos bastidores, costurando apoios políticos e acordos, como nos holofotes, denunciando publicamente as arbitrariedades dos militares na região, ganhando expressão na opinião pública nacional.

Todas essas questões foram aprofundadas ao longo da pesquisa e se relevaram esclarecedoras para uma coerente análise histórica e compreensão da contribuição da Igreja de Volta Redonda para o processo político de resistência e luta pela democracia no Brasil. Essa tese abre as lentes de análise sobre a atuação da Igreja local para além de sua contribuição

política na luta contra a ditadura, dimensionando suas relações com setores grupos das esquerdas.

As pesquisas empíricas mostraram que havia uma forte articulação da diocese local com setores das esquerdas. O período recortado em nosso projeto foi um momento de grande tensão haja vista que o bispo, membros do clero e militantes das pastorais católicas sofreram perseguições dos militares por conta de sua atuação social e de suas ligações com esses grupos. A reconstrução desses episódios e o esclarecimento dessas questões também são contribuições relevantes dessa tese, sobretudo para os militantes da Igreja local, dos movimentos sociais, sindicais e das esquerdas que sofreram essas arbitrariedades da ditadura.

Para analisar as complexas relações entre Igreja e Estado e esquerdas na Ditadura Militar, utilizarei conceitos gramscianos de bloco histórico, hegemonia, Estado, sociedade civil, sociedade política, ideologia. Aprofundaremos esse modelo ao longo do primeiro capítulo.

Nossa pesquisa se realizou por meio da análise das fontes primárias da diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, depositadas na Cúria Diocesana local, das fontes militares depositadas no Arquivo Nacional, no Aperj e nos projetos digitais Memórias Reveladas e Arquivo BNM digital, bem como a análise dos depoimentos e documentos recolhidos pela Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros, reunidos no CEMESF- Centro de Memória do Sul Fluminense Genival da Silva, além das entrevistas que realizamos com militantes sociais, lideranças políticas, sindicais e eclesiais.

O confronto desses documentos nos permitiram identificar os vínculos estabelecidos entre a Igreja e os grupos de esquerdas locais nas diversas fases discutidas nessa tese, bem como a repressão militar contra esses atores sociais. Todos os depoimentos, entrevistas e fontes estão devidamente listados no final da tese nos itens correspondentes.

A análise do acervo da diocese composto por relatórios, cartas, boletins informativos, autos teatrais, ofícios, e outros documentos, nos permitiram a construção de um quadro panorâmico da atuação da Igreja no período recortado, bem como de suas tensas relações com os militares e sua proximidade com os grupos de esquerda. As tensões internas do clero acerca dos posicionamentos pastorais e políticos da diocese também foram alvo de nossa análise.

Procedendo a discussão dessas fontes, analisamos também a rede de espionagem montada pelos agentes da repressão contra a diocese nos final dos anos de 1960 e na década de 1970, a partir da análise das fontes militares, compostas por ofícios, relatórios, prontuários, IPMs, comunicados, entre outros, depositados no Arquivo Nacional (RJ) e no Arquivo Público do Rio de Janeiro (RJ), que contêm o acervo dos extintos DPPS e DOPS, dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, fundidos em 1976, e do atual estado do Rio de Janeiro. Parte dessas fontes militares também está disponível nos acervos digitais do CEMESF e parcela menor encontra-se nos projetos digitais BNM e Memórias Reveladas. Essas fontes foram analisadas cuidadosamente pois trazem informações carregadas de juízo de valor, preconceitos e acusações contra os opositores.

Essas fontes também puderam ser acessadas pelos arquivos do CEMESF- Centro de Memória do Sul Fluminense, ligado ao ICHS-UFF, campus Volta Redonda, disponíveis em site próprio, contendo documentação digitalizada que inclui os arquivos de diversas instituições de pesquisa (Aperj, AN), da Cúria Diocesana e arquivos particulares, além das fontes levantadas pela CMV- Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros.

Essa Comissão da Verdade foi criada em 2013 com a Lei Municipal 4.945/2013, e funcionou até setembro de 2015, com o objetivo de descortinar a repressão política e a violação dos direitos humanos na região no período compreendido entre 1964 e 1988. A instalação dessa comissão se articulou com a edição da Lei de Acesso à Informação, em vigor desde maio de 2012, e a criação da Comissão Nacional da Verdade nesse mesmo ano. Esses eventos assinalaram uma nova fase nas pesquisas envolvendo a ditadura militar, pois permitiram a

reconstrução das narrativas e histórias da repressão e dos atentados aos direitos humanos no Brasil, que por muito tempo constituíram-se como ‘páginas em branco’ da história do país.

A CMV desenvolveu um importante trabalho em sintonia com a CEV e CNV, desempenhando um importante papel na reconstrução da memória social sobre a repressão política e a resistência à ditadura militar na região. Fatos até então desconhecidos, como a organização de uma célula do ‘Grupo dos Onze’ (1964), a organização de uma célula da AP (1968), e a atuação de militantes das esquerdas na região, questão que apenas suspeitávamos até então, além da organização da Frente Operária (1970) com a participação de militantes da JOC e de organizações das esquerdas revolucionárias, vieram à tona, fruto do profundo e perspicaz trabalho desta comissão, especialmente de seu pesquisador, professor e doutor em História, Edgard Bedê, pelo qual nutrimos especial admiração, que com seu afinco e competência, se debruçou e descobriu todas essas questões que estavam recolhidas nos ‘porões da repressão’ e nos corações dos envolvidos, que tiveram a coragem de relatá-las para o bem da história de nosso país e da luta pelos direitos civis, políticos e sociais.

Tive a oportunidade de acompanhar os trabalhos dessa comissão ao mesmo tempo em que iniciava minhas pesquisas do doutorado que se conclui nessa tese. Em diversos depoimentos que acompanhei na sede da OAB local e nas audiências públicas, pude vivenciar ‘in loco’ as revelações que se faziam, recolhidas cuidadosamente por Edgard Bedê, pesquisador da CMV.

Essa comissão reuniu mais de noventa depoimentos de personagens envolvidos direta ou indiretamente, no caso dos parentes próximos cujos protagonistas já haviam falecido, nesses dramáticos episódios ocorridos entre 1964 e 1988. Como não esquecer a fala embargada, os olhos lacrimejando ou a explosão do choro dos depoentes ao rememorar fatos e situações que não gostariam de ter vivido, que corroem as memórias, mas que não se arrependem de tê-las vivido por conta de suas opções políticas. Emocionante, libelo para a construção de um país democrático.

O acesso a esses depoimentos, disponibilizados pelos pesquisadores da CMV, foi fundamental para o desenvolvimento dessa tese. Dentro da problemática de minha pesquisa, selecionei os depoimentos mais significativos, personagens diversos que me permitiram uma análise de todos esses fatos, abrindo as lentes de análise, discutindo questões que, por falta de espaço e abordagens diferenciadas, não couberam no amplo e minucioso Relatório Final da CMV.

Os jornais regionais e nacionais encontrados na Cúria Diocesana, no AN, na Hemeroteca Digital e os arquivos do jornal ‘Opção’, o único que possui um acervo contínuo e preservado do período, depositado na sede de um jornal local na cidade de Barra Mansa, foram importantes meios de acesso às informações acerca da problemática discutida, revelando a amplitude de sua dimensão na região e no país. Essas publicações em sua maioria propagavam uma imagem negativa do bispo e da diocese, conforme prerrogativas dos militares, por conta do alinhamento desses jornais ao regime e em menor grau pela censura imprimida a esses meios de comunicação, em um articulado movimento de ‘criminalização’ do bispo e da diocese.

Sobre atuação dos movimentos populares em Volta Redonda na década de 1970, e suas relações com a Igreja, utilizaremos as fontes da diocese citadas anteriormente, pois em sua maioria, esses movimentos nasceram no âmbito dessa instituição. Em relação à organização dos grupos de esquerda que atuaram nesse período na cidade, por conta da falta de fontes primárias, exceto no caso do MDB Trabalhista, alvo da ‘comunidade de informações’, utilizaremos a história oral, metodologia que possibilitou a identificação de elementos constituintes desses grupos, elucidando sua organização e atuação, problematizados no cruzamento com as poucas fontes disponíveis (jornais, documentos militares e eclesiais, etc.). Para compor esse quadro analítico, entrevistamos indivíduos que participaram da fundação e militantes orgânicos desses grupos, militantes independentes e eclesiais, todos com atuação nos

movimentos populares locais. O perfil desses indivíduos está descrito no final da tese, esclarecendo suas linhas de atuação.

De posse dessas fontes construímos um quadro analítico e problematizador que nos permite dimensionar as relações entre os personagens sociais discutidos nessa tese, tecendo a ampla rede que unia militantes cristãos e políticos nos seus confrontos com os militares nessa frágua.

No primeiro capítulo abordei as complexas relações entre Igreja e Estado no Brasil, analisando como esta instituição se manteve alinhada ao poder dominante no país. Traçarei um breve panorama desta questão do período colonial ao republicano, assinalando a ditadura militar como o ponto de ruptura, quando setores majoritários da Igreja se posicionaram em polo oposto ao Estado. As relações da Igreja com as esquerdas também são abordadas nesse capítulo, situando-as em campos opostos desde o século XIX, com as explícitas condenações papais ao comunismo, visto como um dos ‘males da modernidade’, até o estabelecimento de um diálogo, possibilitado pelas transformações experimentadas pela Igreja a partir do Concílio Vaticano II (1962-65) e das Celams de Medellín (1968) e Puebla (1979). Analiso como essas mudanças foram tenazmente assumidas no bispado de Dom Waldyr Calheiros (1966). Para situar a diocese que esse bispo encontrou, tracei um quadro analítico da Igreja e da cidade. O capítulo se encerra com a apresentação do ‘caso Judica’, o primeiro confronto aberto da Igreja com os militares na região.

No segundo capítulo analisei as articulações da Igreja com os grupos de esquerdas locais. Para compor esse panorama, apresentei inicialmente a origem e organização dos grupos de esquerda, prioritariamente aqueles que atuaram na cidade, como a AP, a VPR, o PCBR, incluindo a articulação da Frente Operária, que envolveu militantes da JOC. Abordarei também a intensa repressão e os IPMs instaurados contra a Igreja, destacando o papel de Dom Waldyr Calheiros.

No terceiro capítulo abordei a atuação da Igreja nos anos 1970, principalmente por meio das CEB’s nas periferias. Analisei o crescimento dessas periferias na cidade planejada para sediar a CSN. A atuação da Igreja nesses espaços produziu mobilizações e contato com grupos das esquerdas locais. Apresentei os diversos movimentos e mobilizações que ocorreram nesse período, como o Movimento contra a Carestia, a luta pela anistia, a greve dos professores, entre outras.

Capítulo I: A Igreja e as esquerdas: do confronto ao diálogo

1.1 Introdução

Neste capítulo abordamos as relações entre Igreja e esquerdas na década de 1960, período de crescente polarização ideológica e acirradas disputas políticas. Nesta década movimentos e setores da Igreja ligados a Esquerda Católica como o MEB, a Ação Católica, sobretudo a JOC e a JUC, baseados no ‘Cristianismo da Libertação’⁸ e na Teologia da Libertação, se aproximaram de grupos de esquerdas. Discutirei brevemente as divergências entre o pensamento de esquerda e a religião, especialmente a Igreja Católica e como, nos séculos seguintes, uma dinâmica de aproximação se operou entre ambas.

Inicialmente farei uma discussão sobre o Concílio Vaticano II, a Teologia da Libertação, Esquerda Católica, Ação Católica além das Conferências de Medellín e Puebla, mediadas por Bruneau (1974), Mainwaring (2004), Lowy (2000, 2007), Serbin (2001), Paiva (1985), Azzi (2002), Beozzo (2001, 2005), Sofiati (2006), Silva (2011) e Wanderlei (1987) entre outros. No debate sobre esquerdas utilizarei as contribuições de Bobbio (2001), Ridenti (1993), Gorender (1997), nos debates sobre o golpe-civil militar e ditadura, utilizarei Sader (1995), Andrade (1996), Reis Filho (1985), Napolitano (2014), Fico (2004 e 2001).

Discutirei as relações Igreja e esquerdas durante a ditadura, matizando-as e tendo como referência a diocese de Volta Redonda, que se constituiu em um relevante caso para o estudo dessas relações e as interpenetrações entre o campo religioso e o campo político. Essas relações foram articuladas a partir do governo de Dom Waldyr à frente da diocese. Ele implantou novos rumos para a sua atuação pastoral e política, alterando sua atuação ‘ad intra’ e ‘ad extra’⁹, convertendo-a em uma das primeiras dioceses brasileiras a implantar o novo projeto proposto pelo Vaticano II, pautando suas atuações no chamado ‘cristianismo da libertação’.

Nossa hipótese central é de que setores da Igreja Católica em Volta Redonda, aglutinados na chamada Igreja Progressista, a partir das mudanças preconizadas pelo Vaticano II, pautaram suas ações políticas na defesa dos direitos humanos, da democracia e da justiça social, entendida como um compromisso cristão com os excluídos do capitalismo. Essa opção os colocou como opositores da ditadura militar, aproximando-os de grupos opositores e das esquerdas.

1.2. Igreja e Estado no Brasil: breve histórico

No Brasil a relação ente Igreja e Estado foi permeada pelo alinhamento e subordinação da Igreja ao poder do Estado pois essa instituição atuava como legitimadora do ‘status quo’ e do poder dominante, detendo o monopólio do capital simbólico no imaginário social (Emmerick, 2010). A diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda comandada por Dom Waldyr, alinhada aos setores progressistas católicos, representou uma ruptura no contexto dessas relações, pois adotou uma postura de críticas às políticas autoritárias do Estado brasileiro durante o período recortado nessa tese.

É importante analisar brevemente as relações entre Igreja e Estado brasileiro para entender as mudanças que ocorreram a partir de 1960 e que colocaram Igreja e Estado em

⁸Essa expressão foi criada por Lowy (2000) para referir-se ao amplo movimento dos cristãos engajados nas lutas políticas e sociais da América Latina. Utilizaremos esse termo nessa tese e no final desse capítulo explicaremos a origem desse termo e sua amplitude.

⁹Essa expressão latina refere-se à atuação interna e externa da diocese.

campos opostos. Dom Waldyr e a diocese de Volta Redonda assumiram essa ruptura ao limite contrapondo-se ao poder militar em diversas ocasiões.

Oliveira (1985) afirma que a Igreja desde a colonização desempenhou um papel de produtora de hegemonia para as classes dominantes. Essa instituição possuía uma rede social formada por suas irmandades, paróquias e conventos, que com sua capilaridade, controlava efetivamente a vida social incluindo o registro civil, educação, festividades, eventos religiosos, que supriam as carências do Estado português, que não tinha envergadura para cumprir tais tarefas, decorrendo daí a importância da Igreja e a necessidade de seu controle por parte do Estado. A Igreja constituiu-se dessa forma segundo Portelli (1984) em uma instituição que impedia o avanço da consciência política e ideológica.

Esse controle da Igreja pelo Estado se concretizou por meio do Padroado¹⁰ modelo pelo qual a Igreja se subordinava ao Estado em troca do monopólio da fé católica. A Constituição de 1824 homologou o catolicismo como religião oficial do Estado não permitindo o exercício público de qualquer outra religião. Essa situação perdurou até a implantação da República (1889) que decretou a separação Igreja-Estado (1891), a implantação do Estado laico e o conseqüente fim do monopólio religioso. A Igreja perdeu substancialmente sua influência e iniciou esforços para recompô-la enfrentando as novas correntes opositoras que ganhavam espaço: o protestantismo, o liberalismo, o laicismo e o positivismo¹¹.

Para enfrentar esses desafios a Igreja iniciou um processo tardio de ‘romanização’¹², política de submissão da Igreja brasileira ao controle da Cúria Romana¹³. Oliveira (1985) afirma que Roma forneceu os meios para atingir esses objetivos enviando missionários, implantando ordens religiosas e estruturando equipamentos religiosos (conventos, paróquias, dioceses, etc.). Esse novo modelo, chamado de ‘neocristandade’¹⁴ caracterizava-se pelo conservadorismo, intelectualismo e racionalismo, opondo-se ao catolicismo popular¹⁵ predominante, qualificado como supersticioso e vazio de sentido (Delgado 2007).

O objetivo dessa empreitada era garantir uma maior influência da Igreja na sociedade brasileira buscando uma rearticulação com os grupos dominantes. Destacou-se a liderança de Dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda (1916-21) e depois do Rio de Janeiro (1921-42), estabelecido como o grande nome da Igreja na primeira metade do século XX. Essa liderança alinhou-se com o governo para que a Igreja recuperasse muitos privilégios,

¹⁰ Modelo eclesiástico-político de subordinação da Igreja ao Estado em vigor em Portugal desde o século XV. A Igreja nesse modelo era regulada pelo Estado (Basile, 1998). Oliveira (1985) esclarece que a jurisdição do Imperador se interpunha entre a jurisdição papal e a episcopal. Uma ampliação desse conceito está em Cifuentes (1989) e Romano (1979).

¹¹ Sobre os enfrentamentos com o liberalismo e o positivismo, vide Romano (1979).

¹² Oliveira (1985) e Della Cava (1975) destacam que esse processo se desenvolveu a partir do século XIX, aplicado com três séculos de atraso, graças ao Padroado em vigor no Brasil.

¹³ Teixeira (1988) destaca dois processos que entrecruzaram e provocaram o processo de romanização no Brasil: internamente a reestruturação interna do aparelho eclesiástico, levada à cabo pelos bispos reformadores brasileiros e externamente, o processo de restauração católica na Europa.

¹⁴ Esse termo surgiu no papado de Leão XIII para explicar a tentativa de recuperar a influência da Igreja Católica na sociedade europeia. O termo faz referência ao modelo de cristandade, predominante na Idade Média, no qual Igreja e Estado constituíam um único modelo de poder e legitimação, com forte influência da Igreja. Leão XII idealizou a possibilidade de restauração da cristandade em novas bases, adequadas à nova estrutura política e econômica (Gomes, 2014). Frei Betto (1985) distingue ‘cristandade’ e ‘neocristandade’, afirmando que o primeiro se define pela subordinação da sociedade política ao poder religioso enquanto que no modelo de neocristandade, a Igreja tenta reconquistar espaço frente a secularização, buscando maior presença na sociedade. Segundo Maiwaring (2004) a implantação desse modelo no Brasil, entre 1910-1950, recebeu pleno apoio do Vaticano.

¹⁵ Esse modelo de catolicismo desenvolvido a partir do século XVI no Brasil caracterizava-se pelo escasso controle da hierarquia sobre as atividades religiosas, a cargo sobretudo de agentes religiosos não oficiais, como beatas, rezadeiras e monges, que gozavam de grande prestígio entre as camadas populares (Oliveira, 1985). A precariedade dos equipamentos religiosos e um clero diminuto facilitaram a difusão desse modelo de catolicismo.

principalmente na área da assistência social e educação, com subvenções federais, articulando uma aliança informal da hierarquia eclesiástica com o governo Vargas.

Dom Leme levou a cabo o projeto de ‘recristianizar’ a sociedade, lançando-se em uma política de aproximação com as massas populares e a intelectualidade nacional. Krischke (1979) aponta que seu objetivo era a formação de uma ‘intelligentza católica’, que reuniu intelectuais como Alceu Amoroso¹⁶, Jackson de Oliveira¹⁷, Gustavo Corção, Sobral Pinto, entre outros¹⁸. Essa ideia se materializou na fundação do Centro Dom Vital, por Jackson de Figueiredo em 1922, na publicação da revista ‘A Ordem’, e na produção de discursos que defendiam as concepções católicas (Caramuru 2000). O Centro Dom Vital revitalizou o catolicismo nacional, lançando as bases Ação Católica, da Confederação Nacional da Imprensa Católica e ainda estimulou o surgimento de universidades católicas e da LEC - Liga Eleitoral Católica¹⁹.

Durante o governo Vargas (1930-45), a Igreja aproximou-se do Estado graças ao projeto de conciliação de classes e ao discurso anticomunista proposto pelo governo. Mainwaring (2004) salienta que nesse período o modelo de neocristandade viveu seu auge, sintomático dessa questão foi à sagração de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil e a inauguração do monumento do Cristo Redentor, na capital da República.

Sobre a aproximação com as camadas médias e populares, Schartzman (1986), destaca que o instrumento privilegiado foi à criação da ACB, em 1935, e dos CO. A primeira foi concebida para atuar como o braço da Igreja no campo social e os segundos, segundo Beozzo (1989), atuavam junto ao crescente operariado defendendo o discurso da harmonia entre as classes e o anticomunismo²⁰. Maiwaring (2004) afirma que a Igreja lançou esses movimentos para competir com os sindicatos mais combativos e comunistas. Sader (1995) os elenca a partir da necessidade de uma reorientação da atuação política e social da ICAR no Brasil. Segundo esse autor esses movimentos promoveram também uma aproximação de frações não hegemônicas da IC, notadamente setores leigos, com as demandas populares, possibilitando que esses grupos assumissem gradativamente posturas de contestação política ao governo, à despeito da postura conservadora defendida pela hierarquia.

Na República Democrática (1946-64), houve a consolidação do capitalismo no país, promovendo a modernização econômica via industrialização, urbanização, expansão das classes médias e da consolidação do assalariamento no meio rural. Esse cenário, segundo Mendonça (1988), determinou um novo papel para o Estado, visto como indutor e promotor do

¹⁶ Alceu Amoroso Lima, cujo pseudônimo literário era Tristão de Athayde, foi um dos grandes expoentes do laicato católico brasileiro. Dirigiu o Centro Dom Vital, foi o primeiro presidente da Junta Nacional de Ação Católica (nome inicial da Ação Católica) e secretário-geral da Liga Eleitoral Católica. Nos anos de 1930 apoiou o integralismo, direcionando-se para concepções de esquerda nos anos de 1930-40, quando atuou na Ação Católica, por influência dos pensadores católicos franceses. Teve atuação destacada na luta contra a ditadura. Serbin (2001) o intitula avô da Igreja progressista.

¹⁷ Jackson de Oliveira teve papel significativo nesse processo. Fundou a revista ‘A Ordem’ e o Centro Dom Vital, que discutiam pensadores católicos relevantes da época, particularmente Maritain.

¹⁸ Maiwaring (2004) destaca que esse grupo de intelectuais seguiu direções opostas: um grupo formado por Helder Câmara e Amoroso Lima alinhou-se aos setores progressistas da Igreja enquanto que outros, liderados por Gustavo Corção, Plínio de Oliveira e padre Castro Mayer, se colocavam em uma posição ideológica oposta, aderindo ao conservadorismo católico. Esse segundo grupo inicialmente aderiu ao integralismo, inclusive Dom Helder, que depois abandonou essa corrente. Posteriormente esse grupo fundou a TFP - Tradição, Família e Propriedade-, expoente da direita católica (Souza, 2004).

¹⁹ Organização que avaliava o perfil e propostas políticas dos candidatos a cargos eletivos de acordo com os princípios católicos, sobretudo do ponto de vista da moral (indissolubilidade do matrimônio, ensino religioso nas escolas, defesa da família, etc), recomendando ou vetando esses candidatos, o que gerou críticas à interferência da Igreja na vida partidária (Souza, 2004).

²⁰ Souza (2004) destaca que diversos documentos episcopais condenavam o comunismo, partindo principalmente de bispos politicamente conservadores como Dom Sebastião Leme e Dom Macedo Costa, bispo do Pará e um dos mais destacados ultramontanos brasileiros do final do século XIX (Souza, 2004).

desenvolvimento nacional, voltado para a estruturação da indústria como eixo central da economia. Esse processo se acentuou no governo Juscelino Kubitschek (1956-60), que sob o signo do desenvolvimentismo, expresso no Plano de Metas, concretizou uma estrutura monopolista que articulou o capital multinacional, a empresa privada nacional e a empresa pública.

Esse projeto provocou graves problemas para a economia nacional pois o país ostentava elevadas taxas de crescimento econômico e industrial aliadas a um desequilíbrio nas contas públicas, abastecido por crescentes déficits, inflação, salários arrojados, instaurando um pernicioso tripé: aumento da miséria, da concentração de renda e da exclusão social. O resultado foi o aumento das tensões sociais e das reivindicações dos trabalhadores, que pressionaram o governo a adotar políticas que revertessem o quadro de agravamento social. No campo político o discurso populista dominava o cenário. Associado inicialmente à ideia de carisma do líder, manipulação e de controle político das massas, esse conceito atravessou debates nas últimas décadas graças a sua polissemia e múltiplas interpretações²¹.

Nesse cenário de crise econômica e de crescente mobilização das massas, Jânio Quadros assumiu a presidência em 1961, mas renunciou em agosto desse ano, após frustrada tentativa de obter mais poderes, acirrando a crise política. Seu sucessor, João Goulart pretendia estabelecer um governo nacional-reformista e sofreu forte oposição dos grupos conservadores. Jango pretendia realizar as Reformas de Base, incluindo a lei de remessa de lucros, reforma agrária, além da necessidade de registro de qualquer capital estrangeiro na Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e o reajuste do salário mínimo. Essas medidas opunham-se aos interesses do capital transnacional e associado, que diante dessas ameaças, interrompeu seus investimentos no Brasil. Por outro lado, volumosas quantias foram enviadas por empresas norte-americanas a instituições e aparelhos privados de hegemonia, que se dispusessem, dentro do seio da sociedade civil, na lógica gramsciana, a construir um discurso contrário às medidas janguistas, destacando o complexo IPES-IBAD²² (Dreyfus, 1984).

Outra entidade de fundamental importância na defesa dos interesses conservadores foi a Escola Superior de Guerra – ESG²³. Criada em 1949, no contexto da Guerra Fria e inspirada no NWC- National War College-²⁴. Ela atuou como catalisadora dos ideais políticos e econômicos da elite nacional, aliada aos interesses norte-americanos, influenciando decisivamente na formação da intelectualidade das Forças Armadas e sua aproximação com as elites civis. Através da ESG e da DSN- Doutrina de Segurança Nacional²⁵ construiu-se uma ideologia anticomunista, fortemente impregnada no meio militar e que pregava que as medidas

²¹Gomes (2002) rejeita o discurso manipulatório construído em torno dessa categoria, afirmando o protagonismo alçado pelos trabalhadores nesse período Teixeira (1998) corrobora esse aspecto destacando que esse conceito pode ser sintetizado a partir do reenquadramento das questões de liderança individualista e personalista; a diluição do conceito de classe social e de lutas de classe, substituído pelo conceito de povo e de massas populares, além do discurso demagógico dirigido à pequena burguesia. Segundo esse autor, a classe operária se fortaleceu embalada pela política populista porque este modelo reconhecia a emergência desses operários como atores sociais relevantes. Sobre essa questão vide Ianni (1971), Wefort (1978) e Gomes (2002).

²²O IBAD- Instituto Brasileiro de Ação Democrática e IPES- Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, eram entidades da sociedade civil ligadas à empresários, com financiamento norte-americano, foram segundo Dreifuss (1984) um dos principais articuladores do golpe civil-militar de 1964.

²³Sobre a criação e atuação da ESG, vide Borges (2007).

²⁴Na ESG era comum que os oficiais militares tivessem cursos patrocinados pelo capital estrangeiro, através do complexo IPES-IBAD. O objetivo desses oficiais militares era defender um capitalismo alinhado aos Estados Unidos, enxergando em qualquer organização da classe trabalhadora, um risco à democracia (Dreifuss, 1984).

²⁵Esse pensamento foi formulado a partir de 1952, fruto da aproximação entre militares brasileiros e americanos no pós-segunda guerra. Deve ser entendida no contexto da Guerra Fria (1945-1991) e da Doutrina Contenção ao Comunismo Internacional, a Doutrina Truman. Seu lema, ‘segurança e desenvolvimento’ previa o combate ao comunismo e seus aliados internos. Borges (2007:33) destaca que a DSN aboliu dois dos princípios básicos do regime democrático liberal: a subordinação dos militares ao poder civil e a não intervenção militar no processo político.

de João Goulart representavam um perigo à ordem democrática. A ESG objetivava ajudar a transformar o Brasil em uma potência internacional e tornar as Forças Armadas as defensoras da civilização cristã ocidental contra o comunismo. Além de militares, admitia em seus quadros civis que, em geral, após o golpe, formaram os quadros da burocracia estatal (Stepan, 1971).

A criação da ESG representou mais um capítulo da participação dos militares na vida política nacional. Segundo Borges (2007), construiu-se uma cultura militar no Brasil que conferiu a esse grupo a missão de ‘salvar a pátria’. A intervenção militar aparecia como legítima e necessária para preservação da ‘ordem’. Antes de 1964 os militares exerciam essa ‘missão’ focada na função arbitral-tutelar: intervinham na política, restabeleciam a ‘ordem institucional’ e depois passavam o poder aos civis²⁶. Depois de 1964, em uma intervenção estabelecida sob influência da ESG e da DSN, os militares, após o golpe, exerceram sua função dirigente, assumiram o poder no Estado e afastaram os civis.

O período que antecedeu ao golpe foi marcado por imensas contradições, acirradas por mobilizações organizadas pelos opositores e aliados de Jango. Esse debate refletiu-se na organização de grupos com diferentes propostas ideológicas que disputaram espaço no cenário nacional. Sobre essa questão, Toledo (2004: 03) analisa cinco tendências:

1. Liberalismo não desenvolvimentista, de orientação não industrialista reunidos em torno da UDN, da FGV e CNE- Conselho Nacional de Economia. Nessa corrente destacam-se Eugênio Gudim e Octávio Bulhões;

2. Liberalismo desenvolvimentista, orientação não nacionalista, vinculada à burocracia pública, representada pelo BNDE, Comissão Mista Brasil-EUA. Entre seus economistas, destacam-se Roberto Campos e Lucas Lopes;

3. Desenvolvimentismo privatista, representantes da CNI, FIESP. Ligados a Roberto Simonsen, seus nomes de destaque são João Paulo de Magalhães e Hélio Jaguaribe;

4. Desenvolvimentistas nacionalistas eram representantes do ISEB, CEPAL, setores do BNDE e PTB e tinha como figuras representativas Celso Furtado e Ignácio Rangel;

5. Socialistas e comunistas, aglutinados em torno do PCB e PSB, tinham como referência teórica Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Junior.

Simbolizando esse amplo espectro ideológico apresentado acima, dois projetos políticos estavam em disputa: de um lado reuniam-se setores e grupos reformistas de esquerda, que defendiam uma modernização centrada nas reformas sociais distributivas e na ampliação da democracia participativa. Esse grupo defendia transformações sociais, expressas nas Reformas de Base e estavam aglutinados em torno dos movimentos populares, CGT, UNE, Ligas Camponesas, parlamentares e militares nacionalistas, além de movimentos católicos progressistas articulados na ‘esquerda católica’; de outro lado situavam-se os setores conservadores críticos das Reformas de Base, defendiam um modelo econômico internacionalizado mantendo a estrutura econômica excludente. Nesse grupo se reuniam proprietários rurais, empresários, UDN, grupos transnacionais, setores da classe média, militares ligados a ESG e setores tradicionais da Igreja, que embalados por uma histeria anticomunista, enxergavam qualquer movimento que fizesse apelo às massas como uma porta de entrada para a ‘subversão’ e o ‘comunismo’²⁷.

²⁶ Sobre essa questão, a exceção fica por conta da participação dos militares na Proclamação da República (1889) na qual, após derrubar a monarquia, em parceria com as oligarquias cafeeiras, permaneceram no poder até 1894.

²⁷ Motta (1997:13) discute essa questão afirmando que o argumento mais forte para a derrubada de Jango foi anticomunismo aliado a acusação de que o presidente implantaria um regime autoritário de esquerda. Esse anticomunismo foi arma utilizada por opositoristas contra Jango. O autor sustenta que esse anticomunismo não era exclusivo do imaginário da Guerra Fria, mas era um discurso construído no Brasil desde os anos de 1920, cristalizado na eclosão da tentativa de golpe da ANL em 1935, erroneamente intitulada ‘Intentona Comunista’ (1935). O autor afirma que as comemorações oficiais da derrota desse movimento transformaram-se em eventos privilegiados de difusão do anticomunismo. Contra os rebeldes pesava a acusação de que haviam traído a Pátria

Segundo Napolitano (2014) o grande mérito de Jango foi incluir na agenda política brasileira a questão da democratização, da cidadania e da propriedade. Para realizar tal intento, o presidente apoderou-se de discursos nacionalistas defendidos pelo primeiro grupo, e não conseguindo apoio parlamentar para a implantação das Reformas de Base, partiu para a ofensiva e em março de 1964 organizou o Comício da Central do Brasil, mostrando ter o apoio de grupos sindicais, populares estudantis articulados no CGT, UNE e PTB, além de setores militares. Essa decisão, no entanto, lhe custou a presidência.

Para combater Jango, os grupos opositores organizaram ‘Marchas da Família’ em todo território nacional. Esses movimentos tiveram amplo apoio da hierarquia católica²⁸, apesar do distanciamento de alguns de seus expoentes como Dom Armando Lombardi, núncio apostólico, Dom Carlos Carmelo, cardeal arcebispo de São Paulo e Dom Hélder, como lembrado por Gomes (2014). A primeira Marcha ocorreu no dia 19 de março em São Paulo reunindo cerca de 500.000 pessoas, na maior manifestação anticomunista do país. Elas ocorreram também em Santos, Curitiba, e depois do golpe civil-militar, transformaram-se em ‘Marchas da Vitória’ no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Niterói. Esses movimentos apelaram para a religiosidade das massas e defesa dos valores tradicionais cristãos²⁹, contribuindo para a desestabilização de Jango e para a intervenção militar.

A linha de colaboração da Igreja com o governo manteve-se nesse período Segundo Serbin (2001), o período inicial dessa fase, os anos de 1950, marcou a melhor fase das relações da Igreja com o Estado. Os governos apoiaram a Igreja garantindo verbas para suas entidades educacionais, assistenciais e sindicais, como o MEB e sindicatos rurais católicos, além da implantação da SUDENE, reivindicação católica concretizada no governo Juscelino Kubitschek³⁰. Em contrapartida a Igreja apoiava os governos do período, à exceção de João Goulart. Seguindo uma política dominante na hierarquia católica, Dom Hélder afirmava ser melhor trabalhar com o governo do que contra ele (Serbin, 2001: 205).

Paralelamente a esse processo de intensa colaboração com o Estado, a Igreja atravessou um período de intensas transformações. O modelo de ‘neocristandade’ entrou em declínio graças ao processo de modernização econômica e social em curso, aliado ao avanço da secularização³¹, provocando uma perda de influência da Igreja na sociedade, derivando daí uma perda de fiéis, com o crescimento (ainda tímido) de grupos religiosos protestantes e espíritas. Ressaltamos que nesse momento a perda de fiéis não era um problema considerável para a IC. No entanto, essa desidratação de fiéis católicos acentuou-se imensamente nos anos de 1990³².

Para superar essas dificuldades apontadas a IC reelaborou sua relação com a sociedade. É importante frisar que grupos com diferentes propostas políticas disputavam espaço na Igreja. Analisando esse complexo quadro, Mainwaring (2004) aponta três grupos que travavam essas disputas: os ‘tradicionalistas’, que apostavam no modelo de ‘neocristandade’ e defendiam a presença institucional da Igreja na sociedade; um segundo grupo, os

na medida em que agiam sob influência de uma potência estrangeira e teriam cometido atos imorais na fracassada insurreição. Esse anticomunismo inicial foi acrescido de elementos da cultura política da Guerra Fria.

²⁸ A realização da Marcha da Família na cidade do Rio de Janeiro contou com o apoio do cardeal Leme, que solicitou ao então bispo auxiliar, Dom Hélder, que a organizasse, mas ele se negou a participar. Outro bispo convidado para organizar o movimento foi Dom Waldyr, que também se negou a realizar a tarefa (Costa, Pandolfi e Serbin, 2001).

²⁹ As Marchas da Família contaram com a participação do padre Patrick Peyton, de origem irlandesa que atuava nos EUA. Conhecido pela alcunha de ‘padre de Hollywood’ veio ao Brasil, sob orientação do Departamento de Estado dos EUA para ajudar a combater o comunismo (Mir, 2007).

³⁰ Sobre a questão da influência da Igreja na nessa questão, vide Romano (1979).

³¹ Processo pelo qual setores da sociedade são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos. Significa a perda de influência da religião, a “descristianização” da sociedade, o fim dos monopólios religiosos e a expulsão da religião do espaço público. Sobre essa questão vide Berger (1985).

³² Dados do IBGE apontam que em 1960, o número de brasileiros que se declaravam católicos era de 93% da população. Esse número caiu acentuadamente para 83% em 1990. Sobre essa questão vide Decol (1999).

‘modernizadores conservadores’, que rejeitavam mudanças radicais, mas defendia a necessidade da Igreja apoiar pequenas reformas sociais, políticas e econômicas; e finalmente os ‘reformistas’, que defendiam propostas políticas mais efetivas de mudança social. Segundo esse autor, os ‘modernizadores conservadores’ eram o grupo dominante na estrutura eclesial, enquanto que o grupo dos reformistas era o mais ativo, responsável pelas transformações no discurso político católico e pela implementação das experiências inovadoras do MEB³³, do MMM³⁴ e do Movimento de Natal³⁵, além de ações sociais como a Cruzada São Sebastião e Feira da Providência. Lowy (2000) acrescenta ainda um quarto grupo: os ‘radicais’ que eram minoritários e defendiam um maior engajamento político da Igreja nas questões sociais.

Refletindo essa necessidade de se reposicionar na sociedade, já endossada por diversos autores, uma das mudanças mais significativas da IC nesse período ocorreu na forma de organização da Ação Católica, que adotou um modelo organizativo descentralizado e com maior inserção social, voltado para a discussão de questões de classe. Esta nova estrutura possibilitou um maior engajamento político da AC com a organização das Juventudes Católicas que atuavam meio rural (JAC), estudantil (JEC), universitário (JUC) e sobretudo no meio operário com a JOC. Estes movimentos constituíram-se em importantes espaços de formação de lideranças políticas que disputaram espaço com as tendências políticas, inclusive comunistas. A nomeação de Dom Hélder Câmara como assistente nacional desse movimento potencializou esse processo de mudança.

Ressaltamos que o crescente engajamento político da AC, aliado a busca de autonomia em relação à hierarquia católica, gerou tensões que se concretizaram no afastamento de muitos de seus militantes da Igreja e na criação da AP- Ação Popular, em 1962, processo analisado no capítulo dois, quando discutiremos a atuação dessa organização em Volta Redonda no final dos anos de 1960.

A criação da CNBB, em 1952³⁶, uma das primeiras entidades episcopais do mundo foi outra questão que influenciou nesse conjunto de mudanças. Essa entidade representou uma inovação no campo católico como símbolo do progressismo do episcopado nacional, construindo uma imagem de defensora da justiça social e dos direitos humanos. Ela assumiu um papel determinante na construção de um discurso católico unificado no país pois até então

³³ Movimento organizado a partir da arquidiocese de Natal em 1961, liderado por Dom Eugênio Sales, então bispo auxiliar, que consistiu na organização de escolas radiofônicas de alfabetização e evangelização. Seu objetivo era para contrapor-se ao crescimento da influência esquerdista. Em 1961, a assinatura de um convênio entre CNBB e o governo Jânio Quadros possibilitou que esse movimento se estendesse por quase todo o Brasil, atingindo 14 estados. Atuou como eficaz meio de alfabetização e conscientização política. Sobre a organização desse movimento vide Beozzo (2005), Guimarães (1987) e Teixeira (1993).

³⁴ Movimento que atuou junto ao clero voltado para formação pastoral, educacional e política dos sacerdotes e religiosos. Organizado sob influência europeia adaptou-se bem à realidade brasileira, gerando um clima favorável a aplicação das recomendações do Vaticano II (Guimarães, 1978).

³⁵ Esse movimento consistiu na realização de uma série de atividades sociais e religiosas desenvolvidas em arquidiocese de Natal, a partir do ano de 1948, coordenado por Dom Eugênio Sales para combater o analfabetismo, subdesenvolvimento e miséria (Teixeira, 1988).

³⁶ Caramuru (2000) destaca que a criação desse organismo episcopal visava suprir a falta de interlocutores católicos junto à sociedade, principalmente depois da morte do cardeal Leme, maior expoente do catolicismo nacional, além de também garantir uma maior articulação dos bispos e das dioceses brasileiras, imprimindo uma nova dinâmica na atuação da Igreja no país. Souza (2004) afirma que com a CNBB, a Igreja até então espalhada e isolada localmente através das dioceses que se ligavam diretamente a Roma, passou a ter uma estrutura nacional. Segundo Gomes essa entidade tornou-se tão importante que passou a ser reconhecida pelo Estado Pontifical como ‘... a voz autorizada da Igreja no Brasil’ (2014: 37).

a interlocução da Igreja com o Vaticano ocorria via Nunciatura Apostólica³⁷. No esteio dessas mudanças situa-se a também criação da CRB - Conferência dos Religiosos do Brasil³⁸.

Destacou-se nesse processo Dom Hélder Câmara³⁹, seu idealizador e primeiro secretário-geral⁴⁰. Mainwaring (2004) destaca que entre 1955 e 1964 a CNBB esteve sob hegemonia dos reformistas, implementando diversas mudanças na atuação da Igreja que suscitaram novas problemáticas, como veremos a diante.

É importante discutir essas questões para situar a Igreja de Volta Redonda e as posições políticas de Dom Waldyr nesse intrincado jogo político. A Igreja Progressista ou 'Igreja Popular', alinhada ao cristianismo da libertação, da qual Dom Waldyr se filiava, se formou nesse período de intensos debates e embates. Dom Waldyr nessa época atuava como pároco no Rio de Janeiro e se posicionava sobre essas questões, participando da AC, além de manter contato com Dom Hélder, que era bispo auxiliar nessa arquidiocese. Em Volta Redonda essas discussões passavam ao largo, a diocese era controlada por bispo conservadores.

1.3. Igreja e Estado na ditadura militar

Os historiadores são unânimes em afirmar o apoio da Igreja ao golpe civil-militar para se contrapor ao suposto avanço comunista no país. Mir (2007) defende que a Igreja legitimou o golpe. Bruneau (1974) afirma que ela não teve uma ação direta entre os seus principais agentes, sua participação política foi limitada, mas a partir de 1968, em consonância com diversas outras análises, com a intensificação da repressão política e das agressões aos direitos humanos, essa instituição se opôs sistematicamente à ditadura militar, tornando-se um ator político de destaque no campo da oposição, de acordo com Skidmore (1988a e 1988b).

Esses brasilianistas apresentam microanálises que permitem uma visão construída histórica e sociologicamente sobre essas relações, opondo-se a visões com matrizes históricas, mas demasiadamente teológicas produzidas por elementos do clero progressista, como Leonardo Boff (1983, 1986 e 1996) e Clodovis Boff (1986), Frei Betto (1981) e Libâneo (1981).

³⁷ Esse modelo de representação foi alterado com a realização do Vaticano II, que conferiu maior importância às Conferências Episcopais nacionais, fato ocorrido antecipadamente no Brasil com a criação da CNBB (Franzen, 1996).

³⁸ Essa entidade foi criada em 1955 e direcionou a atuação das ordens e congregações religiosas no Brasil contribuindo para o processo de modernização das estruturas do catolicismo brasileiro.

³⁹ Dom Hélder Câmara foi um dos grandes expoentes dos setores progressistas da Igreja Católica no Brasil. No período em que atuou como bispo auxiliar no Rio de Janeiro fundou a Cruzada São Sebastião e o Banco da Providência. Foi o idealizador e primeiro secretário geral da CNBB em 1952, impulsionando a entidade a adotar posições políticas progressistas. Na América Latina, atuou na fundação do CELAM, Conselho Episcopal Latino-Americano, assumindo inclusive sua vice-presidência. Em 1963 foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife. Vicent (1998) atribui a ele um papel importante na sensibilização dos bispos à miséria crescente do Terceiro Mundo nas discussões do Vaticano II assumindo liderança de destaque na importante Rede Ecumênica de relações conciliares. Souza (2004) o qualifica como um personagem central na igreja no período, atuando na linha de frente da Ação Católica. Beozzo (2005) destaca seu papel com líder do episcopado brasileiro no Vaticano II. Do ponto de vista político suas posições políticas oscilaram da direita para a esquerda ao longo de sua vida pastoral. Nos anos de 1930 aderiu ao integralismo e depois adotou posições políticas de esquerda. Nos anos de 1950 foi um dos principais interlocutores da Igreja com os governos da República Democrática, sendo inclusive conselheiro do presidente JK, com estreita ligação com grupos da elite civil e militar. Adotou uma oposição crítica em relação ao regime ditatorial denunciando as torturas, principalmente no exterior, nas diversas conferências nas quais participava. Foi apontado pelos militares com seu grande inimigo na Igreja. Pesquisas recentes indicam que o governo Médici sabotou sua indicação para o prêmio Nobel da Paz nos anos de 1970, sobre essa questão vide jornal Folha de São Paulo, de 20/07/1997, Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda e Serbin (2001). Uma posição detalhada sobre a trajetória de Dom Helder encontra-se em Caramuru (2000) e Serbin (2001). Sobre a atuação de Dom Helder contra a ditadura vide Cardonha (2011).

⁴⁰ Sobre essa questão vide Caramuru (2000).

Outros analistas ligados a Igreja como Azzi (2002), Hoonart (1992), Lepauspin (1982) e Beozzo (1989) apresentam uma análise histórica bastante coerente acerca da atuação da Igreja, seus conflitos e dissidências internas mas focam suas análises reforçando o caráter libertador da Igreja e de certa forma mistificando suas ações, negligenciando limitações da Igreja progressista e os conflitos internos dessa instituição religiosa.

Outros autores discutem essa questão. Castro (1984) apresenta um panorama descritivo dos principais conflitos envolvendo Igreja e Estado no Brasil na ditadura, inclusive com episódios relativos a Volta Redonda, mas carece de uma análise mais apurada, contextualização e problematização das questões apresentadas por se tratar de uma obra com caráter jornalístico. Alves (1979) assume uma postura militante cristã destacando aspectos significativos da atuação da Igreja no país, endossando seu caráter progressista. Esse papel da Igreja é também destacado por Löwy (2000) em ‘A guerra dos Deuses’, em que defende que após séculos de alinhamento aos poderes constituídos, a Igreja tornou-se uma força social crítica, um polo de oposição aos regimes autoritários, ancorada no ‘cristianismo da libertação’. Nesse panorama, Bruneau (1974) analisa as transformações experimentadas pelo catolicismo em face de suas relações com a sociedade e das orientações do Vaticano II, destacando a influência de fatores políticos em sua transformação institucional. Esse autor apresenta a importante conclusão, com a qual corroboramos, de que essas transformações foram um esforço para adaptar-se às novas circunstâncias históricas assumindo um papel na sociedade que mantivesse sua área de influência. Nessa mesma linha de análise, Mainwaring (1989) apresenta a história da IC priorizando a atuação da chamada ‘Igreja Popular’ e das CEB’s.

Para além das análises dessas análises outros autores construíram novas matrizes interpretativas sobre as relações entre Estado- Igreja na ditadura, realçando aspectos até então negligenciados, como os atritos internos na Igreja, as disputas entre progressistas e conservadores, o papel dos indivíduos nesse processo e os avanços e recuos da chamada Igreja Progressista. Nesse aspecto situa-se a contribuição de Serbin (2001), que orienta sua análise para o papel desempenhado por bispos brasileiros e militares na busca pela resolução de conflitos via Comissão Bipartite. Outra questão muito importante abordada por ele com a qual concordamos foi a inadequação da fórmula ‘progressistas x conservadores’ para o entendimento da Igreja brasileira. Ele matiza essa dicotomia argumentando que ela se mostra insatisfatória ocultando posicionamentos, pois não abarca a complexidade de opiniões dos religiosos sobre as mais diversas questões, mostrando-se tal divisão muito mais fluída na prática, impossibilitando o enquadramento dos clérigos exclusivamente em uma dessas possibilidades. Corroboramos com essa análise.

Sobre essa polêmica, afirmamos que um bispo pode ser progressista em questões políticas, mas conservador em questões morais e/ou doutrinárias. O contrário também é verdadeiro. Além de tudo, os graus de adesão ao ‘progressismo’ e ao ‘conservadorismo’ podem variar. Dom Waldyr, por exemplo, era extremamente avançado em discussões políticas, pastorais e doutrinárias, mas mostrava-se reticente e alinhado às determinações da Cúria Romana em questões morais. Destacamos também que essa questão apresenta muitas outras divergências quando se tratam de questões de gênero, sexualidade e muitos outros temas ainda negligenciados pela Igreja.

No campo das biografias políticas como chaves interpretativas, destaco a dissertação defendida por Bonato (2009), que faz uma importante análise das relações Estado-Igreja a partir da produção intelectual do padre Alberto Antoniazzi. A tese de Cardonha (2011) faz uma importante análise do papel dos bispos nesse período.

Nesse sentido Costa, Pandolfi e Serbin (2001) produziram com densidade a obra ‘O bispo de Volta Redonda: Memórias de Dom Waldyr Calheiros’, em que a partir de entrevistas e depoimentos desse bispo, explora memórias e acontecimentos marcantes de sua vida particular, eclesial e política com uma riqueza de detalhes. Essa obra é interessante, pois

apresenta uma síntese da vida do bispo narrados por ele mesmo, uma preciosidade tendo em vista que Dom Waldyr em sua vida pastoral escreveu pouco, exceto em cartas, informativos, boletins e documentos produzidos pela diocese local. Na mesma linha de pesquisa, em caráter memorialístico, Salem (1982) na obra ‘A Igreja dos Oprimidos’ apresenta diversas entrevistas com bispos brasileiros que se destacaram na luta contra a ditadura, inclusive Dom Waldyr. Cardonha (2011) e Gomes (2014) também destacam seu papel nesse período.

Outro aspecto importante dessas relações é ressaltado por Delgado e Neves que discutem as posições defendidas pela Igreja brasileira com base na defesa dos direitos humanos, a partir do Vaticano II e Medellín. Serbin (2001) corrobora essa questão afirmando que os direitos humanos constituíram uma discussão nova para a Igreja, incluída na agenda eclesial por João XXIII. Delgado e Neves analisaram que a luta pela justiça social, levada a cabo por setores da Igreja a partir dos anos de 1950, com as experiências da Ação Católica, abrindo novos caminhos para a Igreja: “(...) o catolicismo foi ensaiando novos modos de agir e novas linguagens, em sintonia com os desafios da realidade brasileira. Isso alterou seu perfil institucional, em função de seu lugar na sociedade brasileira” (2007 127). Outros autores utilizados nessa tese enfocam aspectos relevantes e plurais dessas relações, matizando conceitos estabelecidos e cada vez mais atuais nas discussões historiográficas e no cenário político nacional.

Em 1º de abril de 1964 iniciou-se ditadura militar. O novo núcleo dirigente, que agrupava os generais do Alto Comando Militar, foi qualificado por Borges (2007) como o ‘sistema’. Cabia a esse grupo decidir sobre as questões políticas, excluindo os civis do centro do poder. Segundo Fico (2004b) com o golpe instaurou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da “utopia autoritária”, segundo a qual seria possível eliminar o “comunismo”, a “subversão e a corrupção, que impediam a caminhada do Brasil rumo ao desenvolvimento”.

Operou-se uma militarização do Estado brasileiro que possibilitou a coerção das classes subalternas, atendendo às ambições da burguesia brasileira (Gorender, 1997). Aplicado o golpe, com apoio dos EUA⁴¹, os movimentos de oposição ao governo ditatorial foram reprimidos e desarticulados, lideranças políticas foram torturadas, cassadas e exiladas. A insatisfação intelectual, estudantil e a crescente mobilização popular foram barradas pelas forças conservadoras. Esse furor repressor também se abateu sobre setores da Igreja.

Sobre o golpe, Fontes e Mendonça (2004), analisaram que a articulação empresarial-militar que derrubou o presidente Goulart constitui-se em uma ação planejada e construída no seio da sociedade civil, que objetivava a consolidação do modelo econômico iniciado a partir do Plano de Metas de JK no contexto específico da crise do populismo. Napolitano (2014) destaca que o golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais.

Napolitano (2014:63) acrescenta fatos pitorescos que revelam que a desorganização brasileira também prevaleceu naquela situação conflituosa. Segundo esse autor, o general Olímpio Mourão precipitou os acontecimentos ao reunir sua tropa de ‘recrutas sem experiência’ e marchar de Minas Gerais para Rio, conflagrando o golpe civil militar, antecipando-se aos outros golpistas, incluindo o general Castelo Branco, líder do grupo militar mais articulado, preferido inclusive pelos EUA para liderá-lo. A ação afoita de Mourão, só não foi malsucedida, pois Jango e a esquerda, desorganizados, não souberam exatamente o que fazer, não

⁴¹ Os EUA tiveram participação decisiva no golpe de 1964, garantindo apoio logístico e diplomático aos golpistas. Os norte-americanos organizaram a ‘Operação Brother Sam’ composta de uma força naval com caráter logístico e tático, mas não foi preciso acioná-la, pois não houve reação ao golpe por parte do presidente Goulart e de seus aliados (Napolitano, 2014).

apresentando uma reação imediata ao golpe⁴². Mourão contou com o apoio de Magalhães Pinto, governador de Minas, que esperava se capitalizar com essa ação. O autor narra ainda a batalha de paternidade que se travou em torno do golpe, envolvendo as lideranças de Castelo, nomeado depois presidente, Costa e Silva, que criou o Comando Supremo da Revolução, além de Lacerda, governador da Guanabara.

Os episódios do golpe e a ditadura apresentam uma abundância de narrativas e discussões⁴³. Diversos autores apresentam análises dessas vertentes historiográficas. Fico na obra 'Além do Golpe', traça um importante painel dessa historiografia apresentando a produção das últimas décadas que oscilou desde os primeiros memorialistas militares, que compuseram uma 'história oficial' da ditadura, acrescida depois pela publicação de obras de autores como Viana Filho e Krieger, que avaliaram positivamente os governos militares. Essas publicações foram contestadas por outras versões, como as obras de Gabeira e Sirkis, remanescentes da luta armada que apresentaram um contraponto a essa história oficial do regime com a visão da esquerda armada. Fico (2004) apresenta ainda as análises de marxistas, principalmente Gorender e João Quartim de Moraes, de brasilianistas, sobretudo Skidmore e Stepan, além de Daniel Aarão, Gláucio Ary Dillon Soares, entre outros, promovendo um detalhado debate sobre essa historiografia. Napolitano (2014:317-319) analisa que para além dessas disputas historiográficas e de memórias da ditadura, construiu-se uma 'memória hegemônica' sobre o regime, defendida por liberais dissidentes e comunistas críticos, constituindo-se fundamentalmente em uma memória liberal, que tende a privilegiar a estabilidade institucional, expurgando as posições radicais e extra institucionais da esquerda armada e os militares de linha dura, adeptos da 'utopia autoritária'.

Delgado (2004) analisa o golpe a partir de quatro linhas interpretativas: a crise do modelo estrutural- funcionalista, que privilegia o aspecto econômico; o caráter preventivo da intervenção militar, privilegiando os argumentos militares de evitar um suposto golpe da esquerda; a participação de grupos e instituições nacionais e internacionais como ESG, Ipes-Ibad e uma última linha interpretativa, a falta de compromisso pela democracia por parte de grupos da direita e esquerda nacional.

Sobre o golpe, optamos pela análise de Dreifuss (1984), que se insere no terceiro viés interpretativo apontado por Delgado. Esse autor discute que a ditadura foi fruto de uma articulação golpista tanto de militares, moldados ideologicamente sob a ótica da DSN, quanto por frações da classe dominante ligados ao capital multinacional e nacional, que buscavam a hegemonia do aparelho estatal, articulados em torno do complexo Ipes-Ibad. Esse autor qualificou esse movimento como 'golpe civil-militar', conceito com o qual corroboramos e utilizaremos nessa tese. Nessa relação, a associação do Estado coercitivo, através de sua estrutura burocrático-militar repressiva, com a sociedade civil, composta pelos aparelhos privados de hegemonia do grande capital, configura o que Gramsci (1981) entende como a dinâmica de dominação do Estado capitalista no século XX, hegemonia ancorada na coerção.

Sobre a categorização do regime implantado, optamos pela conceituação de Fico (2004), Napolitano (2014) e que se em sua articulação o golpe foi 'civil-militar', na viabilização do governo que o sucedeu, implantou-se um 'regime militar'. Esses autores argumentam que houve uma militarização do regime (Fico, 2004, 38) e os militares se mantiveram no centro de poder (Pomar, 2012), a despeito de que essa ditadura tivesse entre seus sócios e beneficiários,

⁴² A questão da resistência ao golpe é discutida por Moraes (1997). Esse autor defende que não houve ações bélicas de resistência, consenso historiográfico. Houve, no entanto, tentativas fracassadas de organizar essa resistência, lideradas pelo general Ladário Teles, comandante do 3º Exército, único general fiel à legalidade democrática. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ladario-pereira-teles>. Acessado em 11/10/18.

⁴³ Sobre essa questão vide as publicações de Toledo (1997), as edições 'descomemorativas' dos 40 anos e dos 50 anos do golpe, além de Motta (2014), e Reis (2004), que apresentam coletânea de textos sobre a questão.

amplos setores sociais civis (Napolitano, 2014: 11). Corroboramos com essa interpretação e a utilizaremos nessa tese.

Existe um consenso entre historiadores de que a ditadura pode ser dividida em três fases. A primeira inicia-se com o golpe (1964) e estende-se até a decretação do AI-5 (1968). Foi o período em que os militares castelistas ou moderados assumiram o poder. A segunda fase inicia-se com o AI-5 (1968) e vai até o início do processo de abertura política (1974). Nesse período, os ‘duros’ ou a ‘linha dura’⁴⁴, alinhada com os governos Costa e Silva, e Médici, adotou medidas coercitivas e repressoras além de estrito controle social sobre a sociedade civil. A terceira fase iniciou-se no processo conduzido por Geisel (1974) completando-se no governo Figueiredo, com o fim da ditadura (1985). Gaspari na obra constituída por cinco volumes, ‘A ditadura envergonhada’; ‘A ditadura escancarada’; ‘A ditadura derrotada’; ‘A ditadura encurralada’ e a ‘A ditadura acabada’, e criticada por parcelas de historiadores devido à sua narrativa jornalística, apresenta uma memória liberal do regime militar segundo Napolitano (2014).

Sobre os ‘partidos militares’ dos ‘moderados’ e ‘duros’, Fico (2004, 81) e Napolitano (2014:11) argumentam que essa dicotomia clássica não abarca as possibilidades elencadas pelo regime militar, haja vista que houve inter-relações complexas entre ambos e muitas vezes posições contraditórias.

Fico (2004b) destaca ainda que a tentativa acadêmica de se criar uma tipologia dos grupos militares constitui-se em uma tarefa difícil, devendo ser abandonada a divisão duros/moderados. Segundo ele, devem ser considerados vários fatores incluindo formação militar, laços de lealdade e posição em relação ao desenvolvimento econômico do país. Segundo esse autor, as redes de lealdade que se estabelecem entre camaradas de caserna, por exemplo, muitas vezes suplantavam ou ignoravam diferenças políticas ou ideológicas, da mesma forma que em relação a tortura, por exemplo, havia uma complexidade de posições pois nem todo militar de ‘linha dura’ apoiava a tortura e o contrário também é verdadeiro, nem todo moderado a renegava.

Uma das marcas significativas da ditadura foi a estruturação de um eficiente aparelho repressivo que integrava aparelhos de segurança e informação, incluindo a implantação dos aparelhos repressivos e a rede de informações (Borges, 2007).

Os órgãos de informação, responsáveis pela espionagem, compunham o SISNI, Sistema Nacional de Informações. Fico (2001: 75,76) o definiu como a ‘comunidade de informações’, composta pelo SNI, principal órgão, criado em 1964, pelas Divisões de Segurança e Informações (DSI) e pela Escola Nacional de Informações (EsNI), etc. Em 1968 o Conselho de Segurança Nacional aumentou suas competências, ampliando o poder do SNI e das DSIs. Fico (2004b) afirma que o SNI assumiu novas funções desse período passando de produtor de informações a subsidiador das decisões da presidência da República.

Os órgãos de segurança, as chamados polícias-políticas, eram seções de busca e apreensão, que submetiam prisioneiros a interrogatórios e torturas, destacando-se o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), a Operação Bandeirantes (OBAN), que foi substituída pelo Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e órgãos militares como o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informação da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informação do Exército (CEI), o Conselho de Defesa Interna (Condi), que eram órgãos mistos, desempenhando papéis de informação e segurança.

Havia toda uma complexa estrutura organizacional no aparelho repressivo do governo, destacando o Sistema de Segurança Interna (Sissegim) que determinava as diretrizes

⁴⁴ Fico (2007) define esse grupo como sendo formado por militares que imbuídos de um discurso anticomunista e anticorrupção exigiam maiores prazos para completar os expurgos iniciados em 1964, com a chamada ‘operação limpa’, aprofundando a repressão política e o controle do Estado militar sobre a sociedade.

da Condi, DOI-CODI, além de seis Zona de Defesa Interna (ZDI), que se dividia em Áreas de Defesa Interna (ADIs) e Subáreas de Defesa Interna (Sadis).

1.4. A Igreja e o golpe civil- militar

No período imediatamente anterior ao golpe, em 1964, os grupos ‘modernizadores conservadores’ que, segundo Maiwaring (2004), detinham a hegemonia interna na Igreja⁴⁵, ganharam a direção da CNBB. Dom Agnelo Rossi⁴⁶ assumiu a presidência entre 1964 e 1970, Dom José Gonçalves, a secretaria geral e Dom Vicente Scherer ocupou a função de comandar o laicado, colecionando atritos com membros da Ação Católica, que resultaram em acirrados conflitos internos e na saída de grupos descontentes que romperam com a hierarquia católica e formaram a AP. Essa direção conservadora absteve-se de se pronunciar sobre as questões políticas e sociais que assolavam o país, posicionando-se favoravelmente à ditadura militar⁴⁷.

A ascensão desses setores conservadores garantiu o apoio da hierarquia católica ao regime ditatorial. Isso, no entanto, não impediu que as Conferências Regionais de Bispos da Amazônia e do Nordeste criticassem a ditadura assumindo a defesa dos direitos humanos e sociais (Gomes, 2014). Segundo Maiwaring (2004) ocorreu uma forte polarização interna na Igreja, colocando de um lado, a ‘esquerda católica’, comprometida com a transformação social, e de outro lado, os tradicionalistas e a direita católica. O primeiro grupo tinha forte atuação política e mobilizava parcela considerável da Igreja em seus projetos políticos.

Os tradicionalistas estavam fortalecidos nos anos iniciais da ditadura, mas perderam espaço interno na medida em que o regime se tornava cada vez mais repressor. Os bispos mais influentes nesse campo eram Dom Castro Mayer, bispo de Campos; Dom Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina- MG e o intelectual Plínio Corrêa de Oliveira⁴⁸, que inclusive teceu críticas a Dom Waldyr.

É interessante destacar que em alguns episódios de atrito envolvendo Estado e Igreja, alguns desses bispos conservadores prestaram apoio a seus congêneres progressistas quando estes foram atacados pelas forças de repressão. Isso aconteceu por conta da solidariedade interna e da defesa comum da instituição, como ocorreu nos episódios dos IPMs contra Dom Waldyr.

Não obstante, na maioria das vezes, os bispos atuaram favoráveis à ditadura, como o caso levantado por Serbin (2001), em que Dom Alberto Gaudêncio, arcebispo de Belém, colaborou com a detenção de padres críticos da ditadura, e no caso da ligação dos dominicanos com a luta armada, que recebeu pouca solidariedade dos bispos⁴⁹.

⁴⁵ Sobre as disputas pela hegemonia no espaço eclesial, Maiwaring (2004) avalia que entre 1950-70, havia uma forte disputa entre reformistas e modernizadores, com vantagem para os últimos. A partir de 1968 até 1976, com a eleição de Dom Aloisio Lorscheider, os reformistas assumiram a liderança, quando foram substituídos até 1982 pelos representantes da Igreja Popular. Souza (2004) avalia que o período em que os reformistas e os representantes da Igreja Popular mantiveram a hegemonia eclesial foi o período da ‘década gloriosa’ da Igreja na América Latina, graças ao posicionamento político dessa instituição.

⁴⁶ Dom Agnelo Rossi foi bispo diocesano em Volta Redonda-Barra do Piraí (1956-62), notabilizando-se pela implementação da ‘catequese popular’. Foi transferido para Ribeirão Preto (1962-64) e depois para a arquidiocese de São Paulo (1964-70), tornando-se cardeal e presidente da CNBB (1964-70). Transferido para Roma, ocupou vários cargos na Cúria Romana. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rossi-agnelo>. Acesso em 05 de maio de 2018.

⁴⁷ Sobre essa questão vide Castro (2014), Serbin (2001), Gomes (2014) entre outros.

⁴⁸ Intelectual católico de ultradireita. Fundador da TFP, foi um dos maiores expoentes do tradicionalismo católico brasileiro no século XX. Sobre a trajetória e o pensamento de Plínio Corrêa, vide Foresti (2017)

⁴⁹ Esse apoio focou claro também por parte dos Círculos Operários, que inclusive forneceram quadros para preencher os cargos abertos com as cassações de mandatos e intervenções nos sindicatos. Esse apoio lhe rendeu a

Sobre a questão da participação da Igreja no golpe, Serbin (2001:102, 103) apontou essa disputa interna quando os bispos se reuniram em maio de 1964 para lançar uma declaração sobre o golpe civil-militar. O setor conservador defendia uma moção de apoio enquanto que os progressistas defendiam críticas ao novo regime. Ao final, os dois grupos firmaram um compromisso resultando em um documento contraditório, com agradecimento aos militares por salvarem o país do comunismo ao mesmo tempo em que solicitava o fim dos ataques aos membros da Igreja. O documento segundo Serbin foi um voto de confiança ao novo regime (2001: 104).

O apoio da hierarquia católica ao golpe não impediu que setores progressistas da Igreja sofressem os impactos da repressão. Os primeiros atingidos foram os núcleos da Ação Católica, do MEB e sindicatos rurais católicos (Sader, 1995). A maioria dos historiadores discute que o crescente processo de mudanças experimentado por esses setores da Igreja que buscava uma maior inserção na sociedade e contato com as bases, foi colocado à prova pelo golpe civil-militar.

A opção política majoritária da Igreja de apoio à ditadura se esvaiu em decorrência dos pífios indicadores sociais do regime, que aumentaram a concentração de renda e exclusão social (Napolitano, 2014), sobretudo depois do AI-5. Sua edição foi recebida com cautela pela hierarquia católica. A CNBB divulgou uma nota em que criticou o conteúdo arbitrário desse instrumento em um tom ameno.

Em uma conjuntura cada vez mais repressiva, a Igreja em um movimento contrário à ditadura militar, manteve seu processo de abertura interna e que a levaria a romper com o regime que ajudara a legitimar. Esse processo não ocorreu de forma automática, mas foi tecida gradativamente. O ponto de ruptura ocorreu quando membros da IC foram atingidos pela repressão. Krischke (1979) aponta um estudo da 'Amnesty Internacional', revelando que a metade dos brasileiros detidos pela ditadura entre 1968-78, eram militantes cristãos.

Alguns casos emblemáticos envolvendo autoridades eclesiais⁵⁰, membros do clero, como o assassinato do padre Henrique Vaz, assessor de Dom Helder, em 1966, a prisão dos dominicanos envolvidos no caso Marighella, e principalmente a prisão de Dom Aloisio Lorscheider, secretário geral da CNBB, juntamente com outros padres em 1970, em uma ação em que soldados do Exército invadiram a sede do IBRADES perfizeram esse quadro e forçaram esse distanciamento. Setores majoritários da Igreja se afastaram do regime, denunciando as agressões aos direitos humanos, restando apenas os tradicionalistas no apoio à ditadura. Serbin (2001: 109) aponta centenas de casos de torturas contra militantes católicos, mais de 100 padres presos e 30 bispos foram vítimas da repressão. Dom Waldyr foi um dos mais perseguidos e, segundo Gomes (2014:125), foi apontado em relatórios militares como o bispo mais atuante.

Esses fatos colocaram essas duas instituições em atrito. Delgado (2007), e Passos e Neves (2003) afirmam que, ao levantar a bandeira dos direitos sociais e humanos, a Igreja confrontou os militares. A partir dessas tensões, diversos documentos produzidos pela CNBB denunciaram a repressão política e a posição dessa instituição contra os atentados políticos dos militares⁵¹.

No contexto intra-eclesial, o fator que contribuiu para esse distanciamento foram os reflexos do Vaticano II e da CELAM de Medellín (1968). Beozzo (2005) afirma que

expulsão da CLASC-Conferência Latino-Americana de Sindicatos Cristãos- e da CISC- Confederação Internacional de Sindicatos Cristãos (Wanderlei, 1987b).

⁵⁰ Um caso particular dessa problemática foi vivido pelo cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, figura politicamente conservadora e anticomunista convicto que apoiou integralmente a ditadura não se pronunciando sobre as denúncias de torturas no país. Essa situação mudou quando um de seus sobrinhos, Aldo de Sá Brito de Souza foi submetido a torturas e assassinado pelos militares (Serbin, 2001:108).

⁵¹ Vide Relatório da XI Assembleia Geral da CNBB, 1970, Carta da Comissão Central da CNBB, 1969 'A Igreja na atual conjuntura'. A XII Assembleia da CNBB em 1973 também se posicionou sobre a essa questão, defendendo os direitos humanos (CNBB, 1969).

a mudança na percepção do papel da Igreja no aspecto religioso, político e social preconizado pelo Vaticano II alavancou o processo de resistência de parcelas do episcopado ao regime militar. Depois de 1968, a Igreja assumiu gradativamente um protagonismo na cena política nacional, contribuindo para a reorganização da sociedade civil, a defesa dos direitos humanos e a luta pela redemocratização (Passos e Neves, 2003). Na conjuntura repressora daquele período, a ICAR foi uma das únicas instituições que teve espaço para trabalhar junto aos setores populares e de oposição, construindo-se como a voz dos que não tem voz. Weffort (1984:93) destaca essa questão afirmando que ela era a única instituição que tinha força para acolher os perseguidos.

Destacamos que nesse contexto de fechamento político do regime, ocorreu a organização das CEB's⁵² e de várias pastorais, formadas com suporte institucional de setores da hierarquia católica. Esses novos organismos católicos chocaram-se com a estrutura ditatorial, consolidaram-se como oposição e ganharam espaço junto aos grupos de esquerda.

Sader elenca as CEB's como uma grande inovação na estrutura da Igreja, tanto interna quanto externamente, questionando o sistema político ditatorial. De acordo com sua interpretação, essas comunidades, ampararam-se no que qualifica de 'molde Medellín', centrado na "(...) *denúncia das estruturas sociais, que geram profundas desigualdades, exploração e miséria*". (1995: 154)

1.5. O golpe civil-militar na cidade do aço.

Em Volta Redonda o golpe civil-militar teve rápida repercussão. Ativistas políticos e sindicais esboçaram uma das poucas reações ao golpe no país em uma greve deflagrada na CSN liderada pelos sindicalistas Othon Reis Fernandes, Wilton Meira, Genival Silva e Lima Netto (Bedê, 2010).

No mesmo dia, militares do 1º BIB de Barra Mansa, cidade localizada a poucos quilômetros da CSN, comandados pelo coronel Nilo de Queiroz, ocuparam a cidade e promoveram intervenções no Sindicato dos Metalúrgicos, no Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Barra Mansa, no Sindicato da Construção Civil de Barra Mansa-Volta Redonda e no Sindicato dos Bancários do Sul Fluminense, cujas diretorias foram também afastadas, detidas e cassadas. Rezende (2010) destaca essa questão, afirmando que nesse período o governo militar destituiu mais de 500 diretorias sindicais e interveio em quatro das seis confederações de trabalhadores.

Documentos sindicais foram apreendidos pelos militares⁵³, que os utilizaram para perseguir líderes sindicais. Essa medida possibilitou a instalação de IPMs com o intuito de apurar a "subversão" no meio operário e sindical, como veremos mais adiante no caso de Volta Redonda.

⁵² As CEB's são vistas como pequenos grupos religiosos que se reúnem geralmente nas periferias das cidades ou na zona rural, e menos comumente nas paróquias dos centros urbanos, em uma dada periodicidade semanal ou quinzenal. Esses encontros ocorrem geralmente em uma comunidade, salão paroquial ou comunitário onde discutem assuntos relacionados ao seu cotidiano e realidade concreta, além de aspectos de sua religiosidade, confrontando tal realidade à 'luz da fé', relacionando-a com a bíblia, utilizando o método 'Ver-Julgar e Agir', preconizado pela Ação Católica. Sobre essa questão vide Soares (2001).

⁵³ Bedê destacou que a documentação do Sindicato foi tomada pelos militares e até hoje não foi localizada ainda. Edgard Bedê - Golpe Militar em VR e o movimento sindical. Projeto Violações dos Direitos Humanos no Sul Fluminense. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=STqISMnO32o>. Acesso em 10/09/2018. A esposa do senhor Lainor também afirmou que a documentação do Sindicato da Construção civil também foi apreendida. Arquivo da CMV-VR, Depoimento de Brasilina Vieira Dalbone, esposa de Lainor Ferreira, presidente do Sindicato da Construção Civil em 1964.

Segundo Bedê (2010), o governo Jango tinha amplo apoio em Volta Redonda. A resistência ao golpe na cidade, segundo ele, foi uma das mais significativas em todo o país, ocorrendo em três pontos da cidade: na UPV, onde Lima Neto⁵⁴ liderou uma greve; na Rádio Siderúrgica⁵⁵, que foi ocupada por Othon Reis Fernandes⁵⁶ e na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, onde um grupo de trabalhadores⁵⁷ se concentrou e foi detido no final do dia pelo BIB. Destacamos que Lima Neto, presidente do Sindicato, ligado ao PCB, e Othon Reis Fernandes, pertencente ao PTB, eram adversários na disputa sindical, mas fizeram uma aliança para resistir ao golpe.

Parte da diretoria da CSN também foi afetada pelo golpe. Jesus Soares Pereira, diretor de vendas, teve seus direitos políticos cassados; Wandir de Carvalho, diretor-secretário e o Othon Reis, diretor social, foram presos na AMAN. O almirante Lúcio Meira, presidente da empresa, pediu demissão e foi para a reserva (Bedê, 2010). O Relatório Final -CMV (2015) aponta que havia uma distinção entre os locais para os quais os presos eram levados: os graduados seguiam para a AMAN e os sem graduação seguiam para o batalhão de Barra Mansa.

Na Igreja de Santa Cecília, uma das mais tradicionais da cidade, o pároco, padre Bueno, foi preso⁵⁸ por protestar contra a prisão de um paroquiano que era dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos. Toda essa movimentação política foi apenas acompanhada pelo bispo Altivo Pacheco⁵⁹, figura próxima aos militares, que governou a diocese local entre 1956 e 1966. Sua única iniciativa contrária ao golpe foi um pedido aos militares para libertassem padre Bueno, alguns dias depois de sua detenção.

Essa falta de posicionamento da diocese revela que suas práticas e os discursos políticos eram politicamente conservadores. Dom Altivo, assim como parcela majoritária da Igreja brasileira, apoiou a ditadura militar. Diversas demonstrações públicas atestam esse apoio, como a celebração de missa campal em ação de graças pelo 2º aniversário da ‘Revolução Democrática Brasileira’⁶⁰, a participação em um ciclo de palestras em uma rádio local sobre a importância desta ‘revolução’ e ainda um curso promovido pela Federação dos Círculos de Trabalhadores Cristãos, em que criticava o comunismo⁶¹. Esse bispo era a presença institucional da Igreja ao lado da CSN e dos poderes locais, recebendo apoio dessa empresa⁶². Dreifuss (1984) o aponta como um anticomunista militante afirmando que sua posição política era interessante para a elite orgânica nacional graças à importância da diocese local.

⁵⁴ Lima Neto ficou preso na Aman, em Resende, onde ficou incomunicável por três meses, sem a família saber onde ele estava. Depois de muitas buscas, a família conseguiu encontrá-lo em uma fazenda da Aman, no distrito resendense de Vargem Grande, na zona rural do município. Depois de cinco meses foi libertado, perdeu o emprego e foi despejado da casa que morava pois pertencia a CSN. O prefeito João Pio para evitar o desgaste de ter um ex-presidente do Sindicato acampado na rua, disponibilizou um imóvel com aluguéis pagos para a família. Arquivo CMV-VR, Depoimento de Sheyla Regina dos Santos Lima e Sérgio Roberto dos Santos Lima, filhos de João Alves dos Santos Lima Neto.

⁵⁵ Essa rádio localizava-se no alto do bairro Laranjal, foi fundada em 1955 com o objetivo de promover a integração, entretenimento e enriquecimento cultural dos trabalhadores da usina inseridos na ‘família siderúrgica’ (Gonçalves, 2012). O objetivo de Reis ao ocupar a rádio era conclamar os metalúrgicos a resistirem ao golpe contra o governo Goulart.

⁵⁶ Othon Reis Fernandes foi uma das mais expressivas lideranças políticas de Volta Redonda. Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos (1957-63) candidatou-se nas eleições sindicais de 1963, mas foi derrotado pelo comunista Lima Neto. Foi diretor social da CSN (1962-64), eleito pelo voto direto dos trabalhadores. Foi preso em 1964 e depois foi cassado pelo AI-5. Sem oportunidade de emprego na região transferiu-se para Niterói, onde faleceu em 1971. Os militares proibiram seu sepultamento em Volta Redonda.

⁵⁷ Arquivo CMV-VR, depoimento de José Ventura.

⁵⁸ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda Livro de Tombos nº 2, Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, pag. 96.

⁵⁹ Idem, pag. 97.

⁶⁰ Arquivo CSN, O Lingote, agosto de 1966, nº 186.

⁶¹ Idem

⁶² Idem

No final do dia, segundo levantamento de Carrara e Estevez (2015), 58 líderes sindicais operários foram presos pelos militares. Dias depois, os militares instauraram o primeiro de muitos IPMs para apurar atividades subversivas na região, o ‘IPM da CSN’, que acabou arquivado. Os 77 operários indiciados por ele foram demitidos e despejados das casas da CSN em que moravam, em uma ação que se repetirá sistematicamente nos próximos anos de repressão na região (Bedê 2010). Destacamos que ser demitido da CSN nessa época significava uma grande perda para toda família, pois além do emprego e da casa onde morava, a família também perdia muitos benefícios como o acesso ao RTGV-Recreio do Trabalhador Getúlio Vargas, ao HSN-Hospital da Siderúrgica Nacional, a Cooperativa de Consumo, a ETPC-Escola Técnica Pandiá Calógeras, etc.⁶³.

Essas ações repressivas alinhavam-se ao cenário nacional pós-golpe, quando Castelo Branco (1964-67) executou a chamada ‘operação limpeza’, que promoveu prisões arbitrárias, interveio em sindicatos, cassou mandatos políticos, demitiu funcionários públicos e proibiu atividades políticas dos estudantes. Alves (2005) defende que essa operação tinha por objetivo acionar as forças repressivas e dar ao Estado o controle sobre áreas políticas, militares e sociais. Nos anos posteriores a escalada arbitrária aumentou com a decretação do AI-2, a assinatura da Lei de Segurança Nacional, que instituiu a noção de “guerra interna”, o fechamento do Congresso Nacional e decretação da Lei de Imprensa, altamente restritiva e cerceadora das liberdades de expressão.

Enquanto isso, na noite do mesmo dia 1º de abril, na cidade do Rio de Janeiro, estado da Guanabara, o padre Waldyr Calheiros, pároco de Nossa Senhora de Copacabana, zona sul da cidade, recém-indicado para ser o novo bispo auxiliar da arquidiocese, criticou duramente a tomada de poder pelos militares, destoando do posicionamento da maioria dos bispos brasileiros que apoiou integralmente o golpe e indispondo-se com a maioria de seus paroquianos, alguns inclusive militares (Costa, Pandolfi, Serbin, 2001).

Esses personagens distantes no espaço e com adesões religiosas diversas, mas consoantes em suas convicções políticas contrárias ao golpe, se encontraram anos mais tarde em dramáticos episódios nos quais foram colocados lado-a-lado em Volta Redonda, em uma aliança de solidariedade entre Igreja e esquerdas, que se desenhava no país desde o início dos anos de 1960, e que ganhou contornos singulares e se aprofundaria significativamente nessa cidade no período em que Dom Waldyr Calheiros dirigiu a diocese. Em parte, considerável do seu pastoreio, o Brasil viveu sob o impacto da ditadura militar.

1.6. A pluralidade das esquerdas

O conceito de esquerda suscitou intensos debates nas últimas décadas. Originado na Revolução Francesa o termo ‘esquerda’ nasceu confrontando-se com o termo ‘direita’, seu antônimo e inimigo que possibilitou sua construção identitária. Justamente em função, ou melhor, em oposição ao seu inimigo, a esquerda construiu sua proposta programática plural e uma tradição política que atravessou os séculos XIX e XX embalando os sonhos utópicos de transformação social, seja pela via revolucionária ou pela via reformista, abarcando tendências políticas e propostas plurais. Desde então a esquerda construiu sua cultura política identificando-se com um discurso que a aproxima do conceito de ‘igualdade’, enquanto que as

⁶³Essas informações foram colhidas a partir da análise dos depoimentos prestados a CMV-VR, que entrevistou diversos militantes políticos que foram presos por ocasião do golpe, e em sua ausência, diversos parentes que viveram essa situação. A CMV-VR coletou o depoimento de Cleide Lima, filha de Nestor Lima, ex-presidente do Sindicato, Célio de Jesus, filho de Geraldo Marcelo, ativista sindical. Zélia dos Santos Aguiar, esposa de Eli da Silva Aguiar, ativista sindical. Todos relatam as dificuldades que a família viveu depois que seus pais foram presos por ocasião do golpe. Arquivo CMV.

direitas, grifando o termo também no plural, construíram suas propostas pautando-se pela defesa da ‘liberdade’, segundo Bobbio (2001).

A pluralidade de ideias, projetos políticos, facções, tendências estratégias e táticas políticas nos autorizam a qualificar esse campo político como ‘esquerdas’, tendo em comum as críticas, mais acirradas ou comedidas, ao capitalismo e ao liberalismo, sobretudo seus pressupostos de defesa da desigualdade, seja ela social, econômica, política ou cultural.

Na atualidade os grupos de esquerda vivem uma crise advinda da ‘crise do socialismo real’, expressa na queda do muro de Berlim (1989), e no colapso soviético (1991). Recuada desde o final dos anos de 1960, podemos enxergar os primeiros sinais dessa crise no ‘maio de 1968’, quando os jovens franceses, em um movimento que se espalhou pelo mundo, já expressavam sua frustração com muitas bandeiras das esquerdas, particularmente o burocratismo⁶⁴. Na atualidade essa crise sofre influência do processo de globalização e neoliberalismo, quando os pressupostos do ‘mercado’ e do ‘Estado mínimo’ atacaram as propostas políticas das esquerdas e trouxeram dificuldades para se pensar esse conceito. Desde então, a dicotomia entre esquerda e direita, igualdade e liberdade, foi aguçada.

Todas essas questões suscitaram problemáticas que questionaram a vitalidade do conceito de esquerdas, ameaçando a tradição política desse espectro político. Parece que hoje os conceitos de ‘esquerda’ e ‘direita’, antitéticos e excludentes por excelência, se entrelaçaram e não faz mais diferença ser de ‘esquerda’ ou ‘direita’, analisados como conceitos simplificadores e aprisionadores da complexidade histórica segundo seus críticos.

Sobre essa discussão, Bobbio (2001) reiterou a contemporaneidade desses conceitos à despeito dos críticos. Ele justificou as diferenças entre as definições de ‘esquerda’ e ‘direita’ pautado pelas relações desses termos com a questão da igualdade. Para esse autor italiano, as esquerdas devem se pautar pelos ideais da igualdade: “... *de esquerda seriam as forças e lideranças animadas e inspiradas pela perspectiva da igualdade enquanto que a direita se orienta pela desigualdade*”. Esse autor afirma, no entanto, que adotou esse critério, qualificado como o ‘critério de Bobbio’, por ser o mais difundido entre vários autores precedentes, uma ‘communis opinio’, e mesmo negando sua paternidade, defende essas acepções.

Analisando suas conclusões, Bobbio afirma que para a esquerda a igualdade é a regra e a desigualdade é a exceção, e para a direita é exatamente o contrário. Esclarecendo essa questão afirma que diante de três questões colocadas: ‘... *igualdade entre quem? Igualdade em relação a quem? Igualdade em relação a qual critério?*’ A resposta da esquerda na primeira questão é ‘*a mais inclusiva e extensiva possível*’, ou seja, ‘*para todos*’ contra ‘*para poucos*’ da direita; com relação a segunda, a prioridade da esquerda é para os ‘*direitos humanos*’ contra ‘*bens de consumo*’; e finalmente com relação a terceira proposição, a resposta da esquerda considera os critérios da ‘*necessidade e do trabalho*’ em oposição ao da direita que privilegia o ‘... *mérito e a posição social*’ (2001: 23-24).

Esse autor explica que ao relacionar direita e desigualdade, não faz um juízo moral pois para esse grupo a desigualdade não é apenas eliminável, mas também útil, na medida em que promove a busca pelo aperfeiçoamento da sociedade (2001:38). Bobbio faz uma ressalva explicando que a busca da igualdade pela esquerda, que objetiva reduzir as desigualdades sociais ou tornar menos cruéis as desigualdades naturais, não deve ser confundida com igualitarismo, ou seja, a construção de uma sociedade em que todos são iguais.

As ideias de Bobbio parecem, à primeira vista, um tanto quanto imprecisas e generalistas, mas extrapolam o reducionismo capitalismo-comunismo, respondendo a uma época de indefinições e projetos políticos fluídos, em que a globalização hegemoniza as narrativas políticas, neutraliza as críticas e naturaliza as desigualdades sociais além de

⁶⁴ Comentar brevemente essas questões haja vista que serão abordadas em um tópico específico.

esterilizar os debates acerca da díade direito-esquerdos. Nesse contexto transitar politicamente de posições políticas de esquerda para direita, ou vice-versa, parece nem ser tão complicado e até mesmo natural, Bobbio, ao contrário, defende que a pertinência dessa díade é contemporânea e necessária, sendo definidora de posições políticas antagônicas.

Para além da dicotomia liberdade e igualdade Coelho (2009) apresenta uma análise importante dessa questão. Para essa autora, a construção dos regimes ditatoriais de esquerda ao longo do século XX e o burocratismo soviético obscureceram os projetos políticos das esquerdas. Para ela, a identidade desse espectro na atualidade, além da luta pela igualdade, deve incorporar em seus discursos e práticas políticas, a liberdade e a democracia, gestando uma nova concepção política de esquerda.

Essas questões são importantes, pois balizam nossas discussões sobre Igreja e esquerdas, justificando nossa posição sobre esse campo político e em que medida entendemos o termo ‘esquerdas’.

1.7. Uma difícil relação

A relação da Igreja com as esquerdas, desde suas origens, a partir do século XIX, foi marcada, sobretudo pelo distanciamento, tensões e diálogos, que se tornaram mais comuns nas últimas décadas. Em sua origem o pensamento de esquerda apresentava profunda hostilidade contra a religião, especialmente a Igreja Católica, servindo isso como símbolo identitário dessa matriz ideológica, entretanto nos séculos seguintes, uma dinâmica de aproximação se operou entre ambas.

O discurso político das esquerdas negava a tradição cristã acusando-a de ser alienante e opressora impregnada de capitalismo. Ser ateu e anticlerical era marca do discurso das esquerdas. Em contrapartida, a narrativa da Igreja acusava as esquerdas de serem destruidora dos valores cristãos.

Essa oposição remonta ao pensamento iluminista que produziu um discurso negativo sobre a religião, vista como fonte de um poder abusivo e alienante, representando o obscurantismo social. A religião deveria ser substituída pela natureza ou pela ciência como árbitro da sociedade. Para que a sociedade pudesse se desenvolver, de acordo com os pressupostos racionalistas, a religião deveria desaparecer, cedendo lugar à ciência e ao avanço do progresso, originando o mundo livre do liberalismo, de acordo com os capitalistas, ou da revolução proletária, conforme planejavam os marxistas.

Marx qualificou a religião como conservadora e alienante ⁶⁵: “(...) *A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo*” (2010: 145), afirmando que a religião e as superestruturas da família, do Estado e da propriedade privada, são ilusões criadas pelas classes dominantes para submeter às classes dominadas.

A expressão religião como ‘ópio do povo’, que segundo Lowy (2000), não foi originalmente proferida por Marx, tornou-se uma condenação programática das esquerdas à religião, principalmente contra a Igreja Católica e seu conservadorismo, sendo utilizada inclusive para a justificação do ateísmo, impedindo o diálogo entre religião e revolução, justificável na conjuntura da época. Nessas circunstâncias, as ideias de repulsa à Igreja nos meios comunistas, encontraram ampla receptividade e se popularizaram rapidamente. Na

⁶⁵ A visão religiosa de Marx é influenciada pela visão dos hegelianos, particularmente Feurbach, que interpreta a religião como uma falsa consciência, ‘consciência invertida’. Sobre essa questão vide Buryti (2011) e Lowy (2000).

mesma posição de Marx, outros pensadores como Nietzsche⁶⁶, e em menor medida, Durkheim⁶⁷ e Weber⁶⁸ endossaram esse caráter da religião.

As concepções acima, no entanto, devem ser analisadas e matizadas no contexto histórico particular de sua produção. Nesse período, com as revoluções burguesas do século XVIII, particularmente a Revolução Francesa, construiu-se a modernidade baseada nos princípios da razão, do cientificismo (ainda incipiente) e da liberdade de expressão. Esses novos valores desenharam os parâmetros do anticlericalismo, da separação Igreja-Estado e da laicização da sociedade, opondo-se frontalmente à Igreja. Gomes (2014) afirma que todos esses ‘mitos’ surgidos com o Iluminismo, incluindo a também a democracia, foram combatidos tenazmente pela Igreja que se sentia ameaçada em seu *status quo* e dogmas.

Nessa época a Europa assistia à fase inicial da industrialização. A classe operária era submetida a péssimas condições de trabalho e de vida. Esse período foi marcado também pelas ondas revolucionárias de 1820-1848, que triunfaram o liberalismo burguês, pela criação da teoria evolucionista de Darwin (1859) e pela propagação das ideias marxistas, refratárias à religião, como analisamos anteriormente.

Nesse cenário, a ICAR, instituição tipicamente conservadora, assistia sua concepção de mundo perder plausibilidade (Berger, 2004). Como reação a esse cenário, ela adotou uma posição opositora às novas ideias que em sua concepção originavam os chamados ‘males da modernidade’: o individualismo dos liberais e o materialismo dos socialistas. Romano (1979) analisa que as diferenças entre a Igreja e essas ideologias centravam-se na questão da pessoa humana, pois segundo essa instituição, a modernidade, com suas formas individualistas e coletivistas limita os valores de responsabilidade e liberdade humana, encarando a propriedade como valor exclusivo do indivíduo, no caso do liberalismo capitalista, ou a destrói, afirmando o Estado como único proprietário, no caso do comunismo.

Nessa conjuntura avessa ao catolicismo, organizou-se o movimento ultramontano, que defendia posições conservadoras, baseadas em uma teologia tridentina e reacionária. Esse movimento ganhou espaço interno colocando a Igreja avessa à modernidade, particularmente ao liberalismo, ao racionalismo e ao comunismo (Cifuentes, 1989). Segundo Cardoso (2009) esse quadro político de intensas transformações políticas, econômicas e sociais, agiu sobre a Igreja gerando feroz oposição dessa instituição ao mundo moderno. Contra os ataques que sofria o catolicismo romanizado do século XX, excessivamente centralizada política e doutrinariamente na Cúria Romana, sobressaiu-se na defesa intransigente de seus valores contra seus críticos ideológicos, vedando qualquer possibilidade de diálogo. Dale (1985) discute que a Igreja sempre mostrou reticências ou recusa às transformações do mundo moderno, salvo as exceções de Leão XIII na questão social, Pio XI nas comunicações, com o rádio e Pio XII com o apostolado leigo.

⁶⁶Esse pensador critica sobremaneira a sociedade edificada sobre a concepção cristã, amparada em uma moral que por séculos foi utilizada como mecanismo de domínio e manutenção do poder pelos grupos dominantes. Sobre essa questão vide Lima (2015). Disponível em http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/5/TDE-2015-05-26T142905Z-755/Publico/sebastiao_hugo_brandao_lima.pdf. Acessado em 03/02/2017.

⁶⁷Durkheim enxerga a religião como um “sistema de crenças e de práticas” e um fenômeno coletivo. Sua existência baseia-se em uma distinção essencial entre fenômenos sagrados e profanos. É um conjunto de práticas e representações em ação tanto nas sociedades modernas quanto nas sociedades primitivas. Segundo Costa (2017) interessa para Durkheim o papel que a religião desempenha na coesão social, concluindo que ela é uma projeção da própria sociedade, criada por ela mesma. Durkheim acreditava no potencial emancipador da modernidade e os problemas devem ser resolvidos não pela religião, mas pelo Estado laico.

Disponível em <http://domtotal.com/direito/pagina/detalhe/23867/concepcao-de-religiao-segundo-emile-durkheim>. Acessado em 01/02/2018.

⁶⁸Para Weber a religião é produto histórico. Estuda conceito de carisma e ética econômica das religiões. Defende a ‘autonomia relativa do campo religioso’ e ‘desencanto do mundo’. Para ele, uma das principais características da modernidade é o avanço do racionalismo que levaria cada vez mais os indivíduos a encurtarem o espaço do religioso (Costa, 2017).

Alceu Amoroso Lima (apud Teixeira 1988) distingue três fases na evolução do pensamento social da Igreja: uma primeira fase (1832-1891) marcada pela negação da modernidade; uma segunda fase (1891-1958) marcada por um avanço nos posicionamentos da Igreja, que criticou o liberalismo e a exploração dos operários, reiterando suas críticas ao comunismo e defendendo conciliação entre as classes; e, finalmente, um terceiro período (1959 aos dias atuais) marcado pelo diálogo entre Igreja e o mundo contemporâneo. Dom Waldyr e a diocese de Volta Redonda representam setores da Igreja que se disponibilizaram a travar esse diálogo.

Analisaremos a relação da Igreja com as esquerdas a partir desse viés interpretativo. O primeiro papa a se posicionar contra a modernidade foi Gregório XVI (1830– 1846), que centrou suas críticas aos novos valores burgueses de liberdade e o racionalismo, além de se posicionar contra a desvalorização da religião e a submissão da Igreja ao Estado. Na encíclica “Mirari vos, sobre os Principais Erros de Seu Tempo”⁶⁹, publicada em 1832, esse líder católico esmiúça suas posições, criticando a liberdade religiosa, a separação Igreja-Estado, o liberalismo, o socialismo, entre outros.

Seu sucessor, o Papa Pio IX (1846-1878) inicialmente festejado como nacionalista e liberal adequado aos novos tempos segundo Franzen (1996), tornou-se de acordo com Manoel (2004) o papa antimoderno mais conservador da história. Esse pontífice exacerbou suas críticas à modernidade, confrontando-se abertamente com o liberalismo e o nascente comunismo. Notabilizou-se por convocar o Concílio Vaticano I⁷⁰, uma trincheira de lutas da Igreja contra a modernidade e por levar à cabo o processo de ‘romanização’ do catolicismo⁷¹, reforçando as posições conservadoras dessa instituição.

Esse Papa, em 1846, no primeiro ano de seu pontificado, e dois anos antes de Marx publicar o ‘Manifesto do Partido Comunista’, em uma época em que pensamento comunista nem se estruturara teoricamente, condenou abertamente o modelo socialista em sua primeira encíclica, a “Qui Pluribus- Sobre os erros contemporâneos e a forma de os combater”, na qual afirma que o comunismo:

*“(...) desmascara os direitos de todos, a propriedade, a própria sociedade humana; tais as ciladas escuras daqueles que, em pele de ovelha, sendo lobos vorazes, insinuam-se de forma fraudulenta, com o tipo de sincera piedade, virtude e disciplina, para penetrar humildemente, captar com suavidade, matar escondido de toda Religião ...semear doutrinas pestíferas, depravar as mentes e almas, especialmente os mais crédulos, e causar sérios danos à religião. ”*⁷²

Suas críticas ao comunismo se prolongaram por outros documentos como a alocução “Quibus quantisque” (1849), a encíclica “Noscitis et Nobiscum” (1849), a alocução “Singulari quadam” (1854), a encíclica “Quanto conficiamur moerore” (1863) e na encíclica ‘Quanta Cura’⁷³, na qual incluiu um Syllabus, documento em que elenca 80 erros temporais, incluindo o liberalismo e o comunismo, que deveriam ser totalmente rejeitados pelos católicos.

⁶⁹Disponível

<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmxcnVwb29lbnNmfGd4OjY5OGI3YjMyNjJmOTQ2Yjk>, acesso em 29/06/16

em

⁷⁰Esse Concílio, de caráter conservador e reacionário, realizou-se entre 1871 e 1872. Apresentou severas críticas ao liberalismo, ao racionalismo e ao materialismo dialético. Decretou a infalibilidade papal e a centralização do poder eclesial na Cúria Romana (Cardoso, 2009).

⁷¹Conjunto de transformações eclesiais que ocorrem na IC, a partir do papado de IX, que concentrou poderes na Cúria Romana e no papado. Preconiza o poder na Igreja fortemente vinculado à burocracia eclesial romana e ortodoxia doutrinária (Oliveira, 1985).

⁷²Encíclica ‘Qui Puribus’, disponível em http://www.mercaba.org/MAGISTERIO/qui_pluribus.htm. Acessado em 29/09/16.

⁷³Disponível em <http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/silabo/#S4>, acesso em 01/10/16.

Definitivamente, as relações entre Igreja e esquerdas nasceram crivadas pelo distanciamento e crítica.

O sucessor de Pio XI foi Leão XIII (1878-1903), que manteve a política de condenação ao mundo moderno e seus ‘males’ de acordo com a avaliação de Pio X. Essas críticas, no entanto, segundo Cardoso (2009), ocorreram de forma menos intransigentes e mais pontuadas, abrindo espaço para uma inserção da Igreja no mundo operário, concretizada com a elaboração da DSI- Doutrina Social da Igreja. Inicia-se a transição para o diálogo da Igreja com as esquerdas.

No seu longo pontificado Leão XIII, produziu diversas bulas, cartas, constituições apostólicas e encíclicas⁷⁴, que expuseram sua posição política sobre a sociedade da época, versando sobre liberalismo, separação Igreja-Estado, democracia, classe operária, e outros temas. Em sua primeira encíclica “*Quod Apostolici Muneris*’ (1878)⁷⁵, teceu críticas ao socialismo qualificando-o como “(...) *peste mortífera, que invade a medula da sociedade humana e a conduz a um perigo extremo*”. Na encíclica *Diuturnum Illud* (1881:170)⁷⁶ afirma que “(...) *o comunismo, o socialismo, o niilismo, são monstros horrendos que são a vergonha da sociedade e que ameaçam ser-lhe a morte*”.

A despeito de seu conservadorismo, esse papa abriu um pequeno diálogo com o mundo moderno buscando um reposicionamento da Igreja diante das novas problemáticas que se apresentavam. Gomes (2014) afirma que seu papado foi marcado por tentativas de diálogo da Igreja com a modernidade. Nesse contexto situa-se sua encíclica mais importante, a ‘*Rerum Novarum- Sobre Coisa Novas*’ (1891)⁷⁷. Mainwaring (2004: 43) a define como a ‘(...) *aceitação tardia do mundo moderno pela Igreja*’, reconhecendo, no entanto, que continha elementos conservadores. Franzen (1996) analisa esse documento como uma solução apontada pela Igreja para a questão social, mas diversos autores a analisam como uma tática de aproximação da Igreja com os operários, haja vista que ela assistia com desconfiança a crescente influência comunista no incipiente movimento operário.

Nessa encíclica, Leão XXIII lançou os princípios da DSI - Doutrina Social da Igreja, buscando uma conciliação possível entre capital e trabalho, uma espécie de terceira via mediada por esta instituição (Cavalcanti, 2012). Nesse documento defendia a ideia da possibilidade da organização de uma sociedade harmônica ancorada em uma propriedade com função social, distante das concepções marxistas de socialização dos meios de produção e da propriedade estritamente privada do modelo liberal. Se por um lado essa encíclica mais uma vez negou o comunismo, abriu também espaço para a questão operária, elegendo os operários pela primeira vez como os alvos da intervenção da Igreja.

Lowy (2000) apresenta uma análise interessante sobre as posições da Igreja nesse período, afirmando que ela reconheceu a vitória do capitalismo, mas criticou os excessos do liberalismo e, sobretudo, diante de seu inimigo maior, o socialismo, não hesitou em se unir aos capitalistas. Seu objetivo era corrigir as ‘deformações’ capitalistas com medidas de assistencialismo cristão, inserindo-se nesse sentido a *Rerum Novarum* e seus demais posicionamentos até a atualidade, posição com a qual concordamos.

Todas essas críticas à modernidade foram seguidas religiosamente pelos sucessores de Leão XIII, os papas Pio X e Bento XV, que mantiveram uma forte oposição aos comunistas,

⁷⁴Dentre as encíclicas de Leão XIII destacam-se a *Diuturnum Illud*, (1881), *Immortale Dei* (1885), *Libertas*, (1888), *graves de Comuni*, (1901).

⁷⁵http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_28121878_quod-apostolici-muneris.html

⁷⁶Disponível em http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_29061881_diuturnum.html . Acessado em 29/09/16.

⁷⁷Disponível em http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051 . Acesso em 30/09/16.

acirrada pelo temor de uma revolução socialista na Itália, a exemplo do que ocorrera na Rússia em 1917.

Pio XI (1922-39) governou a Igreja em um período marcado pela consolidação da Revolução Russa (1917), pela ascensão do nazi-fascismo e pela Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Em um ambiente polarizado, esse pontífice optou por alinhar-se às forças conservadoras retomando os ataques contra o socialismo. Na encíclica *Redemptoris* (1937)⁷⁸ afirmou que o principal inimigo do cristianismo era o comunismo. Esses ataques continuaram na encíclica *Quadragesimo Anno* (1931)⁷⁹, na qual afirmou que o socialismo,

“(...) não pode conciliar-se com a doutrina católica; pois concebe a sociedade de modo completamente avesso à verdade cristã. [...] Socialismo religioso, socialismo católico são termos contraditórios: ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista.” (grifo nosso), o pontífice continua seus ataques afirmando a relação entre liberalismo e socialismo: *(...) o socialismo tem como pai o liberalismo e por herdeiro o bolchevismo.* ”

Essa questão também foi abordada por João XXII na encíclica ‘*Mater et Magistra*’ (1961). O mesmo pontífice que convocou o Vaticano II, vetor das mudanças no mundo católico a partir dos anos de 1960, teceu críticas ao socialismo:

“(...) a oposição é radical, e acrescenta não se pode admitir de maneira alguma que os católicos adiram ao socialismo: ... porque fomenta uma organização social da vida comum tendo a produção como fim único, não sem grave prejuízo da liberdade humana” (1961:34).

Nesse aspecto João XXIII se alinhava ao pensamento da conservadora Cúria Romana. Mir (2007) aponta João XXIII como redondamente anticomunista, como a maioria da hierarquia católica.

O anticomunismo esteve presente também na preparação para o concílio. Os religiosos que participariam do concílio foram convidados a enviar uma carta, denominada ‘votum’, indicando questões a serem discutidas nos trabalhos conciliares. O anticomunismo católico, posição defendida pelos grupos mais conservadores, foi uma das pautas mais indicadas pelos clérigos católicos do mundo todo.

Na relação do Vaticano II com o comunismo é importante ressaltar que à despeito dos avanços promovidos por esse concílio, ele se posicionou contra o comunismo, especialmente o ‘socialismo real’, burocrático e autoritário. Essas críticas representaram uma vitória do ‘*Coetus Internationalis Patrum*’, grupo ultraconservador católico formado durante a realização do Concílio.

As restrições ao comunismo permanecem acessas na IC mesmo na atualidade. João Paulo II, nascido na Polônia e responsável pela retomada do neoconservadorismo na Igreja a partir dos anos de 1980 e que teve papel importante na derrocada do comunismo no Leste Europeu, teceu agudas críticas a esse modelo. Na encíclica ‘*Centesimus Annus*’ (1991:10)⁸⁰, afirma que:

⁷⁸ Disponível em http://www.catolicoorante.com.br/docs/enciclicas/pioxi/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris_po.html, acesso em, 01/10/16.

⁷⁹http://www.catolicoorante.com.br/docs/enciclicas/pioxi/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html. Acesso em 02/10/16.

⁸⁰ Essa encíclica foi produzida em comemoração ao centenário da *Rerum Novarum*. Nela o papa reitera a Doutrina Social da Igreja, mantendo distanciamento tanto do comunismo como do capitalismo. Disponível em http://www.catolicoorante.com.br/docs/enciclicas/jpii/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus_po.html. Acessado em 02/10/16.

“(...) o erro fundamental do socialismo é de caráter antropológico. De fato, ele considera cada homem simplesmente como um elemento e uma molécula do organismo social, de tal modo que o bem do indivíduo aparece totalmente subordinado ao funcionamento do mecanismo econômico-social, (...) O homem é reduzido a uma série de relações sociais, e desaparece o conceito de pessoa como sujeito autônomo de decisão moral, que constrói, através dessa decisão, o ordenamento social. (...) se se questiona ulteriormente onde nasce aquela errada concepção da natureza da pessoa e da subjectividade da sociedade, é necessário responder que a sua causa primeira é o ateísmo. (...) O referido ateísmo está, aliás, estritamente conexo com o racionalismo iluminístico, que concebe a realidade humana e social do homem, de maneira mecanicista.”

Ainda sob sua influência, o catecismo da IC lançado em 1992, mesmo depois do fim da Guerra Fria, reafirma as teses anteriores: *“(...) a Igreja rejeitou as ideologias totalitárias e ateias, associadas, nos tempos modernos, ao «comunismo» ou ao «socialismo»*⁸¹.

As relações entre Igreja e esquerdas sempre se pautaram pela distância. A diocese local representou uma ruptura com as orientações da Igreja romana. Alinhada aos setores progressistas da Igreja, buscou proximidade e diálogo com esses grupos políticos, como veremos a seguir.

1.8. A Esquerda Católica: o caminho do diálogo

Esse distanciamento entre Igreja e esquerdas foi se esvaindo gradativamente a partir do fim da 2ª Guerra Mundial. Depois de um século opondo-se à modernidade a Igreja a partir de João XXIII abriu-se ao mundo moderno e suas novas demandas. O Vaticano II possibilitou uma nova leitura do mundo e sua inserção na contemporaneidade, aproximando a Igreja de seus antigos inimigos. Esse papa, nas encíclicas *Pacem in Terris* (1963) e *Mater Magistra* (1961)⁸², propôs a colaboração de católicos e não católicos na transformação social apresentando ainda benefícios da socialização buscando diálogo com o pensamento socialista democrático.

Essas mudanças na cultura política católica, particularmente no Brasil, devem ser confrontadas com o panorama político nacional e as transformações operadas na Igreja internacional com a realização do Vaticano II. Beozzo (2005) analisou que esse Concílio promoveu uma análise mais histórica e sociológica das correntes sociais e políticas contemporâneas desde o liberalismo ao marxismo, facilitando o diálogo com esses pensamentos políticos.

Outro fator importante foi que a partir da década de 1960 no Brasil e na América Latina o agravamento das questões econômicas e sociais, o processo de concentração de renda e as necessidades de superar essa realidade abriram espaço para um diálogo de setores da Igreja mais sensíveis às questões sociais com propostas políticas de esquerda, possibilitando uma aproximação entre ambas.

⁸¹ Esse documento foi elaborado no pontificado de João Paulo II sintetizando os principais pontos da doutrina católica formulados em uma linguagem acessível ao conjunto dos fiéis. Disponível em <http://ratioetvita.blogspot.com.br/2015/05/enciclicas-contra-o-comunismo.html>, acessado em 27/09/16.

⁸² Na ‘*Mater e Magistra*’ aborda a problemática dos países subdesenvolvidos e na ‘*Pacem in Terris*’ defende o direito a um padrão digno de vida, e aos benefícios sociais. Disponíveis em https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acessado em 26/09/2016.

Nesse período de polarização ideológica e disputas políticas acirradas, movimentos e setores da Igreja, como a Esquerda Católica e seus desdobramentos como a Ação Católica, sobretudo a JOC e o MEB, ancorados na Teologia da Libertação, se aproximaram de grupos de esquerdas baseando-se no combate à desigualdade social, defesa da democracia e dos direitos humanos, além de propostas políticas comuns (reforma agrária, investimentos sociais, etc.), incluindo ainda a defesa do socialismo e da luta armada. Na América Latina, destacamos o protagonismo de Camilo Torres, sacerdote colombiano que aderiu à luta armada, provocando uma aproximação dos cristãos com esses grupos políticos, tornando-se um ícone desse diálogo pouco provável até então⁸³.

Como discutido anteriormente a maioria dos socialistas a partir de Marx apresentaram a religião como legitimadora da ordem vigente e do ‘status quo’ capitalista. Outros socialistas, no entanto, apresentaram diversos caminhos de análise. Para Engels (1969), a religião é um sistema cultural que passou por transformações, inicialmente situando-se como religião dos escravos, depois como ideologia estatal do Império Romano e finalmente como fonte justificadora da dominação feudal. Esse autor enxergava a religião como legitimadora da ordem estabelecida, mas também entendia seu papel contestador. Sua análise do cristianismo primitivo abarca essa possibilidade destacando seu caráter libertário, comparando-o inclusive com o socialismo.

Posição semelhante foi apresentada por Rosa de Luxemburgo (1986), que analisou a prática libertária do cristianismo primitivo⁸⁴ apontando inclusive que os socialistas modernos são mais fiéis aos princípios do cristianismo (liberdade, solidariedade, etc.), que o clero conservador, seus intérpretes autorizados.

Gramsci, como focado nesse trabalho, também faz uma análise significativa da religião, afirmando o caráter revolucionário do cristianismo primitivo⁸⁵ e se debruçando principalmente sobre o papel da IC na Itália, analisou suas ‘tendências’ internas e concluiu que as religiões representavam uma multiplicidade de religiões diferentes e contraditórias⁸⁶, sendo passíveis de sofrerem mudança e alterações em seu jogo interno de disputa pela hegemonia, como analisado em nosso quadro teórico.

Semeraro (2017) aponta que para Gramsci, em determinadas circunstâncias, a religião poderia se tornar uma força de resistência e de expressar a revolta das classes. Concordamos com essa questão, de que a Igreja, ou de pelo menos setores dessa instituição, podem se tornar contestadores da ordem estabelecida.

Sobre as relações da Igreja e Estado, Lênin defendia a estrita separação Igreja-Estado e a plena liberdade religiosa, pois entendia a religião como prática reservada ao âmbito privado defendendo inclusive que o ateísmo não deveria fazer parte do programa do partido. Segundo ele a unidade dos trabalhadores é mais importante do que as querelas religiosas, *‘É por isso que não declaramos nem devemos declarar o nosso ateísmo no nosso programa; é por isso que não proibimos nem devemos proibir aos proletários que conservaram estes ou aqueles vestígios dos velhos preconceitos que se aproximem do nosso partido.’* (1905: 16). Defendia que as igrejas deveriam se organizar fora do Estado, sem receber ajuda ou subvenção deste, não

⁸³ Sobre a adesão dos cristãos à luta armada na América Latina, o padre colombiano Camilo Torres é a grande referência. Ele aderiu a guerrilha do ELN, conciliando marxismo e cristianismo. Seu pensamento político é expresso na obra ‘Cristianismo e revolução’.

⁸⁴ Segundo essa autora, *“... a religião cristã aparecia a estes infelizes seres (escravos e proletários), como um cinto de salvação, uma consolação e tornou-se, logo desde o princípio, a religião dos proletários romanos”* Luxemburgo (1986:16). Portelli também aponta o caráter libertário do cristianismo primitivo *“... O cristianismo aparece inicialmente como um movimento ideológico e político dos povos oprimidos e das classes subalternas”* (1984: 52).

⁸⁵ Vide Staconnne (1991) e Portelli (1984).

⁸⁶ Um retrato essencial destas correntes pode ser visto em Portelli (1984: 153-165).

vendo impedimentos para a organização das igrejas no regime socialista. Uma discussão dessa problemática depois da implantação do comunismo na URSS extrapola os limites dessa tese.

Das conclusões desses diversos teóricos socialistas podemos enxergar uma substantiva possibilidade de aproximação entre Igreja e esquerdas. Essa relação concretizou-se significativamente na América Latina na segunda metade do século XX, facilitada pela formação de diversos movimentos cristãos. Abordaremos essa questão a seguir.

Nesse período havia uma forte influência do pensamento de Che Guevara e de Mao Tse Tung, com a organização de diversos movimentos revolucionários como o MIR, Tupamaros, etc. que planejavam derrubar o capitalismo e implantar o socialismo. Lowy (2000) apresenta dois aspectos centrais que ocorreram no final dos anos de 1950 e que marcaram definitivamente o posicionamento da Igreja na América Latina, a Revolução Cubana e o início do pontificado de João XXIII.

O exemplo cubano apontou a possibilidade concreta da via revolucionária no continente, que aliado às transformações propostas pelo papa João XXII, marcaram o posicionamento político de setores da Igreja que buscavam uma nova inserção no universo político sintonizada com os valores cristãos de justiça social. Krischke (1979) aponta que na década de 1960 organizaram-se em toda a América Latina, diversos movimentos de cristãos progressistas e sacerdotes de esquerda, destacando-se os Cristãos pelo Socialismo no Chile, Sacerdotes do Terceiro Mundo na Argentina, Igreja e Sociedade na Bolívia, entre outros.

No Brasil, o cenário político marcado por crescentes polarizações ideológicas entre esquerda e direita, pelas mobilizações intelectuais e estudantis, produziram um acelerado engajamento da cultura brasileira, com a organização dos CPC-UNE, do Cinema Novo, do Teatro do Oprimido, na atuação do MEB, na implantação do método de alfabetização Paulo Freire entre outros. Segundo Napolitano (2014), o governo Jango formatou uma nova agenda cultural para o país, influenciada pelos debates reformistas que suscitou e sua queda significou também a queda dessa elite intelectual⁸⁷.

Nesse cenário estabeleceu-se um diálogo entre setores da Igreja e das esquerdas. Esclarecemos que, de acordo com o modelo teórico gramsciano, o pensamento religioso não evolui desconectado no espaço simbólico, ele se articula e interage com as outras esferas da realidade política, social, cultural e econômica nacional e internacional. Nesse contexto é possível destacar várias experiências eclesiais na Europa que influenciaram esse conjunto de mudanças que se operaram na realidade latino-americana e brasileira e que possibilitaram esse diálogo antes pouco provável entre esses antigos rivais.

Lowy (2000) aponta uma significativa influência do pensamento francês nesse processo destacando-se o Movimento dos Cristãos Revolucionários, integrante da Resistência Francesa ao fascismo, as redes de cristãos envolvidos na fundação do PSU, Partido Socialista Unificado, as Juventudes Católicas entre outros, e ainda teólogos como Mounier e Cardonnel. Esses pensadores promoveram uma releitura do cristianismo, colocando-o em sintonia com o mundo dos operários. Segundo esse autor, a influência francesa também foi muito importante na elaboração do referencial teórico da Teologia da Libertação e para a estruturação do Cristianismo da Libertação. A *'(...) Igreja dos pobres é herdeira da rejeição ética do capitalismo pelo catolicismo, e especialmente dessa tradição francesa e europeia do socialismo cristão'* (2000: 53). Esses movimentos são herdeiros de uma tradição humanista e anticapitalista da teologia católica francesa que influenciaram mudanças nos rumos da Igreja.

Destacamos ainda que setores significativos da Igreja que constituíram a Igreja progressista ou 'Igreja dos pobres' também nomeada como 'Igreja do povo' ou 'Igreja

⁸⁷ Napolitano (2014) e Ridenti (1993) oferecem um panorama cultural brasileiro nos anos de 1950 e 1970, analisando os movimentos citados acima.

popular'⁸⁸ pelos seus adeptos, se envolveram em lutas sociais, criando uma cultura religiosa que se contrapôs severamente à pobreza e ao capitalismo no continente. Krischke (1979) destaca que entre as propostas defendidas por esses grupos cristãos estavam o anti-imperialismo, a humanização das relações sociais e a críticas ao capitalismo. Essa nova maneira de pensar e viver o catolicismo distanciou esses grupos do capitalismo e os aproximou das propostas das esquerdas

Para que essa mudança se operasse foi necessário que esses setores da Igreja iniciassem um leve deslocamento que os desprendesse da hierarquia e os aproximasse dos setores populares, descolando-se do capitalismo, enxergado como fonte dos problemas sociais. Analisando essa problemática, Bresser Pereira (2006: 15,16) construiu o conceito de 'descomprometimento' para qualificar o processo de transformação de setores da Igreja que se afastaram da ordem estabelecida e passaram a defender uma postura ativa pelas reformas sociais e políticas, pela conscientização popular e, até mesmo, pela defesa da revolução socialista e a adesão à luta armada. Os setores reformistas da Igreja que se alinhavam a essa proposta aproximam-se do nacional-desenvolvimentismo e das propostas políticas das esquerdas, engajando-se fortemente nas lutas sociais do período. A despeito de serem setores minoritários, segundo Lowy (2000), exerceram forte influência na Igreja, particularmente na Igreja brasileira via CNBB. Delgado (2007) corrobora essa ideia afirmando que essa aproximação de setores da Igreja com as camadas populares e esquerdas, contribuiu para um maior diálogo do catolicismo com a sociedade.

Esse processo de aproximação da Igreja com as esquerdas foi facilitado pelo surgimento de movimentos de renovação internos da Igreja, destacando-se a chamada 'Esquerda Católica'. Essa corrente constituiu-se com um amplo movimento religioso e político no período de 1940-60, aglutinando intelectuais e movimentos católicos como a Ação Católica e suas especializações, o MEB, sindicatos rurais católicos, e grupos protestantes⁸⁹.

O termo 'esquerda católica', segundo Oliveira (2007), surgiu de forma depreciativa para desqualificar os grupos católicos que se desvinculavam das propostas liberais pois no combate travado contra o comunismo, quem fosse considerado de 'esquerda', não poderia ser autenticamente católico, mas, no entanto, acabou valorizando tal movimento, remetendo-o a um ativo compromisso com as transformações sociais.

Esse movimento, segundo Maiwaring (2004), construiu-se como um exemplo da mudança operada na base da Igreja, introduzindo mudanças significativas na relação fé e política, levando a um crescente engajamento nas questões sociais e políticas. Os católicos de esquerda acreditavam que a fé exigia o compromisso de buscar um mundo mais justo e que os cristãos devem colocar sua fé em prática, tendo obrigação de mudar as estruturas sociais que impediam um mundo justo, de acordo com as propostas cristãs.

Destacamos que a 'Esquerda Católica' ao invés de representar um rompimento com linha doutrinária e política da Igreja se apresentou muito mais sob o signo da continuidade. Ele se construiu publicamente como legítimo interprete da tradição católica valorizando sobremaneira esse aspecto. Silva (2011: 85) afirma que ela muito bem poderia se chamar

⁸⁸ Serbin (2001) também utiliza esses termos para referir-se a esses setores da Igreja. Segundo diversos autores como Lowy (2000) esse termo refere-se a setores da Igreja que se articulam em torno a Teologia da Libertação, defendendo um alinhamento político e social dos católicos ao lado dos setores excluídos da sociedade. Para maiores abordagens vide Serbin (2001), Boff (1983,1986).

⁸⁹ O pastor norte-americano Richard Chau foi um dos mais destacados personagens dos setores de esquerda no protestantismo brasileiro. A organização da CEB- Conferência Evangélica Brasileira, representativa dos setores mais progressistas do protestantismo nacional, por meio de seu Setor de Responsabilidade Social, realizou diversos encontro, destacando-se a sua IV Reunião, intitulada de Conferência do Nordeste, realizada em Recife (1962) com o tema "Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro", marcou a posição desses grupos frente as demandas políticas da época, propondo uma ação mais efetiva nas lutas sociais (Barros, 2016). Essa conferência contou com a participação de 167 participantes de 14 denominações evangélicas (Burity, 2011).

‘esquerda encíclica’ tamanha a referência a encíclicas e documentos da IC nos textos dos seus militantes em uma clara tentativa de ganharem legitimidade institucional.

Maiwaring (2004) destaca que a Esquerda Católica, particularmente os movimentos da Ação Católica, influenciou a percepção de fé e engajamento de diversos clérigos, como padre Lage⁹⁰, Dom Helder, Dom José Maria Pires e também Dom Waldyr Calheiros, contribuindo para que a Igreja brasileira se notabilizasse como uma das mais progressistas do continente, posição compartilhada por Lowy (2010) e Serbin (2001), contribuindo para criar um espaço de renovação eclesial, abrindo o caminho para reflexão crítica da mensagem teológica e compromisso político com os grupos excluídos da sociedade (Teixeira, 1993)

Destacamos que a esquerda católica se inseriu no contexto de renovação do catolicismo no período pós 2ª guerra, sofrendo influência de pensadores católicos reformadores como Maritain, Teilhard Chardin, Mounier, Congar, padre Lebreton e dos socialistas cristãos franceses como afirmado anteriormente. Os grupos da esquerda católica, apesar de minoritários, introduziram o pensamento desses autores na Igreja e adequando-os à realidade nacional, contribuindo também para a gestação da TdL.

A esquerda católica facilitou dessa forma a aproximação entre esquerda e Igreja. Silva (2011) destaca que no pós-2ª Guerra, esse processo foi facilitado pela visão comum do capitalismo como produtor de miséria e de desigualdade social. Lowy (2013) destaca que a Ação Católica promoveu críticas contundentes ao capitalismo, aproximando-se dos opositores desse sistema. Segundo ele, no horizonte sociorreligioso desses militantes, “... *o reino de deus, e o reino da liberdade socialista, existe uma espécie de afinidade eletiva*”, abrindo espaço para uma reelaboração dessa relação a partir de pontos comuns¹. O próprio perfil do militante de esquerda marcado pelo altruísmo, camaradagem, engajamento social, disciplina, autossacrifício, qualidades que Reis Filho (1990) conceituou como ‘arco das virtudes’, além da busca pelo contato com o povo⁹¹, facilitou diálogo com os militantes católicos.

1.9. Esquerdas e Igreja se aproximam

O processo de aproximação de setores da Igreja com grupos de esquerda apresenta pontos de atrito e de diálogo. Apontaremos aqui algumas dessas questões que servem para balizar e matizar essas questões.

As discordâncias entre Igreja e esquerdas se fazem sobremaneira presentes. Intelectuais católicos afirmam que a Igreja enquanto instituição eclesial e mística apresenta aspectos próprios de sua identidade que devem ser preservados para que sua teologia não se reduza a uma teoria política. Esta é uma crítica recorrentemente proferida contra a aproximação com as esquerdas e envolvimento político da Igreja. Particularmente a TdL tem sido alvo dessas críticas sobretudo por utilizar o instrumental marxista como ferramenta de análise política. Este é um dos desafios da Igreja: buscar uma ativa presença no meio popular e nas suas relações com a esquerda sem perder suas características eclesiais.

Estes problemas são abordados por Teixeira (1993) que destaca algumas questões que afetam essa relação, destacando-se casos de práticas dogmáticas de instrumentalização do espaço eclesial pelos grupos de esquerda, fechamento ao pluralismo interno por parte da Igreja, alta de acolhida da comunidade aos militantes que optaram pela atuação político-partidária, entre outros.

Wanderley (1987b) enxerga uma dificuldade na articulação da prática pastoral com a prática política, pois a Igreja defende uma visão harmônica e conciliatória enquanto que

⁹⁰ Esse padre foi um dos mais entusiastas da ‘esquerda católica’, atuou em Belo Horizonte, na assessoria da JOC (Bresser Pereira, 2006: 21).

⁹¹ A expressão ‘povo’ para a TdL e seus adeptos se refere a pobres, oprimidos, excluídos sociais (Sader, 1995).

o discurso político, inclusive o esquerdista, é marcado pelo conflito e pelas disputas pelo poder. Para o militante católico abre-se o questionamento de como ser cristão nesse espaço, promover a ‘conversão’ dentro da lógica do conflito e das lutas de classe. Sobretudo a intenção de utilizar esses espaços para promover a evangelização remete a outra problemática, a visão católica ligada ao ideal de ‘cristandade’, de predominância dos valores cristãos e domínio da Igreja nessas relações. Esse autor enumera também a questão da precária formação política dos católicos, sem fundamentação teórica estruturada, que os leva a práticas políticas ingênuas.

A questão das vanguardas é um ponto de atrito, pois segundo os militantes católicos os grupos de esquerda não se preocupavam com a ‘participação ativa e consciente do povo’ e por outro lado, grupos de esquerda criticam o excessivo ‘basismo’, prioridade dada às bases, e ao ‘saber popular’ em detrimento de teorias políticas. Outra questão diz respeito à matriz discursiva católica, que produz elaborações pouco compreendidas pelo ideário esquerdista. O discurso político e o religioso têm suas regras e racionalidades próprias. Narrativas embasadas em concepções religiosas de ‘povo de Deus’, ‘salvação’, ‘reino de Deus’, ‘pecado’, tipicamente utilizado pelos militantes cristãos, causam estranhamento aos de esquerda, mas em sua prática referem-se a uma luta pela justiça social.

Como conciliar as categorias como ‘povo de Deus’ com ‘classe social’? Sader (1995) identifica novos significados para essas expressões, a partir das orientações propugnadas pelo Vaticano II e Medellín, que as colocam em sintonia com o temporal e as preocupações materiais da existência, inserindo esses conceitos na história e na luta pela transformação social. Segundo o autor, a TdL apresenta o ‘povo de Deus’ como sendo “(...) *clérigos e leigos reunidos em uma comunidade que se forma em torno da “palavra de Deus que vivem uma situação concreta”* Sader (1995: 153). Para vencer essas dificuldades tanto militantes de esquerda como os católicos devem entender que esses conceitos estão em níveis diferentes que levam a práticas diferentes, mas que na realidade concreta e cotidiana estão interligados. Sader (1995: 164) destaca como exemplo dessa convergência, o conceito de ‘libertação’, entendido pelos católicos da TdL com o mesmo significado de ‘revolução’ para socialistas e comunistas. Todas essas dificuldades permearam as relações entre militantes de esquerda e católicos, como veremos nos próximos capítulos.

É importante ressaltar que no início dos anos de 1960 diversos pontos de contato facilitaram as relações entre Igreja e esquerdas. Como vimos anteriormente nessa época a Igreja se inseriu por meio de suas pastorais e da ‘esquerda católica’ em movimentos que dialogavam com a realidade social e se confrontavam com os problemas do país. Isso a levou a uma atuação próxima de diversos grupos de esquerda e comunistas.

Sob a influência da Guerra Fria, o discurso anticomunista inflamava setores da Igreja que enxergavam nos movimentos católicos uma forma de se contrapor à influência comunista na sociedade. Sader (1995) discutiu que esse processo se mostrou dialético, pois se inicialmente o objetivo era combater o comunismo, como pretendia a hierarquia, o resultado foi o inverso do esperado haja vista que propiciou o estabelecimento de um diálogo com a esquerda, inclusive a marxista.

Sidney (1985) afirmou que a Igreja perdia cada vez mais espaço no cenário político e social, com o crescimento de novas correntes religiosas, protestantes e espíritas, precisava buscar novas formas de atuação para não se tornar mero coadjuvante no cenário político. Delgado corrobora essa questão afirmando:

‘(...) o catolicismo foi ensaiando novos modelos de agir e novas linguagens, em sintonia com os desafios da realidade brasileira. Isso alterou seu perfil institucional, sua função e seu lugar na sociedade. No entanto, a Igreja estava recortada por tendências diversas e divergentes... Uma significativa articulação de bispos, padres e leigos fecundou esse cenário’ (2007: 127).

Vale destacar que essas transformações não abarcaram a totalidade da Igreja, mas setores consideráveis dessa instituição, que naquela conjuntura específica detinham a hegemonia na estrutura eclesiástica e estimularam a organização em seu interior de movimentos contestatórios, como as CEB's que se engajaram em movimentos políticos diversos (Teixeira, 1988).

Um campo privilegiado para a aproximação Igreja com as Esquerdas no Brasil ocorreu durante a ditadura militar. A Igreja, ao se engajar na luta pelos direitos humanos e pela justiça social, abriu-se a novas possibilidades e pontos de contato com as esquerdas. Setores da Igreja, em seu intento de interagir a fé dos cristãos com a sua realidade concreta, 'fé e vida', de acordo com sua linguagem teológica popular, construíram espaços de contestação ao regime, ancorados na descoberta do coletivo, da solidariedade e de valorização do cotidiano, de acordo com Sader (1995).

O caminho trilhado pela Igreja ao longo da década de 1970, marcado pela grande autonomia em relação ao Estado, crescente engajamento social e partidário, bem como a possibilidade de conferir, a partir do próprio cotidiano, aspectos de crítica social contundente, foram outros fatores que contribuíram para sua aproximação com grupos das esquerdas. Nos anos de 1980, no entanto, com uma nova conjuntura política marcada pela crescente abertura política e reorganização da sociedade civil, com sindicatos independentes, partidos políticos e associações, a Igreja deixou de ser o espaço aglutinador das oposições, retraíndo-se ao espaço eclesial.

Vários autores enfocam essa questão de que na conjuntura repressiva da ditadura, em que os espaços políticos estavam fechados e controlados pelo regime, a Igreja organizou diversas ações políticas na sociedade civil. Frei Betto (1978) lançou algumas pistas sobre essas questões elencando que a Igreja não pode substituir o espaço ocupado pelos órgãos da sociedade civil (sindicatos, partidos, associações, etc.), mas deve atuar colaborativamente com eles e até mesmo supletiva e transitoriamente enquanto esses órgãos estiverem impedidos de desempenhar suas funções. Isso ocorreu durante a ditadura militar, principalmente na década de 1970. Martins analisou que a Igreja atuou como um 'socorro temporário':

“As tensões sociais e políticas recrudescidas na ditadura ganhavam um rosto na mediação pastoral. O clamor popular, (...) valia-se do aparato da Igreja, de seus canais de expressão e comunicação, único modo de exprimir-se num país em que a expressão política (...) era considerada crime” continua o autor: Mesmo os partidos políticos clandestinos procuraram abrigo sob o manto protetor da Igreja.” (2000: 08)

Maiwaring e Viola (1987) discutiram essa questão afirmando que as CEB's constituem-se como uma instituição eclesiástica, e seu desafio era posicionar-se politicamente, preservando sua identidade eclesial.

Todo esse processo de aproximação ocorreu de forma relevante em Volta Redonda tornando essa diocese um lugar privilegiado para a análise das relações entre Igreja e Esquerdas. Militantes cristãos e de esquerda experimentaram nessa cidade todas essas tensões e aproximações descritas acima.

1.10. Igreja e sociedade civil

A Igreja Católica no Brasil, como analisado anteriormente, historicamente se posicionou ao lado dos grupos dominantes. No entanto, nas últimas décadas esse processo se alterou. Para melhor analisar o papel desempenhado pela Igreja nesse contexto é necessária uma articulação com alguns pressupostos do pensamento gramsciano.

Nesse intento utilizaremos os conceitos de hegemonia, Estado, sociedade civil, sociedade política, ideologia. Optamos pela referencial gramsciano pois ele aponta para um marxismo que ultrapassa os limites do economicismo, valorizando aspectos culturais e as interações sociais, abrindo possibilidades e lentes de análise. Destacamos também que Gramsci foi um dos autores marxistas que mais se dedicou ao estudo do fenômeno da religião, especificamente a Igreja católica, tendo em vista sua influência na Itália como um entrave para a emancipação das massas e para a constituição de um Estado leigo de caráter nacional-popular.

O pensamento gramsciano interpreta a religião como uma utopia alienante, que impede as classes populares de adquirir consciência política e ideológica. Nessa concepção a religião é vista como uma ideologia⁹². É importante salientar que a religião para Gramsci se constitui como um fenômeno histórico, fruto de um amplo processo político, econômico, social e cultural. Enquanto instituição portadora de uma concepção de mundo entra em atrito com outras forças ideológicas organizadas para disputar esse terreno das ideologias⁹³. Staccone (1981) esclarece que nesse pensamento o conteúdo da religião é discutido menos por sua consistência ontológica (se Deus existe ou não) e mais por sua capacidade de mover as consciências para a ação política, ou seja, como um organismo político.

Gramsci (1978) estabelece uma reciprocidade e organicidade entre o estrutural e superestrutural, entre as forças materiais e as ideologias. As superestruturas do bloco histórico formam um conjunto complexo no qual ele distingue duas esferas essenciais: a sociedade política e a sociedade civil (Gramsci, 1968: 10). A correlação entre essas instâncias se torna clara no modo como as ideologias se radicalizam na estrutura da sociedade. Portelli (1984, 32) defende que,

“Efetivamente essa divisão funcional deve se situar no quadro de uma unidade dialética em que consenso e coerção são utilizados alternativamente e em que o papel das organizações é mais fluído que parece. Não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter forma durável a sua dominação (...) a sociedade política e a sociedade civil, mantêm, pois, relações permanentes”.

No pensamento gramsciano o Estado é definido como o produto da inter-relação entre sociedade civil e a sociedade política (Gramsci, 1968: 11), remetendo a primeira à noção de legitimidade e a segunda à de coerção⁹⁴. Nesse sentido o poder político é exercido pela articulação das funções da sociedade política, composta pelos aparelhos administrativos-burocráticos e político-militares, e da sociedade civil formada pelos aparelhos privados, em cujo âmbito que se elaboram ideologias, conceituadas como concepções de mundo pelas quais a sociedade se representa a si mesmo. Coutinho conceitua sociedade política

“(...) como conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal, ou de fato da violência: tratando-se

⁹² Portelli (1997) principalmente capítulos I e II (primeira parte).

⁹³ No pensamento gramsciano: *“Uma ideologia (...) é uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”.* A concepção de ideologia nesta ótica é muito ampla, sendo incluídas todas as atividades sociais do grupo social dirigente, isto explica porque Gramsci lhe atribui papel essencial no seio do bloco histórico. (Gramsci apud Staccone, 1991: 188).

⁹⁴ Portelli complementa a definição de Estado em Gramsci: *“... sociedade civil mais sociedade política, hegemonia encorajada de coerção (...) Estado, em seu significado integral: ditadura mais hegemonia (...) reúne a superestrutura do bloco histórico, tanto ‘intelectual e moral’ quanto política(...) equilíbrio interno entre os dois elementos da superestrutura”* (1984: 36).

dos aparelhos coercitivos do Estado, encarnados nos grupos burocrático-executivos ligados às forças armadas e policiais e à imposição de leis” (1996: 53).

Na sociedade civil se estabelece o ‘consenso’ e se realiza a direção política da sociedade, viabilizando a legitimação do poder das classes dominantes.

Gramsci define ideologia como uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, na atividade econômica e em todas as manifestações individuais e coletivas. Essa concepção ampliada explica porque esse autor lhe atribui papel essencial na categoria de bloco histórico. Staconnne (1991) afirma que a ideologia é produto do conflito social, não sendo a mesma para todos os grupos sociais e frações. Está aberto assim o viés pelo qual se analisa a ideologia pelo aspecto político, seja como forma de dominação ou de resistência a essa dominação.

Segundo Gramsci (1980), a sociedade civil compreende todo o complexo das relações ideológico-culturais, que cumprem este papel. O Estado se apoia em diversas instituições como os meios de comunicação, universidades, editoras e a Igreja⁹⁵ com o objetivo de transmitir os valores dominantes através dos quais a classe dominante exerce a sua hegemonia (Portelli, 1977).

Ainda segundo Gramsci é no âmbito da sociedade civil se que estabelece o ‘consenso’ e se concretiza a hegemonia, controle político da sociedade, com a direção intelectual e moral das classes subalternas pela classe dirigente, viabilizando a legitimação do poder dessa classe. Uma classe social só se torna hegemônica quando ganha o consentimento das classes subalternas à sua dominação. Esse consentimento é obtido por meio da atividade intelectual e pelas ideologias disseminadas na sociedade civil. Convém distinguir ideologia e hegemonia. Esta diz respeito, como afirmado acima, com a direção intelectual e moral do conjunto social enquanto que ideologia é a justificação das relações sociais de produção.

A Igreja nesse contexto desempenhou um papel de disseminadora da ideologia dominante, contribuindo para a hegemonia desses grupos, haja vista que essa instituição possui uma ampla rede de paróquias, educandários, meios de comunicação que lhe conferem forte poder em nosso país, tanto das classes dominantes como das dominadas.

Uma alteração nesse papel da Igreja pode ser pensada a partir da análise gramsciana, pois, nesse viés, o Estado é uma arena de disputas, visto que são enxergados como o fruto da relação entre sociedade civil e sociedade política, consenso e coerção. A sociedade civil é onde se disputam as ideologias nesse Estado ampliado. Logo, a relação entre sociedade civil e sociedade política é conflituosa:

“A estrutura social é dinâmica, as relações sociais são contraditórias e as instituições sociais são permeadas pelo conflito, deste modo, é possível a uma classe inovadora contrapor-se ao formidável ‘complexo de trincheiras e fortificações’ das classes dominantes” (Schlesener, 1992: 21).

Gramsci (1980) define a Igreja de uma forma particular, intitulando-a como uma ‘sociedade civil dentro da sociedade civil’ e enquanto parte integrante dessa sociedade civil, a Igreja, com toda sua complexidade também vive esses conflitos elencados. Maduro (1983: 99) também analisa esta problemática e defende que a ação religiosa em uma sociedade de classes é efetuada no turbilhão dos conflitos de classe sendo atravessada, limitada e orientada por tais conflitos.

⁹⁵Portelli explica “... a Igreja constitui-se em uma das organizações culturais com este fim e após ter, sob o bloco histórico precedente, o quase monopólio da sociedade civil, conservou boa parte desse domínio, (...) a Igreja constitui uma verdadeira sociedade civil autônoma. ” (1977:27-28).

A Igreja como integrante da sociedade civil não se constitui como uma instituição monolítica. Ao contrário, apresenta-se complexa e heterogênea, com divisões e tensões internas. Gramsci (1980) discute essa questão apresentando em sua análise o termo ‘tendência’ para se referir às diferenças existentes no interior da Igreja Católica italiana, destacando os integristas, modernistas e jesuítas. Na Igreja, de acordo com esse referencial, encontram-se diversas tendências que representam a diversidade social, política, econômica da sociedade na qual se inserem, e diferentes projetos do bloco católico que disputam o controle dessa instituição.

A Igreja se constitui dessa forma como uma verdadeira arena na quais grupos com projetos políticos e eclesiais antagônicos disputam poder. Essa instituição pode sofrer significativas mudanças internas em sua forma e conteúdo além do discurso externo, na medida em que um desses grupos se torna hegemônico. Souza (2004) afirma que internamente se cruzam diferentes tendências que refletem a diversidade da sociedade na qual ela se insere. Sobre essa questão, Lowy (2000: 66) aponta a presença de quatro tendências na estrutura da Igreja latino-americana: os ultrarreacionários e semifascistas, os conservadores tradicionalistas, os reformistas moderados e os radicais.

Nessa linha de análise, Souza (2004) destaca que na Igreja se inter-relacionam e disputam influência tendências que têm a ver com a diversidade econômica, social, política, cultural e espiritual da sociedade em que se insere. Dermi (2004), por sua vez, analisa seis tipos ideais de polos de poder intra-eclesial, definidos como instâncias dialéticas, cujos atores interagem e disputam a hegemonia interna:

- 1) o polo pontifício representado pelo papa;
- 2) o polo episcopal representado pelos bispos;
- 3) o polo burocrático central representado pela Cúria Romana;
- 4) o polo das ordens e congregações religiosas;
- 5) o polo dos leigos;
- 6) o polo da sociedade civil intra-eclesial que abrange pessoas, ideias e propostas dos polos anteriores, e explicita a emergência de uma sociedade civil, nacional e internacional dentro da própria Igreja.

Essas correntes travaram disputas internas acirradas quando, a partir de meados da década de 1960, a Igreja passou por uma série de transformações que se expressaram em um novo posicionamento frente às demandas do mundo contemporâneo. Paiva (1984:80) afirma que na raiz dessa nova dinâmica estava a necessidade da Igreja em romper com seu isolamento e remontar sua área de influência em um mundo cada vez mais laicizado e marcado pela crescente secularização⁹⁶.

Para que esta estratégia se concretizasse, ela passou por mudanças significativas, que apesar de serem longamente preparadas no seu interior, foram desencadeadas pela conjuntura pós-guerra. Segundo Paiva (1984: 81), estas mudanças “... *lhe permitiram remontar seus modelos de influência e adquirir relevância política e prestígio neste final de século*”. Essas transformações se evidenciaram no Concílio Vaticano II e resultou no fortalecimento de correntes não hegemônicas no interior da Igreja. Teixeira (1988) destaca esse aspecto salientando que vários movimentos de renovação eclesial, iniciados no início do século XX, influenciaram na realização desse Concílio. Beozzo (2005) afirma que esse Concílio encerrou a ideia do monolitismo dentro da Igreja, pois o episcopado e as várias redes de influências⁹⁷ que se formaram nas sessões conciliares entraram em disputa por conta de suas posições.

⁹⁶ O termo refere-se “... a redução constante do peso social da religião organizada, que está perdendo, cada vez mais, a função de controle social” Bobbio (ano: 672).

⁹⁷ Beozzo (2005) aponta três redes que atuaram nos trabalhos conciliares: o Ecumênico, tendência dominante no Concílio, com expressiva articulação de Dom Helder Câmara; o ultraconservador *Coetus Internationalis Patrum*, com participação expressiva de dois brasileiros, Dom Geraldo Sigaud e Dom Castro Mayer e finalmente a rede da

No Brasil essas mudanças se operaram de maneira mais acentuada graças à conjuntura política do período e as crescentes diferenças entre a Igreja e o regime implantado em 1964. Bruneau (1985) defende que Igreja começou a inovar porque necessitava manter sua influência. Paiva (1984, 88) afirma que para operacionalizar estas mudanças, e ampliar suas bases de influência, a Igreja redirecionou-se para uma ação mais próxima das camadas subalternas da sociedade, envolvendo-se nas lutas da sociedade civil e com os grupos de oposição, absorvendo suas reivindicações, o que provocou mudança na prática de seus membros e também reflexos na luta interna pela hegemonia, acelerando o processo de mudanças desencadeado por ela mesma. Paiva (1984) qualifica esse processo como o ‘aggiornamento precoce’ da Igreja brasileira.

Maduro (1983) discutiu as possibilidades de transformações no campo religioso, enfatizando que é necessário analisar essas transformações no quadro das conjunturas políticas e sociais nas quais elas ocorreram. Segundo esse autor, o campo religioso constitui-se também como uma rede específica de relações sociais, com uma realidade e estabilidade própria e particular, mas que se comunica com a realidade social, política e econômica na qual está inserido.

O processo analisado acima ocorreu de forma emblemática em Volta Redonda. Nessa diocese se implantou um novo modelo de Igreja em sintonia com propostas do Vaticano II e Medellín, que em algumas situações, extrapolou os parâmetros impostos pela hierarquia eclesial romana. Essa diocese avançou na defesa dos direitos humanos, tornando-se referência de organização e mobilização popular, colaborando para a rearticulação da sociedade civil local frente ao autoritarismo da ditadura e inaugurando novas relações com grupos de esquerda. Esses grupos fizeram uma ‘aliança tácita’ com a Igreja local e se apropriaram do espaço fornecido por essa instituição para desenvolverem sua ação, contando com o apoio do bispo. Em nossa hipótese isso explica parte da brutal repressão empreendida contra a Igreja local.

A diocese, desde a chegada de Dom Waldyr, atuou como produtora de discursos e práticas de defesa dos direitos humanos e da democracia, tornando-se referência de organização e mobilização popular, colaborando para a rearticulação da sociedade civil local frente ao autoritarismo da ditadura, inaugurando novas relações com os polos de poder e com os grupos de esquerda locais.

1.11. Transformações na Igreja: Vaticano II, Medellín e a Teologia da Libertação.

O Concílio Ecumênico Vaticano II⁹⁸ foi convocado pelo papa João XXIII e realizado em quatro sessões, entre 1962 e 1965, e terminou sob a liderança do Papa Paulo VI (1963-1978), marcando uma mudança na maneira da Igreja se apresentar ao mundo, redefinindo-se como “povo de Deus a serviço no mundo”.

Esse concílio foi um dos mais importantes movimentos da Igreja Católica em sua história, promovendo seu ‘aggiornamento’, termo italiano que João XXIII utilizou como

Igreja dos Pobres, com destaque para Dom João Batista da Mota Albuquerque, e do qual participava Dom Waldyr Calheiros. Esse autor afirma que essas redes transpassavam as redes latino-americanas, como o CELAM; redes nacionais, como a CNBB; redes de famílias religiosas e nacionalidade.

⁹⁸ Sobre essa expressão Franzen (1996: 419) esclarece que o termo ecumênico, no uso linguístico da IC significa ‘geral’, ou seja, que abrange toda a Igreja mundial e não ‘movimento ecumênico’ contemporâneo, voltado para a recuperação da unidade de todos os cristãos. Esse Concílio era dessa forma exclusivamente católico, mas abriu-se para o diálogo ecumênico e inter-religioso, contando com observadores dos mais variados matizes religiosos, como protestantes, judeus, islâmicos, etc.

expressão do desejo de ‘atualização’ dessa instituição frente à problemática do mundo contemporâneo⁹⁹.

O cenário em que desenrolou foi marcado pela Guerra Fria, pelo avanço do comunismo, pelo pluralismo religioso, pela secularização e laicidade, além dos avanços da ciência, da insatisfação da juventude e da contracultura, que ensaiava os primeiros passos e eclodiria no final da década de 1960, sinalizando a crise da modernidade e o esgotamento dos ‘anos de ouro’ do capitalismo mundial. O Vaticano II representou uma resposta da IC a esses desafios.

As análises acerca da convocação deste concílio geraram discussões entre os historiadores. Skidmore (1998) afirma que o papa João XXIII, na verdade, não tinha claro o seu objetivo. Armesto e Wilson (1987:327) compartilham desta visão afirmando ele não tinha a intenção de promover grandes mudanças na Igreja, mas somente a repensar o papel dessa instituição na sociedade.

De acordo com Franzen (1996), o início dos trabalhos conciliares foi marcado por muitas dúvidas acerca da amplitude e viabilidade das reformas que poderiam ser realizadas e se também de fato essas reformas seriam operacionalizadas e se trariam novidades. Questionava-se também sobre o resultado dos embates entre conservadores e progressistas. Não obstante esses embates internos, para esse autor, ele representou um ponto de mudanças na Igreja, somente comparado a reforma protestante (1996:420).

Serbin (2001) qualifica o Vaticano II como a mais ampla reforma da ICAR. Destacamos, no entanto, que ele foi marcado pela oposição de grupos conservadores, notadamente pelo francês Marcel Lefebvre, organizados no Brasil em torno de Dom Geraldo Sigaud e Dom Antônio Castro Mayer, que mesmo depois de sua realização, não mediram esforços para evitar sua implantação (Beozzo, 2005). Tais posicionamentos foram tão incisivos, que esse setor rompeu com a IC, sendo expulsos e excomungados posteriormente da Igreja e depois foram readmitidos.

Teixeira (1988) corrobora esses aspectos, afirmando que o Vaticano II contribuiu para formulações de autocríticas no interior da Igreja, gerando condições para que frações e movimentos não hegemônicos, como os movimentos de renovação bíblica e litúrgica, que lutavam por reformas internas na Igreja, ganhassem cada vez mais espaço dentro de sua estrutura, superando as concepções tridentinas¹⁰⁰ até então dominantes. Nessa mesma linha interpretativa Mainwaring (1989) afirma que ele incorporou e legitimou tendências e movimentos que disputavam espaço na estrutura católica.

A Igreja também passou a tecer críticas ao sistema capitalista, apresentando a incompatibilidade da acumulação capitalista com a ética da equidade e, principalmente, de acordo com Paiva (1984), pela primeira vez, reconheceu os aspectos positivos do socialismo, especialmente no que concerne à justiça social, reiterando, no entanto, sua incompatibilidade política com o ‘socialismo real’. Souza (2002) afirma que a Igreja buscou uma alternativa ao socialismo e ao capitalismo liberal.

Do ponto de vista teológico, esse concílio desenvolveu a concepção de ‘Igreja povo de Deus’¹⁰¹, entendido como uma Igreja formada por comunidades, missionária, aberta ao mundo, ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso. Souza (2004) destaca que ele valorizou o diálogo ecumênico, atribuiu maior responsabilidade ao leigo e estabeleceu um novo

⁹⁹ Disponível em: <<http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/>>, acessado em 03/02/2017.

¹⁰⁰ O termo tridentina refere-se ao Concílio de Trento (1545-1563) que marcou a reação dogmática da Igreja Católica a reforma protestante e lançou as bases do catolicismo na modernidade (Beozzo, 2005).

¹⁰¹ Teixeira (1988) afirma que com essa conceituação superou-se a ideia de “Igreja Império”, fonte de poder e onipotência, superando-se uma eclesiologia do poder e hierárquica para se chegar mais simples, enxergada como ‘povo de Deus’. Boff (1986) faz uma análise dos principais sentidos dessa expressão, apontando ainda que com a sua utilização, o Vaticano II recuperou o sentido globalizante do catolicismo, superando o clericalismo. Cifuentes (1983) analisa com vigor a relevância dessa expressão significando um novo posicionamento da Igreja no mundo.

parâmetro no relacionamento da Igreja com a sociedade, enfatizando a importância do diálogo com a realidade sócio-político-econômica.

Franzen (1996) endossou essa posição, afirmando que o projeto de ‘aggiornamento’ representava não só a ‘atualização’ ou a ‘adaptação’ da Igreja ao tempo contemporâneo, mas a reavaliação de todas as suas posições. A partir dele, a relação da Igreja com o mundo moderno redefiniu-se a partir da necessidade da compreensão e de sua presença institucional nessa realidade. De acordo com o autor a novidade trazida pelo Concílio foi a aceitação do mundo moderno e a explícita necessidade da Igreja de responder aos seus múltiplos desafios.

Houtart (1994) afirmou que ele representou do ponto de vista sociológico-histórico uma adaptação, ainda que tardia, do catolicismo à revolução burguesa, endossando que ela foi preparada anteriormente por diversas correntes internas, que muitas vezes foram rejeitadas. Essa adaptação segundo ele se realizou por meio da remodelação da liturgia com a permissão do culto em língua vernácula, substituindo o latim, os novos papéis atribuídos aos leigos, entre outras questões. Segundo Beozzo (2001), ele também deslocou o eixo da missa do celebrante para a assembleia dos fiéis, e na ação externa, priorizou o diálogo ecumênico e inter-religioso. Essa análise encontrou amparo em Paiva (1991) que analisa que esse Concílio rompeu com o ciclo de críticas à modernidade, iniciado pelo Vaticano I e por Pio X, abandonando uma posição defensiva para propor questões sintonizadas com modernidade.

Finalizando as discussões sobre o Vaticano II, em sua etapa final um acontecimento marcou simbolicamente o seu significado. Em 16 de novembro de 1965, depois de uma missa na Catacumba de Santa Domitila, um grupo, inicialmente formado por quatro bispos e depois acrescido por mais quinhentos bispos conciliares assinou o ‘Pacto das Catacumbas’¹⁰², um compromisso de viverem na pobreza e solidários aos pobres, defendendo uma Igreja voltada para os explorados da sociedade: *‘Procuraremos viver segundo o modo ordinário da nossa população, no que concerne à habitação, à alimentação, aos meios de locomoção e a tudo que daí se segue. Cf. Mt 5,3; 6,33s; 8,20’*¹⁰³. Segundo Beozzo, apesar de não ser lembrado como tal, o pacto é uma das maiores heranças do Concílio. Radicalizando as propostas do Vaticano II esses bispos se comprometiam com uma vida de pobreza e de compromisso com os desvalidos da sociedade¹⁰⁴. Um de seus signatários foi Dom Waldyr Calheiros, *“Eu participei, e ali se tomou um compromisso, pelo menos daqueles bispos, com a preocupação de como os pobres podem sair da situação de pobre, (...) fazer com que eles possam também ter coragem para transformar a sociedade”*¹⁰⁵, que em sua prática pastoral na diocese de Volta Redonda procurou aplicar os compromissos desse pacto.

Todo o processo desencadeado pelo Vaticano II, no entanto, foi permeado por tensões e disputas, gerando expectativas e incertezas. Muitos católicos esperavam uma Igreja mais democrática, mas a Cúria Romana, em sua maioria composta por setores conservadores, impôs limites a essa abertura, destacando a recusa em discutir questões polêmicas como o celibato clerical, ordenação de mulheres, controle da natalidade, a repressão a teólogos progressistas, e mais recentemente, uniões homo afetivas.

Sobre essas questões, Mir (2007:158) afirma que o Vaticano II redundou em um imenso fracasso porque a IC não conseguiu delimitar uma nova identidade católica, não recuperou a irradiação do catolicismo além de não instituir uma nova colegialidade na Igreja. Na década de 1980, a contenção da Teologia da Libertação, a partir do papado de João Paulo

¹⁰² ‘Pacto das Catacumbas’, Disponível em <http://www.missilogia.org.br/> Acessado em 13/01/17 e ‘Do Pacto das Catacumbas a Francisco’ disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5Hh5NWWBZgQ>. Acessados em 17/01/2017.

¹⁰³ ‘O Pacto das Catacumbas’. Disponível em http://www.missilogia.org.br/cms/UserFiles/cms_documentos_pdf_15.pdf. Acessado em 13/01/17.

¹⁰⁴ ‘Do Pacto das Catacumbas a Francisco’ disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5Hh5NWWBZgQ>. Acessados em 17/01/2017

¹⁰⁵ Idem.

II, expressou a continuidade desse estrito controle da Cúria Romana sobre os rumos do catolicismo mundial.

Sobre o Vaticano II e suas interpretações, optamos pela análise de Paiva (1984) e Azzi (2006), que analisam esse concílio como uma tática da Igreja para recuperar seu espaço em um mundo cada vez mais laicizado, marcado pela secularização e descristianização, aspecto particularmente importante, pois a perda de fiéis, principalmente na Europa, ameaçava sua estabilidade e exigia medidas. Paiva (1984) aponta o ‘aggiornamento’ como uma iniciativa da ICAR de se relacionar com a complexidade do mundo moderno. Essa necessidade abriu espaço para que frações não hegemônicas ganhassem espaço nas disputas internas.

Na América Latina esse processo de renovação pastoral ganhou ossatura com a realização das CELAMs- Conferências Episcopais Latino-Americanas. Essas conferências foram aprovadas por Roma no intuito de promoverem a fé católica no continente seriamente ameaçado pelo avanço do protestantismo. A primeira ocorreu no Rio de Janeiro em 1959, articulada por Dom Hélder Câmara, então vice-presidente do Conselho Episcopal Latino Americano. Ela serviu para lançar as bases da organização dos bispos latino-americanos, limitando-se a questões internas. A 2ª CELAM, realizada em Medellín- Colômbia (1968), com o tema ‘A Igreja na atual transformação da América Latina, à luz do Vaticano II’, e a 3ª, realizada em Puebla, no México em 1979, com o tema ‘Evangelização no presente e no futuro da América Latina’, tiveram forte impacto na vida da Igreja continental.

A Conferência de Medellín foi aberta pelo Papa Paulo VI em sua primeira viagem ao continente e lançou no contexto eclesial a problemática da ‘Libertação’, esboçando o que se tornou a Teologia da Libertação. Ela denunciou as estruturas injustas do capitalismo e representou a inserção da Igreja na problemática latino-americana. Teixeira (1988:291) destacou como grande avanço dessa conferência, o reconhecimento da situação de miséria do continente e a inserção da igreja nessa realidade excludente. Ela significou em linhas gerais a aplicação das orientações do Vaticano II na região e influenciou e foi influenciada pela atuação das CEB’s, que começavam a se organizar a partir das experiências dos grupos da ‘esquerda católica’ (Caramuru, 1967). Segundo Delgado, Medellín foi o ‘(...) *divisor de águas entre uma Igreja popular, voltada para os problemas vitais do povo, e uma Igreja tradicional, direcionada para as questões doutrinárias e ortodoxas*’ (2007: 114).

Essa conferência protagonizou atritos entre os setores conservadores e progressistas. Mir (2007, 202) analisou que ela representou uma ofensiva da Igreja em barrar a expansão comunista no continente concretizada na experiência cubana. A Conferência de Puebla, realizada no México em 1979, foi convocada por Paulo VI e foi aberta com a participação de João Paulo II. Ela também foi marcada por disputas entre conservadores e progressistas, Cúria Romana e teólogos da Libertação. Lowy (2000) aponta nessa conferência uma tentativa dos conservadores em retomar o controle da Igreja na América Latina, reforçada pela vitória do conservador cardeal Trujillo no comando do Celam desde 1974.

Apesar dessas disputas, ela representou um aprofundamento do modelo de Igreja lançado em Medellín e como solução conciliatória para o impasse entre as correntes internas lançou no imaginário eclesial a questão da ‘opção pelos pobres’, que significou um gradativo envolvimento da Igreja nas lutas sociais do período ao mesmo tempo em que, segundo Lowy (2000: 124) abriu espaço para que todas as tendências internas interpretassem essa chave de ação da maneira que melhor lhe conviesse haja vista que poderia ser interpretada como assistencialismo pelos grupos mais conservadores ou engajamento político nas lutas populares, segundo os adeptos da TdL. Mir (2007) analisou que as disputas nessa conferência foram declaradas, com vantagens para os conservadores.

No caso particular do Brasil, as orientações do Vaticano II e de Medellín sobre justiça social, democracia e direitos humanos, geraram muitos conflitos com o regime

implantado em 1964, situados na incompatibilidade entre as propostas defendidas pela Igreja e a política implantada pelos militares em sintonia com o capital internacional¹⁰⁶.

Para realizar as mudanças apontadas pelo Vaticano II e Medellín, a Igreja brasileira por meio da CNBB, elaborou o Plano de Emergência (1962-1965) e o Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970)¹⁰⁷, que objetivavam a reestruturação da sua linha de atuação pastoral e política que incluíam a dinamização das paróquias e diocese, a organização de comunidades eclesiais de base, reformas litúrgicas, incentivo à catequese, ecumenismo, missões religiosas, entre outras questões.

Todo esse processo foi influenciado pela Teologia da Libertação, expressão cunhada pelo teólogo peruano Gustavo Gutiérrez¹⁰⁸ para referir-se a uma nova corrente teológica originária da América Latina que defende um diálogo com as questões econômicas, culturais, políticas e sociais da contemporaneidade marcando um novo compromisso político dos cristãos com a transformação social, a construção do “Reino de Deus”, de acordo com visão de seus expoentes¹⁰⁹.

A libertação proposta por seus teólogos inclui três dimensões: a política, a humana e a religiosa, propondo uma libertação dos sistemas políticos, econômicos e sociais opressores; uma libertação interior e pessoal do egoísmo, que possibilita a cada indivíduo assumir uma nova vida; e uma libertação do pecado. O pressuposto desse processo é a práxis reflexão-ação tendo como eixo a reflexão ‘à luz Palavra de Deus’ e a compreensão da fé a partir do ponto de vista e das ‘práxis’ do pobre¹¹⁰ e dos explorados (Gutierrez, 1979, 58). Delgado (2007, 115) afirma ainda que essa ‘libertação’ se amplia para questões de gênero, raça e dos trabalhadores rurais e urbanos, atingindo problemáticas e situações de opressão que afetam os indivíduos em seu cotidiano.

Lowy (2000) conceitua a TdL como um cabedal de textos produzidos a partir de 1970 por teólogos latino-americanos que incluem Gustavo Gutierrez, Leonardo e Clodovis Boff, Son Sobrinho, Enrique Dussel, entre outros, bem como o amplo movimento social surgido nos anos de 1960, que incluía setores do clero, movimentos laicos e sociais cristãos como clube de mães, associações de moradores e comunidades de base¹¹¹.

Esse autor sustenta que todos esses movimentos foram aglutinados sobre a epígrafe de ‘Igreja dos Pobres’, mas segundo ele esse termo não abarca toda a complexidade trazida por

¹⁰⁶ Reis analisa este atrito afirmando que a ditadura se associava cada vez mais ao projeto de desenvolvimento do capitalismo internacional. REIS, Daniel Aarão, ‘Lutas Sociais, Reformas e Revolução’, disponível em <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/lutas-sociais-reforma-e-revolucao?page=full>, acessado em 04/05/2016.

¹⁰⁷ Essas questões são abordadas por Guimarães (1978) e Teixeira (1988)

¹⁰⁸ Gutiérrez, padre peruano, atualmente monge agostiniano, é considerado o fundador, ideólogo e sistematizador da TdL, além de seu principal expoente. Sua obra ‘Teologia da Libertação-Perspectivas’ é considerada uma das mais importantes para se entender a TdL.

¹⁰⁹ O núcleo fundador da TdL era composto por Gutiérrez, Jean Bertrand Aristides, Rubens Alves, Pedro Casaldáliga, Enrique Dussel, Helder Câmara, Hugo Hassman, Juan Luis Segundo, Lucio Gera, entre outros. Posteriormente nomes como Leonardo e Clodovis Boff, Raul Vilades, Ronaldo Muñoz se agregaram a esse grupo original (Mir, 2007).

¹¹⁰ Boff (1986) produziu uma análise os significados da utilização da categoria ‘povo’ pelos teólogos da Libertação abrangendo seu significado político, sociológico, histórico e teológico.

¹¹¹ Diante da heterogeneidade de discursos produzidos pelos diferentes teólogos aglutinados em torno da TdL, Lowy (2000: 61) elencou os princípios básicos dessa teologia: “1. A luta contra a idolatria, inimigo principal da religião (...) bens materiais, riqueza, mercado, Estado, força militar, a ‘civilização ocidental cristã’, 2. Libertação humana como antecipação da salvação final em Cristo... 3. Crítica da teologia dualista tradicional. 4. Uma nova leitura da Bíblia... 5. Uma forte crítica moral e social do capitalismo (...) como forma de pecado estrutural. 6. O uso do marxismo como instrumento sócio analítico a fim de compreender as causas da pobreza as contradições do capitalismo e as formas de luta de classe. 7. Opção preferencial pelos pobres e solidariedade com sua luta pela autolibertação. 8. O desenvolvimento de comunidades de base entre os pobres como uma nova forma de Igreja e como alternativa para o modo de vida individualista proposto pelo sistema capitalista”.

essa rede de movimentos eclesiais que se espalhou pela América Latina. Para sustentar tal complexidade, cunhou a expressão ‘cristianismo da libertação’ que ultrapassa os limites de uma ‘teologia’ e de uma ‘Igreja’ para englobar a nova cultura religiosa a rede social por ele abrangida, promovendo a interação a ‘fé’ e ‘política’. Lowy destaca que a TdL é o produto espiritual desse movimento, que o legitima e favorece sua expansão. Utilizaremos em nossas análises o termo cristianismo da libertação para referir-se ao movimento que influenciou a atuação da diocese de Volta Redonda.

Para analisar a sociedade e as estruturas que produzem opressão, de acordo com sua matriz discursiva, os teólogos da libertação utilizam conceitos do marxismo, que os aproximou de setores de esquerda e ao mesmo tempo geraram críticas por parte da hierarquia católica. Os setores da Igreja ligados a essa teologia promoveram um diálogo da prática religiosa com a prática política, entendidos dialeticamente como dois momentos de uma mesma realidade, a fé e a ação política.

Esses pressupostos nortearam as opções pastorais e políticas de movimentos da Igreja e de sua parcela de sua hierarquia, como Dom Waldir Calheiros, que encontrou em Volta Redonda um campo fértil para aplicação de seus projetos pastorais. A diocese foi estruturada para implantar essa proposta pastoral, concretização do cristianismo da libertação. Para problematizar como isso ocorreu, é importante analisar o contexto encontrado por Dom Waldyr na implantação desse projeto.

1.12. A configuração urbana de Volta Redonda

A Diocese de Barra do Piraí¹¹² foi criada em 1922, pelo Papa Pio XI¹¹³ abrangendo parcela considerável do sul do estado do Rio de Janeiro. Posteriormente novas dioceses como Valença em 1925, Nova Iguaçu em 1960, e Itaguaí em 1980 foram desmembradas de seu território. Dos bispos anteriores à Dom Waldyr, destacou-se Dom Agnelo Rossi, que implantou o projeto ‘Catequese Popular’, uma experiência inovadora na Igreja que capacitou o leigo para atuar no trabalho pastoral da diocese¹¹⁴. Ele também iniciou as negociações com a CSN para a transferência da sede episcopal de Barra do Piraí para Volta Redonda, concretizadas por seu sucessor, Dom Altivo Pacheco (1963-1966).

A cerimônia de instalação da diocese que contou com a presença do Núncio Apostólico, Dom Sebastião Baggio, do secretário geral da CNBB, Dom José Gonçalves e do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara, e de Dom Waldyr Calheiros, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, pároco de Copacabana, marcou o primeiro desse bispo com a diocese que governaria posteriormente¹¹⁵.

Volta Redonda nasceu e cresceu em função da CSN, implantada na década de 1940. Essa empresa garantiu destaque à cidade como pioneira na industrialização brasileira na Era Vargas, quando o Estado assumiu o papel de investidor, planejador e empresário, com uma política intervencionista. Ianni (1971) destaca que a CSN simbolizou e corporificou o projeto dos vencedores da Revolução de 1930.

¹¹² Antiga denominação da diocese de Barra do Piraí- Volta Redonda

¹¹³ Arquivo da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, Livro de Tombos, p. 3.

¹¹⁴ Uma descrição desse projeto encontra-se no Livro de Tombos n. 1 e no artigo de Rossi (1958). Arquivo da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda.

¹¹⁵ Arquivo da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, Livro de Tombos n. 2, p. 100.

Na organização da estrutura urbana da cidade, o governo federal adotou o modelo de ‘company-town’¹¹⁶. Esse modelo refere-se a cidades ou regiões administradas por uma empresa, prática empresarial do início do século XX, como estratégia de gestão e produção para dar suporte às atividades industriais. Lima a conceitua como uma “... *minicidade, na qual um conjunto de equipamentos comunitários incluindo habitações, edifícios de pequeno comércio, escolas, hospitais e áreas de lazer pertencem a uma companhia.*” (2008:160). Assis (2013) a define como sendo uma comunidade habitada principalmente por empregados de uma única empresa, que possuía parte substancial do mercado imobiliário e detinha o controle sobre os equipamentos e serviços urbanos coletivos. Lask (1991) afirmou que Volta Redonda era considerada um ‘estado em miniatura’, operacionalizada via CSN.

O projeto da cidade operária de Volta Redonda foi elaborado por Atílio Corrêa Lima, um dos mais conceituados urbanistas da época e responsável pelo projeto urbanístico de Goiânia, influenciado pelo urbanismo francês. Segundo Vieira (2011), por se tratar de uma cidade operária, optou pela ausência de monumentalidade em um traçado econômico, com contornos mais modestos e simples.

No planejamento dessa vila operária, Atílio Corrêa inspirou-se na ‘cidade industrial’ de Tony Garnier, renomado arquiteto francês considerado um dos pioneiros do urbanismo progressista¹¹⁷. Segundo Assis (2013), a intencionalidade do governo brasileiro era que seu servisse de modelo para a sociedade urbana e industrial que surgia no país. Essa autora afirma que esse projeto se fundamentou no zoneamento da cidade, concepção na qual cada área do sítio urbano teria uma função específica: habitação, trabalho, lazer, circulação, à exemplo da cidade industrial pensada por Garnier.

A presença da CSN influenciou a organização urbana local em todos os aspectos. Fontes e Lamarão (2006) destacaram que tradicional praça e a igreja matriz – construções comuns nas cidades brasileiras – foram substituídas em Volta Redondas, pela Usina da CSN, localizada no centro da cidade. Assis (2013) destaca que na cidade planejada por Garnier, não havia templos religiosos, mas a influência da Igreja, explica a construção de um templo no alto de um morro, na Vila Santa Cecília, mas geograficamente fora do eixo central da cidade. Politicamente a Igreja nunca esteve fora do centro da vida da cidade.

No espaço geográfico, os polos urbano e fabril se articulavam como duas vertentes complementares. Segundo Lopes (1993) o plano urbanístico da cidade objetivava estabelecer uma nova relação entre capital e trabalho, patrocinada pelo Estado pautado pela provisão de bens e serviços à população. Segundo esse autor, “... *a propriedade e a gestão direta do espaço da cidade permitiriam ainda transformar a rua e a casa em espécies de extensão da fábrica e, num certo sentido, da própria estrutura do Estado* (Lopes, 1993:45).

No planejamento urbanístico da cidade, Lopes (2004) destacou que a segregação residencial era nítida refletindo a hierarquia do interior da usina. A ‘cidade nova’, administrada pela CSN até o ano de 1967, foi construída para abrigar o quadro técnico, administrativo e gerencial da CSN, além da classe média local. Lask (1991) denominou essa constituição urbana como um ‘estado em miniatura’ pois a CSN, além de administrar a região também implantou um forte aparato repressivo. Em seu planejamento urbano, Atílio Correa projetou ruas largas e arborizadas, inspiradas em um design simples, porém moderno, com recortes e planificação de residências e ruas no estilo arquitetônico norte-americano, atendendo aos critérios rigorosos de urbanidade, possuindo os melhores equipamentos urbanos da cidade, com hospitais, cinema,

¹¹⁶Esse termo é definido por ‘cidade-companhia’, modelo de cidade ou região monopolizada por uma empresa com o objetivo de montar uma infraestrutura urbana e ao mesmo tempo estender o controle da empresa no âmbito da vida privada dos operários. Sobre essa questão vide Mangabeira (1993), Gracioli (1997) e Morel (1989).

¹¹⁷Segundo Assis (2013) o urbanismo progressista foi a principal corrente do urbanismo moderno, identificando que a cidade do século XX deveria afirmar a contemporaneidade e seus benefícios como o avanço da técnica, a indústria, o automóvel, entre outros.

teatros, jardins, praças, lojas comerciais, tendo como eixo central a Vila Santa Cecília, onde se localizam a Praça Brasil e o Escritório Central da CSN, marcos simbólico e arquitetônico do espaço urbano local.

Essa região formada pelos bairros centrais planejados e mantidos pela CSN, como a Vila Santa Cecília, Laranjal, Bela Vista e os bairros operários da Sessenta e Conforto ¹¹⁸. Segundo esse autor servindo da topografia da região, o ‘mar de morros’, quanto mais alto o cargo ocupado na Usina, mais alta seria a localização de sua residência. A planície, formada pelo bairro Conforto, abrigou a vila operária, enquanto que os bairros mais altos do ponto de vista topográfico, Bela Veja e Laranjal, abrigaram técnicos, engenheiros e diretores. Assis (2013) corroborou com essa questão afirmando que os critérios de renda determinavam a distribuição das casas aos funcionários da Usina, divididos em 3 categorias que incluíam os bairros Conforto, Vila Santa Cecília e Laranjal.

Além da ‘cidade nova’, havia ainda um núcleo oposto chamado de ‘Cidade Velha’, que não foi planejado e formava a ‘periferia’ da cidade com os bairros Retiro, Belmonte, Santo Agostinho, entre outros. É nessa região esquecida pela ‘cidade do aço’ que a Igreja realizará seu trabalho de base a partir dos anos de 1970.

Fontes e Lamarão (2006) dividiram a evolução urbana da cidade em três períodos com os quais concordamos: primeira fase de 1941 a 1954, a CSN centralizou o desenvolvimento local implantando e administrando o núcleo urbano central; um segundo período entre 1954 e 1967, ocorrido a partir da emancipação político-administrativa, quando houve uma expansão da malha urbana e a empresa manteve sob seu controle a área central da cidade e uma terceira fase, ocorrida a partir de 1967, quando a Companhia iniciou a transferência de seu patrimônio e encargos urbanos à Prefeitura Municipal.

A empresa intervinha também no setor educacional da cidade. Para formar mão de obra para atender as suas demandas ela implantou em 1944, a Escola Técnica da CSN, nomeada Escola Industrial Pandiá Calógeras em 1955 (Medeiros, 2004), além de implantar outras escolas que atendiam a classe média local como o Colégio Nossa Senhora do Rosário e o Colégio Macedo Soares, colocados sob administração de congregações religiosas em regime de comodato, pelo então presidente da CSN, o engenheiro e coronel Edmundo de Macedo Soares (Silva, 1999), um dos grandes defensores da siderurgia pesada e “patrono” de Volta Redonda (Morel, 1989). Essa parceria releva um importante elo entre a empresa e a Igreja local. No campo esportivo a empresa criou o RTGV e patrocinou diversos clubes amadores na cidade.

Em 1967, esse quadro se alterou com a transferência das responsabilidades urbanas da CSN para a prefeitura. Moreira (2000) sustentou que isso ocorreu graças ao quadro de crise econômica vivido pela empresa com as políticas aplicadas pelo governo militar. Segundo Assis (2013), nesse ano, pela primeira vez em sua história, a empresa apresentou déficit em seu orçamento e adotou uma política de contenção de gastos que incluía a transferência de seu patrimônio público para a prefeitura local. Dentro dessa nova política a empresa também vendeu as casas de sua propriedade para seus empregados. Era mais uma forma de disponibilizar recursos financeiros para viabilizar investimentos em sua planta industrial, de acordo com orientações do Plano Siderúrgico Nacional. Essa medida assinalou a crise do modelo paternalista e da “família siderúrgica”.

Sobre a evolução política da cidade o então distrito de Santo Antônio de Volta Redonda emancipou-se de Barra Mansa em 1954, em um processo que contou com a

¹¹⁸ Fontes e Lamarão (2006) discutem que a empresa criou bairros específicos para seus operários: a Vila Santa Cecília, criada em 1942, o Laranjal e Bela Vista, em 1945, eram reservados para as categorias profissionais superiores (diretores, engenheiros e técnicos). Os bairros voltados para funcionários e trabalhadores menos qualificados eram o Conforto (1942) e posteriormente Jardim Paraíba, Nossa Senhora das Graças, Sessenta e Monte Castelo. Essa questão também é apresentada por outros autores como Morel (1989), Pimenta (1989) e Lask (1991).

participação da CSN, Sindicato, comerciantes e proprietários de terra locais¹¹⁹, que assumiram o poder com a eleição de Sávio Gama, primeiro prefeito. Nesse período, a cidade viveu seu apogeu econômico constituindo-se em um exemplo para o Brasil da época e segundo a propaganda oficial da empresa aqui se construía um novo país¹²⁰. Por outro lado, tornou-se também um importante centro operário, abrigando um forte Sindicato dos Metalúrgicos¹²¹.

As relações da Igreja com esses atores políticos eram complexas. Ela se alinhava aos interesses da CSN, que não economizava esforços, contribuições financeiras e propaganda¹²² para manter a Igreja ao seu lado. “As cerimônias e festividades religiosas eram amplamente divulgadas nas edições do jornal ‘O Lingote’, periódico da empresa. A Igreja foi um importante elo da ‘família siderúrgica’¹²³ até 1966.

O relacionamento da Igreja com o sindicato como visto anteriormente era marcado pelo distanciamento. Ela atuava no meio operário por meio dos Círculos Operários, fundados em 1946 com uma política de alinhamento com as classes dominantes¹²⁴. Segundo Dreifuss (1984), os Círculos Operários eram financiados pelo complexo IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais- e pelo Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática -, com o claro objetivo de esvaziar os sindicatos de esquerda.

Os Círculos Operários foram um importante movimento da Igreja nesse período. Esses grupos se organizavam em todo o país e seu objetivo central fortalecer a presença da Igreja nos meios operários neutralizando a influência comunista. Segundo Souza (1991) era uma tentativa da Igreja de monopolizar o movimento operário na cidade, alinhando-o aos seus interesses. A análise das diretorias do Sindicato dos Metalúrgicos nas décadas de 1950 e 1960 nos mostra a participação de circulistas nos quadros de diretores sindicais, porém não eram hegemônicos¹²⁵. Um dos destaques foi o senhor Lainor, preso político em 1964, que chegou a presidência do Sindicato da Construção Civil local. Segundo ainda Souza, a relação do Círculo Operário com a CSN sempre foi estreita e a sua função era buscar a “... *harmonia e o entendimento entre patrões e empregados, e principalmente combater a ameaça comunista em sintonia com a Doutrina Social da Igreja.*” (1991:102).

1.13. Igreja de Volta Redonda e Dom Waldyr

“Estou chegando à cidade de Volta Redonda. (...) Milhares de trabalhadores para aqui acorreram. (...) é aqui que se situa a presença

¹¹⁹ Segundo Pimenta (1989) a participação desse grupo se explica por múltiplos interesses: os especuladores enxergavam a possibilidade real de valorização das terras da cidade; a CSN tinha interesse na aplicação dos recursos tributários na cidade, desenvolvendo projetos urbanísticos na área que crescia em torno da usina, ademais, o seu poder econômico possibilitaria sua hegemonia política na cidade.

¹²⁰ Arquivos da CSN, jornal O Lingote, abril de 1966, nº 182, p. 6 e 7. Este número traz uma série de referências da grande imprensa nacional e internacional, mostrando a importância da Companhia Siderúrgica Nacional e de Volta Redonda no cenário brasileiro.

¹²¹ Sobre a fundação do Sindicato e sua atuação na época vide Monteiro (1995) e Centro de Memória Sindical (1989).

¹²² Os eventos da igreja local eram sempre divulgados e cobertos pelo jornal da empresa. Notícias de eventos e comemorações religiosas eram constantes nas edições de ‘O Lingote’.

¹²³ Esta é uma expressão utilizada pela CSN em suas publicações para referir-se ao conjunto de seus empregados e seus familiares. Pimenta (1989) destaca que a este termo torna-se a “(...) *matriz da dominação e submissão dos operários da Companhia Siderúrgica Nacional*”. Morel (1989) fez uma apurada análise dos mecanismos de dominação presentes nesse termo.

¹²⁴ Sobre a atuação dos Círculos Operários vide <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/circulos-operarios>. Acessado em 14/8/2017.

¹²⁵ Vide Monteiro (1995) e Centro de Memória Sindical (1989).

*da Igreja no mundo atual, na cidade. (...) A Igreja não pode se ausentar onde o bem-estar dos homens, onde os direitos alienáveis da dignidade da pessoa humana estiverem em jogo e exigirem sua presença. (...) É este o significado de vossa presença no vosso meio*¹²⁶.

O discurso de posse de Dom Waldyr como o 5º bispo da Diocese em dezembro de 1966, apresentou sua agenda política, pautando seus compromissos com os trabalhadores e os direitos humanos, aproximando-se dos setores oposicionistas e de esquerda. Esse discurso assinala também o seu comprometimento com as mudanças em curso na Igreja a partir do Vaticano II, que ele colocou em vigor tão logo assumiu a nova diocese. Novais (1993: 92,93) destacou que liderança dos bispos nesse processo de renovação pós-Vaticano II, foi o fator fundamental, caracterizando o que ela qualifica como sendo um processo de ‘renovação pelo alto’. Foi necessária ainda, segundo a autora, a existência de um grupo de agentes de pastoral com projetos diferentes do ‘universo popular’. Para capacitar esses agentes, a Diocese investiu na formação pastoral e política¹²⁷ de seus membros, como veremos adiante.

Em um contexto de crescente autoritarismo, a Igreja local atuou na resistência ao regime militar. Isso se concretizou na sua aproximação com grupos de esquerda da cidade, apoio a ações de críticas ao regime, na denúncia de prisões e torturas, e na solidariedade aos presos políticos entre outras. Nos anos de 1980, a cidade ganhou evidência nacional por conta da combatividade do seu movimento sindical e popular. A construção desse processo de lutas ocorreu, sobretudo com a contribuição da Igreja diocesana.

A defesa dos direitos humanos pautou a atuação política de Dom Waldyr. Padre Sano¹²⁸, um dos sacerdotes mais próximos dele, corrobora essa questão. Segundo ele, o bispo não questionava a ideologia ou ação dos diferentes militantes políticos que atuavam na cidade, não emitia julgamentos se eles estavam atuando de maneira certa ou errada, apenas dizia que eles estavam sendo presos injustamente e que sempre optaria pelos mais pobres. Segundo ele, o bispo,

*“... defendeu pessoas que nem católicos eram, que foram presos, torturados. Dom Waldyr foi visitar, defendeu e denunciou esses casos, então, o interesse do dom Waldyr era mais a pessoa humana que estava sendo injustiçada, ou que está sendo torturada e ele ia em defesa”*¹²⁹.

Essa postura foi a tônica da ação pastoral de Dom Waldyr, aproximando-o dos grupos oposicionistas e de esquerda, que o identificavam como um aliado.

A Igreja local alinhou-se aos setores progressistas da Igreja brasileira, assumindo o ‘caráter profético’ dos teólogos da libertação, buscando a concretização de uma ‘evangelização transformadora’, que segundo Carlos Mesters¹³⁰, significava a realização de uma evangelização que libertava a pessoa enquanto indivíduo e enquanto ser social e político, conscientizando os cristãos sobre seu papel no mundo e para necessidade de transformação da realidade injusta do capitalismo, criticando a exploração de classes presentes e a desigualdade social. Essa evangelização objetiva a construção de uma nova sociedade justa e mais igualitária¹³¹.

¹²⁶Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda Livro de Tombos nº 2, p. 99.

¹²⁷ A análise dos Boletins Diocesanos mostra a prioridade garantia a formação dos agentes pastorais por meio de cursos, palestras, seminários, etc.

¹²⁸ Entrevista realizada com padre Sano em 12/01/2019.

¹²⁹ Idem

¹³⁰ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Boletim Diocesano nº 28, 1974, p. 9

¹³¹ Esse termo era largamente utilizado pelos adeptos da TdL para referir-se ao modelo de evangelização proposto pela Igreja Popular. Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº 142, p. 10.

A trajetória pastoral do alagoano Waldyr Calheiros iniciou-se aos treze anos quando entrou para o seminário em Murici, Alagoas¹³². Em 1948, com vinte e cinco anos, foi ordenado sacerdote. Anos depois, em 1957, mudou-se para o Rio de Janeiro e assumiu a paróquia de Francisco Xavier na Tijuca e depois Nossa Senhora de Copacabana onde permaneceu até 1966. Nessas paróquias desenvolveu um ativo trabalho social, segundo Mangea (2017), inclusive com a AC. Segundo depoimentos do padre Sano¹³³, a transferência de Dom Waldyr para a zona sul carioca deu-se por conta de indisposições com Carlos Lacerda, governador do estado, pois era contrário à política remocionista de favelados promovida por Lacerda. O cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara que era amigo do governador, transferiu-o para Copacabana para afastá-lo do contato com os mais pobres, colocando-o nessa paróquia de classe média para dificultar seu trabalho pastoral.

Esses atritos não impediram, no entanto, que em primeiro de maio de 1964 o padre Waldyr fosse sagrado bispo auxiliar da cidade pelo mesmo cardeal Câmara. Uma de suas primeiras atividades como bispo foi a participação na 3ª sessão do Concílio Vaticano II, experiência que o marcou profundamente, particularmente sua adesão ao ‘Pacto das Catacumbas’, alinhando sua posição junto aos setores progressistas da Igreja. O bispo ressaltou a influência do Vaticano II em sua trajetória:

*“Eu nasci bispo dentro do Concílio Vaticano II. Foi um banho de renovação em uma Igreja que procurava se abrir ao mundo. Vim para cá, novinho em folha, carregado’ do Vaticano II. Mas outro fato importante eu não esqueço, é que eu fui sagrado bispo no dia 1º de maio. Nasci bispo dentro da ditadura militar no Brasil. Uma verdadeira catástrofe para o país”*¹³⁴.

Dom Waldyr destaca nesse discurso sua proximidade com os operários, marca de seu bispado, além das críticas a ditadura, assinalada como uma catástrofe.

O trabalho como bispo auxiliar no Rio de Janeiro, segundo seu depoimento¹³⁵ não lhe agradou devido às limitadas atribuições e subordinação ao cardeal, contando ainda as diferenças políticas, pastorais e teológicas entre eles. No período em que esteve na arquidiocese carioca, Dom Waldyr tornou-se amigo de Dom Helder, também bispo auxiliar e aproximou-se dos movimentos de Ação Católica, despertando para a dimensão política e social da fé¹³⁶. Segundo seu depoimento a vinda para Volta Redonda e a situação política, econômica e social da cidade, foram fundamentais na determinação do seu projeto de vida e opções pastorais:

“Eu já tinha despertado pela ACO, (...) foi Volta Redonda, que me desafiou qual o lado que eu deveria tomar, e diante disso é que se estabeleceu minha posição e preferi tomar não o poder econômico, mas

¹³² Sobre a trajetória pessoal e pastoral de Dom Waldyr, vide Costa, Pandolfi e Serbin, (2001).

¹³³ Entrevista com padre Sano, realizada em 12/01/2019.

¹³⁴ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda Livro de Tombos nº 2, Diocese de Volta Redonda-Barra do Pirai, p. 20. Dom Waldyr participou da 3ª e 4ª Sessão do Concílio. (Beozzo, 2005).

¹³⁵ Entrevista com Dom Waldyr Calheiros realizada em 02/06/2010. Essa entrevista foi realizada para um Projeto de Iniciação Científica coordenado por mim, que resultou na publicação de um artigo (Soares, 2012).

¹³⁶ Dom Waldyr afirma que outras questões despertaram sua sensibilidade social. Em 1964, o despejo de um grupo de moradores de uma favela carioca, na avenida Brasil, perto de Parada de Lucas, pelo governador Carlos Lacerda, de acordo com a política remocionista promovida pelo governador (Brum, 2013), lhe chamou a atenção para a injustiça social. Nesta ocasião ele tomou a defesa dos favelados e conseguiu impedir o desalojamento dos moradores do local. Cf. depoimento ao jornal Pé da Serra, julho de 1982. Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda.

*o poder do menos favorecido. Daí para cá, só procurei ser coerente com a opção que fiz*¹³⁷.

As limitações do cargo de bispo auxiliar, sua consciência política além de suas posições contrárias à ditadura vigente no país¹³⁸, tornaram conturbada sua relação com o cardeal Câmara. Em decorrência, Dom Waldyr solicitou sua transferência da arquidiocese do Rio de Janeiro. Inicialmente seria nomeado para Nova Iguaçu, mas quando Dom Altivo Pacheco foi transferido, foi nomeado para essa diocese, não enxergando nenhuma intenção política nesse ato. Destacamos que Volta Redonda possuía relevância no mapa pastoral brasileiro como centro industrial e operário, sendo importante a nomeação de um bispo com Dom Waldyr com sensibilidade social e política, capaz de desenvolver um amplo trabalho pastoral em consonância com os projetos de renovação eclesial e política pensados pela Igreja do Vaticano II.

Dom Waldyr aceitou o desafio. Eram muitos, os próprios diocesanos olhavam o novo bispo com desconforto. Entre os mais conservadores havia o temor que o novo bispo era ‘comunista’¹³⁹ e entre os setores mais ativistas, sobretudo os jovens organizados na JOC, suspeitava-se de sua origem. Segundo depoimento de um dos militantes desses grupos, a origem de Dom Waldyr, oriundo da zona sul carioca gerou uma desconfiança “... *esse bispo da zona sul não vai apoiar a gente*”¹⁴⁰. Esses setores mais engajados politicamente¹⁴¹ analisaram que um bispo que trabalhava com a classe média carioca não atenderia bem a uma diocese operária.

Essas desconfianças se dissiparam rapidamente. Em seu discurso de posse o novo bispo deixou explícitos os pilares de sua linha de atuação pastoral e o relacionamento que estabelecería com a cidade e sua maior empresa, a CSN, “... *seria ridículo de viéssemos para Volta Redonda com a pretensão de dominarmos a cidade e a Siderúrgica, (...). Nada disso. Porém não menos criminoso seria o inverso: se a cidade, a Siderúrgica pudesse manipular a Igreja*”.

Dom Waldyr foi recebido com muita expectativa pelos diocesanos. A diocese vivia um momento conturbado com mobilizações de padres contra o celibato¹⁴², acusações de que o bispo era conivente com a CSN, etc.¹⁴³. Os problemas se avolumavam, e segundo padre Sano, o próprio Dom Altivo pediu transferência da diocese:

*“... nem o bispo queria ser bispo da diocese de Barra do Pirai, porque tinha má fama de ser diocese confusa, os padres divididos, etc. Eu fiquei sabendo através de algumas pessoas, inclusive padres disseram que vários bispos foram consultados para ver se queriam vir para cá, mas ninguém queria.”*¹⁴⁴.

¹³⁷Entrevista com Dom Waldyr Calheiros, realizada em 02/06/2010.

¹³⁸Dom Waldyr afirma que como pároco, teve uma posição discreta durante a eclosão da ditadura em 1964. Ele lembra, por exemplo, que neste ano foi procurado por militares que estranharam o fato dele não demonstrar apoio explícito ao golpe. À medida que os militares mostraram seu lado mais sombrio, Dom Waldyr foi tomando posições claramente mais críticas em relação à ditadura, ajudando pessoas perseguidas, denunciando a repressão, etc. Cf. entrevista concedida à Revista Sem Fronteiras, agosto de 1989, nº 171, p. 12 e 13, Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda.

¹³⁹Entrevista com senhora Maria de Castro, participante de grupos de oração da diocese, realizada em 08/09/2017.

¹⁴⁰Arquivo CMV-VR, depoimento de José Ventura.

¹⁴¹Arquivo CMV-VR, depoimento de Antônio Liberato.

¹⁴²Alguns desses padres acreditavam que o Vaticano II aboliria o celibato obrigatório e organizaram uma campanha contra o celibato na Diocese. Serbin (2001: 102) destaca que mais de dois mil padres abandonaram o sacerdócio entre 1967-1976.

¹⁴³Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda Livro de Tombos número 2, pag. 134.

¹⁴⁴Arquivo CMV-VR, depoimento de padre Sano.

Dom Waldyr conhecia a realidade que iria enfrentar. Segundo entrevista de padre Sano¹⁴⁵, no período em que atuou como professor no Seminário Santo Antônio¹⁴⁶, que formava os padres diocesanos, teve contato com diversos padres da diocese, que lhe relatavam os problemas e a realidade política e social da região.

A chegada do novo bispo foi destaque no jornal ‘O Lingote’¹⁴⁷, publicação da CSN que o recebeu com reportagem de destaque, anunciando uma parceria para a construção da nova ‘catedral de aço’. Segundo o jornal, as tarefas do bispado de Dom Waldyr eram,

“... o apostolado social e a construção da catedral de Volta Redonda’. O bispo comentou essa oferta da empresa: “Quando cheguei o presidente da CSN, me procurou e disse: ‘(...) quando o senhor quiser, faremos a catedral’. Eu procurei disfarçar, dizendo que tínhamos problemas nas periferias com poucas igrejas (...). Não tem sentido uma igreja sendo oferecida por uma empresa”¹⁴⁸.

O novo bispo recusou a oferta da empresa optando pela construção de um imóvel com espaços para reuniões como parte inicial da futura catedral, no terreno ofertado pela CSN. Essa medida visava assegurar a posse dessa área doada pela empresa, pois uma cláusula da doação especificava que as obras deveriam se iniciar em dois anos, como condição para a posse do terreno, sob pena da Igreja diocesana perdê-lo. Mais tarde, em 1978, foi inaugurada nesse espaço a Cúria Diocesana sem a participação da Companhia Siderúrgica Nacional¹⁴⁹.

Sobre as relações com a CSN, Dom Waldyr optou por uma postura institucional sem a proximidade e as regalias oferecidas pela empresa¹⁵⁰. Seus presidentes eram recepcionados com respeito pelo bispo e o tratavam com a mesma deferência¹⁵¹. Suas posturas que questionavam a ocorrência de acidentes de trabalho no interior da usina, bem como sua recusa em participar de inaugurações, eventos, missas campais ou festividades¹⁵², o distanciaram da siderúrgica: *“... Nunca participei aqui em festa, em palanque, em desfile ao lado de autoridade (...) jamais quis aplaudir o que estava acontecendo. Conservava-me no meu lugar, na busca de uma Igreja que servisse ao povo”¹⁵³* afirmou o bispo.

Dom Waldyr quebrou protocolos e diminuiu a distância entre o bispo e os fiéis. Era comum ouvir alguém dizer, ‘nem parece bispo’ Para se referir proximidade com que se colocava. *“Venho aqui para ficar disponível a vosso serviço, (...) ser uma presença amiga (...) que não permite indecisão”¹⁵⁴*. A própria maneira de se vestir revelou o relacionamento que o bispo estabeleceu com a cidade, vestia-se de maneira simples, com camisa, calça e um chapéu de palha ou boina, sem os paramentos de bispo. Ele mesmo explica porque se vestia assim *“Que o bispo fosse mais humano, às vezes ele se vestia de tantas coisas que era difícil descobrir quem*

¹⁴⁵ Entrevista com padre Sano, realizada em 12/01/2019.

¹⁴⁶ Dom Waldyr também foi professor e vice-reitor do Seminário Arquidiocesano do Rio de Janeiro, onde construiu fama de ser muito enérgico e temido pelos padres mais jovens, aliado ao seu lado divertido, de acordo com padre Sano Revista da Diocese de VR/BP- 75 anos Presente na Região Sul Fluminense, pag. 07.

¹⁴⁷ Arquivo da CSN, “Catedral para Volta Redonda: objetivo do cobispado”, O Lingote, nº 190, dezembro de 1966

¹⁴⁸ Entrevista com Dom Waldyr Calheiros, realizada em 02/06/2010.

¹⁴⁹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº 153, 1978, p. 04

¹⁵⁰ Marcando esse distanciamento, em 1975 a empresa retirou as linhas telefônicas que mantinha no bispado. Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, CSN, VPI/21-75, de 18/02/1975.

¹⁵¹ Vide as cartas de boas-vindas enviadas pelo bispo aos novos presidentes da empresa e as respostas dos mesmos. Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Ofício CSN, OP-205/75 de 03/06/1975 e Carta de Dom Waldyr a Plínio Cantanhede, de 21/06/1975.

¹⁵² Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda. Comunicado aos diocesanos em 02.09.1969

¹⁵³ Dom Waldyr apud Salém (1981: 117).

¹⁵⁴ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Dom Waldyr em saudação aos diocesanos de Volta Redonda, em 08/12/66.

era bispo dentro daquilo”¹⁵⁵. Essa forma simples de vestir estava em sintonia com seu projeto pastoral e os compromissos assumidos no ‘Pacto das Catacumbas’ e ao mesmo tempo, chamou a atenção dos militares, que também enxergavam nisso um sinal de ‘subversão’.

Os primeiros desentendimentos com os militares começaram no primeiro ano de seu episcopado ao recusar a celebrar uma missa por ocasião do 3º aniversário da “Revolução”, como se referiam ao dia 31 de março de 1964, e benzer a pedra fundamental da usina nuclear de Angra I (Costa, Pandolfi e Serbin, 2001). No ano seguinte, em 1968, outro atrito, pois em virtude das prisões de quatro jovens da Judica meses antes, Dom Waldyr novamente se recusou celebrar o dia 31 de março na região, em homenagem ao aniversário da ‘Revolução’ em 1968¹⁵⁶, agravaram essas desconfianças. Sobre a recusa em celebrar essa missa, Dom Waldyr orientou os padres Euler e Paulo Heckers a redigirem uma carta ao coronel Armênio justificando que não a celebrariam em respeito à liberdade religiosa, álibi encontrado para justificar a negativa¹⁵⁷. Dom Waldyr também se afastou de comemorações religiosas em eventos militares, como ocorrido em 1972, no auge da repressão política, quando não autorizou uma celebração religiosa no dia de Tiradentes, patrono militar¹⁵⁸.

As mudanças implantadas pelo bispo não agradaram a setores do clero e dos fiéis locais. Seu trabalho eclesial e político nunca representou uma unanimidade, apesar de a diocese ter optado oficialmente por esse engajamento pastoral. Muitos religiosos ligados a uma leitura tradicional da fé, ‘pré-conciliar’ e formação pastoral tridentina¹⁵⁹ se opuseram ao seu projeto pastoral, tecendo críticas e organizando ações contrárias ao bispo. Essa questão ocorrida em todo país, foi alvo da análise de Beozzo (2005, 290) que afirma que houve divergências entre os clérigos que participaram do Concílio e aqueles que permaneceram em suas paróquias e dioceses.

A participação de Dom Waldyr na 3ª e 4ª sessão do Vaticano II o influenciou decisivamente¹⁶⁰, levando-o a viver um antagonismo, pois quando chegou à Diocese, encontrou resistências por parte de um grupo de clérigos. Parcela considerável desses descontentes optou por pedir transferência da diocese, como os jesuítas em Mendes e padres da Congregação do Verbo Divino¹⁶¹. Uma exceção nesse caso foi o padre Bernardo Thus, amigo de Dom Waldyr, e um de seus principais colaboradores, que optou por desligar-se dessa Congregação, filiando a diocese¹⁶².

Esta oposição se acirrou quando Dom Waldyr se envolveu em conflitos com os militares. Muitos padres, como José Kessler, partiram para o ataque direto acusando

¹⁵⁵ ‘Do Pacto das Catacumbas a Francisco’ disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5Hh5NWWBZgQ>. Acessados em 17/01/2017.

¹⁵⁶ Arquivo Nacional, Relatório do IPM 858 instaurado para apurar atividades subversivas envolvendo Dom Waldyr Calheiros de Novais e outros, de 1º de dezembro de 1969, pag. 4.

¹⁵⁷ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda. Carta de padre Euler ao Comandante do BIB em 20 de março de 1968 e Arquivo Aperj, IPM da Subversão, pag. 4.

¹⁵⁸ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, ‘Bispo não Permite ofício religiosos no dia de Tiradentes’, jornal Centro-Sul, de 23/04/1972.

¹⁵⁹ Nesse período, a formação da maioria dos sacerdotes brasileiros seguia concepções tridentinas. De acordo com Serbin (2008: 78) esse modelo de formação “... enfatizava a ortodoxia doutrinária, a obediência hierárquica e o rigor intelectual e espiritual. A disciplina governava o sistema, e o celibato era seu ideal.”

¹⁶⁰ Segundo Beozzo (2005) este foi um dos aspectos chaves da experiência conciliar: a transformação das pessoas. Segundo ele, parcela considerável dos convocados pelo Concílio foi influenciada em seus posicionamentos políticos e religiosos.

¹⁶¹ Segundo padre Sano e Hugo Leonardo, essa congregação era muito forte na diocese, controlando as importantes paróquias de Santa Cecília, Nossa Senhora da Conceição-Conforto e São Sebastião em Barra Mansa. Entrevista realizada com padre Sano e Hugo Leonardo Pereira Borba.

¹⁶² Entrevista com Hugo Leonardo Borba, secretário particular de Dom Waldyr Calheiros, realizada em 26/09/16.

abertamente o bispo de subversão e comunismo na imprensa¹⁶³, e padre Francisco Foit, que tentou convencer padres da diocese a formalizarem uma queixa contra Dom Waldyr na Nunciatura¹⁶⁴. Particularmente causaram-lhe incômodo as posições de padre Breves, pároco de Pirai, representante dos setores mais conservadores locais e grande opositor de Dom Waldyr.

Sobre o início de seu trabalho pastoral, uma das importantes mudanças que Dom Waldyr adotou foi implantação do modelo de Paróquia Única em 1969¹⁶⁵. A diocese organizou-se em redes de comunidades, articuladas com a integração das cinco antigas paróquias com suas respectivas capelas e salões comunitários em uma única paróquia. Oliveira (1994) destaca que a adoção deste modelo objetivava unificar a ação da Igreja para obter maior capacidade de resistência frente às arbitrariedades e violações dos direitos humanos cometidos pelos militares.

Com esse projeto, Dom Waldyr pretendia alterar o quadro apresentado por Soares (2001), a partir de uma pesquisa realizada em 1969 pela diocese, que mostrava a ação da Igreja local voltada principalmente para atividades ‘intra’ eclesiais como preparação para sacramentos, catequese, grupos de jovens e estudos bíblicos, além de atividades assistenciais. Dentre as ações adotadas para implantar essas mudanças incluíam-se projetos de formação religiosa e política e novos modelos de evangelização, expressos no ‘1º Plano de Evangelização da Diocese’, que priorizava a organização e dinamização dos grupos de reflexão¹⁶⁶, implantação de programas de assessoria e capacitação de agentes de pastoral¹⁶⁷. A formação desses agentes, segundo Sidney (1985), era importante pois eles atuavam diretamente junto às ‘bases’ e eram capazes de estabelecer relações entre as lutas particulares e as lutas gerais, a macro política e o cotidiano da comunidade, contribuindo para a formação política e pastoral dos membros das CEB’s.

Nesse projeto de capacitação, a Diocese contou com a assessoria de teólogos, sociólogos e educadores populares com renomada experiência como Lauro de Oliveira Lima, Frei Carlos Mesters, Leonardo Boff, Riolando Azzi, João Batista Libânio, Clodovis Boff, Pedro de Oliveira e outros. Em 1976 para institucionalizar e dinamizar esse processo foi criado o IDP -Instituto Diocesano de Pastoral-, que promovia a formação e assessoria de religiosos e leigos nas dimensões teológica, política, econômica e social¹⁶⁸.

1.14. Juventude Diocesana: o primeiro confronto da Igreja com os militares

O primeiro grande atrito envolvendo o bispo e os militares, ocorreu em 1967 com a prisão de jovens diocesanos ligados a Judica, Juventude Diocesana Católica, uma organização que coordenava os trabalhos dos grupos de jovens da região criada por Dom Waldyr em 1967¹⁶⁹.

¹⁶³ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal Sul do Estado, “ Nem todos os padres estão de acordo com as ideias de Dom Waldyr”, de 18 a 31/01/1969.

¹⁶⁴ Arquivo Nacional, Relatório do IPM 858 ‘IPM das Subversões’, instaurado para apurar atividades subversivas envolvendo Dom Waldyr Calheiros de Novais e outros, de 1º de dezembro de 1969.

¹⁶⁵ A diocese de Volta Redonda foi uma das pioneiras nesse modelo de organização, que ocorreu paralelamente ao processo desenvolvido na arquidiocese de Vitória, no Espírito Santo. A antiga estrutura paroquial foi substituída pela articulação e união das cinco paróquias então existentes em uma paróquia única (Volta Redonda), coordenada por um conselho formado pelo Bispo, religiosos e agentes leigos de pastoral. Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda. Decreto de Reestruturação das Paróquias da Diocese de Volta Redonda-Barra do Pirai, 21.11.1969.

¹⁶⁶ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda. Boletim Diocesano, nº 09, abril de 1972.

¹⁶⁷ Esse termo refere-se ao militante católico engajado nas pastorais da Igreja.

¹⁶⁸ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Relatórios de Atividades do IDP, 1976 a 1979.

¹⁶⁹ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda. Relatório da Mini- Assembleia Diocesana de 06/09/86.

Segundo Serbin (2001) e Gomes (2014), esse fato tornou o bispo de Volta Redonda um dos primeiros membros da hierarquia católica que se confrontou diretamente com a ditadura.

Inicialmente os grupos de jovens locais desenvolviam atividades internas da Igreja. Com a criação da Judica desenvolveram atividades de formação política utilizando o método ‘Ver-Julgar-Agir’ proposto pela Ação Católica. Suas reuniões ocorriam no bispado, construção doada pela CSN para abrigar a residência episcopal, localizada no bairro Laranjal, região nobre da cidade. Como o bispo nunca a ocupou para esse fim, optando por residir na periferia da cidade, esse local foi utilizado para promover encontros de formação pastoral e política dos diocesanos, principalmente para os militantes da Judica, tornando-se ponto de encontro desses jovens¹⁷⁰.

O bispo desde sua chegada desenvolveu um trabalho muito próximo aos jovens, segundo descrição da maioria dos entrevistados pela CMV¹⁷¹. Isso explica porque o bispado tornou-se o ponto de encontro dos jovens católicos. Para coordenar a Judica nomeou o vigário-geral da diocese, Monsenhor Manoel Théophilo Barreto, pessoa de sua estrita confiança.

Em uma das atividades organizadas por esses jovens, iniciaram-se os problemas envolvendo Igreja e militares: no dia 06 de novembro de 1967, o diácono francês Guy Thibaut, o seminarista Carlos Azevedo Rosa, da Congregação dos Lourdistas, e os estudantes Jorge Gonzaga e Natanael da Silva foram presos sob a acusação de distribuírem folhetos subversivos.

O diácono Guy Thibaut veio ao Brasil com o padre Thieblot, acusado pelos militares de apoiar a luta armada¹⁷². Ambos faziam parte da congregação dos Missionários da maculada Conceição-padres lourdistas. Os militares monitoravam as ações dos padres franceses no Brasil devido suas críticas à ditadura e supostas ligações com o comunismo internacional (Cardonha, 2011). Um fato que gerou desconfiança dos militares foi Guy ter sido anteriormente oficial do exército francês tendo atuado na guerra de independência da Argélia¹⁷³.

A figura central nesse episódio foi Carlos Azevedo Rosa, o mais politizado de todos. Alvo da perseguição militar, já vinha sendo monitorado pelo BIB por conta de ligação com grupos das esquerdas. Rosa era seminarista, natural de Angra dos Reis e estava em Volta Redonda por ter sido expulso do Seminário de Nova Friburgo devido a suas ligações ‘subversivas’ com a ALN, e provavelmente era espionado pelos militares. Ele morava no bispado como hóspede de Dom Waldyr e afirmou que fazia reuniões com a Judica, momento em que promovia discussões políticas, segundo seu depoimento¹⁷⁴.

A prisão dos jovens ocorreu em novembro de 1967 quando uma Kombi, que pertencia ao bispado e era utilizada pelos membros da Judica, foi interceptada pela polícia, que encontrou em seu interior panfletos preparados por Carlos Rosa, que assumiu sua autoria, para serem distribuídos na cidade. Esse panfleto tecia críticas à ditadura, ao imperialismo americano e denunciava a fome, os baixos salários, sem apresentar qualquer referência à luta armada¹⁷⁵.

Segundo uma militante do período, o grupo avaliou que na verdade o que chamou atenção da polícia foi a alta velocidade da Kombi, que por ser do bispado, já era suspeita: “(...) a polícia foi atrás e pegou os panfletos dentro da Kombi. Na nossa avaliação foi por acaso. O

¹⁷⁰ Arquivo CMV-VR, depoimentos de Carlos Azevedo Rosa e Natanael José da Silva.

¹⁷¹ Arquivo CMV-VR, depoimento de Maria das Dores Mota, Schetino Mota, irmã Elizabeth Alves e Natanael José da Silva.

¹⁷² Os militares monitoravam com atenção as atividades de um grupo de padres franceses no Brasil, devido às suas críticas ao regime e supostas ligações com grupos da esquerda armada e com o comunismo internacional. O golpe mais duro dos militares contra o grupo desses padres franceses, do qual Guy fazia parte, foi a prisão e tortura de religiosos Michel Le Gen, Francisco Beerthou, Herné Croguehneq e o diácono brasileiro José Geraldo da Cruz, da congregação dos Agostinianos da Assunção, os Assuncionistas (Cardonha, 2011).

¹⁷³ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta Lino Machado ao Ministro Presidente do STM, em 16/11/1967. Carta de padre René Point, Superior Geral dos padres Lourdistas, em 16/11/1967

¹⁷⁴ Entrevista Carlos Rosa, realizada em 15/07/16.

¹⁷⁵ Arquivo Nacional, ‘Brasileiro’, panfleto da Judica, 06/11/1967.

que chamou atenção foi a alta velocidade. Claro que eles estavam de olho no Carlos Rosa”¹⁷⁶. Rosa confirmou essa informação prestada pela militante e em depoimento a CMV, afirmou que tinha contatos com membros da ALN e usava suas visitas a cidade para estabelecer contatos políticos.

Os quatro jovens presos foram encaminhados ao 1º BIB- Batalhão de Infantaria Blindada, e segundo o depoimento de Rosa passaram as primeiras 24 horas em uma cela conjunta. No dia seguinte iniciaram-se os interrogatórios, sendo acusados de ‘subversão’, ‘terrorismo’ e formação de guerrilha em Cuba.

Além da prisão dos jovens, os militares promoveram no dia 11 de novembro de 1967, uma busca violenta no bispado¹⁷⁷, invadindo a residência episcopal e apreendendo documentos da diocese e vários livros de Carlos Rosa, que segundo acusação dos militares, evidenciava as posições ‘subversivas’ e comunistas do acusado.

Irma Elizabeth, religiosa que morava no bispado nessa época, confirmou essas informações e afirmou que escondeu vários livros marxistas de Rosa antes que fossem apreendidos pelo exército¹⁷⁸. Ela afirmou que o quarto de Rosa foi lacrado pelos militares, mas que conseguiu entrar por uma janela basculante e retirou cerca de cinquenta livros com temáticas ligadas a revolução cubana, marxismo, além de faixas políticas com críticas a ditadura e defesa da luta armada. Ela relatou que jogou fora parte dos livros e outra parte escondeu em uma máquina de lavar roupa. Segundo ela os militares encontraram ainda uma faixa com a frase ‘abaixo a ditadura’ dentro de uma poltrona, que causaram sérios problemas a Carlos Rosa. Para despistar os militares, ela informou que deixou somente livros de temática religiosa, doutrina social da igreja, catecismo, e alguns relacionados à política e marxismo¹⁷⁹. Resultado foi que os militares encontraram somente livros que não comprometiam exageradamente Rosa, mesmo assim não escapou das acusações de ‘subversão’.

Segundo irmã Elizabeth, o objetivo central dos militares ao apreender esses materiais e reunir provas da ‘subversão’ de Dom Waldyr pois segundo ela, o bispo seria acusado de ser o mentor intelectual dos jovens.

Dom Waldyr atuou na defesa dos jovens católicos. Sua primeira ação foi enviar uma carta ao coronel Armênio e ciente dos riscos que eles corriam, fez um pedido: “NÃO permita que lhes apliquem meios despersonalizantes, que não é comum no tratamento de presos em países democráticos.”¹⁸⁰. É interessante destacar que nessa carta, uma das primeiras em que se dirige ao comandante do BIB, Dom Waldyr se referiu a ele como amigo, encerrando a carta da seguinte forma ‘Do seu amigo em Cristo, Waldyr Calheiros’. Essa amizade foi desfeita quase que imediatamente, na medida em que o militar agiu com truculência nos episódios posteriores.

Como não obteve sucesso no contato com o comandante do BIB, Dom Waldyr denunciou a ação arbitrária dos militares em uma carta direcionada aos diocesanos¹⁸¹, que foi lida nas missas daquela semana, segundo suas orientações¹⁸². Essa carta foi publicada no Jornal do Brasil com o título “Os sete pecados capitais”. Nessa correspondência, que ganhou ampla repercussão, o bispo justificou suas ações e desafiou os militares, relatando as precárias condições econômicas dos trabalhadores e da cidade:

¹⁷⁶ Entrevista realizada com Maria das Dores Motta em 03/04/16.

¹⁷⁷ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal do Brasil, ‘Exército cerca e invade casa de bispo à cata de subversão’, de 14/11/67.

¹⁷⁸ Arquivo CMV-VR, depoimento de irmã Elizabeth Alves.

¹⁷⁹ Dos materiais encontrados pelos militares, cadernos, apostilas, etc, somente três livros relacionavam-se diretamente com a temática do comunismo. Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Relação de materiais encontrados nos quartos ocupados pelos indiciados, em 10/11/1967.

¹⁸⁰ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta de Dom Waldyr ao coronel Armênio, em 07/11/1967.

¹⁸¹ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, carta de Dom Waldyr aos diocesanos em 08/11/1967.

¹⁸² Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta de Dom Waldyr a Frei Marcos, em 18/1/1967.

“... A Diocese não vai abandonar esses rapazes, pelo fato de terem errado. Suas famílias são pobres operários. Não discuto o gesto deles. São pessoas humanas. Merecem respeito. (...) Devia, como pessoa pública, Bispo, uma satisfação aos meus diocesanos que julgavam que eu estava preso, por ter distribuído panfletos subversivos durante a madrugada. Enquanto o coronel Armênio está preocupado em descobrir pessoas subversivas, eu estou preocupado:

1. com um acordo salarial que vem se arrastando há cinco meses, e enquanto isso vários os operários são privados até dessas migalhas que caem da mesa de seu Senhor (...)”

O bispo enumerou ainda outras situações que considerava injustas como a perda das casas da CSN pelos operários, pois nesse ano a empresa abdicou de suas funções urbanas e vendeu as casas aos operários, mas nem todos puderam comprá-las. Ele denunciou ainda os altos índices de acidentes na empresa, doenças psíquicas, alcoolismo, entre outras questões.

Os militares reagiram contra as ações do bispo promovendo a prisão de três padres e outras cinco pessoas que iriam distribuir esse texto-denúncia sobre o episódio na Igreja de Santa Cecília. Depois de inquiridos em interrogatório, todos foram libertados.

Com essas denúncias Dom Waldyr se antecipou à postura adotada por setores do episcopado brasileiro que se afastaram da ditadura e passaram a exigir uma prestação de contas do governo em relação aos torturados e desaparecidos políticos. Segundo Serbin (2001), havia duas formas de se posicionar frente a essas questões: os bispos moderados e conservadores optaram pelo diálogo e conciliações com os militares e os radicais optaram pelas denúncias públicas. Dom Waldyr foi um dos primeiros a seguir o segundo caminho, “Sou *do parecer que não se deve andar pedindo nada esse governo.*”¹⁸³.

A diocese prestou amplo auxílio aos jovens presos nesses episódios. Acompanhou a famílias e contratou advogado para defendê-los. Segundo Carlos Rosa, o bispo prestou apoio a sua causa, indicando a solidariedade do bispo. Diversas cartas de Carlos Rosa a Dom Waldyr e vice-versa, além de cartas do bispo aos pais de Rosa, atestam essa questão¹⁸⁴. Interessante observar que nessas correspondências¹⁸⁵ o bispo jamais questionou os motivos da prisão sua prisão e a despeito de ter agido sem seu consentimento, o defendeu em todas as instâncias.

Em relação aos quatro jovens presos, os documentos militares nos mostram que o diácono francês Guy Thibaut foi libertado no dia 07.12.67 e decretada sua expulsão do país, mas antes que ela fosse executada, ele fugiu do país com o aval de Dom Waldyr. Radicado na França ele manteve correspondência¹⁸⁶ com o bispo por alguns meses, tranquilizando-o de sua situação e demonstrando gratidão pelo apoio prestado.

O julgamento dos demais envolvidos ocorreu em novembro de 1968. Carlos Rosa recebeu pena de prisão de dezoito meses e os dois outros jovens receberam penas entre seis e oito meses de prisão. Depois de libertados esses jovens foram demitidos da CSN, comprovando a relação que existia entre CSN e militares na região, como veremos a seguir.

Ressaltamos que o julgamento desse IPM correu na Justiça Militar pois a partir da edição do AI-2 em 1965, essa instância jurídica passou a julgar todos os acusados, inclusive civis, de crimes contra a ‘segurança nacional’. A ditadura militar manteve o judiciário

¹⁸³ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta de Dom Waldyr a Dom Humberto Mozzoni em 26/12/1969.

¹⁸⁴ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta de Dom Waldyr ao Sr. Antônio e Dona Rosa, em 18/11/1967, 30/11/1967 e 15/12/1967.

¹⁸⁵ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, cartas de Carlos Rosa a Dom Waldyr e de Dom Waldyr aos pais de Carlos Rosa.

¹⁸⁶ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Cartas de Guy Thibaut ao bispo Dom Waldyr em 14/05/16, 15/09/1969, 22/11/1969.

funcionando sob seu controle pois devido a sua autonomia, protegido das contingências e conjunturas políticas, era visto como um poder que deveria ser tutelado pelas Forças Armadas. Esse poder perdeu parcela considerável de sua autonomia com a suspensão das garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos juízes, abrindo caminho para um maior número de expurgos em seu interior.

A manutenção do judiciário como um poder contingenciado pelos militares em um arranjo jurídico que articulou uma ligação entre juristas civis e militares objetivava segundo Wanderley (2014) legitimar as ações militares em termos legais, construindo a chamada ‘fachada democrática’, eufemismo de uma democracia com executivo forte. Kinzo (1988) reforça essa argumentação afirmando que o objetivo era preservar a imagem do país no exterior e manter as bases populares que apoiavam o regime, dissimulando a ideia da democracia.

Nesse primeiro conflito, Dom Waldyr enfrentou os militares praticamente sozinho. Foi um dos primeiros bispos a se confrontar com o aparelho repressivo dos militares e contou apenas com a solidariedade de alguns bispos como Dom Paulo Arns, Dom Antônio Fragoso e Monsenhor Sérgio Mendez Arceo¹⁸⁷. A CNBB não se envolveu diretamente na questão, divulgando uma nota criticando a ação militar e o autoritarismo que se implantava no país. Aliás, Dom Agnelo Rossi, presidente dessa entidade, solicitou ainda esclarecimentos acerca do valor que foi arrecadado na Igreja de Santa Cecília para arcar com os honorários advocatícios, não oferecendo nenhuma ajuda à Diocese.

A Anistia Internacional, por sua vez, se pronunciou sobre esse caso solidarizando-se com os detidos e o bispo, doando inclusive recursos financeiros para o pagamento dos advogados de defesa dos jovens¹⁸⁸.

Sobre a repressão da ditadura aos militantes católicos, Mendes (2011) destaca a particularidade de que a atuação dos católicos na ditadura tinha mais facilidade que a militância dos comunistas, violentamente reprimida desde o golpe. No caso de Volta Redonda essa questão deve ser matizada, pois essa ‘facilidade’ não se realizou e os confrontos envolvendo militares e católicos iniciaram-se desde cedo em 1967, como ficou claro no episódio acima. Esse foi o primeiro dos atritos envolvendo Igreja e militares na região. Outros fatos como a prisão de diocesanos em dezembro de 1968 na Operação Gaiola e outros eventos que serão analisados no próximo capítulo.

¹⁸⁷ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta do bispo Sérgio Mendez Arceo, bispo de Cuernavaca, no México, a Dom Waldyr, em 1967.

¹⁸⁸ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Cartas da Anistia Internacional para Dom Waldyr.

Capítulo II: As esquerdas e a Igreja nos ‘anos de chumbo’

2.1. Introdução

Nesse capítulo, abordarei as aproximações da Igreja com grupos de esquerda nos anos de 1960. Nesse período a ditadura reprimiu a oposição com violência e alguns grupos políticos de esquerda, ao analisar que não havia condições objetivas de combater a ditadura no campo institucional, optaram pela luta armada, organizando a guerrilha no Brasil.

Alguns desses grupos da esquerda aproximaram-se de setores progressistas da Igreja em busca de apoio político e novos militantes. A Igreja opôs-se a essa estratégia de luta. Segundo Serbin (2001: 169,170) o Vaticano manteve distância da esquerda revolucionária brasileira, recusando qualquer associação com esses grupos. Ridenti (1993: 151) apontou que poucos religiosos foram incluídos nas listas da repressão por conta de sua ligação com grupos de esquerda, cerca de oitenta e oito religiosos, ou seja, levando em conta esses dados, a ligação orgânica de religiosos com as esquerdas foi esporádica.

Ocorreram, no entanto, casos discordantes dessa posição da hierarquia. O mais emblemático foi a aproximação entre os dominicanos e a ALN, acompanhado com distância por Paulo VI, além da organização da AP. A posição da hierarquia romana e da Igreja brasileira, não foi acompanhada pela diocese comandada pelo bispo Calheiros, que apoiou esses grupos na cidade.

A CMV levantou que em Volta Redonda, organizaram-se células de alguns grupos das esquerdas como a AP, o PC do BR, e inclusive das esquerdas armadas, como a VAR-Palmares, mas esses grupos não desenvolveram ações armadas. As atuações mais significativas foram da AP e da Frente Operária (Relatório CMV, 2015).

Nossa hipótese é de que esses grupos políticos se aproximaram de setores da Igreja em Volta Redonda para expandir seus quadros e desenvolver ações políticas contestatórias à ditadura. Esses setores católicos, a partir do bispado de Dom Waldyr Calheiros, apoiaram esses grupos tendo como base a defesa dos direitos humanos e a luta contra a ditadura. Ao mesmo tempo, esse processo desencadeou uma intensa repressão contra a Igreja e os grupos de esquerda.

2.2. As esquerdas brasileiras

Os grupos de esquerda que optaram pelas armas se formaram a partir das críticas formuladas ao PCB, a ORM-Polop e ao PC do B. A intensificação da repressão política pós AI-5, engrossou as fileiras da ‘nova esquerda’, formada por organizações como a Ação Libertadora Nacional (ALN), os Comandos de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), que se destacaram como as principais organizações armadas brasileiras (Ângelo, 2014).

Essas esquerdas que adotaram o caminho armado para a revolução serão chamadas nessa tese de ‘esquerdas armadas’, ‘esquerdas revolucionárias’ ou ‘novas esquerdas’. Esses grupos defendiam que o caminho para a revolução defendido pelo PCB se constituía em um projeto impossível de ser atingido, uma “miragem política”. Para melhor compreender esse caminho é importante visitar brevemente a história da esquerda brasileira no período.

A proposta de revolução pacífica foi adotada pelo PCB na ‘Declaração de Março de 1958’, sob influência da desestalinização promovida por Krushev e da Guerra Fria. Em 1961

em uma conferência nacional, o grupo prestista, então majoritário, alterou os estatutos do partido e segundo seus argumentos, para se adequar à legislação partidária brasileira fugindo à acusação de ser uma sessão brasileira da 3ª Internacional e de ser um partido estrangeiro a serviço da URSS, manobra jurídica para a cassação de seu registro em 1947, alterou seu nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a mesma sigla PCB (Pandolfi, 2007: 234).

Ainda no início da década de 1960, algumas dissidências, a POLOP e o PC do B romperam com a hegemonia política do PCB no campo das esquerdas, antecipando posições de grupos aderentes à luta armada. É importante situar outros grupamentos que criticavam o 'partidão' e seus direcionamentos políticos.

Os trotskistas provinham principalmente de pequenos círculos de intelectuais e estudantes, que sob a influência de Hermínio Sacchetta, formaram o Partido Socialista Revolucionário, que teve vida efêmera até 1952; a LSI–Liga Socialista Independente, e o PORT-Partido Operário Revolucionário Trotskista, de inspiração possadista.

Esses grupamentos, a despeito de sua pequena expressão política, foram importantes, pois romperam com a tática de aliança entre a burguesia e classe operária dos dois partidos comunistas. Esses grupos apesar da adesão à proposta da violência revolucionária não aderiram à luta armada, pois taticamente discordavam dessa estratégia e analisavam que a conjuntura política não era favorável¹⁸⁹. Defendiam angariar o apoio das massas populares, aproximando-se do movimento operário, a partir da organização nas fábricas, mas tal proposta foi inviabilizada com a edição da Lei de Greve, e sobretudo pelo aumento da escalada repressiva que desmantelou frações das esquerdas armadas (Rezende, 2010).

Outro partido significativo foi o PSB¹⁹⁰, Partido Socialista Brasileiro, fundado em 1947, defendendo uma proposta reformista de socialismo democrático, que representava uma alternativa ao marxismo-leninismo. Seu projeto era o aperfeiçoamento do regime democrático dentro do sistema capitalista e uma socialização gradativa, que resolveria os graves problemas nacionais (educação, reforma agrária, industrialização, cultura, saúde, etc.), mas não angariou expressividade no campo das esquerdas.

Outro conjunto de críticas e formulações políticas impulsionou o surgimento de outras organizações que enxergavam na luta armada o caminho mais consistente para derrotar a ditadura e implantar o socialismo no país. Esse processo se agudizou e se oficializou a partir do VI Congresso do PCB, realizado em 1967 com a expulsão dos dissidentes que optaram por essa tática.

A opção pelo enfrentamento armado, segundo Ridenti (1993), Reis Filho (1990) e Rollemberg (2003), não se deu exclusivamente a partir do endurecimento da ditadura pós-AI 5, em 1968, mas já constava nos programas políticos de alguns grupos de esquerda como tática política para a construção do socialismo no Brasil. Esses novos grupamentos políticos, alguns quase que completamente desligados uns dos outros, com propostas vanguardistas e alijados dos movimentos de massa, apostavam na luta armada como o caminho para a construção da revolução socialista brasileira.

No final dos anos de 1960, esses grupos com suas cisões e fusões se multiplicaram, influenciados pela revolução chinesa e revolução cubana, como visto anteriormente. Em linhas gerais, os canais de unidade desses grupos giravam em torno da luta anti-ditadura e anti-imperialista e da constituição de uma vanguarda que organizaria uma guerrilha no campo, com mobilizações rurais e urbanas, voltadas para angariar fundos para financiar a guerrilha (Ridenti, 1993).

¹⁸⁹ Rezende (2010) destaca que um grupo trotskista contrariou essa orientação e organizou um movimento armado intitulado Movimento Revolucionário Primeiro de Maio, que foi desmantelada pela repressão no fim de 1969.

¹⁹⁰ Sobre a trajetória política do PSB, vide <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-socialista-brasileiro-1947-1965>. Acesso em 13/12/2018.

Essas concepções romperam com a visão clássica de partido de vanguarda e influenciaram a formação de diversas organizações guerrilheiras no Brasil, que se multiplicaram em um curto espaço de tempo. As principais organizações das esquerdas revolucionárias formadas nesse cenário de efervescência política foram a Aliança Nacional Libertadora, o PCBR- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e o MR-8, Movimento Revolucionário 8 de outubro.

A ALN¹⁹¹ foi o grupo guerrilheiro mais bem organizado e de maior relevo no conjunto das esquerdas armadas brasileiras. Esse grupamento político formou-se a partir da chamada ‘Ala Marighella’, dissidência paulista do PCB liderada por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira.

Marighella, então membro do Comitê Central do PCB, iniciou seu rompimento com esse partido pós-golpe civil-militar de 1964, quando optou pela tese da via armada. Expulso do PCB em 1967 dedicou-se à organização desse novo grupamento político. Contando com financiamento cubano montou uma organização descentralizada, com uma estrutura flexível articulada em pequenos grupos que formavam uma rede. Sua tática de luta baseou-se na deflagração de uma guerrilha urbana, com a realização de assaltos a bancos e expropriações revolucionárias para a obtenção de fundos, que visavam a organização da guerrilha no campo. Esse grupo também sofreu rupturas internas que originaram a CORRENTE - Revolucionária de Minas Gerais e o MOLIPO- Movimento de Libertação Popular.

Outras organizações relevantes nesse período foram o PCR, Partido Comunista Revolucionário, e a ALA-Ala Vermelha, dissidências do PC do B, que originou ainda o MRT- Revolucionário Tiradentes e o MRM- Movimento Revolucionário Marxista. Esses grupos defendiam a “guerra revolucionária prolongada”, de caráter maoísta.

Essas estratégias de ação das guerrilhas não se realizaram como previam seus organizadores. Os diversos grupos maoístas e foquistas apenas realizaram ações urbanas, encarregadas de angariar fundos para organizar a guerrilha no campo, constituindo-se em ações defensivas e de resistência, aquém de seus objetivos iniciais. A forte repressão política dizimou esses grupos. Sader (1995: 168) aponta que o assassinato de Lamarca, ocorrida em 1971, forneceu o marco para a derrota do ciclo das esquerdas revolucionárias.

A luta armada assumiu em um primeiro momento a defesa da resistência democrática, mas alguns grupos já optaram pelas armas antes mesmo do golpe civil-militar de 1964. Essa tática serviu para mostrar que a aceitação da ditadura militar não era total, mas ela não representou de fato uma ameaça real ao regime pois esses grupos não tiveram tempo para desencadear sua luta política, sendo dizimada pelos órgãos repressivos. Segundo Rezende (2010), os guerrilheiros alcançaram poucas vitórias, como os sequestros políticos e a execução de Henning Boilesen, presidente do grupo Ultragaz, colaborador dos órgãos repressores.

O caráter de ‘resistência’ da luta armada é ressaltado por Silva (1986), que destaca alguns de seus elementos importantes: desenvolveu-se essencialmente no eixo Rio-São Paulo, exceto por poucas experiências de guerrilha rural; participação maciça de jovens, a maioria estudantes e ações militares voltadas para a libertação de companheiros presos.

Ridenti (1993:37,52) estabeleceu três parâmetros para analisar as diferenças na organização dos grupos guerrilheiros. O primeiro diz respeito ao caráter da revolução, divididos entre os defensores da ‘revolução etapista, burguesa e de libertação nacional’ que incluíam o PCB, ALN, MNR, ALA e os defensores de um ‘governo popular e revolucionário’, VPR, VAR-Palmares, POC, PRT e MR-8. Outro critério diz respeito à natureza da organização desses grupos, divididos entre os defensores do ‘partido de vanguarda’ na condução da guerrilha, que incluía o PCBR, a ALA VERMELHA, o PRT e o PO, e entre os que não consideram a necessidade do partido para deflagrar a guerrilha, incluindo a ALN, VPR, MNR e COLINA.

¹⁹¹ Sobre a organização da ALN vide <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-libertadora-nacional-aln>. Acessado em 14/12/2018.

Uma terceira indagação diz respeito às formas de luta no combate à ditadura. O PCB defendia a ‘via pacífica’ e os outros grupamentos defendiam a ‘via armada’. Segundo Ridenti somente o PORT, trotskista e defensor da luta armada, não aderiu à guerrilha.

Em relação à organização da guerrilha rural, dois polos teóricos dividiam os grupos revolucionários: o foquismo e o maoísmo. O maoísmo defendia que o camponês era a força revolucionária. A guerrilha, dentro da tática da ‘guerra revolucionária prolongada’ deveria se organizar nas regiões rurais para depois organizar-se nos centros urbanos, priorizando a construção do partido nas áreas rurais. O PC do B e a AP foram os maiores defensores dessa tese e não desenvolveram ações armadas nas cidades. A ALA não descartava ações urbanas armadas. O PC do B e a AP atuaram em Volta Redonda.

O foquismo, formulado pelo francês Régis Debray, também enxergava no campo o local de implantação da guerra revolucionária a partir da organização de um pequeno grupo coeso e militarizado, que após conseguir apoio popular, se transformaria na vanguarda da revolução. Esse modelo foi vitorioso na Revolução Cubana, vislumbrada como o paradigma tático-estratégico de revolução social. Em ambos os casos, as ações urbanas seriam utilizadas para financiar a guerrilha. A DI-GB, que transformou no MR-8, e os COLINA, foram os grupos que mais assumiram a linha foquista.

Os grupos revolucionários também poderiam ser aglutinados em dois outros grupos, os ‘militaristas’, destacando-se a ALN, COLINA, MOLIPO, VPR, e outros de menor expressão, que defendiam ênfase nas ações armadas, e os ‘massistas’ como a ALA, MR-8, PCBR, POC, PRT, POLOP e VAR, que privilegiavam um trabalho junto às massas (Ridenti, 1993: 57). Desses grupos, atuou em Volta Redonda a VAR, o PCBR, o POC e a POLOP.

Abordaremos agora de maneira mais detalhada os grupos das esquerdas tradicionais e armadas que se organizaram em Volta Redonda no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970.

2.3. As esquerdas nos ‘anos de chumbo’ em Volta Redonda

A relação da Igreja com as esquerdas ganhou contornos singulares em Volta Redonda pois grupos políticos de esquerda aproximaram-se de setores dessa instituição com o intuito de desenvolver ações políticas contestatórias à ditadura, como ocorreu com a Frente Operária.

Ao se lançar na defesa dos direitos humanos, setores da Igreja se posicionaram como um ponto de apoio para os movimentos sindical e social, fornecendo seus equipamentos religiosos (paróquias, salões comunitários, cúria,) para a realização de reuniões, além de mobilizar a imprensa, produzir discursos, boletins e abrir o espaço das missas para opor-se aos militares, de acordo com análises dos arquivos diocesanos. Dom Waldyr estimulou esse diálogo tendo inclusive conhecimento de um dos fatos mais emblemáticos dessas relações, a participação da JOC na Frente Operária.

Nos diversos episódios de prisões de militantes políticos ocorridos nos anos de 1960 e 1970, alvo de análise dessa tese, destacou-se a posição da Igreja em apoio aos presos políticos. Nos episódios do golpe de 1964, quando tinha uma postura conservadora, ela prestou apoio assistencial aos presos políticos, fornecendo auxílio financeiro, doação de alimentos, inclusive para os que não se declaravam católicos, além de ‘apoio espiritual’. Essa mobilização se transformou mais tarde em apoio político, quando ela envidou esforço para libertar esses presos políticos pela via jurídica e política, além das denúncias das atrocidades a que esses presos eram submetidos.

Apesar da oposição à ditadura, Dom Waldyr não assumiu publicamente seu apoio aos grupos que aderiram à luta armada. Sua única referência a essa forma de luta foi feita em janeiro de 1981, em uma entrevista ao jornal Tribuna de Alagoas¹⁹², quando afirmou que ‘... a luta armada é um caminho quando não houver mais alternativa para os oprimidos se libertarem’. Na ocasião, baseando-se na encíclica ‘*Popularium Progressio*’, do Papa Paulo VI, defendeu que, em casos de tirania prolongada, pode haver a luta armada. Essas declarações ganharam repercussão na mídia¹⁹³ e no meio militar¹⁹⁴.

Sobre a atuação das esquerdas armadas em Volta Redonda, destacamos que esses grupos, não instalaram ‘aparelhos’¹⁹⁵ na região, suas células promoviam apenas discussões políticas. Atuando na clandestinidade e contando com poucos militantes políticos, não desenvolveram efetivamente nenhuma ação armada. Na verdade, suas ações se limitavam a pichações, distribuição e colagens de manifestos e panfletos, apostando, sobretudo em um trabalho de conscientização popular. O conteúdo abordado nesses materiais apresentava críticas à ditadura, a repressão política e questões regionais como a exploração dos operários, o baixo salário dos metalúrgicos da CSN, as péssimas condições de trabalho além da luta pela redução da jornada de trabalho¹⁹⁶. Havia também críticas ao imperialismo norte americano, enfatizando seu apoio ao golpe civil- militar.

A análise dos arquivos da CMV nos mostra que os seguintes grupos de esquerda atuavam na cidade:

PCB - Partido Comunista Brasileiro

O PCB inicialmente chamado Partido Comunista do Brasil¹⁹⁷, matriz da esquerda brasileira, foi fundado em 1922 por um grupo de operários ex-anarquistas, com destaque para Astrojildo Pereira, que aderiu ao comunismo sob influência da Revolução Russa. Seu objetivo inicial de implantar no país o socialismo pela via revolucionária.

Suas primeiras dissidências ocorreram ainda na década de 1920 com a saída de alguns grupos trotskistas que, no entanto, não abalaram sua organicidade: o mais antigo partido político brasileiro foi hegemônico no campo das esquerdas até o início da década de 1960.

O PCB defendia o projeto de uma revolução democrático-nacional como aporte para a etapa superior da revolução socialista, a partir da formação de uma frente única de com os grupos interessados na luta anti-imperialista, reunindo forças heterogêneas (operários, camponeses, burguesia e de latifundiários) que possuíam contradições com o imperialismo. Nessa empreitada, o proletariado se aliaria à setores da burguesia nacional e tomaria o poder em uma revolução democrático-burguesa.

O PCB desde sua fundação, na década de 1940, teve uma atuação destacada no cenário político local. Elegeu diversos vereadores e participou de diversas direções do Sindicato dos Metalúrgicos nas décadas de 1950-60. De acordo com fontes do próprio partido e da polícia política, o partido atingiu sucesso em suas mobilizações e ações no pós-1945. No curto período

¹⁹² Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, ‘Bispo admite luta armada’, Jornal Tribuna de Alagoas, 01/01/1981.

¹⁹³ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, ‘Bispo admite luta armada contra opressor quando não há outra alternativa’, Jornal do Brasil, 02/01/1981 e ‘Dom Waldyr admite luta armada, opção contra opressores’, Jornal do Brasil, 04/01/1981.

¹⁹⁴ Arquivo Nacional, SNI, Agência Rio de Janeiro, Informe 013/119/ARJ/81, de 25 de fevereiro de 1981

¹⁹⁵ As esquerdas designavam esse termo para se referir aos lugares, geralmente casas ou apartamentos, onde alguns militantes moravam e/ou guardavam posses da organização, tais como armas, munição, documentos do grupo e também dos militantes, dinheiro e objetos expropriados, etc, onde poderia haver reuniões com os membros.

¹⁹⁶ Arquivo Nacional, IPM sobre atuação da AP em Volta Redonda-panfleto AP e panfleto da Judica.

¹⁹⁷ Sobre a trajetória do PCB vide <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acessado em 10/10/2018.

em que atuou na legalidade. Silva (2011a) destaca que o Partidão possuía grandes lideranças na região, destacando Lima Netto, presidente do Sindicato (1963-64) e Alcides Sabença, eleito deputado constituinte em 1946.

Na ilegalidade a partir de 1947 esse partido continuou como uma expressiva força política regional. Adotando a estratégia de eleger seus representantes por outras legendas, Henrique Manoel Ferreira, foi eleito vereador pelo PSD representando o distrito de Volta Redonda na Câmara Municipal de Barra Mansa. Após a emancipação da cidade, dois outros vereadores comunistas foram eleitos por outras legendas na década de 1960. No meio sindical, a participação desse partido em disputas sindicais ganhou força na década de 1950 e início da década de 1960, disputando com o PTB a hegemonia desse Sindicato (Silva, 2011a). Nessa época atuava com dois comitês, um no interior da CSN e outro na cidade. Os mais destacados militantes eram Feliciano Eugênio Neto, Antônio Machado, Joaquim Lourenço, Sebastião Araújo e José Aristeu, conhecido como Barra Mansa.

Feliciano Eugênio Neto foi operário da CSN entre 1945 e 1949, diretor do Sindicato da Construção Civil e vereador (1962-64). Seu mandato foi cassado após o golpe civil-militar de 1964, e mudou-se para São Bernardo Campo, atuando como militante nos anos de 1970. Em outubro de 1975 foi preso por conta de sua militância política, e em setembro de 1976, faleceu em virtude das torturas a que foi submetido ¹⁹⁸.

O PCB foi alvo da perseguição dos militares. A atuação política desse partido levou vários de seus militantes a serem inquiridos em um IPM que investigou as atividades de seus membros desse partido na região, envolvendo ainda sindicalistas, parlamentares e componentes do ‘grupo dos onze’. Em 1964 foi instaurado o “IPM do PCB”, que processava mais de 60 pessoas por ligações com esse partido na região, notadamente Volta Redonda, Barra Mansa e Barra do Pirai.

O Grupo dos Onze

O Grupo dos Onze Companheiros, Comandos Nacionalistas ou simplesmente o ‘Grupo dos Onze’¹⁹⁹, eram pequenos grupos populares organizados em 1963, por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul e um dos maiores líderes das esquerdas brasileiras. Eram formados por 11 componentes com o objetivo de defender João Goulart e lutar pela realização das reformas de base.

Segundo Baldissera (2015), Brizola utilizou a metáfora de um time de futebol para facilitar a compreensão de seu projeto pela massa popular, estimulando que se organizassem em pequenos grupos. Sua plataforma política era de cunho nacionalista-reformista e pretendiam organizar focos de guerrilha pelo país com vistas a um possível enfrentamento armado com as forças conservadoras em um possível golpe. Na prática isso não aconteceu pois foram desmobilizados sem que houvesse registros de resistência armada.

Esses grupos políticos se espalharam pelo país, organizados pela FMP- Frente de Mobilização Popular²⁰⁰, também liderada por Brizola, contando com o apoio de forças nacionalistas aglutinados na UNE- União Nacional dos Estudantes e no CGT- Comando Geral dos Trabalhadores. Esses grupos se organizaram principalmente no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Não existe um consenso sobre o número desses grupos espalhados pelo Brasil.

¹⁹⁸A ditadura militar no Brasil (1964-1985) e o massacre contra o PCB. Disponível em https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=541:a-ditadura-militar-no-brasil-1964-1985-e-o-massacre-contr-o-pcb&catid=14:geral. Acessado em 02/02/18.

¹⁹⁹Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/grupos-dos-onze>. Acessado em 09/02/18.

²⁰⁰Sobre a atuação da FMP vide <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-de-mobilizacao-popular-fmp>. Acessado em 08/02/18.

Baldissera (2015) afirma que esse número oscila entre cerca de 20.000 (segundo depoimentos do próprio Brizola) até dados mais otimistas que apontam cerca de 70.000 grupos. Apesar dessa força numérica, os ‘grupos dos onze companheiros’ não tiveram ações efetivas e de grande impacto político, restringindo-se discussões políticas, pichações e colagem de cartazes.

A repressão a esse movimento contou com o apoio de grupos conservadores e setores da imprensa, sob acusação de que se tratavam de grupos de guerrilha, aptos a tomar o poder e implantar o ‘comunismo’ no país, seguindo o roteiro da perseguição política (Baldissera, 2015).

A CMV descobriu que em Volta Redonda também houve a formação de uma célula do “grupo dos onze”, composta por Alberto Almirante Barbosa, João Pereira Alves, João Alvarenga e José Bonifácio de Castro (Relatório CMV, 2015). Esses suspeitos responderam ao IPM 1556-64, que resultou na condenação de Alberto Almirante Barbosa e João Pereira Alves há seis meses de prisão, que foi cumprida antes da conclusão do veredito, e depois foram absolvidos pelo STM em agosto de 1966²⁰¹. Esses participantes todos funcionários da CSN, foram enquadrados como ‘subversivos’ e demitidos da empresa nos episódios iniciais do golpe em 1964²⁰².

Outro IPM instaurado na cidade no episódio do golpe foi o chamado IPM da CSN sob o número 1569-64, que indiciou setenta e sete operários que participaram de uma greve de resistência ao golpe. Esse movimento se insere na fracassada tentativa greve geral convocada pelo CGT contra o golpe civil-militar, que contou apenas com pequena adesão do setor de transportes no Rio de Janeiro e dos metalúrgicos de Volta Redonda (Bedê, 2007).

A maioria dos operários arrolada nesse IPM foi demitida e aposentada compulsoriamente, ficando sem receber seus salários por quatro anos²⁰³. A questão foi resolvida somente em abril de 1968, depois que todos os recursos da empresa contra o pagamento dos salários foram negados pela Justiça²⁰⁴. O IPM foi arquivado e todos envolvidos foram inocentados, mas foram punidos pela empresa pois perderam seus empregos.

Um dos inquiridos nesse IPM foi Querubino Dias Leão, pivô de uma das primeiras controvérsias que envolveram os militares na região. Ativista ligado ao Sindicato foi preso no 1º BIB, juntamente com dezenas de militantes no dia do golpe. Dois anos depois, em janeiro de 1966²⁰⁵, morreu na prisão em condições suspeitas. Os militares alegaram infarto, hipótese negada pela família (Carrara, Estevez, 2015).

Segundo Jorge Roberto Dias Leão²⁰⁶, filho de Querubino, o médico legista responsável pelo laudo da ‘causa mortis’ de seu pai, Dr. Figueiredo, lhe afirmou que seu pai foi vítima de envenenamento provocado pela ingestão de uma banana envenenada. Segundo seu depoimento, Querubino apresentou complicações gástricas, que se agravaram até o dia de sua morte, ocorrida uma semana depois. O médico, segundo ele foi proibido pelos militares de relatar o envenenamento no atestado de óbito. Carrara e Estevez (2015) destacam que esse caso, colhido nos depoimentos da CMV, constituiu-se na primeira suspeita de morte atribuída ao BIB durante a ditadura na região.

²⁰¹Arquivo BNM digital, IPM 1556-64, disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_05&pesq=grupo+dos+onze+volta+redonda. Acessado em 03/02/18.

²⁰²Arquivo CEMESF, Arquivo Pessoal de Genival da Silva, acusação apresentada pelo Tenente-coronel Luciano Salgado Campos, encarregado do IPM-CSN em 19/06/1964.

²⁰³Arquivo CEMESF, Arquivo Pessoal de Genival da Silva, Jornal Última Hora, ‘Pagamento de aposentado’, de 14/04/1967.

²⁰⁴Arquivo CEMESF, Arquivo Pessoal de Genival da Silva, Processo TRT 3067/67 de 30/04/1968

²⁰⁵Arquivo CEMESF, Arquivo Pessoal de Genival da Silva, ‘CSN contestada na morte de servidor’, Jornal Correio da Manhã, de 30/01/1966. Essa segunda prisão de Querubino ocorreu por questões particulares.

²⁰⁶Arquivo CMV-VR- Depoimento de Jorge Roberto Dias Leão, filho de Querubino Leão.

AP - Ação Popular²⁰⁷

A AP foi outra importante organização do período. Originária do campo da esquerda católica, essa organização foi fundada em 1962 por ex-militantes da JEC e JUC, ligadas a Ação Católica, aliados a grupos protestantes e marxistas. Os principais articuladores desse movimento foram o padre Henrique Vaz, que lecionava na PUC-Rio, Herbert de Souza, o Betinho, Vinicius Caldeira Brandt, Henrique Novais e padre Lage, que atuavam em Belo Horizonte, contribuíram decisivamente para suas formulações políticas. A AP consolidou-se como um importante grupamento político que rompeu com a hierarquia da Igreja Católica e optou pela luta armada.

O processo de formação da AP iniciou-se em 1962, quando a chamada ‘ala esquerda’ da JUC- Juventude Operária Católica, aprovou a criação do “Grupo de Ação Popular” posteriormente renomeado Ação Popular. Inicialmente seus militantes pronunciavam-se por um pensamento político próprio, inspirado em pensadores católicos como Maritain, Lebret, Teilhard Chardin, mas sinalizando para a adesão ao socialismo. Essa tendência se consolidou em 1965 quando a AP rompeu com Igreja e aderiu a luta armada e ao maoísmo (Gorender, 1997). Alguns grupos internos que se opuseram a opção maoísta formaram o PRT — Partido Revolucionário dos Trabalhadores, sob influência cubana, que teve duração efêmera, pois foi exterminado pela repressão. Em 1972 os grupos internos da AP simpáticos à linha maoísta aderiram ao PC do B. Em 1973 a AP adotou o nome Ação Popular Marxista-Leninista - APMML, que à exemplo dos outros grupos armados, também foi duramente combatida pela repressão política. Nesse período segundo Sader (1995: 172), a AP iniciou discussões acerca de uma autocrítica em relação a luta armada, iniciando uma atuação junto ao movimento operário.

A descoberta da atuação dessa célula da AP em Volta Redonda no final dos anos de 1960 foi resultado das pesquisas da Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros (Relatório CMV, 2015), levantada nos diversos depoimentos e documentos militares²⁰⁸. Essa organização política atuou clandestinamente em Volta Redonda com a formação de células que reuniam 13 pessoas. De acordo com as fontes militares, os líderes desses núcleos eram Marcílio Cesar Ramos Krieger, codinome Martim e sua esposa Maria Helena Mena Barreto Krieger, codinome Cristina. Eram naturais do Rio de Janeiro e estabeleceram-se na cidade em 1967 para organizar essas células clandestinas conquistando apoio, sobretudo junto aos trabalhadores da CSN. O apartamento do casal, na avenida Sete de Setembro, no bairro Aterrado, onde acontecia a maioria das reuniões, era considerado o foco inicial da organização. As adesões dos militantes Benedito Matos da Costa, Gerson Cunha, Vanderlan, Nilton Carro, Lenine e Carlos Roberto Granato, marcaram o início da atuação da célula.

Marcílio Krieger era advogado e trabalhou no escritório de Jessé Fonseca de Oliveira, que mantinha um escritório advocatício em Volta Redonda, e atuava como defensor público em Barra Mansa. Jessé possuía grande influência no movimento sindical local, era advogado do Sindicato e de Wilton Meira, importante líder sindical, sendo eleito suplente de deputado estadual em 1962. Era identificado pelos militares como defensor de ‘causas popular’ e simpatizante da Ação Popular. Por conta dessa participação política foi um dos detidos na Operação Gaiola de 1968.

Os documentos militares²⁰⁹ revelam que o trabalho de implantação dessa célula iniciou-se em 1966, antes da chegada de Marcílio e Maria Helena, a partir de um trabalho de base desenvolvido por Aldemy Gomes de Oliveira, codinome Carlos, arquiteto da CSN, que estabeleceu contatos e iniciou discussões com operários dessa empresa, conseguindo aglutinar

²⁰⁷Sobre a trajetória da AP vide <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-popular-ap>. Acessado em 12/02/18.

²⁰⁸ Arquivo Nacional, IPM sobre atuação da AP em Volta Redonda, pag. 05.

²⁰⁹ Idem, pag. 06.

os primeiros militantes para essa organização. Segundo Benedito Matos da Costa²¹⁰, as primeiras reuniões desse grupo ocorreram no interior da CSN contando com a participação de Aldemy Gomes de Oliveira, Gerson da Cunha Barros, Lenine Abdigal Souza, Valderlan Coutinho, Nilton Carrara Machado, Marcílio Cesar Ramos, João Zanuti, Jairo da Cunha Bastos, Jairo Barros Ferreira e Lenine Abdiel.

O metalúrgico Aldemy Gomes de Oliveira manteve contatos com o belga Conrad Jean Walter, codinome Domingos, um dos líderes da AP no estado, identificado como o ‘orientador intelectual’ dessa célula, e indiciado pelos militares como ‘agitador internacional’ de alta periculosidade²¹¹.

Aldemy também organizou uma célula em seu apartamento, coordenada por ele, que se reunia semanalmente com a participação de Eloá Jane e mais três jovens, que não quiseram se identificar. Segundo Eloá, eles se reuniam clandestinamente e não tinham conhecimento da organização das outras células²¹². Essa célula participou da ação de distribuição dos panfletos que resultou no desbaratamento da AP na cidade. Esses militantes foram os únicos que não foram presos, provavelmente porque eram iniciantes e os militares não conseguiram identificá-los.

As diligências militares, realizadas sob tortura, apontaram como membros da Ação Popular na cidade os seguintes indivíduos, em sua maioria funcionários da CSN: Aldemy Gomes de Oliveira, Benedito Gomes de Oliveira, Gerson da Cunha Barros, Gláucio Matos da Costa, João Mesquita Zanuth, Lenine Abdiel de Souza, Manoel Isaak de Carvalho Lima, Nilton Carrara Machado e Vanderlei Coutinho, João Zanuti, Carlos Roberto Granato, Jairo de Barros Ferreira²¹³.

Os militares também apontaram outras pessoas de referência na cidade como membros da AP, como Isnard Ferreira Coutinho²¹⁴, então diretor do Sindicato dos Metalúrgicos e o próprio Dom Waldyr²¹⁵ sem, no entanto, apresentarem provas conclusivas. Inquirido sobre essa participação o bispo negou veementemente tais acusações²¹⁶.

Segundo fontes militares²¹⁷ as células clandestinas da AP na cidade colaboraram para a eleição da Chapa Azul, liderada por Wilton Meira, à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos realizadas em 1968. Elementos ligados à espionagem da CSN e aos aparatos repressivos militares apontam que Marcílio tinha forte ligação com Meir, inclusive elaborava panfletos de campanha dessa chapa sindical. Segundo suas averiguações fiscais e escrutinadores indicados pelo presidente eleito para participarem da apuração dos votos eleitorais pertenciam aos quadros da AP, como Gérson da Cunha Bastos, citado nominalmente por eles.

²¹⁰ Arquivo CMV-VR, Depoimento de Benedito Matos da Costa.

²¹¹ Arquivo Nacional, IPM sobre atuação da AP em Volta Redonda, pag. 07.

²¹² Entrevista com Eloá Jane, realizado em 10/06/2018.

²¹³ Arquivo Nacional, informe 0808-SC3-1968 –ARQ.

²¹⁴ Arquivo Nacional, Presidência da República, SNI, Ficha Individual de Isnard Coutinho, Número 1355, de 14 de julho de 1971 e Arquivo Nacional, Conselho de Segurança Nacional, Secretaria Geral, Ato Institucional número 5, Processo 55140, pagina 2, processo de Isnard Coutinho.

²¹⁵ Arquivo do Apepj, CIEEx 00209 de 30 de janeiro de 1969 e Informação 329/67, Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, Prontuário 33338/49-Waldyr Calheiros de Novais, pag. 97. Os militares acusavam o bispo de ser o ‘mentor intelectual da AP’ apoiando a formação de bases dessa organização política.

²¹⁶ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda. Carta aos Diocesanos em 19.01.1969. Nessa carta o bispo responde às acusações do coronel Armênio afirmando que as acusações de seu pertencimento a AP datam do período de quando era bispo auxiliar do Rio de Janeiro, em 1964 e essa organização política só veio a se formar em 1960.

²¹⁷ Arquivo Nacional, Conselho de Segurança Nacional, Secretaria Geral, Ato Institucional número 5, Processo 315.4, pag. 21, processo de Wilton Meira. Relatório do Sindicato das Indústrias de Material Elétrico e Metalúrgicas de Volta Redonda e região, pag. 160 a 162.

Apesar do apoio explícito a essa chapa, em diversas ocasiões militantes da AP questionaram a capacidade de luta e mobilização do chapa eleita, chamando-a para posições políticas mais incisivas contra a CSN e para a luta anti-ditadura e anti-imperialista²¹⁸

Relembramos que as ações consideradas ‘subversivas’ pela ditadura eram acompanhadas na região também pela CSN por meio de seu ‘serviço secreto’. As ligações da empresa com círculos militares eram muito articuladas, como veremos a seguir. Uma figura chave nesse processo foi o general Enez Garcez dos Reis, Chefe da Linha de Serviços Gerais e da Segurança da CSN figura conhecida no meio sindical local como aliado dos militares, informando-os com frequência dos fatos considerados perigosos à segurança da empresa.

Em uma dessas comunicações, ele endereçou uma carta²¹⁹ ao coronel Antônio Carlos Gonçalves Penna, diretor industrial da CSN, na qual estabelece uma relação direta e manifesta preocupação com a vinculação de Wilton Meira com a AP, sustentando que o objetivo dos membros dessa organização não era somente a organização de núcleos, mas sobretudo o controle do Sindicato dos Metalúrgicos. Segundo esse diretor, Marcílio e Maria Helena estavam estabelecidos há mais de dois anos na cidade como esse objetivo, informação comprovada pelas fontes militares. Outro exemplo dessa ligação foi carta confidencial do general Enez Garcez, direcionada agora ao diretor do DPPS estadual²²⁰, o senhor Carlos da Silva Campos, informando que funcionários da CSN estavam envolvidos na distribuição de panfletos clandestinos desde o início de 1968, abrindo suspeitas de ações ‘subversivas’ desses funcionários, que acabaram se concretizando, pois foram identificados como membros da AP.

Esses panfletos apresentavam na maioria das vezes críticas à ditadura e a CSN. Eram produzidos por Aldemyr e Marcílio e guardados nas residências dos militantes. Segundo o serviço secreto da Siderúrgica e depoimentos de militantes²²¹, eram distribuídos nas entradas e em diversos pontos no interior da Usina, inclusive nos armários dos funcionários, que se atemorizavam somente em recebê-los. Eram distribuídos ainda em pontos estratégicos da cidade como cinemas, supermercados, e nas residências, etc, preferencialmente no período noturno, procedimento adotado depois de algumas prisões das prisões dos militantes²²².

A célula da AP na cidade atuava sob orientação do Comando Regional Guanabara, o R4, estabelecido na cidade do Rio de Janeiro, GB. Esse comando era coordenado por Maria do Carmo, Marcílio Krieger, Maria Helena Krieger, Sérgio de Queiróz e Marcos Queiróz Grillo. A análise de tais documentos mostra que sob orientação desse comando, Maria Helena e Marcílio foram designados para atuar em Volta Redonda afim de organizar a nova célula que se estruturava.

As acusações militares contra os militantes da célula da AP em Volta Redonda incluíam a participação em reuniões clandestinas, posse de materiais e livros ‘subversivos’, ações de pichações, além da distribuição de panfletos e do jornal ‘Liberdade’, produzido por essa organização. O depoimento de um militante revelou que as principais acusações da célula incluíam reuniões políticas e distribuição de panfletos e pichações²²³.

Esse grupo foi desarticulado a partir da prisão dos militantes Vanderlan Coutinho e Gerson da Cunha, ocorrida no dia 28 de abril de 1968, quando pichavam muros da CSN no bairro Jardim Paraíba e distribuía panfletos alusivos ao dia 1º de maio, dia do Trabalhador.

²¹⁸ Arquivo Nacional, IPM sobre atuação da AP em Volta Redonda- panfleto AP.

²¹⁹ Arquivo Aperj, Companhia Siderúrgica Nacional, LSG/32/68. Memorando Secreto de 29 do julho do 1968. General Enez Garcez, Chefe da Linha de Serviços Gerais e da Segurança da CSN para coronel Carlos Gonçalves Penna, Diretor Industrial.

²²⁰ Arquivo Aperj, Carta ao diretor do DPPS, Documento Reservado de 11 de agosto de 1969.

²²¹ Arquivo CMV-VR, Depoimento de Benedito Matos da Costa.

²²² Arquivo Aperj, Carta ao diretor do DPPS, Documento Reservado de 11 de agosto de 1969.

²²³ Arquivo CMV-VR, Depoimento de Benedito Matos da Costa.

Nas investigações iniciais desse caso após essas prisões, os militares do BIB, suspeitaram de ligações desses militantes da AP com militantes da Judica²²⁴, presos nos episódios de novembro de 1967, hipótese que não se confirmou e não consta em nenhum documento ou relato dos entrevistados envolvidos nesses fatos.

A prisão dos militantes que desenvolviam essas ações de pichação desencadeou uma onda de prisões de outros militantes. Esse fato tornou-se comum nesse período, quando um militante era preso, os agentes militares agiam rápido e para obter mais prisões, a tortura começava imediatamente. Logo foram presos Aldemy Gomes de Oliveira, Benedito Matos da Costa, Manoel Isaak de Carvalho, Jairo de Barros Ferreira, João Mesquita Zanuth, Lenine Abdiel de Souza, José Fernando da Costa. Além destes, posteriormente foram presos Gláucio Matos da Costa, Nilton Carraro Machado, Carlos Roberto Granato, que era o representante de Volta Redonda no R4-Guanabara (coordenação regional), além de Daniel Barros Ferreira, Marcílio Krieger e Maria Helena Krieger, coordenadores regionais. Todos foram detidos sob a acusação de praticarem ações subversivas que incluíam pichamentos e distribuição de panfletos²²⁵.

A desarticulação da célula de Volta Redonda contribuiu também para a desestruturação das células da capital. Segundo os agentes da repressão, ‘rápidas diligências’ foram realizadas, possibilitando também a execução de prisões na cidade do Rio de Janeiro, e a instauração de um IPM, em 17 de maio de 1968²²⁶, menos de três semanas depois de efetuadas as detenções em Volta Redonda.

Nesse IPM foram indiciadas mais de vinte pessoas acusadas de ligação com AP em Volta Redonda e no Rio de Janeiro: Aldemy Gomes de Oliveira, Benedito Matos da Costa, Carlos Roberto Granato, Edir Maria, Gerson da Cunha, Marcílio Krieger e Maria Helena Krieger, Jairo de Barros Ferreira, Lenine Abdiel de Souza e Nilton Carraro Machado que atuavam na célula de Volta Redonda e Arthur Jader, Ângela Maria Cunha, Etevaldo Hipólito, Eliana Lehman, Roberto Lehman, Eunice Elias de Sena, Sergio Queiróz Grillo, Thereza Aurélia Álvares Vidigal, João Fortunato Vidigal, Marcos Queiróz Grillo, Maria Augusta Feliciano da Silva que atuavam na GB enquanto que Conrad Jean, atuava na GB e VR.

Todos esses acusados ficaram presos por pouco tempo por conta de um recurso apresentado pelo advogado Lino Machado Filho que conseguiu a revogação de suas prisões preventivas em 02 de julho de 1969²²⁷. A absolvição definitiva só aconteceu em 1974, de acordo com deliberações do 2º Conselho Permanente de Justiça, 2ª Auditoria da Marinha²²⁸.

A ligação da AP com a Igreja de Volta Redonda ocorreu por meio de militantes dessa organização que eram católicos, como Benedito Matos da Costa e Carlos Roberto Granato, que participavam da Igreja Santa Cecília e esporadicamente dos grupos de JOC da cidade. Alguns militantes jocistas mais engajados politicamente juntamente com padre Natanael, estabeleceram contato com esses militantes da AP. Algumas reuniões ocorreram na casa de José Ventura, mas essa articulação não prosperou²²⁹. Segundo Benedito Matos eles sempre contaram com a solidariedade de Dom Waldyr, que inclusive os visitava na prisão e acompanhou todo o processo de sua prisão²³⁰.

²²⁴ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal Última Hora, ‘Agitação agora tem inquérito secreto’, de 06/05/1968.

²²⁵ Arquivo Nacional, Informação 159 DPPS-RJ-SCO-08/05/1968.

²²⁶ Arquivo Nacional, Ministério do Exército, 1º Exército, Batalhão de Manutenção, Autuação de 17/05/68, IPM sobre atuação da AP em Volta Redonda.

²²⁷ Arquivo Nacional, 3ª Auditoria da 1ª Região Militar, Mandato da Justiça Militar de 02 de julho de 1968

²²⁸ Arquivo CEMESF, Arquivo Pessoal de Genival da Silva, ‘Justiça inocenta 22 de subversão’ Jornal ‘O Globo’, 16 de abril de 1974.

²²⁹ Arquivo da CMV-VR, depoimento de José Ventura e Emídio Jeremias.

²³⁰ Arquivo CMV-VR, depoimento de Benedito Matos da Costa.

PCBR- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário²³¹

Esse partido foi formado por Apolônio de Carvalho, Mário Alves e Manuel Jover Teles em 1969. Fruto de uma dissidência do Partidão, o PCBR defendia um meio termo entre as propostas ‘militaristas’ e ‘massistas’²³²; para esse grupamento a preparação militar para a luta armada deveria ser aliada a um trabalho junto as massas, com o objetivo de formar lideranças para a luta armada (Vechia, 2015). As ações guerrilheiras ocorreriam no campo e depois no meio urbano, tendo como base de apoio o partido e suas células. A exemplo dos outros grupos guerrilheiros organizou em um primeiro momento a guerrilha urbana, com o objetivo de levantar fundos, mas a intensa repressão política desarticulou esse partido.

Em Volta Redonda, o PCBR atuou com dois destacados dirigentes sindicais Genival Luis da Silva²³³ e Edir Inácio. O segundo era oriundo de uma família de tradição comunista, seu pai era militante do ‘partidão’ em Magé, chegou em Volta Redonda em 1960²³⁴ e ligou-se ao PCB local. Engajou-se no Sindicato dos Metalúrgicos, tornando-se um ativo militante e foi preso em 1964, 1968 e 1970. Mesmo não sendo católico, aproximou-se de Dom Waldyr por conta de suas posições políticas, tornando-se amigo do bispo.

Genival da Silva instalou-se na cidade em 1956 enviado pelo PCB para desenvolver um trabalho político de fortalecimento de sua base. Sua designação para Volta Redonda foi facilitada pois tinha parentes na cidade. Trabalhou na CSN e filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos, alinhando-se ao grupo de Lima Neto e Nestor Lima, eleito presidente 1963. Genival foi preso no episódio do golpe em 1964. Em 1968 foi eleito diretor-secretário do Sindicato, mas foi cassado pelo AI-5 e preso na Operação Gaiola. Depois que deixou a prisão, foi demitido da CSN e mudou-se da cidade, retornando no final dos anos de 1970, atuando nos movimentos sociais e na fundação do PT.

Sobre seu contato com Dom Waldyr, Genival afirmou que mesmo não sendo católico, aproximou-se do bispo por conta de suas posições políticas e sociais que segundo ele, “...vinha de encontro com os ideais e a minha simpatia por ele foi muito grande porque ele passou a atuar (...) nos pontos frágeis que existia aqui dentro de Volta Redonda”. Essa aproximação transformou-se em uma amizade duradoura. Esse relato demonstra como naquele momento de intensa repressão política, Dom Waldyr dialogava com os setores oposicionistas. Ela revela também como setores das esquerdas locais se aproximaram do bispo, enxergando nele um importante aliado.

PC do B - Partido Comunista do Brasil

O PC do B, Partido Comunista do Brasil, que reunia considerável vertente da esquerda brasileira, foi fundado em fevereiro de 1962 por João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Diógenes Arruda, pecebistas históricos, alguns inclusive membros do Comitê Central do PCB.

Esse partido juntamente com o PCB reivindica o passado político e a trajetória histórica do partido fundado em 1922. Segundo Silva (2009) essa questão revela a disputa sobre a posse da tradição marxista brasileira e de quem de fato representa o movimento revolucionário

²³¹<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-revolucionario-pcbr>. Acessado em 05/06/2018.

²³² Vechia (2015: 114) explica que essas propostas dividiam as esquerdas armadas. Ridente (1993) aponta que os militaristas (ALN, VPR) definiam prioridade para as ações armadas e os massistas defendiam um trabalho político junto as massas.

²³³ Arquivo CMV-VR, depoimento de Genival Luiz da Silva.

²³⁴ Arquivo CMV-VR, depoimento de Edir Inácio da Silva.

nacional. Em sua fundação vinculou sua orientação política à China Popular, mantendo-a até a morte de Mao em 1976, e depois ligou-se à Albânia, só abandonada em 1991²³⁵.

O PC do B defendia uma atuação política mais ofensiva dos comunistas, rejeitando o caminho pacífico para construção do socialismo, mas mantendo a tese da revolução etapista, antifeudal e nacional-democrática, norte da atuação política do PCB. A ruptura ocorreu porque esse grupamento não aderiu ao processo de desestalinização defendido por Krushev em 1956 no XX Congresso do PCUS, que o levou a se aproximar do Partido Comunista Chinês. Sales (2007: 169,170) argumenta que a ruptura com o PCB ocorreu por conta da dificuldade dos partidos comunistas de admitirem ideias divergentes ao grupo majoritário, destacando o posicionamento frente às denúncias de Krushev e a análise da conjuntura da época e a definição das estratégias e táticas do partido

Por conta dessas questões Rezende (2010) afirma que a despeito de se configurar como uma dissidência pecebista, os dois partidos defendiam a mesma tese política da revolução em etapas, divergindo, no entanto, na tática, pois o PCB defendia no âmbito nacional a revolução pacífica em aliança com a burguesia, e em nível mundial, defendia a coexistência pacífica enquanto que o PC do B defendia o enfrentamento armado no plano interno, e o confronto com os países capitalistas no campo externo. Sobre a defesa da luta armada, o PC do B aderiu ao maoísmo, organizando a guerrilha do Araguaia²³⁶.

Esse partido atuava na região por meio da UJP- União da Juventude Patriótica. Essa organização foi fundada em 1970 com o objetivo de se inserir nas lutas sociais urbanas, especialmente no movimento estudantil. Possuía dois militantes que atuavam na cidade, Carlos Alberto Nascimento Santos, conhecido como Beбето, e Márcio Uruari Peixoto, funcionário do Ministério da Fazenda no estado da Guanabara, que veio do Rio de Janeiro para atuar em Volta Redonda.

Carlos Alberto Nascimento Santos era o mais destacado militante dessa organização. Atuava na Associação Volta-redondense dos Estudantes, no Diretório Acadêmico da Escola de Medicina e Cirurgia da UNIRIO e na Associação dos Estudantes de Medicina do Estado da Guanabara (AEMEG). Por conta de sua participação na Frente Operária foi preso no dia 12 de dezembro de 1970, durante a cerimônia de seu casamento com Regina Célia Confort Santos. Foi detido no quartel de Barra Mansa e depois no presídio da Ilha Grande onde foi submetido a torturas durante quase um ano, que deixaram várias sequelas, segundo sua esposa²³⁷.

POC- Partido Operário Comunista ²³⁸

O POC foi formado em 1968 por dissidentes da POLOP e dissidentes leninistas do PCB do Rio Grande do Sul, articulados na DI-RS- Dissidência Leninista Gaúcha. Esse partido manteve a orientação política da POLOP e por conta dessa proposta buscou uma inserção no meio operário e estudantil.

As críticas a essa a tática que até então não tinha alcançado resultados efetivos, levou o grupo a aderir à luta armada em 1970. Um pequeno grupo interno discordou dessa orientação e afastou-se desse partido nesse período, refundando a POLOP, agora com o nome de OCML-POLOP- Organização de Combate Marxista Leninista Política Operária, buscando

²³⁵ Sobre a trajetória do PC do B vide <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-do-brasil-pc-do-b>. Acessado em 05/05/2018.

²³⁶ Os primeiros núcleos dessa guerrilha foram organizados a partir de 1967-68, composto por cerca de 70 estudantes e operários do Rio e São Paulo, mas foram descobertos pelas forças repressivas em 1972. Vítima de intensa repressão, esses núcleos foram derrotados em 1973 resultando na morte de cerca de 50 guerrilheiros, em um dos episódios mais dramáticos da luta armada brasileira.

²³⁷ Arquivo Nacional, Carta Relatório de Carlos Alberto Nascimento Santos, de 03 de julho de 2014 e Arquivo CMV-VR, depoimento de Regina Célia Confort Santos e Marlene Fernandes.

²³⁸ Disponível em <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pagina.php?id=363&m=15>. Acessado em 06/03/2018.

um trabalho de conscientização e politização junto às massas operárias. Estrella Bodahana, articuladora da FO na cidade, se declarou militante desse grupo do POC que migrou para refundar a POLOP²³⁹. Os remanescentes do POC engajaram-se em ações armadas em conjunto com outros grupos guerrilheiros, e foi também duramente atingido pela repressão política.

Esse grupamento atuava com três militantes na cidade, Pôncio Defaveri, Wilma Maria da Silva e Antônio Morais. O primeiro foi preso em 1970 por conta de sua atuação na Frente Operária.

PO ou POLOP - Organização de Combate Marxista Leninista – Política Operária

A ORM-PO, Organização Revolucionária Marxista - Política Operária, conhecida como PO ou POLOP²⁴⁰ foi fundada em 1961 em Jundiaí. Em sua formação inicial ela reuniu membros pecebistas do Rio de Janeiro, da Liga Socialista de São Paulo, grupo luxemburguista; da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais, aos quais se juntaram outros grupos independentes de esquerda, críticos do marxismo ortodoxo e trotskistas. Segundo Meyer (2009) a POLOP exerceu considerável influência intelectual sobre o pensamento de esquerda no Brasil.

A linha política adotada pela POLOP foi estabelecida por meio do ‘Programa Socialista para o Brasil’, que rompeu com o projeto etapista do PCB e indicou novos rumos para a atuação das esquerdas no país. Ela defendia o caráter socialista da revolução brasileira rompendo com a tese pecebista da revolução nacional-democrática, e a organização de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo sem a participação da burguesia, com a criação de um partido revolucionário a partir dessa frente.

A POLOP reunia inicialmente estudantes e militares de baixa patente, que imediatamente pós-golpe civil militar, tomaram frente para iniciar a luta armada na região do Vale do Rio Doce, mas essa articulação foi descoberta pela repressão quando ainda estava sendo gestada no Rio de Janeiro. Os militares sarcasticamente intitularam-na de “guerrilha de Copacabana” por ter sido articulada em apartamentos da zona sul carioca.

Essa organização sofreu algumas dissidências em 1967 que resultaram na formação do COLINA e da VPR. Esses grupos revolucionários defendiam de maneira mais enfática a adesão à luta armada, pouco privilegiada pela POLOP. O grupo que permaneceu na POLOP articulou-se com a DI-RS e organizou o POC. Em 1970, grupos internos liderados por Érico Sachs e Eder Sader, que defendiam prioritariamente um trabalho de base junto ao operariado em detrimento da luta armada, se afastaram do POC e reorganizaram a POLOP oficialmente com o nome de ‘Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária- OCML-POLOP’²⁴¹.

Existe uma discussão a respeito de que até que ponto essa nova organização é uma continuidade ou não da POLOP original formada em 1961²⁴². Destacamos que existem importantes diferenças na composição dessas duas organizações que foram agravadas pelas sucessivas perdas de dirigentes via dissidências internas, pela ação repressiva da ditadura e pelas disputas programáticas e teóricas travadas entre seus militantes. Nessa tese corroboramos o argumento sustentado por Reis Filho (2007) de que houve uma continuidade e ligação entre as duas POLOPs.

Nos inícios dos anos de 1970, devido à intensa repressão política e dissidências internas, a POLOP foi desarticulada originando outras novas organizações como a Fração

²³⁹Arquivo da CMV, depoimento de Estrella Bodahana.

²⁴⁰ Disponível em <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/organizacao-revolucionaria-marxista-politica-operaria-polop>. O arquivo de memória operária do RJ também disponibiliza dados importantes em <http://www.AMORJ.ifcs.ufrj.br/arquivos/polop.pdf>. Sobre a trajetória da POLOP vide Coelho (2011), Meyer (1999) e Miranda e Tibúrcio (1999).

²⁴²Sobre essa questão vide Badaró (2002), Reis Filho (2007) e Figueiredo Filho (2016).

Bolchevique, que deu origem posteriormente ao MEP- Movimento de Emancipação do Proletariado, e o PRC — Partido Revolucionário Comunista.

Em Volta Redonda, a POLOP²⁴³ atuava com a militante Estrella Bohadana responsável pela articulação da Frente Operária e pelo envolvimento dos militantes da Juventude Operária Católica (JOC) com essa organização no início dos anos de 1970.

Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares, VAR-Palmares²⁴⁴

Essa organização surgiu em 1969 com a fusão da VPR²⁴⁵ com o COLINA- Comandos de Libertação Nacional²⁴⁶. A organização da VAR-Palmares ocorreu em um momento de intensificação das ações armadas dos grupos revolucionários e do recrudescimento da repressão política. Esse grupamento teve como ações mais notórias o assalto ao cofre de Adhemar de Barros, governador de São Paulo, realizada em julho de 1969, e o assassinato do marinheiro inglês David Cuthberg, em fevereiro de 1972²⁴⁷ juntamente com militantes da ALN e do PCBR.

VAR-Palmares perdeu em pouco tempo seus principais dirigentes, presos ou mortos pela repressão e foi praticamente impossibilitada de desenvolver ações armadas. Disputas acerca da defesa de um trabalho de massa ou de vanguarda provocaram dissidências internas e a dissolução do grupo. Um grupo interno contrário ao trabalho de massas, reorganizou a VPR (Maciel, 2015), e em 1969, outros militantes contrários à estratégia foquista, fundaram a Dissidência VAR Palmares-DVP, priorizando o trabalho de base no meio operário, inserindo-se em movimentos com essa orientação. Dentro dessa tática, dois militantes da Dissidência VAR- Palmares – DVP atuaram na Frente Operária na cidade. (Relatório CMV, 2015).

Sobre a atuação dessa organização, em nossas pesquisas encontramos um documento do Cenimar, datado de 1971, no qual os militares relatam que encontraram um mapa da cidade de Volta Redonda, segundo eles, pertencentes ao ‘comando de sabotagem da VPR’, onde estavam destacados pontos estratégicos, que segundo esses agentes, seriam alvo de ‘ações terroristas’²⁴⁸ na região. Não foram encontrados indícios que comprovem essa suspeição militar.

2.4. O 1o BIB: a força repressora na região

O 1º BIB- Batalhão de Infantaria Blindada- instalado em Barra Mansa, cidade próxima de Volta Redonda, foi o principal instrumento da repressão política na região. Criado

²⁴³ Estrela pertencia ao grupo que em 1970, liderados por Érico Sachs e Eder Sader, se afastaram do POC e reorganizaram a POLOP oficialmente com o nome de Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária- OCML-POLOP. Essa nova Polop defendia um trabalho de base junto ao operariado em detrimento da luta armada.

²⁴⁴<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/vanguarda-armada-revolucionaria-palmares-var-palmares>. Acesso em 07/05/2018.

²⁴⁵ A VPR- Vanguarda Popular Revolucionária-, foi formada anteriormente por dissidentes da POLOP e do MNR.

²⁴⁶ O COLINA foi formado por grupos dissidentes da POLOP de Minas Gerais e um grupo de operários e estudantes de Osasco-SP, além de intelectuais como Ladislau Dowbor, o Jamil, o mais significativo teórico das esquerdas armadas. (Leite, 2015).

²⁴⁷ O assassinato desse marinheiro ocorreu em solidariedade à luta travada pelo IRA na Grã-Bretanha. Esse militar inglês estava no país com um grupo da Marinha Britânica em virtude das comemorações dos 150 anos da Independência. <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/vanguarda-armada-revolucionaria-palmares-var-palmares>. Acesso em 03/07/2018.

²⁴⁸ Arquivo Nacional, Cenimar, Confidencial 0267, de 05/04/1971.

em 1950 com o objetivo de assegurar a ordem pública, de acordo com seu discurso oficial, ele atuou, sobretudo, na repressão às manifestações operárias locais ²⁴⁹.

Essa unidade militar notabilizou-se por se transformar, principalmente depois do AI-5, em um centro de torturas, tornando-se um dos braços do sistema DOI-CODI no estado do Rio, apesar de, segundo Marcelo Euler, secretário da CEV-RJ, os militares nunca admitirem práticas de torturas contra civis em suas dependências²⁵⁰.

Em 1973, depois o episódio da morte de quatro soldados em suas dependências, a partir de denúncias de Dom Waldyr, veio à tona com forte repercussão nacional²⁵¹, o 1º BIB trocou de nome, passando a se chamar 22º BIMtz, - Batalhão de Infantaria Motorizada. Segundo Carrara e Estevez (2015), a partir desse momento, não foram mais identificados casos de torturas, mas as atividades de espionagem continuaram ocorrendo.

Em 1991, no governo Collor, essa unidade militar foi desativada para abrigar uma unidade de Tiro de Guerra e um centro de eventos, o Parque da Cidade, local destinado a eventos públicos e de entretenimento, operando-se segundo Poll, uma resignificação de seu papel. Ela afirma que a instalação do Parque foi uma tentativa de ‘apagamento de memória’²⁵², para se ocultar as torturas perpetradas nessa unidade militar: “*Não há, hoje, qualquer registro que indique a ocorrência da supressão de direitos civis, políticos e humanos naquele local. A administração pública municipal, por meio de seus canais de comunicação, não fez ou faz qualquer menção ao antigo Batalhão de Infantaria Blindada e às mortes e torturas ocorridas em suas dependências*” (Poll, 2016: 102), caracterizando o que Padrós (2009) qualifica como a ‘política do esquecimento’.

Esse batalhão atuava inclusive ‘preventivamente’ para evitar distúrbios. Segundo relatos colhidos pela CMV, nas décadas de 1960 e a 1970, sempre que uma autoridade federal ou estadual visitava a região, o BIB prendia os principais militantes políticos locais, para que não provocassem ‘distúrbios’ e ‘mobilizações’. O filho de um desses militantes afirmou “... *meu pai arrumava a malinha dele e ficava até esperando ser preso*” ²⁵³.

A maioria dos agentes do BIB era conhecida pelos ativistas políticos da região. Em sua atuação o BIB acompanhava com rigor a rotina de seus investigados, inclusive com pleno conhecimento destes, exatamente para que soubessem que estavam sendo vigiados²⁵⁴. Como Volta Redonda era uma cidade relativamente pequena, com cerca de cento e setenta mil habitantes²⁵⁵ e reconhecer seus algozes não era uma tarefa complicada para os ativistas políticos locais. Vicente Melo²⁵⁶ afirma que os agentes do BIB, inclusive o sargento Pires, o mais conhecido de todos, constantemente estava de campana em frente a sua residência no bairro Conforto e acompanhava dia-a-dia, inclusive seus passeios pela Vila Santa Cecília com sua namorada

As intimidações também fizeram parte desse processo. Uma das vítimas desse recurso foi irmã Elizabeth Alves. Ela relatou que no final dos anos de 1970 era constantemente espionada por um carro preto em suas atividades pastorais, principalmente quando organizou a

²⁴⁹ Vide Veiga e Fonseca (1990), Carrara e Estevez (2015).

²⁵⁰ Marcelo Euler- ‘As torturas no 1º BIB’, Projeto Violações dos Direitos Humanos no Sul Fluminense. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=STqISMnO32o>. Acesso em 09/09/2018.

²⁵¹ Diversos autores analisam esse caso com destaque para Serbin (2001) e Estevez (2006)

²⁵² Ana Paula Poll, ‘O processo de apagamento da memória’. Projeto Violações dos Direitos Humanos no Sul Fluminense. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=STqISMnO32o>. Acesso em 10/09/2018.

²⁵³ Arquivo CMV-VR, depoimento de Vani Bedê e Waldyr Tonolli Bedê.

²⁵⁴ Arquivo CMV-VR, depoimento de Vicente Melo, Lincoln Botelho e Waldyr Tonolli Bedê Filho.

²⁵⁵ Dado disponível no Jornal Correio da Manhã, Edição 23633, de 04/05/1970. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=5826&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em 07/04/2018.

²⁵⁶ Arquivo da CMV-VR, depoimento de Vicente Melo.

cerimônia de abertura da CF-1978, que tratava do mundo do trabalho: “... *tinha uns homens com carro preto atrás de mim o dia inteiro, eu ia para o estádio tinha aquele carro, eu ia para o São Geraldo, eu morava no São Geraldo, tinha aquele carro*”²⁵⁷. Irmã Elizabeth Alves relatou ainda em depoimento a CMV que no dia do evento recebeu informações de que seria presa pelos militares, mas Dom Waldyr a orientou que não saísse do estádio sozinha e a acompanhou até sua casa, impedindo essa investida dos militares²⁵⁸.

Outro militante que sofreu ameaças foi Nilo Sérgio Gomes, professor e jornalista que atuava no MEP. Segundo ele, em uma ocasião por volta de 1979 foi abordado por um desconhecido nas proximidades da prefeitura municipal no bairro Aterrado, que lhe disse que deveria abandonar a cidade pois corria risco aqui. Em outra abordagem, ocorrida em 1981, uma caminhonete que não conseguiu descobrir a origem, amanhecia constantemente estacionada em frente a sua casa, na rua das Magnólias, no bairro Vila Mury, mais uma ameaça, segundo sua análise. Diante dessas dificuldades, resolveu mudar-se de Volta Redonda, continuando sua militância no Rio de Janeiro.

Elvi Vasconcelos, militante independente ligada ao CEPE- Centro Estadual de Professores, e ao movimento pela Anistia Política, também revelou ameaças e intimidações. Ela afirmou que um carro preto, ela não sabe discriminar marca e modelo, provavelmente o mesmo que espionava irmã Elizabeth, também espionava as primeiras reuniões do CEPE, que a ocorriam inicialmente na casa de Elvi, localizada avenida Sete de Setembro, no bairro Aterrado²⁵⁹.

Segundo Elvi, ela também recebeu diversas ligações anônimas de um indivíduo que se apresentava como membro do CCC- Comando de Caça aos Comunistas. Nenhum outro ativista do período relatou casos atribuídos a essa organização direitista na região. Não encontramos evidências de que tenha atuado na região. Provavelmente eram ameaças intimidatórias de indivíduos que usavam o nome dessa organização para causar temor nos militantes de esquerda.

A questão é que essas ameaças atingiram um ponto perigoso. Elvi relatou que em uma das primeiras assembleias do CEPE, no ano de 1979, realizada na Igreja Nossa Senhora Aparecida, tradicional local de reuniões dos movimentos sociais locais, uma bomba de fabricação caseira explodiu do lado de fora da Igreja, próximo da entrada, assustando os participantes²⁶⁰.

Antônio Carlos Santini revelou outro atentado cometido pelos militares. Segundo seus relatos, sua casa foi violada pelos militares em meados de 1968, quando estava viajando, em busca de documentos que pudessem incriminá-lo. Segundo seu depoimento, os militares simularam um assalto, haja vista que levaram apenas um rádio e várias gavetas estavam desarrumadas.

Outros expedientes eram o grampo de telefones de militantes²⁶¹ e violações de correspondências, relatadas por também por Antônio Carlos Santini e Ivan dos Santos Estrela²⁶² em depoimento a CMV. A sala de visitas do batalhão, quando ele serviu de prisão para diversos militantes no final dos anos de 1960, também era espionada por escutas com microfones

²⁵⁷ Arquivo da CMV-VR, depoimento de irmã Elizabeth Alves.

²⁵⁸ Idem

²⁵⁹ Entrevista realizada com Elvi Vasconcelos, em 10/12/2018.

²⁶⁰ Entrevista realizada com Elvi Vasconcelos, em 10/12/2018. Essa informação foi confirmada por Fátima Rezende, ativista do CEPE na época, entrevista realizada em 15/01/19.

²⁶¹ Arquivo CMV-VR, depoimento de Waldyr Tonolli Bedê, segundo ele, seu pai pouco usava o telefone da residência por estar sempre ‘grampeado’.

²⁶² Segundo seu depoimento, a correspondência de seus parentes da Bahia era violada pelos militares. Arquivo CMV-VR, depoimento de Ivan dos Santos Estrela e de Antônio Carlos Santini.

escondidos, além de observadores que acompanhavam a movimentação do local nos buracos das paredes e atrás das mesmas²⁶³.

Luiz de Oliveira Rodrigues²⁶⁴ revelou que quando assumiu a direção do Sindicato em 1983, constantemente era espionado por agentes à paisana, inclusive em viagens internacionais. Esse expediente era utilizado pelos agentes de espionagem desde a década de 1960 na região, segundo militantes dessa época, suas atividades cotidianas eram constantemente vigiadas pelo S2-Serviço de informações, inteligência e segurança, serviço secreto do BIB²⁶⁵.

Outra forma de intimidação envolveu familiares dos ativistas políticos. Edir Inácio da Silva relata que quando foi preso em dezembro de 1970, por conta de seu envolvimento com a Frente Operária, estava na casa de sua mãe, que se encontrava adoentada no bairro Retiro. Como os militares não sabiam a localização da residência, foram até a casa de Edir e obrigaram seu filho de oito anos a levá-los à casa da avó para prendê-lo²⁶⁶. Um caso pitoresco da ação militar foi relatado pelo filho de um militante sindical²⁶⁷, que relatou que a feira livre, que organizava em frente a sua residência, no bairro Conforto, foi mudada de localização para não atrapalhar o trabalho de campana dos agentes militares.

Destacamos também um caso que extrapola o recorte temporal dessa tese, mas que devido a sua importância envolvendo o bispo Waldyr Calheiros, merece ser citado. Segundo o bispo, em 1988, nos episódios envolvendo a greve dos operários da CSN de 1988, sofreu uma ameaça de atentado, que lhe foi alertada por fontes militares do Grupo Especial contra o Esquadrão da Morte. Segundo essas fontes, Dom Waldyr e Juarez Antunes, corriam o risco de sofrerem um atentado, provavelmente em um acidente automobilístico fora de Volta Redonda. Nessa mesma semana, sofreu uma tentativa de sequestro realizada por três homens que o abordaram de maneira intimidatórias quando se dirigia para um debate no Clube de Engenharia no centro do Rio de Janeiro²⁶⁸.

O batalhão de Barra Mansa desde sua fundação também manteve estreitas relações com os poderes públicos municipais e empresas locais, recebendo inclusive apoio irrestrito de empresários para controlar manifestações políticas e assegurar a ‘ordem’ na região. Para facilitar suas ações, em 1962, a CSN forneceu várias casas na ‘cidade nova’ para que oficiais desse batalhão se mudassem para Volta Redonda.

Especialmente estreitas eram suas relações com a CSN, sobretudo no que se refere ao controle dos trabalhadores na UPV, e a vida política de Volta Redonda. Eles acompanhavam também a atuação de Dom Waldyr, visto com desconfiança, incluindo sua participação em eventos religiosos, suas homilias e pregações.

Estevez e Lima (2015) destacam que havia uma ligação orgânica entre esses agentes estatais na região, nomeando-a de ‘articulação empresarial militar’, afinal a CSN era uma empresa estatal, importante do ponto de vista da segurança nacional e diversos militares ocupavam postos-chaves em sua administração.

A pretexto de garantir a segurança da siderúrgica essa articulação empresarial-militar criou em 1942 uma polícia secreta, logo chamada de ‘Gestapo’ pelos operários da empresa, nome pelo qual ficou conhecida posteriormente. Essa polícia secreta acompanhava

²⁶³ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda. Carta de padre Natanel de Moraes, de 20/01/1971

²⁶⁴ Entrevista realizada Luiz de Oliveira Rodrigues em 02/12/18.

²⁶⁵ Entrevista com Vicente Melo, realizada em 12/12/17 e entrevista com Lincoln Botelho, realizada em 08/08/17. Vicente Melo afirmou que ele e seus colegas Lincoln e Bernardo Maurício dos Santos, eram espionados pelos militares da região devido a sua participação em grupos teatrais. Segundo ele, sua participação na peça ‘Zê do Forno’ foi o mote utilizado pelos militares para sua detenção.

²⁶⁶ Arquivo CMV-VR, depoimento de Edir Inácio da Silva.

²⁶⁷ Arquivo CMV-VR, depoimento de Waldyr Tonolli Bedê.

²⁶⁸ Essa informação consta na Revista da Diocese de VR/BP- 75 anos Presente na Região Sul Fluminense, pag. 07.

todo o cotidiano da Usina, as ações do Sindicato, o envolvimento político de seus operários e suas ações relacionadas ao que eles qualificavam como ‘subversão’.

Em 1977 as funções da Gestapo foram assumidas por uma ASI –Assessoria Especial de Segurança e Informação. Essa assessoria funcionava subordinada aos DSIs – Departamentos de Segurança Interna-, que eram órgãos criados em 1967, ligados aos ministérios civis com o objetivo de assessorá-los em questões de segurança e estabelecer vigilância sobre o funcionalismo (Deckes, 1985). No governo Médici foram colocados sob tutela do Conselho de Segurança Nacional, ficando sob a dupla coordenação do CSN e do respectivo ministério civil. Em 1970 foram criadas subdivisões nas DSIs, as AESIS- Assessorias Especiais de Segurança e Informações-, instaladas nas empresas públicas, autarquias e fundações. Em 1975 passaram a ser chamada de ASI (Motta, 2014).

Segundo o Relatório da CMV, essa assessoria localizava-se no sexto andar do Escritório Central da CSN, e foi chefiada pelo coronel Citadino até 1979, e pelo coronel Bismarck até 1991. A análise dos depoimentos colhidos pela CMV comprovou o papel desempenhado pela ASI e pelo DSU- Departamento de Segurança da Usina ²⁶⁹ no assessoramento dos militares do BIB. Estevez e Lima (2015) elencam que um exemplo dessa articulação ocorreu no episódio do golpe civil-militar de 1964, quando essas duas instâncias trocaram informações acerca das tentativas de resistência na cidade, inclusive fornecendo dados para a instauração de diversos IPMs.

A documentação do DOPS relativa a Volta Redonda, depositada no APERJ, comprova essa proximidade entre essas esferas. O serviço secreto da CSN, o S2, abastecia as redes de espionagem da região desde o início da ditadura militar, priorizando o monitoramento de funcionários da empresa envolvidos em ações consideradas subversivas e a atuação política de Dom Waldyr Calheiros. Comunicações do S2 com os agentes do DPPS-DGIE, como uma carta do S2 da empresa, senhor Carlos da Silva Campos, ao diretor do DPPS estadual e também um Informe da CSN datado de junho de 1973²⁷⁰ que traz informações sobre uma homilia proferida pelo bispo na Igreja São Sebastião, no Retiro, na qual o bispo tece comentários acerca de questões salariais na CSN, revelam esse aspecto.

Outra carta enviada ao DOPS pela direção da CSN, por exemplo, relata atividades de agitação social por metalúrgicos nessa siderúrgica, comprovada pela apreensão de panfletos nos anos de 1968 e 1969, referentes a formação de uma célula da AP na cidade, além de demonstrar preocupação quanto à presença de Dom Waldyr Calheiros no meio operário, revelam a ligação entre essas instâncias de espionagem²⁷¹, além de outros casos citados nessa tese.

Por conta dessa articulação empresarial-militar muitos operários foram demitidos, aposentados, indiciados judicialmente, presos, torturados e ainda incluídos em uma ‘lista negra’, também chamada de ‘lista suja’, não conseguindo emprego nas empresas da região, e sendo obrigados a buscar trabalho em outras cidades e estados.

Em nossas pesquisas tivemos contato com documentos produzidos pela ASI-CSN. Na década de 1980²⁷² essa Assessoria preocupou-se com a atuação de grupos das esquerdas como o Partido dos Trabalhadores, da Convergência Socialista e o do minúsculo PORT – Partido Operário Revolucionário dos Trabalhadores, entre os metalúrgicos da CSN. As

²⁶⁹ Segundo Bedê, Dias e Oliveira (2016) o DSU permaneceu em funcionamento mesmo após a criação da ASI nos anos 1970. Bedê (2015) afirma ainda que nesta época ocorreu uma divisão do trabalho de controle e perseguição aos trabalhadores entre estes dois órgãos.

²⁷⁰ Arquivo Aperj, Informe CSN Confidencial, 001/1973, de 18/07/1973.

²⁷¹ Arquivo Aperj, Carta ao diretor do DPPS, Documento Reservado de 11 de agosto de 1969.

²⁷² Arquivo Nacional, Informe número 004/ASI/CSN/01 de 15 de junho de 1981.

investigações incluíam também os debates que essas organizações promoviam na cidade como seu engajamento na luta por eleições para prefeito em Volta Redonda²⁷³.

Destacou-se no comando desse órgão o coronel Bismarck Amâncio Ramalho²⁷⁴, anticomunista convicto que treinou na Escola das Américas²⁷⁵. Sua posição lhe garantia muito poder UPV e na cidade, comandando uma rede de espionagem formada por guardas da CSN, devidamente treinados para tal função, que circulavam pela cidade em opalas pretos, intimidando militantes políticos²⁷⁶. A articulação de seu esquema de espionagem era tão eficiente que, segundo o jornalista Aurélio Paiva, “(...) *ele recebia atas das reuniões internas do Sindicato dos Metalúrgicos quando ainda estavam em rascunho*”²⁷⁷.

De acordo com o Relatório da CMV (2015) essa força de repressão política estava estruturada na empresa possuindo funcionários e arquivos secretos onde eram armazenadas todas as informações colhidas por seus agentes. A CMV, após analisar minuciosamente os arquivos da empresa, disponibilizados para tal intento depois de um acordo entre a CSN e CMV, intermediado pelo Ministério Público Federal, não conseguiu localizar esses arquivos, popularmente conhecido como o “arquivo do Coronel Bismarck” ou o ‘arquivo secreto’.

Apesar de não ter localizado fisicamente tais arquivos, Bedê, Dias e Oliveira afirmam que a análise dos materiais pesquisados nos arquivos da CSN comprovou a existência de sistemas de informação e perseguição sediados dentro dessa empresa:

“ ... o levantamento e identificação do acervo do período estatal da CSN propiciou a possibilidade de confirmar os indícios da perseguição e punição aos trabalhadores sindicalizados e grevistas através de departamentos, órgãos e procedimentos formais existentes na empresa. Este material permite compreender o papel da CSN na vigilância e repressão aos trabalhadores e cidadãos de Volta Redonda durante a ditadura civil-militar e após seu término ” (2016:108)

2.5. A repressão contra a Igreja

Um dos principais alvos das ações de espionagem, investigação e repressão do BIB na região foi a Diocese de Barra do Piraí- Volta Redonda depois da chegada de Dom Waldyr em 1966. O relatório da CMV aponta que os principais alvos da repressão militar na região foram os operários, principalmente da CSN, seguidos dos militantes católicos e militares.

Essa repressão política foi antecedida por um movimento de estranhamento e posterior afastamento entre a Igreja Católica local e militares do BIB. Na medida em que movimentos eclesiais e sociais apoiados pela Igreja se opuseram ao regime militar e passaram

²⁷³ Arquivo Nacional, SNI, Agência Rio de Janeiro, origem ASI/CSN/ de 15 de setembro de 1981

²⁷⁴ A vinda de Bismarck para Volta Redonda para a região ocorreu por indicação do general Otávio Medeiros, chefe do SNI (1978 a 1985). Jornal Diário do Vale, “O agente secreto que virou o homem mais poderoso de Volta Redonda”. Disponível em <http://diariodovale.com.br/tempo-real/o-agente-secreto-que-virou-o-homem-mais-poderoso-de-volta-redonda>. Acessado em 10/10/17.

²⁷⁵ Bismarck recebeu treinamento militar sobre serviços de inteligência e informações com instrutores americanos na Escola das Américas, no Panamá, que era gerenciada pelo Pentágono para formar oficiais militares de países aliados aos EUA no combate ao comunismo. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/escola/analise.html>. Acessado em 01/10/17.

²⁷⁶ Arquivo CMV-VR, depoimento de irmã Elizabeth Alves e entrevista com Elvi Vasconcelos, realizada em 10/12/2018 e Edgard Bedê em 02/07/16.

²⁷⁷ Jornal Diário do Vale, “ O agente secreto que virou o homem mais poderoso de Volta Redonda”. Disponível em <http://diariodovale.com.br/tempo-real/o-agente-secreto-que-virou-o-homem-mais-poderoso-de-volta-redonda>. Acessado em 10/10/17.

a defender a democracia e os direitos humanos, as ações desses grupos tornaram-se alvos da espionagem militar.

Nossas pesquisas comprovam que os militares do BIB mantiveram uma ativa rede de espionagem na região, acompanhando tudo o que ocorria no meio político e sindical local. Reuniões políticas, eleições sindicais, a vida de padres, vereadores, lideranças políticas e sindicais, militantes partidários eram alvos dos agentes militares infiltrados ou não.

Essa rede tornou-se explícita e ganhou publicidade no chamado 'IPM da Subversão', instaurado contra Dom Waldyr e outros padres acusados de 'subversão', de acordo com a ótica militar. Nos autos desse processo foram apontados diversos fatos do cotidiano da Igreja local, como missas, celebrações religiosas, autos, reuniões do clero, etc, que foram apresentados como provas de subversão, revelando o grau de espionagem e campanha empreendidos contra a Igreja diocesana²⁷⁸

Diversos depoimentos colhidos nesta pesquisa²⁷⁹ também são unânimes em apontar a presença de espiões nas diversas atividades da Igreja. Uma agente de pastoral²⁸⁰ local revelou que inclusive seu casamento, realizado em 1970 na Igreja Nossa Senhora Aparecida foi monitorado e espionado pelos militares²⁸¹.

Essa repressão ganhou corpo no ano de 1968. Esse ano foi extremamente efervescente do ponto de vista político e social. Os protestos do 'maio francês', embalsamaram ondas de protestos em todo o mundo contra a guerra do Vietnã, a opressão capitalista, o burocratismo comunista e a defesa da contracultura. O 'proibido proibir' também invadiu os grandes centros urbanos brasileiros, mobilizando milhares de estudantes, professores, intelectuais e animando setores da oposição esquerdista, que avaliou ser possível derrotar a ditadura.

Ventura (2008) qualificou o ano de 1968 'como o ano que não terminou', aplicando-o ao cenário nacional e internacional. Em Volta Redonda essa frase também ganhou também efeito por conta de atritos que opuseram militares, católicos e de militantes de esquerda que se prolongaram por muitos outros anos e que até hoje impactam a vida desses militantes, requerendo uma ação reparatória por parte do Estado.

A turbulência dos protestos estudantis típica dos grandes centros não ocorreu em Volta Redonda. Nesse período a cidade não dispunha de um ativo movimento estudantil²⁸² pois não dispunha de faculdades instaladas. As primeiras IES- Instituições de Ensino Superior-, a FOA- Fundação Osvaldo Aranha, a FERP- Fundação Educacional Rosemar Pimentel e a SOBEU- Sociedade Barra-mansense de Ensino Superior foram instaladas nesses anos de 1967 a 1969, com uma oferta limitada de cursos superiores, principalmente na área de licenciaturas, que não atraíam muitos estudantes dos grandes centros para a cidade. A exceção ficava por conta de um campus da UFF- Universidade Federal Fluminense-, a Escola de Engenharia e Metalurgia, chamada inicialmente de Universidade Nacional do Trabalho²⁸³, inaugurada em 1961 com a presença do presidente Jânio Quadros, que mantinha cursos focados na área

²⁷⁸ Arquivo Nacional, Relatório do IPM 858 instaurado para apurar atividades subversivas envolvendo Dom Waldyr Calheiros de Novais e outros, de 1º de dezembro de 1969.

²⁷⁹ Entrevistas realizadas com Marlene Fernandes, Edson Santana, Sr. Edir Alves.

²⁸⁰ Expressão que designa os religiosos (as) ou leigo (as) que atuam nas pastorais católicas. Disponível em <http://www.santuariodeaparecidarp.com.br/o-que-sao-pastorais>. Acesso em 11/06/18.

²⁸¹ Entrevista realizada com Marilézia Rodrigues, responsável pelos arquivos da Cúria até o ano de 2010, realizada em 23/04/2016.

²⁸² Apesar de não haver nenhuma referência a organização estudantil na região, uma das principais militantes desse período, Estrella D'alva Bohadana, militante da Polop, era estudante do curso de Arquitetura da FERP, na unidade de Barra do Pirai. Ela atuava na clandestinidade e não militava no movimento estudantil. Sua discricção no espaço da faculdade era tanta que uma de suas colegas de turma, Yone Ravaglia, não sabia que Estrella era militante política. Entrevista realizada com Yone Ravaglia em 07/06/2017.

²⁸³ Sobre essa questão vide <http://www.engenhariavr.uff.br/index.php/a-escola/historia.html>. Acesso em 10/09/16

industrial, voltados para a formação de mão de obra qualificada para atender as demandas da CSN. Na UFF também não havia um ativo movimento estudantil.

Desta feita somente os estudantes mais engajados e intelectualizados perceberam essa onda contestadora que se espalhou pelo mundo. Na região esses jovens mais afeitos à conscientização e participação política atuaram em grupos de teatro e outros grupos ligados a Igreja (Judica, grupos de jovens paroquiais, JOC) e foram alvos de repressão.

Se não por um lado não houveram mobilizações estudantis, o mesmo não se diz a respeito do movimento sindical e eclesial. Sindicalista e militantes católicos organizaram várias ações, que mesmo não sendo massivas, foram espionadas pelos militares do 1º BIB.

Os atritos dos militares com a Igreja local iniciaram-se no primeiro ano do bispado Dom Waldyr, e se agravaram com a realização de diversos eventos e celebrações religiosas que se potencializaram em seu governo episcopal como atos políticos contestatórios ao regime. Os militares as classificavam como expressões de ‘subversão’ e ‘comunismo’.

Um dos primeiros eventos a sofrerem a vigilância dos militares foi a celebração da Sexta-Feira Santa, em abril de 1968²⁸⁴. Nessa ocasião, um dos rituais religiosos mais significativos da fé católica, foi encenado um auto com temática religiosa que abordou uma confrontação entre o ‘mal’, representado pela ‘morte’ contra o ‘bem’ representado por Cristo’. A peça foi considerada ‘subversiva’ pelos militares por abordar, segundo eles, mensagens de protesto e estímulo à luta de classes. A autoria desses textos era de Antônio Carlos Santini e foi encenada por Bernardo Maurício dos Santos²⁸⁵, que meses depois participariam de outra peça que também foi espionada pelos militares e resultou em suas prisões²⁸⁶.

A participação do professor Antônio Carlos Santini nesse episódio é bastante controversa. Ele se estabeleceu em Volta Redonda em 1965 e como católico declarado, aproximou-se da Igreja local participando de grupos de discussão católicos. Como escrevia bem foi convidado pela coordenação da paróquia Santa Cecília para produzir um texto para as celebrações litúrgicas da Semana Santa de 1968. Ele declarou que preparou textos estritamente religiosos e se surpreendeu no dia do evento pois na apresentação do auto percebeu que seus textos se transformaram em uma peça teatral: ‘... *eu estive pessoalmente na celebração e fiquei chocado, por que não havia nada de litúrgico, em volta do altar estava lá uma espécie de peça de teatro*’. Santini se opôs severamente a essa interpretação de seus textos e a forma como o evento foi organizado.

Outro evento que contou também com a participação do professor Santini foi o lançamento de dois movimentos: o ‘Movimento Pressão Moral Libertadora’²⁸⁷ e o ‘Ação, Justiça e Paz’, ocorridos no Centro Social Santa Cecília, no dia 08 de dezembro de 1968, aniversário de dois anos da posse de Dom Waldyr na diocese e cinco dias antes da edição do AI-5. O objetivo era comemorar os vinte anos da Declaração dos Direitos Humanos assinada em 1948, sob chancela da ONU.

Os militares, sob ordens do coronel Armênio, dispostos a levantar provas contra o bispo e seus aliados, espionaram a organização do evento, contando inclusive com a colaboração de civis. Um depoente²⁸⁸ que foi preso por ocasião desses episódios, afirmou que

²⁸⁴ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Auto da Sexta-feira Santa, de 12/04/1969.

²⁸⁵ Bernardo Maurício dos Santos era ator e diretor teatral. Engajado politicamente atuava na organização de diversos grupos de teatro na cidade. Se auto define um ator-diretor engajado, e com a chegada de Dom Waldyr passou a atuar em peças de teatro e encenações ligadas à Igreja. Foi preso nos episódios da ‘operação gaiola’. Arquivo CMV-VR, depoimento de Bernardo Maurício dos Santos.

²⁸⁶ Arquivo Nacional, Relatório do IPM 858 instaurado para apurar atividades subversivas envolvendo Dom Waldyr Calheiros de Novais e outros, de 1º de dezembro de 1969, pag. 5.

²⁸⁷ Esse movimento articulado por bispos progressistas brasileiros durante a IX Assembleia Geral da CNBB denunciou a situação de pobreza no país e o autoritarismo militar, conclamando a Igreja do Brasil a se posicionar sobre essas questões (Cordonha, 2011).

²⁸⁸ Arquivo da CMV-VR- Depoimento de Vicente Mello.

em uma das reuniões preparatórias para o evento houve a participação do professor Waldyr Teles, com anuência de Dom Waldyr, que fotografou a reunião. Segundo ele alguns dias depois, quando estava detido no BIB, os militares lhe apresentaram fotos que comprovavam sua participação na organização do evento, e ele percebeu que muitas dessas fotos foram tiradas pelo referido professor, que as forneceu aos militares.

Os militares acusaram ainda o bispo de reunir estudantes, vereadores, líderes sindicais, professores e engenheiros para participarem dessa ação contestatória acusando inclusive o Sindicato dos Metalúrgicos, liderado por Wilton Meira, também qualificado como ‘altamente subversivo’, de ser efetivamente o responsável pela organização dessa atividade ²⁸⁹.

Nesse evento foi apresentada uma das peças, ‘Zé do Forno’²⁹⁰ que se passava no interior da UPV e denunciava as péssimas condições de trabalho, os baixos salários, as torturas das prisões da ditadura, e o ‘Monólogo das Empregadas’, autoria do padre Arnaldo Werlang, acompanhadas de músicas de protesto, os militares anotaram ‘Pra não dizer que não falei das flores’²⁹¹

A coordenação geral desse evento ficou sob responsabilidade dos professores Waldyr Amaral Bedê ²⁹² e Antônio Carlos Santini. Segundo depoimento dos parentes do professor Bedê²⁹³ e seu próprio depoimento²⁹⁴, era alinhado a Dom Waldyr. A participação do professor Santini mais uma vez foi controversa, negando qualquer ligação direta com o ocorrido, tendo sido, segundo ele, convidado somente para escrever alguns esquetes: “... pediram-me pequenos textos que pudessem ser desempenhados. Hoje a gente chama de esquete e eu me lembro de ter escrito pelo menos duas esquetes”. Uma delas foi aproveitada pelos organizadores, a do ‘Zé do Forno’. O professor, em depoimento a CMV, afirmou que não participou em nenhum momento da organização desse evento e inclusive não compareceu ao seu lançamento, ocorrido em 08 de dezembro, se eximindo de qualquer responsabilidade.

Ressaltamos que esse professor é um dos únicos personagens que protagonizaram atritos entre a Igreja local e os militares na região que apresentou uma posição favorável aos militares, alegando inclusive que foi instrumentalizado pela Igreja:

“ eu comecei a ver a discussão de um lado do exército e do outro a igreja, ali se acentuou ainda mais a impressão que nós éramos apenas peões no tabuleiro e que nosso interesse como pessoas não seria levado em conta. E eu tive, nesse momento, uma crise nervosa muito grande, precisei ser medicado. Afinal de contas, era a minha igreja, a igreja é minha mãe, eu sou filho, eu queria ser tratado como filho, não como um número.” ²⁹⁵.

²⁸⁹ Arquivo Nacional, Info 1216/69 de 31 de junho de 1969, 1º Exército, folha 11 a 13. Relatório das atividades ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Volta Redonda e região.

²⁹⁰ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda. Auto da peça ‘Zé do Forno’.

²⁹¹ Arquivo Aperj, ‘IPM da Subversão’, pag. 08.

²⁹² Waldyr Amaral Bedê era diretor do Sindicato dos Metalúrgicos. Foi demitido da CSN em 1964, e acusado de atividades subversivas, foi preso no quartel da Aman, em Resende, onde foi submetido à péssimo tratamento. Graduou-se em Estudos Sociais e atuava como professor na rede particular de ensino. Foi também bolsista da Cepal, -Comissão Econômica para a América Latina, atuando como formador de dirigentes sindicais metalúrgicos em toda a América Latina. Arquivo CEMESF, Arquivo CEMESF, Arquivo Pessoal de Genival Silva, Depoimento de Marisa Bedê para a Secretaria de Anistia do Ministério da Justiça e entrevista com Edgard Bedê em 02/07/16

²⁹³ Arquivo da CMV-VR, depoimento de Vanir Bedê e Waldyr Bedê Filho.

²⁹⁴ Entrevista com Waldyr Bedê, realizada em 18/12/2000. Essa entrevista foi realizada nas pesquisas de mestrado do autor.

²⁹⁵ Arquivo da CMV-VR, depoimento de Antônio Carlos Santini.

Segundo seus depoimentos, por conta desses episódios, afastou-se da Igreja, só retornado no final dos anos de 1970.

Para além das controvérsias, ressaltamos que a realização desse evento agudizou definitivamente os conflitos envolvendo militares e Igreja na região. Naqueles tempos autoritários manifestações artísticas e culturais eram alvo dos censores do regime. Os militares colheram ‘provas’ nesses eventos que compuseram o ‘IPM da subversão’, como veremos a seguir.

A repressão a esse episódio iniciou-se em janeiro de 1969, na intitulada Operação Gaiola, como veremos a seguir, quando os militares prenderam os professores, operários e estudantes que haviam participado do evento acima, desencadeando uma perseguição aos leigos católicos e militantes políticos. O bispo tomou conhecimento dessas prisões por meio da professora Marisa Bedê, esposa do professor Waldyr Amaral Bedê, que lhe informou que seu marido fora preso por conta de sua ligação com ele. Rapidamente se dirigiu ao batalhão acompanhado pelo Arnaldo Werlang e o pelo Monsenhor Barreto Vianna²⁹⁶.

Na unidade militar foram recebidos pelo coronel Pereira que tentou ludibriá-los oferecendo-lhes almoço e visita à unidade, mas o bispo o surpreendeu apresentando-se preso no lugar dos dois professores, permanecendo o dia todo nas dependências desse batalhão²⁹⁷. O comandante militar não aceitou a prisão e declarou à imprensa local que o bispo pretendia ‘agitar o batalhão’, declarando-se preso²⁹⁸.

Os próprios militares avaliaram que a prisão de um bispo, ‘... *incitaria a opinião pública contra as Forças Armadas (sic)*’, segundo análise dos militares, ‘...*a prisão de Dom Waldyr, se aceita pelo Coronel ARMÊNIO levaria a consequências imprevisíveis, já causou um enorme abalo na área a repercutiu, de certa forma, em todo o país*’²⁹⁹

A atitude do bispo de enfrentar as autoridades militares não foi bem recebida pelas autoridades e empresários da região³⁰⁰ que enxergavam nele um opositor e decidiram apoiar as ações do comando do BIB. Dom Waldyr justificou sua atitude como necessária para defender a liberdade dos envolvidos nesse episódio³⁰¹. A atitude do bispo garantiu a libertação imediata do professor Renato Santini e de Waldyr Amaral Bedê alguns dias depois. Esse episódio foi tema de várias reportagens locais³⁰², inclusive do jornal O Globo em 16 de janeiro de 1969, atestando a relevância dessa questão. Um bispo declarara-se preso.

Não bastasse essa questão ainda em dezembro um novo incidente, a partir da montagem de um presépio na mesma igreja Santa Cecília, agravou de vez a relação do bispo Waldyr com os militares, defensores da ‘ordem nacional’. Esse presépio, pintado em uma das paredes da Igreja, simbolicamente foi montado atrás de uma grade também pintada, como se os

²⁹⁶ Esse clérigo foi um dos principais aliados de Dom Waldyr na diocese. Nomeado Vigário Capitular da diocese quando Dom Altivo, bispo anterior foi transferido para a Diocese de Arassuaí- MG, comandou a diocese entre julho e dezembro de 1966 até a posse de Dom Waldyr. Nesse período protagonizou o primeiro embate da diocese com a direção da CSN ao se recusar a celebrar uma missa campal, na Praça Brasil, no centro de Volta Redonda, nas comemorações do dia 07 de setembro daquele ano. Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda. Livro de Tombo n° 2, Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda. Pag. 84.

²⁹⁷ Arquivo Nacional, Ministério do Exército, 2ª Seção-EME 11, Doc. Informação 089/69 de 15/01/1969, e Informação 12/1969, Niterói- São Gonçalo, de 24/01/69.

²⁹⁸ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, jornal Sul do Estado, 14/01/1969.

²⁹⁹ Arquivo Aperj, IPM da Subversão, pag. 11.

³⁰⁰ Diversas autoridades municipais, vereadores e prefeitos, apresentavam críticas às posições de Dom Waldyr. Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal Sul do Estado, 14/01/1969.

³⁰¹ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda. Relatório Apresentado ao Episcopado em Volta Redonda em 15 de janeiro de 1969. Pasta Prisão Direitos Humanos I 1968 – 1971. Doc 01.

³⁰² Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal Diário de Notícias, 15/01/69, Jornal Sul Fluminense, 17/01/1969, Jornal Sul do Estado, 14/01/1969.

personagens estivessem enclausurados, fazendo alusão às prisões promovidas pela ditadura³⁰³. Nele as tradicionais cenas do nascimento de Jesus com as figuras Maria, José e Menino Jesus na manjedoura foram retratadas com a inclusão da figura de um jovem que fez a afirmação:

“Fui preso (sic) pela ignorância, pelo egoísmo, pela riqueza, pela injustiça, pelo ódio, pela polícia, pela revolução, pelos poderosos”, e ao seu lado aparece a figura tradicional de Jesus Cristo com as inscrições: “Vim libertá-lo. Venho para que todos vivam. Eu sou a verdade, ame o outro, felizes os pobres, felizes os famintos, felizes os perseguidos, felizes os portadores da justiça, perdoe 70x7 e não pratique violência. Felizes os perseguidos por amor a justiça”³⁰⁴.

Esse presépio promoveu a chamada comparação ‘fé-vida’, metodologia pastoral defendida pela TdL, difundida na diocese como um dos pilares de sua ação pastoral. Esta prática possibilitou uma releitura da fé confrontando-a com a vida, intermediada pela bíblia, que lhe conferia uma interpretação sob inspiração divina, ‘a luz da Palavra de Deus’, de acordo com a visão desses grupos. Essa interpretação configurava para os diocesanos a ‘palavra de Deus encarnada’, ou seja, a aplicação dos ditames divinos em sua realidade, que orientaria os passos de suas ações, sempre a favor dos pobres, de acordo com seu universo religioso.

Os militares, no entanto, não analisavam a questão por esse ângulo. As interpretações a respeito do compromisso político da fé cristã abriram divergências com os católicos locais. Enquanto os cristãos enxergavam nesse evento a defesa da justiça e dos valores do ‘reino de Deus: pautados pela busca da equidade, da igualdade e da fraternidade, os militares enxergavam ‘subversão’, perturbação da ‘ordem’ e comunismo. Essa interpretação os colocou em rota de colisão com a Igreja, originando crescentes atritos.

Os militares utilizaram esse presépio como mais uma prova das atividades ‘subversivas’ do bispo, associando inclusive a figura de Jesus representada no presépio com a imagem de ‘Che’ Guevara³⁰⁵. Alguns depoentes afirmam que de fato o Cristo representado tinha semelhança com Guevara³⁰⁶. Todos esses acontecimentos compuseram o enredo de um IPMs instaurado contra Dom Waldyr, religiosos e leigos ligados a ele.

Esses fatos aliados a vários outros configuraram um cenário de conflitos que se estenderam por anos e notabilizaram o bispo e a diocese como uma das mais ativas do país na resistência democrática e defesa dos direitos humanos³⁰⁷.

. Sobre essa questão, Cardonha (2011), afirma que Dom Waldyr era um dos bispos brasileiros mais visados pelos militares, estando constantemente na mira dos órgãos de informação e repressão, posição compartilhada por outros autores (Serbin, 2001 e Gomes, 2014), e por nós, como demonstraremos ao longo dessa tese.

³⁰³Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda. Foto do Presépio montado na Igreja Santa Cecília em dezembro de 1968.

³⁰⁴ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda. Texto Presépio montado na Igreja Santa Cecília em dezembro de 1968

³⁰⁵ Arquivo Aperj, IPM da Subversão, pag. 08.

³⁰⁶ Alguns depoentes afirmam que de fato Cristo tinha semelhança com Guevara. Arquivo CMV-VR, depoimento de Lincoln Botelho e Vicente Melo.

³⁰⁷ Arquivo da Diocese de BP-VR, Revista Sem Fronteiras, agosto de 1989, nº 171, p. 13. Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda. Nessa entrevista Dom Waldyr descreve suas lutas pelos direitos humanos e Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda. Levantamento realizado por Irmã Martha Dale em 12.03.96, em vista da entrega da Medalha Chico Mendes à Dom Waldyr. Jornal do Brasil, 14 de novembro de 1999.

2.6. A Operação Gaiola e os impactos do AI-5

No final de 1968, a situação política do país agravou-se severamente com a decretação do AI-5, imposto por Costa e Silva sob pressão da chamada ‘linha dura’ que o acusava de ser excessivamente transigente com a oposição (Fico, 2004).

Essa medida arbitrária concedeu amplos poderes ao Executivo Federal, limitando os poderes legislativo e judiciário, além de restringir vários direitos civis. Ele possibilitou ao Presidente da República decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, cassar os direitos políticos de qualquer cidadão pelo período de dez anos e ainda suspender a garantia de habeas corpus em caso de crime político, legitimando o projeto político dos ‘duros’. O AI-5 transformou-se em um aparato legal da institucionalização da violência por parte do Estado. Ao longo de seu período de vigência esse AI, cassou o mandato de 38 vereadores, 30 prefeitos, 190 deputados estaduais e 113 deputados federais e senadores (Alves, 1984).

Segundo Fico (2004) ele representou também o ponto alto de um processo que se iniciara muito antes, e não foi apenas uma decorrência dos episódios de 1968, coroando a chamada “utopia autoritária”, ou seja, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso como comunismo e a ‘subversão’, tendo em vista a inserção do Brasil no campo da “democracia cristã e ocidental”.

A violência de Estado e tortura ganharam faces institucionais e o BIB, principal órgão repressor da região, ampliou suas funções dentro da nova lógica implantada pelos militares. Para tanto contou com a instalação de equipamentos próprios para essa prática além do aperfeiçoamento de seu aparato técnico composto inclusive por médicos legistas³⁰⁸, integrando-se segundo Carrara e Estevez (2015) ao sistema DOI-CODI implantado no país a partir de 1969.

Uma dessas novas ‘técnicas’ era a utilização de magnetos para aplicação de choques elétricos, que não deixavam marcas visíveis nos torturados. Para enfrentar essa nova prática de tortura, os presos políticos utilizavam a técnica de manter os pés levemente afastados do chão, que minimizava a intensidade dos choques. Essa técnica foi desenvolvida por Schettino Motta, que era eletricitista, e foi divulgada entre os presos³⁰⁹.

O maior reflexo da edição do AI-5 na região foi a deflagração da Operação Gaiola, que interveio em atividades políticas e sindicais na cidade, promovendo a prisão de militantes ligados ao PCB, PTB, AP e católicos. No Sindicato dos Metalúrgicos ela cassou a parte da direção eleita em 1968 alinhados à esquerda³¹⁰. Os membros dessa diretoria, listados na nota abaixo, foram considerados perigosos à “normalidade” da CSN estatal e do governo militar.

O presidente Wilton Meira e os dirigentes sindicais Genival da Silva e Isnard Pereira foram cassados pelo AI-5 perdendo seus direitos políticos por 10 anos, além de terem sido presos, demitidos da CSN e acusados de atividades subversivas, agitação política, ligações

³⁰⁸ Diversos presos políticos, como Edir Inácio da Silva, Estrella D’alva Bodahana e padre Natanael, afirmaram que o tenente-médico, Érico Augusto Lopez acompanhava as sessões de tortura a que eram submetidos. Arquivo CMV-VR, depoimento de Edir Inácio da Silva e Estrella D’alva Bodahana e Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, carta de padre Natanael em 20/01/1071.

³⁰⁹ Arquivo CMV-VR, depoimento de Schettino Mota.

³¹⁰ Essa direção era composta por militantes com destacada participação política com destaque para Wilton de Araújo Meira, Presidente; Isnard Pereira Coutinho; Genival Luiz da Silva, Diretor Tesoureiro e Edir Inácio da Silva, Delegado Sindical. Além de terem sido cassados de seus cargos, eles também foram demitidos da CSN (Carrara, Estevez, 2015).

com comunistas³¹¹. Tal gravidade de acusações se deve ao fato dos militares os classificarem como ‘agitadores de alta periculosidade’³¹².

Essa diretoria foi eleita em 1968 em um processo eleitoral marcado pela interferência dos militares do BIB, que tentaram de diversas maneiras impedir a vitória da chapa Azul, liderada por Meira. Mesmo depois de diversas manobras dos militares, essa chapa venceu as eleições sindicais e assumiu a direção do Sindicato³¹³ em agosto de 1968 contando como aval do deputado Jorge Sayd Curi (MDB) e do Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho (ARENA).

As articulações dos diretores dessa chapa para que pudessem assumir o Sindicato, no entanto, esbarraram na resistência do comandante do BIB, coronel Pereira, que se opôs a posse desses diretores e elaborou um amplo dossiê contra Meira. Apesar do apoio do grupo político que controlava o Ministério da Justiça, essa gestão foi interrompida após quatro meses à frente do Sindicato, com a prisão de suas principais lideranças, permanecendo à frente da entidade somente os diretores alinhados aos militares³¹⁴.

É importante destacar que Meira foi acusado ainda de ligação com o bispo Waldyr Calheiros, padres, jornalistas e dirigentes sindicais³¹⁵. As espionagens realizadas pelos militares revelam que os contatos de Meira com Dom Waldyr iniciaram-se desde a chegada desse bispo em 1966, pois segundo o coronel Armênio, havia forte afinidade ideológica entre eles³¹⁶.

A eleição da Chapa Azul nas eleições sindicais ocorridas em 1968³¹⁷ contou como apoio de Dom Waldyr, do clero e de sindicalistas, identificados pelos militares como “... *elementos subversivos excluídos da Companhia Siderúrgica Nacional*”³¹⁸, referindo-se a Othon Reis Fernandes, Lima Neto, Nestor Lima, Waldyr Amaral Bedê, entre outros, além de “... *comunistas e agitadores de toda ordem, aventureiros políticos, saudosistas (sic), contra a ordem instituída pela Revolução (sic)*”³¹⁹, citando militantes da AP, do PCB e setores do MDB, inimigos internos que deveriam ser combatidos, de acordo com a DSN. Um entrevistado relevou que além desses grupos opositores, essa chapa contou também com apoio da ARENA³²⁰, revelando o ecletismo político de Meira. O apoio do bispo foi explicitado quando impossibilitado de comparecer à cerimônia de posse, enviou uma carta de apoio a nova diretoria³²¹.

A ligação com Dom Waldyr e outros padres também foi uma das acusações elencadas pelos militares contra os diretores sindicais Edir Inácio e Genival³²² militantes do

³¹¹ Arquivo Nacional, Info 1216/69 de 31 de junho de 1969, 1º Exército, Relatório das atividades ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Volta Redonda e região, folha 17-18.

³¹² Arquivo Nacional, Ofício 92, PLN-D, de 17 de junho de 1969.

³¹³ Essa direção eleita ocupavam os principais cargos: Presidente: Wilton de Araújo Meira; Diretor Tesoureiro: Isnard Pereira Coutinho, Diretor –secretário: Genival Luiz da Silva. Sobre essa questão vide Monteiro (2005)

³¹⁴ Entrevista com Sérgio Murilo Braitto realiza em 12/12/2018.

³¹⁵ Arquivo Nacional, Conselho de Segurança Nacional, Secretaria Geral, Ato Institucional número 5, Processo 315.4, pag. 30, processo de Wilton Meira.

³¹⁶ Arquivo Nacional, Info 1216/69 de 31 de junho de 1969, 1º Exército, Relatório das atividades ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Volta Redonda e região, folha 15.

³¹⁷ Idem, folha 11 a 13.

³¹⁸ Idem, folha 02.

³¹⁹ Idem, folha 5.

³²⁰ Entrevista com Sérgio Braitto, 12/12/2018.

³²¹ Arquivo da Diocese de Barra do Piraí- Volta Redonda, carta de Dom Waldyr a Wilton Meira, 07 de novembro de 1968.

³²² Arquivo Nacional, Conselho de Segurança Nacional, Secretaria Geral, Ato Institucional número 5, Processo 55140, pagina 47, processo de Isnard Coutinho. Ministério do Exército, 1º exército, Info 131 de 18 de abril de 1969.

PCBR, corroborando nossa hipótese da ligação entre setores da Igreja e militantes de esquerda na região.

Os militares também espionaram a participação desses dois militantes no ‘Movimento Ação, Justiça e Paz’, acusando a direção do Sindicato de ter disponibilizado a estrutura do órgão e nomeado o diretor Genival da Silva como seu representante na organização desse movimento ³²³.

A exemplo do que fizera anteriormente com Dom Waldyr, o coronel Armênio preparou um minucioso relatório acusatório contra Meira que comprovaria suas atividades ‘subversivas’. Esse dossiê foi entregue ao comando do I Exército e incorporado ao processo que resultou na cassação dos seus direitos políticos. Nesse documento ele descreveu toda a atuação política de Meira desde 1964, quando se candidatou ao cargo de diretor social da CSN, classificando-o como um ‘agitador’ e ‘perturbador da ordem’, além de indicar suas ligações políticas com o clero progressista local, AP e políticos ‘subversivos’ e de esquerda, todos eles tendo suas atividades elencadas pelo militar: os vereadores Adelmo Andrade Junqueira e Lúcio Andrade, os deputados federais Jorge Said (MDB), Edézio Nunes (MDB), Ário Teodoro (MDB), Affonso Celso Ribeiro (MDB), Glênio Martins (MDB) e o senador Vasconcelos Torres (ARENA). Meira mantinha contatos inclusive com políticos da ARENA ³²⁴ e o coronel acusou todos de fazerem parte de uma articulação comunista para ferir a ‘ordem’, perturbar a ‘paz social’ e derrubar o regime instalado em 1964 ³²⁵.

O coronel Armênio representava exemplarmente o pensamento militar hegemônico. Enxergava nessa ligação ‘sindicalistas-clero-comunistas’ a origem da oposição ao regime e um dos problemas que deveriam combater:

*“As ligações manifestas entre políticos marcadamente revanchistas ou comunistas, os dirigentes sindicais e o clero rebelde à verdadeira doutrina de Cristo, constituem o arcabouço da ação antirrevolucionária que vem se desenvolvendo no País, pelos métodos da guerra revolucionária que vem se desenvolvendo no país e está à vista de todos”*³²⁶ (texto grifado).

O comandante do BIB encerra suas argumentações afirmando que,

“Toda a ação descrita nos documentos, revela nitidamente a ligação dos elementos que a praticaram com os movimentos internos e externos, obedientes a uma ideologia, a comunista, para a tomada do poder político. Nisso estão juntos na mesma escalada, os clérigos, os dirigentes sindicais e os políticos” ³²⁷.

A direção da Companhia Siderúrgica Nacional também envidou esforços para cassar essa diretoria sindical. Em um memorando secreto ³²⁸ do general Enez Garcez, Chefe da

³²³ Arquivo Nacional, Info 1216/69 de 31 de junho de 1969, 1º Exército, Relatório das atividades ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Volta Redonda e região, folha 19.

³²⁴ Essa questão também foi apontada por um entrevistado, Sergio Murilo Braitto, que afirmou que Meira se orgulhava dessa ligação com membros da Arena, que de certa forma, segundo o próprio Meira, lhe garantia uma relativa proteção. Entrevista com Sérgio Murilo Braitto realiza em 12/12/2018.

³²⁵ Arquivo Nacional, Info 1216/69 de 31 de junho de 1969, 1º Exército, Relatório das atividades ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Volta Redonda e região, folha 18.

³²⁶ Idem, folha 21.

³²⁷ IBid. Idem.

³²⁸ Arquivo Nacional, Companhia Siderúrgica Nacional, LSG/32/68. Memorando Secreto de 29 do julho do 1968. General Enez Garcez, Chefe da Linha de Serviços Gerais para coronel Carlos Gonçalves Penna, diretor industrial. Disponível em Arquivo Nacional, Conselho de Segurança Nacional, Secretaria Geral, Ato Institucional número 5,

Linha de Serviços Gerais, direcionado ao coronel Carlos Gonçalves Penna, Diretor Industrial, sustenta que haviam ligações de Meira com a AP, solicitando que fosse cassado. Ele solicitou ainda que o BIB investigasse esses fatos e o SNI fosse informado. Essa comunicação evidencia mais uma vez a articulação estabelecida entre o serviço secreto da CSN, cuja direção era composta por vários militares do BIB, e as redes de espionagem.

A Operação Gaiola, devidamente abastecida por fontes militares e da CSN, concretizou mais uma intervenção estatal nesta entidade classista justificada pelo fato de que, segundo os militares era um '(...) *sindicato de grande repercussão e importância na Segurança Nacional*'³²⁹. Essa operação extrapolou o meio estritamente sindical, atingindo também organizações políticas e culturais que atuavam na cidade. O relatório da CMV (2015) apontou que cerca de 40 militantes de diversas organizações políticas de esquerda que atuavam na região, como PCB, PTB e AP, além de católicos e sindicalistas.

Membros da Igreja foram presos nessa operação militar, incluindo cinco religiosos³³⁰. De acordo Gaspari (2002) o raciocínio militar era simples: um padre de esquerda era um esquerdista, não um padre, justificando sua detenção. Parlamentares, como os vereadores Lúcio Andrade³³¹ e Dercide Guimarães, e militantes que atuavam em projetos culturais, Bernardo Maurício, Lincoln Botelho³³² e Vicente Melo³³³, ligados ao bispo, também foram presos.

2.7. O 'IPM das Torturas' e o 'IPM das Subversões'

As tensões entre militares e Igreja local ganharam contornos muito graves com a decretação de dois IPMs pelos militares contra Dom Waldyr e setores progressistas do clero local a partir de 1969, constituindo-se no momento de maior atrito entre a Igreja e militares na região.

Os IPMs foram instituídos no início da ditadura militar constituindo-se no primeiro expediente na acusação dos opositores da ditadura (Alves, 2005) objetivando o combate ao 'inimigo interno', de acordo com o ideário da Segurança Nacional. Stein (1998) afirma que eles se direcionavam contra os setores sociais mais mobilizados politicamente capazes de se opor ao governo militar.

Os IPMs em linhas gerais não diferem dos inquéritos policiais comuns. Ele corresponde a fase da coleta de informações, da formulação de uma denúncia que possibilitava o julgamento de um acusado. Na ditadura militar ele ocorria sob a coordenação de um militar, que após coleta das provas as encaminhava para seu superior hierárquico, que por sua vez o direcionava ao Ministério Público da Justiça Militar, que instaurava o processo na Auditoria Militar, onde era julgado. Na CIEEx, Comissão de Investigação Sumária do Exército, três militares de alta patente se encarregam de montar o IPM e apresentar um relatório conclusivo,

Processo 315.4, processo de Wilton Meira. Relatório do Sindicato das Indústrias de Material Elétrico e Metalúrgicas de Volta Redonda e região, pag. 160 a 162.

³²⁹ Arquivo Nacional, Ofício 92, PLN-D, de 17 de junho de 1969.

³³⁰ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda. Levantamento realizado por Irmã Martha Dale em 12.03.96, em vista da entrega da Medalha Chico Mendes à Dom Waldyr. Jornal do Brasil, 14 de novembro de 1999.

³³¹ Esse vereador ficou preso cerca de dois meses. Segundo suas filhas, sua prisão ocorreu por ter se oposto a projetos que beneficiavam o BIB na Câmara Municipal e por conta de sua proximidade com Dom Waldyr. A prisão foi traumática, provocando uma depressão que o afastou da vida política Arquivo CMV-VR- Depoimento de Maria Inês Andrade Dalavia e Márcia Andrade, filhas de Lúcio Andrade.

³³² Entrevista com Lincoln Botelho, realizada em 20/06/16.

³³³ Entrevista com Vicente Melo, realizada em 13/12/17.

que após passar pelo crivo do ministro do Exército e da Justiça seguia para apreciação do Presidente da República. Depois do AI-5, isso foi simplificado: foi criada a Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, que apurava os delitos cometidos e enviava os relatórios para a presidência da República para aplicação do AI-5 (Fico, 2001: 114).

Wanderley (2014) destaca que os IPMs se constituíram em instrumentos legais para a eliminação dos ‘inimigos internos’ da ditadura. Era necessário silenciar todas as formas de oposição e enquadrar a sociedade à nova “ordem”. Como fator complicador, esses IPMs demoravam anos para serem julgados, obrigando os indiciados a ficarem presos por um longo período, sujeitos a desgastes físicos e psicológicos. Os IPM se respaldavam na Lei de Segurança Nacional. Em linhas gerais aqueles que foram abertos na região baseavam-se em acusações encontradas nos artigos 2 e 11 dessa lei:

*“Art. 2 Tentar: III - mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição...; IV- subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo; Art. 11. Fazer publicamente propaganda: a: de processos violentos para a subversão da ordem política ou social.”*³³⁴

Na maioria das vezes, acusavam os indiciados de serem ‘comunistas’, ‘subversivos’, ‘agitadores’, constando também participação em sindicatos, incitação de trabalhadores contra seus patrões, perturbação da ‘ordem’ entre outras acusações. Segundo o projeto Brasil Nunca Mais (1995), e percebemos isso em nossa pesquisa, havia um apelo exagerado, abusivo e banalizador da palavra “comunista”. Todos que não compartilhavam das ideias do regime eram nomeados por esse termo.

Essa narrativa anticomunista está presente na história do Brasil desde a implantação do Estado Novo em 1937, quando Getúlio Vargas a utilizou para justificar a implantação de sua ditadura alegando o risco de um novo golpe da ANL, depois da frustrada tentativa de 1935. Nascia assim o novo discurso da política repressiva, a partir da qual o ‘comunista’ deveria ser combatido, pois estava à serviço dos soviéticos (Dutra, 2012). Motta (2007) afirmou que essa tentativa de depor Vargas originou uma onda anticomunista que envolveu a criação do mecanismo de propaganda e combate ao comunismo que se enraizou nas narrativas da repressão.

O ‘comunismo’ era a designação ampla para toda a esquerda, era o ‘inimigo interno’ que colocava em risco a propriedade privada, a Igreja e o capitalismo. Wanderley (2014) afirma que essa figura do ‘inimigo interno’ foi introduzida na legislação de segurança nacional caracterizando qualquer indivíduo ou grupo atuante no país que fosse contrário ao governo militar. Esses termos ‘comunista’, ‘subversivo’ e ‘inimigo interno’, utilizados constantemente pelos militares, eram imprecisos e amplos, incluindo nessa taxação qualquer posição política que mostrasse contrária à linha de pensamento dos militares, deixando ao arbítrio do julgador definir quais atos seriam ofensivos à segurança do país, assegurando que qualquer opositor se encaixaria nesses rótulos.

Dom Waldyr e os ativistas políticos locais sofreram perseguições nesse viés. O bispo era constantemente qualificado como ‘subversivo’, ‘esquerdista’³³⁵, o ‘bispo vermelho’, promotor de atividades subversivas³³⁶ e da aproximação da Igreja com ideologias de esquerda:

³³⁴ Lei de Segurança Nacional, nº1802/53. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em 03/09/2018.

³³⁵ Arquivo Nacional, Info 1216/69 de 31 de junho de 1969, 1º Exército, Relatório das atividades ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Volta Redonda e região, folha 12.

³³⁶ Arquivo Nacional, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Serviço Estadual de Informações e Contrainformações, Ficha Individual 1432, Dom Waldyr Calheiros, 1969, pag. 130

“ (...) Como Bispo de Barra do Pirai/RJ, vem acobertando e favorecendo pelas mais diversas formas as atividades de esquerda”³³⁷, era a voz dos militares, que contavam com a aprovação da imprensa, empresários e políticos locais³³⁸, transformando-se em um mantra repetido constantemente³³⁹, que se prolongou até os anos de 1970, quando se esmeravam ainda em acusar as CEB’s de serem ponto de apoio e de infiltração de comunistas na Igreja³⁴⁰.

Essa questão da ligação da Igreja com os comunistas tornou-se uma obsessão para os militares da região. Preocupados com a atuação da diocese local e do bispo enxergavam o ‘fantasma comunista’ em todas as ações da Igreja. Em 1971, no auge da repressão política, essa sanha provocou a abertura de uma sindicância na Delegacia Regional de Barra do Pirai, cidade vizinha de Volta Redonda, para investigar denúncias de reuniões supostamente ‘subversivas’ com a participação de Dom Waldyr e padre Boaventura de Oliveira ocorridas no distrito de Vargem Alegre, pertencente a esse município fluminense³⁴¹.

Convocado para depor na Delegacia de Barra do Pirai³⁴² o bispo negou todas as acusações explicando que as reuniões tratavam de assuntos referentes a negociações para se efetivar a transferência de um Ginásio Escolar, pertencente a diocese e sob administração do padre Boaventura, para a prefeitura de Barra do Pirai. A questão foi analisada pelo delegado local, que não tendo provas cabíveis das denúncias de ‘subversão’, mas duvidando dos argumentos do bispo, encaminhou a questão para investigação do DPPS, na capital do estado, onde acabou sendo arquivada³⁴³. A simples transferência de um equipamento escolar da diocese para o Poder Público municipal local tornara-se um motivo de investigação para os agentes da repressão.

Ilustrando essa questão, em um ofício encaminhado ao comandante do 1º Exército, o general Tasso Villar de Aquino, comandante da Divisão Blindada, classificou o bispo como um ‘...inimigo interno perigoso e audacioso’³⁴⁴. Essas acusações dirigiam-se também a outros clérigos, como padre Sano, acusado nos anos de 1970, de visitar a Rússia comunista, sem ao menos nunca ter ido aquele país³⁴⁵, além de Natanael e Arnaldo, citados constantemente como ‘subversivos’.

A diocese era vista pelos militares como um ‘aparelho de subversão’. Em dezembro de 1969, usaram uma fita cassete apreendida com o jornalista italiano Caetano Criscenti e os brasileiros Jorge Alberto Badanzky, durante um acidente na rodovia Presidente Dutra, para acusar Dom Waldyr de estimular a ‘subversão’³⁴⁶. Essa fita continha uma entrevista concedida pelo bispo aos jornalistas, que seria publicada na Itália, com críticas aos militares.

Com esses dados colhidos em suas espionagens os militares montaram o que imaginavam ser um grande quebra-cabeças, o bispo atuava como um polvo que espalhava seus tentáculos em várias direções: segundo eles Dom Waldyr articulou uma rede de apoio na

³³⁷ Processo CIEEx n2 00209 - 30 Jan 69 Relatório – Acusações- Prontuário 33338/49-Waldyr Calheiros de Novais, pag. 8 e 13.

³³⁸ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal Sul do Estado, ‘Nem todos os padres estão de acordo com as ideias de Dom Waldyr’, de 18 a 31/01/1969.

³³⁹ Arquivo Nacional, Encaminhamento 07/77, de 23/04/1977, SSP/SESP/DGIE, Seção Regional VR

³⁴⁰ Arquivo Nacional, Informação 04/77, de 15/04/1977, SSP/SESP/DGIE, Seção Regional VR e Informação 05/77, de 15/04/1977, SSP/SESP/DGIE, Seção Regional VR.

³⁴¹ Arquivo Nacional, Secretaria de Segurança, Delegacia de Polícia da 4ª Região Barra do Pirai, Ofício 151/71, de 30 de junho de 1971.

³⁴² Arquivo Nacional, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Termo de Declaração prestado por Dom Waldyr Calheiros em 26 de maio de 1971, Delegacia de Barra do Pirai.

³⁴³ Arquivo Nacional, Despacho do Delegado Regional de Barra do Pirai, João Armondes Gonçalves, de 30 de junho de 1977.

³⁴⁴ Ministério do Exército, 1º Ex., Divisão Blindada, Ofício 114-E2, de 24 de junho de 1969, Prontuário 33338/49-Waldyr Calheiros de Novais, pag. 87.

³⁴⁵ Arquivo Nacional, Informe 06/77, de 25/04/1977, SESP/DGIE, Seção Regional VR.

³⁴⁶ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal A Voz de Barra Mansa, 20/12/1969.

Câmara Municipal de Volta Redonda³⁴⁷ composta pelos vereadores Lúcio Andrade, Leonel Dacol e Adelmo Andrade Junqueira; contava também com apoio do Sindicato dos Metalúrgicos e se estendia para além dos limites da diocese. Documentos do Cenimar, por exemplo, datados de 1971, acusam o bispo de insuflar a ‘subversão’ entre elementos do clero da diocese de Nova Iguaçu.

O caso mais emblemático dessas acusações contra o bispo e a diocese foi uma campanha difamatória liderada então comandante do BIB, coronel Armênio, com apoio de setores empresariais e políticos da região. Esse coronel afirmava que o bispo era um ‘falso católico’, se auto-intitulando um ‘verdadeiro católico’, seguidor doutrinas romanas³⁴⁸, ligado a um setor da Igreja, os conservadores, “... *minha Igreja é a de Dom Sigaud*”³⁴⁹. O mesmo argumento de identificar-se como um ‘verdadeiro católico’ também foi utilizado pelo coronel Adão Braz Chmielewsky, presidente do IPM das Torturas, que entregou um exemplar do catecismo católico a Genival da Silva para que fosse entregue ao bispo Waldyr para mostrar a ele, “... *que os verdadeiros católicos são estes.*”³⁵⁰.

Essa campanha iniciou-se com a detonação da Operação Gaiola. Respalhada pelo AI-5 e por um cenário político nacional favorável à repressão política, essa ação apoiou-se nos eventos ocorridos no mês anterior envolvendo a Igreja local e os militares nos episódios dos ‘20 anos da Declaração dos Humanos’, analisados anteriormente, e na atuação dos grupos de esquerda na região. Essas acusações serviram de base para a instauração do ‘IPM da Subversão’.

Em uma reunião pública realizada no BIB no dia 21 de janeiro de 1969³⁵¹, com a presença da imprensa local, empresários e líderes políticos, além de membros do clero (padres Abdon, José Antônio Kessler, Nobuo Sano, o único favorável a Dom Waldyr), o coronel Armênio Pereira lançou acusações contra a Igreja local e bispo com a apresentação de documentos supostamente ‘subversivos’ que comprovam suas denúncias.

Segundo Carneiro (s/d) era função do investigador compor um arsenal de informações que lhes possibilitassem isolar o inimigo, justificando assim o grande número de fotografias, correspondência particular, catálogos, periódicos, livros e objetos pessoais confiscados e anexados aos autos. Essa tática foi usada pelo coronel Armênio que reuniu fotos, livros, documentos e depoimentos que foram coletados ao longo do ano de 1968 em episódios monitorados pelos militares, como a celebração da Semana Santa, a comemoração dos 20 anos da Declaração dos Direitos Humanos e a montagem do presépio na Igreja de Santa Cecília. Alguns desses materiais foram apreendidos a partir da violação da correspondência pessoal de Dom Waldyr, segundo depoimento de Antônio Carlos Santini³⁵², que estava preso no quartel de Barra Mansa e presenciou esse evento.

³⁴⁷ Os militares ilustram que um exemplo típico exemplo da atuação desse grupo foi a tentativa de barrar a desapropriação da fazenda Três Poços, então pertencente à diocese, pelo município. Os militares indicaram que o interesse do bispo era instalar naquele local um centro de reunião e treinamento para atender seus objetivos ‘esquerdistas’. Depois de intensos debates na Câmara de Vereadores, o processo foi encerrado com a derrota do bispo e a desapropriação da fazenda pela prefeitura, administrada por Sávio Gama, declarado opositor de Dom Waldyr. Arquivo Nacional, Info 1216/69 de 31 de junho de 1969, 1º Exército. Relatório das atividades ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Volta Redonda e região, folha 12.

³⁴⁸ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal Sul do Estado, de 18 a 31/01/1969.

³⁴⁹ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta a Nunciatura de 10/09/1969 e Comunicado do Relatório de Volta Redonda, de 09/09/1969. Segundo revela esse documento, Dom Waldyr avaliou que os militares usaram o nome de Dom Sigaud para gerar contradição na Igreja, ‘*Há esse esforço de se jogar bispos e sacerdotes, uns contra os outros*’, afirmou o bispo na carta.

³⁵⁰ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Comunicado do Relatório de Volta Redonda, de 09/09/1969.

³⁵¹ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal Sul do Estado, de 18 a 31/01/1969 e jornal O Estado Ilustrado, de 26/01/1969.

³⁵² Arquivo CMV-VR, depoimento de Antônio Carlos Santini.

Essa campanha foi divulgada nos jornais locais, como o ‘Folha Mercantil’³⁵³, e o ‘Diário de Notícias’³⁵⁴, ‘Sul do Estado’, ‘O Estado Ilustrado’³⁵⁵, que associavam a imagens desses religiosos à subversão e ao comunismo, publicizando as argumentações do coronel e apresentando uma versão favorável aos militares³⁵⁶. Dom Waldyr percebeu essa tática do coronel Armênio de incriminá-lo publicamente com apoio da imprensa local e denunciou ao Núncio³⁵⁷ e aos bispos brasileiros³⁵⁸.

Na grande imprensa nacional Dom Waldyr também sofreu críticas, que partiram de Nelson Rodrigues em sua coluna ‘Confissões de Nelson Rodrigues’ com uma série de crônicas³⁵⁹ e de Gustavo Corção em sua crônica ‘Dialogando com meu pastor’, em 27 de janeiro de 1972, no jornal O Globo³⁶⁰. Essas críticas foram rebatidas com veemência por Sobral Pinto em uma longa carta de treze páginas, em que defende Dom Waldyr e sua prática pastoral. Essa carta sigilosa foi enviada para Corção com cópia para Dom Eugênio Sales e Dom Waldyr³⁶¹.

Políticos locais como Marcelo Drable, prefeito de Barra Mansa, Ruy Andrade, presidente da Câmara Municipal de Barra Mansa, Carlos Leite Gomes, diretor da Cobrapi, empresa subsidiária da CSN, Manoel Pereira da Mota Pinto, presidente da Câmara Municipal de Barra do Pirai e Sávio Gama, prefeito de Volta Redonda, aproveitaram-se da oportunidade para expor suas críticas contra Dom Waldyr, acusando-o de ‘perturbar a paz na região’, ‘disseminar o ódio entre as classes’³⁶² além de explorar a pobreza³⁶³.

Não enxergavam seus detratores que o bispo não era comunista. Isso fica claro em muitos de seus posicionamentos públicos. Ele nunca se assumiu como marxista ou comunista. Dom Waldyr era um ‘príncipe da Igreja’ e como todo bispo, ocupava um lugar de destaque na hierarquia católica, responsável pelo governo da Igreja Particular sob sua jurisdição. Era a autoridade católica máxima nesse espaço, agia em nome da Igreja-Instituição, e em diversos momentos usou dessa prerrogativa. Exatamente por isso tinha autonomia para agir e não sofria oposição aberta dos outros bispos, mesmo os que se opunham a seu trabalho. Ele optou por ser um ‘defensor’ dos direitos humanos e dos ‘pobres’, visto por ele e pelos adeptos da TdL como os explorados de um sistema injusto.

Em nome dessa defesa, transitava em diversos movimentos e tendências políticas, articulando-se com grupos de direita e, sobretudo com grupos de esquerdas, inclusive as

³⁵³ Arquivo Nacional, “CMTE do BIB: tenho provas que o bispo é extremista e agitador” In Jornal Folha Mercantil, número 23, de 15 de agosto de 1969 e “Bispo prestou depoimento ontem no IPM” In Folha Mercantil, número 22, 08 de agosto de 1969.

³⁵⁴ Arquivo Nacional, “Comandante do BIB diz que o bispo é extremista”, In Jornal Diário de Notícias, de 15 de agosto de 1969, e ‘Bispo se ofereceu preso em Barra Mansa’, de 15/01/1969.

³⁵⁵ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, ‘Bispo Subversivo’, Jornal O Estado Ilustrado’, de 26/01/1969.

³⁵⁶ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal Sul do Estado, 18 a 31/01/1969.

³⁵⁷ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta ao Núncio Apostólico de 18/08/1969.

³⁵⁸ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Relatório enviado aos Bispos brasileiros em 01/01/1970.

³⁵⁹ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, jornal O Globo, de 21/01/69. Nelson Rodrigues publicou quatro crônicas entre setembro de 1968 e janeiro de 1969 criticando e ironizando Dom Waldyr, as crônicas foram ‘Daria seu reino, não por um cavalo, mas por chica-bom’ e ‘Inocente útil, bobo ou criminoso’. Em plena ditadura, elas foram rebatidas por padre carioca, Helvídeo Martins, que reivindicou direito de defesa e cuja carta foi publicada no mesmo carioca em 31/12/69, jornal o Globo, 31/12/1969.

³⁶⁰ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, jornal O Globo, de 27/01/1972. Em uma crônica anterior, publicada no dia 27 de julho de 1969, Gustavo Corção já havia criticado Dom Waldyr na crônica ‘O meta protestantismo de alguns padres’. Jornal O Globo, de 27/06/1968.

³⁶¹ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, carta de Sobral Pinto a Gustavo Corção em 28/01/1972, carta de Sobral Pinto a Dom Waldyr em, 05/02/1972 e carta de Sobral Pinto a Dom Eugênio Sales em, 05/02/1972.

³⁶² Arquivo Nacional, Relatório do IPM 858 instaurado para apurar atividades subversivas envolvendo Dom Waldyr Calheiros de Novais e outros, de 1º de dezembro de 1969.

³⁶³ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, ‘Bispo faz carga sobre comandante do BIB em circular divulgada em várias Igrejas da região’, Jornal Sul do Estado, de 18 a 31/01/69.

revolucionárias. Fazia isso não por uma posição ideológica pautada na luta de classes e na derrubada revolucionária do capitalismo, mas no intuito de lutar contra a ditadura e seus males, em favor dos ‘pobres’ e ‘oprimidos’, seu discurso era muito mais freiriano do que marxista.

Ilustrativo dessa questão foi a sua recusa em participar em 1968 das cerimônias, incluindo uma missa, em homenagem às vítimas da ‘Intentona Comunista’. Essas comemorações oficiais, segundo Motta (1997), se transformaram em eventos privilegiados de difusão do anticomunismo. Dom Waldyr se recusou a celebrar essa missa, não por que fosse comunista ou se opunha a realização do evento, considerava uma cerimônia justa, mas se recusou a participar pois Sávio Gama, prefeito de Volta Redonda, seu inimigo político, com quem disputava a posse de terras no município, estaria presente³⁶⁴.

Outro momento esclarecedor foi quando ao defender padre Natanael e os jovens da Judica, presos em 1967, alegou: “*A repressão extrema, creio foi desproporcional ao gesto juvenil e exaltado dos rapazes*” e continua “... *eles não são um ‘padre Alípio’*”³⁶⁵. Dom Waldyr se referiu ao padre Alípio Cristiano de Freitas, sacerdote católico, que nos anos de 1960 aderiu à luta armada. Ele militou nas Ligas Camponesas nos anos de 1960, na AP e no PRT³⁶⁶. Abandonou o sacerdócio em 1962 e dedicou-se à militância política contra a ditadura. Na luta revolucionária organizou campos de guerrilha em Goiás e Mato Grosso e expropriações a bancos. Permaneceu preso entre 1970 e 1979. Padre Alípio representa o radicalismo católico que rompeu com a Igreja em adesão ao comunismo. Ao fazer essa observação, o bispo pretendia manter distância desses posicionamentos radicais e amenizar a punição aos jovens diocesanos.

O bispo também possuía uma narrativa anticomunista. Criticava tanto o capitalismo, “... *que tem como objeto o lucro, a produção e não as pessoas*”, como o comunismo, “... *mascarado de falso interesse coletivo, que lança suas garras de escravidão ameaçadoras*”³⁶⁷. Em diversos comunicados públicos condenava o comunismo soviético. Dom Waldyr advogava uma via intermediária entre o socialismo e o capitalismo, de acordo com a tradição da Igreja, defendendo um modelo democrático. Seu apoio ao PT, desde sua fundação, ilustra essa questão.

Apesar desses posicionamentos, as acusações dos militares eram intimidatórias. No ‘IPM da subversão’ foi acusado de apoiar a luta armada em uma homilia proferida na celebração de lançamento do movimento ‘Ação, Justiça e Paz’, no dia 08/12/1968, no Centro Social Santa Cecília, mas ele negou veementemente. Naturalmente não poderia assumir esse posicionamento em tais circunstâncias, seria se auto incriminar³⁶⁸.

Sua reação a esses ataques do coronel Armênio tornou-se mais clara com a publicação de uma carta direcionada aos diocesanos em 19 de janeiro de 1969³⁶⁹, que foi criticada por um jornal local³⁷⁰, alinhado aos militares. Nessa carta ele esclarece que os documentos reunidos pelo coronel eram totalmente falsos, incluindo um telegrama da ‘Ação Católica’ da paróquia Nossa Senhora de Copacabana, da qual fora pároco antes de ser indicado bispo de Volta Redonda, assinada pelo senhor Mário Furtado, parabenizando o coronel por sua atuação no caso Judica. Dom Waldyr esclareceu essa questão, afirmando que esse movimento da Ação Católica na verdade não existia nessa paróquia e sequer o citado senhor existia.

³⁶⁴ ³⁶⁴ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta de Dom Waldyr ao Coronel Armênio Pereira, em 27/11/1967.

³⁶⁵ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta de Dom Waldyr ao Ministro Gama e Silva, em 13/01/1968.

³⁶⁶ Padre Alípio escreveu sua biografia política ‘Resistir é preciso’. (Freitas, 1981)

³⁶⁷ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, sugestão para as pregações de 07 de setembro de 1969

³⁶⁸ Arquivo Aperj, IPM da Subversão, pag. 09.

³⁶⁹ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda. Carta aos Diocesanos em 19.01.1969.

³⁷⁰ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, ‘Bispo faz carga sobre comandante do BIB em circular divulgada em várias Igrejas da região’, Jornal Sul do Estado, 18 a 31/01/69.

Outra falsa acusação levantada pelo coronel foi a filiação de Dom Waldyr à Ação Popular desde 1948, algo impossível de acontecer porque segundo o bispo (e ele estava correto), esse movimento surgiu somente na década de 1960. Outra inconsistência levantada pelo bispo foi sua vinculação a um suposto movimento da esquerda revolucionária por conta da apreensão de diversas revistas intituladas ‘Revolución e Cristianismo’, publicada por um movimento ligado ao padre Camilo Torres, sacerdote revolucionário colombiano que aderiu a luta armada nos anos de 1960 em seu país. O bispo esclareceu que essa publicação foi enviada a todo o episcopado nacional, não caracterizando dessa forma nenhuma adesão política a propostas de enfrentamento armado.

Nessa carta em que refutou a veracidade de tais documentos o bispo justificou sua posição: “*Vocês hão de compreender que eu não poderia aceitar que nossos diocesanos presos por causa da Igreja e do Bispo, ficassem abandonados por este mesmo Bispo e Igreja que pediu sua colaboração*”³⁷¹.

Como a maioria das ações do bispo, a leitura dessa carta também foi acompanhada pelos agentes de espionagem³⁷² Para desmentir as denúncias apresentadas, Dom Waldyr se apresentou ao quartel em janeiro de 1969 e pediu esclarecimentos ao coronel acerca das acusações levantadas contra ele e declarou-se preso em solidariedade aos seus diocesanos detidos por conta de ligações com ele, assumindo assim a responsabilidade pelos eventos que os levaram à prisão.

Em diversos outros documentos coronel Armênio teceu críticas ácidas contra o bispo. No dossiê apresentado sobre as ações de Wilton Meira³⁷³, presidente do Sindicato que ele pretendia enquadrar no AI-5, o coronel relatou as mudanças que percebeu no diocese e na orientação do clero local com a chegada de Dom Waldyr, alinhando-os contra o regime instalado em 1964, posição compartilhada pelo general Enez Garcez, chefe da divisão de segurança da CSN³⁷⁴, outro crítico costumaz do bispo.

O bispo era detestado pelos militares locais que alimentavam uma obsessão em indiciá-lo. Serbin (2001) o aponta como um dos bispos mais odiado pelos militares. A senhora Marisa Bedê, esposa do professor Bedê, observou isso ao visitar seu marido que se encontrava preso nesse batalhão em 1969. Ela relata que havia um retrato de Dom Waldyr afixado na parede. Ao perguntar ao oficial militar sobre esse retrato, obteve a resposta de que era para que os presos não se esquecessem do o bispo³⁷⁵. Outro fato que revela essa perseguição foi a demissão do então Delegado Regional do Trabalho, senhor Palmir Silva, em novembro de 1968, por ter convidado Dom Waldyr para benzer a sede desse órgão³⁷⁶.

Outra questão controversa em que o bispo se posicionou contra os militares foram as denúncias de torturas envolvendo o dirigente sindical Genival Luis da Silva. Esse caso constitui-se em um dos emblemáticos ocorridos no quartel de Barra Mansa e ensejou denúncias de Dom Waldyr sobre as torturas promovidas nessa unidade militar. Genival, como narrado anteriormente, era diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, militante do PCBR e amigo de Dom Waldyr. Ele foi inicialmente preso no primeiro desdobramento da Operação Gaiola, permanecendo recluso durante quase três meses, entre dezembro de 1968 e março de 1969.

³⁷¹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda. Carta aos Diocesanos em 19.01.1969.

³⁷² Arquivo Nacional, Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Setor de Informações, P2. Informação 10/1969, de 22/01/1969.

³⁷³ Arquivo Nacional, Info 1216/69 de 31 de junho de 1969, 1º Exército, Relatório das atividades ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Volta Redonda e região, folha 18.

³⁷⁴ Arquivo Nacional, Relatório do IPM 858 instaurado para apurar atividades subversivas envolvendo Dom Waldyr Calheiros de Novais e outros, de 1º de dezembro de 1969.

³⁷⁵ Arquivo CEMESF, Arquivo Pessoal de Genival da Silva, Depoimento de Marisa Bedê para a Secretaria de Anistia do Ministério da Justiça.

³⁷⁶ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Jornal do Brasil, de 22/11/1968.

Após ser libertado dessa primeira detenção articulou juntos com Meira e Edir Inácio, outros diretores cassados, a retomada de seus cargos no Sindicato da categoria, inclusive estabelecendo contatos com o Ministério da Justiça, como abordamos anteriormente, mas em consequência dessa tentativa, foi novamente preso entre abril e junho de 1969, quando foi submetido a torturas, que o levaram inclusive a sofrer uma internação hospitalar que durou seis meses.

O bispo teve conhecimento dessas torturas por meio de cartas e bilhetes enviados por Genival³⁷⁷, e por esse motivo, foi visitá-lo no hospital argumentando que iria ministrar a extrema-unção a ele³⁷⁸. Genival relata que essa visita de Dom Waldyr garantiu sua sobrevivência, pois segundo seu depoimento, os militares pretendiam assassiná-lo³⁷⁹.

O bispo denunciou as torturas contra Genival enviando uma carta ao Comandante da Divisão Blindada, em dia 05 de julho de 1969, assinada por ele e dezesseis padres diocesanos³⁸⁰ solicitando investigação sobre as torturas no BIB, além de tornar públicas essas denúncias em uma carta endereçada aos fiéis, lida nas paróquias da diocese.

Os militares reagiram a tais denúncias e instalaram um IPM contra o bispo e os religiosos que assinaram a carta, o 'IPM das Torturas', para apurar as denúncias a respeito das torturas aos presos políticos.

A denúncia baseou-se nos depoimentos de Genival Luís da Silva³⁸¹ e Vitor Martins Pedroso, preso comum³⁸². Os dois denunciaram como torturadores o tenente Dulene Aleixo Garcez, 2º tenente Júlio César Durão Pereira, o sargento Milton José Pires e os investigadores Carlos da Silva Campos e Dário Piedade Torres³⁸³.

As sessões desse IPM ocorreram abertas ao público na Câmara Municipal de Barra Mansa. Segundo o Relatório da Comissão Municipal da Verdade houve a participação de 119 testemunhas, incluindo militares e 42 pessoas que estiveram presas no BIB. Desse total somente duas, Genival e Vitor confirmaram as torturas a que foram submetidos no BIB. Em nossa análise, o receio de uma retaliação dos militares, pois torturadores depuseram nesse processo, contribuiu para que essas pessoas não confirmassem as torturas.

Diante dessas acusações Dom Waldyr, lançou uma carta aos bispos brasileiros relatando os acontecimentos. Nela ele avaliou que as diferenças entre progressistas e conservadores eram circunscritas ao âmbito interno da Igreja e a sua defesa enquanto membro do colegiado episcopal era fundamental para manter sua unidade da instituição. Ciente de que os bispos estavam divididos entre os que lhe eram solidários e aqueles que defendiam um acordo com o regime, Dom Waldyr se articulou para vencer essa resistência defendendo que não se tratava apenas uma perseguição pessoal, mas o que estava em jogo era a posição da Igreja enquanto instituição³⁸⁴.

³⁷⁷Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, carta de Genival a Dom Waldyr. Bilhete de Genival da prisão a Dom Waldyr, em 07 de julho de 1969. Levantamento realizado por Irmã Martha Dale em 12.03.96. Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda.

³⁷⁸Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, bilhete de Genival a Dom Waldyr, 07/07.

³⁷⁹Essa posição também é sustentada por padre Sano. Arquivo da CMV-VR, depoimento de Genival da Silva e padre Sano.

³⁸⁰Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, carta de Dom Waldyr e 11 padres ao General Tarso Villar, comandante da Divisão Blindada, em 05 de julho de 1969.

³⁸¹Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, carta de Genival a Dom Waldyr, em 07 de julho de 1969.

³⁸²Arquivo BNM Digital, prontuário de Genival Luiz da Silva.

³⁸³Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal Estado de São Paulo, 30/09/1971.

³⁸⁴Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Relatório enviado aos Bispos e ao Núncio em 08 de novembro de 1969, Carta ao Núncio em 18/01/1969 e Carta aos Bispos em 17/08/1969, 13/10/196 e 01/01/1970.

A carta foi enviada a bispos das mais variadas posições políticas³⁸⁵. O resultado foi animador, ele contou com apoio da Comissão Central da CNBB que divulgou uma carta de apoio³⁸⁶ com a assinatura inclusive dos bispos conservadores Dom Eugênio Sales, Dom Vicente Sherer, Dom Agnelo Rossi e o Nuncio Umberto Mozzoni que segundo Sobral Pinto estava indignado com o tratamento dispensado a Dom Waldyr³⁸⁷. Mais de cinquenta bispos, incluindo os notadamente conservadores responderam a Dom Waldyr, hipotecando apoio político, além de uma declaração conjunta dos bispos do Regional Nordeste I³⁸⁸ e uma declaração da conferência episcopal norte-americana, a United States Catholic Conference- Latin American Bureau³⁸⁹.

Para acompanhar esse IPM Dom Waldyr solicitou ao coronel Moacyr, presidente do IPM, que permitisse que um sacerdote representando a CNBB acompanhasse o seu andamento³⁹⁰. A exigência dos militares era de que não fosse ninguém da diocese, evidentemente um aliado de Dom Waldyr poderia lhes trazer problemas. O Nuncio Dom Umberto Mozzoni indicou Dom José Castro Pinto, bispo- auxiliar do Rio de Janeiro, alinhado aos conservadores e detentor de perfil que favorecia as negociações com os militares. Ficou estabelecido ainda, que no impedimento de Dom José de Castro em acompanhar alguma fase do processo, esse papel seria exercido pelo Vigário Geral do Rio de Janeiro, Monsenhor Teixeira³⁹¹. Era uma forma também do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara, um dos mais influentes cardeais brasileiros, acompanhar todo o processo e evitar ‘excessos’ de Dom Waldyr, pois como maior arquidiocese do Setor Leste I³⁹², o Rio de Janeiro deveria zelar pelas dioceses sob sua jurisdição.

Dom Castro tinha a simpatia pessoal de Dom Waldyr, pois já haviam atuado juntos na Arquidiocese do Rio de Janeiro, mas as semelhanças paravam por aí. O primeiro era alinhado aos setores conservadores do clero e apostava em uma tática de não enfrentamento com os militares, enquanto que Dom Waldyr, enfrentava seus opositores com determinação.

O estilo Dom Castro Pinto foi mostrado em sua primeira intervenção junto aos militares. Em uma das primeiras cartas dirigidas a Dom Waldyr, ele informou que havia intercedido junto aos militares para que o caso fosse solucionado brevemente. Esse bispo adotou uma postura de diálogo com os militares, acreditando que eles tinham boa vontade em apurar as denúncias. Seu posicionamento revela sua preocupação de que a autoridade de Dom Waldyr fosse respeitada pelos chefes militares e, ao mesmo tempo, trabalhava para que este episódio não se aprofundasse e trouxesse consequências mais graves nas relações entre Igreja e Estado.

³⁸⁵ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta a Nunciatura, de 10/10/1969. Relatório enviado ao episcopado em 15/10/1969, Carta a Dom Aloisio Lorscheider em 17/10/1969, Relatório enviado ao Nuncio e bispos em 08/11/1969.

³⁸⁶ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta da Comissão Central da CNBB em 20/09/1969 e em 16/12/1969.

³⁸⁷ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, carta de Sobral Pinto a Dom Waldyr e, 06/12/1969.

³⁸⁸ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Secretariado Regional Nordeste I, de 16/01/1970.

³⁸⁹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta da United States Catholic Conference- Latin American Bureau-Division for Latin American, Department of International Affairs de 29 de julho.

³⁹⁰ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Dom Waldyr a Dom Aloísio Lorscheider em 17 de outubro de 1969.

³⁹¹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Relatório enviado aos Bispos e ao Nuncio em 08 de novembro de 1969.

³⁹² A Igreja Católica no Brasil é organizada por circunscrições eclesiais, atualmente é composta por 18 regionais. O Leste 1 foi criado em 1952 e engloba o Estado do Rio de Janeiro, sendo composto pela Arquidiocese do Rio de Janeiro (sede) e pelas dioceses de Barra do Piraí-Volta Redonda, Duque de Caxias-São João de Meriti, Itaguaí, Nova Iguaçu e Valença, além da Arquidiocese de Niterói (sede) e as dioceses de Campos dos Goytacazes, de Petrópolis, de Nova Friburgo e a Administração Apostólica São João Maria Vianney. Disponível em <http://www.cnbb.org.br/regional-leste-1-nasceu-em-1952-junto-com-a-cnbb-que-teve-sua-sede-no-rio-por-25-anos/>, acesso em 24/02/2018.

Adotou uma linha conciliatória pautada pelo diálogo e entendimento como pretendido pela hierarquia eclesial³⁹³.

Esse tom de diálogo pretendido por Dom Castro não foi bem recebido pelo ‘velho’ Waldyr. Para ele os militares, em seu encaixe há alguns anos, não mereciam confiança e diálogo. Em carta a Dom Aloísio Lorscheider, declara:

“Uma coisa, porém, estou certo é que Dom Castro Pinto dificilmente sairá de seu ponto de vista de que os militares estão com reta intenção de apurar a verdade. Isto é sério porque irá querer que eu continue fazendo mais concessões a esta gente eu não estou disposto a dar mais atenção. Basta! Estou saturado!”³⁹⁴.

Esse primeiro IPM terminou arquivado por Osiris Josephson, procurador militar responsável pelo processo. Alegando a negação da prática de tortura pela maioria dos inquiridos, apesar das marcas físicas das torturas apresentadas por Genival, o IPM foi finalizado com parecer desfavorável ao bispo, desmentindo suas denúncias. Segundo o juiz da 2ª Auditoria do Exército, Helmo Sussekind, o pedido do procurador foi acatado alegando falta de provas: ‘*Em face da conclusão das diligências, não constatou a existência de torturas*’³⁹⁵. Esse fato foi noticiado pela grande imprensa do país³⁹⁶ comprovando que Dom Waldyr era uma figura pública de expressão nacional.

O segundo processo, o ‘IPM da subversão’³⁹⁷, constituiu-se em uma represália às denúncias do bispo que resultaram no primeiro IPM. O juiz da 2ª Auditoria do Exército, Helmo Sussekind, que julgou a improcedência das denúncias de Dom Waldyr, indicou a abertura desse IPM com resultado das conclusões do IPM anterior³⁹⁸.

Esse processo tinha por objetivo incriminar o bispo e padres locais, dezesseis no total, qualificando-os como ‘subversivos’ e ‘perigosos à ordem pública’. Nos relatórios desse IPM³⁹⁹ os militares apontam ações consideradas subversivas de Dom Waldyr e de 16 padres diocesanos, expondo acusações contra todos os envolvidos, demonstrando que os agentes de espionagem acompanhavam minuciosamente as atividades da Igreja Diocesana. Esse IPM⁴⁰⁰ também explorava questões morais, que incluíam denúncias acerca do ‘comportamento inadequado’ que incluíam relacionamentos amorosos mantidos por padres, que não citaremos nomes aqui por fugir ao objetivo dessa tese. Outros sacerdotes, como o padre Alcino Camatta, foram acusados de ministrar palestras sobre educação sexual em sua paróquia, o que para os militares era um absurdo. Acusações nesse tom eram comuns contra os padres locais. O bispo relatou ao Núncio várias as acusações desse nível envolvendo padres locais que supostamente tinham namoradas, abusavam de moças, além de ‘irregularidades morais’ de vários padres⁴⁰¹.

³⁹³ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Dom José Castro Pinto a Dom Waldyr Calheiros, de 21/11/1967.

³⁹⁴ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Dom Waldyr a Dom Aloísio Lorscheider em 17 de outubro de 1969.

³⁹⁵ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Jornal Correio da Manhã, de 02/10/71.

³⁹⁶ Nos arquivos da Cúria encontramos reportagens dos jornais O Globo, Correio da Manhã, Estado de São Paulo, Diário de Notícias em suas edições do dia 02/10/1971 reportando essa notícia.

³⁹⁷ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda Relatório da Cúria Diocesana sobre o IPM instaurado contra Dom Waldyr e 16 sacerdotes.

³⁹⁸ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Jornal Correio da Manhã, de 02/10/71.

³⁹⁹ Arquivo Nacional, Relatório do IPM 858 instaurado para apurar atividades subversivas envolvendo Dom Waldyr Calheiros de Novais e outros, de 1º de dezembro de 1969.

⁴⁰⁰ Arquivo Nacional, Relatório do IPM 858 instaurado para apurar atividades subversivas envolvendo Dom Waldyr Calheiros de Novais e outros, de 1º de dezembro de 1969, pag. 17 a 19.

⁴⁰¹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Relatório enviado ao Núncio e aos bispos brasileiros em 08/11/1969.

Essa era uma das formas desqualificar o clero local, além de interpelar e questionar a autoridade e a condução a diocese por Dom Waldyr. O objetivo era desmoralizar a Igreja.

Padre Arnaldo Werlang, que mais tarde se envolveu nos episódios de formação da Frente Operária, foi inquirido por distribuir os panfletos “Como andam seus direitos”, alusivos aos direitos dos trabalhadores em Volta Redonda, em dezembro de 1968, e padre Bernardo Thus foi questionado por criticar o regime em uma missa de 7º dia, em que celebrou de portas fechadas, em protesto contra os militares⁴⁰².

Sobre Dom Waldyr esse IPM elencou sua participação nos episódios da Judica, a recusa em celebrar missa em homenagem aos quatro anos de ‘Revolução de 1964’, o ‘auto da Semana Santa’, o lançamento do movimento ‘Ação, Justiça e Paz’, homilia proferida por Dom Waldyr sobre prisão de religiosos em Belo Horizonte, montagem de presépio na Igreja de Santa Cecília todos ocorridos em 1968⁴⁰³.

Nesse IPM os padres foram acusados de ofender moralmente as autoridades militares locais, prestar solidariedade a ‘subversivos’ presos e incitar a população contra as Forças Armadas. Os arrolados foram monsenhor Theóphilo Barreto e os padres Bernardo Thus, Arnaldo Werland, Arnaldo André Dreiffinkamp, Manoel Pedrosa, Alcindo Camatta, Natanael de Moraes Campos, Nobuo Sano, Giácomo Tomasi, Eugênio Derweijen, José Tarcisio de Oliveira, Hilário Canal. Otávio Vinícius Roscoe, Edson Zandonati, Boaventura de Oliveira e Paulo José Penteadó Alvarenga⁴⁰⁴.

Um dos advogados de defesa foi Sobral Pinto, um dos mais renomados do país, que apostava na absolvição dos acusados⁴⁰⁵ e se disponibilizou a atuar gratuitamente. Além da frente jurídica ele articulou também uma defesa política. Em uma carta confidencial enviada a Nelson Sampaio, Procurador Geral da República ele anexou a cópia de uma carta que vários bispos enviaram Dom Waldyr, demonstrando sua solidariedade a ele, advertindo-o das consequências da condenação de um bispo:

*“... tenho em mira, apenas, informá-lo do que poderá vir a ser, em matéria de escândalo e repercussão vexatória para a Justiça Militar, o gesto de fazer sentar no banco dos réus um Bispo da Igreja Católica pode ter consequências calamitosas imprevisíveis. Tenho para mim que o Episcopado Nacional levantar-se-á, indignado e revoltado contra tal ato tão insensato. Não sei mesmo se S. Santidade, o Papa Paulo VI suportará uma afronta desta categoria”*⁴⁰⁶.

Propõe um acordo entre o governo brasileiro e a Igreja para resolver esse caso, solicitando que militares e Dom Waldyr iniciem ações nesse sentido⁴⁰⁷. Sobral movimentou um

⁴⁰² A denúncia contra o padre foi perpetrada por Wilson Faria, irmão do falecido. Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Relatório do 2º IPM, o ‘IPM das Subversões’. Padre Bernardo celebrava uma missa de 7º dia e decidiu fechar as portas da Igreja em protesto aos militares.

⁴⁰³ Arquivo Nacional, Relatório do IPM 858 ‘IPM das Subversões’, instaurado para apurar atividades subversivas envolvendo Dom Waldyr Calheiros de Novais e outros, de 1º de dezembro de 1969.

⁴⁰⁴ Arquivo Nacional, Relatório do IPM 858 instaurado para apurar atividades subversivas envolvendo Dom Waldyr Calheiros de Novais e outros, de 1º de dezembro de 1969.

⁴⁰⁵ O outro advogado foi Lino Machado Filho, que já havia atuado em outros processos em favor da diocese. Um outro escritório de advocacia, comandando por Estanislau Fragoso Batista também se disponibilizou a defender gratuitamente bispo. Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, carta de Sobral Pinto a Dom Waldyr, em 10/12/1969. Carta de Lino Machado Filho a Dom Waldyr em 12/12/1969 e Carta de Estanislau Fragoso Batista a Dom Waldyr em 10 de janeiro de 1970.

⁴⁰⁶ Arquivo da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Sobral Pinto a Sílvio Barbosa Sampaio, Subprocurador Geral da Justiça Militar, em 10/12/1969.

⁴⁰⁷ Arquivo da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Sobral Pinto a Nelson Sampaio, Procurador Geral da República, em 19 de dezembro de 1969 e a Dom Waldyr em 20/12/1969.

jogo de forças, incluindo o Procurador Geral da Justiça Militar, Nelson Sampaio, com quem discutiu a questão e advertiu:

“É mister que Vocês não confundam o Bispo com o Sacerdote. Aquele é na Igreja Católica, o sucessor dos apóstolos. Ele é, na sua Diocese, quasi (sic), como o Papa é para a Igreja Universal. Não desejo ver a minha Pátria e a minha Religião em regime de calamidade. Daí a insistência das minhas ponderações”⁴⁰⁸.

Enviou também uma carta de mesmo teor para o procurador responsável pelo caso, Osiris Josephson mostrando quem era Dom Waldyr e alertando para o risco de “acusar *de comunismo e agitador um Bispo da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo*”, alegando que o bispo atuou e consonância com a DSI⁴⁰⁹.

Por outro lado, membros do clero atuaram como testemunhas de acusação nesse IPM, como monsenhor Clemente Muller, monsenhor Ludovico Sanuch, padre José Antônio Kessler, padre José Wirwinsky, padre Francisco Foit, monsenhor Ernest Juchly e padre Euler Alves Pereira⁴¹⁰, comprovando que um setor do clero se opunha ao projeto e assumiu publicamente essa oposição. Esses padres foram convocados pelo coronel Moacyr Pereira, encarregado desse IPM, para se aproveitar das fraturas internas da Igreja. Dom Waldyr denunciou essa artimanha dos militares de colocar esses padres contra o bispo⁴¹¹. Políticos locais, militares como coronel Armênio Pereira, tenente-coronel Gladstone Pernasseti, general Enez Garcez além de funcionários públicos, profissionais liberais e comerciantes também depuseram conta os indiciados. Muitos desses depoentes se assumiam como católicos e participantes de grupos da Igreja⁴¹².

Outra ação de enfrentamento de Dom Waldyr com os militares foi quando ao ser intimado para depor nesse IPM, ele tomou uma atitude ousada e negou-se a comparecer nesse segundo interrogatório⁴¹³. Segundo sua alegação em um primeiro depoimento ele depôs por mais de 20 horas no BIB e se não foi suficiente esse depoimento, não iria de novo se prestar a esse papel. Esclarecemos que essa atitude de Dom Waldyr não foi tomada de forma impulsiva, individual e voluntarista, mas foi respaldada pelo apoio do Núncio, Dom Umberto Mozzoni, como veremos adiante. A atitude do bispo gerou incômodo nos meios militares.

Esse IPM foi arquivado novamente em 1971 pelo mesmo procurador militar do IPM anterior Osiris Josephson, que não se dispôs a arcar com os custos da condenação de um bispo, inédita na Justiça Militar. Ele avaliou a inconsistência das denúncias e o risco de acusar uma autoridade eclesiástica com o peso político de Dom Waldyr, justificando sua posição apresentando as consequências da condenação do bispo. Certamente pesou em sua decisão as argumentações de Sobral Pinto.

A condenação também atrairia a solidariedade de outros prelados para a causa de Dom Waldyr. Como vimos ele se comunicava constantemente com a Nunciatura e a CNBB, enviando inclusive cartas nominais aos bispos brasileiros. O procurador sugeriu como medida para se resolver a questão, o afastamento do bispo e dos padres indiciados da diocese de Volta

⁴⁰⁸ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta de Sobral Pinto a Nelson Sampaio em 19/12/1969.

⁴⁰⁹ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta de Sobral Pinto a Osiris Josephson em 10/12/1969.

⁴¹⁰ Arquivo Nacional, Relatório do IPM 858 instaurado para apurar atividades subversivas envolvendo Dom Waldyr Calheiros de Novais e outros, de 1º de dezembro de 1969.

⁴¹¹ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Relatório enviado ao Episcopado em 15/10/1969 e Carta de Dom Waldyr a Dom Aloisio Lorscheider em 17/10/1969.

⁴¹² Dos trinta depoentes, mais da metade, dezesseis eram indivíduos assumidamente católicos, seja eles sacerdotes, sete no total, ou leigos que atuavam nos grupos e movimentos católicos da diocese. Arquivo Nacional, Relatório do IPM 858 instaurado para apurar atividades subversivas envolvendo Dom Waldyr Calheiros de Novais e outros, de 1º de dezembro de 1969, pag. 20 a 24.

⁴¹³ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda. Boletim Diocesano, dezembro de 1976, edição especial.

Redonda⁴¹⁴. Antes disso em 1969 o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, então secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, solicitou a suspensão dos direitos políticos de Dom Waldyr devido as suas atividades subversivas⁴¹⁵, endossada pelo comandante do 1º exército, general Syseno Sarmento. Esse processo não foi levado a cabo.

Segundo Dom Waldyr, os militares locais também se mobilizaram para afastá-lo da diocese. Segundo ele fizeram uma proposta a doze padres locais que se eles solicitassem a Santa Sé uma intervenção na diocese, estariam dispensados de serem indiciados no ‘IPM da Subversão’. Apenas dois padres aceitaram essa proposta⁴¹⁶.

Autoridades locais também tentaram afastar o bispo da diocese. Renato Brow de Souza Pereira, prefeito de Mendes, cidade abrangida pela diocese, encaminhou uma carta dos vereadores locais, solicitando ao Papa Paulo VI, o afastamento de Dom Waldyr da diocese⁴¹⁷, sendo apoiado por Walter Mariotini, prefeito de Barra do Pirai⁴¹⁸. Esse mesmo prefeito, juntamente com Sávio Gama, prefeito de Volta Redonda, defenderam a transferência do bispo em uma reunião pública com o comandante do BIB em 1969⁴¹⁹.

Segundo o próprio bispo, outra tentativa ocorreu por iniciativa do então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, que pressionou o Núncio Apostólico Dom Umberto Mozonni, para retirar Dom Waldyr da diocese, afirmando que a única maneira dele não ser condenado pela Justiça Militar seria com o seu afastamento do país⁴²⁰, no entanto, o bispo contava com apoio do Núncio⁴²¹ e do Papa Paulo VI, que defendia que se os militares quisessem expulsá-lo do país teriam que assumir os custos dessa decisão.

Segundo depoimentos do bispo dentro da Igreja surgiram também tentativas de o transferir. Uma proposta foi a sua promoção para arcebispo em Teresina em substituição à Dom Avelar Brandão, nomeado arcebispo primaz em Salvador; outra oferta foi para assumir o arcebispado em Juiz de Fora, MG e a ainda a tentativa do cardeal Dom Eugênio Sales, um dos mais influentes na Cúria Romana nesse período, que acenou a ele com a proposta de seu afastamento de Volta Redonda⁴²², todas recusadas⁴²³. Essas tentativas também geraram reações no episcopado. Dom Edimilson Oliveira, arcebispo de São Luis, se opôs a essas propostas, defendendo “*Não posso concordar com o que ouvi disser: que queriam promovê-lo para transferi-lo pelo fato de ter sido pastor e ter dito a verdade (...)*”⁴²⁴.

Frente a essas questões, Dom Waldyr realizou nos dias 03 e 04 de novembro desse ano, uma reunião geral do clero com a participação de dois bispos convidados. O objetivo era contornar as divergências internas, agravadas pela pressão dos militares e os depoimentos de padres contra o bispo e colegas de batina. Segundo o bispo, “*O clima de revisão, difícil, mas corajosa ... esvaziou toda uma posição de alguns que pareciam um grupo compacto, não passando, porém, com a revisão, de interesses pessoais frustrados e posições radicais de uns dois*”⁴²⁵.

⁴¹⁴ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal ‘A Folha’, de 02/09/1971.

⁴¹⁵ Processo CIEEx n° 00209 de 30 jan 69. Processo contra Dom Waldyr, de 1969, BR-DFANBSB-N8-0-PRO-CSS-0309-0008-d0001de0001. Prontuário 33338/49-Waldyr Calheiros de Novais, pag. 87

⁴¹⁶ Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta enviada aos Bispos brasileiros, em 01/01/1971.

⁴¹⁷ Arquivo Nacional, Relatório do IPM 858 instaurado para apurar atividades subversivas envolvendo Dom Waldyr Calheiros de Novais e outros, de 1º de dezembro de 1969.

⁴¹⁸ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, jornal Sul do Estado, de 14 a 31/01/1969.

⁴¹⁹ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, jornal O Estado Ilustrado, de 26/01/1969 e jornal Sul do Estado, 14 a 31/01/1969.

⁴²⁰ Entrevista com Dom Waldyr realizada em 02/06/2010.

⁴²¹ Esse apoio do Núncio a Dom Waldyr e a outros bispos brasileiros, era alvo de críticas dos militares, que enxergavam nisso conivência com a ‘subversão’. Cordonha (2011).

⁴²² Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Revista Veja, 22 de agosto de 1979.

⁴²³ Entrevista com Dom Waldyr realizada em 02/06/2010.

⁴²⁴ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, carta de Dom Edimilson a Dom Waldyr em 21/02/1972.

⁴²⁵ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, carta enviada aos bispos em 02/01/1971.

Nesse mesmo mês, no dia 26, a diocese promoveu uma celebração, coordenada por Monsenhor Barreto, por ocasião do terceiro aniversário da posse de Dom Waldyr. Era uma forma de comemorar seu bispado e responder os militares, mostrando sua publicamente sua força política. Manifestações de solidariedade vieram de mais de trinta bispos e congregações religiosas de todo país e da Fraternidade Universal de Bispos⁴²⁶, da qual Dom Waldyr fazia parte. A CNBB enviou dois representantes para o evento, explicitando seu apoio ao bispo⁴²⁷.

Esses fatos revelam a habilidade política de Dom Waldyr. Ele nunca tomou medidas e adotou posições que não estivessem de acordo com cúpula eclesiástica, tanto romana como nacional. Mesmo nos seus posicionamentos mais incisivos contou com o apoio de pelo menos parcela dessas cúpulas. Naturalmente existiam divergências, mas ele nunca as expôs publicamente. Em conversas informais, deixava escapar algumas das diferenças, principalmente com os setores mais conservadores, mas no âmbito público nunca as expunha. Mesmo quando atacado publicamente, não respondia, como no caso das crônicas publicadas por Gustavo Corção em 1969 e 1972, o bispo não as respondeu, alegando que não era um polemista, cabendo a Sobral Pinto essa tarefa.

Suas divergências com os setores conservadores da Igreja, notadamente com Dom Jaime Câmara, Dom Humberto Mozzoni, Dom Agnelo Rossi, Dom Eugênio Sales, nunca vieram a público, ficando restrita às cartas trocada entre eles.

Suas posições eram sempre justificadas como posições da Igreja, baseadas no Evangelho e encíclicas papais, aliás essa era uma das táticas da Esquerda Católica. Dom Waldyr nunca foi repreendido ou recebeu condenação pública do Vaticano, mesmo sendo um dos bispos que mais se expôs no combate a ditadura. Mesmo adotando posições que desagradavam a hierarquia eclesiástica, recebia a solidariedade de bispo das mais variadas posições políticas. Dom Waldyr sabia se movimentar com habilidade, focando não nas diferenças entre ele e setores conservadores da Igreja, a sua defesa enquanto instituição. Isso não o impedia de se envolver nas disputas internas da Igreja, alinhando-se sempre aos setores progressistas.

O bispo articulou também um sistema de comunicação se aproveitando de sua rede de paróquias, capelas e salões comunitários, que lhe garantiam capilaridade. Segundo o bispo era uma obrigação ‘... *informar ao povo católico como querem atacar a Igreja*’⁴²⁸. Nesses canais a diocese publicava cartas, comunicados e boletins sobre a conjuntura política nacional e regional, que eram lidas em todas as missas e celebrações semanais, servindo como ponto de denúncia das arbitrariedades da ditadura e outros temas políticos, econômicos e sociais de relevância⁴²⁹.

Outra forma de se contrapor aos militares foi formatar um discurso único parara toda a diocese, homogeneizando as narrativas por meio de orientações sobre como deveriam ser as homilias proferidas pelos padres da região. Dom Waldyr solicitava que os sacerdotes enfocassem determinados assuntos de acordo com a agenda política de cada momento. Os cultos religiosos adquiriram assim com Dom Waldyr um forte conteúdo político, tornando-se um espaço de comunicação e crítica no interior de um regime e repressor.

⁴²⁶ Essa Fraternidade era associação independente de bispos vinculados a defesa dos pobres, composta por 5 bispos asiáticos, 5 africanos, 5 sul-americanos e 5 europeus. Segundo seu presidente, bispo Julius Angehausen, uma cópia dessa moção de apoio foi encaminhada aos principais jornais alemães. Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda. Manifestação de Solidariedade Fraternidade Universal de Bispos ao bispo Calheiros em 29/12/1969.

⁴²⁷ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta de Dom Aloisio Lorscheider a Dom Waldyr em 08/12/1969.

⁴²⁸ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Recomendações aos sacerdotes para a leitura de carta em solidariedade A Igreja de Belo Horizonte no dia 22/12/1968.

⁴²⁹ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, sugestão para as pregações de 07 de setembro de 1969 e sugestões para as preces do dia 07 de setembro de 1969.

A Igreja de Volta Redonda articulou dessa forma um importante meio de comunicação alternativo. Dispondo de uma estrutura interna ampla que abarcava um extenso território, Dom Waldyr conseguiu assim driblar a censura e mobilizar esforços em diversas ocasiões no intrincado jogo de informações e contrainformações da ditadura. Os jornais locais alinhados aos militares denunciavam essa tática do bispo⁴³⁰.

No intuito de incrementar essa rede, no início de 1970, no auge dos atritos com os militares, Dom Waldyr organizou um boletim informativo da diocese, com circulação mensal e que circula até os dias atuais. Esse periódico tornou-se o principal meio de comunicação diocesano, cumprindo uma função informativa, fazendo ainda frente às publicações da imprensa local que se opunham sistematicamente ao trabalho da Igreja.

O pequeno jornal diocesano, desde seu início, nos tempos sombrios da repressão política, já mostrava sua linha de atuação, denunciando os abusos militares ocorridos no país⁴³¹ e na diocese. Em sua primeira edição, lançada em agosto de 1971⁴³², o então boletim *Caminhando*, denunciou a falta de liberdade política e a desesperança provocada pela ditadura trazendo ainda informações sobre o arquivamento do 'IPM da subversão', além de informar sobre a prisão de padre Natanael, que cumpria pena em função de sua ligação com a Frente Operária, como veremos a diante. Os números seguintes seguiram essa mesma linha editorial.

Os primeiros boletins foram redigidos pelo padre Antônio Alves de Melo, eram mimeografados e distribuídos para as comunidades. A partir do ano de 1973 ganharam nova roupagem, com editoriais e artigos escritos por Dom Waldyr e começaram a serem vendidos e enviados por correspondência para os assinantes, garantindo que a diocese apresentasse sua versão dos fatos.

Outro expediente que utilizou para se blindar desses foi buscar o apoio de seus diocesanos, do clero local, dos seus pares bispos, do Núncio Apostólico e da direção da CNBB, estabelecendo constante comunicação e articulação com esses atores políticos e religiosos⁴³³. Dom Waldyr mostrou-se um habilidoso articulador político. Sua tática obteve êxito, ganhando inclusive apoio político do Núncio, Dom Humberto Mozzoni, um italiano de ideias políticas e religiosas conservadoras. Serbin (2001) destaca que Mozzoni por conta de seus posicionamentos, sofreu oposição dos bispos progressistas, mas o Vaticano, de acordo com sua linha conciliatória, avaliava que ele era indicado para esse cargo, trabalhando sempre para equilibrar as relações da Igreja com os militares.

Com essa tática, ele manteve seus pares cientes de todo processo. Ele encaminhava cópias de seus depoimentos a vários bispos⁴³⁴, ao Núncio Apostólico, Dom Umberto Mozzoni⁴³⁵ e ao secretário da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider⁴³⁶, mais alinhado às suas ideias. Destacamos que nesse segundo IPM, mesmo Dom Agnelo Rossi e Dom Mozzoni, solidarizaram-se a seu modo com Dom Waldyr. As táticas dos dois prelados eram parecidas, preferiam dialogar com as autoridades, buscando uma posição conciliatória. Dom Agnelo expõe

⁴³⁰ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, jornal Sul de Estado, 18 a 31/01/69.

⁴³¹ Esses números denunciam a expulsão de sacerdotes italianos do Nordeste. 'Caminhando - Boletim da Igreja que está em Barra do Pirai-Volta Redonda', número 06, janeiro de 1972 e Boletim Informativo Cúria Diocesana, número 06, 1970.

⁴³² Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, carta de Genival a Dom Waldyr, *Caminhando*- Boletim da Igreja que está em Volta Redonda, número 1, agosto de 1971.

⁴³³ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda Carta a Dom Aluísio Lorscheider, em 17/10/1969.

⁴³⁴ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, 2º depoimento de Dom Waldyr no 2º IPM em 07 de novembro de 1969, Carta de Dom Waldyr aos bispos em 17 de agosto de 1969, Carta de Dom Waldyr ao episcopado em 15 de outubro de 1969.

⁴³⁵ Dom Waldyr manteve diversas conversas com o Núncio, como atestam suas correspondências com Dom Umberto. Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, carta de Dom Waldyr ao Núncio, em 18 de agosto de 1969 e 22 de outubro de 1969.

⁴³⁶ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta de Dom Waldyr a Dom Aloísio Lorscheider em 17 de outubro de 1969.

sua visão, afirmando que não visitaria Dom Waldyr pois “... despertaria mais sensação e pedido insistentes de pronunciamento pelos jornais”⁴³⁷, e Dom Mozzoni, fiel a seu perfil, recomenda a Dom Waldyr não “... agitá-lo publicamente: poder-se –ia provocar certa radicalização, que a ninguém ajudaria”⁴³⁸.

As relações de Dom Waldyr com o Núncio eram complexas. Ele discordava dos posicionamentos de Dom Waldyr em diversos pontos e questionava suas posições políticas de enfrentamento com os militares. Em uma carta, questionou a crítica de Dom Waldyr à realização de um Congresso Eucarístico durante a ditadura e a possível vinda do Papa VI a tal evento⁴³⁹. Dom Waldyr justificou que os militares usariam esse evento para se promoverem e o usariam politicamente, ocultando a intensa repressão política:

*“É (sic) querem a Igreja para se servirem dela: missa ‘para isto’, missa ‘para aquilo’ (...) ‘para a visita do Papa’, cuja recepção oficial e estrondosa abafaria o encarceramento de sacerdotes que esperam nas prisões, faça o tempo esquecer a calúnia oficial de criminosos”*⁴⁴⁰.

O Núncio recomendou que ele não se apresentasse para depor, como no depoimento de mais de 20 horas a que foi submetido anteriormente, cabendo aos militares o ônus da acusação⁴⁴¹. Analisamos que essa recomendação do Núncio era uma tática de defesa da Igreja frente à interferência dos militares em seus assuntos internos, pois até então nenhum outro bispo havia se envolvido em tantos atritos com os militares como Dom Waldyr. Tratava-se de proteger a instituição e não especificamente Dom Waldyr e suas ideias políticas, mas o que ele representava do ponto de vista eclesial, pois como o mesmo Dom Waldyr afirmou, ele era um ‘(...) bispo sentado no banco dos réus’⁴⁴². Dom Waldyr tinha certeza de seus posicionamentos e desafiou os militares: “*Humilhante é pedir ao opressor que me desculpe por ele me humilhar*”⁴⁴³. Suas articulações foram bem-sucedidas e ele ganhou musculatura para enfrentar os militares em outros episódios.

Dom Waldyr também discutia essas questões com um grupo muito próximo de bispos que se articulava no chamado ‘Leste 0’⁴⁴⁴, com a participação de Dom Adriano Hipólito, Dom Clemente Isnard, Dom Costa Campos, Dom Castro, pois segundo ele, “*No Regional (Leste 1) não adianta*”⁴⁴⁵.

⁴³⁷ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Dom Agnelo Rossi a Dom Waldyr em 12/12/1969.

⁴³⁸ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Dom Humberto Mozzoni a Dom Waldyr em 19/12/1969.

⁴³⁹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Dom Humberto Mozzoni a Dom Waldyr em 02/01/1970.

⁴⁴⁰ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Dom Waldyr a Dom Humberto Mozzoni em 26/12/1969.

⁴⁴¹ Essa informação consta na carta enviada a Dom Aloísio. Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Dom Waldyr a Dom Aloísio Lorscheider em 17 de outubro de 1969.

⁴⁴² Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Dom Waldyr a Dom Aloísio Lorscheider em 17 de outubro de 1969.

⁴⁴³ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Dom Waldyr a Dom Humberto Mozzoni em 26/12/1969.

⁴⁴⁴ Essa reunião informal de bispo era formada pelos bispos das dioceses do Leste I mais alinhadas a Igreja Progressista: Volta Redonda-Barra do Piraí, Nova Iguaçu, Itaguaí (a partir de 1979), Duque de Caxias e Valença.

⁴⁴⁵ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Dom Waldyr a Dom Aloísio Lorscheider em 17/10/1969.

2.8. A articulação da Frente Operária

Um dos casos mais relevantes da relação entre esquerdas e Igreja em Volta Redonda foi a formação da Frente Operária em 1971. A organização de Frentes Operárias figurava entre as propostas políticas da POLOP, que desde sua fundação em 1961, apregoava a formação dessas frentes de esquerda para construir a revolução socialista a partir de um amplo trabalho com as bases populares.

A POLOP criticava a tática do ‘foquismo’, base das ações das guerrilhas no Brasil. Ela defendia que inicialmente era necessário realizar um trabalho de base priorizando a conscientização política, para ganhar o apoio popular, acumulando força e capital político para que se estabelecesse uma nova correlação de forças para então desencadear a luta armada.

Em sintonia com esse projeto, esses militantes organizaram uma frente de esquerda na região, intitulada Frente Operária, que se propunha a realizar esse trabalho de organização e conscientização política das massas operárias. A descoberta da articulação desse grupo foi feita pela CMV (Relatório CMV, 2015).

Esse grupamento de esquerda era liderado por Estrella Bohadana⁴⁴⁶, militante da POLOP, que aglutinou militantes da JOC -Juventude Operária Católica- e de outros grupamentos políticos como do POC- Partido Operário Comunista, do PCBR- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, da VAR- Palmares- Vanguarda Armada Revolucionária- Palmares e da UJP- União da Juventude Patriótica, com a proposta de realizar um trabalho de base e conscientização política junto aos setores populares, à despeito da intensa repressão política empreendida pelo 1º BIB na cidade.

Um dos mais importantes componentes da Frente foi a JOC, organização católica fundada em 1924, pelo cardeal belga Joseph Cardijn⁴⁴⁷, crítico da exploração capitalista e sensível às reivindicações da classe operária. O objetivo de Cardijn era organizar os jovens trabalhadores para que pudessem lutar pelos seus direitos. A hierarquia católica apoiou a organização desse movimento com o objetivo promover uma aproximação da Igreja com o proletariado e combater a influência do marxismo sobre eles. Mendes (2011) corrobora essa questão analisando esse movimento como uma tentativa da Igreja Católica de se aproximar dos operários após a constatação de que ela se afastara das classes populares, perdendo o seu espaço. Essa aproximação centrou-se em um discurso de harmonia e cooperação entre as classes e combate ao comunismo, seguindo as diretrizes da Doutrina Social da Igreja.

A JOC foi organizada no Brasil nos anos de 1930 inserida na Ação Católica como um organismo especificamente voltado para os jovens operários católicos. Em 1948 ganhou estatuto próprio com a realização da 1ª Semana de Estudos Nacional da JOC, em São Paulo, que contou inclusive com a participação do cardeal Cardijn⁴⁴⁸. Muraro (1993) qualifica a JOC como uma ‘utopia operária’, o sonho jocista segundo ele seria realizado por dois caminhos, em um primeiro momento, quando os preceitos evangélicos estivessem espalhados por toda a sociedade, o ‘novo mundo’ seria alcançado com a colaboração de classes. Esse projeto teve fôlego na JOC brasileira até a década de 1950, pautado em uma linha de atuação conservadora e discurso da harmonia social. Suas práxis orbitavam em questões religiosas com temáticas centradas na vida privada, espiritualidade e moral familiar, sem nenhuma ação política ou social

⁴⁴⁶ Estrella D’alva iniciou sua militância política no movimento estudantil e no PC do B, na cidade do Rio de Janeiro, com 18 anos, depois migrou para o POC e para a POLOP.

⁴⁴⁷ Inicialmente Cardijn fundou a ‘Juventude Sindicalista’ em 1919, que após sofrer perseguição da Igreja local, transformou-se na Juventude Operária Católica, mais palatável à hierarquia católica, defendendo uma postura de conciliação de classes. O movimento se espalhou pelo mundo com apoio de Roma (Mendes, 2012).

⁴⁴⁸ Sobre a fundação da JOC vide <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-operaria-catolica-joc>. Acessado em 12/12/17 e Fernandes (2018).

relevante. Sua proximidade com os operários girava em torno da tentativa de ‘recristianizá-los’ impedindo o avanço comunista.

A partir da década de 1960, a ‘utopia jocista’ seria realizada com o engajamento de seus militantes nas lutas políticas contra a ditadura. Segundo Fernandes (2018), a partir da década de 1960 as discussões ganharam novos contornos girando em torno da problemática social e lutas políticas, em um crescente afastamento das questões espirituais e morais.

O golpe civil-militar de 1964 e a truculência da ditadura aliadas a modificações na orientação interna do movimento, além das mudanças operadas no interior da Igreja (que foram analisadas anteriormente), levaram esse movimento a adotar uma postura mais combativa nas questões relacionadas à problemática econômica e social, buscando uma intervenção política mais ativa. Desde então a JOC teceu críticas ao capitalismo e orientou seus militantes a atuarem de maneira mais crítica frente a esses problemas. O movimento assumiu um caráter engajado social e politicamente, assumindo críticas à ditadura e as desigualdades sociais (Martins, 1994).

Em Volta Redonda esse movimento se organizou a partir de 1962, ainda no bispado de Dom Altivo Pacheco, na região do bairro Retiro, localizado na periferia da cidade, a chamada ‘cidade Velha’, excluída dos projetos urbanísticos da CSN e de seus benefícios. Essa região como vimos anteriormente, era formada por diversos núcleos de posse em áreas de difícil acesso, carentes de saneamento básico e equipamentos urbanos de saúde, educação, etc.

Nessa região viviam trabalhadores pobres da CSN e de várias empresas, algumas que prestavam serviços na UPV. Em geral esses peões, como eram conhecidos, recebiam remuneração inferior aos trabalhadores da CSN e eram submetidos ainda a piores condições de trabalho. Nessa região também moravam muitos outros trabalhadores com baixa qualificação, pedreiros, autônomos, empregadas domésticas, comerciários, entre outros. Alguns desses cidadãos, cerca de quarenta jovens, aderiram a JOC atraídos por sua proposta de ‘construção de um mundo melhor’, de acordo com depoimentos de militantes⁴⁴⁹.

A chegada de Dom Waldyr em 1966 imprimiu uma nova dinâmica a organização da JOC. O novo bispo conhecia a atuação desses movimentos católicos, pois atuara na Ação Católica quando era pároco no Rio de Janeiro. Essa experiência o ajudou a repensar e redimensionar a atuação da JOC na diocese. O bispo incentivou uma dinâmica mais crítica ao movimento, priorizando a conscientização política, em sintonia com as transformações operadas pela JOC nacional. Desafiados pelo método ‘Ver- Julgar-Agir’ foram impelidos à ação.

A JOC desenvolveu reflexões ligadas ao mundo do trabalho, a exploração de classes, melhoria nas condições de trabalho, conscientização política, cotidiano das periferias, dificuldades do dia-a-dia, etc, inclusive nos locais de trabalho dos seus militantes. Em uma dessas ações, o militante Emídio Jeremias⁴⁵⁰ relatou que apresentou um abaixo-assinado à direção do SAAE, Serviço Autônomo de Água e Esgoto-, autarquia municipal onde trabalhava e conseguiu a ampliação da folga dos funcionários que trabalhavam em regime de turno de revezamento para 80 horas semanais. Alguns militantes jocistas também atuavam em sindicatos, como João Batista, José Ventura e Emídio Jeremias⁴⁵¹ ativistas do Sindicato dos Metalúrgicos.

Uma das ações externas mais significativas do grupo era a distribuição do jornal ‘A Classe Operária’, produzido pela JOC estadual, além da elaboração de boletins e panfletos que

⁴⁴⁹ Arquivo CMV-VR, depoimento de José Ventura, Emídio Jeremias, Edir Alves.

⁴⁵⁰ Arquivo CMV-VR, depoimento de Emídio Jeremias.

⁴⁵¹ Esses dois militantes chegaram a Volta Redonda no início dos anos de 1960, e desde então tornaram-se ativistas sindicais, simpáticos ao PCB. Em 1963 aderiram a JOC, que iniciava sua atuação na cidade, por intermédio do irmão de Emídio que era catequista na Igreja São Sebastião, onde existia um grupo da JOC. Arquivo CMV-VR, depoimento de José Ventura e Emídio Jeremias.

denunciavam a situação econômica e social do país⁴⁵² e as arbitrariedades dos militares na região, como no episódio da prisão de Genival da Silva e Edir Inácio, dirigentes sindicais próximos da JOC, presos em 1968 na Operação Gaiola.

Esses panfletos eram distribuídos em um carro pertencente a um militante, que tinha um buraco no fundo, por onde eram espalhados os panfletos⁴⁵³, procurando assim garantir o anonimato e segurança desses militantes.

Uma das grandes preocupações desses militantes era com relação a segurança, principalmente depois da prisão dos militantes da Judica em 1967, que envolveu também a participação de padre Natanael, que era assessor dos dois movimentos. Como esse padre era muito visado pelos agentes da repressão, geralmente não realizava atividades externas, exceção feita no dia em que foi preso nos episódios de novembro de 1970.

Para os jocistas uma questão muito significativa era o seu ‘compromisso de fé’ que aliado à conjuntura política da época, exigia uma intervenção social, denunciando a exploração capitalista e a repressão da ditadura. Todas essas questões influenciaram a atuação da JOC em Volta Redonda. Ciente desses desafios Dom Waldyr nomeou dois jovens sacerdotes, Natanael e Arnaldo, para assessorem a JOC na cidade.

Padre Arnaldo Wherlang ou padre Arnaldão como era conhecido, chegou em Volta Redonda em 1968 e era um dos mais entusiastas do projeto de implantação de uma Igreja Popular⁴⁵⁴. Esse padre foi apontado nos autos do IPM instalado como o líder do ‘movimento de esquerda em Volta Redonda’ e de pertencer à ‘Igreja Renovada de Esquerda’ e de fazer pregações favoráveis a uma ‘Igreja Progressista Socializante’⁴⁵⁵. Padre Natanael foi nomeado como assistente eclesialístico e tornou-se um dos protagonistas desse movimento na cidade.

Esses padres eram adeptos da TdL e estavam dispostos a aplicar as resoluções do Vaticano II e da CELAM de Medellín (1968) na diocese. Imbuídos dessas convicções vieram para a diocese, atraídos pela proposta de construção de uma ‘Igreja Popular’ que estava em andamento⁴⁵⁶. Optaram por desenvolver um trabalho com a juventude local especialmente os jovens trabalhadores da periferia devido a sua própria origem operária⁴⁵⁷.

Todo esse cenário estimulou um maior engajamento político dos jocistas. Para reforçar essa questão em 1968 ocorreu um Congresso Nacional da JOC, em Recife, em que se aprovou uma inserção maior da JOC no campo político e partidário. Segundo Estevez (2008), nesse congresso o discurso do radicalismo político atingiu seu ponto máximo no movimento jocista e em consequência a repressão política se abateu com vigor culminando na prisão de seus maiores líderes.

Emídio Jeremias e Arly Matildes Amorim da Silva participaram como delegados estaduais⁴⁵⁸. As repercussões desse congresso em Volta Redonda foram significativas, haja vista que, de acordo com suas resoluções, um grupo de militantes politicamente engajados, que incluía José Ventura, Emídio Jeremias, Hélio e João Cândido, contando com o apoio de Genival da Silva (PCBR) e Wilton Meira, dirigente sindical, decidiu organizar um grupo de ação política, o ‘Grupo dos Oprimidos’.

Esse grupo representou na verdade uma exceção no movimento jocista da cidade. A maioria dos militantes da JOC era de jovens cristãos nenhuma experiência política anterior.

⁴⁵² Em 1968, esses militantes distribuíram um panfleto alusivo ao 1º de maio. Arquivo CMV-VR, depoimento de José Ventura.

⁴⁵³ Arquivo CMV-VR, depoimento de João Batista da Silva.

⁴⁵⁴ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Avaliação da Paróquia-Cidade, Relatório de padre Arnaldo, 29.09.1969.

⁴⁵⁵ Arquivo Nacional, Relatório do encarregado do IPM JOC-IBRADES-AP, de 04 de dezembro de 1970

⁴⁵⁶ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Avaliação da Paróquia-Cidade, Relatório de padre Natanael de Moraes, de 01.10.1969.

⁴⁵⁷ Arquivo CMV-VR, Depoimento do padre Natanael de Moraes.

⁴⁵⁸ Arquivo CMV-VR, Depoimento de Arly Matildes.

Esse grupo atuava clandestinamente, somente seus participantes e os assessores eclesiásticos tinham conhecimento de sua existência, e promoveu entre 1967-1968, ações de pichação, produção e distribuição de panfletos na cidade⁴⁵⁹.

Nesse período os militares acompanharam a distribuição de um panfleto considerado ‘subversivo’ por um grupo que eles intitularam ‘Movimento Revolucionário João XXIII’⁴⁶⁰, provavelmente eram militantes jocistas dos ligados ao Grupo dos Oprimidos. Outra atividade monitorada pelos militares foi à distribuição do panfleto ‘Como andam seus direitos’⁴⁶¹, de autoria do padre Arnaldo Werlang, mas os militares não associaram sua distribuição à organização desse movimento, enquadrando-o como uma ação pessoal do padre. Os militares o identificavam como responsável pela pastoral operária (que na verdade não existia ainda na cidade, pois só viria se organizar a partir de 1974) e por acompanhar espiritualmente jovens na periferia da cidade. Inquirido pelos militares sobre essa questão, o bispo afirmou que os panfletos foram preparados por um grupo sob responsabilidade de padre Arnaldo Werlang, e que esse padre tinha sua confiança, sem se referir diretamente ao ‘grupo dos oprimidos’, pois Dom Waldyr não delataria a organização desse grupo⁴⁶². Na medida em que desenvolveram essas ações militantes, seus membros decidiram por um maior engajamento político para fazer frente à ditadura.

Ao comparar o perfil dos jovens jocistas com o dos jovens militantes das esquerdas que aderiram a FO, percebemos que as semelhanças estacionavam na questão econômica. Os jovens de esquerda, em sua maioria, provinham das classes médias, enquanto que os jocistas provinham das camadas populares. Em uma breve análise da composição social dos militantes que aderiram à luta armada, percebemos que a maioria provinha das camadas médias urbanas, incluindo artistas, professores, jornalistas e principalmente estudantes pois o contato com as ideias de esquerda começava no movimento estudantil. Beatriz Kushnir avalia: “*Era uma geração nascida no pós-guerra, que tinha a lembrança de seus pais combatendo a ditadura varguista, a politização dos meios de comunicação, os jornais fazendo uma divulgação de opiniões mais fortes*”⁴⁶³. A minoria desses jovens, cerca de 10% eram das camadas populares.

Ridenti (1993, 115-121) levantou que quase 58% dos militantes provinham das camadas sociais intelectualizadas, notadamente classes médias, 25% tinham curso superior e 30% tinham cursado parcialmente a universidade, e em relação à faixa etária, havia amplo predomínio de jovens com menos de 35 anos de idade, com 85%, particularmente jovens com menos de 25 anos, que compunham 51% desses militantes. Cruzando esses dados, a maioria dos militantes, cerca de 50%, era composta por estudantes universitários e ex-estudantes.

O crescente engajamento desses jocistas do ‘Grupo dos Oprimidos’ os levou a se engajarem na Frente Operária a convite de Estrella Bodahana, da POLOP e de Sérgio Galvão, ligado a Dissidência VAR- Palmares – DVP. Essa Frente reunia também militantes de outras organizações de esquerda contatados por Carlos Alberto Nascimento Santos, o Beбето, que convidou Márcio Uruari Peixoto, Sérgio Peixoto Dias e Lauro Bairral para ingressarem na Frente⁴⁶⁴.

⁴⁵⁹ Quando padre Natanael e os jocistas foram presos, os militares apreenderam alguns panfletos que provavelmente foram produzidos pelos ‘Grupo dos Oprimidos’. Esses panfletos incluíam críticas ao PIS, críticas ao governo datados de 1968 e denúncias de torturas. Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Relatório da prisão de padre Natanael e jocistas, 2º Relato de 19/11/1970.

⁴⁶⁰ Arquivo do Aperj, Informação 138-IEEx, de 16 de abril de 1968, prontuário 33338/49-Waldyr Calheiros de Novais, pag. 55.

⁴⁶¹ Arquivo Aperj, IPM da Subversão, pag. 07.

⁴⁶² Ibid. idem

⁴⁶³ "A esquerda que combateu a ditadura queria a democracia no Brasil?". Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/a-esquerda-que-combateu-a-ditadura-queria-a-democracia-no-brasil-dqyn2r5tp3kibg7i40y5oo8kw/> Acesso em 10/10/18.

⁴⁶⁴ Arquivo CMV-VR, Depoimento de Regina Célia Confort Santos.

Estrella Bodahana, codinome ‘Lúcia’, foi a principal articuladora da FO na cidade. Vinda do Rio de Janeiro, morava em Barra do Piraí, cidade cerca de trinta quilômetros distante de Volta Redonda, e cursava arquitetura na Ferp, Fundação Educacional Rosemar Pimentel, também em Barra do Piraí. Segundo seu depoimento, ela iniciou sua militância no movimento estudantil via PC do B, aderindo depois ao POC e a OCML-POLOP em 1970. Destacamos que essa organização se originou de uma dissidência do POC, vista anteriormente, liderada por Érico Sachs e Eder Sader, que defendiam prioritariamente um trabalho de base junto ao operariado em detrimento da luta armada. Sader (1995: 172) um dos reorganizadores da OCML-POLOP destacou essa questão, afirmando que ela ressurgiu nesse período priorizando a atuação nas oposições sindicais e bairros operários. Em Volta Redonda isso se concretizou com a organização da FO.

A família de Estrella mudou-se para Barra do Piraí e ela foi designada para iniciar a organização de núcleos da Frente Operária na região, por conta da sua grande concentração operária e pela influência do Sindicato dos Metalúrgicos⁴⁶⁵. O objetivo era fazer um trabalho de base junto aos operários com vistas a sua conscientização política, discutindo questões da ditadura, da repressão política e da construção do socialismo no Brasil⁴⁶⁶. Isso foi facilitado pela empatia de Estrella, descrita por alguns militantes da JOC⁴⁶⁷ como uma pessoa simpática, agradável e que cativava a todos com facilidade. A organização da Frente, de acordo com o relato de Estrella, ocorreu da seguinte forma:

“ ... com 19 anos, com 17 pra 18, eu fui para o POC, depois rachou virou POLOP e lá no partido nós vimos que era importante um trabalho de frente operária junto com aqueles lugares, naqueles lugares que tinham tido uma tradição importante de luta no golpe militar, que foi Barra do Piraí e Volta Redonda” e comecei todo um trabalho aqui que culminou em uma frente operária com o pessoal da JOC, PCdoB”⁴⁶⁸.

Esses militantes enxergaram na participação da JOC uma possibilidade da expansão da Frente promovendo sua inserção entre militantes cristãos de esquerda e jovens operários da periferia. A Frente teria assim uma atuação entre operários, principalmente da CSN, e na periferia. Esses grupos eram alvos preferenciais da ação política da Frente e que, com a participação da JOC, lhes estava garantido o acesso.

O contato inicial desses dois militantes políticos com a JOC ocorreu por intermédio de padre Natanael de Moraes⁴⁶⁹. Estrella foi apresentada a esse padre por Marco Antônio Rosa⁴⁷⁰, coroinha da paróquia Santa Cecília. Marco Antônio era um contato de Sérgio Galvão e mesmo não tendo aderido a proposta de se engajar na luta armada sugerida por Sérgio, concordou em apresentar Estrella ao padre.

Em sua empreitada Estrella afirma que recebeu apoio do bispo Dom Waldyr. A militante revelou que os militantes da JOC aderiram a Frente Operária conscientes de sua proposta política. Ela afirmou ainda que muitas reuniões foram realizadas no espaço da Igreja, contando com a participação de padre Natanael e inclusive de Dom Waldyr⁴⁷¹.

⁴⁶⁵ Arquivo CMV- VR-Depoimento de Estrella Bodahana.

⁴⁶⁶ Arquivo CMV, Audiência pública de Estrella D’alva Bohadana na Comissão da Verdade de Volta Redonda. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IgPeZLIQtvg&t=75s> . Acesso em 08/09/2018.

⁴⁶⁷ Arquivo CMV-VR, Depoimento de José Ventura e Emídio Jeremias.

⁴⁶⁸ Arquivo CMV- VR-Depoimento de Estrella Bodahana.

⁴⁶⁹ Arquivo CMV-VR, Depoimento do padre Natanael de Moraes.

⁴⁷⁰ Arquivo CMV-VR, Depoimento de Marco Antônio Rosa.

⁴⁷¹ Arquivo CMV-VR, Depoimento de Estrella D’alva Bodahana na Comissão da Verdade de Volta Redonda. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IgPeZLIQtvg&t=75s>Acesso em 08/09/2018.

A Frente Operária organizou-se em células, grupos de militantes clandestinos, que por conta da segurança e da dificuldade de arregimentar novos membros, eram pequenas, contando no máximo, com cinco militantes. O relatório da CMV aponta que essa Frente se articulou em quatro grupos clandestinos que atuaram na cidade de Volta Redonda:

-Célula JOC: formada por padre Natanael, padre Arnaldo, João Cândido, Emídio Jeremias, José Ventura e Hélio Medeiros.

- Célula POC: faziam parte dessa célula, Pôncio Defaveri, Wilma Maria da Silva e Antônio Morais.

-Célula UJP- PCdoB: composta por Carlos Alberto Nascimento Santos, conhecido como Bebeto, Márcio Uruari Peixoto e seu sobrinho Sérgio Peixoto Dias.

- Célula VAR- Palmares: formada por Lauro Bairral Dias e Sergio Galvão

As primeiras reuniões da célula da JOC eram realizadas semanalmente na casa de José Ventura, militante jocista recém-casado, pois despertava menos atenção. Essa célula foi a mais atuante, desenvolvendo ações que incluíam trabalho de base com operários da CSN, panfletagens clandestinas no interior dessa empresa, além de pichações políticas na cidade⁴⁷². As demais células não tiveram tempo de desenvolver trabalhos consistentes na cidade.

Destacamos que alguns militantes jocistas por conta de seu engajamento político e sindical possuíam bom diálogo com os grupos esquerdista na região, estabelecendo contato com militantes da AP, como analisado no capítulo 2, mas essa articulação não prosperou⁴⁷³.

Alguns militantes da JOC desconfiavam de uma ligação da coordenação local com a ALN. Padre Natanael não admitiu em seu depoimento prestado a CMV, mas alguns depoentes afirmam que ele era ligado a um grupo da esquerda armada, provavelmente ALN.

Analisando as documentações levantadas pela Comissão Municipal da Verdade, constatamos que o serviço secreto do 1º BIB já monitorava as células da Frente Operária, principalmente a célula JOC. Os militares, de acordo com documentação da Cúria Diocesana e diversos depoimentos, inclusive de jocistas, investigavam se havia ligação da JOC local com a ALN, demonstrando o tamanho da sua capacidade de monitoramento, segundo os militares, em sua versão oficial dos fatos, esses jovens foram detidos, “ ... *por sua incontestável efetiva em movimentos de agitação e doutrinação esquerdista, e que atuavam, de forma altamente subversiva no movimento denominado JOC* ”⁴⁷⁴.

De acordo ainda com relatos de um dos militantes da JOC⁴⁷⁵, alguns de seus companheiros mantinham contatos com um grupo da guerrilha, que ele não sabia discriminar exatamente qual, possivelmente a ALN⁴⁷⁶. Segundo ele ocorreram algumas reuniões clandestinas entre militantes da JOC e o referido militante da citada organização, no salão da Igreja São Sebastião, no Retiro, mas, segundo ele, esses encontros aconteciam em sigilo, sem a participação e conhecimento dos outros militantes. De acordo com esse militante, o grupo estava sendo espionado e esses fatos precipitaram a ação do exército⁴⁷⁷. Na verdade Edir não sabia das articulações da FO, daí a incerteza dos dados na entrevista concedida por ele.

⁴⁷² Arquivo CMV-VR, Depoimento de José Ventura.

⁴⁷³ Arquivo da CMV-VR, depoimento de José Ventura e Emídio Jeremias.

⁴⁷⁴ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Nota do BIB para a imprensa falada e escrita, de 10.11.1970.

⁴⁷⁵ Entrevista com Edir da Silva, realizada em 15/01/17.

⁴⁷⁶ Segundo Edir, essas reuniões ocorriam em uma sala na Igreja de São Sebastião no bairro Retiro. Ele indica também a possibilidade de Câmara Ferreira ter participado de uma dessas reuniões. Os arquivos do SNI, depositados no Arquivo Nacional revelam essa acusação dos militares contra os jocistas. Entrevista com Edir da Silva, realizada em 15/01/17.

⁴⁷⁷ Entrevista com Edir da Silva, realizada em 15/01/17.

A versão inicial da ligação dos militantes jocistas com a ALN foi divulgada pelos militares e pela diocese na época do acontecimento. Segundo as acusações os padres Natanael e Arnaldo agiam ‘subversivamente’ sob orientação de Dom Waldyr⁴⁷⁸.

Essa aproximação dos jocistas com grupos de esquerda foi monitorada de perto pelos militares e resultou na inicialmente na detenção de padre Natanael de Moraes, João Cândido de Oliveira e Hélio Medeiros, sob acusação de atividades ‘subversivas’ e de ligação com o guerrilheiro Joaquim Câmara Ferreira⁴⁷⁹, o “Toledo”, que naquela data, outubro de 1970, já havia sido assassinado pelos militares. Padre Arnaldo foi preso no Rio de Janeiro, no dia 19 de setembro, no episódio em que a sede nacional da JOC foi invadida pelos militares, sob acusação de ligação da JOC e do IBRADES com a AP. Essas primeiras detenções foram seguidas da prisão de outros militantes da JOC e de grupos de esquerda que compunham a Frente Operária.

Segundo um dos militantes, a desarticulação desse grupo ocorreu graças a infiltração de um agente da espionagem no movimento. Antônio Liberato afirma que um militar chamado Fajardo, namorou nessa época uma amiga muito próxima de sua família e ela repassava informações a ele sem saber que era um espião dos militares. Essa suspeita se confirmou, pois, o sargento Pires, no momento de sua prisão, o chamou pelo apelido ‘Totoca’, que só era conhecido por seus familiares.

A detenção dos jocistas e de padre Natanael ocorreu por conta da distribuição de panfletos⁴⁸⁰ que na visão dos militares caracterizava uma ação ‘subversiva’ pois esse material apresentava críticas aos partidos políticos da época, a ditadura e pregava o voto nulo nas eleições de 1970, de acordo com diretrizes da Frente Operária.

Esse evento ocorreu no dia dois de novembro de 1970, quando o carro da paróquia Santa Cecília, ocupado por padre Natanael, Hélio Medeiros e João Cândido, e que já vinha sendo espionado pelos militares, foi interceptado pelo sargento Milton José Siqueira Pires, da equipe S2⁴⁸¹ do 1º BIB, na Vila Santa Cecília, depois da distribuição dos panfletos citados acima no cemitério municipal, localizado na Vila Brasília, bairro onde moravam os jocistas presos⁴⁸². Esse cemitério, o único da cidade nesta época, era um local de grande concentração pública no feriado de Finados.

No episódio da prisão os carros dos militares e dos militantes se colidiram, resultando em ferimentos no padre e em João Cândido, que depois de hospitalizado foi conduzido ao batalhão de Barra Mansa. Padre Natanael foi operado e preso em seguida pelo comandante da guarnição, tenente-coronel Ariosvaldo Tavares. No total, segundo levantamento da Cúria diocesana, trinta pessoas foram detidas⁴⁸³

Depois que o grupo foi desarticulado, os militares instauraram um IPM para investigar e punir esses militantes. No total foram indiciadas dezenove pessoas sob acusação de participação em atividades ‘subversivas’ incluindo o bispo Dom Waldyr⁴⁸⁴. Foram presos, de acordo com fontes do DPPS, os militantes Carlos Roberto Nascimento Santos, Wilma Maria da Silva, Pôncio Defaveri, Sérgio Peixoto Dias, Lauro Bairral Dias, Marco Antônio Uruari, Estrella Bodahana e os jocistas Arly Matildes, Antônio Liberato Jeremias, Edir Inácio da Silva, Marco Antônio da Rosa, Marcus Vinicius Vasconcelos, João Batista da Silva, Edir Alves de

⁴⁷⁸ Arquivo Nacional- Ofício 160-E2- 1º Exército, Divisão Blindada.

⁴⁷⁹ Arquivo Nacional, Ofício 160-E2-1970, Confidencial-Ministério do Exército.

⁴⁸⁰ Arquivo Nacional, panfleto JOC, apreendido pelos militares, anexado ao Ofício 160-E2- 1º Exército, Divisão Blindada.

⁴⁸¹ Refere-se ao setor de informação e investigação.

⁴⁸² Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Nota do BIB para a imprensa falada e escrita, de 10.11.1970.

⁴⁸³ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, levantamento em 19/11/1970.

⁴⁸⁴ Arquivos do Aperj, Sec. Segurança, DPPS, Ofício 02/71 de 25 de janeiro de 1971.

Souza⁴⁸⁵. Os detidos ligados a JOC ficaram presos em uma sala do BIB chamada de ‘salão paroquial’⁴⁸⁶, em alusão ao fato de serem cristãos.

Alguns desses militantes, como Pôncio da Silva Defaveri e Marco Uruari, moravam no Rio de Janeiro e vieram para Volta Redonda para atuar na organização dessas células da Frente Operária. Os agentes da repressão acusaram Pôncio de estar ‘envolvido em assaltos a bancos com fins terroristas’⁴⁸⁷ e Uruari era acusado de pertencer a UJP.

Pôncio era militante do POC⁴⁸⁸ e foi convidado por Sérgio Galvão para aderir a FO, orientando-o para que militasse em Volta Redonda pois Pôncio tinha uma irmã que morava na cidade, que facilitava a logística da militância⁴⁸⁹. Natural de Minas Gerais, foi preso em seu apartamento no Rio de Janeiro. Trabalhava na Associação dos Servidores do Departamento Nacional do Estado e morava com sua irmã, Isaura Elisa Defaveri e seu cunhado, Evandro Augusto Pinto. Pôncio inicialmente ficou duas semanas detido em um quartel do Rio de Janeiro, na rua Barão de Mesquita, onde foi submetido a torturas e depois foi levado para o quartel de Barra Mansa.

Em uma carta⁴⁹⁰ endereçada a Dom Waldyr esclareceu que sob tortura, foi obrigado pelos militares a confessar que participava de reuniões ‘subversivas’, que praticou ações ‘terroristas’, assaltos à banco e de que o apartamento em que morava com sua irmã na Guanabara, era um ‘aparelho subversivo’⁴⁹¹. Essa prática era largamente empregada pelos militares para incriminar os acusados, sendo denunciada pelo projeto Brasil Nunca Mais, “... *era obrigado a confessar tudo aquilo que os seus interrogadores queriam, depois de longas seções de tortura*” (1995:175).

Nessa mesma carta, Pôncio se assumiu como católico, dizendo ao bispo que ingressaria em um seminário tão logo saísse da prisão. O clima pesado e a difícil experiência da prisão provavelmente interferiram nessas afirmações.

No episódio da prisão de Pôncio, sua irmã e seu cunhado também foram presos e sem saber do envolvimento político do irmão com grupos de esquerda, foram submetidos a torturas na noite em que foram presos⁴⁹² revelando o grau de crueldade dos agentes da repressão.

Essa questão da prisão de familiares foi vivida também pelos jocistas Emídio Jeremias, presidente da JOC nesse período, e seu irmão Antônio Liberato Jeremias. Emídio tinha ligação direta com a Frente Operária, como vimos anteriormente, e quando as primeiras detenções ocorreram, por precaução de Dom Waldyr, fugiu de Volta Redonda, refugiando-se em ‘aparelhos’ da POLOP no Rio de Janeiro⁴⁹³.

Os militares no intuito de pressioná-lo a se entregar, e obter alguma informação sobre seu paradeiro, prenderam sua irmã, Ruth Jeremias, sem que ela tivesse nenhuma ligação com a JOC. Ruth permaneceu dezoito dias presa e inclusive fez uma ‘greve de fome’ contra sua prisão. Na verdade, segundo seu depoimento, foi uma greve parcial, pois um amigo servia como soldado no BIB, e se solidarizou com ela, e todas as noites levava secretamente a ela um pequeno lanche, que incluía, leite, biscoito e maçã⁴⁹⁴.

⁴⁸⁵ Arquivos do Aperj, Estado do Rio, Secretaria de Segurança, DPPS, Ação criminal contra jocistas em Volta Redonda, Nova Iguaçu, 22/01/1971.

⁴⁸⁶ Arquivo CMV-VR-Depoimento de Francisco Gomes de Assunção.

⁴⁸⁷ Arquivos do Aperj, Sec. Segurança, DPPS, Ofício 02/71 de 25 de janeiro de 1971.

⁴⁸⁸ Arquivo CMV-VR-Depoimento de Pôncio da Silva Defaveri.

⁴⁸⁹ Idem.

⁴⁹⁰ Arquivos da Cúria Diocesana de Barra do Piraí-Volta Redonda, carta de Pôncio Defaveri a Dom Waldyr em 24/02/1971.

⁴⁹¹ Idem.

⁴⁹² Arquivo CMV-VR-Depoimento de Isaura Elisa Defaveri.

⁴⁹³ Arquivo CMV-VR-Depoimento de Emídio Jeremias.

⁴⁹⁴ Arquivo CMV-VR- Depoimento de Ruth Jeremias.

A atuação clandestina da Frente Operária resultou também na prisão de diversas pessoas que desconheciam a sua organização. Vários militantes da base jocista que não tinham contato direto com a coordenação do movimento, como o senhor Francisco Gomes de Assunção⁴⁹⁵, Domingos Balbino Bento, Edir Alves e os irmãos José Guido Tranin e José Cirilo Tranin⁴⁹⁶. Esses jocistas revelaram não ter nenhuma atuação política, partidária e ideológica, e atuavam na JOC por conta de sua proposta cristã e evangelizadora. Um desses militantes esclarece: “ (...)Fui torturado sem saber por que”⁴⁹⁷.

Os membros da Igreja local também desconheciam a organização dessa Frente. Dom Waldyr jamais assumiu publicamente que tinha ciência de sua organização, inclusive em várias entrevistas concedidas a esse autor, e em outras entrevistas, incluindo seu depoimento na abertura dos trabalhos da CMV, nunca deixou pistas ou abordou essas questões.

A prisão dos envolvidos nesse processo nos permite uma análise acerca do rigor da repressão política perpetrada contra esses militantes e das arbitrariedades cometidas pela Justiça Militar, além dos abusos de poder por parte dos militares nesse episódio.

Essas prisões originaram o IPM 65/70, de 14 de julho de 1970, aberto na 1ª Auditoria da Aeronáutica, sob orientação do STM, indiciando padres Natanael e Arnaldo, além de vinte e quatro militantes e o próprio Dom Waldyr⁴⁹⁸. Esse IPM, sob responsabilidade do coronel Moacir Pereira era o terceiro IPM a que Dom Waldyr respondia. Esses fatos geraram forte repercussão foi acompanhado pela imprensa local e nacional⁴⁹⁹. Início de mais um confronto.

A repressão se relaciona com questões nacionais que se refletiram no contexto local. No ano de 1970 os comandos militares promoveram ações mais incisivas contra a militantes da esquerda devido ao enfraquecimento da guerrilha armada com os assassinatos de Marighella e de Câmara Ferreira. Aproveitando-se dessa conjuntura favorável os militares desencadearam uma intensa ação repressiva contra a ALN e seus possíveis núcleos, que incluíam a JOC local, por conta de suas suspeitas ligações.

A prisão desses jocistas se relaciona também com a invasão da sede do IBRADES, na cidade do Rio de Janeiro, onde também funcionava a sede da JOC nacional. Essa invasão se como configurou como uma ‘punição’ a essa organização católica acusada de colaborar com a ALN. Nessa truculenta invasão um dos detidos foi Dom Aloisio Lorscheider, figura proeminente da Igreja, que fez com que esse fato ganhasse projeção e acirrasse os conflitos da hierarquia eclesiástica com os comandos militares. Segundo Serbin (2001), esse foi um dos motivos centrais para o início das conversações da Comissão Tripartide.

Sobre as detenções, todos foram submetidos a interrogatórios iniciais e não sofreram torturas, de acordo com vários depoentes. Nesse primeiro momento alguns militantes que não tinham ligação direta com os episódios da prisão foram libertados, permanecendo oito detidos, incluindo padre Natanael⁵⁰⁰.

A prisão dos jocistas gerou uma pronta reação do bispo, que comunicou o fato em uma carta que foi lida nas missas do dia 08/11/1970. No dia 07 de novembro, a diocese realizou uma reunião com padres e leigos para analisar a questão, e decidiu-se não realizar missas na

⁴⁹⁵ Segundo seu depoimento, Sr. Francisco participava inicialmente da Congregação Mariana de Menores, Comunidade São Sebastião- Retiro e depois aderiu a JOC em 1963, com 16 anos. Arquivo CMV-VR, depoimento de Francisco de Assunção.

⁴⁹⁶ Outros militantes como também foram presos apenas foram presos apenas por participarem da JOC. Arquivo CMV-VR, Depoimento de irmão José Guido Tranin e José Cirilo Tranin.

⁴⁹⁷ Arquivo CMV-VR, depoimento de Francisco de Assunção.

⁴⁹⁸ Arquivos do Aperj, Estado do Rio, Secretaria de Segurança, DPPS, Ação criminal contra jocistas em Volta Redonda, Nova Iguaçu, 22/01/1971.

⁴⁹⁹ Nos arquivos da Cúria, encontramos diversas reportagens dos jornais O Globo, Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, Última Hora sobre o tema, como o jornal O Globo, de 07/07/19.

⁵⁰⁰ Arquivo Nacional, Secretaria de Segurança, Informação 02/71, 4º SPPS/DPPS/RJ, de 25 de janeiro de 1971.

igreja de Santa Cecília, informando que padre Natanael estava preso, no entanto permaneceria aberta⁵⁰¹. As comemorações dos 25 anos de fundação da Paróquia de Santa Cecília foram suspensas⁵⁰².

Um caso complicado dessa questão foram as torturas sofridas pelos detidos. Padre Natanael de Moraes, o único membro do clero que foi submetido a torturas na região, foi torturado por causa de sua proximidade com Dom Waldyr e pelo trabalho com a juventude trabalhadora. Seu engajamento pastoral e político o fizera prisioneiro dos militares em duas ocasiões, em 1967 e 1970. A análise de irmã Elizabeth, que vivenciou de perto todos esses embates é bastante conclusiva: “... em meu julgamento, eles aproveitaram tudo que eles gostariam de fazer com o bispo, eles fizeram com o padre. Para mim eles fizeram com o Natanael tudo o que eles queriam ter feito com Dom Waldyr e descarregaram nele.”⁵⁰³.

Os jocistas Liberato e Marco Antônio Rosa foram torturados para que pudessem também incriminar o bispo e padre Natanael⁵⁰⁴. Os militares queriam obter informações sobre quem era o ‘Barra Limpa’, codinome pelo qual Dom Waldyr era chamado pelos militantes da Frente Operária. Liberato experimentou nas sessões de tortura a que foi submetido o ódio dos militares contra a Dom Waldyr. Os militares em uma ocasião deixaram explícita a tática usada para atingir o bispo:

“... prender o dom Waldyr não, aí o negócio fica feio para o nosso lado, o dom Waldyr é peixe grande, agora vocês não, vocês são peixe fácil, a gente pega e prende. Deixa que a família de vocês que se revolte contra o dom Waldyr pra tirar o dom Waldyr de Volta Redonda”⁵⁰⁵.

Essas mesmas preocupações e intenções de incriminar o bispo estiveram presentes também nos episódios da Operação Gaiola. Genival da Silva⁵⁰⁶ relata que foi inquirido diversas vezes acerca de sua ligação com o bispo e das ligações partidárias de Dom Waldyr, em uma clara tentativa de associá-lo aos comunistas. O próprio Dom Waldyr denunciou essa questão a Nunciatura, dizendo que Genival era pressionado a dizer que agia em nome dele⁵⁰⁷. Segundo ele, esse era o objetivo central dos militares, além de extrair informações sobre a organização da Frente Operária e de seus participantes⁵⁰⁸. Inquiriam os militantes acerca da participação de Dom Waldyr, questionando se ele era um dos organizadores dessa organização. Como não era possível atingi-lo diretamente por conta de sua posição na hierarquia católica, atingiam seus amigos e fiéis de sua igreja. Essa posição é explicada Edgard Bedê, pesquisador da CMV: “ (...) para atingir o pai, torturavam seus filhos. Uma grande dor para um pai é saber que seus filhos estavam sendo torturados”, analisa o historiador⁵⁰⁹.

Sobre a perseguição ao bispo destacamos que o tenente-coronel Gladstone PERNASSETI, citado por inúmeros ex-presos políticos nos depoimentos prestados a CMV como um dos mais violentos militares na condução dos interrogatórios, notabilizou-se por confrontar-se abertamente com o bispo em diversas ocasiões. Esse militar de maneira sarcástica denominava suas sessões de tortura de ‘missas’. Obrigava os presos e ficarem nus e cantar a

⁵⁰¹ Arquivos da Cúria Diocesana de Barra do Piraí-Volta Redonda, 1º Relatório dos fatos relacionado a prisão de padre Natanael e jocistas em Volta Redonda, de 04/12/1970.

⁵⁰² Arquivos da Cúria Diocesana de Barra do Piraí-Volta Redonda, Comunicado para as missas do dia 08/11/1970.

⁵⁰³ Arquivo CMV-VR, depoimento de irmã Elizabeth Alves.

⁵⁰⁴ Arquivo CMV-VR, depoimento de Marco Antônio Rosa.

⁵⁰⁵ Arquivo CMV-VR, depoimento de Antônio Liberato.

⁵⁰⁶ Arquivo CMV-VR, depoimento de Genival da Silva.

⁵⁰⁷ Arquivo da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta a Nunciatura em 10/09/1969.

⁵⁰⁸ Essa questão foi exposta por Pôncio da Silva Defaveri e outros militantes presos no episódio. Arquivo da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Pôncio Defaveri a Dom Waldyr em 24/02/1971.

⁵⁰⁹ Entrevista com Edgard Bedê, realizada em 02/07/16.

música ‘Jesus Cristo’, segundo Gaspari (2002) e diversos entrevistados⁵¹⁰. Em outro ritual de tortura denominado ‘procissão’, padre Natanael, Edir Inácio e Estrella foram obrigados andar em círculos, todos nus, segurando velas acesas que muitas vezes queimavam seus órgãos genitais⁵¹¹. Segundo Cardona (2011), era comum nas práticas de tortura envolvendo prisioneiros religiosos a utilização desses símbolos e linguagem religiosa.

O grau e a intensidade das torturas aos detidos nessa operação, ultrapassou em muito a sua efetiva atuação política. Esses militantes, que não organizaram nenhuma ação armada, e que foram de certa forma até tímidos em suas articulações políticas, pois foram desbaratados antes mesmo que pudessem representar um risco real à ditadura, foram torturados de maneira extremamente desproporcional ao seu grau de organização.

As torturas que incluíram choques elétricos, inclusive em órgãos genitais, potencializados com a combinação com água, espancamentos, ‘telefone’ e tapas no ouvido, sevícias sexuais, afogamentos, empalamentos, entre outros. Um dos militantes relata algumas dessas práticas: ‘(...) *queimavam o Hélio com cigarro, furavam as varizes do João Cândido. Enfiavam uma toalha na vagina de uma companheira...*’⁵¹², ele próprio foi torturado: “*Estive preso durante quinze dias. Fui torturado todos os dias, principalmente no último dia*”.

A prisão de Estrella Bohadana ocorreu em novembro de 1970, menos de um mês depois das prisões dos primeiros jocistas. Essa detenção constituiu-se em uma verdadeira operação de guerra. Os detalhes dessa prisão foram revelados por Vicente Melo em depoimento a CMV⁵¹³, que revelou aos militares que Estrella cursava arquitetura em uma faculdade privada em Barra do Piraí com José Roberto Gomes, seu cunhado. Os militares prontamente prenderam o cunhado do entrevistado e acionaram o secretário da Faculdade. Dirigiram-se ao campus universitário ainda de madrugada e abriram as fichas de todos alunos matriculados e identificaram a ficha de Estrella, que em menos de 24 horas foi localizada no Rio de Janeiro e levada para o quartel de Barra Mansa, segundo o depoente.

Segundo o depoimento de Estrella prestado a CMV⁵¹⁴ ela foi submetida a torturas com choques elétricos na língua e regiões genitais, pau de arara, geladeira e telefone, provocando abalos em sua saúde com um aborto e internação em estado de coma. Ao retornar à prisão foi submetido a novas sessões de torturas. Em uma delas foi amarrada nua em uma cama e padre Natanael foi obrigado a olhá-la. Como ele se recusou, também torturado, sendo consolado por Estrella: “... *pode me olhar, por que eu me sinto tão coberta, tão vestida, que não tem nenhum problema, eu me sinto vestida pelos meus sonhos, pelo meu ideal, pela crença de que é necessário mudar o Brasil pela crença de que é possível um mundo melhor*”.

É importante destacar o caráter de clandestinidade adotado por Estrella. Isso se evidencia ao analisarmos os arquivos diocesanos da época. A documentação disponível na Cúria não registra nada relativo a essa Frente, inclusive a irmã Marta Dale, chanceler diocesana e responsável pela organização dos arquivos da diocese local, em uma carta na qual relaciona os catorze militantes detidos pelo 1º BIB na operação que prendeu o padre Natanael, aponta Estrella como participante da JOC⁵¹⁵. No período em que o fato ocorreu apenas quatro pessoas, os padres Natanael e Arnaldo, e os jocista Hélio e João Cândido, além de Dom Waldyr sabiam que Estrella era militante da POLOP.

Sobre a questão da tortura na ditadura militar, Fico (2004) afirmou que essa prática era aceita pelos comandos militares, fossem eles ligados a ‘linha dura’ ou aos ‘moderados’, que

⁵¹⁰ Entrevista com o Sr. Edir Alves, realizada em 21/01/17 e Arquivo CMV-VR, Depoimentos de padre Natanael de Moraes, Edir Inácio da Silva, Estrella D’alva Bodahana, Edir Alves e Antônio Liberato.

⁵¹¹ Arquivo CMV-VR, depoimentos de Edir Inácio da Silva, padre Natanel de Moraes e Estrella D’alva Bodahana.

⁵¹² Entrevista com Sr. Edir Alves, realizada em 21/01/17.

⁵¹³ Arquivo CMV-VR-Depoimento de Lincoln Botelho e Vicente Melo à CMV-VR.

⁵¹⁴ Arquivo CMV-VR-Depoimento de Estrella D’alva Bohadana.

⁵¹⁵ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Irma Marta a Romeu Dale, em 25 de fevereiro de 1972.

a admitiam-na como ‘necessidade conjuntural’. A tortura era oficializada como uma prática repressiva pelos comandos militares locais e nacionais, mas os militares tinham plena ciência dessas práticas em suas dependências utilizando-a indiscriminadamente contra civis e militares.

A tortura constitui-se em uma parte integrante do sistema repressivo montado pelo Estado a fim de cercear as liberdades políticas, tornando-se parte da estratégia de manutenção do poder. As investigações militares passaram a adotá-la como método exclusivo de apuração de fatos considerados crimes contra a segurança nacional. Segundo Fico (2004) o primeiro governo militar foi conivente com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe e não apenas depois de 1968 como os militares apregoam. Corroborando com essa questão, levantamento realizado pela CMV revela que operários e militantes sindicais⁵¹⁶ foram torturados nesse evento. Em linhas gerais foram incorporadas as práticas interrogatórias do BIB a partir do ano de 1969.

Essa prática representou a face mais cruel do batalhão sediado em Barra Mansa. Segundo levantamento de Carrara e Estevez (2015), foram praticados 12 tipos diferentes de torturas nessa unidade militar, incluindo desde a tortura psicológica, com ameaças de perda do emprego, morte ou perseguição a membros da família, a torturas físicas como espancamento, tapas, socos e pontapés, além de choques elétricos (tortura mais utilizada pós-1969), queimaduras, palmatória, pau de arara, afogamento, prensa, simulação de fuzilamento, etc. Segundo esse levantamento, 180 vítimas foram detidas nesse batalhão, boa parcela submetida a torturas.

Os depoentes na CMV⁵¹⁷ apontam como principais torturadores o sargento Milton José Siqueira Pires, tenente Dulene Aleixo Garcez, que inclusive consta na lista oficial de torturadores⁵¹⁸, o tenente-coronel Gladstone Pernasseti, major Glécio Auvrei Nunes, tenente Marcus Amábilio Tenório.

Essa identificação foi possível pois vários presos políticos⁵¹⁹ narraram que muitos torturadores atuavam sem capuzes, permitindo seu fácil reconhecimento, pois eram velhos conhecidos dos militantes políticos locais, como o sargento Pires e o tenente-coronel Gladstone, pois atuavam também em ações de espionagem na cidade. O primeiro notabilizou-se nessas tarefas, atuando como fotógrafo em suas ações de espionagem e campana, além de participar da prisão de alguns militantes, como no caso da prisão de Pôncio Defaveri, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, fora da área de atuação do BIB⁵²⁰.

Essas questões revelam o amorosismo e a precariedade material desse batalhão, exemplificado ainda pelo fato de que, em algumas ocasiões, os próprios presos políticos eram usados em trabalhos no batalhão, como Pôncio Defaveri, que era obrigado a atuar como datilógrafo nos interrogatórios de vários presos políticos⁵²¹.

As torturas em linhas gerais ocorriam no período noturno em um pavilhão localizado nos fundos do batalhão, em uma sala chamada pelos militares de ‘Arquivo’. Outras

⁵¹⁶ Um dos torturados foi o senhor Lainor Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil em 1964. Preso no dia 01 de abril, foi levado para o 1º BIB e submetido a torturas, que deixaram sérias sequelas de depressão e esquizofrenia que o acompanharam até sua morte em 2009. Arquivo CMV-VR, depoimento de Brazilina Vieira Dalbone, esposa de Lainor.

⁵¹⁷ De acordo com depoimentos de Genival da Silva, Francisco Gomes de Assunção, Edir Inácio da Silva e de Schetino Motta, prestado a CMV-VR. Arquivo CMV-VR. Padre Natanael cita como torturadores o Marcus Amábilio, sargento Pires, na verdade o sargento Milton Pires, sargento Isaque Silva e cabo Alberto. Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta de padre Natanael em 20/01/1971.

⁵¹⁸ Essa lista é composta por 377 nomes de agentes do Estado apontados no relatório final da Comissão Nacional da Verdade como responsáveis por crimes cometidos durante a ditadura. Disponível em https://public.tableau.com/views/10-12-2014_comissao-verdade/infoFinal?:showVizHome=no. Acessada em 08/10/2018.

⁵¹⁹ Arquivo CMV-VR, depoimentos de Schetino Mota e Francisco Gomes de Assunção.

⁵²⁰ Arquivo CMV-VR, depoimentos de Pôncio Defaveri.

⁵²¹ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta de Pôncio Defaveri a Dom Waldyr, em 24/02/1971.

torturas ocorriam em um espaço chamado ‘submarino’. Segundo descrições dos torturados⁵²² era uma sala fechada com cerca de 1,5 metros de largura por 2,5 metros de comprimento, pé direito bastante alto, com cerca de 5 metros. Havia em seu interior um vaso turco (disposto próximo do nível do chão). Essa sala não tinha janelas e no teto havia uma faixa, de 40 centímetros de largura por 40 de comprimento, iluminada por uma lâmpada incandescente que permanecia acesa, impedindo a diferenciação entre dia e noite.

Essas práticas de torturas perpetradas contra opositores políticos seguiam os mesmos métodos utilizados em outras unidades militares brasileiras e eram veemente negadas pelos comandantes do BIB e oficiais do exército⁵²³. Essas afirmações militares vêm sendo desconstruídas pelo trabalho das Comissões da Verdade instaladas no país, e pela análise de fontes militares, trabalhos acadêmicos e jornalísticos (Auler, 2016). Sobre essa questão, Fico (2004b, 06) destaca que as práticas de tortura eram institucionalizadas pela ditadura, “... a tortura e o extermínio foram oficializados como práticas autorizadas de repressão pelos oficiais-generais e até mesmo pelos generais-presidentes”.

Estrella Bodahana afirmou em seu depoimento prestado a CMV, que as práticas de tortura nesse batalhão eram muito rudimentares se comparadas com as torturas a que foi submetida no DOI-CODI na cidade do Rio de Janeiro, localizado no quartel do 1º Batalhão da Polícia do Exército, na Tijuca, onde também esteve detida. Segundo essa militante nessas unidades as torturas eram mais profissionais, tinham mais técnica incluindo queimaduras com cigarro, que não deixavam marcas visíveis e desapareciam com o tempo⁵²⁴.

A análise dos depoimentos colhidos pela CMV revela que essas torturas deixaram sequelas físicas, psicológicas e emocionais profundas que até hoje acompanham todos aqueles que foram submetidos a essa prática nefasta, como o caso do senhor Lainor, que apresentou psiquiátricos gravíssimos, conforme atestado pela família⁵²⁵.

Além de todos esses constrangimentos e sofrimentos os militantes da FO ainda foram submetidos ao julgamento de serem taxados como ‘subversivos’. No BIB um dos expedientes que os comandantes utilizavam para ganhar legitimidade entre seus comandados era disseminar uma imagem negativa dos presos políticos, inculcando o medo entre os seus subordinados de que se tratava de ‘indivíduos perigosos’, ‘terroristas’, ‘subversivos’ e ‘comunistas’, que colocavam a segurança do país em risco. Esses relatos estão presentes principalmente entre os depoimentos dos jocistas presos em 1970. Estrella Bodahana, por exemplo, era comumente apresentada como uma ‘comunista’ que matou um capitão’, e de ser uma pessoa capaz de ações horrendas.

Um dos militantes que mais foi torturado foi Padre Natanael, que permaneceu preso por nove meses. Nesse período contou com a solidariedade do bispo, da Igreja local e de vários bispos brasileiros⁵²⁶. Esse padre também foi submetido a torturas⁵²⁷ durante o período em que esteve preso, incluindo as narradas acima. A tortura também era largamente utilizada para obter e forjar confissões dos presos políticos. Padre Natanael foi obrigado a reconhecer que participava de ações subversivas e que mantinha contatos com organizações ‘terroristas’, além de ter aberto mão de sua fé em nome do marxismo⁵²⁸, fato que constituiu grave acusação para um sacerdote católico⁵²⁹, com o objetivo de desmoralizá-lo perante a comunidade católica.

⁵²² Arquivo CMV-VR- Depoimento de Francisco Gomes de Assunção e Sérgio Peixoto Dias.

⁵²³ Vide ‘IPM das Torturas’.

⁵²⁴ Arquivo CMV-VR, depoimentos de Estrella D’alva Bodahana.

⁵²⁵ Arquivo CMV-VR, depoimento de Brazilina Vieira Dalbone, esposa de Lainor.

⁵²⁶ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Boletim Informativo Cúria Diocesana de Barra do Pirai-Volta Redonda, número 03, 1971.

⁵²⁷ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Relato-Denúncia de padre Natanael de Moraes em 20/01/1971.

⁵²⁸ Arquivo CMV-VR, depoimento de padre Natanael de Moraes.

⁵²⁹ Idem.

Esses depoimentos, falsamente atribuídos a ele, fazem parte da tática utilizada largamente pelos militares, que qualificavam os qualificava como ‘espontâneos’, sem qualquer tipo de coação física, moral ou psicológica e que foram apresentados como ‘verdades’ sem que o interrogado pudesse desmenti-los, e mesmo como ‘provas’ dos crimes cometidos pelos acusados.

Depois que saiu da prisão, ele foi para Belo Horizonte por orientação da Congregação Verbo Divino, a qual pertencia. Segundo uma amiga, irmã Elizabeth Alves, na nova cidade ainda sofreu perseguição dos militares por conta de sua atuação em Volta Redonda. As torturas deixaram profundas marcas em padre Natanael, segundo diversos depoentes, a depressão e outros males psicológicos o abalaram, influenciando em sua atuação, que se tornou muito menos dinâmica e mais arredia.

É importante destacar que essas práticas eram relatadas por um sistema de comunicação elaborado pelos presos que burlava o rígido controle exercido pelos militares. Segundo o bispo, essas informações chegavam até ele por meio de cartas e bilhetes que eram minuciosamente colocadas dentro de uma garrafa térmica, que semanalmente era levada ao padre pela sua cunhada. Outro jocista relata: “(...) *escrevíamos bilhetes com sangue reportando o que estava acontecendo*”⁵³⁰. Genival Luís da Silva⁵³¹ revelou que outra estratégia que facilitou sua comunicação com a família e o bispo Waldyr, e oportunizou o vazamento de denúncias de torturas no BIB, foi a colaboração de alguns soldados, que eram amigos da família, que levavam bilhetes a seus parentes.

Outro ‘mecanismo de segurança’ citado por Genival foi a aproximação pessoal com algum militar que lhe parece mais aberto ao diálogo. Dessa forma ele tornou-se próximo de alguns militares, como o tenente Miranda, que inclusive permitia que sua esposa o visitasse nos finais de semana, quando esse militar estava de serviço. Ironia do destino, Genival, um dos mais combativos militantes da região, inclusive recebeu elogios públicos do comandante da Unidade, o coronel Armênio Gonçalves, perseguidor dos militantes de esquerda, com direito a aperto de mão e publicação do boletim interno do Batalhão, por ter devolvido um fuzil que um sargento tinha esquecido em seu alojamento⁵³². Essa tática utilizada por Genival foi apenas para que conseguisse contato com sua família, não significando em nenhum momento que ele tivesse aberto mão de sua ideologia e de seu pensamento político.

Esses mecanismos de comunicação permitiram que essa carta de padre Natanael chegasse às mãos de Dom Waldyr:

*“(...). Na noite de 3 para 4 de janeiro de 1971, fui levado sem camisa para um recinto fechado, de depósito de armas do Quartel onde encontrei um conhecido meu (Edir da Silva) que estava nu, com ferimentos em várias partes do corpo, recebendo choques elétricos e pancadas. Imediatamente ligaram-me a ele por fios elétricos em um dedo de cada uma das minhas mãos, acionando uma maquininha que dava seguidos choques em mim e nele simultaneamente. Os choques, conforme aumentavam a intensidade, nos jogavam ao chão”*⁵³³.

De posse dessas cartas Dom Waldyr comunicou essas práticas ao Núncio e a CNBB. Os militares inicialmente negaram tais práticas, acusando o bispo de instruir o padre a produzir relatos falaciosos sobre tais torturas⁵³⁴.

⁵³⁰ Entrevista com Edir Alves, realizada em 21/01/2017.

⁵³¹ Arquivo CMV-VR, depoimento de Genival Luís da Silva.

⁵³² Idem

⁵³³ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta do padre Natanael de Moraes de 20/01/1971.

⁵³⁴ Arquivo do Aperj, Secretaria Estadual de Segurança Pública, DPPS/Seção Regional Volta Redonda, Informação 006/77- Atividades subversivas do bispo Dom Waldyr Calheiros de Novais, de 15 de abril de 1977, item b

A situação dos prisioneiros tornou-se mais complicada por conta da reação dos militares à medida que essas práticas repressivas eram denunciadas pelo bispo. Uma delas partiu da esposa de Edir Inácio da Silva, militante do PCBR. Segundo seu depoimento, depois de visitá-lo no quartel, e encontrá-lo debilitado por conta das torturas, sua esposa dirigiu-se a casa do coronel Ariosvaldo, no bairro Bela Vista, em Volta Redonda, e fez uma grande confusão em frente a sua residência, chamando a atenção da mãe do coronel, que indignada repreendeu o filho em público: “...*você está fazendo isso, meu filho?* ”.

A esposa do senhor Edir dirigiu-se a casa de Dom Waldyr, que imediatamente foi para o Rio de Janeiro acompanhado por ela, para apresentarem as denúncias a Dom Jaime de Barros Câmara, poderoso cardeal conservador carioca, com bom trânsito nos meios militares. Dom Jaime contactou o general Syzeno Sarmiento, comandante do 1º Exército, que acionou seus subordinados militares, que interromperam as práticas de torturas contra os jocistas.

Em decorrência foi instalada uma sindicância e foi acionado o general Tasso de Aquino Vilar, Comandante da Divisão Blindada, que foi ao quartel e depois de conversar com os presos se comprometeu a interromper as torturas, que de fato ocorreu segundo depoimentos⁵³⁵. Logo depois os militares transferiram os presos para o presídio da Ilha Grande em Angra dos Reis.

O bispo acompanhou pessoalmente o desenrolar dos processos, contratou advogados e os visitava constantemente na prisão⁵³⁶. Todos os depoentes ressaltaram essa solidariedade de Dom Waldyr que também visitava as famílias, prestava ajuda financeira e a assistência médica, como no caso de Antônio Liberato e Edir Alves que ficaram cerca de um ano em licença médica para que pudessem cuidar de sua saúde, bastante afetada pelas torturas⁵³⁷.

Dom Waldyr também apresentou denúncias desses casos de tortura aos seus pares do episcopado⁵³⁸. Contou com a reação da Comissão Central da CNBB, comandada por Dom Aloísio Loscheider, novo secretário-geral, que condenou essas práticas contra os presos políticos⁵³⁹, e do episcopado brasileiro, que reunido na XII Assembleia da CNBB em 1971, redigiu carta de apoio a ele, condenando as acusações militares, e endossando as suas denúncias⁵⁴⁰.

Esse caso foi acompanhado pela imprensa nacional⁵⁴¹. Uma das versões mais controversas foi apresentada pelo Jornal da Tarde, que noticiou que padre Natanael e os jocistas, eram subversivos ligados a uma ampla rede política que envolvia Dom Waldyr e Dom Hélder Câmara para promoção da ‘subversão’ no país⁵⁴². Os militares acusavam também o bispo e os padres Natanael e Arnaldo de aliciarem jovens para a prática de atividades ‘subversivas’ na Joc⁵⁴³.

⁵³⁵ Arquivo CMV-VR- Depoimento de Antônio Liberato, Edir Alves e padre Natanael de Moraes.

⁵³⁶ Entrevista com Sr. Edir, realizada em 21/01/17.

⁵³⁷ Arquivo CMV-VR- Depoimento de Antônio Liberato e Edir Alves.

⁵³⁸ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Dom Waldyr a Dom Umberto Mazzoni, em 01/02/1971.

⁵³⁹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda. Carta do presidente, do vice-presidente e do secretário-geral da CNBB a Dom Waldyr, em 02/02/1971.

⁵⁴⁰ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, ‘CNBB termina encontro com carta de apoio a bispos’, Jornal do Brasil, 18/02/1971.

⁵⁴¹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, “Helena visita padres presos”, Jornal do Brasil, 23/11/1970 e “Bispo processado”, Jornal do Brasil, 13/02/1971 e “Manes quer tudo sobre Dom Waldyr”, O Jornal, de 27/02/1971, ‘Padre de Volta Redonda é acusado de subversão’, jornal O Dia, de 22/11/1970. “Promotor vê prisão de padre”, Jornal do Brasil, de 23/11/1970.

⁵⁴² Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, “Subversão de batina”, Jornal da Tarde, de 29/04/1971.

⁵⁴³ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, ‘Atraso no processo de Dom Valdir’, O Globo, 11/03/1971.

A solidariedade aos presos políticos ultrapassou os limites da diocese. Grupos da JOC de Belo Horizonte se sensibilizaram com a situação e angariaram recursos que foram doados aos jovens que foram presos e perderam seus empregos⁵⁴⁴.

Depois de uma batalha judicial padre Natanael e os jocistas João Cândido e Hélio Medeiros foram libertados em 24 de julho de 1971⁵⁴⁵ após quase 9 meses de prisão e depois de passarem por diversas prisões no BIB, Rio de Janeiro e Ilha Grande⁵⁴⁶. Padre Arnaldo depois de ficar preso por oito meses foi posto em liberdade.

Os demais envolvidos nesse episódio também foram libertados nesse mesmo ano. Pôncio Defaveri e Sérgio Paulo Galvão tiveram suas prisões, na Ilha Grande, revogadas em 03 de agosto de 1971. Edir Inácio da Silva foi libertado em 14 de agosto de 1971⁵⁴⁷, depois de cumprir pena no BIB em Barra Mansa, e Estrella Bodahana cumpriu pena de 18 meses no Talavera Bruci, sendo libertada em maio de 1972⁵⁴⁸.

Sobre a finalização desse processo, todos os detidos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sendo arroladas como testemunhas os próprios oficiais do exército, demonstrando a força que eles possuíam junto ao poder judiciário. O IPM aberto pelos militares foi arquivado pela Primeira Autoria da Aeronáutica. O coronel Moacir Pereira, procurador responsável, alegou falta de provas legais e de informações bem como a prescrição dos crimes cometidos⁵⁴⁹.

Sobre a absolvição final, destacamos que mesmo com o poder executivo exercendo forte controle sobre o judiciário, e apesar dos juízes militares compartilharem do universo ideológico da DSN, em alguns casos eles contrariavam as indicações militares. Segundo Wanderlei (2014), no período de 1965 a 1968, ou seja, no período em que a repressão judicial foi institucionalizada, a taxa de absolvição da primeira instância da Justiça Militar chegou a 85%, com confirmação da decisão em grau de recurso. Essa indicação foi válida no caso desses presos políticos.

Para além das prisões, as consequências foram negativas para todos os envolvidos. As torturas deixaram sequelas físicas, psicológicas e sociais. A dor do medo, da perseguição, da discriminação e o estigma de ser um ex-presos político, a acusação de ser ‘subversivo’ e ‘comunista’. Continuaram ainda sendo punidos: perderam seus empregos, as casas em que moravam (no caso dos operários da CSN), foram incluídos em uma ‘lista negra’ que os impedia de conseguir emprego na região, sendo obrigados a se submeter a subempregos e atividades autônomas, biscates, e em muitos casos obrigados a se mudarem de cidade⁵⁵⁰. Alguns afirmaram que os militares do BIB continuaram a espioná-la por anos a fio⁵⁵¹.

Os militantes da JOC relataram ainda casos de delações realizadas por membros da própria Igreja, principalmente por grupos conservadores, como alguns membros da Congregação Mariana da paróquia de São Sebastião. Um desses militantes relata que um de seus delatores era o padrinho de seu filho⁵⁵². Esses militantes informaram que muitas das fotos utilizadas pelos militares para os intimidarem nas sessões de torturas e nas investigações, foram

⁵⁴⁴ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Boletim Informativo 04/1971, Cúria Diocesana de Barra do Pirai-Volta Redonda.

⁵⁴⁵ Esse fato foi noticiado pelo jornal Última Hora em 24/07/1971. Arquivo da Cúria Diocesana

⁵⁴⁶ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Boletim Informativo 04/1971, Cúria Diocesana de Barra do Pirai-Volta Redonda.

⁵⁴⁷ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal do Brasil e O Globo, de 14/08/1971.

⁵⁴⁸ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal do Brasil, de 10/07/71 e 03/08/71.

⁵⁴⁹ Arquivo Nacional, Poder Judiciário, 2ª Auditoria do Exército, Despacho do Juiz-Auditor Helmo Susseking, de 24 de fevereiro de 1972.

⁵⁵⁰ Arquivo CMV-VR, depoimentos de José Ventura e Edir Inácio da Silva.

⁵⁵¹ Arquivo CMV-VR, depoimento de Arly Matilde e Edir Alves.

⁵⁵² Arquivo CMV-VR, depoimento de José Ventura.

cedidas por esses católicos aos militares locais, que abasteceram as redes de espionagem dos militares.

Delações como essas ocorriam com frequência nesse período porque a Constituição de 1967 impôs um Estado ancorado na noção de Segurança Nacional. Essa constituição foi resultado de projeto apresentado pelo Presidente da República e aprovado pelo Congresso controlado pelo governo. Com as alterações de 1969, ela tornou legal as medidas decretadas pelos AIs e fornecia ao Estado de Segurança Nacional a institucionalização de uma ordem política repressora. Nesse mesmo ano, o SNI lançou o ‘Decálogo da Segurança’, que estimulava essas práticas (Deckes, 1985).

Segundo Wanderley (2014) a ditadura instaurou juridicamente a DSN como instrumento de responsabilização de todos os cidadãos. Ela transformou o Brasil em uma ARENA de guerra, pois todos os cidadãos seriam responsáveis pela segurança nacional. Isso significava que todos deveriam estar vigilantes contra os atentados à segurança nacional ao mesmo tempo em que todos poderiam ser responsabilizados quanto a este aspecto. Muitos indivíduos se imbuíram da responsabilidade de denunciar o que consideravam ‘ataques’ à segurança, abrindo caminho para essas delações. Evidentemente esse não é o único fator que explica essas delações, outros fatores de ordem pessoal, psicológica, política também influenciaram nesse processo.

Por conta dessa intensa repressão os grupos da JOC que existiam na cidade foram totalmente desarticulados, voltando a se reorganizar somente por volta de 1974 nas comunidades do Retiro e Siderlândia⁵⁵³. A partir desse período os jocistas retomaram sua militância política, com atuação no MDB além da participação em associações de moradores e pastorais da Igreja, como revelam documentos militares⁵⁵⁴ e depoimentos colhidos entre militantes⁵⁵⁵.

2.9. A morte dos soldados no 1º BIB

Um dos episódios mais dramáticos ocorridos no quartel de Barra Mansa e que marcou significativamente a relação da Igreja com os militares na região foi a morte de quatro soldados ocorridas entre 26 de dezembro de 1971 e 12 de janeiro de 1972, sob responsabilidade do exército. O clima era tenso entre a Igreja diocesana e os militares e esse episódio demonstrou mais uma vez o compromisso de Dom Waldyr com a defesa dos direitos humanos.

Esse caso teve origem em acontecimentos ocorridos no quartel de Barra Mansa em dezembro de 1971. Nessa ocasião quinze soldados foram detidos nessa unidade militar sob o pretexto de responderem uma sindicância que apurava consumo e tráfico de maconha nesse batalhão⁵⁵⁶.

Todos esses soldados foram torturados nas dependências do BIB, prática a que eram submetidos comumente militares e civis detidos nesse batalhão. Nessas sessões de torturas os soldados Geomar Ribeiro da Silva, Wanderlei de Oliveira, Juarez Monção Virote e Roberto

⁵⁵³ Depoimentos de Edson Santana, entrevista realizada em 16/10/16 e Edir Alves, entrevista realizada em 21/01/17.

⁵⁵⁴ APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Informação 811/75, Ministério do Exército, 1º Exército, de 11/04/75. Os militares apontavam erroneamente Rosalice como a líder da JOC nesse período. ARQ/DGIE/SSP/RJ, LDA 15863 de 04/06/1975.

⁵⁵⁵ Depoimentos de Edson Santana, entrevista realizada em 16/10/16 e Edir Alves, entrevista realizada em 21/01/17.

⁵⁵⁶ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda. Levantamento realizado por Irmã Martha Dale, 12.03.96, entrega da Medalha Chico Mendes à Dom Waldyr.

Vicente da Silva foram assassinados como ‘queima de arquivo’, pela equipe “S2” da divisão Blindada de Barra Mansa, segundo análise do Relatório da CMV.

Essa equipe, comandada pelo capitão Niebus, decidiu esconder os assassinatos dos jovens, ocultando seus cadáveres que foram esquartejados e jogados em estradas da região. Os militares contavam com a impunidade.

Para despistar a população os militares, segundo o Relatório da CMV, divulgaram nas rádios e jornais locais a falsa notícia de que os soldados estavam desaparecidos. Dom Waldyr, no entanto, ao ser avisado do assassinato dos soldados pela irmã de uma das vítimas, não hesitou em denunciar mais esse crime dos militares. Cobrou explicações do comandante do BIB e denunciou o caso na imprensa, ganhando forte repercussão na mídia nacional⁵⁵⁷. Depois dessas denúncias, os corpos dos soldados foram entregues às famílias com as marcas das torturas⁵⁵⁸.

Em uma entrevista ao Jornal do Brasil, Dom Waldyr revelou que o motivo do assassinato dos jovens foi o fato deles terem sido testemunhas do assassinato de um homem confundido com um ativista político em uma patrulha pelas ruas da cidade ⁵⁵⁹.

O bispo sabendo que com essas denúncias enfrentaria problemas com os militares novamente buscou respaldo junto a seus pares, encaminhando a questão ao Núncio Apostólico, Umberto Mozzoni, em uma carta datada de 21 de janeiro de 1972. A resposta foi evasiva não garantindo nenhum apoio concreto a suas ações. O Núncio provavelmente temendo conflitos com o governo afirmou que o bispo deveria se tranquilizar pois já cumprira seu papel informando aos militares o ocorrido, afirmando ainda temer que Dom Waldyr estivesse sendo instrumentalizado⁵⁶⁰. Continuando com sua estratégia de se blindar e ganhar apoio, Dom Waldyr encaminhou em 11 de fevereiro, uma carta a diversos bispos brasileiros relatando os fatos, justificando que era a maneira de esclarecer essa questão, evitando que fossem ludibriados pela imprensa e pelo governo.

A solidariedade de seus pares foi expressa em diversas cartas de apoio a Dom Waldyr. Os arquivos da Cúria trazem treze cartas de apoio de bispos das mais variadas posições políticas, hipotecando solidariedade ao bispo de Volta Redonda⁵⁶¹.

Diante da negativa do Núncio, Dom Waldyr levou a questão diretamente ao secretário da CNBB, Dom Ivo Lorscheider, de posições políticas mais progressistas, que encaminhou esse episódio para ser debatido na Comissão Bipartide⁵⁶², que se constituiu de um fórum de discussões organizado pelo general Antônio Carlos Muricy, expoente do regime militar, e Cândido Mendes, intelectual católico.

Esses encontros ocorreram no governo Médici (1969-74) concretizando-se em reuniões secretas entre bispos, leigos católicos e militares, com o objetivo de discutir e resolver atritos entre as duas instituições. Os primeiros deles, segundo Serbin (2001: 205), ocorreu em novembro de 1970, contando com a participação de Dom Vicente Scherer, Dom Avelar Brandão, Dom Aloísio Lorscheider, Dom Eugenio Sales e Cândido Mendes, que compunham o grupo religioso. Os militares foram representados por gen. Paula Couto (EME), cel. Omar

⁵⁵⁷ Os arquivos da Cúria contêm notícias dos jornais O Globo, Estado de São Paulo, Jornal do Brasil abordando essa questão.

⁵⁵⁸ Dois corpos foram encontrados em Rio Claro e Bananal, enquanto o último corpo, com queimaduras, havia sido enviado para o HCE (Hospital Central do Exército) no Rio de Janeiro. Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda Jornal Gazeta do Aço, 9 a 15.10.1981.

⁵⁵⁹ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal do Brasil, 14 de novembro de 1999.

⁵⁶⁰ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta de Dom Umberto Mozzoni a Dom Waldyr, de 21 de janeiro de 1972 e 04 de fevereiro de 1972.

⁵⁶¹ Arquivos da Cúria Diocesana. Cartas de Dom Aldo Gerna, Dom José Brandão de Castro, Dom Delfim Ribeiro, Dom José Eugênio Corrêa, Dom Avelar Brandão, entre outros.

⁵⁶² Serbin (2001:204) afirma que antes da Bipartide houve uma proposta frustrada de diálogo intitulada de Encontros Tripartide, com a participação de militares, clérigos, empresários e outros segmentos.

(SNI), Dantas Mello (assessor do Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid) e gen. Muricy. Nos encontros posteriores outros personagens foram incorporados ao grupo inicial, como Dom Paulo Evaristo Arns⁵⁶³, Dom Helder Câmara e Dom Eugênio Sales⁵⁶⁴.

Serbin apresenta ideias relevantes para analisar essas relações destacando o diálogo estabelecido entre essas duas instituições, negando o senso geral de que na fase dos ‘anos de chumbo’ houve um rompimento de relações entre Igreja e Estado. Na verdade, a Comissão Bipartite foi um caminho de diálogo do qual participaram também expoentes do clero progressista. Serbin também destaca o papel do cardeal Dom Eugênio Sales que galgou cargos na hierarquia eclesial, projetando-se como uma das mais influentes autoridades católicas do país e um dos principais interlocutores da Igreja com o governo, haja vista que mantinha posições políticas moderadas, palatáveis aos militares.

Serbin (2001) destaca que o diálogo com os militares não foi encetado somente pelos bispos considerados conservadores, como Dom Agnelo Rossi, Dom Jaime de Barros Câmara, Dom Vicente Scherer, mas também por expoentes da ala progressista com Dom Aloísio Lorscheider, Dom Ivo Lorscheider e Dom Paulo Evaristo Arns.

Esse caso foi apresentado ao general Antônio Carlos Muricy, que desafiado por Dom Ivo, iniciou investigações que resultaram na abertura de um IPM contra os próprios militares para investigar as mortes dos soldados.

Dom Waldyr novamente movimentou sua rede de comunicação e manteve a CNBB e o episcopado ciente dessa situação. Recebeu amplo apoio. Nossas pesquisas no arquivo da Cúria diocesana, encontramos treze cartas de apoio de bispos solidários a Dom Waldyr⁵⁶⁵.

Em março de 1973, de acordo com o Relatório da CMV, mais de um ano após o assassinato dos jovens, os militares acusados foram julgados e condenados. Contando com apoio da CNBB, Dom Waldyr conseguiu a punição dos responsáveis pelas mortes: o tenente-coronel Gladstone Pernassetti Teixeira, foi condenado inicialmente a sete anos de prisão, mas teve sua pena reduzida depois para seis meses; o capitão Dálgio Miranda Niebus, condenado a 84 anos, cumpriu menos de 8 anos, o 2º-tenente R/2 Paulo Reinaud Miranda da Silva, os 3º-sargentos Ivã Etel de Oliveira, Rubens Martins de Sousa e Sidnei Guedes, os cabos Celso Gomes de Freitas Filho e José Augusto Cruz e os policiais Néelson Ribeiro de Moura e Iranides Ferreira, foram também condenados pelo Conselho Especial de Justiça da 2ª Auditoria do Exército, a penas de prisão e perda da patente. O coronel Ariosvaldo, comandante do batalhão, foi colocado na reserva.

⁵⁶³Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal e arcebispo de S. Paulo, arquidiocese mais importante do país, era alinhado à Igreja Progressista. Foi um dos mais aguerridos bispos brasileiros na luta contra a ditadura. Fundou a CJP da arquidiocese de SP, uma das mais atuantes do país na defesa dos direitos humanos. Coordenou juntamente com o pastor Jayme Wright, o projeto Brasil Nunca Mais, que reuniu farta documentação de denúncia contra os crimes da ditadura. Seguindo Souza (2004), desde o período em que era bispo auxiliar de São Paulo já denunciava as arbitrariedades dos militares e enfrentava o comando da segunda região militar. Foi um grande aliado de Dom Waldyr, inclusive esteve na diocese local em diversos momentos.

⁵⁶⁴Foi um dos mais influentes bispos brasileiros, interlocutor privilegiado com militares e o Vaticano. Dom Eugênio notabilizou-se por representar os setores conservadores da Igreja, com o qual se alinhava política e pastoralmente. O consenso estabelecido sobre Eugênio Sales era de que atuou próximo dos militares com posições sempre favoráveis a ditadura. Serbin (2001) relativizou essa análise afirmando que esse cardeal manteve uma postura de oposição à ditadura, sua aproximação com os militares, segundo esse autor, foi uma tática para manter canais de diálogo, optou por não se confrontar abertamente com os militares para assim defender os opositores do regime, principalmente as vítimas da repressão política, torturados e perseguidos políticos. Em nossa visão, Dom Eugênio era favorável a ditadura, atuou junto aos perseguidos políticos, e faria isso em qualquer regime, de direita ou esquerda, por contada defesa dos direitos humanos, valor incontestável da fé cristã, por convicção cristã, moral e humana, independentemente de quem fosse a vítima. Era um conservador confesso e defensor intransigente dos dogmas católicos.

⁵⁶⁵Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, cartas de bispos a Dom Waldyr, entre janeiro e março de 1972.

O processo que correu em segredo de justiça foi o único caso de condenação dos militares em plena ditadura militar, mas nem de longe representou uma condenação às práticas de tortura na ditadura. Segundo Gaspari (2002: 324), *‘... nenhuma providência tomaram os generais para sinalizar que a punição era uma advertência aos torturadores. Pelo contrário. Colocaram o processo em segredo de Justiça’*. Serbin (2001) ressalta que essa condenação foi um dos primeiros casos resolvidos pela Comissão Bipartite, recentemente instalada. Vale destacar também que esse caso ocorreu em um momento em que a imagem do Brasil no exterior era arranhada por denúncias de torturas por grandes órgãos da imprensa internacional e a condenação dos torturadores do BIB era uma ‘resposta’ de que o governo não compactuava com essas práticas, ou seja, literalmente para ‘inglês ver’, como diria o ditado popular.

A repercussão desse episódio atingiu tal ponto que o ministro do Exército, antes mesmo de seu julgamento final, ainda em setembro de 1972, mudou o nome do quartel para 22º BIMtz- Batalhão de Infantaria Motorizada. Mais tarde, em 1991 essa unidade tornou-se em Tiro de Guerra.

Em entrevista à Revista Sem Fronteiras⁵⁶⁶ Dom Waldyr relatou que, a partir da punição dos militares envolvidos neste caso de tortura, finalmente a Igreja diocesana ficou livre da ostensiva repressão militar, reflexo também do início do processo de abertura política que se iniciava no país.

Esse caso demonstra o compromisso de Dom Waldyr com os direitos humanos. Mesmo depois de contrapor aos militares em diversas ocasiões, ele não se furtou em mais um a vez denunciar as ações nocivas de alguns oficiais do BIB. Mostra também como ele era bem articulado e sabia de mover muito bem no intrincado xadrez político da CNBB, circulando muito bem entre bispos conservadores e progressistas, defendendo sempre suas posições de solidariedade aos mais fracos.

2.10. Uma rede de solidariedade

Dom Waldyr notabilizou-se também por sua solidariedade com a situação de diversos religiosos⁵⁶⁷ e presos políticos perseguidos pela ditadura, colocando a Igreja de Volta Redonda em sintonia com as lutas contra a ditadura que se travaram neste período.

Após a edição do AI-5, em dezembro de 1968, mesmo enfrentando uma onda de prisões na diocese desencadeada pela Operação Gaiola, o bispo posicionou-se favoravelmente a um grupo de padres e seminaristas de Belo Horizonte presos também sob acusação de atos ‘subversivos’ e ligações com organizações guerrilheiras⁵⁶⁸. Em solidariedade a esses religiosos enviou uma carta que foi lida nas missas e celebrações do dia 22.12.68⁵⁶⁹, acionando mais uma vez seu sistema de comunicação. O bispo teve ainda o cuidado de alertar os padres diocesanos que caso tivessem dificuldades para promover a leitura da carta no domingo combinado, solicitando ainda que lhe relatassem essas dificuldades para que fossem sanadas⁵⁷⁰.

Nessa empreitada contou também com o apoio de Monsenhor Barreto, vigário-geral da Diocese. Um episódio narrado por um militante exemplifica a participação do monsenhor

⁵⁶⁶ Revista Sem Fronteiras, agosto de 1989, nº 171, p. 14.

⁵⁶⁷ A Igreja de Volta Redonda se solidarizou com o padre-operário Pierre Walthier, expulso do país em virtude de sua participação na greve de 1968, na Cobrasma em Osasco. A diocese publicou uma carta que foi lida em todas as missas do dia 09/09/1967. Arquivo da Cúria Diocese Volta Redonda-Barra do Pirai, Carta do Clero em 03/09/1967.

⁵⁶⁸ Esses religiosos, três padres franceses e um diácono brasileiro, foram presos no dia 28 de novembro de 1968, gerando comoção na diocese. O principal alvo era o padre. Michel Le Ven, assistente da JOC e professor de teologia. (Passos, 2008).

⁵⁶⁹ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Homilia de Dom Waldyr em 22/12/1968.

⁵⁷⁰ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda Homilia de Dom Waldyr Calheiros de Novais para o dia 22 de dezembro, IV Domingo do Advento.

nesses embates. Em 1964, no episódio do golpe, Dom Waldyr foi alertado por ele de que um jovem militante de Vargem Alegre, distrito de Barra do Piraí, preso também no quartel de Barra Mansa tinha em residência materiais políticos que poderiam cair nas mãos dos militares. Dom Waldyr acionou monsenhor Barreto, que foi até a casa do militante e queimou os materiais. Quando os militares chegaram não encontraram nada comprometedor⁵⁷¹.

Outra contribuição de Dom Waldyr foi a de participar, juntamente com outros bispos, incluindo Dom Tomás Balduino, Dom José Maria Pires e Dom Paulo Evaristo Arns, expoentes da ala progressista da Igreja brasileira, de uma rede de apoio à perseguidos políticos⁵⁷². De acordo com o depoimento de um experiente militante político volta-redondense, Dom Waldyr abrigou diversos presos políticos na Igreja Santa Cecília, juntamente com padre Natanael e o padre Arnaldo⁵⁷³. Cardonha (2011) descreveu que ele foi acusado ainda de participar de uma ‘Frente Única’ contra a ditadura, articulada pelo PCB com a participação de artistas, intelectuais, juristas e políticos do MDB e comunistas, que na verdade não se concretizou, não tendo nenhuma comprovação documental desse fato. Dom Waldyr relatou a Serbin (2001: 130) que no início dos anos de 1970 participou de reuniões em São Paulo com membros do clero para discutir ações contra a ditadura e a questão dos presos e desaparecidos políticos e municiar a oposição. Provavelmente surgiram dessas reuniões a iniciativa dos bispos visitarem os presos políticos.

Dentro dessa tática, Dom Waldyr visitava e se comunicava periodicamente com diversos presos políticos de todo o país⁵⁷⁴. Ele afirmou que era o meio que encontraram para evitar torturas e o desaparecimento desses presos⁵⁷⁵. Diversas dessas cartas encontram-se no arquivo da Cúria, demonstrando a gratidão dos presos políticos para com Dom Waldyr. O acompanhamento de um preso político, incluindo visitas periódicas e o endereçamento de cartas, além de ser um sinal de atenção e cuidado, representava, sobretudo uma questão de segurança, pois os agentes da repressão, sabedores dessa ligação do bispo com o preso político, deveriam preservar sua integridade física. Ressaltamos que todas as cartas enviadas pelos presos políticos endereçadas a Dom Waldyr, passavam pelo crivo da censura militar, mesmo assim eram canais importantes de comunicação pois garantiam a visibilidade desse prisioneiro político, emitindo sinais de que continuava vivo e principalmente, que um bispo o acompanhava, garantindo sua vida. Os presos reconheciam esse trabalho de Dom Waldyr e o tratavam com muita deferência. Cartões de natal assinados por presos políticos das mais diversos matizes políticos, atestam essa questão⁵⁷⁶.

Um caso interessante de contato de Dom Waldyr foi estabelecido com Vanderlei Caixe⁵⁷⁷, preso na Penitenciária de Presidente Wenceslau, juntamente com os frades

⁵⁷¹ Entrevista com Lincoln Botelho, realizada em 20/06/2016.

⁵⁷² O preso político cita nominalmente esses bispos como os que faziam visitas no presídio de Presidente Wenceslau. Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Cartas de Vanderlei Caixe a Dom Waldyr em 18/02/1973, e 18/04/1973. Entrevista com Dom Waldyr Calheiros, realizada em 19/10/2000. Essa entrevista foi realizada em minhas pesquisas para o mestrado.

⁵⁷³ Entrevista com Lincoln Botelho, realizada em 20/06/2016.

⁵⁷⁴ Arquivo da Cúria Diocesana Barra do Piraí- Volta Redonda, Cartas de padre José Alberto a Dom Waldyr, em 30/09/1972. Carta de Cláudia Madureira da Silva Pereira (mãe de Pedro Celestino Pereira, preso político) em 10/07/1975. Carta de Theodomiro Santos a Dom Waldyr, em 07/02/1978.

⁵⁷⁵ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Levantamento realizado por Irmã Martha Dale, 12.03.96, entrega da Medalha Chico Mendes à Dom Waldyr.

⁵⁷⁶ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Cartão de natal dos presos do Carandiru, SP em 1974. Cartão de Natal dos presos políticos de São Paulo, dezembro de 1976.

⁵⁷⁷ Vanderlei Caixe militou na FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional). Permaneceu preso entre 1969 e 1974. Formou-se em Direito e atuou em diversos movimentos sociais ligados aos direitos humanos e luta pela terra. Disponível em http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=198973&id_secao=1. Acessado em 19/09/2018.

dominicanos Ivo Lespaupin⁵⁷⁸, Fernando Brito e Frei Betto. Ele manteve correspondência com Dom Waldyr por mais de um ano⁵⁷⁹, relatando como era importante e reconfortante as visitas que ele fazia aos presos políticos: “... mesmo entre os presos comuns, nossos permanentes companheiros de coabitação carcerária, pudemos sentir o efeito irradiante dessa visita, que se propagou pelos pavilhões”⁵⁸⁰. Relatava também as dificuldades encontradas na prisão, mas, sobretudo as redes de solidariedade e as estratégias de resistência empregadas, como organização de grupos de estudo, biblioteca ambulante, ministração de aulas de português, história e matemática, etc.

Uma militante do Movimento pela Anistia Política⁵⁸¹ revelou uma importante rede de apoio que se organizou em Volta Redonda, imediatamente pós-anistia, para receber os presos políticos que iam sendo libertados. Esse grupo que atuava clandestinamente era formado por Elvi Vasconcelos, Itaélcio e Ênio Fazollo com apoio do padre Sano e Dom Waldyr, recebia os ex-presos políticos principalmente na casa de Elvi Vasconcelos, localizada na rua Sete de Setembro, no bairro Aterrado, até que pudessem se transferir com segurança para suas residências ou lugar indicado por seus grupos políticos. Segundo Elvi, dezenas de militantes passaram por essa rede de apoio, que incluía também residências em outros locais da cidade. Segundo ainda Elvi, Rosalice Fernandes ficou por alguns dias escondida em sua casa para despistar os militares, que achavam que ela estava na casa do bispo⁵⁸².

Ele também contribuiu para que muitos militantes perseguidos pela ditadura deixassem clandestinamente o país. Para tanto participou da organização de uma conexão que contava com o apoio da Igreja de Foz do Iguaçu e que permitia a fuga desses militantes pela tríplice fronteira Brasil, Argentina e Paraguai. Um desses militantes, o chileno Manuel Espech Almeida, revela em uma carta sua gratidão a Dom Waldyr por tê-lo ajudado a sair do Brasil em 1975 em direção a Argentina⁵⁸³. Ele agradeceu também ajuda a um amigo, que Dom Waldyr conseguiu levar até a Venezuela. Manuel enviou a carta para a CNBB pois não sabia nem o nome completo e nem o endereço de Dom Waldyr⁵⁸⁴.

A posição política de Dom Waldyr era noticiada pela grande imprensa nacional, particularmente seu apoio à luta dos estudantes no período⁵⁸⁵. Sua proximidade com a UNE bem como sua posição pública de oposição à ditadura, levaram essa entidade estudantil a fazer contatos com ele procurando um local para abrigar com segurança, um congresso clandestino naquele ano. Dom Waldyr afirmou que ofereceu um local chamado Fazenda das Arcas, próximo do município de Rio Claro, para que os estudantes realizassem o seu congresso mas os dirigentes estudantis desistiram de realizar o evento nesse local pois avaliaram que a geografia do terreno, cercado por morros, facilitaria uma possível ação dos militares e optaram então por Ibiúna em S. Paulo⁵⁸⁶.

⁵⁷⁸ Dom Waldyr manteve grande proximidade com esses presos políticos. Frei Ivo o convidou para ordená-lo diácono na Igreja dos Dominicanos no Leme, RJ. A justificativa para o convite: “ Não é preciso que eu diga o quanto o Sr. significa para nós, a união que teve conosco durante estes anos e a maneira como compreende e realiza o serviço à Igreja”. Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Cartão de natal dos presos do Carandiru, SP em 1974. Cartão de Natal dos presos políticos de São Paulo.

⁵⁷⁹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Cartas de Vanderlei Caixe a Dom Waldyr em 18/02/1973, 18/04/1973, 17/08/1973, 31/10/1973, 11/12/1973 e 14/09/1974.

⁵⁸⁰ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Vanderlei Caixe a Dom Waldyr em 18/02/1973.

⁵⁸¹ Entrevista com Elvi Fernandes, realizada em 12/12/2018.

⁵⁸² Arquivo Aperj, Prontuário de Rosalice Fernandes, Informe 0214/78 de 20/09/78, DPPS Interior e Informe 03131 DARC/DGIE de 25/09/78, SSP-SESP.

⁵⁸³ Manoel foi preso na Argentina e levado para o Chile, onde ficou preso por alguns dias. Perseguido pela ditadura de Pinochet, Manoel Espech, retornou ao Brasil, estabelecendo-se em Maringá, PR. Disponível em w.jornalmateriaprimeira.com.br/2015/05/golpe-no-chile-levou-manolo-a-esperanca/. Acessado em 13/09/2018

⁵⁸⁴ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Manuel Espech Almeida a Dom Waldyr (sic).

⁵⁸⁵ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Jornal do Brasil, 30.05.68.

⁵⁸⁶ Entrevista com Dom Waldyr Calheiros, realizada em 19/10/2000.

Dom Waldyr possuía boas articulações políticas e mantinha interlocução com diversos atores no meio político nacional e eclesial. Serbin (2001) enumera três personagens que se destacaram na defesa dos direitos humanos durante a ditadura: Dom Hélder Câmara, Alceu Amoroso Lima e Branca de Mello Franco Alves. Dom Waldyr mantinha estreita ligação com todos. Alceu Amoroso manteve contato com ele em diversas ocasiões. Dom Hélder era um amigo desde o período em que eram bispos auxiliares no Rio de Janeiro, e Branca Alves, destacada ativista política da luta pela Anistia Política e mãe de Marcio Moreira Alves, também era muito próxima de Dom Waldyr, que inclusive frequentava sua casa e seu sítio⁵⁸⁷.

Ele também mantinha articulações com Márcio Moreira Alves, que constantemente dialogava com o bispo⁵⁸⁸, inclusive o indicou como testemunha da defesa em 1968⁵⁸⁹, no processo que resultou na cassação de seu mandato e iniciou o drama da edição do AI-5.

Dom Waldyr construiu bom trânsito nos corredores políticos da Igreja, dialogando com progressistas e conservadores. Era um bispo de ‘relações e articulações’, segundo depoimentos de duas importantes entrevistadas, Jessie Jane Vieira e Marlene Fernandes. Não assumiu cargos na cúpula eclesiástica, não era um ‘bispo carreirista’, exceto na coordenação nacional da PO no final dos anos de 1970, preferindo atuar na base e nos bastidores. Dom Waldyr era um bispo ‘cosmopolita’, aberto a vários contatos e articulações, transitando nos foros da CNBB e nos grupos políticos de oposição ao regime, de acordo com análise de Jessie Jane Vieira, uma das maiores estudiosas de Igreja no Brasil.

Exponentes da Igreja nacional como Sobral Pinto, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Jaime de Barros Câmara, Dom Agnelo Rossi, Dom Ivo Lorscheider, mantinham contatos e relações com Dom Waldyr. Nas várias cartas percebemos que os bispos das variadas tendências o tratavam com deferência e proximidade, Dom Eugênio Sales com frequência o convidava para se hospedar em sua casa.

Ao longo desse capítulo analisamos que com o recrudescimento do autoritarismo militar nos anos de “chumbo” houve uma aproximação de setores da Igreja Católica com grupos de esquerda. Essa instituição religiosa, ao se opor às arbitrariedades praticadas pelos militares e assumir a defesa dos direitos humanos mostrou-se aberta aos grupos opositores da ditadura militar.

Nesse cenário de intensa repressão política, setores da esquerda romperam com o monolitismo político do PCB e reorientaram suas táticas de enfrentamento, optando pela luta armada, enquanto que a Igreja, influenciada pelo Vaticano II e pela Conferência de Medellín, direcionou-se para uma atuação pautada pela crítica às desigualdades sociais, pela defesa dos direitos humanos e da democracia. Alguns setores da Igreja, aglutinados em torno da ‘esquerda católica’ e organizados na linha progressista católica, aproximaram-se dos grupos opositores da ditadura militar instalada no país, inclusive da esquerda armada e vice-versa.

Em Volta Redonda essa aproximação operou-se a partir do bispado de Dom Waldyr, quando a Igreja local assumiu um papel catalisador de diversos movimentos políticos contestadores da ditadura que atuavam na região, colaborando para sua reorganização. A diocese local passou a contestar a política autoritária do regime ao mesmo tempo em que apoiava as reivindicações populares e atuação de grupos opositores ao regime, particularmente grupos de esquerda. Tornou-se também alvo das espionagens e da repressão política militar.

Vários militantes cristãos e de esquerda foram indiciados nas operações militares e submetidos a torturas, ocorridas no 1º BIB, sediado em Barra Mansa. Por conta disso o bispo e setores católicos foram indiciados em três IPMs, que terminaram arquivados. A ‘Operação

⁵⁸⁷ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, carta de Branca Moreira Alves em 29/01/1970.

⁵⁸⁸ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, carta de Márcio Moreira Alves a Dom Waldyr Calheiros em 20/10/1978 e de 30/08/1982.

⁵⁸⁹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, carta de Márcio Moreira Alves a Dom Waldyr Calheiros em 03/12/1968.

Gaiola” e a formação da Frente Operaria, que contou com a participação de jocistas e dois padres locais, representaram os momentos mais tensos desses conflitos e mostraram também a capacidade de resistência dessa Igreja.

O posicionamento firme e corajoso de Dom Waldyr e da Igreja diocesana neste período são reconhecidos por todos àqueles que lutam pelos direitos humanos, sinal deste reconhecimento foi a homenagem do grupo Tortura Nunca Mais, que o homenageou com concessão da Medalha da Resistência de Chico Mendes, em 1996⁵⁹⁰

Todos esses casos analisados representaram um momento crítico na vida da Igreja diocesana. Essa Igreja particular de Volta Redonda junto com seu bispo, assumiu o papel de porta-voz daqueles que eram perseguidos pelo regime militar. O preço desse compromisso foi relatado por ele: “(...) *era contra o trabalho da Igreja. Era o trabalho da Igreja que incomodava, que nas suas comunidades de base, via tudo aquilo que era injustiça. Sofremos perseguição por sermos atuantes*”⁵⁹¹.

⁵⁹⁰Arquivo da Diocese Barra do Pirá-Volta Redonda Jornal Diário do Vale, 02.04.1996.

⁵⁹¹Entrevista com Dom Waldyr Calheiros, realizada em 19/10/2000.

Capítulo III- As relações esquerdas e Igreja na ‘abertura política’

*‘(...) só a união dos fracos vence o medo provocado pelos fortes’*⁵⁹²

3.1. Introdução

Nesse capítulo discutiremos as aproximações entre Igreja e esquerdas em Volta Redonda, nos anos de 1970. Nesse período, graças ao trabalho desenvolvido pela diocese na periferia da cidade e à formulação de uma tática das esquerdas pós-luta armada que priorizou a aproximação com os setores populares. Sader (1995) afirma que a esquerda revolucionária viveu uma crise de identidade pós-derrota da luta armada, iniciando um processo de autocrítica que questionou a tese do vanguardismo. Segundo ele, o MR-8, a AP, POLOP, reorganizada em 1970, e a Ala Vermelha, iniciaram essas discussões.

A luta armada que seduziu setores da esquerda, gradativamente, cedeu lugar ao discurso democrático, havendo um deslocamento da palavra ‘revolução’ para palavra ‘democracia’ como síntese das lutas políticas, segundo Weffort, (1986). Nesse contexto, a derrota da luta armada, o processo de redemocratização que começava a se desenhar e a inserção de novos atores sociais na arena política, possibilitaram a emergência de novas formas de atuação política das esquerdas. Coelho (2009) destaca essa problemática afirmando que um dos desafios das esquerdas no Brasil e na América Latina nessa época era compreender o processo de redemocratização em curso e os novos parâmetros das lutas políticas.

Sader (1995) analisa essa questão destacando a fragmentação, a pluralidade e a diversidade como características definidoras desses movimentos. Wanderley (1987b) destaca a emergência desses movimentos sociais urbanos como aglutinadores das demandas urbanas (luta por água, luz, esgoto, etc), que compuseram essa nova agenda política. Novos espaços de resistência se formaram e os atores políticos envolvidos nessa empreitada definiram novas táticas na luta contra a ditadura.

Essa nova formulação deve ser analisada no contexto interno e externo. Do ponto de vista internacional, a crise das esquerdas e do marxismo no final dos anos de 1960 motivada pelas interrogações provocadas pelo XX Congresso do PCUS, quando Krushev denunciou os crimes de Stálin, pela Primavera de Praga bem como pelo desencantamento com os limites do socialismo real, além da efervescência e críticas dos movimentos estudantis de 1968, criaram um clima de oposição ao centralismo, ao burocratismo e ao autoritarismo dos partidos comunistas, provocando uma crise nas esquerdas europeias. Silva (2009) endossa essa questão afirmando que a toda a mentalidade construída pelo marxismo-leninismo implantado na URSS entrou em crise, abrindo caminho para o desenvolvimento de novas visões de esquerda. Na Europa, dissidências comunistas romperam com o PCUS e o monolitismo soviético. A experiência do eurocomunismo, que plantou raízes na França, Itália e Espanha, colocaram-se como alternativa ao comunismo soviético (Bottomore, 1988).

No plano nacional, o cenário era marcado de um lado pela derrota da luta armada e o lento processo de abertura política conduzido pelos militares e, por outro lado, pelas lutas pela redemocratização e o surgimento de novos movimentos sociais. Todos esses fatores criaram condições para a discussão de novos conceitos no pensamento das esquerdas.

Novas categorias de análise foram inseridas nesse campo, como cotidiano, subjetividade, pluralismo, democracia, liberdade, etc, compondo uma nova proposta política de esquerda, que segundo Coelho (2009), propunha mudanças nos costumes, na música, nas artes e alimentava a luta do movimento feminista, a aproximação de Marx e Freud, proposta pela

⁵⁹² Arquivo da Cúria, carta de apoio de Dom Waldyr aos professores em greve, 1979.

Escola de Frankfurt e o pensamento de Marcuse criticando a sociedade industrial e o consumismo.

Essa nova onda que serviu de base para o surgimento de novos movimentos sociais na década de 1960, a partir do ‘maio francês’ de 1968 que mesmo derrotado em suas reivindicações imediatas espalhou-se pela Alemanha, Polônia, Espanha, EUA e Brasil. No campo socialista a repressão a Primavera de Praga que pretendia o ‘socialismo de rosto humano’ mostrou que a URSS não permitiria nenhuma mudança em seu espectro político, justificando sua atuação como uma forma de impedir a restauração do capitalismo. Nessas lutas a juventude expôs seu potencial contestador e revolucionário. Referindo-se a esse momento, Coelho (2009) destacou que, se houve um momento que correspondeu a um levante mundial simultâneo, foi em 1968.

Essa releitura de sua estratégia política trouxe novos parâmetros para as relações entre esquerdas com a Igreja. Apresentamos a hipótese de que com a ressignificação das táticas de ação política das esquerdas na década de 1970 houve uma aproximação com os setores da Igreja que mantinham estreito contato com setores populares nas periferias urbanas.

Dentro dessa ótica, setores da esquerda em Volta Redonda optaram por uma estratégia de aproximação com o movimento operário e popular⁵⁹³, com o objetivo de recompor sua organização e atuação política. Destacou-se nesse contexto a formação da FO, com a participação da VAR-Palmares, da POLOP, além da atuação do MEP, no final dos anos de 1970, e de diversos militantes de esquerda independentes que atuavam de maneira autônoma sem estarem integrados em grupos ou organizações partidárias.

Nos anos de 1970, segundo Soares (2001), a Igreja organizou diversas CEB’s nas periferias da cidade que se constituíram como um novo espaço eclesial, político e social fomentador de diversos movimentos e mobilizações. Sader (1995) destaca que as pastorais católicas foram lugares públicos onde se reelaboraram essas novas experiências populares que contaram com participação expressiva de militantes de esquerda. Segundo Krischke (1987) essas comunidades propiciaram um duplo processo de constituição de identidades, de um lado promoveram mudanças na estrutura interna da Igreja, gerando uma nova identidade religiosa pautada pela valorização dos leigos e por outro lado, promoveram mediações com a sociedade, estimulando identidades políticas autônomas e democratizantes.

Nesse contexto grupos de esquerda atuaram na cidade como o MEP- Movimento de Emancipação do Proletariado, o ‘MDB Trabalhista’, a Convergência Socialista e outros militantes independentes de esquerda (Marlene Fernandes, Elvi Vasconcelos, Edgard Bedê, Eloá Jane, etc) aproximaram-se da Igreja e atuaram em parceria com essa instituição. Nessa época salientamos que a maioria dos militantes dos movimentos sociais e das esquerdas surgiu e atuava na Igreja. A grande exceção foi Juarez Antunes, expressiva liderança local, eleito posteriormente presidente do Sindicato, que não era ligado organicamente, mas tinha apoio da Igreja. Juarez inicialmente militou no PT e depois aderiu ao PDT.

A propósito da questão suscitada acima, Rosalice Fernandes representou uma das faces significativas da relação Igreja-Esquerdas. Mesmo não pertencendo às hostes da Igreja, mantinha estreita ligação com o bispo Calheiros e angariou apoio junto às suas bases. Um caso emblemático que revela a aproximação e o distanciamento entre Igreja e esquerdas foi o vivenciado pela historiadora Jessie Jane Vieira de Souza e outros militantes, como o jornalista Nilo Sérgio Gomes, a ex-deputada estadual Aparecida Diogo e o líder sindical Luiz de Oliveira Rodrigues, revelam aspectos importantes dessa relação.

⁵⁹³ Sobre a questão dos movimentos populares os aglutinaremos em torno dos elementos constituintes básicos, segundo Wanderley: práticas coletivas, supra individuais; práticas de natureza diferenciada que se dão nas instâncias econômica, política e ideológica; práticas realizadas nas formas de protesto, denúncia, pressão, etc. (Wanderley, 1987).

Discutirei como a relação Igreja-Esquerdas em Volta Redonda foi permeada de questões que desafiaram uma aproximação maior, incluindo a questão da instrumentalização, relação dirigentes e bases, vanguarda e massas, cristianismo e marxismo, doutrina social da Igreja e luta de classes, construção da democracia, valorização da prática pastoral e prática política, respeito à hierarquia e controle do clero, revolução e libertação, entre outras.

Oliveira (1992:53) elenca três práticas políticas, muitas das quais implícitas, que moldaram a identidade da chamada “Igreja Popular” e que em nossa análise permeiam suas articulações e confrontos com a esquerda: prioridade à conscientização e organização popular de base, representando uma crítica ao vanguardismo e defesa do ‘basismo’; afirmação das classes populares como protagonistas das ações políticas e a recusa do capitalismo e a defesa de modelos socialistas.

Perani (1981) apontou uma questão fundamental que suscitava debates nos anos setenta: qual o papel da Igreja nas lutas políticas? Discutia-se nessa época qual seria a posição que essa instituição deveria adotar, se deveria atuar como coadjuvante ou como protagonista nessas lutas. No primeiro papel a Igreja serviria apenas de suporte para atuação dos atores políticos tradicionais e no segundo, seria o espaço concreto de consecução dessas lutas políticas.

Hoje, passadas algumas décadas, essa discussão está superada, mas no final dos anos de 1960 e nos anos de 1970, ela sustentou debates pois em um cenário marcado pela intensa repressão e pela obstrução dos canais tradicionais de representação política, (partidos políticos, sindicatos, parlamento, etc.) a Igreja assumiu um papel político de destaque protagonizando e liderando diversas lutas políticas que caberiam a sindicatos, partidos e outras entidades, servindo também de ponto de apoio para a atuação desses grupos políticos opositores da ditadura. Keck (2010: 76) afirma que nesse momento a Igreja atuou como a ‘ (...) ARENA promotora e protetora dos movimentos contestatórios. ’

Momentaneamente seu caráter suplementar de atuação foi substituído por um protagonismo que assustou suas lideranças mais conservadoras. Segundo Perani (1981) ambas as posições quando absolutizadas, instrumentalizam a Igreja. E acrescentamos, acirram as discussões com as esquerdas.

O encontro dessas matrizes gerou também outras questões controversas e enriquecedoras. Uma delas foi o confronto entre militantes católicos com os outros militantes que professavam outros credos, eram ateus ou agnósticos. A partir desse embate, ambos puderam perceber que, mesmo tendo objetivos e propostas semelhantes, as visões e táticas eram diferentes. Oliveira (1992:54) afirma que sob o paradigma da linguagem religiosa, as práticas políticas são sinais de construção do ‘Reino de Deus’, enquanto que sob o ângulo da linguagem política dos grupos de esquerda, essas mesmas práticas constituem-se como passos de um processo de transformação histórica.

Outra questão importante eram as diferentes matrizes discursivas e interpretativas que os separavam. Os militantes de esquerda possuíam discursos mais articulados, posições políticas e ideológicas bem definidas que causaram estranhamento no meio católico. Por outro lado, a matriz da linguagem do universo católico inspirado na Teologia da Libertação utilizava categorias do discurso religioso como ‘povo de Deus’, ‘opção preferencial pelos pobres’ ‘reino de Deus’, que causaram desconforto aos militantes de esquerda acostumados com expressões como ‘proletariado’, ‘classes populares’, ‘burguesia’, etc.

Uma questão que apresentou apreensões na relação Igreja-Esquerdas foi a temática de gênero e a participação feminina. Essa temática apesar de não ocupar lugar de destaque na agenda de discussões dos anos sessenta e setenta do século passado, pois a luta política contra a ditadura era a questão mais urgente, provocou pequenos atritos entre católicos e ativistas de esquerda. Esse tema na atualidade apresenta resistência e forte oposição no meio eclesial particularmente entre a hierarquia e o clero conservador que obstaculiza a discussão de temas

como sexualidade, aborto, usos do corpo, etc, entendidos por esses setores eclesiais como danosos à teologia e a moral católica.

3.2. A atuação das esquerdas nos anos de 1970 em Volta Redonda

Na década de 1970 a Igreja de Volta Redonda aproximou-se de diversos grupos de esquerda que atuavam na cidade nesse período. Essa aproximação foi facilitada por conta do processo de organização popular realizado pela diocese desde o final dos anos de 1960 e sua crescente interação com o movimento popular.

Andrade (1996) destaca que nesse contexto da ditadura, emergiram diversos movimentos sociais que sintonizados com as novas problemáticas e não cultivando uma relação instrumental com o Estado, além de se afastarem dos partidos políticos oficiais (ARENA e MDB), posicionaram-se como portadores das reivindicações populares que afloravam em todo país.

Analisando esse processo, Sader (1995:144) destaca que na década de 1970, três instituições em crise abriram espaço para novas elaborações e intervenções sociais, em função de sua crescente perda de influência: a Igreja Católica, de onde surgiram as CEB's, os grupos de esquerda, através de novas organizações políticas e o meio sindical, de onde surgiram o 'novo sindicalismo' e as oposições sindicais. Em Volta Redonda, essas três matrizes se encontraram e dialogaram, promovendo novas intervenções no espaço público, com a característica de serem tutelados e alimentados principalmente por grupos católicos.

Na década de 1970, surgiram diversos movimentos sociais que se organizaram sob a forma de associações de moradores⁵⁹⁴, clubes de mães, CEB's⁵⁹⁵, e outros, um canal para expressar suas reivindicações. Esse processo se desenrolou, sobretudo partir do ano de 1974, sob controle da Igreja, que enxergava nesse trabalho de base sua forma prioritária de se inserir nas periferias da cidade.

Esse trabalho se espalhou pela cidade contando com a coordenação de agentes intelectuais católicos, os padres-operários, religiosas e agentes de pastoral leigos. Uma militante ligada ao movimento feminista da cidade, que não tinha nenhuma ligação orgânica com a Igreja, explica como essa aproximação ocorreu: “(...) a Igreja funcionava como um guarda-chuva contra a repressão: “ (...) ela tinha essa função política e abrigava a todos, pois a política de Dom Waldir não era de excluir quem não fosse da Igreja. nós usávamos o espaço da igreja pra reuniões.”⁵⁹⁶.

Esses novos movimentos sociais sofreram influência da Igreja e dialeticamente influenciaram-na, forjando novas formas de organização, que segundo Telles (1987) possibilitaram o reconhecimento da existência de dimensões da vida social que escapam ao controle do Estado, bem como a expressão da capacidade de auto-organização dos trabalhadores e novas formas de participação vistas como 'portadoras do futuro'. Esses movimentos gestaram essas possibilidades, segundo Telles (1987: 80), entre as 'perspectivas' incluíam a construção de uma 'nova sociedade', a construção de um 'novo tipo de partido político' e a construção de um 'poder popular', e a 'construção de uma democracia aqui e

⁵⁹⁴ As associações de moradores começaram a se organizar no Brasil a partir dos anos de 1940. Na década de 1970 adquiriram novas feições, incorporando-se aos novos movimentos sociais (Mainwaring e Viola, 1987)

⁵⁹⁵ Nessa tese, as CEB's são abordadas um 'novo movimento social' de acordo com Warren (1987:42). Essa autora define esses novos movimentos por se caracterizarem por i) romper com o passado populista, ii) pela criação de novas formas comunitárias de participação direta das bases, tanto na reflexão como na ação, iii) autonomia frente ao Estado e partidos. Mainwaring e Viola (1987) os definem pelos critérios de afetividade, relações de expressividade, orientações comunitárias e organização horizontal.

⁵⁹⁶ Entrevista com Edgard Bedê, realizada em 02/07/2017.

agora'. Essas questões se realizaram em menor ou maior grau nos anos de 1970-80, e muitas ainda se constituem como possibilidades.

Esse processo também foi vivido pelo MDB, até então a oposição 'consentida'. Andrade (1996) analisa que esses movimentos sociais exerceram notável influência na dinâmica e nas propostas do MDB⁵⁹⁷. Esse partido, a partir de 1974, com a crise do milagre econômico brasileiro, ganhou musculatura e contornos políticos próprios, tornando-se uma verdadeira força opositora aglutinando diversos grupos políticos, desde partidos tradicionais no campo da esquerda (PCB, PCdoB) e novas organizações políticas como MR-8. Essas forças enxergavam o MDB como um espaço privilegiado de ação política e atuavam dentro desse partido. Os principais grupos de esquerda que atuavam em Volta Redonda nesse período eram:

MDB Trabalhista

O Departamento Trabalhista do MDB, o chamado MDB Trabalhista, se organizou como um 'setor' do MDB de Volta Redonda, cuja formação estava prevista na Lei Orgânica dos partidos políticos, criada pelo regime militar. Esse organismo partidário foi fundado em dezembro de 1975⁵⁹⁸ por um grupo de militantes políticos que atuavam no MDB, a maioria oriundos do antigo PTB e do PCB, sob a liderança de Rosalice Fernandes. Suas reuniões ocorriam em sua sede na Galeria Kennedy, no centro da cidade e na sede do MDB, no bairro Aterrado. As reuniões massivas, que aglutinavam grande público, eram realizadas nos clubes sociais locais, principalmente no Moto Clube, no bairro 249, e clube no Umarama, na Vila Santa Cecília.

Ele representou uma experiência política muito interessante pois aproximou o MDB das demandas populares e operárias da cidade. Sua diretoria era composta por Sérgio Murilo Braitto- presidente; Onício Zamboti, vice-presidente; Ettore Dalboni de Carvalho, 1º secretário; Sebastião Morais, 2º secretário; Francisco Ferreira Neto, 1º tesoureiro e Maurício Ramos, 2º tesoureiro. Outros militantes que se destacavam eram Silvestre Rosa e Eloá Jane.

Esse grupo atuou em Volta Redonda com estreito contato com a Igreja e participou de importantes mobilizações na cidade, como a luta pela anistia política, a defesa dos direitos dos operários e dos demitidos pela CSN, que não receberam as devidas indenizações ao "optarem" pelo FGTS, além de atuar na formação da OSM. Alguns de seus militantes alcançaram destacada projeção política: Rosalice Fernandes elegeu-se suplente de deputada estadual pelo antigo estado do Rio de Janeiro, Onício Zamboti, que se elegeu vereador em 1976, e Sérgio Braitto, uma das figuras mais respeitadas da esquerda em Volta Redonda nesse período.

Rosalice Fernandes era a coordenadora dos Departamentos Setoriais do MDB da cidade⁵⁹⁹. Sua atuação política despertava desconfiança no meio militar e por conta disso ela era acompanhada de perto pelos agentes da repressão⁶⁰⁰, que a acusavam de ter formado esse grupo por não ter conseguido influência política na gestão de Waldemar Lustosa à frente do

⁵⁹⁷ Essa autora analisa uma importante experiência de um governo emedebista, que em pela ditadura militar, construiu uma experiência de governos em Lages-SC, entre 1977-82, ancorada na participação popular. (Andrade, 1996).

⁵⁹⁸ Disponível em Hemeroteca Digital. Tribuna da Imprensa (RJ), 12 de dezembro de 1975, Edição 0803.

⁵⁹⁹ Arquivo BNM digital. Boletim DT Informa, número 1, ano I. Disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_05&pesq=csn+volta+redonda.

⁶⁰⁰ Arquivo Nacional – Departamento Trabalhista do MDB de Volta Redonda, Informação n. 1038/76-b – 22º BIMtz/ I Exército – 01/04/1976. Podemos identificar neste informe do 22º BIMtz do I Exército, que era efetuado investigação voltada a preocupação da manutenção do modelo partidário vigente nesse momento, informando que elementos agitadores poderiam acabar "tumultuando a vida partidária" em Volta Redonda.

Sindicato dos Metalúrgicos. Segundo eles, o MDB Trabalhista permitiria essa atuação junto aos metalúrgicos da CSN⁶⁰¹, transformando-se em um ‘sindicato dos metalúrgicos paralelo’⁶⁰².

O MDB Trabalhista criticava severamente atuação política de Waldemar Lustosa e surgiu em função dessa oposição. Lustosa pertencia aos quadros do MDB e foi eleito presidente do Sindicato em 1974 com apoio dos membros desse grupo e da Igreja, mas rompeu com esses militantes. Alinhou-se à CSN e estruturou um sindicato burocratizado, afastado das lutas sociais e da Igreja⁶⁰³. Em consequência, alguns de seus aliados romperam com ele e liderados por Rosalice, formaram o MDB Trabalhista. Esse grupo teve atuação expressiva particularmente na defesa dos operários da CSN, operando como um ‘sindicato paralelo’. Algumas de suas mobilizações reuniram cerca de 3 mil pessoas, por conta de sua pauta englobar discussões sobre a defasagem salarial e o processo de venda das casas da CSN pela CECISA.

Esse grupo se enfraqueceu depois da prisão de Rosalice Fernandes em 1976. Segundo Braitto, no episódio da prisão de Rosa, ocorrido em 1976, toda a direção do MDB, temendo represálias, se ausentou da cidade. Braitto, que permaneceu na cidade, foi convocado para depor no DOPS, RJ. Por conta desse temor o MDB Trabalhista se desarticulou e, um ano depois, em 1977, deixou de se organizar. Seus militantes continuaram militando no MDB⁶⁰⁴ e outros grupos de esquerda.

MEP- Movimento pela Emancipação do Proletariado⁶⁰⁵

O MEP foi formado por militantes remanescentes da PO- Fração da Política Operária e do POC- Partido Operário Comunista (POC), depois que essas organizações foram desarticuladas no início dos anos de 1970. Adotou como linha de atuação, o programa político da POLOP, baseado na defesa do socialismo e na organização dos trabalhadores.

Em Volta Redonda esse grupamento político foi organizado a partir de 1979 contando com a adesão de militantes políticos do campo sindical, estudantil e operário, com inserção considerável nas lutas sociais da cidade. Essa organização formou importantes ativistas políticos como Cida Diogo, Ricardo Balarini, José Ventura, Nelson Silva, ligado a oposição sindical da construção civil, e Luiz de Oliveira Rodrigues⁶⁰⁶, esses três últimos oriundos dos quadros da Igreja⁶⁰⁷. Por volta de 1979-80 atuava com cerca de dez-doze militantes, que depois foi ampliado para cerca de vinte. Passado o risco da repressão, a partir dos anos de 1980, o MEP realizou reuniões e seminários abertos que contavam com adesão de militantes da Igreja e dos movimentos sociais locais.

As reuniões dessa organização eram semanais e ocorriam na casa dos militantes, principalmente na casa de Nilo Sérgio Gomes e José Ventura, e em sedes de sindicatos. No início, quando o MEP tinha uma atuação clandestina, havia uma preocupação em alternar o local de reuniões. Nilo Sérgio Gomes⁶⁰⁸ um dos fundadores do Mep na cidade, revelou que temendo a repressão política, seus militantes adotaram algumas táticas para despistar os agentes da repressão: algumas das reuniões iniciais desse movimento aconteceram no distrito resendense de Visconde de Mauá, região turística distante cerca de oitenta quilômetros de Volta

⁶⁰¹ APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, pag. 93. SSP-DGIE-RJ-SPE-Relatório.

⁶⁰² APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, pag. 90. SSP-GB, Relatório.

⁶⁰³ Entrevista com Sérgio Braitto, realizada em 20/12/18.

⁶⁰⁴ Idem

⁶⁰⁵ Sobre a trajetória do MEP vide <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-pela-emancipacao-do-proletariado-mep>. Acesso em 12/12/18.

⁶⁰⁶ Entrevista com Luiz de Oliveira Rodrigues, realizada em 02/12/18.

⁶⁰⁷ Ventura e Nelson foram ligados a JOC e Luizinho era militante da PO.

⁶⁰⁸ Entrevista com Nilo Sérgio Gomes, realizada em 16/12/18.

Redonda. Os militantes se dirigiam para Mauá com o álibi de participarem de atividades turísticas e de lazer e lá faziam as reuniões. Outra tática utilizada foi organizar festas nas casas dos militantes e fazer as reuniões nesse momento, ‘... *minha filha fazia aniversário quase todo mês*’, ironizou Nilo, ao relatar tal tática.

A coordenação desse núcleo do MEP ficava a cargo de Nilo Sérgio Gomes e Ana Margarida, fundadores dessa organização na cidade e que tinham forte vínculo com a direção estadual e nacional. A organização desse núcleo na cidade seguiu orientação da coordenação estadual. As reuniões dessa organização dividiam-se em duas partes: em um primeiro momento discutia teoria revolucionária, pensamento marxista, análise de conjuntura, e propostas de intervenção política. Discussões ligadas à temática de gênero, lutas feministas também eram travadas, mas não era o ponto prioritário, centrado nas lutas pela redemocratização e demandas dos movimentos sociais locais,

O MEP atuou nos diversos movimentos sociais da cidade como a OSM, Movimento pela Anistia, Associações de Moradores, grupos de mulheres, fundação do PT e as greves do período, angariando muita influência nesses movimentos e expandindo consideravelmente seus quadros na cidade, incluindo diversos ativistas católicos.

Um importante militante foi Maria Aparecida Diogo, conhecida como Cida Diogo⁶⁰⁹. Ela foi secretária municipal de saúde, vice-prefeita e deputada estadual. Cida representa uma militante esquerdista que dialogava com a Igreja e fazia dessa instituição uma aliada nas lutas sociais.

Cida Diogo representa uma típica militante esquerdista desses anos. Imbuída de um sentimento de justiça social, iniciou sua militância política no meio estudantil quando cursava medicina na FOA⁶¹⁰. Segundo ela, nessa época o movimento estudantil nessa faculdade era muito organizado, ela participava de um grupo composto por cerca de dez estudantes que travavam discussões políticas e se envolviam nas questões sociais da cidade.

Aderiu ao MEP por volta de 1979, e vinda de uma tradição de esquerda, seu pai fora militante do PTB, participou do movimento estudantil, no Diretório Acadêmico de medicina da FOA e do movimento popular, atuando na direção da Associação de Moradores do bairro Eucaliptal e nos grupos feministas locais. Juntamente com um pequeno grupo de militantes aderiu ao Mep por conta de sua proposta política. Cida se reconhece como militante de esquerda, não é católica, mas por conta de sua militância no MEP, nos movimentos sociais e no PT, aproximou-se das CEB’s, desenvolvendo trabalhos em conjunto com cristãos católicos. Ela explica sua atuação junto a Igreja, “... *entendíamos que a Igreja Católica, naquele momento era ao foco maior de ebulição do movimento social, era através dela que o movimento social se apresentava. (...) qualquer setor que quisesse fazer uma movimentação política de oposição ao regime, se não fizesse com a Igreja em Volta Redonda, não teria a mesma força*”⁶¹¹

Segundo ela ocorreram poucos atritos nessa relação. O principal, segundo seu depoimento, era o receio de lideranças da Igreja, clero e leigos, de que as lideranças de esquerda suplantassem as católicas na condução das lutas na cidade, bem como sobre os riscos de adesão dos católicos a esses grupos de esquerda, se afastando da Igreja.

Essa posição de Cida Diogo é compartilhada por outro militante ligado ao MEP, o jornalista Nilo Sérgio Gomes, carioca que se estabeleceu na cidade em 1978⁶¹², e foi um dos fundadores da célula do MEP local. Nilo é um típico militante da esquerda, possuidor de uma trajetória bastante singular. Ele aderiu ao PCB em meados do ano de 1970 e por conta de divergências internas rompeu com esse partido e aderiu ao MEP, tornando-se um de seus coordenadores estaduais.

⁶⁰⁹ Entrevista com Maria Aparecida Diogo, realizada em 14/12/18.

⁶¹⁰ Essa instituição hoje se chama UniFoa, Centro Universitário de Volta Redonda.

⁶¹¹ Entrevista com Maria Aparecida Diogo, realizada em 14/12/18.

⁶¹² Entrevista com Nilo Sérgio Gomes, realizada em 16/12/18.

Morador do Rio de Janeiro, Nilo trabalhava como professor da SOBEU⁶¹³ desde 1977, e logo depois em 1979 instalou-se em Volta Redonda onde decidiu organizar uma célula do MEP. Nilo não tinha nenhuma ligação com a Igreja e como professor e militante, aproximou-se de militantes da esquerda e católicos progressistas locais. Ele e sua esposa na época, Ana Margarida, atuaram em diversos movimentos, como a OSM, Movimento pela Anistia, movimento de mulheres, estabelecendo laços com esses ativistas. Segundo ele surgiram diferenças e atritos, mas que foram superadas na medida em que foram se conhecendo e cada um respeitando as características do outro.

Outra interessante trajetória política foi a de Luiz de Oliveira Rodrigues, conhecido como Luizinho⁶¹⁴, que se tornou presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. Morador da Periferia Leste, área periférica de Barra Mansa próxima a Volta Redonda, foi estudante da ETPC, escola da CSN fundada no final dos anos de 1940 para formar sua mão de obra especializada, trabalhou na construção civil, na CSN e em algumas das empresas terceirizadas dessa empresa.

Sua atuação política iniciou-se nos grupos de base ligados à Igreja, principalmente das CEB's e Pastoral Operária, onde chegou à coordenação regional, e na associação de moradores de seu bairro, estimulado pela militância católica. Militou nos grupos de oposição sindical da construção civil e metalúrgica. Aderiu ao MEP por volta de 1980 e nessa mesma época ligou-se ao grupo de Juarez Antunes. Vitorioso nas eleições sindicais de 1983 na chapa liderada por Juarez, assumiu a diretoria de formação do Sindicato, desenvolvendo um importante trabalho de base, plantando grupo de operários em diversas áreas da UPV, graças a sua experiência conquistada nos grupos de base das CEB's que participou. Nessa época por conta de divergências afastou-se da Igreja e aderiu ao MCR⁶¹⁵.

Luizinho representa um militante que rompeu com a Igreja e se dedicou às atividades políticas. Ele aponta diversos fatores que levaram ao seu afastamento da Igreja, principalmente divergências políticas pois decidiu apoiar a chapa liderada por Juarez Antunes nas eleições sindicais de 1983 em detrimento da chapa encabeçada por José Emídio, composta majoritariamente por militantes católicos. O fato de a Igreja não responder mais às suas exigências políticas, devido à algumas de suas posições conservadoras bem como a falta de tempo para conciliar as duas atividades, pois teria que se dedicar ao trabalho sindical aliadas à falta de autonomia no trabalho que desenvolvia na PO, devido a tutela da Igreja, levaram ao seu desligamento dessa instituição.

Esse processo de afastamento da Igreja foi vivenciado por diversos militantes católicos e foi alvo de reflexões posteriores por parte da militância e assessores das CEB's. Esses militantes que se afastavam da Igreja, na maioria das vezes, enxergavam a fé como uma teoria política, e na medida em que a Igreja não atendia suas expectativas políticas, se afastavam dessa instituição. Paiva (1991:40) discute essa questão afirmando que a Igreja é formadora de militantes que terminam sua formação política fora da Igreja, nos partidos e outras instâncias, onde predomina uma racionalidade política que escapa a temática pastoral. Uma das análises dessa questão diz respeito de que as CEB's e tal seriam meios racionalizantes, modernizadores da fé, abandoando a mística e o sagrado em favor do aspecto político.

⁶¹³ Essa instituição hoje se chama UBM, Centro Universitário de Barra Mansa.

⁶¹⁴ Entrevista com Luiz de Oliveira Rodrigues, realizada em 02/12/18.

⁶¹⁵ O MCR surgiu a partir da aglutinação da CDP (Organização Comunista Democracia Proletária), PCdoB-AV-Ala Vermelha do (Partido Comunista do Brasil e MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), reunindo militantes de diversas regiões do país, com o objetivo de unificar as lutas dos comunistas revolucionários brasileiros. O MCR atuou internamente no PT e me 1989 transformou-se na Força Socialista - tendência interna desse partido. Disponível em <http://www.liberdadeerevolucaopopular.com.br/noticias/documentos-historicos/mcr-uma-experiencia-importante-de-unificacao-de-revolucionarios-e-revolucionarias/>. Acessado em 12/10/2018..

CS - Convergência Socialista⁶¹⁶

A CS é uma organização trotskista que foi fundada em 1978 em São Paulo, a partir de um grupo dissidente da Fração Bolchevique, que formou a Liga Operária. Essa organização também adotava o nome de Partido Socialista dos Trabalhadores antes de adotar o nome de Convergência Socialista.

Essa organização tinha como objetivo fundar um novo partido socialista no Brasil, defendendo a proposta de um socialismo democrático que representasse uma alternativa ao socialismo burocrático stalinista e a socialdemocrata. Inicialmente defendia a formação de uma corrente socialista dentro do MDB, mas em 1979 participou da fundação do PT, atuando como corrente interna desse partido até 1992, quando foi expulsa e formou o PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

Em Volta Redonda a CS foi formada em 1979. Segundo Sergio Braitto, fundador e principal nome dessa corrente nesse período, e Marlene Fernandes⁶¹⁷, um grupo de militantes do Rio, incluindo Jadir Martins, volta-redondense e estudante de química na UFRRJ, esteve na cidade em meados de 1979, interessados em fundar uma célula da CS. Estabeleceram contato como o vereador Júlio Caruso (MDB), que não mostrando interesse, indicou Sérgio Braitto, que atuava no MDB, para conversar com os militantes cariocas. Braitto aderiu a proposta da CS e decidiu fundar um núcleo na cidade, juntamente com Jadir⁶¹⁸.

Essa célula contava com poucos militantes, cerca de 7-8 pessoas, os mais ativos eram Jadir Martins, Sérgio Braitto, Rogério Machado Riscado e Ana Maura Pereira. As primeiras reuniões, que contaram com acompanhamento de Ronaldo Reis Ferrari, da coordenação estadual, ocorriam nas casas dos militantes, principalmente de Sérgio Braitto. As ações iniciais incluíam discussões teóricas e políticas além de panfletagens principalmente nas entradas da CSN, inicialmente com a ajuda de ativistas cariocas.

Os militantes da CS tinham boa inserção nos movimentos sociais da cidade e atuaram de maneira significativa nas greves do magistério, na greve dos peões, na OSM e na fundação do PT. Braitto revelou também uma luta significativa que contou com forte adesão da CS: uma mobilização de rodoviários que paralisou o transporte em Volta Redonda no dia 11 de março de 1979, que terminou vitoriosa com a concessão de aumento salarial pretendido pela categoria. Os militantes Sérgio Braitto, Hernani e Jadir Martins Filho atuaram de forma significativa nessa mobilização, na organização da pauta de reivindicações e no desenrolar do movimento, que ficou conhecido na época como a 'greve dos três barbudos', referência aos militantes da CS⁶¹⁹. De todas os grupos de esquerda atuantes na cidade, a CS foi a que apresentou mais críticas à atuação da Igreja, dialogava com os militantes dessa instituição, mas mantinha um relacionamento menos próximo.

MR-8, Movimento Revolucionário 8 de Outubro⁶²⁰

Esse foi o nome atribuído a dois grupos de esquerda que aderiram a luta armada no final dos anos de 1960. O mais notório foi formado em 1968, por dissidentes do PCB aglutinados na DG-Dissidência da Guanabara. Segundo Sader (1995: 170) foi o grupo que representou mais significativamente a passagem das lideranças estudantis para a luta armada. Ele promoveu a ação mais ousada da guerrilha, o sequestro do embaixador americano Charles

⁶¹⁶ Sobre a trajetória da CS vide <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/convergencia-socialista>. Acesso em 18/12/18.

⁶¹⁷ Entrevista com Marlene Fernandes, realizada em 16/08/1018.

⁶¹⁸ Entrevistas com Sérgio Braitto, realizada em 20/12/18 e com Marlene Fernandes, realizadas em 25/08/17.

⁶¹⁹ Entrevista com Sérgio Braitto, realizada em 20/12/18.

⁶²⁰ Sobre a trajetória do MR-8 vide <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-revolucionario-8-de-outubro-mr-8>. Acesso em 17/12/2018.

Elbrick juntamente com a ALN. Nesse episódio adotou o nome MR-8. Recebeu a adesão de Lamarca em 1971, e nesse período foi exterminado pela repressão (Silva, 2015).

Com o fracasso da luta armada, remanescentes da DG reorganizaram o MR-8, defendendo a proposta abandono da luta armada e de atuação via institucional. Sader (1995) destaca ainda que foi um dos primeiros grupos a promoverem essa autocrítica. A partir de 1973, passou a atuar no junto a grupos operários independentes e oposições sindicais, além do viés partidário via MDB. Em 1979 com o fim do bipartidarismo, decidiu atuar no PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Em Volta Redonda o MR-8 possuía poucos militantes, organizados nos DA's, Diretórios Acadêmicos, dos cursos da FOA, atuando, sobretudo no movimento estudantil daquela IES, sem inserção concreta no campo político da cidade⁶²¹. As críticas a essa organização provinham principalmente por conta de sua adesão ao PMDB, afastado das posições notadamente de esquerda, que mobilizavam os estudantes naquele momento.

PCB - Partido Comunista Brasileiro

Na década de 1970, o PCB manteve uma tímida atuação na cidade pois foi desarticulado pela repressão política em 1964, teve dificuldade de se reorganizar. Seu principal militante foi Roberto Silva, que participou ativamente da fundação e organização da OSM⁶²², mas optou por manter-se distante pelas disputas pela direção sindical, priorizando um trabalho junto às bases.

Roberto Silva era metalúrgico da CSN, trabalhava na SOM-Superintendência de Oficinas Mecânicas, celeiro de militantes políticos na empresa, onde implantou uma célula comunista clandestina. Roberto, seguindo diretrizes da direção nacional do partido, filiou-se no MDB, atuando legalmente nesse partido. Silva participou também da organização do MDB trabalhista.

Segundo depoimentos de entrevistados⁶²³ atuou ativamente e todas as lutas sociais da cidade, mantendo ligação com a Igreja por meio desses movimentos sociais, defendendo uma relação de acúmulo de forças com as CEB's para fortalecer os movimentos na cidade.

3.3. O crescimento das periferias na cidade

No início da década de 1970 depois que os conflitos com os militares se reduziram de intensidade, principalmente depois do episódio que resultou na condenação dos militares envolvidos na morte de quatro soldados no antigo BIB como vimos no capítulo anterior, a Igreja de Volta Redonda deixou de ser ostensivamente perseguida pelos militares. É necessário matizar essa questão pois os órgãos de espionagem e a rede de investigação contra a Igreja diocesana continuaram atuando com vigor, como veremos ao longo desse capítulo.

Essas questões internas aliadas a conjuntura nacional, marcada pelo início do processo de 'abertura política' e pelo arrefecimento da repressão política, possibilitaram que a Igreja diocesana colocasse em prática seu projeto de evangelização proposto por Dom Waldyr e respaldado pela maioria do clero diocesano desde quando chegou a Volta Redonda, e foi meticulosamente planejado ao logo desses anos.

Esse projeto dizia respeito às periferias da cidade, região pouco lembrada pelo poder público municipal e pela sua maior empresa, a CSN. Essa opção por um trabalho de pastoral de evangelização e de uma intervenção político-social nessas regiões segregadas da

⁶²¹ Conforme entrevistas realizadas com Cida Diogo, em 14/12/18, Nilo Sérgio em 16/12/18 e Marlene Fernandes em 25/08/17.

⁶²² Entrevistas realizadas com Marlene Fernandes e Sérgio Murilo Braitto.

⁶²³ Entrevistas realizadas com José Geraldo da Costa, Marlene Fernandes, Sérgio Murilo Braitto e Cida Diogo.

cidade ficou muito clara desde a chegada de Dom Waldyr quando recusou a oferta da CSN de construção de uma ‘Catedral do Aço’ no coração da cidade para privilegiar a construção de pequenas capelas e salões comunitários nas periferias.

A ‘cidade do aço’ vivia nesse período, um processo de agravamento de seus problemas urbanos, que se agudizaram nas décadas posteriores. Devemos lembrar que o núcleo urbano central de Volta Redonda foi construído no modelo de ‘company town’. A região central foi dotada de uma infraestrutura de saneamento básico, hospitais, mercados, moradias, escolas e outros equipamentos urbanos para abrigar satisfatoriamente seus funcionários. Segundo Graciolli (1997) esse modelo objetivava também estender o controle da empresa na vida privada dos operários, entendida como um componente da ‘família siderúrgica’, termo utilizado pela CSN para referir-se ao conjunto de seus empregados e familiares. Morel (1988) destaca nesse conceito o caráter do disciplinamento dos operários, promovido pela empresa, para além do espaço da fábrica, ideia corroborada por Pimenta (1989) e Lask (1991).

A outra porção da cidade, chamada de ‘cidade velha’, agrupava os bairros da margem oposta do Rio Paraíba do Sul e constituía-se da região localizada fora da área de responsabilidade da CSN. Estruturada em torno dos bairros Niterói, núcleo inicial da cidade, e do bairro Retiro, uma grande área territorial que pertencia ao primeiro prefeito da cidade, Sr. Sávio Gama, que foi sucessivamente loteada originando vários bairros em sua maioria carentes de equipamentos e investimentos públicos.

Essa região abrigava operários de prestadoras de serviço para a CSN, as chamadas empreiteiras e operários demitidos da CSN, além de trabalhadores de baixa qualificação do setor de serviços (comércio, construção civil, etc) e de outras indústrias locais. Essas bordas da cidade abrigavam uma massa de operários desqualificados e com baixa remuneração. A CSN nunca atendeu às demandas dessa região.

Assis (2013) destaca que a insuficiência de moradia era um problema desde a instalação dessa empresa em 1946. A cidade nasceu de forma desigual pois no planejamento vila operária, cada bairro reunia a população de acordo com sua posição na estrutura da empresa, assinalando uma política de desigualdade e privilégios. Os bairros centrais da ‘cidade nova’ abrigavam os diretores e operários, e a ‘cidade velha’ os empregados que não conseguiam moradia pela CSN.

Essa desigualdade perpetuou-se nos anos seguintes pois a distribuição de moradias aos funcionários da empresa só atendia a cerca de 40% de seu quadro funcional, deixando 60% dos operários sem os benefícios habitacionais de acordo com Assis (2013), obrigando-os a ocuparem a ‘cidade velha’. O aspecto de suas ruas e casas de padrão mais baixo e de precária manutenção caracterizavam-na como a ‘cidade velha’ em oposição à “cidade nova”, dos bairros planejados. Assis (2013) apresenta uma análise interessante de que na ‘cidade nova’ havia poucos prédios comerciais, uma estratégia de controle realizada pela empresa que induziu a localização dessas atividades fora das áreas sob sua administração em uma tentativa de manter a ordem e a disciplina”. Na “cidade velha” também conhecida como “cidade livre”, se localizava o que era interdito nos limites pertencentes à CSN, como bares, bordéis, sedes de sindicatos e de partidos operários.

Nos anos de 1960 a empresa viveu uma séria crise econômica. A inauguração de novas siderúrgicas estatais nesse período, como a Cosipa e Usiminas, aumentaram a concorrência no mercado interno, agravando as dificuldades econômicas que a CSN atravessava desde a década de 1950, e que foram acentuadas a partir de 1964, quando as empresas estatais se tornam meros instrumentos da política econômica estatal atrelada aos interesses externos, de acordo com a política econômica implantada pela ditadura militar. Como consequência desses fatos importantes mudanças ocorreram na relação da CSN com a cidade.

Estevez (s/d) afirma que uma alternativa que a empresa encontrou para se recuperar economicamente foi com a imposição de um arrocho salarial e um corte no número de

empregados. Essas medidas foram facilitadas pelo controle que a empresa e os militares exerciam sobre o Sindicato dos Metalúrgicos, com a imposição de diretorias interventoras e alinhadas à empresa, configurando-se a articulação empresarial-militar citada anteriormente (Estevez e Lima, 2015). Outra solução adotada pela ditadura que também teve forte impacto na cidade foi a CSN abdicar de suas funções urbanas na ‘cidade nova’, priorizando investimentos em sua planta industrial.

O afastamento da empresa das questões urbanas foi evidenciado nos relatórios de sua diretoria⁶²⁴, que mostram que a partir de 1968 ela iniciou uma nova política em relação ao município. Até então ela supria toda infraestrutura básica (água, luz, segurança, manutenção pública, etc)⁶²⁵, mas a partir dessa data, retirou-se dessas funções urbanas e vendeu as casas para os operários que nelas moravam⁶²⁶. Nesse processo, os funcionários de baixo escalão que não conseguiam comprar as casas em que moravam, mudaram para as periferias, agravando os problemas sociais da cidade.

O jornal ‘O Lingote’, órgão oficial de comunicação da CSN, explicou que com a entrega dos serviços urbanos à prefeitura, a empresa assumiu a responsabilidade que lhe cabia, o pagamento de impostos e taxas, dentro da legislação em vigor⁶²⁷. Com essa medida, a CSN abandonou o modelo de ‘empresa-mãe’, adotando uma posição mais próxima das realidades do mercado, alterando radicalmente sua relação com a cidade que girava sobre ela. Isso se concretizou em primeiro de janeiro de 1968 quando a PMVR e a CSN assinaram um termo de entrega e recebimento dos serviços urbanos⁶²⁸. Isso significou na prática o aumento das responsabilidades da prefeitura que não estava preparada para assumir tais funções. Souza (1992) destaca que o município para se adaptar às mudanças criou órgãos como o SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto- e a COHAB - Companhia de Habitação-, para atender às novas demandas.

Esse fato iniciou o processo de unificação do espaço urbano da cidade, propiciado pela união da ‘cidade nova’ com a ‘cidade velha’ sob administração da prefeitura local. Essa integração não se realizou na prática pois a ‘cidade nova’ era dotada de melhores equipamentos urbanos que a ‘cidade velha’.

Essa operação reduziu a ingerência direta da empresa na administração municipal, mas a CSN ainda hoje, mesmo após sua privatização ocorrida em 1993, ainda permanece como a principal empresa do município.

O processo de expansão da CSN⁶²⁹ afetou diretamente o espaço urbano de Volta Redonda, com a vinda de milhares de trabalhadores, alimentando o crescimento as periferias.

⁶²⁴ Arquivo Particular de Irene Rodrigues de Oliveira. Relatório da Diretoria da CSN, ano 1967, p. 12.

⁶²⁵ A CSN era responsável por todos os serviços urbanos na ‘cidade nova’, incluindo pavimentação de ruas, construção passeios, rede de águas pluviais, de esgoto e água potável, construção de ponte sobre o rio Paraíba, escola de Metalurgia da UFF e postos de saúde. A partir dos anos de 1968, esses serviços não constam mais no escopo da empresa. Arquivo Particular de Irene Rodrigues de Oliveira. Relatórios da Diretoria da CSN, anos de 1964, 65, 66, 67, 68, 69 e 1970.

⁶²⁶ O processo de venda das casas que compunham as ‘vilas operárias’ da CSN, nos bairros Conforto, Sessenta, Vila Santa Cecília aos seus empregados, foi efetuada pela imobiliária Cecisa, subsidiária da CSN, criada em 1973 para gerir essa questão. Na tentativa de suprir parte do déficit habitacional da cidade essa imobiliária construiu nessa época outros conjuntos habitacionais como Casa de Pedra, Siderópolis e posteriormente, Vila Rica, voltados para técnicos da empresa.

⁶²⁷ Arquivos da CSN, jornal O Lingote, jan/fev 1968, nº 199.

⁶²⁸ Idem

⁶²⁹ A CSN teve quatro estágios de expansão. No Plano A ocorreu a construção da Usina e da vila operária. O Plano B construiu o alto-forno-2 e outros equipamentos industriais. O Plano C ampliou a planta industrial e construiu novas moradias para os funcionários. O Plano Intermediário (1961) concentrou-se no aumento da capacidade de produção. O Plano D que foi dividido em três estágios, ampliou a capacidade produtiva da empresa (Assis, 2013).

O encerramento do 4º estágio de expansão da CSN, o Plano de Expansão D⁶³⁰, provocou um aumento no número de desempregados na região, aumentando consideravelmente o contingente populacional da antiga ‘cidade velha’. O encerramento prematuro desse plano em 1979 gerou uma crise social na cidade ⁶³¹, agravando a questão habitacional e o desemprego. A malha urbana da cidade passou por um crescimento urbano desordenado com o surgimento de inúmeros núcleos de posse (Dias, 2003).

Essa massa de subempregados e desempregados era vista com desconfiança pelo poder público municipal. Silva (2017) apontou que um estudo, realizado em 1979 por representantes da COHAB-VR-Companhia Habitacional de Volta Redonda, do IPPU- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e do SAAE- Serviço Autônomo de Água e Esgoto, produziu um documento intitulado ‘ Estudos para uma política habitacional e controle de migrações’, analisando que proliferação de favelas estava diretamente relacionada à figura do “migrante-favelado”. Segundo o documento, devido a seus baixos salários, a sua família numerosa e ao comodismo “natural do migrante”, eles desafiavam o poder público e instalavam seus barracos em qualquer lugar. Segundo Silva (2011) esse estudo propôs práticas que coibissem a migração, mas o presidente da COHAB-VR contestou a proposta, afirmando que isso paralisaria a expansão da CSN.

Os representantes da Prefeitura não avaliaram a necessidade de planejar a vinda desses migrantes, com projetos habitacionais, adequação dos equipamentos urbanos para receber esses novos moradores. Apenas se preocuparam em culpabilizar esses migrantes.

Todos esses fatores elencados acima geraram um aumento considerável dos núcleos de posse. Souza (1992) revela que, em 1966, esses núcleos abrigavam cerca de 5% da população do município, e em 1977, já atingia 10% do total de moradores. Essa questão foi observada por Dom Waldyr que fez um desafio a Igreja local: (...) *o plano de expansão da CSN implica o crescimento demográfico da cidade (...) novos bairros, chegada de novos operários, novos habitantes e escassez de meios de comunicações, etc. ... como se fazer sentir a presença da Igreja na cidade de Volta Redonda?* ” ⁶³².

Ressaltamos que até o ano de 1967, quando a CSN mantinha os serviços públicos na ‘Cidade Nova’, não existiam movimentos urbanos reivindicatórios, pois essa função era exercida pelo Sindicato, que apresentava as demandas por melhorias também nesse espaço. Por conta disso, segundo Fontes e Lamarão (2006), até essa época associações de moradores e grupos que focavam nas questões urbanas não se faziam necessários para a maioria dos operários e praticamente para a maioria da população da cidade.

A partir de 1967 com o afastamento da CSN de suas funções urbanas e a desconfiguração do modelo de ‘company town’, os problemas da falta de habitação e de acesso aos equipamentos urbanos se agravaram na cidade que crescia desordenadamente no entorno da CSN. A ocupação de áreas públicas e outras pertencentes à própria Companhia, geraram disputas pela posse desses terrenos⁶³³ que desconstruíram o mito da cidade planejada.

⁶³⁰ Esse plano de expansão deveria ocorrer entre 1969 e 1984, mas foi encerrado prematuramente em 1979. Ele aumentou a capacidade produtiva da empresa de 1 bilhão para 3 bilhões de toneladas de aço por ano.

⁶³¹ O Jornal do Brasil noticiou em 1981, que mais de 200 trabalhadores de firmas empreiteiras foram demitidos por interrupção do Plano de Expansão em virtude da crise econômica, elevando para 500 o número de demitidos até a data. ‘Demissões em empreiteiras da CSN se elevam para 500’, Jornal do Brasil, 20/05/1981. Esse número chegou a mais de 4.000 demissões nas principais empreiteiras que prestavam serviço a CSN. ‘Empreiteiras não sabiam de corte na CSN’, Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal do Brasil, 17/05/1981.

⁶³² Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Boletim Diocesano, fevereiro de 1974, nº 28, p. 06.

⁶³³ Nos anos 1980, esse problema explodiu na cidade, com a ocupação de diversas áreas públicas e privadas na cidade. As mais importantes foram organizadas na região do bairro Belmonte, que originou o bairro Padre Jósimo, e outra na região de Três Poços, ambas com apoio da Igreja Católica. Essas demandas fizeram surgir o movimento dos posseiros urbanos, organizados na CPU-Comissão de Posseiros Urbanos, que teve atuação destacada na cidade nesse período (Dias, 2002)

Até essa época, a precariedade dos serviços e equipamentos públicos que era um problema circunscrito aos demitidos da CSN, funcionários das firmas prestadoras de serviço e de outras empresas que moravam na ‘cidade velha’, tornou-se um problema da cidade inteira.

Todo esse processo definiu a configuração urbana de Volta Redonda ao longo da última década. Segundo Assis (2013) delimitou-se a oposição entre área norte e sul da cidade, ou “margem esquerda” e “margem direita” do Rio Paraíba do Sul, a antiga ‘cidade nova’ e a ‘cidade velha’.

A parte sul da cidade, composta pelos bairros iniciais da vila operária da CSN (Conforto, Santa Cecília, Laranjal, Bela Vista) acrescida pelos bairros Monte Castelo, Jardim Paraíba e Nossa Senhora das Graças era a área onde se encontravam os equipamentos urbanos mais importantes e com infraestrutura urbana mais completa. Essa região ficou destinada basicamente à classe média, técnicos, engenheiros e diretores da CSN. Nos locais de menor valorização formaram-se os bairros Ponte Alta, Minerlândia, São Carlos, Eucaliptal e São Lucas. Do outro lado da cidade, a zona norte formada pelos bairros Retiro, Belmonte, Siderlândia, Vila Brasília e Açude, foi ocupada pela população mais pobre.

Destacamos também que até a década de 1970, essas periferias ainda não se constituíam em um sujeito histórico e numericamente denso capaz de elaborar suas agendas de luta. Nessa época o Sindicato dos Metalúrgicos, sob intervenção estatal até 1973, e depois disso liderado por Waldemar Lustosa, alinhado aos interesses da CSN, não capitaneava essas demandas, tampouco a Igreja, submissa aos interesses de Estado e da CSN. Depois desse período, quando a questão urbana se agravou a partir de meados da década de 1970, a cidade se tornou palco de conflitos urbanos e de movimentos sociais, construídos sob organização da Igreja.

3.4. A organização das CEB's nas periferias

Essas periferias da área norte, tornaram-se alvo preferencial da ação da Igreja de Volta Redonda. Essa atuação se concretizou por meio das CEB's e dos ‘grupos de base’, que se organizaram inicialmente no bairro Retiro e em suas proximidades, Belmonte, Siderlândia, Açude e Vila Brasília, espalhando-se depois por toda a cidade.

Esses grupos se auto definem como “(...) *grupo de pessoas da comunidade que se reúne e luta em uma visão transformadora, com o objetivo de chegar a uma comunidade de base*”⁶³⁴, imbuídos de uma religiosidade que se nutria de ações práticas e ‘transformadora da realidade’, capaz de unir ‘fé e vida’, de acordo com seu viés interpretativo.

Esses ‘grupos de base’ surgiram a partir dos ‘grupos de evangelização’ organizados em 1968 seguindo as diretrizes da Conferência de Medellín. Na década de 1970 ganharam pulso contando com destacada assessoria externa⁶³⁵ que incluía nomes de peso no cenário eclesial nacional, como padre Celso Queiroz, padre João Batista Libânio, frei Leonardo Boff, Clodovis Boff, Carlos Mesters e entre outros⁶³⁶.

Esses grupos se organizaram inicialmente na comunidade São Sebastião no bairro Retiro, cercado de bairros e núcleos de posse. Liderados pelo próprio bispo Dom Waldyr, que assumiu provisoriamente a comunidade graças ao desligamento do pároco local, ele aproveitou a ocasião para implantar o projeto de pastoral popular que planejava desde sua chegada à

⁶³⁴Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Subsídio sobre Grupo de Base, texto mimeografado, 1980.

⁶³⁵Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Boletim Informativo Cúria Diocesana de Volta Redonda, 08, 1970 e Caminhando, Boletim da Igreja que está em Barra do Pirai-Volta Redonda, número 19m fevereiro de 1973.

⁶³⁶Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Boletim Diocesano, janeiro de 1974, nº 25, p. 1 e 2, Boletim Diocesano, dezembro de 1973, nº 24, p. 7 e Boletim Diocesano, agosto de 1974, nº 39, 04 e 05.

diocese. Em consequência em menos de um ano, ao final de 1974, já haviam 26 grupos atuantes nessa comunidade, que inclusive já discutiam os problemas do bairro ⁶³⁷.

De acordo com Olívia Barreto, religiosa da congregação das Sacramentinas de Nossa Senhora ⁶³⁸ que participou da formação desses grupos, havia uma coordenação local, formada por 5-7 pessoas, que assessorava o trabalho dos grupos e preparava os ‘subsídios’ utilizados nas reuniões. Os temas relacionavam-se à problemáticas do cotidiano, questões urbanas e mundo do trabalho, sempre confrontados com a bíblia.

Esses ‘subsídios’ como eram chamados os roteiros que orientavam as reuniões dos grupos de base, indicavam a metodologia a ser aplicada nessas reuniões, com a descrição de cada etapa: acolhimento; revisão da reunião anterior, avaliação da ação concreta apontada anteriormente, e finalmente a aplicação do método ‘ver-jugar-agir’: analisar como está a realidade, leitura de texto bíblico, discussão do tema relacionando-o com a reflexão bíblica e ação concreta.

Um levantamento do Boletim Diocesano realizado em agosto de 1972, aponta que esses grupos de reflexão já se organizavam nas principais comunidades de Volta Redonda (São Sebastião-Retiro, Nossa Senhora das Graças-Aterrado, Santa Cecília-Vila Santa Cecília e São Miguel- Vila Americana) contando com cerca de 20 grupos que reuniam mais de 200 participantes ⁶³⁹. Em pouco tempo esse processo estendeu-se por toda a cidade, em um planejado trabalho pastoral ⁶⁴⁰, que era inclusive acompanhado por diversos observadores externos ⁶⁴¹.

Em 1973, ano do cinquentenário de sua criação a diocese optou por não fazer comemorações festivas por conta do delicado momento político marcado pela intensa repressão, e priorizou o trabalho de formação pastoral e política dos grupos de reflexão com a promoção de encontros de formação para o clero e lideranças leigas ⁶⁴².

Apontamos que na região do bairro Conforto, antiga vila operária da CSN, e uma das mais populosas da cidade, existiam nesse período, cerca de 60 grupos de reflexão. Um ano depois, em setembro de 1977 o número de grupos saltou para 80 ⁶⁴³. Esse trabalho também atingiu, evidentemente em menor grau, as comunidades da região central da cidade, que agrupavam setores da classe média local, normalmente mais refratária a esse tipo de trabalho pastoral.

Destacamos que à medida que esses grupos se estruturavam, receberam mais apoio institucional. Isso ficou claro nas primeiras Assembleias Diocesanas, realizadas em 1974 e 1975, que elegeram as CEB’s, a Pastoral Operária e a Pastoral da Juventude como prioridades diocesanas ⁶⁴⁴.

O trabalho dos agentes de pastoral diocesanos no início dos anos de 1970 resultou na formação de diversos ‘grupos de reflexão’ ou ‘grupos de base’ nas periferias da cidade como vimos anteriormente. A atuação desses diversos grupos possibilitou a formação de comunidades de base, inicialmente na Vila Brasília, Siderlândia, Açude, Belo Horizonte, Jardim Cidade do Aço ⁶⁴⁵ e depois em toda a cidade.

⁶³⁷ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº 45, 1974, p. 02.

⁶³⁸ Entrevista com Olívia Barreto, realizada em 29.01.17.

⁶³⁹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Caminhando-Boletim da Igreja que está em Barra do Piraí-Volta Redonda, número 13, agosto de 1972.

⁶⁴⁰ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletins Diocesanos, no 24-27-30-38-45.

⁶⁴¹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, diversos padres e religiosas acompanhavam esse trabalho. Em 1974, um bispo uruguaio, da Diocese de Salto, participou da Assembleia desta comunidade. Boletim Diocesano, nº 27 e 28, fevereiro e março de 1975.

⁶⁴² “Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, ‘Dom Waldyr e os 50 anos da diocese’”, Jornal Zero Hora, 20/05 a 05/10.

⁶⁴³ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano nº 109, outubro de 1977, p. 04.

⁶⁴⁴ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº 43, 1974, p. 05.

⁶⁴⁵ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº 34, 1974, 71/1976.

Souza (2004: 04) conceitua essas comunidades como “... *pequenos grupos de cristãos de setores populares que se reuniam para momentos de oração e de celebração de sua fé, mas também de reflexão sobre seus problemas concretos de trabalho, saúde, educação, direitos humanos etc. Havia uma ligação muito profunda entre fé e vida concreta, que em torno à Teologia da Libertação.*”. Andrade (1996) destaca que apesar desses grupos terem uma atuação local e de se organizarem em torno de demandas específicas e limitadas, eles tiveram um papel importante no processo de redemocratização abrindo caminhos de participação política e de questionamento do regime autoritário.

Utilizando o método ‘ver-julgar-agir, o objetivo era a análise da realidade local, o ‘ver’, o confronto das observações com os valores cristãos, o ‘julgar’ e finalmente o que o grupo poderia fazer para resolver o problema, o ‘agir’. Esse método incluía uma articulação entre a fé e a vida. Oliveira (1992:54) afirma que essa relação para os membros da ‘Igreja da Libertação’ constitui-se em uma unidade dialética, “... *a religião e a política como dois momentos de uma única realidade que são das práticas de transformação social desenvolvidas pelas classes populares*”. Eles encaravam a fé ligada à transformação da sociedade. Dom Waldyr destaca essa questão: “... *a comunidade eclesial de base cria dentro do participante um espírito de solidariedade (...) na defesa de todos os interesses daqueles que moram ali naquele bairro.*”⁶⁴⁶. Ao unir a ‘vida’ (sua realidade concreta e os problemas a serem resolvidos) com a ‘fé’ (espiritualidade emoldurada de inspiração bíblica) promoveu-se, segundo Álvaro Telhado ⁶⁴⁷, a ‘sacralização do cotidiano’. Partindo de seu universo particular, o grupo e o bairro, foi possível avançar para uma consciência social e política mais ampla. Essa questão é ressaltada por Sader (1995: 160) que afirma que por mais insignificante que isso possa parecer, afinal é apenas um pequeno problema do cotidiano que está sendo abordado, ele conduz a um fio de análise problematizador, com a construção de intervenção coletiva sobre a realidade.

Fazer com que esse processo ocorresse em toda a cidade era o objetivo da Igreja. Os cristãos deveriam intervir na sociedade com vistas a sua transformação, buscando construir o ‘reino de Deus’, de acordo com sua lógica de fé. Para tanto era necessário capacitá-los e formar lideranças dentro de um perfil adequado, que incluía o conhecimento da realidade local, dinamismo e senso crítico ⁶⁴⁸. Havia uma preocupação especial da diocese com essas questões e em função disso elaborou sua agenda formativa.

Para melhor articular os trabalhos de formação pastoral a diocese adquiriu em 1976, em Arrozal, distrito de Piraí, um terreno para construção de um Centro Diocesano de Pastoral, que foi inaugurado em 1979. Esse local serve como espaço para encontros dos grupos e pastorais diocesanas, além de atender ao movimento social da região. Para realizar tal empreitada contou com o apoio dos empresários Wandir de Carvalho e João Pessoa Fagundes. As negociações com esses empresários também foram alvo de investidas dos militares, que acusavam o bispo de adquirir esse terreno para desenvolver atividades subversivas ⁶⁴⁹, mais uma vez.

Nos novos grupos e comunidades que se formavam, o confronto de sua realidade social com a reflexão bíblica a partir do método ‘ver-julgar-agir’, estimulou seus participantes a buscarem soluções para os seus problemas cotidianos. Isso ficou claro na 3ª Assembleia Diocesana⁶⁵⁰, realizada no final de 1976, que orientou para que esses grupos se inserissem em sua realidade concreta buscando o ‘bem comum’ e combatendo as injustiças sociais. Sobre esse caráter eminentemente político da fé cristã, Sanchis (1992: 28) defende que o cristianismo é

⁶⁴⁶ Entrevista com Dom Waldyr, realizada em 02/06/10.

⁶⁴⁷ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº 91, 1977, p. 10.

⁶⁴⁸ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº 67, 1975, p. 04.

⁶⁴⁹ Arquivo Nacional, Informe 08/77, de 25/04/1977, SESP/DGIE, Seção Regional VR, de 06 de outubro de 1977 e SESP/DGIE Pedido de Busca 0935-DARQ/DGIE, de 12 de abril de 1977.

⁶⁵⁰ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano nº 91, 1977, p.11.

radicalmente político, ‘... o cristão é impelido a modificar essa sociedade com sua ação, que se torna uma ação política’.

Uma pesquisa realizada em 1976 em preparação à 3ª Assembleia Diocesana mostrou que as reuniões desses grupos eram realizadas semanalmente, e ocorriam na casa dos participantes e nas comunidades, com uma média de 10 a 20 participantes. Utilizavam um roteiro específico, o ‘subsídio’, que confrontava um tema bíblico e um problema do cotidiano. A pesquisa indica também que nessa época haviam 111 grupos com 1825 participantes em Volta Redonda, enquanto que em toda diocese haviam 291 grupos com 5075 participantes⁶⁵¹.

Na grande maioria desses grupos, cerca de 90%, essas reuniões já haviam levado a uma ação concreta⁶⁵², realizando o compromisso social dos cristãos defendido pela Teologia da Libertação. A partir de sua consciência religiosa, o cristão se tornou responsável pelos problemas do mundo. A partir de 1977 esses grupos passaram a ser assessorados por uma equipe diocesana que promovia encontros de acompanhamento e formação de lideranças⁶⁵³ e contavam com uma renomada assessoria externa que promovia cursos que discutiam questões de formação bíblica, espiritualidade, mística cristã e política⁶⁵⁴.

Neste mesmo período, por volta de 1976-77, nos governos de Nelson Gonçalves (1973-77), da ARENA e de Georges Leonardos (1977-79), sem partido, primeiro interventor federal indicado para a cidade, então área de segurança nacional, formaram-se a partir desses grupos de base, diversas ‘comissões de bairro’, isto é, grupos de moradores que atuavam no bairro, organizando e buscando soluções para os problemas coletivos. Sobre essa questão, Dom Waldyr afirma “(...) o povo começa a tomar consciência de não esperar de braços cruzados, mas que se realizem aqueles seus projetos dentro dos esforços de participação de todos os membros da comunidade”⁶⁵⁵.

É importante ressaltar que essas comissões comunitárias dimensionaram a atuação das CEB’s para além do espaço religioso, caminhando para lutas específicas e concretas na realidade em que estavam inseridas, abrindo-se para uma atuação ‘extra’ eclesial e extramuros, organizando os moradores e buscando soluções para os problemas da coletividade. A Igreja atuou na formação de diversos movimentos sociais, que construíram sua identidade tendo como base as demandas da periferia, que eram ignoradas pela Prefeitura. Eles atuavam pressionando o executivo municipal com o encaminhamento de ofícios, cartas, abaixo-assinados, produção de murais, boletins, e panfletos diversos, além de reuniões, assembleias, celebrações e concentrações públicas⁶⁵⁶.

A maioria das comissões pró-melhoramentos de bairros, futuras associações de moradores formadas neste período originaram-se nessas comissões. Um caso típico dessa formação ocorreu no bairro Siderlândia, quando após um curso de dinâmica cristã, promovido por agentes de pastoral católicos, os grupos de base do bairro lideraram a formação da associação de moradores local⁶⁵⁷.

Isso demonstra que com o discurso da Teologia da Libertação, a partir da proposta de ligação entre a fé e a vida, os militantes da Igreja iniciaram a luta por melhores condições de vida, a ‘construção do Reino de Deus’, de acordo com sua chave de interpretação, engajando-se em sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, como veremos a seguir.

⁶⁵¹ Idem, nº 86, 1976, p. 03.

⁶⁵² Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Resultado da pesquisa feita com grupos de reflexão em 08.10.76.

⁶⁵³ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Boletim Diocesano nº 94, 1976, p. 04.

⁶⁵⁴ Idem, nº 121, maio de 1978, p. 01 a 04.

⁶⁵⁵ Os arquivos do jornal Opção estão disponíveis para consulta pública na sede do jornal A Voz da Cidade em Barra Mansa. Jornal Opção, nº 03, 03 a 15 de junho de 1979.

⁶⁵⁶ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Relatórios das Comunidades- Pesquisa ‘A Concretização da Opção Preferencial pelos Pobres no Regional de Volta Redonda’, 1982.

⁶⁵⁷ Entrevista com Edson Santana, realizada em 16/10/16.

Silva (2002:112) problematizou essa questão afirmando que essa expressiva participação política dos católicos representava um compromisso com a realidade concreta:

“... os católicos das CEB’s assumiam uma postura de ação transformadora do mundo, na ação política. Isso adivinha de como era encarada a salvação pelos participantes: ela não era vista como restrita ao outro mundo ou a outra vida, mas efetiva já neste mundo, enquanto “libertação dos homens’ e libertação das estruturas em que eles viviam (...) falava-se muito em democracia, (...) o que se traduzia em uma prática democrática cotidiana no seio da comunidade”.

Essa atuação foi estimulada também na 4ª Assembleia Diocesana, realizada em novembro de 1977⁶⁵⁸, que se dispôs a viver sua ‘missão evangelizadora como uma ação transformadora do mundo’. Com esse intuito a diocese preparou diversos roteiros para os grupos de base, que procuram discutir e buscar solução para as diversas formas de opressão ocorridas no plano individual, no familiar e no coletivo. As reuniões despertavam a consciência para a questão da estrutura da sociedade, mundo operário, carências da periferia, discriminação de mulheres, negros, menor abandonado, migrantes, etc ⁶⁵⁹.

A Igreja diocesana atuou como formadora do movimento popular em Volta Redonda. A partir das suas comunidades de base se organizaram comissões de moradores, comissões de acompanhamento da Câmara Municipal, lutas por moradia, transporte, etc ⁶⁶⁰ que possibilitaram um encontro com outros movimentos sociais. Sidney (1985) destaca que essa ligação Igreja – movimentos sociais, ocorreu de maneira natural devido às afinidades e objetivos de suas propostas.

3.5. A atuação dos padres-operários

Uma contribuição muito importante para ação da Igreja local nas comunidades das periferias e nos movimentos sociais foi propiciada pelos padres-operários⁶⁶¹ que atuaram na diocese nesse período.

O mais destacado desses padres foi Jacques Dusquene, que veio da Diocese de Lille, França e permaneceu na diocese até 1980. Ele fazia parte da ‘Missão de França’ ⁶⁶² e veio para Volta Redonda com o objetivo de desenvolver um trabalho pastoral e de conscientização política junto ao operariado e às comunidades da periferia, visto que não havia ainda uma pastoral específica com este fim na diocese⁶⁶³. Sua chegada foi noticiada pelo Boletim Diocesano em 06 de janeiro de 1974⁶⁶⁴ divulgando que ele viera para articular a pastoral operária, que iniciava sua organização na diocese⁶⁶⁵. Além de padre Jacques vieram outros

⁶⁵⁸ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº 110, novembro de 1976.

⁶⁵⁹ Idem nº 122, maio de 1978 e nº 175/176, março de 1980.

⁶⁶⁰ Jornal Opção, nº 03, 03 a 15 de junho de 1979.

⁶⁶¹ Essa experiência pastoral nasceu na França nos anos quarenta. Na década de 1950 esse projeto encontrou oposição no episcopado francês, ganhando força somente depois do Concílio Vaticano II (Vicent, 1998)

⁶⁶² Missão de padres franceses, formada por padres que optara por desenvolver um trabalho de evangelização no meio operário em diversas regiões do mundo.

⁶⁶⁴ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, número 26, 2ª quinzena de janeiro de 1974.

⁶⁶⁵ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano, número 27, 1ª quinzena de fevereiro de 1974.

padres, Pierre Leboulanger, Charles Genoud, Bernard Turquet, Jean Pierre Van Houcke, e Thiago Hahusseau, Pedro Verges, André Romary, Normando Cayounet ⁶⁶⁶.

Os padres-operários vieram para a cidade estimulados pelo projeto de construção de uma 'Igreja popular', ancorada na Teologia da Libertação. O bispo explica porque os colocou em Volta Redonda eles: (...) *chegaram freiras e padres que se interessavam por este trabalho popular. E eu comecei a distribuí-los em Volta Redonda para que eu pudesse diretamente apoiá-los*"⁶⁶⁷.

Esses padres juntamente com outras religiosas de congregações femininas, Congregação Sacramentinas de Jesus Crucificado, Dominicanas, Sacramentinas de Nossa Senhora e Congregação Missionárias de Jesus Crucificado, promoveram na diocese a experiência das comunidades 'inseridas nos meios populares', termo adotado internamente na Igreja para referir-se a essa experiência de vida religiosa (Serbin, 1992)

Os padres-operários se disponibilizaram a se inserir concretamente no meio urbano e fabril para promover nesses espaços uma ação evangelizadora e política. Eles optaram também por morarem na periferia, com uma vida pautada pela pobreza, próxima do cotidiano dos operários.

Eles também foram alvo de pesadas críticas de membros da Igreja que também os acusavam de 'subversão' e 'comunismo'. Em diversos momentos seus trabalhos foram rechaçados nas próprias comunidades em que atuavam, inclusive com o envio de solicitações ao bispo, que não foram atendidas, para que fossem afastados da diocese. Vários entrevistados revelaram essa questão ⁶⁶⁸.

A atuação dos padres-operários foi acompanhada pelos agentes da ditadura. Os arquivos do SNI comprovam a existência de uma rede de espionagem sobre eles, vistos como 'comunistas' e 'subversivos'⁶⁶⁹, incluindo a acusação de ligação com militantes de grupos socialistas, como a Convergência Socialista⁶⁷⁰.

Os militares preocupavam também com sua inserção nas fábricas da região, acusando-os de se infiltrarem nessas empresas para arregimentar operários para seu projeto. Eles consideravam surreal sua atuação enquanto operários em detrimento de seu ministério sacerdotal. O Dops expõe essa análise: "(...) *nas horas vagas, (Jacques) atuava como padre na Igreja São Sebastião no Retiro*" ⁶⁷¹.

De maneira inversa, a diocese tinha uma análise diferente sobre a atuação desses padres. Para que pudessem aliar satisfatoriamente o sacerdócio católico com o trabalho diário nas empresas, a Igreja os dispensou de algumas atividades eclesiais como celebração de missas, batizados ou casamentos ⁶⁷².

Essa experiência dos padres operários foi muito importante para atuação da Igreja nas periferias da cidade. Ao se inserirem no meio operário e urbano, entraram em contato com a realidade desses operários e suas problemáticas, desenvolvendo um trabalho de formação religiosa e política, contribuindo para a formação de diversos grupos ligados a Igreja e aos movimentos populares destacando-se diversas comissões (comissão de saúde, visita à Câmara Municipal, etc), associações de moradores e também a organização da OSM.

⁶⁶⁶Esse padre trabalhou como carpinteiro na Cobrapi e padre Jacques trabalhou na firma Bávda. Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Boletim diocesano n°: 31 abril de 1974 e entrevista com padre Normando, realizada em 10/10/16.

⁶⁶⁷Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Entrevista realizada pelo Jornal Pé da Serra, julho de 1982.

⁶⁶⁸Entrevista com Edson Santana, realizada em 16/10/16 e com Edir Alves, realizada em 21/01/17.

⁶⁶⁹Arquivo Nacional, Telex SNI, Retex 699/79/AC de 12/06/1978. Os padres em questão eram André Romary, acusados de se infiltrarem na FEM- Fábrica de Estruturas Metálicas, empresa subsidiária da CSN.

⁶⁷⁰Vide Arquivo Nacional, Telex SNI, Retex 699/79/AC de 12/06/1978.

⁶⁷¹Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal Primeira Página, março-abril de 1996, p. 05.

⁶⁷²Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Boletim Diocesano, n° 49, março de 1975, p. 04.

Esses padres, principalmente Jacques, André Romary e Normando Cayuonet, foram responsáveis pela organização da ACO - Ação Católica Operária- da PO - Pastoral Operária- e reorganização da JOC, abalada desde a prisão de seus militantes nos episódios da Frente Operária.

Todos esses movimentos estão ligados a organização dos trabalhadores católicos. É importante ressaltar as diferenças entre eles. A PO constitui-se como um organismo da Igreja voltado para o desenvolvimento de atividades de evangelização e conscientização no meio operário. Organizada a partir do início da década de setenta, vincula-se à estrutura eclesial via Instituto Nacional de Pastoral da CNBB ⁶⁷³, estando submissa às diretrizes pastorais da Igreja brasileira. Ela reúne trabalhadores católicos sob assessoria de bispos, padres, agentes de pastoral.

A JOC e a ACO se autodenominam movimentos de trabalhadores jovens cristãos ligados à Ação Católica, que se organizam para lutar pelos seus direitos políticos e sociais. Apresentam a particularidade de serem movimentos autônomos em relação à estrutura da Igreja, não possuindo vínculos orgânicos com essa instituição, o que lhes garantia maior autonomia e liberdade de ação, ao contrário da PO.

A ACO oficialmente nasceu em 1960, com a organização do seu 1º Encontro Nacional que reuniu os grupos que se organizavam embrionariamente no país, apresentando-se como continuadora da JOC, com a especificidade de ser formada por trabalhadores adultos (Martins, 1994). A politização desse movimento ocorreu de forma gradativa ao longo dos anos de 1960, quando assumiu uma política de críticas ao capitalismo e à ditadura. Na década de 1980 ela entrou em declínio por conta da concorrência com outros movimentos que atuavam junto ao movimento operário (Estevez, 2008).

As relações da ACO com a JOC eram muito estreitas. Ambas atuavam com trabalhadores cristãos e utilizavam a mesma metodologia de ação política, o método ‘ver-julgar-agir’. Era comum o trânsito de militantes entre esses dois grupos católicos, na medida em que muitos militantes jocistas ao atingir a maioria migravam para a ACO. Esses movimentos não apresentavam divergências entre si, atuando com diálogo e cooperação.

O mesmo acontecia em Volta Redonda incentivado pela Igreja diocesana. A PO atuava, sobretudo com os operários da construção civil, a ACO mantinha contatos com os metalúrgicos enquanto que a JOC desenvolvia um trabalho organizativo com os jovens trabalhadores. Isso se deveu principalmente por conta da linha de contatos articulada por cada um desses movimentos.

Os grupos de ACO surgiram na região do grande Retiro. Suas reuniões ocorriam quinzenalmente nas residências de seus participantes e nas comunidades segundo entrevistas com militantes do período entre 1974-1977 já existiam cerca de 12 grupos na cidade que reuniam entre 10-12 militantes cada um. Entre os militantes da ACO estavam José Emídio Barcelos e seus filhos Vanderlei e Wagner Barcelos, que organizaram a OSM e tornaram expressivas lideranças sindicais da cidade. A JOC por sua vez, depois da violenta repressão do início dos anos sessenta, voltou a se articular nos bairros Retiro, Siderlândia e Jardim Amália ⁶⁷⁴.

A PO reunia mensalmente seus militantes na Cúria, incluindo Luiz de Oliveira Rodrigues⁶⁷⁵. Os relatórios da coordenação local revelam diversas ações devolvidas por seus militantes, que reivindicavam direitos, promoviam ações coletivas e denunciavam condições

⁶⁷³ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Relatório da Comissão de Pastoral Operária, CNBB, 1978-1980, p. 14.

⁶⁷⁴ Entrevista com padre Normando, realizada em 10/10/16 e Edson Santana, realizada em 16/10/16.

⁶⁷⁵ Entrevista com Luiz de Oliveira Rodrigues, realizada em 02/12/18.

inseguras de trabalho. Para dificultar a atuação dos órgãos de repressão, esses relatórios omitiam o nome dos militantes, apresentando somente a primeira letra⁶⁷⁶.

3.6. Volta Redonda: Área de Segurança Nacional

No ano de 1973 a cidade de Volta Redonda sofreu uma grave intervenção do governo federal expressa no decreto lei 1273/73, assinado pelo presidente Médici, que tornou a cidade uma Área de Segurança Nacional, situação que vigorou até 1985, quando se realizaram eleições diretas para prefeito.

As Áreas de Segurança Nacional foram instituídas pelo governo federal em 1966 com a edição do AI-3, englobando as capitais estaduais e os municípios considerados estratégicos para a segurança nacional. Um município para se enquadrar no perfil de segurança nacional, de acordo com os militares, deveria se enquadrar em quatro critérios, importância política, econômica, militar e psicossocial, com atuação de elementos ‘subversivos’. Volta Redonda se encaixava em todos os critérios⁶⁷⁷.

A adoção dessa medida fortaleceu o poder militar na cidade, possibilitando o controle da prefeitura local e maior vigilância sobre os movimentos sociais. Egalon (2002) destacou que a transformação de Volta Redonda em uma Área de Segurança Nacional viabilizou-se em função da execução do 4º Plano de Expansão da CSN, o Plano D, que exigia uma estabilidade política na cidade, constantemente ameaçada segundo os militares, pela atuação da Igreja Católica e pelos grupos e lideranças oposicionistas. Nessa linha, Souza (1992) aponta esta ação também como uma resposta da ditadura ao crescente quadro de mobilizações que se formava nas periferias do município lideradas pela Igreja.

Destacamos que os militares já eram uma presença ativa nas prefeituras da região. Um levantamento feito por fontes militares⁶⁷⁸ revela que a prefeitura de Resende, município sede da AMAN- Academia Militar das Agulhas Negras, tinha em seus quadros de 1º e 2º escalão, dois militares, enquanto que a Prefeitura de Volta Redonda, mesmo antes de se tornar área de segurança nacional, possuía em seus quadros administrativos, nove oficiais militares que ocupavam cargos de confiança⁶⁷⁹.

Ressaltamos que a nomeação dos interventores municipais pelo governador, que era indicado pelos militares, todos eles pertencentes aos quadros da CSN, evidenciou a forte ligação militares com essa empresa, caracterizando mais uma vez a ‘articulação militar-empresarial’ defendida por Estevez e Lima (2015).

Georges Leonardos, sem ligação orgânica com qualquer partido, foi o primeiro prefeito nomeado. Pertencia aos quadros da CSN, era engenheiro da empresa e mais tarde foi diretor industrial. Assumiu a prefeitura somente em 1977 pois o prefeito em exercício, Nelson dos Santos Gonçalves, eleito em 1972 pela ARENA, era um político tradicional, alinhado aos interesses dos militares e foi mantido no poder até o fim de seu mandato. O segundo prefeito interventor foi Aluísio de Campos Costa, filiado a ARENA, era coronel do exército e foi diretor social da CSN, governou a cidade entre 1979 e 1982. O último interventor foi Benevenuto dos

⁶⁷⁶ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Relatório sobre a Pastoral Operária em Volta Redonda 1974-1977, em 28.10.77.

⁶⁷⁷ Arquivo Nacional, Ata da Trigesima Consulta ao Conselho de Segurança Nacional, de 23/04/1973. Disponível em Jornal Diário do Vale, de 26 de julho de 2015. Documento secreto revela por que Volta Redonda sofreu intervenção política. Disponível em <https://diariodovale.com.br/colunas/documento-secreto-revela-por-que-vr-sofreu-intervencao-politica>. Acessado em 09/10/2018.

⁶⁷⁸ Arquivo Nacional, Presidência da República, SNI, Memorando 185/SI Gab. de 04 de fevereiro de 1971.

⁶⁷⁹ Arquivo Nacional, Presidência da República, SNI, Informação 15, SNI/NANI, de 29 de janeiro de 1971.

Santos Neto (1982-85), filiado ao PDS e ligado aos militares, era funcionário da CSN⁶⁸⁰. A transformação de Volta Redonda como Área de Segurança Nacional significou o fortalecimento do poder do Exército e da CSN nos rumos do município.

Essa intervenção federal não impediu a atuação da Igreja nas periferias. Essa instituição se contrapôs ao poder dos militares e em sintonia com a conjuntura nacional aglutinou moradores em movimentos de cunho reivindicatórios. Skidmore (1998) ressaltou essa questão, afirmando que naquele momento histórico, a ICAR era a única instituição que podia elevar a voz contra o regime militar e ao mesmo tempo mobilizar seus membros espalhados por todo o país.

Em Volta Redonda, a despeito dessas intervenções políticas repressivas, a Igreja possuía um grande poder mobilizador assumindo as lutas populares no espaço urbano e fabril. Sobre essa questão, Andrade (1996) destaca que nesse período organizaram-se dois núcleos de resistência a ditadura no país: um liderado por uma oposição ‘consentida’ do MDB, como vimos anteriormente e outro, mais potente e articulado, organizado em torno dos Movimentos Sociais Urbanos, que articulados pela Igreja Católica, passaram a organizar pequenos grupos reunidos em Associações de Moradores, Clube de Mães, Comissões de Direitos Humanos, entre outros, reuniam-se em nível municipal e depois criaram redes que atuavam em nível nacional.

Em Volta Redonda essa questão se processou nessa lógica, com maior presença da Igreja. A atuação mais significativa do MDB ocorreu graças ao MDB Trabalhista e ao vereador Jiúlio Caruso⁶⁸¹, eleito em 1976. Caruso era médico e professor do curso de medicina do UNOFOA e construiu boa relação com o movimento estudantil e social da cidade. Caruso não era organicamente ligado às pastorais católicas e aos grupos de esquerda, mas dialogava muito bem com esses setores. Eleito vereador em 1976 pelo MDB, atuou no campo das esquerdas, construindo uma sólida carreira política. Em 1979, aderiu ao PMDB e depois ao PDT, pelo qual foi eleito deputado federal (1982) e nomeado secretário estadual de transportes, entre 1982-84, no governo Brizola.

Caruso foi um grande apoiador e defensor dos movimentos sociais da cidade, atuando nas mobilizações do período e na soltura de diversos militantes detidos por questões políticas⁶⁸². Segundo Cida Diogo⁶⁸³, juntamente com Dom Waldyr, foi um dos grandes nomes dos movimentos sociais locais, “*Caruso era o elemento de liga de todos os setores oposicionistas*”. Marlene Fernandes o qualifica como um democrata. Ele representou uma figura política, ligada à classe média, que mesmo não pertencendo aos grupos tradicionais da esquerda e da Igreja progressista, se filiou a esse campo e estabeleceu amplos contatos e articulações, colaborando para sua organização e representando suas demandas no campo institucional.

Esses espaços de resistência acima elencados foram se rearticulando gradativamente ao longo do período. Os grupos políticos locais estabeleceram diálogo entre si, reelaborando suas táticas e discursos, produzindo canais efetivos de oposição ao regime. Em Volta Redonda esse diálogo mostrou-se bastante profícuo. Os militantes católicos participaram ativamente das lutas sociais do período. A cidade presenciou uma reconfiguração de suas forças políticas com o movimento social e sindical local abastecendo-se de novas lideranças formadas nos movimentos de base da Igreja Católica.

⁶⁸⁰ Jornal Diário do Vale, de 26 de julho de 2015. Documento secreto revela por que Volta Redonda sofreu intervenção política. Disponível em <https://diariodovale.com.br/colunas/documento-secreto-revela-por-que-vr-sofreu-intervencao-politica>. Acessado em 09/10/2018.

⁶⁸¹ Sobre a trajetória de Jiúlio Caruso vide <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/caruso-jiulio>. Acessado em 03/01/19.

⁶⁸² Entrevistas com Marlene Fernandes, realizada em 10/10/16, Cida Diogo, realizada em 14/12/18 e Danilo Caruso, realizada em 12/04/18.

⁶⁸³ Entrevista com Cida Diogo, realizada em 14/12/2018.

3.7. As lutas continuam

A partir de 1977-1978 o Brasil viveu o processo de abertura política e a reorganização da sociedade civil com a articulação de novos espaços reivindicatórios e crescente participação popular (Alves, 2005).

Na América Latina a Conferência Episcopal Latino Americana de Puebla (1979), que formalizou a ‘opção preferencial pelos pobres’, mobilizou a Igreja continental. A Revolução Nicaraguense ensaiava seus passos e os cristãos locais apoiavam o novo regime socialista no continente. Esses processos tiveram reflexos em Volta Redonda. Um comitê de solidariedade à Nicarágua, que organizava campanhas financeiras de apoio ao novo regime, foi instalado na cidade mobilizando a militância de esquerda e os católicos progressistas⁶⁸⁴.

No campo da Igreja, a Celam de Puebla (1979) foi sucedida por reuniões, estudos, debates e seminários para estudar seus documentos e impacto na vida da Igreja ⁶⁸⁵. Nesse mesmo ano a 6ª Assembleia ⁶⁸⁶ endossou a participação nas organizações populares como forma de aplicar as resoluções dessa Conferência.

A Igreja também se aproveitou dessa conjuntura favorável e passou a organizar eventos com expressiva participação popular. As celebrações religiosas ganharam contornos de denúncia das situações de exploração. A abertura da Campanha da Fraternidade de 1978 sob o tema, “Trabalho e Justiça para Todos”, reuniu mais de oito mil pessoas no ginásio do Recreio do Trabalhador e denunciou a exploração dos trabalhadores⁶⁸⁷, mobilizando a toda diocese nesse evento. O próprio Dom Waldyr escreveu uma via-sacra em homenagem aos trabalhadores que encerrou a celebração religiosa com uma cruz colocada de pé no centro do gramado cercada de crianças que soltaram pombas brancas.

A cerimônia da Quarta Feira de Cinzas desse ano revelou este posicionamento da Igreja local: “(...) *queima da injustiça salarial; queima do custo de vida asfixiante; queima do sindicato que virou entidade assistencialista, queima da injustiça nos supermercados da cidade, onde empregados são obrigados a trabalhar além do horário e até domingo*”⁶⁸⁸. Em 1979 a Igreja diocesana mostrou sua força mobilizando cerca de vinte mil pessoas que participaram das celebrações da Quinta-Feira Santa no estádio municipal Raulino de Oliveira. Nesse evento situações do cotidiano foram confrontadas com leituras da bíblia e o Cristo da via sacra possuía as feições de um trabalhador⁶⁸⁹.

As comemorações de 1º de maio, Dia do Trabalhador, marco simbólico das lutas operárias, ao longo da década de setenta também eram celebradas pela Igreja local. O objetivo era preservar a memória dessa data como um símbolo de lutas que servia de referências para as lutas do presente. Celebrações religiosas aconteceram em diversas comunidades⁶⁹⁰ contando com a participação da OSM, articulando o espaço religioso com a realidade social, afirmando o caráter político e reivindicatório da Igreja de Volta Redonda, além de promover a ‘sacralização do cotidiano’ ⁶⁹¹ e a mística das lutas, na visão religiosa de seus protagonistas. Sader (1995) analisa esse processo afirmando que a vida cotidiana se constituía nesse cenário

⁶⁸⁴ Entrevistas realizadas com Marlene Fernandes, Edgard Bedê, Cida Diogo e Sérgio Braitto. A Igreja local também discutiu o processo político desse país e os rumos dessa revolução. Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº nº178, 1979, p. 03; nº 188, 1979, p. 03.

⁶⁸⁵ Idem, nº 153, 156 e 157, 1979.

⁶⁸⁶ Idem, nº 116, 117 e 118, 1979.

⁶⁸⁷ Idem, nº 115, 1978, p. 03.

⁶⁸⁸ Idem, nº 120 1978, p. 04.

⁶⁸⁹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº 153, 1979, p. 04 e 05.

⁶⁹⁰ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº 121, 1978, p. 04; e nº 156, 1979, p. 01 e 02; e nº 179, 1980, p. 05.

⁶⁹¹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Artigo do Boletim Diocesano, nº 91, janeiro de 1977, p. 10.

como um lugar de resistência e construção de um novo projeto político de protagonismo das classes subalternas.

Ações de solidariedade também fizeram parte desse processo. Em 1978 Dom Waldyr celebrou uma missa⁶⁹² homenagem a Edval Nunes da Silva, o Cajá, militante do PCR, Partido Comunista Revolucionário, vinculado à Pastoral da Juventude da arquidiocese de Recife. Ele foi preso ao sair da cúria metropolitana de Recife, ficou detido durante dias e sofreu torturas.

Esse conjunto de lutas que a cidade vivia produziu muitas vitórias que foram registradas pela imprensa local⁶⁹³ e nacional⁶⁹⁴. A diocese também divulgava em seu periódico, o “Boletim Diocesano”, as ações de seus diversos grupos de base, criando para isso uma coluna intitulada ‘Como está o seu Grupo de Reflexão’, apontando as atividades desses grupos que se constituíam “sinal de libertação”⁶⁹⁵, segundo linguagem religiosa.

Esse processo de lutas, no entanto, não foi acompanhado por toda diocese como analisamos anteriormente. Setores do laicato, formados por grupos conservadores locais, criticavam abertamente as opções da Igreja diocesana. Um dos casos mais notórios nesse período ocorreu na comunidade São Sebastião, no bairro Retiro, núcleo inicial de disseminação das CEB’s na diocese. Em 1982, um grupo de leigos, liderado pelo senhor Joaquim de Moraes, discordou dos encaminhamentos e formas de atuação das CEB’s locais e aproximou-se do prefeito municipal, coronel Aluizio de Campos Costa, interventor federal, prestando-se homenagem pelos serviços públicos executados no bairro, ‘... *somos a favor do diálogo e contra as manifestações públicas e passeatas. Por esse motivo nos sentimos rejeitados pelos jovens e pelo padre Jean Pierre*’, sentenciou o senhor Moraes.

Um dos alvos das críticas era o padre Jean Pierre, padre operário francês recém-chegado a diocese. Muito próximo de Rosalice Fernandes, era um dos maiores defensores do projeto das CEB’s na região. Ele era ‘acusado’ de subversão e Dom Waldyr reagiu a essas acusações com naturalidade: ‘... *dentro de uma comunidade, a diversidade do modo de pensar é natural e cria atritos*’, minimizou o bispo para depois disparar, como era de costume: ‘... *a missão das CEB’s é reivindicar, mas isso não quer dizer que elas devem prestar homenagem aos governantes quando eles cumprem com o seu dever*’⁶⁹⁶, não abrindo espaço para os descontentes.

Uma das táticas utilizada pelos militares para atacar o trabalho desenvolvido pela diocese foi apostar nas cisões internas, aproveitando-se das divergências entre o clero para alimentar rivalidades. Nesse intuito eles contaram com a adesão dos grupos mais conservadores do clero local que não se furtaram em cerrar fileiras contra Dom Waldyr em diversas ocasiões depondo contra o bispo e servindo de informantes para aos militares locais. A oposição desses padres ao trabalho desenvolvido pela diocese era tão forte que um desses padres, Kessler, declarava abertamente na imprensa local que muitos padres não estavam de acordo com as

⁶⁹²Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Boletim Diocesano n°: 139 setembro de 1978.

⁶⁹³Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, ‘O bolo cresceu mas ficou nas mesmas mãos’, Jornal Shopping Cidade, set-out, 1981. ‘Dom Waldyr fala a Folha Regional’, Folha Regional, mar-1979, ‘A gente não está só na escuridão’, jornal Opção, 03 a 15 de junho de 1979.

⁶⁹⁴Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda. Diversos jornais e revistas destacaram esse aspecto da Igreja de Volta Redonda. Nesse período Dom Waldyr concedeu três entrevistas que ilustram essa questão. “Porque a Igreja moderna está preocupada com os problemas sociais”, jornal O Expresso, Santa Maria, 18/07/1979 e “Volta Redonda, a cidade mais policiada do Brasil”, jornal Pasquim de 07/12/1978., “O ideal seria que um governo que ajudasse o povo a se organizar”, jornal A Razão, Santa Maria-RS, de 18/07/1979. Dom Waldyr concedeu essa entrevista nessa cidade pois assessorou o retiro anual do clero local em 1979.

⁶⁹⁵Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Boletim Diocesano, n° 117, março de 1979, p. 04.

⁶⁹⁶Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, ‘Dom Waldyr diz que nada mudou’, Jornal do Brasil, 10/03/1982.

orientações de Dom Waldyr⁶⁹⁷. Carneiro (s/d) ilustra essa questão afirmando que informantes “oficiais” e “espontâneos” produziam informações que legitimavam a repressão.

Segundo Cardonha (2011) essa era uma das estratégias utilizadas pelos militares: segregar, denunciar e atacar os membros da Igreja considerados ‘subversivos’ e aproximar-se daqueles que defendem ‘verdadeiramente’ a Igreja. Essa tática, no entanto, não conseguiu efeitos práticos, conseguindo apoio somente dos grupos conservadores já favoráveis ao regime. Um personagem que se dispôs a fazer o jogo proposto pelos militares e se notabilizou por se opor ao trabalho de renovação pastoral em curso foi o padre Reinaldo de Souza Breves. Descendente de uma tradicional família cafeeira da região (Lourenço, 2010) e pároco da Igreja de Santa Terezinha em Barra do Pirai, esse padre se envolveu em diversos atritos com o bispo, que abalaram o sobremaneira⁶⁹⁸ e que foram acompanhados e espionados pelos militares da região⁶⁹⁹.

Esses embates foram alvo de reportagens do Jornal O Globo em 1977⁷⁰⁰, e se iniciaram por conta do afastamento do citado padre da diocese por sua insubmissão em não promover a demissão de seu secretário, senhor José Maria Botelho, acusado de conduta inadequada, haja vista que havia se envolvido em diversos incidentes e brigas, que comprometiam a imagem da diocese.

Esses atritos se desdobraram em diversas acusações do padre Breves contra o bispo, incluindo perseguição ideológica⁷⁰¹. Esse episódio contribuiu para engrossar as acusações dos militares contra o bispo diocesano, pois eles endossaram a posição do padre, afirmando que ele sofria pressão do bispo para que aderisse a suas ideias políticas, sob pena de sofrer sanções que iriam do despejo da casa paroquial em que morava até a transferência da diocese⁷⁰².

Dom Waldyr contou com o apoio da maioria do clero local⁷⁰³ e da Nunciatura Apostólica. Os padres diocesanos manifestaram sua posição com a publicação de um manifesto de solidariedade ao bispo que foi distribuído nas comunidades e paróquias da diocese. A distribuição desse manifesto foi denunciada por um cidadão comum, o senhor José R. Matos, que ao recebê-lo na Igreja Santa Cecília, comunicou imediatamente à delegacia local⁷⁰⁴. Isso comprova como os agentes da espionagem se abasteciam de diversas fontes, incluindo padres e cidadãos comuns. Esses conflitos se encerraram com a interferência do Vaticano e punição ao padre, que foi afastado de suas funções.

3.8. A repressão também

As mobilizações que aconteciam na cidade nesse período eram acompanhadas de perto pelos militares e seus agentes. A análise dos arquivos da diocese local e de documentos militares depositados no Arquivo Nacional e no Aperj comprovam que ao longo dos anos de 1970 esses agentes monitoravam todo o trabalho desenvolvido pelo bispo e pela Igreja local.

⁶⁹⁷ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal Sul do Estado, 14/01/1969.

⁶⁹⁷ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal Sul do Estado, 18 a 31/01/1969.

⁶⁹⁸ Depoimento de Hugo Leonardo Pereira Borba, secretário particular de Dom Waldyr. Entrevista realizada em 26/09/2016.

⁶⁹⁹ Arquivo Nacional, Informe 01/77, de 10/05/1977, SESP/DGIE, Seção Regional VR.

⁷⁰⁰ Arquivo Nacional, “Bispo explica em carta aos fiéis a suspensão de pároco”, In Jornal O Globo, 28 de abril de 1977.

⁷⁰¹ Arquivo Nacional, ‘Padre: bispo puniu-me por questão ideológica’, In Jornal O Globo, 28 de abril de 1977

⁷⁰² Arquivo do Aperj, DPPS/RJ/Interior. Informações para Prontuário 33338/49-Waldyr Calheiros de Novais, em 04 de abril de 1977, item 1-36.

⁷⁰³ Arquivos do APERJ, Prontuário número 33338-419, Dom Waldyr Calheiros, Solidariedade ao Bispo. Declaração de solidariedade ao bispo, de 11/05/1977.

⁷⁰⁴ Arquivo Nacional, Encaminhamento 021/77 de 04/05/1977, SESP, DGIE, DPPS, Seção Regional VR.

Essa vigilância era realizada por diversos caminhos que incluíam os agentes militares; os agentes da CSN por meio da ASI; da Polícia Militar e da SESP- Secretaria de Estado de Segurança Pública via DGIE- Departamento Geral de Investigações Especiais, e SRIE- Setor Regional de Investigações Especiais, sediado em Volta Redonda. Esses órgãos contavam com a colaboração de vários delatores que incluíam informantes espontâneos como cidadãos civis, vereadores, prefeitos locais e membros do clero como os padres Breves, Kessler⁷⁰⁵ e Abdon⁷⁰⁶ como citado anteriormente.

Esses serviços mantinham comunicação e trocavam informações ente si. Sobre a articulação desse sistema, encontramos algumas cartas de diretores da CSN e de comandos militares direcionados ao senhor Francisco de Paula Borges, diretor do DGIE. Esses documentos foram encontrados nos documentos do SNI depositados no Arquivo Nacional, confirmando a articulação entre os vários órgãos da repressão política.

A espionagem no estado do Rio de Janeiro era realizada pelo DGIE, órgão de ‘inteligência policial’, criado em 1975, após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, subordinado a SESP- Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Esse órgão atuava no campo da ‘polícia política’. Esclarecemos que esse termo se refere, de acordo com Xavier (1996), a uma modalidade policial que desempenhava funções preventivas e repressivas de combate a ações políticas armadas ou não, que ameaçavam o poder instituído, a ‘ordem e a segurança pública’, conforme estabelecido pelo Estado.

O primeiro órgão no país dedicado a esse setor de polícia política foi criado na Primeira República, ligado a Polícia Civil do Distrito Federal (Xavier, 1996). Em termos organizativos, um setor especializado de polícia política surgiu oficialmente no Brasil em 1933 com a criação da DESPS – Delegacia Especial de Segurança Pública e Social, ligada a então Polícia Civil do Distrito Federal. Nessa estrutura inicial, os órgãos responsáveis pelos crimes políticos eram a Seção de Segurança Pública e a Seção de Segurança Social.

Essa polícia política adquiriu aspecto institucional com a criação do DFSP- Departamento Federal de Segurança Pública-, em 1944. Nesse órgão as questões políticas e sociais eram encaminhadas para a DPPS –Divisão de Polícia Política e Social, que possuía uma Delegacia de Segurança responsável por cada uma dessas questões. Em 1960 com a transferência da capital para Brasília, esses órgãos foram estadualizados e assumidos pelo governo da Guanabara, que continuou centralizando as informações de ordem política e social no país. Para tanto foi criado em 1963 o DOPS-GB- Departamento de Ordem Pública e Social da Guanabara.

Com a implantação da ditadura militar as funções da polícia política tornaram-se mais complexas. A Comunidade de Informações, dentro da lógica da Segurança Nacional, estabeleceu como órgãos centrais o SNI- Serviço Nacional de Informações e os órgãos de inteligência militar (CIEEx, CISA, Cenimar), relegando ao DOPS-GB, uma função secundária, cabendo-lhe a função de abastecer de informações os órgãos federais de informação militar (Carneiro, s/d).

O SNI, idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva, foi o órgão responsável pela criação de uma rede de informações, organizada com o auxílio de consultores norte-americanos. Com a edição da LSN- Lei de Segurança Nacional, em 1967, o SNI incorporou esse pensamento como ideologia e guia de suas ações. Sobre a atuação desse órgão, Fico (2001) questiona a autonomia e a caracterização do SNI como um órgão repressivo, atuando também no âmbito da comunidade de informações, mas evidentemente não se circunscreve a essa área

⁷⁰⁵ Alguns padres como Reinaldo Breves e José Kessler eram colaboradores públicos dos militares. Outros padres, como abordado anteriormente, inclusive depuseram nos IPM instaurados pelos militares como testemunhas de acusação contra o bispo e o clero progressista da diocese.

⁷⁰⁶ Esse padre informou aos militares o paradeiro de Rosalice quando deixou a prisão em 1978. Arquivos do APERJ, Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428.

de atuação, efetuando prisões e interrogatórios, em todo o país, inclusive em Volta Redonda. Em 1970 o governo militar criou um órgão central de informações, o Sistema Nacional de Informações, o SISNI, coordenado pelas Forças Armadas.

Nessa nova conjuntura, o DOPS-GB foi subordinado a recém-criada Secretaria de Segurança do estado do Rio de Janeiro (Pereira e Reznik, 1996). Em 1975 com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara ele foi substituído pelo DGIE, Departamento Geral de Investigações Especiais, ligado a SSP-Secretaria Estadual de Segurança Pública. Esse órgão com função de polícia política estadual era responsável pelas operações de busca, apreensão, prisão, investigação e, em alguns casos, de observação e monitoramento, e funcionou até 1983, quando foi extinto no governo Leonel Brizola, de acordo com sua proposta de campanha.

O DGIE foi o último órgão da polícia política estado do Rio de Janeiro⁷⁰⁷. Ele atuou no contexto da ‘abertura política’ pautando-se pelo acompanhamento desse processo, desenvolvendo ações de espionagem e campanha contra políticos individuais e coletivos considerados ‘subversivos’. Suas investidas se davam em assembleias, passeatas, reuniões sindicais e políticas, etc. Esses expedientes foram largamente utilizados em Volta Redonda, onde praticamente todos os eventos dessa natureza foram espionados como demonstra nossa pesquisa.

O DGIE era composto por diversas seções destacando-se as que nos interessam particularmente, o DIG- Departamento de Investigações Gerais e o DPPS- Departamento de Polícia Política e Social. A primeira tinha como funções básicas o arquivamento e manutenção da documentação vinculada a assuntos pertinentes às atividades do desse órgão, além de manter articulação com a Comunidade de Informações, em sintonia com as determinações do SISSEGIN- Sistema de Segurança Interna, e o segundo assumiu as funções específicas da ‘polícia política’.

Em nível nacional, o DGIE se articulava com o SNI e outros centros de inteligência militar, mantendo inclusive um aparato investigativo próprio, trabalhando ações subsidiárias a esses órgãos. Como dito anteriormente o DGIE desenvolvia atividades de infiltrações, campanha, produção de fotos e áudios, além de escutas telefônicas. Para facilitar esse trabalho, ele diferenciava os serviços atuantes na capital e no interior do estado, que incluía Volta Redonda e adjacências. Na ‘cidade do aço’ esse trabalho ocorreu de forma significativa, graças a sua importância política e o elevado número de indivíduos e organizações consideradas ‘subversivos’ na ótica desses serviços de espionagem. A ‘frágua’ de Volta Redonda constituía-se como uma ameaça a esse regime pautado pela defesa da ‘segurança nacional’.

Diversas fontes militares comprovam as atividades do DGIE na região, sobretudo contra a Igreja. Documentos informativos circulavam nos comandos militares alertando para a ‘subversão’ imperante na diocese local. Em 1981, os militares mapearam as dioceses que consideravam mais ‘perigosas’ no país, todas alinhadas com a Igreja progressista⁷⁰⁸. Ao lado das dioceses de Vitória, São Mateus, Nova Iguaçu figurava a diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda desenvolvendo um trabalho junto ao operariado.

Os agentes alertavam principalmente para a atuação das CEB’s nas associações de moradores, nos grupos de bairro, clubes de mães etc, e ainda acompanhavam as narrativas dessas comunidades da defesa de temas ‘socializantes’, no apoio a reivindicações salariais, além de denúncias de questões relacionadas à falta de políticas públicas de moradia, educação, custo

⁷⁰⁷ Sobre essas questões vide: “Cartografias da ditadura: Departamento de Ordem Pública e Social do Rio de Janeiro”, disponível em http://www.cartografiasdaditadura.org.br/files/2014/03/Departamento_de_Ordem_Pol%C3%ADtica_e_Social_Dispon%C3%ADvel_em_DOPS_3.pdf. Vide ainda Fundo DGIE- Departamento de Investigações Especiais, disponível em: <http://200.222.27.136/index.php/departamento-geral-de-investigacoes-especiais>.

⁷⁰⁸ Arquivo Nacional, Informação 030/119/81/ARJ 81, SNI- Agência Rio de Janeiro, de 29 de agosto de 1981.

de vida, saúde, etc, além de suas ligações com o Partido dos Trabalhadores. Nesse documento⁷⁰⁹ nomeavam aqueles que consideravam mais atuantes na diocese, indicados de acordo com sua ordem de importância: Dom Waldyr, primeiro da lista, como não poderia deixar de ser, seguido por Monsenhor Manuel Barreto, e padres Antônio Alves de Mello, Jacques Dusquene, Francisco Xavier Nobuo Sano, André Romary, e os leigos Fernando Tedesco, Eloá Jane e Antônio Carlos Santini, entre outros.

Um documento militar datado de 1979, ‘Ação da Esquerda Clerical’⁷¹⁰, detalha o nível de espionagem militar contra a diocese, acusada de apoiar Rosalice Fernandes, os deputados Edson Klair e Lysâneas Maciel, notórios opositores do regime, além do apoio aos diversos movimentos populares da cidade (CEPE, CBA) e ainda à revolução nicaraguense, além da distribuição de panfletos, boletins e ‘jornalecos’ que abordam esses temas nas paróquias locais, acusando a Igreja de deturpar informações e o Boletim Diocesano de ser o principal ‘órgão de doutrinação’⁷¹¹.

Nossas pesquisas revelaram que todas as atividades públicas da diocese nas pautas sociais, políticas e econômicas da região e até atividades internas, como reuniões do clero e do conselho presbiteral, eram sistematicamente espionadas e investigadas por esses serviços de informação pois alguns padres diocesanos atuavam como informantes⁷¹². Estruturou-se uma rede de espionagem na região, que contava inclusive com a colaboração de voluntários civis e militares, políticos e sindicalistas⁷¹³ que a abastecia com informações e denúncias rotineiras, como visto anteriormente nessa tese. A preciosidade e os detalhes das informações revelam que a ‘comunidade de informações’ mantinha tentáculos na cidade, produzindo uma eficiente rede de espionagem em torno do bispo. Dimensionando a estrutura do SNI, Fico (2001), informou que segundo avaliações do general Carlos Alberto de Fontoura, chefe do órgão entre 1969-74, ele tinha cerca de dois mil funcionários, além de colaboradores espontâneos ou remunerados.

Os militares articularam uma ‘rede de medo’ na região que funcionava a todo vapor. Na descrição das acusações, esses agentes, à moda das despreparadas ‘arapongas’, se esmeram em apresentar detalhes daquilo que consideram ações subversivas e que poderiam incriminar o bispo.

Os agentes do DGIE e os agentes voluntários acompanhavam inclusive as homilias proferidas por Dom Waldyr e apresentavam constantes denúncias contra o bispo. Exemplo dessa colaboração foi um documento produzido pela SGRI, oriundo da Delegacia de Polícia de Volta Redonda⁷¹⁴. Nessa comunicação, Alcy Marques Pinheiro, coronel do exército, radicado no Rio de Janeiro e em visita a cidade, ao assistir a uma missa no dia 30 de outubro de 1977, na Igreja de São Sebastião, no Retiro, ficou indignado com um sermão proferido pelo bispo em que ele criticava a atuação do governo ditatorial e da polícia militar⁷¹⁵. O militar sentiu-se incomodado com o discurso e compareceu à Delegacia de Polícia local para denunciar o fato.

⁷⁰⁹ Arquivo Nacional, Informação 030/119/81/ARJ 81, SNI- Agência Rio de Janeiro, de 29 de agosto de 1981

⁷¹⁰ Arquivo do CEMESF, Informação 213/119 de 04 de outubro de 1979. Disponível em <http://cemesf.vr.uff.br/textos/acao-da-esquerda-clerical-diocese-de-barra-do-pirai-volta-redonda/> . Acessado em 14/11/2018.

⁷¹¹ Os termos entre aspas referem-se aos termos utilizados pelos agentes da repressão.

⁷¹² Alguns padres, como Reinaldo Breves e José Kessler, eram colaboradores públicos dos militares. Outros padres, como abordado anteriormente, inclusive depuseram nos IPM instaurados pelos militares como testemunhas de acusação contra o bispo e o clero progressista da diocese.

⁷¹³ Waldemar Lustosa atuou como informante no caso de Rosalice Fernandes. Arquivo Aperj, Prontuário de Rosalice Fernandes. Serviço Público Federal, Denúncia ao Dr. Auditor da Auditoria da Marinha da 1ª CJM, de 12 de julho de 1976.

⁷¹⁴ Arquivo Nacional, Encaminhamento 027/77, de 31/10/1977, SSP/SESP/DGIE, Seção Regional VR

⁷¹⁵ Arquivo Nacional, Informe 001/73/LSG de 18 de julho de 1973.

No mesmo documento em receberam a denúncia do Sr. Alcy Marques, os agentes relataram que em muitas denúncias dessa natureza, as exigências oficiais para que essas ações fossem gravadas, filmadas ou fotografadas, de acordo com os protocolos dos órgãos de segurança, não eram cumpridas porque aquela seção não dispunha desses recursos para realização dessas atividades, revelando a precariedade e a falta de recursos dos serviços de espionagem para desempenhar as funções que lhes eram atribuídas⁷¹⁶.

Outro caso semelhante que atesta a participação de civis nessa rede de espionagem foi produzido por engenheiro da CSN, nomeado no documento apenas como Ferraz. Sua denúncia versava sobre críticas que Dom Waldyr proferiu em sua homilia na mesma Igreja contra a política salarial da CSN, que não atendia as reivindicações dos operários. Essa denúncia foi dirigida ao Diretor Industrial da CSN, atestando que a CSN colaborava abertamente com a repressão política instalada na região.

Dom Waldyr atento a essa questão denunciou publicamente essa ‘rede do medo’ em uma entrevista ao jornal ‘O Pasquim’ em 1978, em uma reportagem intitulada ‘Volta Redonda, cidade mais policiada do Brasil’ “... *Aqui existe um mito: o medo. Há cinco polícias para tomar conta do operário: o Exército, a polícia civil, a polícia federal, o DPPS e a polícia da CSN*”⁷¹⁷.

A estrita vigilância dos militares sobre o bispo levou os agentes da SRIE a produzirem anos depois, em 1977, em pleno cenário marcado pelo processo de ‘abertura política’, um extenso dossiê acusando o bispo Dom Waldyr mais uma vez, de atividades subversivas. Esses documentos foram anexados ao prontuário do bispo disponíveis no Aperj. Sobre o seu prontuário, hoje disponível para consulta pública no APERJ, Dom Waldyr os manteve com zelo sob guarda do atual bispo diocesano, Dom Francisco Biasin, na Cúria Diocesana.

A análise desses documentos⁷¹⁸ mostra acusações inverídicas e de baixo calão, que atacavam a moral e o comportamento do bispo entre outras questões, revelando uma face desleal da espionagem militar. Eles são recheados de acusações contra o bispo de que tinha dois filhos, que mantinha relações amorosas, que frequentava boates, arrecadava dinheiro indevidamente entre os clérigos, entre outras. Outros padres, como Arnaldo Werlang⁷¹⁹ e Dionísio Mosca⁷²⁰, também sofreram essas acusações. Não abordaremos essas questões nessa tese, por se tratarem de acusações vazias e que não encontraram respaldo em nenhum outro documento consultado ou depoimento prestado, sem prova concreta da veracidade de tais fatos além de se tratar de questões de foro íntimo, que devem ser preservadas. Fico (2001: 103-104) abordou essa questão, afirmando que acusações desse tipo faziam parte de uma tática da ‘comunidade de informações’ de associar os suspeitos a comportamentos ‘imorais’ como uma forma de desmoralizá-lo e agravar sua situação.

Nesse dossiê esses agentes remontam as principais atuações contra Dom Waldyr desde o período em que era bispo auxiliar no Rio de Janeiro (1964), até a data em que o documento foi produzido em 1977, comprovando que sua atuação política desagradava os militares desde o início de sua atuação episcopal, ainda nos episódios do golpe civil-militar de 1964, na arquidiocese do Rio de Janeiro.

⁷¹⁶ Essa precariedade pode ser percebida anos antes, em 1971, quando Pôncio Defaveri, preso político era obrigado a atuar como datilógrafo nos interrogatórios de vários presos políticos. Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta de Pôncio Defaveri a Dom Waldyr, em 24/02/1971.

⁷¹⁷ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, “Volta Redonda, a cidade mais policiada do Brasil”, jornal O Pasquim, de 07/12/1978.

⁷¹⁸ Arquivos do APERJ, Prontuário número 33338-419, Dom Waldyr Calheiros.

⁷¹⁹ Arquivos do APERJ, Estado do Rio, Secretaria de Segurança, DPPS, Ação criminal contra jocistas em Volta Redonda, Nova Iguaçu, 22/01/1971.

⁷²⁰ Arquivo do Aperj, DPPS/RJ/Interior. Informações para Prontuário 33338/49-Waldyr Calheiros de Novais, em 04 de abril de 1976.

Para se proteger dessa rede de espionagem e outras ameaças, Edson Santana⁷²¹, militante do período, revelou que muitas vezes, jovens militantes católicos mantinham guarda nos arredores da residência do bispo, organizando um verdadeiro serviço ‘doméstico de segurança’. Essa questão também foi apontada por Vicente Melo⁷²², detido nos episódios da Operação Gaiola em 1968, que afirmou que Dom Waldyr possuía um pequeno sistema de segurança, que utilizava seus cães, que ficavam soltos no quintal de bispado, acompanhados por um funcionário da Cúria. A entrada nas reuniões realizadas na Cúria Diocesana e no bispado também era controlada e participavam dessas reuniões somente pessoas previamente convidadas.

As atividades internas da diocese como vimos até aqui, também eram severamente investigadas. Em um documento militar produzido em 1978⁷²³, agentes de espionagem fizeram um balanço da atuação do CEBI- Centro de Estudos Bíblicos⁷²⁴ na diocese, analisando o trabalho de assessoramento dessa entidade na formação política e teológica em Volta Redonda. Eles avaliaram que a participação de clérigos e leigos católicos nessa entidade constituía-se em uma séria ameaça, uma vez que esse movimento influenciado pelo clero facilitava a atuação do PCB e dos comunistas em seus grupos de reflexão⁷²⁵.

Eles destacaram o papel de Carlos Alberto Libânio de Christo, frei Betto, nessas atividades: “(...) atua num importante trabalho de ligação e coordenação das atividades da esquerda clerical em nível interestadual”⁷²⁶. Foram alvo dessas investidas os outros assessores nacionais do Cebi, e todos acusados de serem ‘subversivos’: frei Jacobus Gerardus Hubertus Mesters, frei Carlos Mesters, Frei Vital Wildering, além do pastor protestante Jether Pereira Ramalho, esse último apontado como antigo militante do erroneamente denominado Molina-Movimento de Libertação Nacional, quando na verdade a grafia correta é Colina -Comandos de Libertação Nacional, revelando o despreparo dos agentes militares.

Essa preocupação com a presença comunista na Igreja de Volta Redonda não se restringiu aos anos analisados nessa tese, ao contrário, adentrou pelo final dos anos de 1980, certificando que a espionagem militar foi bem além do fim da ditadura militar, ocorrido em 1985. Um informe do Ministério da Aeronáutica⁷²⁷ datado de 1988 refletiu essa celeuma anticomunista dos militares e o temor de uma infiltração comunista nas hostes da diocese. Os militares suspeitaram que oficiais do exército do Suriname, um capitão e três tenentes, que estavam em visita a AMAN, localizada no município de Resende, nos dias 12 e 13 de junho daquele ano, estabeleceram contatos com padre Normand Cayounet, erroneamente qualificado como ‘padre Albano’, ativo militante dos movimentos sociais, e com João Helvécio, militante de movimentos sociais, para estabelecerem base para a implantação de “ (...) pontos estratégicos para a criação de bases e apoio médico para a guerrilha” (sic). Essa acusação foi veementemente negada pelos volta-redondenses citados⁷²⁸ e não foi confirmada por outras fontes militares⁷²⁹.

⁷²¹Entrevista com Edson Santana, realizada em 16/10/16.

⁷²²Entrevista com Vicente Melo, realizada em 13/12/17.

⁷²³Arquivo Nacional, Informação 109/119/ARJ de Ministério do Exército, 1º Exército, de 18 de março de 1978.

⁷²⁴O Centro de Estudos Bíblicos-CEBI é uma associação ecumênica fundada em julho de 1979, com o objetivo de desenvolver uma leitura popular da bíblia, desenvolvendo trabalhos de formação bíblica em diversas dioceses brasileiras. Disponível em <https://cebi.org.br/historia/>. Acesso em 16/06/18.

⁷²⁵Arquivo Nacional, Informação 109/119/ARJ de Ministério do Exército, 1º Exército, de 18 de março de 1978, folha 2, item 10 e 11.

⁷²⁶Arquivo Nacional, Informação 109/119/ARJ de Ministério do Exército, 1º Exército, de 18 de março de 1978, folha 2, item 6, inciso e.

⁷²⁷Arquivo Nacional, Ministério da Aeronáutica, Secretaria de Inteligência da Aeronáutica, Informe 0147/88/235 AGINT-RJ de 28 de julho de 1988.

⁷²⁸Entrevista com João Helvécio, realizada em 14/09/18 e Normando Cayovette, realizada em 10/10/16

⁷²⁹Arquivo Nacional, Comando Militar do Leste, Informe 1032-M/88 de 12 de dezembro de 1988.

Sobre a atuação de Dom Vital Wildering, os militares informam que esse bispo mesmo sem estar listado nos arquivos militares com atributos de *'antecedentes político-ideológicos de esquerda'*, figurava entre os integrantes do setor 'progressista' do clero, sendo passível de investigação. Esse clérigo foi nomeado bispo auxiliar da diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda em 1978, especificamente para atender a região de Angra dos Reis, que experimentava um acentuado crescimento demográfico graças à construção das usinas nucleares de Angra I e II. Com a criação da diocese de Itaguaí em 1978, que englobava o município de Angra dos Reis, tornou-se seu primeiro bispo ⁷³⁰.

Os militares acusaram que a criação da diocese de Itaguaí ocorreu sob influência de Dom Waldyr. Eles temiam que a nomeação de Dom Vital para seu governo, em parceria com Dom Waldyr, facilitaria a expansão do 'comunismo' e da 'subversão' nessa região estratégica para a segurança nacional. De fato, Dom Waldyr foi um dos articuladores do desmembramento da Diocese de Itaguaí, então pertencente ao território da diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda. Esse processo ocorre com frequência na Igreja Católica para adequar sua área de atuação às demandas do crescimento populacional.

3.9. Esquerdas, Igreja e Movimentos Sociais⁷³¹

No final dos anos de 1970 a cidade viveu um intenso processo político com crescentes mobilizações populares. As CEB's espalhavam seus 'grupos de base' por toda a cidade, os moradores das periferias, por meio de suas comissões e associações de moradores, organizavam passeatas e protestos exigindo melhores condições de vida, e a OSM organizava assembleias que agrupavam milhares de trabalhadores.

O ponto de encontro e articulação de todos esses movimentos era a Cúria Diocesana, localizada no coração da cidade, na Vila Santa Cecília, onde aconteciam as plenárias, reuniões, assembleias e todos esses militantes de diferentes matizes se encontravam, "*A Cúria era o centro de articulações dos movimentos sociais*", revelou uma militante⁷³², posição unânime entre todos os entrevistados.

Esses movimentos produziram que Karner (1987) qualificou como a 'revolução do cotidiano'. Diversas mobilizações e movimentos colocaram em pauta a unidade entre Igreja e esquerdas destacando-se a greve dos professores da rede estadual e municipal e a greve dos 'peões', todos ocorridos em 1979.

As greves dos professores

No ano de 1979, em sintonia com a conjuntura nacional⁷³³, Volta Redonda foi sacudida por duas greves de professores, uma na rede municipal e outra na rede estadual, que mobilizaram essa categoria na luta por seus direitos.

Essas greves foram organizadas pelos professores públicos municipais e estaduais, sob direção do então CEP (Centro Estadual dos Professores)⁷³⁴. O núcleo inicial dessa entidade

⁷³⁰ Informação disponível em www.dioceseitaguaui.org.br. Acesso em 05/02/2018.

⁷³¹ Utilizaremos o termo 'movimento social' para nos referirmos aos processos coletivos realizados por indivíduos em protesto contra as situações sociais existentes (Karner, 1987).

⁷³² Entrevista com Cida Diogo, realizada em 14/12/2018.

⁷³³ Nesse período ocorreram diversas greves de professores pelo país. Iniciadas em São Paulo, rapidamente se espalharam por vários estados, inclusive o Rio de Janeiro (Souza, et al: 2003).

⁷³⁴ Assim era conhecido o atual SEPE- Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação. Essa entidade de classe foi fundada em 1977, inicialmente sob a sigla SEP (Sociedade Estadual dos Professores). Em 1979 essa associação

foi fundado em 1978 por professoras ligadas a Igreja, ao MDB, ao PCB, além de militantes independentes. Como era comum nessa época de mobilizações, as primeiras reuniões ocorriam de forma ainda clandestina nas casas dos militantes, principalmente na residência de Elvi Vasconcelos, na rua Sete de Setembro, no bairro Aterrado, depois passaram a acontecer na Cúria e na sede do MDB⁷³⁵. Esse núcleo inicial era pequeno, formado por cerca de 6-7 pessoas. Essas reuniões eram constantemente espionadas por um carro preto⁷³⁶, provavelmente da ASI-CSN e seus ativistas também recebiam ligações anônimas intimidatórias⁷³⁷.

Em 1979, os professores da rede estadual organizaram a primeira greve de sua história, com a adesão dos professores de Volta Redonda. Essa greve que se iniciou em agosto desse ano, contou com o apoio das CEB's, movimentos católicos⁷³⁸, movimentos sociais, além de parlamentares, como Edson Khair, e a suplente de deputada Rosalice Fernandes⁷³⁹. O apoio do bispo a esse movimento constituiu-se para os militares mais um exemplo de sua subversão⁷⁴⁰. Uma das estratégias dos grevistas para o sucesso do movimento foi buscar o apoio dos pais e estudantes para sua causa⁷⁴¹, no qual foram bem-sucedidos⁷⁴².

No processo da greve ocorreram diversas mobilizações que foram duramente reprimidas pela polícia militar em todo o estado do Rio de Janeiro e o CEP foi colocado na ilegalidade, somente retomando a legalidade em 1983, segundo Miranda (2010), revelando os limites da 'abertura política' promovida pelo governo ditatorial. Essa repressão também ocorreu em Volta Redonda.

O apoio da Igreja se materializou com a cessão de sua estrutura física e rede de comunicação a favor dos grevistas. A Igreja se manifestou sobre a greve:

*“Informados pela mensagem do evangelho de Jesus Cristo, vimos nos solidarizar com todos os professores da rede estadual do Rio de Janeiro que procuram melhores condições de vida e de trabalho para mais eficientemente contribuir no processo educativo do mundo jovem a eles confiado”*⁷⁴³.

As reuniões do movimento ocorreram na Cúria Diocesana e nas comunidades de Nossa Senhora Aparecida, no centro e Nossa Senhora das Graças, no bairro Aterrado. As reivindicações do movimento eram lidas das missas e celebrações semanais, além de serem transformadas em reportagens no Boletim Diocesano, veículo de comunicação que foi amplamente utilizado para divulgar as demandas desse movimento.

Os agentes do 22º BIMtz também acompanharam essas mobilizações com atenção, informando ao SNI toda a movimentação dos professores, incluindo a realização de assembleias, mobilizações, visita dos professores grevistas às escolas⁷⁴⁴. Essa greve terminou

uniu-se a duas outras entidades classistas, a Uperj (União Estadual dos Professores) e a Aperj- associação Estadual dos Professores, formando o CEP (Miranda, 2010).

⁷³⁵ Arquivos do Sepe-RJ Jornal Consciência de Classe, 'Sepe: 30 anos de lutas, resistências e vitória', 28/09/07.

⁷³⁶ Entrevista com Elvi Vasconcelos, realizada em 10/10/18. A entrevistada não soube detalhar a marca e modelo do carro.

⁷³⁷ Entrevista com Elvi Vasconcelos, realizada em 10/10/18.

⁷³⁸ Arquivos do Sepe-RJ, Carta de Apoio da ACO aos professores em greve-1979.

⁷³⁹ APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Informação 001/79-SRI/SSP de 07/03/1979.

⁷⁴⁰ Arquivo Nacional-Informação 185/116/ARJ/79.

⁷⁴¹ Arquivos do Sepe-RJ, Panfleto do CEPE, "Esclarecimento ao Público", de 02 de agosto de 1979

⁷⁴² Jornal Opção, 1 a 7 de setembro de 1979, p.2.

⁷⁴³ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Boletim Diocesano n°: 151, março de 1979.

⁷⁴⁴ Arquivo Nacional, Informação 2155-B/1979, Confidencial, Min. Exército, 1º Exército, de 28 de agosto de 1979.

vitoriosa, com a elevação do piso da categoria para cerca de cinco salários-mínimos, enquanto que o piso dos servidores foi para 3,5 salários mínimos⁷⁴⁵.

Os professores da rede municipal também organizaram mobilizações e uma greve nesse período. Seu alvo eram as políticas implantadas pelo interventor federal, coronel Aluizio de Campos Costa, prefeito nomeado que se notabilizou pela intransigência no trato com os movimentos sociais da cidade.

A origem desse movimento ligou-se a uma proposta salarial apresentada pelo governo municipal, que foi rechaçada pela categoria. Depois de diversas assembleias e sucessivas pressões sobre a Câmara Municipal, que contaram com expressiva adesão da categoria, os professores deflagraram uma greve em maio de 1980, que contou inclusive com apoio da 1ª dama estadual, senhora Zoé Chagas, que se encontrava em visita à cidade⁷⁴⁶.

Esse movimento também contou com o apoio da Igreja local, que disponibilizou o salão da Comunidade Nossa Senhora Aparecida, no centro, para a realização das reuniões e assembleias do movimento.

A repressão do governo municipal foi dura promovendo demissão de cinco professoras, o afastamento de outras três, a exonerações de três diretoras, além da punição de outras trinta e três professoras⁷⁴⁷.

Frente a essa repressão o movimento recebeu apoio popular. Uma carta da comunidade N. Sra. Aparecida, bairro Nove de Abril, enviada ao prefeito ilustra essa questão: “(...) vimos solicitar que o Sr. faça uma avaliação e uma tomada de posição diante da atitude de repressão e punição que consideramos injustas sobre as nossas queridas professoras municipais...”⁷⁴⁸. Além disso, foram realizadas missas, atos ecumênicos, manifestações de alunos e professores em frente à Prefeitura Municipal além de atos públicos na Câmara Municipal, que prestaram solidariedade aos grevistas⁷⁴⁹ e pressionaram o prefeito⁷⁵⁰.

Dom Waldyr em uma carta de apoio cunhou a frase que se tornou o lema do movimento: “(...) só a união dos fracos vence o medo provocado pelos fortes”⁷⁵¹. A carta revelou claramente de que lado Dom Waldyr sempre se posicionou e por conta da clareza e simplicidade com que expõe suas ideias reproduziremos parte dela: “... a greve é a forte arma pacífica dos fracos contra as injustiças. Os grandes e poderosos não precisam fazer greve. As leis são feitas por eles”. A seguir o bispo aborda o grande empecilho para as mobilizações de classe, o medo do desemprego e as ameaças feitas pelos governantes “... sabemos que alguns tem medo. Não aderem. Desistem. Entendemos. O medo é o desmoronamento da pessoa humana. É a arma que eles usam para dominar os fracos. Ameaçam com demissão. E quem não tem medo de não ter o pão para levar para casa!? Conhecedor dessas dificuldades, encoraja os grevistas a continuarem o movimento: “...Ora, é justamente por causa do ‘pão minguaado’ que vocês lutam. Bom seria que os que tem medo descobrissem que é justamente o medo que fará menor o pão que estão levando para casa”, e conclui sua exposição dando pistas para a vitória do movimento ‘... só a união dos fracos vence o medo provocado pelos fortes...’ E garante apoio ao movimento: ‘Fiquem certos de que nós entendemos o movimento de vocês e

⁷⁴⁵ Jornal O Globo, ‘Na ditadura professores do Rio fazem greve e enfrentam forças de segurança’. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/na-ditadura-professores-do-rio-fazem-greve-enfrentam-forcas-de-seguranca-10216420>. Acessado em 17/09/2018.

⁷⁴⁶ Jornal Opção, 24 a 30 de maio de 1980.

⁷⁴⁷ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Boletim Diocesano, 1ª quinzena de julho, nº 159, 1979. Essa edição traz um Relatório do CEP sobre esse movimento grevista.

⁷⁴⁸ Idem.

⁷⁴⁹ Idem

⁷⁵⁰ Jornal Opção, 02 de 08 de julho de 1980.

⁷⁵¹ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, carta de apoio de Dom Waldyr aos professores em greve, 1979.

o apoiamos.’ Essa carta foi publicada no Boletim Diocesano⁷⁵² e no jornal A Lira⁷⁵³, circulando por toda a região.

Essas mobilizações do magistério foram muito importantes pois revelaram lideranças políticas destacadas no cenário político da cidade, como Maria das Dores Motta, a Dodora, Marlene Fernandes, Elvi Vasconcelos, Aparecida Paraíso, Eloá Jane, entre outras.

Essas greves além de expressarem a vitalidade da sociedade civil também representaram momentos de unidade entre a Igreja e os movimentos sociais da cidade, reunindo cristãos e militantes de esquerda em causas comuns. Foi um ponto de encontro entre militantes independentes de esquerda, do MDB, do MEP, da CS com os católicos da TdL. A maioria das novas lideranças do CEPE, à exceção de Maria das Dores Mota e Aparecida Paraíso, não estava ligada à Igreja, mas no campo das lutas sociais, estabeleceram frentes de diálogo e participação com essa instituição.

A greve dos peões

A ‘greve dos peões’ foi o nome pelo qual ficou conhecido o movimento organizado pelos trabalhadores da baixa qualificação que trabalhavam nas firmas prestadoras de serviços à Companhia Siderúrgica, principalmente da Odebrecht, ocorrida em 1979⁷⁵⁴.

O termo ‘peão’ é utilizado em diferentes regiões do país referindo-se ao trabalhador assalariado de baixa qualificação e remuneração. Sader (1995) o identifica como o trabalhador submetido à prática de contratações e demissões, comum às linhas de montagem da grande São Paulo. Souza (1992) situa o surgimento desse termo no início dos anos de 1970, com as mudanças em curso que precarizaram as condições de trabalho na CSN que incluíram a perda da estabilidade no emprego, o corte drástico nas políticas sociais da empresa. Segundo essa autora a partir dessa época, os trabalhadores mais jovens passaram a serem chamados de “piões”, aqueles que rodam e estão no mesmo lugar. Segundo Silva (2011) esse termo também era utilizado em Volta Redonda para se referir ao trabalhador migrante empregado nas empreiteiras envolvidas nos processos de expansão da CSN, tornando-se um termo pejorativo.

A causa da greve se relaciona à exploração desses ‘peões’, em sua maioria provenientes das regiões pobres de Minas Gerais e do Nordeste, que eram atraídos por agenciadores que lhes prometiam bons salários e condições de trabalho, mas na prática era exatamente o contrário: eram submetidos às péssimas condições de moradia, baixos salários e péssima alimentação. Suas reivindicações giravam em torno do atendimento dessas necessidades básicas com melhores condições de trabalho, moradia e alimentação, incluindo aumento salarial de 70%⁷⁵⁵.

Essa greve ‘estourou’ como uma grande rebelião, foi uma das mais significativas da história do movimento operário da cidade. As primeiras mobilizações ocorreram no dia 15 de outubro, quando funcionários da Odebrecht promoveram um quebra-quebra nas dependências dessa empresa.

Eles iniciaram protestos contra a qualidade da comida servida pela empresa. Uma reportagem do jornal O Globo⁷⁵⁶ indicou que esse movimento contou com a adesão de três mil trabalhadores, que se rebelaram, quebraram e incendiaram escritórios e refeitórios e um carro da firma de vigilância Rane, além de jogarem cinco toneladas de comida no córrego Secades, no bairro Conforto, próximo da UPV. Logo em seguida saíram em passeata pelas principais ruas da cidade, quando foram reprimidos com violência pela polícia e dezenas foram presos. A

⁷⁵² Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta aos Professores em 20/03/1979 e Boletim diocesano n°: 152 março de 1979.

⁷⁵³ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda ‘Dom Waldyr apoia professores’, Jornal A Lira, 19/07/1979.

⁷⁵⁴ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Revista Agora, no 01, janeiro de 1979, p. 28.

⁷⁵⁵ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim diocesano, n° 166, outubro de 1979.

⁷⁵⁶ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, jornal O Globo, de 16/11/1979.

solidariedade iniciou-se nesse momento: militantes do movimento social e da Igreja foram para a delegacia, acompanhados pelo vereador Júlio Caruso e no final do dia conseguiram a soltura dos presos⁷⁵⁷.

No mesmo dia, os ‘peões’ buscaram auxílio da Igreja e do bispo Waldyr Calheiros. Quando os primeiros distúrbios ocorreram o bispo se encontrava na comunidade Nossa Senhora das Graças em uma missa em solidariedade aos professores da rede estadual de educação que encerravam sua greve. No dia seguinte, os trabalhadores realizaram uma assembleia e decidiram pela greve, que se estendeu até o dia 22 de outubro, envolvendo cerca de 12.000 trabalhadores das firmas empreiteiras com amplo apoio da Igreja e dos movimentos sociais⁷⁵⁸.

Na direção do movimento não havia lideranças de destaque. O sindicato da Construção Civil, representante legal da categoria, controlado por um grupo burocrático e ‘pelego’ na visão dos grevistas, alinhados aos setores patronais, não apoiou o movimento grevista. A Oposição Sindical Metalúrgica, ascendente politicamente, não se envolveu, mas acabou sendo beneficiada por ele na medida em que esse movimento contribuiu para acelerar o desgaste do Sindicato dos Metalúrgicos, visto como incompetente e conivente com a CSN e empresas empreiteiras.

Essa falta de apoio não impediu que o movimento ocorresse. Por conta da falta de liderança de destaque, ele ocorreu espontaneamente ancorado nas mobilizações dos operários. Depois de sua deflagração ele contou com apoio de algumas lideranças políticas locais, destacando-se o vereador Júlio Caruso (MDB) e principalmente com a participação da Igreja diocesana, grupos de esquerda da cidade, MEP, CS, Movimento pela Anistia, etc.

A comunidade Nossa Senhora Aparecida, no centro da cidade, funcionou como o ‘quartel general’ dos grevistas, concentrando a coordenação do movimento e suas comissões de segurança, limpeza e fundo de ajuda. Comunidades de toda a cidade montaram uma logística de apoio aos grevistas, fornecendo-lhes alimentação⁷⁵⁹, e após o término da greve, a Igreja manteve um serviço de assessoria jurídica aos trabalhadores, acompanhando ainda o cumprimento das reivindicações por parte das empresas. A participação da Igreja foi fundamental para que as reivindicações da categoria fossem plenamente atingidas, segundo avaliação do próprio do Delegado Regional do Trabalho em Volta Redonda⁷⁶⁰.

Esta greve representou mais uma vez ponto de convergência da Igreja e movimentos sociais na cidade, como o CEP, o Movimento pela Anistia, grupos de esquerda como o MEP e a CS além de outros credos religiosos. Esse processo foi bem avaliado pela Igreja, que o qualificou como uma oportunidade de convivência com outros grupos políticos e religiosos⁷⁶¹, possibilitando a participação efetiva das comunidades de base em movimentos que ultrapassaram a experiência religiosa e que não eram originários exclusivamente da atuação da Igreja, propiciando na prática o encontro da Igreja com esses grupos de esquerda.

A luta pela Anistia Política

O movimento pela Anistia Política organizou-se a partir de 1975 em São Paulo com o lançamento do ‘Movimento das Mulheres pela Anistia’ e ganhou expressão com o lançamento do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) ocorrido em fevereiro de 1978 no Rio de

⁷⁵⁷Entrevista com Elvi Vasconcelos, realizada em 10/10/18, com Cida Diogo, realizada em 19/12/18 e Sérgio Braitto, realizada em 20/12/18.

⁷⁵⁸Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº 165, outubro de 1979, p. 01 a 07.

⁷⁵⁹Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº 165, outubro de 1979, p. 2.

⁷⁶⁰Jornal Opção, 27 de outubro a 02 de novembro de 1979, p. 2

⁷⁶¹Jornal Opção, 27 de outubro a 02 de novembro de 1979, p. 2.

Janeiro por um grupo de advogados de presos políticos e OAB-Ordem dos Advogados do Brasil, defendendo uma proposta de anistia ‘ampla, geral e irrestrita’ (Keck, 2010).

Esse movimento contou com o apoio de importantes setores da sociedade civil brasileira, que incluíam a OAB- Ordem dos Advogados do Brasil, CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ABI - Associação Brasileira de Imprensa, CJP- da Comissão Justiça e Paz , - Comissão Pró-UNE, União Nacional dos Estudantes, SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, do IAB, Instituto dos Arquitetos do Brasil e da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo, além de familiares de presos políticos do Brasil e políticos ligados ao MDB- Movimento Democrático Brasileiro.

O movimento pela Anistia se espalhou pelo país com a formação de diversos CBAs em várias cidades. Em Volta Redonda o Comitê Pró-Anistia foi fundado no dia 18 de dezembro de 1978, no salão da comunidade Nossa Senhora da Conceição, com o apoio da Igreja Diocesana, CEPE, MDB e Oposição Sindical, tendo como presidente de honra Dom Waldyr Calheiros⁷⁶².

Nessa cerimônia pública os militares anotaram as presenças de Rosalice Fernandes, que coordenou a sessão⁷⁶³. Essa escolha foi carregada de simbolismo pois Rosa era uma ex-presa política com ativa atuação nesse movimento, participando de diversas mobilizações em todo o estado⁷⁶⁴, destacando-se também no acompanhamento dos presos políticos⁷⁶⁵. Outros participantes desse ato foram o deputado Edson Khair (MDB) e os militantes João Alves dos Santo, Lima Neto, Fernando Tedesco, Elvi Vasconcelos, Eloá Jane e padre José Joaquim da Silva, entre outros⁷⁶⁶.

As reuniões desse movimento eram mensais e ocorriam na Cúria Diocesana e nas comunidades de Santa Cecília, na Vila Santa Cecília e Nossa Senhora da Conceição, no Conforto. Segundo entrevistas realizadas com seus militantes⁷⁶⁷ as mobilizações pela anistia política começaram na cidade em 1976, de forma embrionária, com a realização de reuniões na Cúria Diocesana contando com a participação de poucos jornalistas, estudantes, operários e militantes da Igreja.

O grupo organizou diversas mobilizações que incluíram visitas aos presos políticos, produção de boletins⁷⁶⁸, produção de cartazes alusivos à anistia, panfletagens e venda de bônus. Segundo Edgard Bedê, um dos militantes desse movimento, essas mobilizações não contaram com grande participação popular, mas esse grupo desenvolveu um importante trabalho político na cidade, posição compartilhada por outros militantes⁷⁶⁹. Esses atos políticos eram espionados pelos militares⁷⁷⁰.

Uma das ações desse grupo foi a realização de um ato público na ALERJ em setembro de 1978, para garantir o direito de posse da deputada estadual Rosalice Fernandes, que estava impedida de assumir sua cadeira nessa Assembleia⁷⁷¹. Essa atividade contou com a participação também de militantes do núcleo da Convergência Socialista, formado por

⁷⁶² Jornal Opção, 02 a 08 de dezembro de 1978, p 5.

⁷⁶³ APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Informação 123-C/79/1ª EX de 16/01/1979. Rosalice teve destacada atuação nesse.

⁷⁶⁴ APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Informe 202/20/79/PM-2/PMERJ de 17/08/79.

⁷⁶⁵ APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, SSP/Dopado,106/folha 535, 1979.

⁷⁶⁶ Arquivo Nacional, Informação 123 C/79-SNI/ARQ-PRG no 0261, de 17/01/79.

⁷⁶⁷ Entrevistas com Elvi Vasconcelos, Marlene Fernandes, Edgard Bedê e Sérgio Braitto.

⁷⁶⁸ Arquivo Nacional-Panfleto Movimento Pró-Anistia VR, 1979.

⁷⁶⁹ Entrevistas com Cida Diogo, Marlene Fernandes, Edgard Bedê e Sérgio Murilo Braitto.

⁷⁷⁰ Arquivo Nacional, Informação 2135-C/ Min. Exército, 1º Exército, de 27/08/1979.

⁷⁷¹ Jornal Opção, 30 de setembro a 06 de outubro de 1978.

estudantes da PUC-Rio⁷⁷², comprovando a ligação de Rosalice com esses grupos de esquerda e foi alvo da espionagem dos serviços de investigação política⁷⁷³.

Algumas dessas ações geraram ainda atritos com setores empresariais e conservadores da cidade que contavam com apoio da imprensa local. Uma reportagem do jornal *Integração*⁷⁷⁴ reflete essa problemática e a maneira como o movimento pela Anistia e outros movimentos políticos eram rechaçado por alguns grupos econômicos locais. Nessa reportagem o jornal aborda que um grupo de militantes do movimento foi proibido de se manifestar em frente a um dos mais tradicionais cinemas da cidade, na Vila Santa Cecília.

Esse movimento contou com o apoio da Igreja local, que mobilizava suas comunidades a participarem de suas atividades políticas, conforme revelado inclusive por documentos militares⁷⁷⁵. A participação da Igreja Católica é esclarecida por uma militante: “... *ela (a Igreja) nos serviu de base para nos engajarmos no movimento contra a carestia e no movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita...*”⁷⁷⁶. Dom Waldyr foi um dos grandes apoiadores desse movimento. O bispo se envolveu diretamente nessa causa, como relatado anteriormente, visitava periodicamente presos políticos nas prisões do Rio de Janeiro, juntamente com jovens católicos militantes da CEB's (Ênio Fazollo, Itaélcio e Raimundo) e independentes (Elvi Vasconcelos, Marlene Fernandes)

A relação da Igreja com esse movimento deve ser matizada pois algumas ressalvas devem ser feitas. Segundo Jessie Jane Vieira de Souza⁷⁷⁷, uma das principais articuladoras desse movimento na cidade, levantou questões interessantes. Apesar do apoio do bispo, ele recebeu pouca adesão de alguns militantes católicos e das CEB's locais, que em uma disputa de forças com esse movimento, o acusavam de ser um movimento de classe média, não sendo, portanto, um trabalho prioritário para as CEB's e grupos de base locais.

Sobre essa questão Keck (2010) analisa que a anistia política era uma campanha cujo sentido mais imediato era mais importante para 'elite da oposição', já que, segundo essa autora, a maioria daqueles que haviam sido cassados ou exilados provinham de setores da elite ou de classe média. Para os movimentos de base era mais importante ampliar essa discussão para questões mais urgentes do ponto de vista econômico e social das classes trabalhadoras, como a questão salarial, as lutas por melhorias nos bairros, etc. Esse debate tornou-se um ponto de atrito entre a Igreja e esse movimento político.

De fato, o Movimento pela Anistia Política praticamente não é citado nas fontes da diocese e nem nas entrevistas de militantes católicos, exceto na missa pela volta de Rosalice Fernandes, que retornou à cidade depois de sua libertação da prisão no Rio de Janeiro em 1978. Nessa ocasião, o Comitê Municipal lançou um panfleto comemorando a libertação de Rosalice e conclamando a população local a se engajar na luta pró-Anistia⁷⁷⁸.

⁷⁷² APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Informe 237-20/78, PM-2/PMERJ de 02 de outubro de 1978

⁷⁷³ APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, DS/SSP/RJ-DGIE-DPPS, Carta do Detetive Inspetor Cleber de Sales Bezerra, matrícula 133467, de 04 de outubro de 1978 e SPE/DGIE/DPPS/DO- Serviço de Busca, Informação 56/78 de 28/09/78. De acordo com informações do detetive Cleber, do DGIE-DPPS, Divisão de Operações, os manifestantes vieram em dois ônibus para essas manifestações, com cartazes e faixas defendendo a posse de Rosalice. do DGIE-DPPS, Divisão de Operações, relatório do detetive-inspetor Cléber, de 04 de outubro de 1978.

⁷⁷⁴ Arquivo Nacional 'Núcleo Pró-Anistia é expulso da frente do Cine 9 de abril', In *Jornal Integração*, 31/07/1979.

⁷⁷⁵ APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Informe 013/79/SRIE/VR/SSP de 16/08/1979

⁷⁷⁶ Entrevista com Marlene Fernandes realizada em 25/08/2017.

⁷⁷⁷ Entrevista com Jessie Jane de Souza e Colombo Vieira, realizada em 21/07/2016.

⁷⁷⁸ APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, panfleto 'Basta de perseguições políticas, basta de prisões políticas', pag. 134.

O Movimento Contra a Carestia

O MCC foi fundado em 1973 na cidade de São Paulo como fruto da articulação das CEB's e organizações da sociedade civil, incluindo associações de moradores, setores do MDB, Associação dos Médicos Sanitaristas (Bezerra, 2017). A partir de 1977, adquiriu capilaridade, espalhando para outras capitais e centros urbanos (Keck, 2010).

Em Volta Redonda o MCC foi criado em 1978 com a organização de uma 'comissão municipal' composta principalmente por mulheres, mães e donas de casa, que conviviam mais proximamente com os crescentes aumentos inflacionários que assolavam o país. Em 1981 criaram-se de Comissões de Custo de Vida por bairros, que se espalharam pela cidade contando com apoio e capilaridade da Igreja local⁷⁷⁹.

Esse movimento construiu uma dinâmica própria organizando diversas mobilizações, passeatas e protestos na cidade, que contavam com apoio e participação da Igreja local, sindicatos, partidos políticos e grupos da esquerda, como atestam os arquivos da Cúria e os arquivos militares depositados no Arquivo Nacional⁷⁸⁰.

As ações do Movimento contra a Carestia e dos outros movimentos populares eram espionadas com atenção dada sua capacidade de mobilização. Isso ficou muito claro no acompanhamento de uma manifestação desse movimento que ocorreu no dia 29 de agosto de 1981 na Praça Sávio Gama, sede da Prefeitura Municipal. Em comunicação interna datada de 27 de agosto do corrente ano⁷⁸¹, os agentes da SESP lotados na SRIE-Setor Regional de Informações Especiais, informaram a realização dessa mobilização na data citada acima, sob orientação da Cúria Diocesana, alertando para os riscos de depredação e saques supostamente a serem promovidos pelos participantes desse ato público. Imediatamente após a mobilização, um novo telegrama foi enviado relatando a sua ocorrência 'pacífica'⁷⁸².

De acordo com o relato dos militares, transmitidas pela informação do SRIE⁷⁸³ datada do mesmo dia 29 de agosto e direcionada ao DGIE, essa mobilização contou com a participação de mais de três mil pessoas, a maioria membros das CEB's e associações de bairros, com a coordenação de Elisa Ferreira, ativista católica, e terminou com uma passeata em direção à praça Brasil na Vila Santa Cecília⁷⁸⁴ no coração da cidade.

Destacamos que na mobilização acima os agentes de espionagem anotaram e fotografaram a presença de diversos participantes da Igreja e da sociedade civil local, como os membros do clero, padres André Romary, Pierre Leboulanger, Antônio Mello, Nobuo Sano, Monsenhor Manuel Barreto, Eugênio Gertz; dirigentes sindicais do CEP, Marlene Fernandes, Ilma Teixeira e Eloá Jane; ativistas do Sindicato da Construção Civil como Ernesto de Andrade; além de militantes de esquerda da Convergência Socialista, Jadir Martins, Sérgio Braitto, Rogério Machado Riscado, Ana Maura Pereira; da OSM, Fernando Tedesco, José Emídio e Juarez Antunes; vereadores do PMDB como Jiúlio Caruso e Onício Zamboti e até do PTB, Maurício Pizzolante, além de militantes do PT, Rosalice Fernandes, Maria da Conceição Santos, Vagner Barcelos; além de membros das comunidades de base locais, demonstrando mais uma vez, o forte vínculo entre essas diferentes forças políticas.

A análise dos documentos militares e da Cúria local, bem como os depoimentos colhidos, revelam que esse movimento representou mais uma vez um ponto de unidade entre a

⁷⁷⁹ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº 213, 1981, p. 07.

⁷⁸⁰ Arquivo Nacional, Informação 041/81- SPE, SESP, SRIE de 29 de agosto de 1981.

⁷⁸¹ Arquivo Nacional, Telegrama SSP/RJ/DGIE-PMERJ, 2ª sec.- de 27 de agosto de 1981, SNI/ARQ NR 708/119.

⁷⁸² Arquivo Nacional, Telegrama SSP/RJ/DGIE-PMERJ, 2ª sec.- 27 de agosto de 1981, SNI/ARQ NR 708/119.

⁷⁸³ Arquivo Nacional, Informação 041/81- SPE, SESP, SRIE de 29 de agosto de 1981.

⁷⁸⁴ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, 'O bolo cresceu mas ficou nas mesmas mãos', Jornal Shopping Cidade, set-out, 1981.

Igreja, por meio das CEB's e grupos da esquerda local, que novamente se encontraram em torno de uma causa comum.

3.10. Igreja e lutas sociais

A atuação da Igreja de Volta Redonda nos movimentos sociais e lutas políticas da cidade, ao lado dos setores democráticos e de esquerda foi acompanhada por um amplo processo de discussão e articulação interna para atender as especificidades dessa ação política.

O cenário nacional apresentava-se amplamente favorável para esse crescente engajamento político. O processo de abertura política conduzido pelos militares com a revogação do AI-5, a decretação da Anistia Política e a realização da reforma partidária, abriu pequenas brechas para que as demandas da redemocratização avançassem. Esses eventos mesmo que limitados em sua abrangência forjaram a conjuntura que oportunizou o fortalecimento dos movimentos sociais no país.

Volta Redonda vivenciou esse processo com muita vitalidade. A Igreja local aproveitando-se dessa conjuntura favorável, avançou em seus posicionamentos políticos, estimulando um maior engajamento político e social de seus fiéis. Refletindo esse momento de crescente mobilização popular que se desenhava em todo o país, a 5ª Assembleia Diocesana, realizada em 1979, ressaltou a importância da participação dos cristãos nas organizações populares, especialmente a formação de grupos operários, ancorada na 'opção preferencial pelos pobres' da Celam de Puebla (1979).

Sobre essa questão, Dom Waldyr defendia um aprofundamento dessa opção, que deveria ser segundo ele 'exclusiva' pelos pobres e não somente 'preferencial'⁷⁸⁵, ultrapassando a estratégia da 'caridade' para a da 'libertação'. Essa análise era compartilhada pelos setores ligados a 'Igreja dos Pobres, do qual o bispo diocesano fazia parte. Essa questão foi muito discutida na época, agravando os atritos entre conservadores e progressistas. A posição de Dom Waldyr expressou a radicalização dessa opção. Obviamente foi combatida com vigor pelos setores conservadores do episcopado nacional, que defendiam que a Igreja não poderia priorizar os pobres, mas todos os grupos sociais.

Essa opção 'exclusiva' pelos pobres, defendida pelo bispo Waldyr, foi adotada em seu discurso e na prática pela Igreja local que colocou essas questões em sua agenda pastoral com a realização 1ª e 2ª Assembleia dos Animadores de Grupos de Periferia de Volta Redonda, realizada em maio e setembro de 1979. Essa assembleia indicou a necessidade da criação de novos grupos de base, comissões de bairros, clubes de mães, grupos de empregadas domésticas⁷⁸⁶, além de comissões de posseiros urbanos, para atender demandas dos moradores dos núcleos de terra, carentes de serviços públicos e equipamentos urbanos⁷⁸⁷. Os 'pobres' eram os protagonistas na igreja de Dom Waldyr, e cabia a eles a tarefa de se organizarem para lutar por seus direitos. Ela se abriu para essa tarefa, tornando-se organizadora e tutora de movimentos sociais e políticos locais.

Essas ações foram reforçadas pelas orientações da 6ª Assembleia Diocesana, realizada em 1981⁷⁸⁸. A análise de uma pesquisa realizada pelo CERIS- Centro de Estatística e Religiosa e Investigação Social- que avaliou a concretização dessa opção pelos pobres na

⁷⁸⁵ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Jornal do Brasil, 16/12/1981, 'A Igreja deve optar só pelos pobres, diz Dom Waldyr'.

⁷⁸⁶ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº 157, junho de 1979, p. 05 e Boletim Diocesano, nº 166, outubro de 1979, p. 07.

⁷⁸⁷ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Relatório da Assembleia Regional de Volta Redonda, 23 de novembro de 1980, p. 04.

⁷⁸⁸ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº 213, novembro de 1981.

diocese, nos mostra que comunidades católicas locais contribuíram para a organização de diversos movimentos populares ⁷⁸⁹, assumindo em sua prática as prerrogativas de Puebla, no intento do bispo.

As CEB's consolidaram-se em toda a cidade intervindo em questões do cotidiano que afetavam diretamente a vida dos moradores das periferias⁷⁹⁰. Essas comunidades inseriram a periferia, até então esquecida nos seus morros e áreas de posse, na agenda política da cidade, lutando por transporte público eficiente, saneamento básico, educação e saúde de qualidade, gerando mobilizações e organizando passeatas, protestos, abaixo-assinados⁷⁹¹.

Questões do cotidiano como a luta por educação infantil e construção de jardins de infância e creches no Siderlândia; lutas por saúde e saneamento básico, luta pela posse da terra e protestos contra um depósito de escória da CSN em área residencial no Santo Agostinho; protestos contra o aumento das passagens de ônibus e custo de vida mobilizaram essas comunidades. Outras pautas envolviam serviços de assistência jurídica na comunidade Nossa Senhora das Graças e campanhas assistencialista de arrecadação de alimentos, realizadas principalmente nas comunidades centrais da Santa Cecília e N. Sr. Aparecida ⁷⁹².

A violência urbana foi outra demanda pautada pela Igreja local. Esse período foi marcado por sucessivas agressões aos direitos humanos, que se concretizavam em ações e prisões arbitrárias cometidas por policiais, principalmente nos bairros periféricos ⁷⁹³. Essa temática dos direitos humanos se opôs diretamente a natureza do regime militar. Segundo Maiwaring e Viola (1987), as bases desse movimento se articularam nas Comissões de Justiça e Paz da Igreja, na OAB e no Movimento pela Anistia. Para enfrentar esses desmandos a diocese decidiu na 4ª Assembleia Diocesana realizada em outubro de 1978⁷⁹⁴, pela criação de uma CJP- Comissão de Justiça e Paz, na região tendo como referência a CJP de São Paulo, ligada a Dom Paulo Evaristo Arns.

. A diocese organizou um Comitê contra a Violência em 1979, que contou com a participação de Jessie Jane, Colombo Vieira e outros militantes cristãos. Um dos fatos que originou essa ação foram as denúncias feitas por Elvi Vasconcelos, que presenciou agressões policiais contra um jovem negro na rodoviária de Volta Redonda. Nas discussões desse Comitê, causou estranhamento a Jessie e Colombo, o fato de cristãos que participavam desse Comitê, defendia as agressões policiais, caso o agredido fosse bandito ou culpado⁷⁹⁵, ou seja, defendiam as agressões policiais, que teoricamente, o Comitê deveria combater. Uma das ações desse Comitê foi a produção de boletins que eram discutidos nos grupos de base.

⁷⁸⁹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, 'A Concretização da Opção Preferencial pelos Pobres no Regional de Volta Redonda', Pesquisa CERIS, 1982.

⁷⁹⁰ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº151, 1979, p. 02, nº 156, 1979, p.03 e nº 165, 1979, p. 03.

⁷⁹¹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano nº 137/138, 145, 151, 158, 157, 189, 165, de 1979.

⁷⁹² Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Relatórios das Comunidades- Pesquisa 'A Concretização da Opção Preferencial pelos Pobres no Regional de Volta Redonda', 1984.

⁷⁹³ A Igreja denunciou que em vários bairros da cidade, principalmente no Santo Agostinho, vários jovens estavam sendo presos arbitrariamente. Boletim Diocesano nº: 109, 2º quinzena de outubro, 1977.

Em dezembro de 1977, a Igreja denunciou na reportagem "O povo quer o direito de viver" os jovens presos eram obrigados a fazer a limpeza das dependências do quartel onde eram presos sob pancadas. Boletim Diocesano nº: 112, 1º quinzena de dezembro, 1977. Vide também Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, e nº 116, 117 e 118, de 1979.

⁷⁹⁴ Esta assembleia realizou-se no Centro Diocesano de Formação, com a presença de 128 pessoas, nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 1978. Boletim Diocesano, nº 117, 1979, Boletim Diocesano, nº 117, 1979.

⁷⁹⁵ Entrevista com Jessie Jane de Souza e Colombo Vieira, realizada em 21/07/2016.

As ações da diocese incluíram ainda campanhas de reflexão sobre a violência urbana⁷⁹⁶, preparação de cartilha que foi discutida pelos grupos de base⁷⁹⁷ e denúncias de ações arbitrárias da polícia⁷⁹⁸. Em uma dessas ações, os grupos de locais se reuniram em uma assembleia na Igreja São Sebastião no Retiro, e decidiram divulgar essas agressões policiais nos meios de comunicação, além de encaminhar cartas abertas e abaixo assinados para os órgãos públicos⁷⁹⁹.

As demissões provocadas pela interrupção do ‘Plano D’ do 3º Estágio de Expansão da CSN, que engrossaram ainda mais as periferias e agravaram a crise econômica e social na cidade, mobilizou esses grupos e geraram críticas⁸⁰⁰. Todas essas pautas envolveram definitivamente a Igreja nas lutas coletivas locais.

Essas mobilizações ocorreram em todas as periferias e influenciaram a forma da cidade se relacionar consigo mesma e dialogar com esses setores. Volta Redonda era uma ex ‘company-town’ que não se enxergava como operária. A existência dessas extensas periferias denunciava o esgotamento do modelo implantado no entorno da CSN e a cidade foi obrigada a reconhecer sua periferia, que se fazia presente com suas reivindicações. Segundo o bispo Volta Redonda “(...) ficou cercada por um trabalho de base”⁸⁰¹.

Outro movimento que contou com a participação da Igreja foi o movimento feminista. De acordo com Karner (1987) esse movimento teve duas fases distintas no país: uma primeira, desenvolveu-se como um ‘movimento de mulheres’, que abarcou um extenso período do final do século XIX até a década de 1970, englobando diversas tendências como a liberal e até mesmo reacionária, como as ‘marchas da família’. A outra fase ocorreu a partir dos anos de 1970, quando se organizaram movimentos feministas de caráter libertário, que lutaram tanto pelos direitos das mulheres como pela transformação da sociedade, criticando o capitalismo e defendendo um novo sistema político-econômico. A partir dos anos de 1980, Rago (1988) destaca que esse movimento se pautou para questões relativas à saúde da mulher, a garantia de direitos legais e direitos sobre o próprio corpo

Em Volta Redonda esse movimento se organizou em duas frentes, que se articulavam e se comunicavam constantemente, desenvolvendo várias ações conjuntas, apesar de haverem alguns atritos e pontos de discordâncias⁸⁰². Um grupo se organizou em torno das CEB’s, formado pelas militantes católicas Jandira Barcelos, dona Júlia e Maria Rita, e outro grupo articulado em torno de Marlene Fernandes e Jessie Jane, de posições assumidamente de esquerda. Além desses grupos havia um núcleo formado por militantes independentes, com posições de esquerda, como Cida Diogo, Eloá Jane, Elvi Vasconcelos e Maria das Dores Mota, a Dodora.

O grupo articulado por Marlene Fernandes e Jessie Jane Vieira de Souza organizou um ‘coletivo de mulheres’ que aglutinou sobretudo mulheres de classe média e universitárias, principalmente militantes de esquerda, como Cláudia Virgínia de Souza, Cida Diogo, Elvi Vasconcelos, e católicas como Inês Pandeló e Elisa Ferreira. As discussões giravam em torno de agendas urgentes naquele momento, como a questão operária e a anistia aos presos políticos, além de questões do feminismo especificamente. Por conta de suas pautas e discussões, esse grupo manteve tensas relações com mulheres ligadas à Igreja, principalmente questões acerca do aborto.

⁷⁹⁶ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano nº 162 e 165, 1979.

⁷⁹⁷ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Subsídios para grupos: ‘Como se defender contra prisões ilegais e abusos policiais’, 1979.

⁷⁹⁸ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano nº 168, 1979.

⁷⁹⁹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim diocesano nº 159, 1979.

⁸⁰⁰ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, ‘Demissões em empreiteiras da CSN se elevam para 500’, Jornal do Brasil, 20/05/1981 e ‘Empreiteiras não sabiam do corte na CSN’, Jornal do Brasil, 17/05/1981.

⁸⁰¹ Entrevista com Dom Waldyr Calheiros realizada em 19/10/2000.

⁸⁰² Essa questão é apresentada por Elvi Vasconcelos, Cida Diogo, Marlene Fernandes e Jessie Jane.

Esses atritos ficaram explícitos quando o ‘coletivo’ de Volta Redonda organizou, em 1982, um Encontro Estadual de Mulheres, no Centro Diocesano de Formação, em Arrozal, com apoio do bispo. Esse encontro reuniu mais de 200 mulheres, representantes de movimentos feministas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Por conta de discordarem das pautas desse encontro, que discutiria pautas feministas, reclamaram com Dom Waldyr, que inclusive mandou ‘olheiros’⁸⁰³ para espionar o evento, mas no final, apoiou a organização do mesmo⁸⁰⁴.

3.11. A formação do PT

A relação dos católicos com o mundo da política, especialmente da política partidária sempre representou um ponto de tensão na Igreja. Do ponto de vista teórico diversas encíclicas e documentos eclesiais referendaram a participação política dos católicos entendida como a maneira de se buscar o bem comum, o “Reino de Deus” aqui na terra, como defendem os teólogos católicos. No entanto, as tensões dessa aproximação são constantes, constituindo-se em um desafio mesmo para os cristãos mais militantes, tornando essas relações bastante complexas.

No Brasil a Igreja optou por manter-se afastada das estruturas político partidárias não se repetindo aqui as experiências dos PDCs, Partidos Democratas Cristãos da Europa e da América Latina, exceção para a organização da LEC- Liga Eleitoral Católica, na década de 1930 e organização do PT, nos anos de 1980.

No início dos anos de 1970, a Igreja de Volta Redonda manteve essa linha de atuação orientando seus fiéis a votarem no partido que defendia os valores cristãos. Essa instituição não possuía ligação orgânica com nenhum dos dois partidos políticos oficiais, apesar das inclinações políticas se voltarem para o MDB. Em Volta Redonda esse alinhamento ocorreu em torno do MDB trabalhista, ligado ao movimento operário.

Nesse período, como demonstra a análise do Boletim Diocesano, das atas do conselho regional e subsídios de discussão dos grupos de base locais, a diocese de Volta Redonda apenas acompanhava a atuação desses partidos, avaliava o perfil dos candidatos e estimulava a participação política consciente dos cristãos via sistema eleitoral⁸⁰⁵. Essa situação mudou completamente a partir da reforma partidária promovida pelo governo militar em 1979 que extinguiu o bipartidarismo e permitiu a organização de novos partidos, ampliou a participação da Igreja no campo partidário.

Nessa época um grupo de dirigentes sindicais com destaque para os dirigentes do ABC paulista, aliados a setores de esquerda como a CS, o MEP, a AP, PCR, o Libelu e o Mep, intelectuais e cristãos ligados a TdL, que compunham um amplo espectro político⁸⁰⁶, decidiram formar um novo partido no campo das esquerdas. O projeto era que esse partido rompesse com o monopólio comunista e desvinculado do burocratismo soviético, apontasse para a construção de um modelo socialista democrático (Kech, 2010). Essa proposta que abriu um leque político no campo das esquerdas, concretizou-se na formação do Partido dos Trabalhadores, uma novidade na cena política nacional. Diferentes concepções disputaram espaço na construção do PT, enxergado por alguns como o partido que organizaria a revolução brasileira.

⁸⁰³ Entrevista realizada com Marlene Fernandes em 25/08/17.

⁸⁰⁴ Entrevista realizada com Jessie Jane, realizada em 21/07/2016.

⁸⁰⁵ Ilustrativo foi a produção de uma cartilha em 1978 com orientações para as eleições desse ano. Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Subsídio para grupos de base, ‘As Eleições Vem Aí’, setembro de 1978.

⁸⁰⁶ Sobre essa questão vide Fortes (2005) Singer (2001). Maiwaring e Viola (1987) destacam também a influência dos movimentos sociais no PT.

O fato de esse partido ter sua origem nas bases do movimento operário e popular, apresentando-se na avaliação dos membros das CEB's como uma possibilidade real para que os trabalhadores exercessem seu protagonismo político, exerceu forte atração sobre esses militantes. Havia uma confluência de interesses, pois o PT representava para esses setores a realização de suas propostas políticas. Essas comunidades eclesiais também se originaram a partir de um amplo processo de organização popular, tributário das incipientes organizações criadas pela Igreja nos anos de 1960, em uma perspectiva “de baixo para cima”, em sintonia com o projeto de partido que se apresentava.

A política para esses grupos era vista como a busca do ‘bem comum’ e todo cristão deveria se engajar nessa luta coletiva. Dessa forma, na cidade de Volta Redonda, a agenda política da Igreja comprometida com a construção de um ‘mundo melhor’ e do “reino de Deus”, voltou-se também para a ARENA político-partidária, entendida pelos seus grupos de base como um espaço para promoção da justiça e do ‘bem comum’⁸⁰⁷.

Nesse cenário de crescente politização a diocese reforçou a formação política de seus membros, pois eles só poderiam avançar politicamente na medida em que tivessem acesso a concepções teóricas mínimas, haja vista que tinham visões rudimentares da sociedade, não entendendo seus mecanismos de poder. Para tanto a diocese investiu na formação tanto do ponto de vista político como teológico, organizando subsídios e orientações para os grupos de base que estimulavam as discussões políticas, promoção de encontros diocesanos, palestras e seminários, que promoviam debates e análises de conjuntura, estudos sobre funcionamento e estrutura da sociedade, etc ⁸⁰⁸. Um subsídio direcionado para grupos de base locais elencou a necessidade de uma efetiva participação político-partidária e estabeleceu parâmetros para essa participação: “(...) nós cristãos temos que escolher o partido que esteja comprometido com o povo trabalhador, que é marginalizado e oprimido”⁸⁰⁹.

Esse processo resultou no apoio da Igreja à fundação do Partido dos Trabalhadores na cidade em 1980 e no engajamento partidário de seus membros. Esse processo gerou algumas controvérsias internas e externas. Nesse período a diocese realizou diversos encontros abordando a problemática da participação política, orientando os fiéis acerca da estrutura partidária que se instalou no país. Uma dessas orientações foi alvo de uma reportagem do Jornal do Brasil que denunciava a produção de uma ‘cartilha’ que explicitava a preferência da diocese pelo Partido dos Trabalhadores: “... o PT é apoiado por trabalhadores e assalariados e tem por proposta de Governo o poder popular”, referiu-se o jornal a suposta cartilha. Dom Waldyr esclareceu afirmando que, na verdade, essas orientações apresentadas pelo Jornal do Brasil foram pauta de um encontro com lideranças eclesiais ocorrido na cúria local⁸¹⁰. As conclusões desse encontro foram apresentadas no Boletim Diocesano e não se constituíram em uma cartilha supostamente distribuída na diocese. Segundo o bispo essa notícia foi falsamente divulgada pelo jornal.

Dom Waldyr defendeu-se ainda dizendo que a Igreja não era um partido político e nem pretendia sê-lo. Segundo ele a Igreja era uma instituição apartidária, mas não apolítica, portanto ela poderia estabelecer orientações para definição e escolha dos partidos políticos pelos cristãos. Nessa questão, Dom Waldyr foi apoiado por Dom Luciano Mendes de Almeida,

⁸⁰⁷Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Relatório da Assembleia do Regional de Volta Redonda, 14 a 26 de setembro de 1982.

⁸⁰⁸Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Boletim Diocesano, nº nº178, 1979, p. 03; nº 188, 1979, p. 03.

⁸⁰⁹Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Subsídio para grupos de base, ‘Vamos Votar’, e ‘Tempos de Eleições’, 1982.

⁸¹⁰Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, ‘O bolo cresceu mas ficou nas mesmas mãos’ Jornal Shopping Cidade, set-out 1981.

presidente da CNBB que defendeu que as dioceses brasileiras eram livres para adotar as diretrizes políticas que achassem convenientes⁸¹¹.

Para além dessas polêmicas Dom Waldyr, que na época era assessor nacional da Pastoral Operária, manifestava publicamente o apoio dessa pastoral ao Partido dos Trabalhadores⁸¹² além de defender a criação desse partido em diversas ocasiões⁸¹³. Destacamos que desde sua fundação, o núcleo do PT de Volta Redonda, formado sobretudo por militantes das CEB's e movimentos sociais locais, foi alvo de estrita vigilância dos órgãos de espionagem. As reuniões eram espionadas e seus participantes eram fichados, fotografados e listados nos arquivos militares⁸¹⁴.

O apoio dos cristãos ligados à 'Igreja Popular' ficou explícito quando nas eleições de 1982, diversas lideranças políticas oriundas da Igreja e de seus grupos de base apresentaram-se como candidatos a vereador. Uma dessas lideranças, Edson Santana, metalúrgico e membro da comunidade da Siderlândia e dos grupos de base locais, foi eleito o único vereador petista em todo o interior do estado do Rio de Janeiro. Uma vitória para o movimento social e para a Igreja local.

3.12. A luta política de Rosalice Fernandes

'ROSALICE
Eles temem você
Porque você é luta, é vitória,
é liberdade, é POVO, e é porta' ⁸¹⁵.

Um exemplo significativo das relações entre Igreja e esquerdas em Volta Redonda foi vivenciado por Rosalice Magaldi Fernandes, eleita suplente de deputada estadual pelo MDB nas eleições de 1974. Rosa, como era conhecida, era professora, jornalista e se tornou uma das mais destacadas lideranças políticas da cidade.

Rosalice construiu-se como importante personalidade pública de Volta Redonda, militando em defesa do trabalhismo, do feminismo, dos direitos humanos e da redemocratização. Ela representou a resistência institucional e o protagonismo da mulher nos movimentos de contestação ao autoritarismo.

Essa militante nasceu em um berço político, era filha e herdeira política de Othon Reis Fernandes, um dos mais importantes líderes sindicais locais, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos (1957-63) e diretor social da CSN (1962-64), eleito pelos trabalhadores pois na época havia eleição direta para esse cargo. Othon era filiado ao PTB e ao ser cassado pelo AI-

⁸¹¹ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, "Dom Waldyr quer Igreja na política", Jornal do Brasil, 16/08/1981

⁸¹² Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, "A Igreja deve optar só pelos pobres", diz Dom Waldyr", Jornal do Brasil, 16/12/1981, 'Bispo admite luta armada contra opressor quando não há outra alternativa', Jornal do Brasil, 02/01/1981.

⁸¹³ Arquivos do jornal A Voz da Cidade, 'Dom Waldyr: sem participação o sistema é falido', jornal A Voz da Cidade', de 22/07/1981 e Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, 'Dom Waldyr admite luta armada contra opressores', Jornal do Brasil, 04/01/1981 e 'Dom Waldyr diz que nada mudou', Jornal do Brasil, 10/03/1982.

⁸¹⁴ Arquivo Nacional, Encaminhamento 031/79-SGRI-VR, SPE-SESP, de 05 de outubro de 1979. APERJ-Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Informação 40/116/79- ARQ-SNI, de 11/10/1979 e ainda Informação 2952-C/79/I de 12/11/1979 e 016/79/SRIE-VR, 2ª CSP/DPPS/DGIE de 09/10/1979.

⁸¹⁵ Arquivos do APERJ, poema de João Rodrigues em homenagem a Rosalice Fernandes, em setembro de 1978. - Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, folha 46.

5, deixou a deixar a cidade, estabelecendo-se em Niterói⁸¹⁶. Importante líder trabalhista estadual mantinha contatos com notórias figuras trabalhistas, como Rubens Paiva e Bocaiuva Cunha. Faleceu em Niterói e os militares por temerem sua influência não permitiram que fosse sepultado em Volta Redonda.

Rosalice Fernandes iniciou sua carreira política no movimento estudantil em Niterói e organizou a Juventude do MDB nessa cidade. Ao radicar-se em Volta Redonda, militou junto ao movimento operário e fundou o MDB Trabalhista em 1975.

Desde o início de sua militância, Rosa foi reconhecida pelos militares como uma ‘ascendente liderança política em todo o estado’. Ela também advogava a militância feminista, defendendo a criação de um Departamento da Mulher no MDB. Nesse viés, organizava e participava de debates públicos, congressos e reuniões referentes a luta das mulheres. Em um desses eventos realizados na UFF em Niterói⁸¹⁷, organizado pelo DCE-Diretório Central dos Estudantes, em parceria com o Comissariado local da ONU, sobre o ‘Ano Internacional da Mulher’, compôs mesa ao lado de Rose Marie Muraro, Heloneida Studard e Eduardo Mascarenhas, intelectuais cariocas⁸¹⁸. Esse evento foi elogiado pelo Comissariado local ONU em um documento parabenizando o reitor da UFF pela iniciativa do evento⁸¹⁹.

Rosalice possui uma personalidade forte e determinada. Sempre se engajou com firmeza em seus projetos. Era enxergada por seus aliados como uma ‘guerreira’, capaz de sustentar seus objetivos mesmo em meio às maiores dificuldades. Essas características influenciaram decisivamente sua militância e sua trajetória política foi acompanhada com atenção pelos militares, que procuravam neutralizá-la.

A pesquisa em seu prontuário revela que desde o início dos anos de 1970, Rosalice era sistematicamente espionada pelos órgãos de investigação política que acompanhavam toda sua trajetória, identificando-a como liderança política, líder do movimento feminista e da juventude operária de Volta Redonda⁸²⁰, acusada ainda de participar do movimento estudantil na UFF-Niterói⁸²¹ e de manter ligações com os ‘autênticos’ do MDB fluminense, com o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e ainda de incitar a luta de classes e a agitação da ordem pública e social⁸²².

Suas ligações com o deputado Lysâneas Maciel (MDB), proprietário do jornal Tribuna da Imprensa⁸²³, foram alvo de investigações militares. O monitoramento das movimentações políticas ao redor desse deputado, permitiram enquadrar figuras como Rosalice Fernandes, Raimundo Carneiro e Edson Khair em uma rede investigatória que serviu de ponto de acusação para a prisão de Rosalice em 1976.

Essa atuação política garantiu sua candidatura a uma vaga de deputada estadual pelo Rio de Janeiro nas eleições de 1974, obtendo cerca de 10 mil votos, distribuídos por Niterói e Volta Redonda, sendo eleita 3ª suplente pelo MDB.

Destacamos que nos arquivos militares pesquisados, a menção a Rosalice aparece de formas diferentes: Rosalice Magaldi Fernandes Parreiras (nome oficial) e Rosalice Pereira

⁸¹⁶ Radicado em Niterói, abrigou-se na casa do Deputado Rubens Paiva. Othon tentou se eleger deputado estadual em 1966, mas foi cassado, o mesmo ocorrendo com sua esposa, Alice Magaldi, que ao se lançar candidata, também foi cassada. Arquivo CMV-VR, depoimento de Rosalice Fernandes.

⁸¹⁷ Hemeroteca Digital. Tribuna da Imprensa (RJ), 14 de julho de 1974, Edição 07907.

⁸¹⁸ Arquivos do APERJ-Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, folha 59.

⁸¹⁹ Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Nações Unidas, Centro de Informações do Rio de Janeiro, Ref. 115/75 de 18/09/75.

⁸²⁰ Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, folha 26.

⁸²¹ Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Informação 531/75-SI/DNIDPF /Niterói de 29/05/75 e Informação 597/75-SI/DNIDPF /Niterói de 20/10/75.

⁸²² Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428.SSP planilha de Rosalice Magaldi Fernandes em 13/05/1976.

⁸²³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5428, documento 6.

Fernandes e Rosalice Reis Fernandes. Os militares a acusavam de usar pseudônimos em uma tentativa de despistar a repressão⁸²⁴, mas possivelmente se tratam de variações de seus nomes de solteira e casada, sem intuito de fugir da repressão, pois nesse caso ela usaria nomes bem diferentes do original. Além do mais era comum os agentes de espionagem confundir nomes, indicar dados equivocados, errar grafias, etc, afinal careciam de uma formação adequada, não sendo bem qualificados para exercer tais funções, aspectos que denunciam as fragilidades da ‘comunidade de informações’. O próprio prontuário de Rosalice traz uma dessas incorreções: ela é apontada como filha de um militante local: “...É filha de Sérgio Murilo Brito e Oliveira xxxxx comunista, já falecido ...”⁸²⁵. Ela não era filha de Braitto, que na verdade se chamava Sérgio Murilo Braitto e não era falecido.

Essa política persecutória contra Rosa levou a sua prisão em 1976, acusada de atos subversivos⁸²⁶ e por planejar distribuir um panfleto do MDB Trabalhista, ‘Duas palavras sobre tua luta’⁸²⁷. Esse boletim seria distribuído na visita do presidente Geisel a cidade para as comemorações do 1º de maio e inauguração do estádio municipal Raulino de Oliveira.

Os agentes da repressão consideraram que esses panfletos eram um ataque à segurança nacional, com o objetivo de atentar contra a imagem do Presidente da República. Além disto, aponta o DOPS, os acusados faziam propaganda ‘subversiva’ sob inspiração maoísta com o objetivo de promoverem uma ‘conscientização massiva antirrevolucionária’, que visava a instauração de um ‘governo do povo’, e ameaçava a integridade da revolução, segundo eles, ‘... o documento analisado, apesar de camuflado em panfleto legal, tem por finalidade, levar ao público- alvo, a opinião e propostas partidárias emanadas do CC do PC do B’⁸²⁸.

Esse panfleto foi elaborado por Rosalice, era uma homenagem aos trabalhadores pelas suas lutas e conquistas e incluía críticas à ditadura com a defesa de eleições livres e liberdades políticas. Este discurso foi interpretado como ‘subversivo’ por conta das críticas ao regime político e pela exaltação das lutas operárias.

A prisão de Rosalice ocorreu na verdade por conta de sua já extensa militância política, sindical e popular via MDB Trabalhista e Juventude do MDB. A ação militar que resultou em sua detenção ocorreu em Niterói nas proximidades da gráfica Nossa Senhora da Penha⁸²⁹ no dia 29 de abril de 1976, quando foi também detido Raimundo Augusto Sérgio Nogueira, engenheiro do DNER, militante do MDB em Niterói, que se disponibilizou a acompanhá-la na distribuição dos panfletos. Na ocasião os militares acusavam Raimundo de ser militante do PORT- Partido Operário Revolucionário Trotskista⁸³⁰, fato veementemente

⁸²⁴Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Informação 252/75- DPPS-DO-Seção de Buscas Especiais em 03/07/75.

⁸²⁵Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428.SSP-Planilha de Rosalice Magaldi Fernandes em 13/05/1976.

⁸²⁶Arquivo Nacional, Informação 1038/79-B, Min. Exército, 1º Exército, de 1º de abril de 1976

⁸²⁷Arquivo Nacional, ‘Duas verdades sobre a tua luta’, panfleto do MDB Trabalhista de Volta Redonda, número 3, 1º de maio de 1976.

⁸²⁸Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, SPE/SESP/DGIE/DPPS-DO-Seção de Buscas Especiais em 25/06/76.

⁸²⁹Arquivo Nacional, Telex SNI, NR 2234 NIL 28183 OP AFP, de 29 de abril de 1976. De acordo com o militante do MDB Trabalhista, Sérgio Murilo Braitto, Rosalice optou por produzir esses panfletos nessa gráfica por conta do baixo preço. Entrevista com Sérgio Braitto, realizada em 20/12/2018.

⁸³⁰Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, SSPE/SESP/Inquérito 5/75.Início: 29 de abril de 1976 e Informação 663/GI/CE/1976 constantes no mesmo prontuário nas páginas 66 e 67.

negado por ele⁸³¹. No momento da prisão eles portavam cerca de dois mil panfletos, mas na contagem dos militares, esse número variava de vinte mil⁸³² até milhões de panfletos⁸³³.

Rosa e Raimundo foram qualificados como agitadores do ‘pacato’ município de Volta Redondos e desde o primeiro momento da prisão, de acordo com suas informações⁸³⁴, sofreram torturas que incluíram sevícias, geladeira, entre outras. Rosalice revelou⁸³⁵ que foi obrigada a escrever de próprio punho uma declaração⁸³⁶ afirmando que não foi submetida a torturas. Esse expediente era utilizado pelos militares para negar tais práticas.

A detenção dos dois militantes emedebistas foi comunicada com júbilo pelo delegado do DPPS, Sr. Francisco de Paula Borges: “Tenho a honra de comunicar a V. Exa ... que foram presos em data de hoje, os nacionais RAIMUNDO AUGUSTO SÉRGIO NOGUEIRA e ROSALICE MAGALDI FERNANDES”⁸³⁷. Pela importância do fato ele foi noticiado pelos jornais O Globo e Jornal do Brasil⁸³⁸.

Raimundo foi posto em liberdade duas semanas após sua detenção, e posteriormente foi excluído da denúncia pelo auditor militar por falta de provas, o mesmo não ocorrendo com Rosalice.

Em junho de 1977, Rosalice Fernandes foi condenada à pena de um ano e seis meses de prisão no presídio Talavera Bruce em Bangu. Essa pena foi reduzida posteriormente, em março de 1978 para um ano e dois meses de prisão, como resultado de um recurso impetrado pelo CBA junto ao STM.

Sua prisão causou inicialmente um estranhamento entre as presas políticas detidas naquele presídio. Rosalice, uma suplente do legislativo estadual não se encaixava no perfil das presas políticas, a maioria militante das esquerdas armadas. Essas prisioneiras políticas tinham todos os motivos para estranhar a detenção de Rosalice e os seus canais de luta política. Ela optara por uma militância institucional nos marcos da legalidade no MDB, não aderindo à luta armada, diferentemente de suas companheiras que não acreditavam nos limites da democracia representativa permitida pelos militares e nos pragmatismos da via parlamentar. Para essas militantes que optaram pela luta armada, o poder legislativo brasileiro, ocupado desde 1965 somente pela ARENA e MDB, não inspirava credibilidade. A exceção nesse cenário ficava por conta da ‘ala autêntica do MDB’⁸³⁹ da qual Rosalice fazia parte, que ousou criticar a ditadura, sofrendo os reveses das perseguições e cassações políticas.

⁸³¹ Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428-recorte do Jornal do Brasil, Seção ‘Cartas’, Posição Política, de Raimundo Augusto Sérgio, de 29/11/1977.

⁸³² Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, SNI, Agência Rio de Janeiro, Pedido de Busca 0346/76 de 17/05/76.

⁸³³ Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, SSPE/SESP/Inquérito 5/75. Início: 29 de abril de 1976.

⁸³⁴ Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428-recorte do Jornal do Brasil, Seção ‘Cartas’, Posição Política, de Raimundo Augusto Sérgio, de 29/11/1977.

⁸³⁴ Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, SNI, Agência Rio de Janeiro, Pedido de

⁸³⁵ Arquivo da CMV-VR. Depoimento de Rosalice Fernandes.

⁸³⁶ Arquivos do APERJ - Declaração de Rosalice Fernandes, anexada a Informação 1515/76-G.

⁸³⁷ Arquivos do APERJ, Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Ofício 81/76/DPPS DE 29 de abril de 1976.

⁸³⁸ ‘Presos com panfleto’, Jornal ‘O Globo’ no 30 de abril de 1976 e ‘Suplente do MDB é presa’, JB, 30 de abril de 1976 In Arquivos do APERJ, Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428.

⁸³⁹ Esse grupo foi formado no início dos anos de 1970. Em decorrência da derrota dos emedebistas nas eleições de 1970, o partido reavaliou suas estratégias e táticas eleitorais. Nesse processo de discussão interna, surgiram duas tendências que passaram a disputar espaço no partido: os moderados e os autênticos. Os primeiros, liderados por Orestes Quércia, defendiam posturas políticas mais pragmáticas enquanto o segundo grupo, liderado por Pedroso Horta, defendia posturas políticas mais combativas contra a ditadura. A expressão “autênticos” foi cunhada por um repórter do jornal O Globo, Evandro Paranaguá, que cobriu, em 1971, um seminário do MDB realizado no Rio Grande do Sul para referir-se aos deputados do MDB alinhados a defesa dos direitos humanos e mais severamente opositores da ditadura (Costa e Gagliardi, 2006).

Rosalice aplicou na prisão toda sua capacidade de organização e articulação política. Todo esse tino político já havia sido levantado pelos militares que a descreviam como detentora de grande capacidade de articulação e inteligência⁸⁴⁰. A espionagem levantou, inclusive, que ela era responsável pela elaboração de alguns discursos proferidos por deputados, como de Alves de Brito (deputado estadual pelo MDB)⁸⁴¹.

Essa capacidade mobilizadora também foi destacada por Jessie Jane Vieira de Souza, uma de suas maiores companheiras na prisão. Ela relata que Rosa trouxe um novo alento às presas, sobretudo pela sua extroversão e otimismo⁸⁴², envolvendo-se em lutas coletivas, que incluíram a reivindicação da transferência dos presos políticos encarcerados na Ilha Grande, litoral fluminense, para o centro do Rio de Janeiro, que se concretizou nesse mesmo ano, além da participação em greves de fome que ocorreram nesse presídio⁸⁴³. Essa forma de luta foi analisada por Greco (2003) como a base da resistência cotidiana dos presos políticos na medida em que aumenta exponencialmente sua visibilidade política⁸⁴⁴. Na primeira dessas greves, ocorrida em outubro-novembro de 1977, Rosalice e outras cinco presas, incluindo Jessie Jane Vieira, reivindicavam suas transferências para o presídio Frei Caneca.

Rosalice também estabeleceu inúmeros contatos políticos que foram importantes para a implantação de melhorias nas condições da vida carcerária. Figuras notórias do ‘MDB autêntico’ como Amaral Peixoto e Itamar Franco, além de vários deputados ‘autênticos’ como Flores da Cunha, Edson Khair, Alves de Brito, visitavam-na com frequência, confrontando-se com a problemática dos presos políticos.

Outra figura de destaque, essa já acostumada aos ‘porões da ditadura’, que a visitava frequentemente era Dom Waldyr Calheiros⁸⁴⁵. Segundo seu depoimento, realizava essas visitas por solidariedade às presas e para que os militares soubessem que um bispo as assistia, aumentando segurança física e evitando que fossem ‘eliminadas’ pelos militares⁸⁴⁶. Destacamos que mesmo após a libertação de Rosalice, Dom Waldyr manteve as visitas, acompanhando as outras presas políticas até a anistia política em 1979.

Revelando sua importância política a libertação de Rosalice, ocorrida em 14 de agosto de 1978, foi acompanhada pelos senadores Amaral Peixoto e Nelson Carneiro e pelos deputados emedebistas Edson Khair, José Alves de Brito, Flores da Cunha⁸⁴⁷ além dos vereadores volta-redondenses Jiúlio Caruso e Antônio Carlos Nunes, também do MDB⁸⁴⁸.

Dom Waldyr era muito próximo de Rosalice. Para celebrar sua libertação, o primeiro ato público de Rosalice livre foi uma missa celebrada por esse bispo. Imediatamente após ser libertada, Rosa dirigiu-se para Volta Redonda, escoltada por dez carros de amigos e

⁸⁴⁰ Arquivo Nacional, Ministério do Exército, 1º Exército Informação 1038/76-C, de 03 de abril de 1976.

⁸⁴¹ Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Encaminhamento 46/76/DPPS/RJ/Interior de 18/03/1976.

⁸⁴² Entrevista com Jessie Jane de Souza e Colombo Vieira, realizada em 21/07/2016.

⁸⁴³ O seu prontuário na APERJ, número 5428, mostra duas greves de fome nas quais Rosalice participou. Arquivo do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, pag. 306, 118, 119, 129 e 130. Essas greves foram noticiadas pela grande imprensa, como Jornal do Brasil e O Globo conforme consta na pag. 119 do Prontuário de Rosalice Fernandes.

⁸⁴⁴ Greco (2003) faz um levantamento das greves corridas nos presídios brasileiros entre 1969-1979, que totalizaram 28 greves, incluindo duas greves em caráter nacional, uma em abril-maio de 1978, com 27 dias de duração, que envolveu 87 presos em 6 estados e outra em julho-agosto de 1979, com 32 dias de duração, com número não estimado de participantes.

⁸⁴⁵ Dom Waldyr também prestava solidariedade a Rosalice por meio de cartas, que também eram entregues pessoalmente. “Rosalice recebe solidariedade de Dom Valdir (sic)” In Jornal Folha de São Paulo, 23 de agosto de 1977. Disponível em <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R08230.pdf> Acessado em 02/02/18.

⁸⁴⁶ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Jornal Folha da Cidade, 30 de abril de 1989.

⁸⁴⁷ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Jornal O Globo, ‘Rosalice é libertada e segue para Volta Redonda’, de 15/08/1978.

⁸⁴⁸ Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Informe 187/78-PMERJ, de 18/08/78.

militantes, e levada ao encontro de Dom Waldyr, que celebrou naquele mesmo dia uma missa em ação de graças pela sua libertação, na Igreja São Sebastião, no bairro Retiro.

De acordo com documentos militares, a essa missa contou com a participação de cerca de 120 pessoas⁸⁴⁹, incluindo os deputados Edson Khair, Alexandre Farah e a diretora do CBA, Iramaia Queiróz⁸⁵⁰. Segundo depoimentos colhidos essa celebração religiosa contou com um reduzido número de participantes por conta do forte monitoramento promovido pelos militares⁸⁵¹. Vale destacar que de acordo com depoimento de Jessie Jane⁸⁵² essa missa ocorreu por iniciativa pessoal de Dom Waldyr.

A prisão e as torturas sofridas por Rosalice abrem uma discussão a respeito dos motivos que levaram uma suplente de deputada estadual, membro do MDB, partido homologado pela ditadura, que operava nos marcos da legalidade, ser submetida à tratamento tão violento.

Diversos fatores se somam nessa questão e demonstram a truculência da ditadura. Sua militância política em Volta Redonda, no MDB Trabalhista, com influência entre os metalúrgicos, além de sua herança política como filha de Othon Reis Fernandes, foram fatores fundamentais para sua prisão. Rosa era uma força política ascendente e os militares temiam o fortalecimento de sua liderança. Essa posição é corroborada por diversos entrevistados⁸⁵³.

Outra questão foram as disputas internas do MDB estadual travadas entre os ‘autênticos’ fluminenses chamados de ‘amaralistas’, liderados por Amaral Peixoto com os ‘chaguistas’, liderados por Chagas Freitas, governador estadual⁸⁵⁴, hegemônicos no estado e com bom trânsito no governo militar. Essas disputas levaram Chagas Freitas a tentar impedir o crescimento do grupo dos ‘autênticos’, que tinha Rosalice como uma expoente graças a sua liderança e capacidade mobilizadora. Tratava-se, portanto, de neutralizá-la.

A própria Rosalice denunciou a perseguição aos ‘comunistas do MDB’ por parte dos chaguistas⁸⁵⁵. Documentos evidenciam essas ações militares contra os emedebistas “autênticos”. A Informação N. 811/75⁸⁵⁶ denunciou pautas “subversivas” abordadas em uma Assembleia do Departamento da Juventude- MDB, realizada em 26 de fevereiro do mesmo ano, e a Informação N. 597/75 denunciou a leitura que Rosalice fez de artigos censurados, de sua autoria, em outra assembleia no Diretório do partido no mesmo dia 17 do mesmo mês⁸⁵⁷.

Para corroborar essa questão, Rosalice Fernandes destaca⁸⁵⁸ que nas sessões de torturas perpetradas pelo delegado Francisco de Paula Borges Fortes⁸⁵⁹, chefe do DPPS, citado por Argolo (2008) como um dos mais influentes delegados desse órgão, um dos alvos preferenciais de seus interrogatórios era sua atuação política e as lutas internas do MDB fluminense. Destacamos que a partir de 1975, com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da

⁸⁴⁹ Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Encaminhamento 025/78 SRVR, SPE, SESP, DPPS/Interior.

⁸⁵⁰ Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Encaminhamento 02424/78 SPE/SESP/DGIE. DE 21 de agosto de 1978 e Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Jornal Primeira Página, março-abril de 1996.

⁸⁵¹ Depoimentos de Marlene Fernandes, Sérgio Braitto, Elvi Vasconcelos e Edgard Bedê.

⁸⁵² Entrevista com Jessie Jane de Souza e Colombo Vieira, realizada em 21/07/2016.

⁸⁵³ Essa posição é compartilhada por Marlene Fernandes, Sérgio Braitto, Edgard Bedê e Eloá Jane.

⁸⁵⁴ Chagas Freitas foi governador do Estado da Guanabara (1971- 75) e do novo Estado do Rio de Janeiro (1979 a 1983), transformando-se no maior cacique político local, ancorado em um império jornalístico que englobava os jornais O Dia e A Notícia, (Motta, 2000 e Argolo, 2008).

⁸⁵⁵ Hemeroteca Digital. Tribuna da Imprensa (RJ), 9 de janeiro de 1975, Edição 08057.

⁸⁵⁶ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5428, documento 10. Informação N. 811/75 de 11 de abril de 1975.

⁸⁵⁷ Idem, documento 21. Informação N. 597/75, de 20 de outubro de 1975.

⁸⁵⁸ Arquivo da CMV-VR, depoimento de Rosalice Fernandes.

⁸⁵⁹ Esse delegado é citado em várias listas de torturadores. Vide <http://www.contextolivres.com.br/2012/09/lista-de-torturadores-3-atualizada-em.html>. Acessado em 02/06/2016.

Guanabara, o DGIE - Departamento Geral de Investigações Especiais, órgão responsável pela polícia política estadual, que incluía em sua estrutura o DPPS, estava subordinado a SSP- Secretaria Estadual de Segurança Pública, controlada pelo governo estadual, possibilitando essa manobra de Chagas Freitas.

Outro fator que contribuiu para a prisão de Rosalice foi a conjuntura nacional marcada pela contenção das oposições políticas. Nesse período ocorreu uma intensificação da repressão ao PCB e ao PC do B que resultaram em ataques ao jornal 'A Voz Operária', na prisão e assassinatos de militantes comunistas, incluindo o ex-vereador volta-redondense Feliciano Eugênio Neto, na época radicado em São Paulo, como visto anteriormente. Ocorreram também as mortes de Herzog e Manoel Fiel Filho, além do 'Massacre da Lapa' assassinato de integrantes do comitê central do Partido Comunista do Brasil. Esse momento mostrou-se desfavorável para militantes como Rosalice Fernandes e a sua prisão, como a de tantos outros militantes, serviu para intimidar setores políticos descontentes.

Os militares identificavam a ligação de Rosa com o PC do B via MDB ⁸⁶⁰ e sua prisão ofuscaria esse projeto. Vale destacar que Rosalice tinha grande ligação com o deputado Lysâneas Maciel⁸⁶¹ e Edson Khair, acusados pelos militares de ligação com o PCB e grupos 'subversivos'⁸⁶². O último se assumia publicamente como socialista⁸⁶³.

Essa suposta ligação de Rosalice como grupos comunistas⁸⁶⁴ também foi alvo dos constantes interrogatórios e sessões de torturas. Todas essas questões causaram a detenção de Rosalice.

Sobre a possível posse de Rosalice Fernandes como deputada estadual os militares já avaliavam os riscos de ela assumir esse cargo legislativo desde o ano de 1976, antes, portanto dos incidentes que resultaram em sua prisão. Segundo relatos militares, sua posse como deputada aumentaria significativamente seu prestígio e raio de atuação, amplificado pelo ativo trabalho e inteligência (sic- os militares elogiaram Rosalice) dessa militante ⁸⁶⁵.

Depois de sua libertação Rosalice manteve ativa participação nos movimentos sociais na cidade e estreita ligação com a Igreja diocesana, particularmente com Dom Waldyr, assessorando diversos movimentos e encontros diocesanos e interdiocesanos como os ocorridos em Moquetá, na diocese de Nova Iguaçu em 1980. Em 1978, durante o lançamento da chapa Euler Bentes e Paulo Brossard para a presidência da República foi homenageada por Ulysses de Guimarães⁸⁶⁶. Rosalice militou em movimentos sociais, sindicais, acadêmicos e partidários⁸⁶⁷, inicialmente no MDB e depois no PT, partido da qual foi fundadora do núcleo municipal de Volta Redonda e do núcleo estadual⁸⁶⁸. Os militares também acompanharam todo

⁸⁶⁰ Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, pag. 82 e SPE-DGIE/DPPS/DO-Buscas Especiais, Análise do "DT Informa" documento do MDB Trabalhista de Volta Redonda, pag. 270.

⁸⁶¹ Sobre a trajetória de Lysâneas vide Costa e Gagliardi, 2006.

⁸⁶² Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, folhas 10.10.97, Deputado Federal Lysâneas Maciel, DPF/SR/GB, de 13/11/1974.

⁸⁶³ Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Folhas 10.10.97, panfletos 'Uma plataforma eleitoral operária e socialista', 'Pão, liberdade e Socialismo', candidato a deputado federal Edson Khair, MDB número 301.

⁸⁶⁴ APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Informação 245/78/SBE/DO/DPPS/DGIE de 05/09/1978 e Informação 668-D/80/1º Exército de 18/06/1980.

⁸⁶⁵ Arquivo Nacional, Ministério do Exército, 1º Exército Informação 1038/76-C, de 03 de abril de 1976

⁸⁶⁶ Hemeroteca Digital. Diário de Natal (RN), 24 de outubro de 1978. Edição 10536 (1).

⁸⁶⁷ Diversos documentos militares analisam a participação política de Rosalice Fernandes, acompanhando sua ligação com grupos da esquerda. Um documento militar acompanhou a participação de Rosalice em uma reunião da Convergência Socialista em 1978. APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, outros documentos são Informação 245/78/SBE/DO/DPPS/DGIE de 05/09/1978 e Informação 668-D/80/1º Exército de 18/06/1980.

⁸⁶⁸ Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Informação 2952-C/79/1º Exército, de 12/11/79 e Informação 2868-C/79/1º Exército, de 25/10/79 outros documentos que revelam a militância de Rosalice são Informação 668-D/80/1º Exército, de 18/06/1980 e Hemeroteca Digital, Jornal da República (SP), de 1 de outubro de 1978. Edição 00031.

esse processo⁸⁶⁹ pois identificavam Rosalice como expressiva liderança política, preocupando-se com sua influência entre os operários da CSN⁸⁷⁰.

Apesar de pressionar a ALERJ para que pudesse tomar posse como deputada, inclusive com a organização de diversos atos públicos pelo Comitê da Anistia Política, citados nessa tese, Rosalice não foi empossada como deputada estadual. Em 26 de setembro de 1978, ganhou um recurso no STE, sendo diplomada para tomar posse como Deputada Estadual⁸⁷¹, mas os chaguistas que dominavam a ALERJ, em uma seção secreta presidida pelo deputado Cláudio Moacyr, decidiram não a empossar, respaldando-se em manobras casuísticas. Pesou nessa questão mais uma vez a influência política do governador Chagas Freitas, que de acordo com o jornalista Paulo Branco (1998:14), articulou para que Rosalice não assumisse o cargo: ‘... *Ele (Chagas Freitas) deixou de dar posse a uma suplente que tinha direito, mas era contra ele, uma moça de Volta Redonda, Rosalice Fernandes. Pressionou o presidente da Assembleia, que na época era o Cláudio Moacir, para não dar posse. Passaram por cima da lei e não deram.*’

Em 2012 Rosalice recebeu o título de Benemérito do Estado do Rio de Janeiro e em 2013, a ALERJ em um ato simbólico, restituiu o mandato de Rosalice e outros 46 ex-deputados e vereadores cassados pela ditadura. Uma forma de reconhecer uma injustiça promovida por aquela casa legislativa.

3.13. O casal Jessie Jane- Colombo e e sua relação com a Igreja.

Um caso bastante emblemático das relações da Igreja com as esquerdas foi o da militante comunista Jessie Jane Vieira de Souza que, juntamente com seu marido, Colombo Vieira, vieram para Volta Redonda no final dos anos de 1970, a convite de Dom Waldyr, depois de cumprir pena de prisão por ações consideradas ‘terroristas’ pela ditadura militar. Eles viveram na cidade alguns anos e tornaram-se assessores do Sindicato dos Metalúrgicos na gestão Juarez Antunes (1983-89), e importantes figuras políticas da cidade.

Jessie e Colombo eram militantes da ALN. Eles foram presos no dia 1º de julho de 1970, juntamente com os irmãos Heraldo e Fernando Palha Freire, acusados de atividades ‘subversivas’ pela ditadura, ao se envolverem no sequestro do avião Caravelle, da empresa aérea Cruzeiro do Sul, que fazia a rota Rio-Bueno Aires.

O objetivo desse sequestro era negociar a libertação de quarenta presos políticos, incluindo o pai de Jessie, militante político da mesma organização, que estava detido em São Paulo. A operação não foi bem-sucedida, e os militantes foram rendidos pelos militares ao pousarem na base aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, para onde foram direcionados por orientação dos militares para que pudessem negociar. No episódio, o avião foi invadido por militares, que prenderam todos os envolvidos na ação e ainda feriram gravemente Heraldo, que mesmo assim foi submetido a torturas, e faleceu três dias depois.

Em decorrência dessa operação, o casal permaneceu nove anos nas penitenciárias de Bangu, no Presídio Talavera Bruce, na Ilha Grande e no Instituto Penal Cândido Mendes. Em 1972, em uma concessão inédita da ditadura, tiveram permissão para se casarem.

Informe 095-20/79/PM-2/PMERJ de 03/05/79, Informe 2393/79/PB/DGIE de 17/09/79.

⁸⁶⁹ Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Informação 78-D/80/I de 18/06/80, Informação 306/79- DPF/I Niterói, de 14/11/1979 e ainda Informação 2952-C/79/I de 12/11/1979 e Informação 095-20/79 PM2/PMERJ de 03/05/79.

⁸⁷⁰ Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Informação 2541-C/78/1ª EX de 11/08/1979

⁸⁷¹ Hemeroteca Digital. Jornal do Brasil, 27 de setembro de 1978.

Dom Waldyr conheceu Jessie quando fazia visitas a Rosalice Fernandes, no presídio Talavera Bruci, e tornaram-se amigos. Além de Dom Waldyr, outros religiosos como D. Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino e João Batista Libâneo, também visitavam essas presas políticas⁸⁷². Jessie Jane e Rosalice organizaram um ‘coletivo’ que promovia discussões políticas, debates de livros, manifestos políticos⁸⁷³ e inclusive greves de fome⁸⁷⁴.

Uma das ações desse coletivo foi a organização de um seminário sobre a Igreja Popular e a Teologia da Libertação. Para organizar essa atividade, Jessie contatou Dom Waldyr e solicitou o envio de livros sobre o tema para que pudessem se interar, pois segundo ela, desconheciam a temática. Dom Waldyr foi convidado para ministrar palestras e foi solicitado que convidasse outros expoentes da Igreja, como João Batista Libâneo e Leonardo Boff. Ela justificou a organização dessa atividade devido a importância do tema, “... além de ser a Igreja hoje realmente uma força”⁸⁷⁵.

Particularmente o caso de Jessie despertou a sensibilidade de Dom Waldyr pois ela estava grávida e sofria ameaça dos militares de que quando sua filha nascesse seria sequestrada. Essas ameaças não se concretizaram e Leta, a filha do casal, nasceu em setembro de 1976, na Clínica São Sebastião, Rio de Janeiro, sob vigilância policial. Dom Waldyr, de acordo com seu próprio depoimento, participou inclusive da elaboração de um plano de fuga de Jessie da prisão, que acabou não se realizando por conta de sua libertação⁸⁷⁶.

Em abril de 1979, antes da decretação da Anistia Política e após cumprirem sua pena, deixaram a prisão, e a convite de Dom Waldyr, como dissemos anteriormente, mudaram-se para Volta Redonda para assessorar a Igreja local. Eles se instalaram na periferia da cidade, no bairro Retiro, em uma casa alugada por Dom Waldyr, e iniciaram seus trabalhos, acompanhando grupos de base na região.

De acordo com o casal⁸⁷⁷ a decisão de se estabelecerem em Volta Redonda ocorreu estritamente por conta da falta de opções de trabalho e pela amizade cultivada com Dom Waldyr. Suas famílias estavam no exílio e sem horizontes profissionais e formação acadêmica, enxergaram em Volta Redonda a possibilidade de organizarem suas vidas.

A proposta do bispo era que eles realizassem um trabalho de formação política com as bases da Igreja e de reorganização do jornal periódico da Diocese, o Boletim Diocesano. O bispo conseguiu um financiamento de um ano com a Igreja Católica alemã para financiar a reestruturação do periódico diocesano, garantindo a ajuda financeira ao casal, que aceitou o convite⁸⁷⁸. Eles se instalaram no bairro Retiro, na casa de uma ativa militante das CEB’s locais, dona Júlia, que cultivou uma grande amizade com o casal. Jessie revelou que nunca pensara em se instalar em Volta Redonda, não conhecia a cidade e não tinha ideia do que iria encontrar. Segundo seu depoimento as únicas referências que tinha da cidade eram de sua infância, quando se dirigia para Minas Gerais via a placa ‘Volta Redonda’ e estranhava o aspecto da cidade, com uma enorme usina no centro.

Jessie e Colombo relataram que tiveram apoio de dona Júlia, de Dom Waldyr, que constantemente os visitava e de Raimundo, Itaélcio e Ênio Fazzolo, jovens ligados a Pastoral da

⁸⁷² Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Jessie Jane Vieira de Souza a Dom Waldyr em 06/10/1977.

⁸⁷³ Boletim do Movimento Feminino pela Anistia Política, ano II, número 3, julho de 1979. ‘O 18 de abril e suas repercussões’, pag. 07. Disponível em http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=docbnm_completo&pagfis=91093. Acesso em 19/08/2016.

⁸⁷⁴ Arquivos do APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Encaminhamento S-21/78/JSFDN, de 26/04/78

⁸⁷⁵ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Jessie Jane Vieira de Souza a Dom Waldyr em 18/10/1977.

⁸⁷⁶ Entrevista com Dom Waldyr, realizada em 18/10/00.

⁸⁷⁷ Entrevista com Jessie Jane de Souza e Colombo Vieira, realizada em 21/07/2016.

⁸⁷⁸ Idem

Juventude. Dom Waldyr os incentivou a participarem das CEB's, porém a convivência com os grupos de base da Igreja não se mostrou tão pacífica e amistosa como o bispo planejara. Segundo relatos do casal essa experiência de convívio com os militantes das CEB's revelou-se complicada e permeada por tensões e disputas. Provavelmente o bispo pretendia oportunizar as bases da Igreja uma qualificada formação política, propondo desafios para que ela pudesse avançar politicamente. Para Dom Waldyr, Jessie e Colombo com sua formação e experiência política eram as pessoas ideais, não importando se eles eram comunistas, ateus, ex-presos políticos e acusados de 'ações terroristas', para o bispo eles abririam possibilidade de um trabalho mais plural e politizado nas CEB's.

O bispo convidou Jessie Jane e seu esposo Colombo Vieira para realizar esse trabalho que por conta das divergências, acabou não se concretizando. De acordo com seus relatos, essa experiência com a Igreja e as CEB's mostrou-se complicada, cheia de tensões e disputas nada amistosas, por conta de inúmeras divergências políticas com os militantes das CEB's, não se concretizaram satisfatoriamente, segundo seus relatos. O fato é que muitos desses militantes das CEB's, imersos no clima tenso da época, carregavam os mesmos preconceitos contra os comunistas e alguns ainda se sentiam ameaçados em sua liderança pelos novos assessores, travando disputas, boicotando e apontando divergências, que se revelaram nocivas.

O bispo já vivenciara esses problemas, em uma escala muito inferior com Rosalice Fernandes. Em uma carta ele analisa essas dificuldades, afirmando: "*Geralmente a comunidade tem uma repulsa instintiva a quem é ou foi presa. Tem medo, rejeita. Prefere ficar ao lado de quem prende (...) quando ouvem dizer que alguém foi preso, nem suspeitam que as acusações (sic) podem ser falsas e as acusações injustas. Pior é que exploram a ingenuidade dos menos avisados (sic) com rótulos de 'perigosa', 'agitadora', 'subversiva'...*"⁸⁷⁹. Esses preconceitos não ocorreram com Rosalice, afinal ela tinha o 'atenuante' de ser natural de Volta Redonda, com militância reconhecida na cidade, mas se instalou intensamente contra Jessie e Colombo.

A oposição ao trabalho de Jessie e Colombo nos grupos de base locais era muito forte, principalmente por parte das lideranças das CEB's da região do Retiro, a família Emídio e padres, inclusive padres-operários. Segundo seus relatos, sentiram esse clima desde que chegaram à cidade, inclusive Onício Zamboti, vereador local (MDB) e ligado a Igreja, assumiu uma narrativa de denúncia dos 'guerrilheiros', de clara oposição a Jessie e Colombo⁸⁸⁰.

Destacamos que as CEB's tinham como pressuposto básico a igualdade de participação entre seus membros, defendendo uma inserção ativa e consciente de cada um, para que pudessem crescer em seu grau de consciência coletiva e estimular a autonomia, impedindo assim que diferenças se cristalizassem entre eles. Havia um esforço para formar novas lideranças, mais democráticas e para isso se outorgou responsabilidades aos coordenadores desses grupos para que estimulassem a participação de todos os membros. No entanto esse objetivo mostrou-se falho em diversas realidades. Maiwaring e Viola (1987: 161) destacam que em muitos casos esses leigos se tornaram 'mini padres', tão dominadores quanto os sacerdotes de antes. Essa questão também ocorreu em Volta Redonda, e foi experimentada por Jessie e Colombo, que sofreram a oposição desses coordenadores.

Dentro dessa lógica relataram que constantemente acusados de serem 'comunistas', 'terroristas' e ateus, sempre em tom depreciativo. Muitos entraves foram colocados por membros das CEB's ao seu trabalho. Segundo Jessie ⁸⁸¹ nos grupos de base sempre eram chamados, por exemplo, a fazer as orações, mesmo sabendo os ativistas das CEB's que eles não eram religiosos, causando uma situação embaraçosa. Um dos padres do período, que pediu

⁸⁷⁹ Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda. Carta de Dom Waldyr a Rosalice Fernandes, em 02/07/1977.

⁸⁸⁰ Entrevista com Jessie Jane de Souza e Colombo Vieira, realizada em 21/07/2016 e com Marlene Fernandes em 25/08/17. Segundo Jessie, Onício Zamboti, vereador pelo MDB, sugeriu a dona Júlia que não alugasse a casa para o casal, pois se tratavam de 'terroristas' e ela poderia inclusive ser presa.

⁸⁸¹ Entrevista com Jessie Jane de Souza e Colombo Vieira, realizada em 21/07/2016.

anonimato, se referia ao casal como centralizadores e monopolizadores, pouco abertos ao diálogo. Evidentemente havia uma disputa de poder, alguns líderes da CEB's se sentiram ameaçados em sua liderança.

Jessie Jane relatou essas questões em uma carta enviada ao bispo. Ela descreve suas angústias e decepções que vinha sofrendo desde que deixou a prisão e veio para Volta Redonda. O simples fato de ser uma ex-presa política já provocava a sensação do 'diferente', as pessoas os viam assim, e os tratavam como se eles estivessem fora da normalidade, afinal também não eram cristãos e sua receptividade no meio católico foi complicada. Causava uma frustração em Jessie as dificuldades encontradas e o fato de serem vistos como inimigos por membros da Igreja: "*Nós nos consideramos tão comprometidos quanto qualquer cristão com o trabalho de libertação do nosso povo, daí me sinto doída quando percebo que somos vistos como inimigos por muitos dos companheiros que hoje levam o trabalho nas comunidades*"⁸⁸². Ela revelou que eles eram enxergados também como oportunistas que queriam desvirtuar o trabalho da Igreja e não percebia disponibilidade por parte dos católicos para que pudessem discutir essas questões abertamente, "... *nunca poderia imaginar que o nível de marginalização seria tão grande*". Relata também sectarismos por parte de alguns militantes das CEB's, que somente apresentavam críticas, sem abrir mãos de suas posições.

Um dos embates entre Jessie e os coordenadores da CEB's ocorreu na organização das celebrações do 1º de Maio em 1979. Dom Waldyr sugeriu que a temática da celebração girasse em torno da luta pela anistia e orientou Jessie e Colombo para que contatassem os organizadores do evento, padre Normando, padre Jacques e Jandira Barcelos para prepará-lo, no entanto, os organizadores não apoiaram e não se mobilizaram para esse objetivo. Comunicado por Jessie das dificuldades encontradas, Dom Waldyr pessoalmente organizou a celebração com foco na anistia política⁸⁸³.

Nilo Sérgio Gomes, outro militante oriundo das tradições de esquerda, militante do o MEP, também sofreu esses preconceitos na cidade. Nilo morava no Rio de Janeiro e era professor na SOBEU- Sociedade Barra-mansense de Ensino Superior, e por questões profissionais se instalou em Volta Redonda em 1978. Ele se envolveu no movimento social local e como era militante do MEP, articulou a organização de um núcleo dessa organização na cidade. Evidentemente estabeleceu contatos com a base da Igreja, frequentava comunidades e grupos de discussão católicos, mas no início, foi rechaçado principalmente pela liderança leiga católica que o acusavam de ser comunista e ateu. Segundo ele as pessoas o '*... olhavam com medo e desprezo*'⁸⁸⁴ mas o com tempo essas acusações e desconfianças se esvaziaram e Nilo continuou seu trabalho juntamente com sua esposa na época, senhora Ana Margarida Pereira Pinto.

Cida Diogo, militante do MEP, que não era católica, também viveu atritos com os membros das CEB's, principalmente por parte de suas lideranças, incluindo padres, que faziam oposição aos grupos de esquerda. Essas lideranças, temerosas que esses grupos representavam um risco ao seu poder e a possibilidade de adesão de católicos a eles, promoviam sabotagens, críticas e isolamento desses grupos. Segundo ele, os alvos dessas críticas eram Nilo e Margarida, mas esses problemas foram superados, "*Nossa atuação era tão viva que acabou superando isso, a gente conseguiu ter uma convivência bem tranquila*"⁸⁸⁵.

Marlene Fernandes, militante independente ligada aos movimentos sociais locais⁸⁸⁶, também relatou dificuldades em sua relação com as CEB's da cidade, principalmente as localizadas na região do bairro Retiro, segundo ela, seu relacionamento era melhor com as

⁸⁸² Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta de Jessie Jane Vieira a Dom Waldyr, em 24/09/1979.

⁸⁸³ Entrevista com Jessie Jane de Souza e Colombo Vieira, realizada em 21/07/2016.

⁸⁸⁴ Entrevista com Nilo Sérgio, realizada em 22/01/19.

⁸⁸⁵ Entrevista com Cida Diogo, realizada em 14/12/18.

⁸⁸⁶ Entrevista com Marlene Fernandes 25/08/17.

CEB's da região do bairro Conforto, lideradas pelos padres-operários franceses Esses episódios representam pontos de atrito nas relações Igreja- Esquerdas. Apesar dos objetivos comuns entre Jessie, Colombo, Nilo, Marlene e os ativistas das CEB's, de formar politicamente a base, garantindo-lhe criticidade e despertando-a para ação política, os métodos e estratégias de atuação muitas vezes distanciaram os aliados. Desconfianças de ambas as partes, acusação de instrumentalização e centralismo compuseram esse enredo. Segundo Jessie e Colombo, lideranças das CEB's diziam que Dom Waldyr estava 'envolvido pelos terroristas'.

Jessie e Colombo perceberam diferenças infundáveis, entre sua visão de mundo e dos católicos das CEB's, "... o nosso sentir o mundo não é o mesmo das outras pessoas, nossos referenciais talvez sejam diferentes demais". As diferenças e as visões de mundo se chocaram. Sua análise aprofundou a questão de como a repressão e o clima da perseguição política contaminaram até os 'espaços de libertação' promovidos pela Igreja: "*Se mistificou de tal forma a chama da subversão e os 'perigos dos vermelhos', que mesmo pessoas conscientes nos analisam como tal. Somos o 'símbolo do terror', algo que precisa ser destruído a pau e pedra*".

Evidentemente essa problemática é muito complexa, comporta vários ângulos e possibilidades. Questões de poder, ameaças de novas lideranças, o risco de cooptação, tudo isso pesou nessas questões, que provocaram o distanciamento.

Em decorrência de todas essas questões, Jessie e Colombo permaneceram na cidade, mas se afastaram do trabalho inicialmente proposto pelo bispo, atuando nas lutas políticas, no Movimento pela Anistia, no comitê de solidariedade à Nicarágua, greve dos peões, estabelecendo redes de contato na cidade. Jessie participou da organização de um coletivo de mulheres em Volta Redonda, com a participação de Marlene Fernandes, Cláudia Virgínia de Souza, Regina (esposa de Jadir), Cida Diogo, Inês Pandeló, Elisa Ferreira e outras. Esse grupo organizou ainda em 1982, um Encontro Estadual de Mulheres no Centro de Formação de Arrozal, com a participação de vários coletivos estaduais. Esse encontro sofreu forte oposição de grupos de mulheres católicas por conta de sua pauta de discussões que incluíam temas como aborto, emancipação feminina, etc⁸⁸⁷.

O trabalho de reorganização do Boletim Diocesano não se concretizou e foi assumido por agentes de pastorais locais. O casal continuou amigo de Dom Waldyr, inclusive trocavam periodicamente correspondência durante anos, nas quais abordavam os mais diversos assuntos, Jessie atuava com assessora informal de Dom Waldyr, por quem nutre um carinho especial.

Eles acompanharam também o trabalho da OSM, alinhando-se ao grupo de Juarez Antunes, que também possuía muitas restrições à Igreja. No final de 1979 voltaram para Niterói. Em 1983 com a vitória de Juarez nas eleições sindicais, Colombo Vieira tornou-se assessor do Sindicato e retornou a Volta Redonda e Jessie permaneceu em Niterói cursando faculdade. Em 1986, Jessie retornou e atuou na organização da Escola de Formação Sindical, Centro Popular de Cultura e do Centro de Memória Sindical⁸⁸⁸. Com a vitória de Juarez Antunes na disputa para prefeitura local em 1988, Jessie assumiu a Secretaria Municipal de Cultura, permanecendo somente até fevereiro de 1989, pois o governo foi interrompido com a trágica morte de Juarez em um acidente automobilístico. O casal deixou a cidade no final de 1989, estabelecendo-se em Vitória (ES), retornando anos depois para Niterói.

Essa experiência com a Igreja em Volta Redonda foi significativa para Jessie e Colombo. De acordo com eles, algumas questões marcaram suas relações com a Igreja em Volta Redonda: os confrontos com lideranças católicas, o anticomunismo católico e a desmistificação do papel político das CEB's. Segundo suas análises, possuíam uma visão idealizada dessas

⁸⁸⁷ Entrevista com Jessie Jane de Souza e Colombo Vieira, realizada em 21/07/2016 e Marlene Fernandes, realizada em 25/08/17.

⁸⁸⁸ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Carta de Jessie Jane Vieira a Dom Waldyr, em 11/12/1996 e 11/12/1986.

comunidades, que se desconstruiu com a experiência das CEB's vivenciada em Volta Redonda, não enxergando essas comunidades como um movimento capaz de criar consciência política.

3.14. A organização da Oposição Sindical Metalúrgica

Na década de 1970 a Igreja de Volta Redonda, seguindo suas diretrizes pastorais, apoiou a luta de diversas categorias profissionais que incluíam operários da construção civil, comerciários, empregadas domésticas, metalúrgicos, entre outras para que organizassem e disputassem seus sindicatos. Uma das ações mais contundentes da Igreja de Volta Redonda nesse campo político foi sua participação na organização da OSM- Oposição Sindical Metalúrgica.

O Sindicato dos Metalúrgicos local⁸⁸⁹ foi fundado em 1943 na cidade de Barra Mansa com o nome de associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Barra Mansa para atender aos metalúrgicos da SBM- Siderúrgica Barra Mansa e da Metalúrgica Barbará, inauguradas em 1937, instaladas nessa cidade, chamada de 'Manchester Fluminense' por abrigar essas empresas metalúrgicas. Em 1946 essa entidade adotou seu nome atual, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e em 1947, com a inauguração da CSN, transferiu sua sede para o distrito de Santo Antônio de Volta Redonda.

Em 1951 e 1955, diretorias ligadas ao PSD comandaram o sindicato. Em 1955 uma chapa com a participação do PCB, ganhou a direção sindical. A presença de diretores comunistas serviu de argumento para uma intervenção federal que terminou frustrada pelo apoio das bases. Essa entidade permaneceu sob controle do PTB, com a direção de Othon Reis Fernandes até o ano de 1963, quando os comunistas voltaram ao comando do sindicato, mas sofreram nova intervenção no episódio do golpe civil-militar, que se estendeu até 1968. Nas eleições desse ano depois da vitória de uma chapa oposicionista liderada por Wilton Meira, houve nova intervenção federal e os setores mais combativos dessa direção foram cassados na 'Operação Gaiola', como vimos anteriormente. O Sindicato foi dirigido por interventores federais e direções alinhadas ao governo militar e a CSN, perdendo sua capacidade de mobilização, só recuperando sua força política nos anos de 1980.

A posição da Igreja em relação ao Sindicato até meados da década de 1960 foi de manter-se distante dessa entidade, atuando no campo operário por meio dos 'Círculos Operários' (Souza, 1991). Essa orientação alterou-se rapidamente com a chegada de Dom Waldyr Calheiros que se aproximou dessa entidade sindical e de suas diretorias mais combativas. Essa aproximação rendeu o apoio da Igreja à eleição de Wilton Meira em 1968, e logo depois em 1973, à chapa oposicionista liderada por Waldemar Lustosa, metalúrgico da Superintendência de Oficinas Mecânicas (SOM/CSN) e membro da comunidade Santo Antônio-Niterói. Vitorioso nessa eleição, o oposicionista Lustosa frustrou seus apoiadores e se alinhou aos militares e a direção da CSN. Segundo Silva (2017) Lustosa pautou-se pelo "(...) diálogo respeitoso e ordeiro" com as autoridades e mesmo alinhado aos militares, as ações do Sindicato eram espionadas pelos militares⁸⁹⁰.

A CSN o apoiou integralmente, doando inclusive um terreno localizado no centro da cidade, na avenida Gustavo Lira, para que o Sindicato construísse sua sede própria. Lustosa mantendo-se na direção do Sindicato até 1983, quando a OSM conseguiu derrotá-lo (Monteiro, 1995).

⁸⁸⁹ Sobre a atuação do Sindicato vide Centro de Memória Sindical (1989), Morel (1989 e 2001) e Monteiro (1992).

⁸⁹⁰ Silva (2017) narra que em 1978, a impressão de um boletim do Sindicato em tinta vermelha pois não havia tinta azul para produzi-lo, teve que ser explicada ao comandante do 22º BIMtz.

Durante seu longo mandato Lustosa implantou uma gestão burocrática, priorizando a estruturação de uma rede de atendimento médico-odontológico no modelo sindical tradicional com o aval do Ministério do Trabalho (Fonseca e Veiga, 1990). A partir de meados da década de 1970 ele enfrentou a OSM, que se organizava embrionariamente alinhada ao ‘novo sindicalismo’, corrente sindical que se desenvolveu a partir da década de 1970 e que se exprimiu publicamente a partir das greves da região do ABC paulista, no final desta década. Defendia uma postura de combate à estrutura sindical oficial, opositora ao burocratismo-assistencialista, ao ‘peleguismo’ e a tradição sindical construída pela hegemonia PTB-PCB, incluindo a autonomia dos sindicatos frente ao Estado e a democracia interna na organização sindical. Warren (1987) inclui ainda a defesa da livre negociação entre patrões e empregados. Zanetti (1993:17), o define como um “... *movimento de classe, centrado na autonomia e liberdade sindical, democrático, de massa, organizado nas bases e por isso mesmo, anticorporativo, e não burocrático, rompendo radicalmente com a estrutura sindical atrelada ao Estado, imposta pela ditadura varguista.*”.

Esse novo modelo propunha a construção de um sindicalismo combativo e independente, tendo como pilar a organização, a partir dos locais de trabalho através das comissões de fábricas e grupos de empresa⁸⁹¹. Alinhada ao novo sindicalismo, a OSM capitalizou o crescente descontentamento com a gestão Lustosa (Mangabeira, 1993), fato que foi apontado por Dom Waldyr: “... *o grupo que havia apoiado Lustosa, agora estava na oposição*”⁸⁹².

O processo de recuperação dos sindicatos frente às dificuldades impostas pela ditadura ocorreu inicialmente de forma silenciosa, evitando manifestações que pudessem despertar a atenção das forças repressoras, segundo Baldissera (1999). Em Volta Redonda essa retomada do espaço sindical iniciou-se também dessa forma, clandestinamente a partir de um pequeno núcleo externo a fábrica, no salão da Igreja São Sebastião em 1974. Algumas reuniões desse grupo também aconteciam nas residências de militantes⁸⁹³. Edson Santana, um dos participantes corrobora essa questão: “... *o começo da oposição foi no Retiro. (...) eram poucas pessoas, umas seis ou sete. Era muito fechada*”⁸⁹⁴.

As primeiras articulações da OSM, com a participação de militantes católicos da ACO, padres-operários, militantes comunistas e do MDB, como José Emídio, Sérgio Murilo Braitto, Luís Antônio Rocha, Emerson Sepúlveda do Nascimento, Roberto Silva e Wagner Barcelos, além de padre Jacques Dusquene e André Romary. Há um consenso entre vários entrevistados em apontar estas pessoas como os articuladores iniciais da OSM⁸⁹⁵. Nessa composição mais uma vez militantes cristãos se juntaram aos de esquerda. Esse pequeno grupo tinha o apoio de Dom Waldyr, que nessa mesma época participou de reuniões em São Paulo para definir estratégias para a reorganização do movimento sindical. Em entrevista a Serbin (2001: 131), ele relata: “*Nós tínhamos, nessa época, alguns padres que trabalhavam diretamente com operários. (...) Eu nessa época também fui convidado lá em São Paulo várias vezes para reunião de sindicalistas*”.

Segundo um dos articuladores iniciais da OSM, depois de alguns encontros na Igreja São Sebastião, as reuniões foram transferidas para uma sala nos fundos da Igreja Nossa

⁸⁹¹Sobre a questão do novo sindicalismo em Volta Redonda, vide Graciolli (1997, 1999), Santana (1993), Veiga e Fonseca (1990), Mangabeira (1993).

⁸⁹²Entrevista com Dom Waldyr Calheiros, realizada em 02/06/2010.

⁸⁹³Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, ‘Oposição Sindical de Volta Redonda’ In Boletim da Comissão de Pastoral Operária Nacional, número 1, ano I, setembro-outubro de 1979, pag., 07. Esse boletim foi produzido com a participação da Diocese de Volta Redonda, por meios de militantes da PO local.

⁸⁹⁴Entrevista com Edson Santana, realizada em 16/10/16.

⁸⁹⁵Esses nomes também constam nos arquivos militares como membros iniciais da OSM. Arquivo Nacional. Documento Confidencial SNI de 12/10/1979, PRG005990 e Informe 629-B/1079, Min. Exército, 1º Exército.

Senhora da Conceição por conta da oposição de alguns membros da comunidade do Retiro para que essas reuniões não se realizassem ali.

A partir deste pequeno grupo iniciou-se a organização da Oposição Sindical no interior da CSN. Gradativamente esse grupo inicial foi ganhando musculatura com a adesão de novos operários e a com a organização dos primeiros grupos de fábrica locais.

Um caso interessante de adesão a OSM foi o relatado por Marcelo Felício, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos (1988-1991)⁸⁹⁶. Felício começou a trabalhar na CSN em 1976, e segundo seu relato⁸⁹⁷ ele iniciou sua militância política nos grupos da Ação Católica Operária. Ele aderiu a esse movimento religioso mesmo sem ser católico pois foi atraído pelo processo de discussão política que era travado nesses grupos pois não tinha nenhuma experiência política. Nesse período, sob influência da ACO, Felício participou também dos grupos operários que estavam se formando no interior da Usina. De acordo com seu depoimento, juntamente com outros militantes católicos da ACO e JOC, foram responsáveis pela formação de um dos primeiros grupos de operários da CSN no setor da sinterização. O depoimento de um militante do período relata essa questão: “... *tinha cerca de 10 operários, nos reuníamos clandestinamente em uma sala escondida na área. (...) o segundo grupo de fábrica surgiu logo depois, na área do Marcelo Felício*”⁸⁹⁸.

Felício relatou ainda que as reuniões desses grupos eram tão sigilosas que não foram descobertos pelos militares, haja vista que em seu prontuário depositado nos arquivos do Aperj, não encontrou nenhuma menção acerca de sua participação nesses grupos. Segundo ele em seu prontuário havia referências de viagens à URSS e encontros internacionais que nunca foram realizados, mas essas reuniões não constam nos arquivos militares, revelando que de fato eram secretas e passaram longe dos ‘olhos’ militares.

Felício representou um caso interessante de um militante independente, com posições de esquerda, que aderiu a grupos católicos da ACO não por causa de sua mística ou espiritualidade, mas por conta das discussões políticas. Isso atesta o importante papel das questões políticas nesses grupos católicos e o destaque garantido à formação política.

Segundo Felício essa experiência de participação nos grupos de ACO foi muito importante em sua formação política, pois o iniciou no mundo da política e construiu seus conceitos básicos, garantindo suporte para o aprofundamento de sua militância. Mesmo sem ser católico, nutre respeito pela Igreja e pelo trabalho desempenhado. Por volta de 1981 afastou-se desses grupos católicos e aderiu a militância na OSM. Essa experiência de Felício, que também foi vivenciada por muitos outros militantes políticos em Volta Redonda, atesta o papel desses grupos católicos como formadores de novos militantes políticos, questão positiva para o movimento popular da cidade.

Analisando essa questão por outro ângulo, o afastamento de militantes desses grupos católicos, ganhou amplitude nos anos posteriores, constituindo-se em uma preocupação e alvo de críticas de grupos conservadores, de que esses grupos ligados a Teologia da Libertação, promoviam a ‘politização da fé’, negligenciando sua dimensão mística e espiritual (Boff, 1986). Esse foi um ponto relevante das tensões entre Igreja e esquerdas.

A partir de 1978 a OSM acumulou forças e assumiu seu caráter público, contando sempre com apoio da Igreja⁸⁹⁹. Suas reuniões passaram a ocorrer nas igrejas centrais da cidade, principalmente na Nossa Senhora da Conceição, no Conforto, bairro operário com forte concentração de metalúrgicos e na Cúria Diocesana. Esse núcleo público contava com a

⁸⁹⁶ Marcelo Felício-‘Greve e Organização do Sindicato’ Projeto Violações dos Direitos Humanos no Sul Fluminense. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=STqISMnO32o>. Acesso em 10/09/2018.

⁸⁹⁷ Entrevista com Marcelo Felício, realizada em 13/09/17.

⁸⁹⁸ Entrevista com Edson Santana, realizada em 16/10/16.

⁸⁹⁹ Arquivo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda, Boletim Diocesano, n°: 158 junho de 1979.

participação de cerca de 30-40 pessoas ligadas aos grupos católicos, ao MDB trabalhista ao MEP, a Convergência Socialista e depois ao PT e PDT.

Os agentes locais de espionagem, instalados no SRIE- Serviço Regional de Investigações Especiais acompanhavam o trabalho desenvolvido pela OSM e como de praxe, fotografavam essas reuniões⁹⁰⁰ e fichavam seus membros, inclusive os acusando de estarem articulados em uma organização denominada ‘Frente Nacional de Organização Sindical’, que possuía ramificações nos estados de São Paulo e Minas Gerais, que na verdade em uma existiu sob essa nomenclatura.

Esses arquivos militares apontavam Dom Waldyr e Rosalice Fernandes como pontos de apoio desse movimento⁹⁰¹, além de políticos da região, como Jiúlio Caruso e Joaquim Pitombeira, vereador de Barra Mansa⁹⁰², que inclusive participavam de algumas reuniões.

O relacionamento dos diversos grupos que formavam a OSM foi permeado por tensões, dadas as posições adotadas pela Igreja, vistas pelos grupos de esquerda como uma tentativa desta instituição de monopolizar esse espaço. Havia também a desconfiança dos militantes da Igreja, que enxergavam práticas instrumentalizadoras e supostas infiltrações desses grupos em suas bases, na busca de novos militantes⁹⁰³. Em linhas gerais havia uma relação de boa convivência e uma imagem de cooperação entre a Igreja e as esquerdas na cidade, porém esses temores eram sempre presentes. Aproximação e tensão constante.

A partir de 1978, a OSM passou a intervir diretamente nas decisões do Sindicato. Seus militantes mobilizavam a categoria, intervindo nas pautas sindicais defendendo propostas nas assembleias convocadas pelo Sindicato e pressionando os dirigentes sindicais. Em alguns momentos, chegaram inclusive a dirigir negociações com a CSN, com a indicação de membros para as ‘comissões de negociação’ pelas assembleias (Pimenta, 1989).

A Oposição Sindical articulou um ativo trabalho de base que incluía a organização de uma Comissão de Negociação e de outra de Divulgação, atuantes principalmente nos períodos de acordos coletivos. Ela também organizava reuniões periódicas com os operários nos diversos departamentos da empresa⁹⁰⁴. A partir de 1979, as assembleias sindicais, com a crescente mobilização da Oposição, tornaram-se cada vez mais massivas, contando com grande participação da categoria, reunindo até dez mil operários nos momentos decisivos⁹⁰⁵. A OSM publicava ainda um periódico chamado ‘A Verdade’, que junto com a venda de bônus, era importante fonte de arrecadação de recursos.

A coordenação da OSM ficava à cargo de José Emídio Barcelos e seus filhos Wagner e Wanderlei Barcelos, militantes católicos da comunidade São Sebastião, no bairro Retiro, essa família compunha um dos principais núcleos da Ação Católica Operária (ACO) em Volta Redonda. Jandira Barcelos, esposa de José Emídio foi coordenadora nacional da Pastoral Operária⁹⁰⁶.

⁹⁰⁰Arquivo Nacional, Encaminhamento 088/79, SSE-SESP-DGIE, de 09 de outubro de 1979 e Documento Confidencial, SNI/ARJ, ACE 1600 de 17/10/1979.

⁹⁰¹Arquivo Nacional: Informe 629-B/1979, Min. Exército, 1º Exército e APERJ- Prontuário Rosalice Fernandes n. 5428, Informação 015/79/SRIE-VR, 2ª CSP/DPPS/DGIE de 02/10/1979 e Informação 014/79/SRIE-VR, 2ª CSP/DPPS/DGIE de 08/05/1979.

⁹⁰²Arquivo Nacional, Telex SNI, Retex 699/79/AC de 12/06/1978.

⁹⁰³Essa questão é abordada por diversos entrevistados: Cida Diogo, Sérgio Braitto, Nilo Sérgio, Edson Santana.

⁹⁰⁴Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, ‘Boletim da Oposição Sindical’ In Boletim da Comissão de Pastoral Operária Nacional, número 1, ano I, setembro-outubro de 1979, pag.06. De acordo com informações colhidas nesse boletim, essa comissão chegou a contar com 120 participantes, comprovando a capacidade de mobilização da OSM.

⁹⁰⁵Arquivo da Diocese Barra do Pirai-Volta Redonda, ‘Oposição Sindical de Volta Redonda’ In Boletim da Comissão de Pastoral Operária Nacional, número 1, ano I, setembro-outubro de 1979, pag., 07.

⁹⁰⁶Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, ‘Oposição Sindical de Volta Redonda’ In Boletim da Comissão de Pastoral Operária Nacional, número 1, ano I, setembro-outubro de 1979, pag., 08.

Outra liderança de destaque na OSM foi Juarez Antunes. Ele chegou na cidade em 1956, fixando-se como operador siderúrgico na área da aciaria, núcleo central da produção de aço. Juarez iniciou sua participação na OSM em 1979, tornando-se um dos mais expressivos líderes desse movimento. Ele era um dos únicos líderes da nascente OSM que não se originou nos grupos organizados na esfera da Igreja e que não tinha nenhuma ligação com essa instituição e com os discursos das pastorais e do cristianismo da libertação. Dos presidentes eleitos desde 1974 até 1995, foi o único que não foi formado sob a influência da Igreja, fato pouco comum no ‘novo sindicalismo’. Ele era oriundo do MDB, mas não tinha ligação orgânica com grupos de esquerda na cidade e maior envolvimento partidário na cidade⁹⁰⁷. Segundo Jessie Jane Vieira de Souza e Marlene Fernandes⁹⁰⁸, Juarez se diferenciava dos sindicalistas que emergiam na OSM por ter origem no universo fabril. Surge como uma liderança do ‘chão de fábrica’ representando a visão desses operários sobre luta sindical.

Juarez construiu sua liderança na OSM angariando apoio de grupos de esquerda que se opunham a liderança católica, contando com o apoio dos metalúrgicos da SOM-Superintendência de Oficinas Mecânicas, local onde trabalhava e um dos setores mais politizados da CSN. Sua adesão a posições de esquerda o levou ao PT e depois ao PDT. Juarez destacou-se grande orador e líder carismático, ganhando popularidade e liderança entre os metalúrgicos⁹⁰⁹, disputando a liderança do movimento com os líderes católicos, fonte de tensões na OSM.

Ele representou um ponto nevrálgico nas relações Igreja e esquerdas em Volta Redonda. Tornou-se um dos principais líderes sindicais da cidade por construir uma sólida imagem pública de coragem e destemor, visto pelos operários da CSN como o único capaz de enfrentar a Siderúrgica. Por questões pessoais, Juarez também alimentou um ressentimento contra a Usina, pois por conta de as dificuldades profissionais não conseguir o curso de engenharia, que influenciou também em sua militância sindical⁹¹⁰.

Sua atuação na OSM e ascendente liderança política, suscitou posicionamentos contraditórios, apoiado por alguns grupos de esquerda e criticado pelos militantes católicos. Apesar de militarem no mesmo movimento Juarez era rechaçado pelos militantes católicos: “... *Juarez foi uma pessoa muito problemática. Apareceu no meio do caminho (...) desconfiávamos de sua atuação no movimento, como agente da CSN*”⁹¹¹. Era constantemente acusado de personalismo, carreirismo, oportunismo e populismo. Jessie Jane destaca que toda trajetória de

⁹⁰⁷ Juarez foi candidato a prefeito em sua cidade natal, Estrela Dalva. Ao radicar-se em Volta Redonda não se envolveu em nenhuma luta política até 1979, quando aderiu a OSM.

⁹⁰⁸ “Juarez Antunes e a Igreja Católica”, Jessie Jane Vieira de Souza. “Juarez no sindicato e na prefeitura”, Marlene Fernandes. Projeto Violações dos Direitos Humanos no Sul Fluminense. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=STqISMnO32o>. Acesso em 12/09/2018.

⁹⁰⁹ Juarez teve uma trajetória política meteórica, constituindo-se em uma das mais importantes lideranças da cidade. Presidiu o Sindicato dos Metalúrgicos entre 1983-1989, quando liderou as primeiras greves na Siderúrgica Barra Mansa em 1983 e na CSN em 1984, e a mais importante de todas, a greve de 1988, que sofreu intervenção do Exército que resultou na morte de três metalúrgicos. Oriundo do PT, foi candidato a deputado estadual em 1982, transferiu-se para o PDT em 1985, sendo eleito Deputado Federal Constituinte em 1986. Consolidou-se como liderança política elegendo-se prefeito da cidade em 1988 pelo mesmo partido. Morreu em fevereiro de 1989 em um suspeito acidente automobilístico, que inclusive foi denunciado por Dom Waldyr como um assassinato pois segundo ele, recebeu informações sigilosas de fontes militares do Grupo Especial contra o Esquadrão da Morte, em 1988 de que ele e Juarez Antunes sofreriam um atentado, provavelmente em um acidente automobilístico fora de Volta Redonda. Essa informação consta na Revista da Diocese de VR/BP- 75 anos Presente na Região Sul Fluminense, página 07. Sobre a trajetória de Juarez vide Pereira (2006).

⁹¹⁰ Juarez no sindicato e na prefeitura”, Marlene Fernandes. Projeto Violações dos Direitos Humanos no Sul Fluminense. Quem era Juarez Antunes”, Colombo Vieira de Souza Disponível em <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=STqISMnO32o>. Acesso em= 12/09/2018.

⁹¹¹ Entrevista com Edson Santana, realizada em 16/10/16.

Juarez foi marcada pela forte oposição da Igreja⁹¹², segundo ela houve um grande equívoco parte do PT e de setores da Igreja Católica em Volta Redonda em não compreender a importância de Juarez⁹¹³.

Essas divergências se acirraram e geraram fraturas com a formação de dois grupos internos, o ‘grupo do Juarez’, que reunia militantes independentes e alguns de posições de esquerda e o ‘grupo do Emídio’, ligado aos militantes cristãos. No interior da Usina, o grupo de Juarez, conhecido como os ‘amigos do Juarez’⁹¹⁴, era muito forte garantindo a liderança de Juarez. Nas primeiras eleições sindicais em que a OSM concorreu em 1979 as divergências foram amenizadas e a Oposição apresentou uma chapa única, que, no entanto, foi derrotada pela chapa liderada por Lustosa em uma eleição com indícios de fraudes.

Essas divergências, no entanto, se agravaram e foram expostas publicamente nas eleições de 1983 com o lançamento de duas chapas da OSM, a chapa 4 liderada por José Emídio e a chapa 5 liderada por Juarez⁹¹⁵. Essa eleição foi disputada em dois turnos e um acordo garantiu o apoio de uma chapa à outra nas votações do 2º turno, em um processo eleitoral marcado pela interferência da CSN e novas denúncias de fraudes⁹¹⁶. A eleição terminou com a vitória da chapa 5, liderada por Juarez Antunes, com apoio da chapa ligada a Igreja e a expressiva votação de 7.060 votos contra 1.969 do candidato da situação (Monteiro, 1992).

Com a chegada da OSM à direção do Sindicato, iniciou-se uma nova fase na história desse órgão, que se tornou um dos mais combativos do país. Segundo Estevez e Santana (2016), operou-se uma forte articulação entre o Sindicato e os movimentos sociais da cidade, iniciando um período de grandes mobilizações políticas dentro e fora das fábricas, com o apoio da Igreja católica. Material para mais uma tese.

⁹¹² Entrevista com Jessie Jane de Souza e Colombo Vieira, realizada em 21/07/2016. Jessie e Colombo participaram das articulações da OSM e atuaram como assessores do Sindicato nos anos de 1980. Jessie em 1989 assumiu a Secretaria Municipal de Cultura na curta gestão de Juarez na Prefeitura (1989).

⁹¹³ “Juarez Antunes e a Igreja Católica”, Jessie Jane Vieira de Souza, Projeto Violações dos Direitos Humanos no Sul Fluminense. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=STqISMnO32o>. Acesso em= 12/09/2018.

⁹¹⁴ “Quem era Juarez Antunes”, Colombo Vieira de Souza, Projeto Violações dos Direitos Humanos no Sul Fluminense. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=STqISMnO32o>. Acesso em= 12/09/2018.

⁹¹⁵ A Chapa 5 era formada por militantes independentes sem ligação com a Igreja com destaque para Luís Albano Vieira, Luís Lopes, Luis de Oliveira Rodrigues e Roberto Silva. Arquivo CMV-VR. Depoimento de Luís Albano Vieira. Desses militantes, o único que teve passagem pelas pastorais católicas foi Luizinho.

⁹¹⁶ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Jornal ‘A Verdade’, Edição Especial, setembro de 1983.

Conclusão

Nessa tese discutimos as relações estabelecidas entre a Igreja Católica, militares e grupos das esquerdas, entre 1967 e 1979, durante a ditadura militar, nessa cidade. Para cumprir esse percurso inicialmente abordamos as relações entre a Igreja e as esquerdas, analisando, como em sua origem, o pensamento de esquerda apresentava profunda hostilidade contra a religião, especialmente a Igreja Católica. No entanto, principalmente após o Vaticano II, operou-se uma dinâmica de aproximação entre ambas. Na América Latina esse processo foi facilitado pela situação social do continente, marcado pela desigualdade social e pela exploração capitalista.

Gramsci (2004) analisando o papel da Igreja na sociedade, afirmou que essa instituição sempre esteve aliada às classes dominantes, mantendo sua hegemonia sobre amplos setores da população. Ao mesmo tempo ele reconhece um papel contestador no cristianismo, como por exemplo, em sua origem, que com a organização das primeiras comunidades cristãs, tornou-se um movimento de sublevação das massas. Ele também reconhece que a religião pode se tornar uma força de resistência moral e expressar a revolta das classes subalternas.

No Brasil essa questão ficou muito clara, com a Igreja Católica mantendo-se alinhada ao poder dominante ao longo da história. No período da ditadura militar, no entanto, operou-se uma alteração nesse papel e setores dessa instituição se afastaram do Estado e se aproximaram de grupos de oposição.

Maduro (1983) discute essa questão, afirmando que a ação religiosa em uma sociedade de classes é influenciada por conflitos de classe. Como parte integrante da sociedade civil, a Igreja não se constitui como uma instituição monolítica. Ao contrário, apresenta-se complexa e heterogênea, com divisões e disputas internas. Gramsci (1980) analisa essa problemática, apresentando em sua análise o termo ‘tendência’ para se referir aos diferentes grupos que disputam espaço no interior da Igreja Católica italiana, destacando os integristas, modernistas e jesuítas. Em nossa análise, na Igreja, de acordo com esse referencial, encontram-se diversos grupos que representam a diversidade social, política, econômica da sociedade na qual se inserem, e diferentes projetos que disputam o controle dessa instituição.

A Igreja é dessa forma, um espaço no qual grupos com projetos políticos e eclesiais antagônicos disputam poder. Essa instituição pode sofrer significativas mudanças internas em sua forma e conteúdo além do discurso externo, na medida em que um desses grupos se torna hegemônico. No recorte abordado nessa tese, marcado por crescente polarização ideológica e disputas políticas acirradas, setores e movimentos da Igreja como a Esquerda Católica, a Ação Católica, sobretudo a JOC e o MEB, tendo como referência o ‘cristianismo da libertação’, diante das arbitrariedades da ditadura, romperam a ligação com o Estado e se aproximaram dos discursos e práticas dos grupos de esquerda, tendo como pressupostos a defesa dos direitos humanos, da democracia e de combate à desigualdade social. Em comum entre esses grupos havia propostas como a defesa das liberdades políticas, dos investimentos sociais, e em alguns casos mais radicais, incluía a defesa do socialismo.

Esse processo de afastamento da Igreja do estado ditatorial e sua aproximação com os grupos opositores das esquerdas ocorreu em Volta Redonda a partir do bispado de Dom Waldyr Calheiros (1966). Esse bispo promoveu modificações na organização interna da diocese, abrindo amplo espaço para os leigos católicos, e alterou a sua atuação externa, pautando-se pela defesa dos ‘pobres’, de acordo com seu discurso ligado a TdL. Nessa cidade operária, uma ‘ex-company-town’, berço da indústria de base nacional e de um ativo movimento sindical, a ICAR, antes do governo episcopal de Dom Waldyr, ancorada em seu

tradicionalismo, alinhava-se ao poder estatal, servindo de suporte aos interesses do Estado e da CSN. Essa instituição religiosa colaborava diretamente com esse processo em sua intervenção política, apoiando grupos e produzindo discursos que defendiam o 'status quo' do Estado brasileiro, mantendo-se afastada dos grupos políticos de esquerda e opositores locais até 1966.

A chegada de D. Waldyr foi um ponto de ruptura, pois em seu bispado operou-se uma mudança substantiva em relação a sua prática anterior da Diocese, convertendo-se em uma das primeiras dioceses brasileiras a implantar o novo projeto pastoral conciliar proposto pelo Vaticano II, pautando suas atuações no chamado 'cristianismo da libertação'. No contexto político da ditadura, marcado pelo autoritarismo, a Igreja Católica na cidade atuou na defesa dos direitos humanos e da democracia, opondo-se às políticas aplicadas pelos militares.

No período dos 'anos de chumbo' em que o regime se fechou e reprimiu a oposição com violência, grupos políticos de esquerda optaram pela luta armada. Alguns desses grupos aproximaram-se de setores progressistas da Igreja em busca de apoio político, novos militantes e base para ações políticas. O discurso político oficial da Igreja opôs-se a essa estratégia de luta, no entanto, ocorreram casos discordantes dessa posição da instituição, como ocorreu em Volta Redonda. Nesse período, setores da diocese local, apoiados pelo bispo, experimentaram uma aproximação com esses grupos, como no apoio a militantes políticos e sindicais de esquerda, e também na articulação da Frente Operária, formada com a participação de militantes católicos da JOC e de organizações das esquerdas revolucionárias.

Outros episódios marcaram a conturbada relação da Igreja local com os militares, destacando-se a prisão dos jovens da Judica (1967), que envolveu o então seminarista Carlos Rosa, que tinha ligação com grupos de esquerda; a deflagração da Operação Gaiola (1968), que prendeu membros da Igreja e militantes de esquerda; a instauração do 'IPM das subversões' contra o bispo e dezesseis padres diocesanos (1969), a acirrada campanha persecutória dos militares contra a Igreja local (1969), além da citada formação da Frente Operária em Volta Redonda (1970), caso mais emblemático das relações Igreja-esquerdas. Essa frente foi formada por militantes selecionados da Juventude Operária Católica (JOC) que se articularam com organizações de esquerda para um trabalho de base junto aos operários, a saber: Partido Operário Comunista (POC), Política Operária (POLOP), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR) e União da Juventude Patriótica (UJP) ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Esse trabalho foi apoiado pelos padres Natanael e Arnaldo e sofreu uma intensa repressão do BIB, com a prisão de vários militantes. Nesses eventos se destacou a figura de Dom Waldyr, que no enfrentamento com os militares se mostrou um exímio articulador político, angariando amplo apoio do episcopado nacional às suas causas.

Em Volta Redonda essas relações entre Igreja e esquerdas se desenvolveram de forma singular e emblemática. Essa diocese mostrou-se um lugar social privilegiado onde essas articulações se realizaram com propriedade e foram desde seu nascedouro espionadas pelos militares, levando a um enfrentamento que se desdobrou em batalhas jurídicas, espionagens, interrogatórios, demissões, prisões arbitrárias, expulsão do país, torturas, etc. As articulações entre Igreja, esquerdas e militares se constituíram em um caso relevante para o estudo dessas relações matizando-as e reelaborando as relações entre o campo religioso e o campo político.

Nos anos de 1970, a Igreja de Volta Redonda iniciou um ativo trabalho de base nas periferias da cidade, a partir da atuação das CEB's e seus diversos grupos eclesiais. Nesse período ocorreu sua aproximação com setores populares, militantes políticos independentes e de matriz de esquerda nessas periferias urbanas, atuando na formação de associações, comissões de moradores e movimentos sociais.

Isso foi possível, pois as esquerdas brasileiras seguiram novos rumos a partir dos anos de 1970. A derrota da estratégia da luta armada, o processo de redemocratização e a inserção de novos atores sociais na cena política, suscitaram novas de enfrentamento político.

Sader (1995) analisou esse processo de constituição de novos atores sociais e formulação dessa cultura política, destacando a fragmentação, a pluralidade e a diversidade como características definidoras desses movimentos, que se formaram como aglutinadores das demandas urbanas (saneamento, educação, saúde, etc).

No caso específico de Volta Redonda, essa aproximação foi facilitada por conta do processo de organização popular realizado pela diocese desde o final dos anos de 1960 e pela crescente interação com o movimento popular. Wanderley (1987a) afirmou que esse processo ocorreu em diferentes graus no país, com influências recíprocas da Igreja e do movimento popular. A partir de 1973 esse trabalho se espalhou pela periferia da cidade, contando com a coordenação dos padres-operários, religiosas e agentes de pastoral leigos, que recebiam uma formação política para atuarem nesses processos.

A Igreja estruturou uma rede de CEB's na cidade, que se constituíram como um espaço social de fomentação de novos movimentos, como comissões de bairro, associações de moradores, e que apoiou a organização do MCC, da OSM, do Movimento pela Anistia, greves operárias (peões, professores, etc) e a formação do PT, atuando ainda na formação de lideranças políticas. Sader (1995) destacou que as pastorais católicas foram lugares públicos onde se reelaboraram essas novas experiências populares, que segundo Silva (2009) contaram com participação expressiva de grupos de esquerda. Segundo Krischke (1987), esses movimentos contribuíram para a formulação de uma cultura política pluralista e democrática

Nesse contexto grupos de esquerda atuaram na cidade contando com a adesão de militantes católicos. Adotou essa estratégia o MEP- Movimento de Emancipação do Proletariado, com destaque para Cida Diogo e Luizinho, oriundos da Igreja; o MDB Trabalhista e os militantes Rosalice Fernandes e Waldemar Lustosa, eleito presidente do Sindicato em 1974 com apoio da Igreja. Outros militantes independentes da esquerda como Marlene Fernandes, ligada ao movimento feminista e sindical, Elvi Vasconcelos, que militou na luta pela Anistia, também atuaram em parceria a Igreja. Nessa tese investigamos e analisamos as relações estabelecidas entre esses atores políticos, Igreja, grupos de esquerda e movimentos sociais e sindicais, que nesse contexto específico, de acordo com Sader (1995) reelaboraram suas tradições e práticas discursivas, constituindo novos espaços de ação.

Nessas circunstâncias formaram-se novas lideranças políticas, a maioria nascida nas hostes da Igreja. A grande exceção foi Juarez Antunes, expressiva liderança, ligado a OSM, pertenceu aos quadros do MDB, do PT e do PDT e foi eleito posteriormente presidente do Sindicato (1983) e prefeito da cidade (1988). Juarez não pertencia organicamente à Igreja, mantinha uma relação controversa com os militantes católicos, mas tinha um apoio limitado dessa instituição nas situações em que ela avaliava necessário.

Rosalice Fernandes representou uma das faces significativas da relação Igreja com as esquerdas locais. Filha de importante líder sindical optou pela militância social e pela militância institucional, sendo eleita suplente de deputada estadual em 1974 pelo MDB. Impedida pelos militares de assumir o mandato, foi presa pela ditadura. Tinha muito apoio da base da Igreja e forte ligação com D. Waldyr.

Outro caso emblemático que revela a aproximação e o distanciamento entre Igreja e esquerdas foi o vivenciado pela historiadora Jessie Jane, que chegou à cidade em 1978. Militante comunista da ALN, Jessie e seu esposo, Colombo Vieira, eram ex-presos políticos, que após cumprirem pena, foram convidados por Dom Waldyr para assessorarem a Diocese. Ela se instalou na periferia da cidade e iniciou um trabalho com as CEB's, que não se concretizou como planejado. De acordo com seu relato, foi uma experiência complicada, cheia de tensões e disputas. Esse episódio representou um ponto de atrito nas relações Igreja e esquerdas, haja vista que, apesar dos objetivos comuns de formar politicamente a base, garantindo-lhe criticidade e despertando-a para ação política, os métodos e estratégias de atuação distanciaram os antigos aliados. Jessie e Colombo se afastaram das CEBs.

Todas as essas questões apresentadas trazem diferentes aspectos de uma relação de proximidade e distância operada em Volta Redonda entre a Igreja e grupos das esquerdas locais no período analisado nesta tese. O objetivo de ambas, Igreja e esquerdas, era se opuser ao autoritarismo da ditadura e promover uma politização e engajamento social na cidade frente às agressões aos direitos humanos, além da defesa da democracia. Uma aliança tática.

O acesso e análise de diversas fontes da diocese e militares disponíveis nos arquivos consultados nos possibilitaram uma análise pormenorizada desses eventos, problematizando e reconfigurando a atuação dos grupos de oposição à ditadura, principalmente os grupos de esquerdas, a atuação da Igreja local e do bispo nesses momentos conturbados da história do país. Foi possível dimensionar a intensidade da repressão política na cidade bem como a resistência dos opositores. Nos diversos eventos ocorridos, foi possível detectar ao longo da pesquisa, uma estreita ligação da Igreja com os grupos de esquerda, destacando-se a liderança do bispo Dom Waldyr.

Nessa tese, contribuimos para uma melhor compreensão desse período e dos eventos analisados, descortinando a atuação da Igreja e as redes de contato que se estabeleceram com grupos de esquerda locais. A análise das documentações disponíveis dos arquivos, e a utilização de fontes orais, depositadas nos acervos do CEMESF, bem como as entrevistas por nós realizadas, nos permitiram traçar um painel da organização e atuação dos diversos grupos oposicionistas que atuaram na cidade, como a AP e a FO nos anos de 1960, e o MDB Trabalhista, a CS, o MEP, o MR-8, o PCB, bem como a organização do PT nos final dos anos de 1970, além de dimensionar a importância política desses grupos e sua atuação nas lutas sociais e políticas do período. Foi possível ainda caracterizar a organização e atuação do MCC, do Movimento pela Anistia Política, das CEBs, analisando a importância desses movimentos como catalisadores de demandas coletivas. Abrimos as portas de grupos de esquerda que atuaram na cidade e de uma Igreja particular que foram espionados e perseguidos pelos agentes da ditadura.

Essa Igreja também atravessou conflitos internos, haja vista que esse projeto pastoral não era unanimidade entre os católicos locais. Mais uma vez sobressaiu a liderança de Dom Waldyr, que implantou seu projeto pastoral não se furtando em fazer escolhas que atendiam a defesa dos direitos humanos. Mesmo sofrendo toda sorte de perseguições, o bispo e leigos locais assumiram seu papel político, tornando a Igreja de Volta Redonda como uma das mais ativas do país nas lutas pela redemocratização.

1. Fontes primárias consultadas

Arquivos da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda: arquivo físico depositado na sede da Cúria Diocesana em Volta Redonda, que contém fontes documentais da diocese, incluindo Livros de Tombos, boletins da diocese, cartas, documentos, relatórios pastorais, jornais, etc.

Arquivo Público do Rio de Janeiro-APERJ: arquivo físico situado no Rio de Janeiro, contém prontuários de atores políticos diversos, além de documentos de movimentos da Igreja.

Arquivo Nacional: arquivo digital localizado na sede do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Possui ampla documentação relativa a repressão política em Volta Redonda que inclui prontuários, IPMs e documentos militares diversos, etc.

Arquivos da CSN: arquivos físicos depositados em uma unidade da UPV no bairro Bela Vista em Volta Redonda, composto por edições do jornal “O Lingote” e Relatórios da diretoria

Arquivos do jornal Opção, que circulou em Volta Redonda nos anos de 1970, disponíveis para consulta pública na sede do jornal A Voz da Cidade, em Barra Mansa, RJ

Arquivo particular de Irene Rodrigues

Arquivos do CEMESF-Centro de Memória do Sul Fluminense-ICHS-UFF: formado pelos arquivos da Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros, contém as entrevistas, em vídeo e áudio, de indivíduos atingidos pela repressão política e seus familiares que foram coletadas pela CMV. Analisamos os seguintes depoimentos:

1. Antônio Carlos Santini, professor e assessor da Diocese, foi preso nos episódios da Operação Gaiola, em 1968.
2. Antônio Liberato Jeremias, militante da JOC que aderiu a FO.
3. Arly Matildes, militante da JOC foi presa nos episódios da FO, mas não aderiu a essa organização.
4. Benedito Matos da Costa, militante da AP preso em 1968.
5. Brasília Vieira Dalbone, esposa de Lainor Ferreira, presidente do Sindicato da Construção Civil em 1964.
6. Bernardo Maurício, ativista cultural preso em 1968 na Operação Gaiola
7. Carlos Rosa, militante da Judica preso em 1967.
8. Célio de Jesus, filho de Geraldo Marcelo, ativista sindical preso em 1964
9. Cleide Lima, filha de Nestor Lima, ex-presidente do Sindicato.
10. Domingos Balbino Bento, militante da JOC, não aderiu a FO, mas foi preso em 1970.
11. Edir Alves de Souza, militante da JOC, não aderiu a FO, mas foi preso em 1970.
12. Elizabeth Alves, religiosa da congregação.
13. Emídio Jeremias, militante da JOC que aderiu a FO.

14. Estrella Bohadana, militante da POLOP.
15. Edir Inácio da Silva, militante do PCBR.
16. Francisco Assunção, militante da JOC, foi preso nos episódios da FO, mas não aderiu a essa organização.
17. Genival da Silva, dirigente sindical, militante do PCBR, preso na Operação Gaiola.
18. Hélio Medeiros de Oliveira, militante da JOC que aderiu a FO.
19. Ivan dos Santos Estrela, filho de Eurípedes Estrela, militante do PCB nos anos 1960.
20. Isaura Elisa Defaveri, irmã de Pôncio Defaveri.
21. João Batista da Silva, militante da JOC.
22. João Cândido de Oliveira, militante da JOC que aderiu a FO.
23. João Luiz de Souza, militante da JOC.
24. José Guido Tranin e José Cirilo Tranin, militantes da JOC.
25. Jorge Roberto Dias Leão, filho de Querubino Leão, ativista sindical.
26. Lincoln Botelho, militante independente preso em 1968, na Operação Gaiola. Teve contato com militantes da esquerda revolucionária, mas não aderiu a esses grupos.
27. Lauro Bairral Dias, militante da AP.
28. Luís Albano Vieira, militante da OSM.
29. Marco Antônio da Rosa, membro da Igreja Santa Cecília.
30. Maria das Dores Mota, (Dodora), militante da Judica.
31. Maria Inês Andrade e Márcia Andrade, filhas de Lúcio Andrade, vereador do MDB nos anos de 1960 e aliado de Dom Waldyr.
32. Marlene Fernandes, militante do movimento feminista e popular nos anos de 1970.
33. Natanael José da Silva, militante da Judica.
34. Padre Natanael de Moraes Campos, assessor da Judica e JOC, foi detido em 1967 e 1970.
35. Padre Sano, acompanhou trajetória de Dom Waldyr, um dos únicos membros vivos do clero que vivenciou o processo da repressão política na região.
36. Pôncio da Silva Defaveri, militante do POC.
37. Regina Célia Confort Santos esposa de Carlos Alberto, militante da UJP-PC do B.
38. Rosalice Fernandes, militante do MDB Trabalhista e do movimento popular, eleita suplente de Deputada Estadual, foi presa em 1976.
39. Ruth Jeremias, irmã de Emídio Jeremias, militante da JOC.

40. Schettino Mota, militante da Judica, foi preso e torturado nos episódios da FO, mas não aderiu a essa organização.
41. Sérgio Paulo Galvão- organizador de célula VPR-Palmares.
42. Sergio Peixoto Dias-militante da UJP-PC do B.
43. Sheyla Regina dos Santos Lima e Sérgio Roberto dos Santos Lima, filhos de João Alves dos Santos Lima Neto, ex-presidente do Sindicato.
44. Vani Bedê e Waldyr Tonolli Bedê, irmã e filho de Waldyr Amaral Bedê, dirigente do Sindicato e assessor da diocese no final dos anos de 1960.
45. Vicente Melo, militante independente preso em 1968, na Operação Gaiola. Manteve contato com grupos da esquerda revolucionária, mas não aderiu a esses grupos.
46. Zélia dos Santos Aguiar, esposa de Eli da Silva Aguiar, ativista sindical preso em 1964.

Entrevistas realizadas

1. Aparecida Paraíso, professora, fundadora do CEPE, militante das CEB's e dos movimentos populares nos anos 1970.
2. Aparecida Diogo, estudante de medicina nos anos de 1970, participou do MEP, do PT e dos movimentos estudantil e popular nessa época.
3. Colombo Vieira, militante da ALN nos anos de 1960, instalou-se em Volta Redonda com sua esposa Jessie Jane e iniciou um trabalho com as CEB's na cidade. Atuou nos movimentos populares locais. Desligou-se dos grupos da Igreja, atuou nos movimentos populares locais e tornou-se diretor do Sindicato dos Metalúrgicos (1984-1989).
4. Danilo Caruso, professor de História, militante dos movimentos populares. Sobrinho de Júlio Caruso, vereador do MDB e importante liderança política local nos anos de 1970. Concedeu entrevista sobre a participação de seu tio nas lutas sociais do período.
5. Edson Santana, militante das CEB's e líder comunitário. Participou da OSM, da fundação do PT e das lutas sociais nos anos de 1970.
6. Edgard Bedê, professor e pesquisador da CMV. Atuou no Movimento pela Anistia e nos movimentos populares nos anos de 1970. Coordenou a CMV.
7. Elvi Vasconcelos, professora, fundadora do CEPE, do Movimento Pela Anistia Política e do PT, atuou nos movimentos populares nos anos de 1970.
8. Elisa Ferreira, militante católica das CEB's e do movimento feminista e popular nos anos de 1970.
9. Eloá Jane, professora, fundadora do CEPE, militou clandestinamente na AP no final dos anos de 1960 e nos movimentos populares nos anos de 1970.
10. Edir da Silva, metalúrgico, militante jocista, foi preso e torturado nos episódios da Frente Operária em 1970.
11. Hugo Leonardo Pereira Borba, secretário particular de Dom Waldyr entre 2010-2013, amigo e conhecedor da trajetória do bispo.

12. Fátima Rezende, professora, fundadora do CEPE, atuou no movimento popular nos anos de 1970.
13. Jessie Jane Vieira de Souza, militante da ALN nos anos de 1960, amiga de Dom Waldyr, instalou-se em Volta Redonda e iniciou um trabalho com as CEB's na cidade. Atou nos movimentos populares locais. Desligou-se dos grupos da Igreja e passou atuar na assessoria do Sindicato dos Metalúrgicos (1984-1989).
14. João Helvécio, advogado e defensor público. Líder comunitário muito próximo de Rosalice Fernandes, atuou no movimento popular no final dos anos de 1970.
15. Yone Ravaglia, estudante de arquitetura, estudou com Estrella Bodahana na FERP, Faculdade de Arquitetura.
16. Luiz de Oliveira Rodrigues, iniciou sua militância nos grupos da CEB's e PO. Afastou-se da Igreja, militou na OSM, no PT e nos movimentos populares e sindicais. Foi diretor e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, nos anos oitenta aderiu ao MCR.
17. Lincoln Botelho, arquiteto, militante do movimento estudantil. Atuou em grupos de teatro no final dos anos de 1960. Foi preso nos episódios da Operação Gaiola em 1968. Assessorou a CMV.
18. José Geraldo da Costa, professor, militou no PCB no início dos anos de 1980.
19. Marcelo Felício, metalúrgico, participou dos grupos de ACO nos anos de 1970. Participou da OSM, tornando-se dirigente e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos (1988-89).
20. Maria das Dores Mota- Dodora, militante da Judica, fundadora do CEPE e do PT, militante dos movimentos populares nos anos de 1970.
21. Marilézia Rodrigues, militante das CEB's e dos movimentos populares, foi secretária da Cúria Diocesana nos anos de 1970.
22. Marlene Fernandes, professora, fundadora do CEPE, fundadora do PT, militou nos movimentos feministas e populares no final dos anos de 1970. Atuou como assessora do Sindicato nos anos de 1980. Em 1989 assumiu a Secretaria Municipal de Educação na gestão de Juarez na Prefeitura. Assessorou a CMV.
23. Nilo Sérgio Gomes, professor e jornalista carioca, foi coordenador e fundador do MEP em Volta Redonda, militou no movimento popular local.
24. Normando Cayounet, padre-operário, canadense chegou à cidade em 1974 e atuou na organização das CEB's, grupos comunitários, e no movimento popular nos anos 1970.
25. Olívia Barreto, Irma religiosa, atuou na organização das CEB's na região do Retiro, periferia da cidade nos anos 1970.
26. Padre Francisco Nobuo, Sano- pároco da Igreja de Santa Cecília. Indiciado no 'IPM das Subversões', acompanhou a trajetória pastoral de Dom Waldyr Calheiros nos anos de 1960 e 1970.
27. Sérgio Murilo Braitto- ativista sindical e dos movimentos populares nos anos de 1970, militou no MDB, no MDB Trabalhista, no PT e na CS.
28. Vicente de Melo, metalúrgico, militante do movimento estudantil. Atuou em grupos de teatro no final dos anos de 1960. Foi preso nos episódios da Operação Gaiola em 1968. Assessorou a CMV.

29. Waldyr Amaral Bedê, faleceu em 2007, foi dirigente do Sindicato e assessor da diocese no final dos anos de 1960.
30. Waldyr Calheiros, bispo diocesano entre 1966-2000. Faleceu em 2013. Concedeu entrevista ao autor em diversas ocasiões.

Arquivos Digitais

Arquivo em vídeo do projeto “Violações dos Direitos Humanos no Sul Fluminense”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=STqISMnO32o>. Utilizamos os vídeos de:

- Ana Paula Poll, professora, doutora em Sociologia, pesquisadora UFF.
- Colombo Vieira de Souza, militante sindical, ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos
- Edgard Bedê, doutor em História, pesquisador da CMV.
- Estrella D'alva Bohadana, militante da Polop, POC e Frente Operária.
- Marcelo Felício, dirigente sindical, ex-presidente do sindicato dos Metalúrgicos.
- Jessie Jane Vieira de Souza, professora universitária, doutora em História, ex-assessora do Sindicato dos Metalúrgicos.
- Marcelo Euler, secretário da CEV.
- Marlene Fernandes, professora universitária, militante dos movimentos sociais, ex-assessora do Sindicato dos Metalúrgicos.

Arquivos do CEMESF-Centro de Memória do Sul Fluminense-ICHS-UFF

Formado pelos arquivos da Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros, contém as entrevistas, em vídeo e áudio, de indivíduos atingidos pela repressão política e seus familiares, que foram coletadas pela CMV. Comporta também arquivos de diversas instituições (Arquivo Nacional, AHE- 1º BIB e 22º BIMtz, AMORJ, entre outros).

Arquivo do Brasil Nunca Mais- BNM Digital: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>

Hemeroteca Digital: <https://www.bn.gov.br/explore/acervos/hemeroteca-digital>

Projeto Memórias Reveladas: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>

DEPOIMENTOS

BRANCO, Paulo. Paulo Branco (depoimento, 1998). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998

2. Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **A construção da grande siderurgia e o orgulho de ser brasileiro: entrevistas com pioneiros e construtores da CSN.** Rio de Janeiro: CPDOC, 1999.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984.** Bauru: EDUSC, 2005.

ALVES, Márcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

ALMEIDA, Antônio de. **Novas leituras para antigas lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC Paulista - 1964/1990**. Revista Brasileira de História. vol.19 n. 37, São Paulo, set., 1999.

_____, **Lutas, organização coletiva e cotidiano: cultura e política dos trabalhadores ABC paulista, 1930-1990**. Tese de Doutorado, São Paulo, USP.

ALMEIDA, Marli. **Os “perigosos” Grupos de Onze Companheiros e sua repressão no Alto Uruguai Gaúcho**. In Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. 2015. Disponível em http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434368213_ARQUIVO_Osperigososgruposdeonzecompanheiros.pdf. Acessado em 12/12/2017.

ANDRADE, Edinara Terezinha de. **Democracia participativa no município de Lages-SC e a cultura política da esquerda brasileira nos anos 70**. Revista Katalysis, número 1, 1996. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5412/0> . Acessado em 17/07/18

ANGELO, Vitor Amorim de. **Esquerda Armada no Brasil: um balanço da história e da produção acadêmica recente**. Dimensões, vol. 32.

ARANTES, Aldo e LIMA, Haroldo. **História da Ação Popular da JUC ao PC do B**. São Paulo: Alfa Omega, 1984.

ARMESTO, Felipe Fernandez e WILSON, Derek. **Reforma: O Cristianismo e o Mundo 1500-2000**, Rio de Janeiro: Record, 1997.

ARGOLO, José Amaral. **As luminárias do medo: Vida, paixão e morte do jornalismo policial do eixo Rio de Janeiro-São Paulo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Por uma história da esquerda brasileira**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro de 2002.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**, Petrópolis: Vozes, 28ª edição, 1996.

ASSIS, Renata Oliveira. **Usina e cidade: harmonia, conflitos e representações no espaço urbano em Volta Redonda, RJ**. Dissertação Mestrado, Universidade, 2013 Federal de Viçosa.

AULER, Marcelo. **Em Barra Mansa, local de terror virou parque de diversões**. Disponível em <http://jornalggn.com.br/noticia/em-barra-mansa-local-de-terror-vice-parque-de-diversoes>., 2016. Acessado em 04/07/2016.

_____, **Torturas e torturados**. Rio de Janeiro, 1966. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_torturas_e_torturados.pdf. Acesso em 23/03/2015.

AZZI, Riolando. ‘O Concílio Vaticano II no contexto da Igreja e do mundo: uma perspectiva histórica’. In MOREIRA, Alberto da Silva. **A Primavera interrompida: o Concílio Vaticano II num impasse**. Servicioskoinonia.org/LibrosDigitales, Volume 2, 2006. Disponível em www.servicioskoinonia.org Acessado em 07/09/2017.

_____. Presença da Igreja na Sociedade Brasileira: Região Sudeste (1952-2002) in Instituto Nacional de Pastoral (Org.). **Presença Pública da Igreja no Brasil (1952 - 2002): Jubileu de Ouro da CNBB**. São Paulo: Paulinas, 2002.

_____. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, tomo II, vol.3-2, 2008.

BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os grupos de onze? Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai –R**. Passo Fundo: UPF, 2005 In RIGH, Graziane Ortiz. Grupos dos Onze: a tentativa de resistência, Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis, SC. Disponível em <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/paper/viewFile/90/40>. Acessado em 08/10/2018.

BASILE, Marcelo Otávio N. de C. “Consolidação e crise do império’ In LINHARES, Maria Yeda (org.), **História Geral do Brasil**, Rio de Janeiro: Campus, 1998.

BEDÊ, Edgard D. A. T. **Formação da Classe Operária em Volta Redonda**. Volta Redonda: Nova Gráfica e Editora - VR, 2010.

_____. DIAS, Sabrina de Oliveira Moura. OLIVEIRA, Bruno Cecílio. **A pesquisa nos arquivos de uma ex-estatal: a experiência de identificação e catalogação do acervo da Companhia Siderúrgica Nacional**. IN Arquivos do mundo dos trabalhadores da cidade e do campo. MARQUES, Antônio José. TROITINO, Sonia (org.). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2016. 1. Disponível em <file:///C:/Users/Home/Downloads/s-do-mundo-dos-trabalhadores-da-cidade-e-do-campo-volume-1.pdf>. Acesso em 01/10/17.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II – 1959-1965**. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: EDUCAM, 2005.

_____. **História da Igreja Católica no Brasil** In Curso de Verão III, São Paulo: Paulinas, 2ª ed, 1989.

_____. (Org.). **O Vaticano II e a Igreja Latino Americana**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

_____. **Padres Conciliares Brasileiros No Vaticano, II: Participação e Prosopografia 1959-1965**. Tese de Doutorado Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2001.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado, elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulus, 1985.

BEZERRA, João Bosco. **A fome no Brasil: o que se diz, o que se fez, o que fazer”**. Disponível em www.senado.gov.br/web/conleg/artigos/especiais/afomenoBrasil.pdf, acessado em 23/02/2017.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 2001.

BOFF, Clodovis. **Comunidade de Base-Comunidade Política: Ensaio de Eclesiologia Política**, Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, Leonardo. **A Teologia da Libertação: Balanço e Perspectivas**. São Paulo: Ática, 1996.

_____, **E a Igreja se Fez Povo, Eclesiogênese: a Igreja que nasce do Povo**, Petrópolis: Vozes, 3ª edição, 1986.

_____, ‘**Quem Tem Medo da Igreja Popular**’ in Revista Vozes, no 4, maio de 1983.

BONATO, Máximo. **Transformações do catolicismo brasileiro pós-Concílio Vaticano II: uma análise da ação pastoral do padre Alberto Antoniazzi**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=141722 . Acesso em 04/03/2017.

BORDIN, Luigi. **O marxismo e a teologia da libertação**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. Disponível em <http://www.reggen.org.br/midia/documentos/teologiadalibertacaoemarxismo.pdf> Acesso em 06/09/2017.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares in FERREIRA, Jorge. (Org.). **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRANDÃO, Karoline Oliveira. COELHO, Eurelino. **Tendências no interior do Partido Operário Comunista (POC)**. Disponível em <http://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/viewFile/2532/1560>. Acessado em 19/10/2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **As revoluções utópicas dos anos 60, a revolução estudantil e a revolução política na Igreja**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2006. (1ª em edição, 1972).

BRUNEAU, Thomas C. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CARAMURU, Raimundo. **Comunidade de Base: Uma Opção Pastoral Decisiva**, Petrópolis: Vozes, 1967.

23. _____ e OLIVEIRA. Lauro de (org.). **Dom Helder: o artesão da paz**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. Disponível em <http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>, acessado em 27 de agosto de 2016.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **‘Os arquivos da polícia política brasileira: Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo’**. PROIN – Projeto Integrado Arquivo Público do Estado/USP. Disponível em https://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf. Acessado em 01/10/2018.

CARRARA, Ozanan. ESTEVEZ, Alejandra. Relatório **‘O 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército e a repressão militar no Sul Fluminense**. Volta Redonda: 2015.

CARDOSO. **Elza Silva. Contra o liberalismo, a favor da democracia. A concepção política da Igreja Católica em meados do século XX**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009. Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/elza.pdf&gws_rd=cr&ei=XF4ZWKnECIKawAT48ISACg, acessado em 02/10/16.

CARDOSO, Hamilton. **Um pouco da história da esquerda**. Lua Nova vol.1 número 3 São Paulo, 1984.

CASTRO, Marcos de, **1964: Conflito Igreja X Estado**, Petrópolis: Vozes, 1984.

CAVALCANTI, Guilherme Viana. **Doutrina Social da Igreja Católica: inspiração para um mundo socialmente justo e a legislação brasileira**. São Paulo: Clube dos Autores, 2012. Disponível em https://books.google.com.br/books?id=ePY3BQAAQBAJ&pg=PA136&dq=igreja+e+quest%C3%A3o+social&hl=pt-BR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=igreja%20e%20quest%C3%A3o%20social&f=false acessado em 05/01/2017.

CHACON, Vamireh. **História das Ideias Socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

CENTELHAS, Marcela Rabello de Castro. GIFALLI, Samantha de Andrade. PERES, Thiago Brandão. **Do aço aos carros: processos de industrialização e formação de classe no Sul Fluminense**. São Paulo: Primeiros Estudos, n. 4, p. 11-23, 2013.

CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL, **O Arigó: O Pássaro que vem de longe**, Coleção Trabalhadores em Luta, nº 1, CEDI, Rio de Janeiro, 1989.

CIFUENTES, Rafael Llano. **Relações entre a Igreja e Estado**. Rio de Janeiro: José Olímpio: 1989.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro. **A esquerda ontem e hoje: o dilema entre igualdade e liberdade**. Revista Sociedade e Estado. Brasília, Volume 24, número 2, maio-agosto, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n2/07.pdf>. Acesso em 12/08/2017.

COELHO, Eurelino. SANTOS, Igor Gomes. **Para a história da Polop (1961-1983): debate historiográfico e apontamentos iniciais de pesquisa**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANNUPUH • São Paulo, julho 2011.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Declaração da Comissão Central da CNBB**, in "Comunicado Mensal da CNBB" 196/198, 1969.

_____, **Relatório da XI Assembleia Geral da CNBB**, 1970.

_____, **Carta da Comissão Central da CNBB**, 1969 'A Igreja na atual conjuntura'.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Grupo de trabalho '**Papel das igrejas durante a ditadura**'. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/2012-05-22-18-30-05/veja-todos-os-grupos-de-trabalho/28-papel-das-igrejas-durante-a-ditadura>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____, **Relatório Final**. Disponível em http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571, acessado em 30 mar 2015.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE. **Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros**. Volta Redonda: 2015.

CORDONHA, José. **A Igreja Católica nos 'anos de chumbo': resistência e deslegitimação do Estado autoritário brasileiro (1968-1974)** Tese, Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2011.

COSTA, Célia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Keneth (org.). **O Bispo de Volta Redonda: Memórias de Dom Waldyr Calheiros**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

COSTA, Célia. GAGLIARDI, **Lysâneas, um autêntico do MDB**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 37. janeiro-junho de 2006.

COSTA, Lucas Aparecido. **A esquerdização do catolicismo no Brasil**, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual Paulista, 2006.

DALE, Romeu. Igreja e transformação da sociedade in FLEURI (org.), **Movimento Popular, política e religião**. São Paulo: Loyola, 1985.

DECOL, René D. **Mudança religiosa no Brasil: uma visão demográfica**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Volume 16, Brasília, jan, dez 1999. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol16_n1e2_1999/vol16_n1e2_1999_8artigo_121_137.pdf . Acesso em 10/01/17.

DECKES, Flávio. **Radiografia do Terrorismo no Brasil – 1966- 1980**. São Paulo: Ícone, 1985.

DELLA CAVA, Ralph. **Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro**, 1916 – 1964. Estudos CEBRAP. São Paulo, n. 12, p. 5 – 52, abr-jun, 1975.

DELGADO, Lucila de A. Neves. PASSOS, Mauro. Catolicismo, Direitos Sociais e Direitos Humanos IN FERREIRA, Jorge. (Org.). **O Brasil republicano: O tempo da experiência**

democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DERMI, Azevedo. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil.** Estudos Avançados, 18 (52), 2004.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. **A Ação Popular no Rio Grande do Sul, 1964-1968,** Revista Semina, v. 10, 2º semestre 2011.

DIAS, Sergio Tadeu Bringel. **Espaço urbano: concessão ou conquista? Os núcleos de posse de Volta Redonda (1970-1985)** – Dissertação Mestrado, Vassouras: USS, 2002.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe.** Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

DUSSEL, Enrique. **A História da Igreja Latino-Americana (1930-1985).** São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

EGALON, Janaína R. **Volta Redonda como Área de Segurança Nacional: o abandono da política de direitos sociais (1973-1985).** Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em História, Universidade Severino Sombra, Vassouras (RJ), 2002.

EMMERICK, Rulian. ‘As relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro. Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade’ In **Sexualidad, Salud y Sociedad,** Revista Latinoamericana, n.5 - 2010. Disponível em www.sexualidadsaludysociedad.org, acessado em 24 de agosto de 2016.

ENGELS, Friedrich, **O Cristianismo Primitivo.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

ESTEVEZ, Alejandra. **Projetos Católicos e Movimentos Sociais, A Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, 1966-2010.** Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Sociologia, 2013.

_____. **O Caso Judica e as estratégias de conquista de hegemonia entre Igreja e Estado durante a Ditadura Militar.** In: Anais do III Simpósio De Pesquisa Estado E Poder: Processos De Construção De Hegemonias No Brasil Contemporâneo,3., 2011, Marechal Cândido Rondon. Anais, Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2011.

_____. **Igreja Católica em Volta Redonda: Configurações e Enquadramentos.** In: XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011.

_____. **A igreja e os trabalhadores católicos: um estudo sobre a juventude operária católica e a ação católica operária (1940-1980).** Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.

_____. e LIMA, Raphael J. da C. **“A articulação empresarial-militar na cidade de Volta Redonda: violações aos direitos humanos da classe trabalhadora”** In CARRARA, Ozanan (org.). Direitos Humanos na América Latina. Nova Petrópolis: Nova Harmonia/São Leopoldo: Karywa, 2015.

_____. **Igreja católica e movimentos sociais na cidade de Volta Redonda.** In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia - GT21 - Sindicato, Trabalho e Ações Coletivas, 2009.

_____, **Do Fordismo ao Neoliberalismo: transformações do mundo do trabalho em uma cidade siderúrgica brasileira** s/d. Disponível em http://www.academia.edu/5840057/Do_Fordismo_ao_Neoliberalismo_transforma%C3%A7%C3%B5es_do_mundo_do_trabalho_em_uma_cidade_sider%C3%BArgica_brasileira. Acessado em 15/09/2017.

_____. SANTANA, Marco Aurélio. **Trabalho, memórias e identidades: os usos do passado na experiência da Cidade do Aço** In ALMEIDA, Juniele Rabelo de (org.). História Oral e movimento social. Narrativa publica, São Paulo: Letra e Voz, 2016.

FERNANDES, Marlene **Volta Redonda: imaginários, memória e identidades.** Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

FERNANDES, Simone. **Ação Católica Brasileira: as origens de uma fundamentação teórica para a institucionalização de um apostolado leigo dentro da Igreja e preservação de seu patrimônio.** XIV Encontro Estadual de História Ano RS, Democracia, Liberdade e Utopia, 18 a 21/07/2018. Disponível em http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources/anais/8/1531142632_ARQUIVO_SIMONEFERNANDESANPUH2018.pdf. Acesso em 17/12/2018.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964 ...)** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____, DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática.** Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____, **Como Eles Agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. **Partido Operário Comunista (POC): história e memória de uma organização marxista-leninista (1968-1971).** 2016. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13092016-135537/>. Acesso em 12/09/2017.

FONSECA, Isaque, e VEIGA Sônia Mayrink. **Volta Redonda entre o Aço e as Armas.** Petrópolis: Vozes, 1990.

FONTES, Ângela Maria Mesquita. LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina?** Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, jan. -dez. 2006.

FORTES, Alexandre (org.). **História e Perspectivas da Esquerda,** São Paulo/ Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.

- FRANZEN, August. **Breve História da Igreja**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- FREI BETTO. **O que é Comunidade Eclesial de Base**, São Paulo: Brasiliense, 1981
- _____. **‘Prática da Pastoral Popular’** In Encontros com a Civilização Brasileira, nº 02, agosto de 1978.
- FREITAS, Alípio. **Resistir é preciso**. Rio de Janeiro: Recorde: 1981. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/resistir.pdf>. Acesso em 10/12/2018.
- FULANETI, Oriana de Nadai. **Páginas da guerrilha: uma análise do discurso da esquerda armada brasileira**. Estudos Semióticos. [on-line] disponível em: http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es_i.
- GANDRA, Marco Aurélio R. **A cidade ‘vermelha’ do Aço: greves, controle operário e poder popular em Volta Redonda**, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, UFF, 2009
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **A Ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GIANNAZI, Carlos. **A Doutrina de Segurança Nacional e o “milagre econômico” (1969-1973)**. São Paulo: Cortez, 2013
- GOMES, Ângela de Castro. **Reflexões em torno de populismo e trabalhismo**. Belo Horizonte: Varia História, n. 28, p. 55-68, 2002.
- GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GRACIOLLI, Edilson José. **Um Caldeirão Chamado CSN: Resistência Operária e Violência Militar na Greve de 1988**, Uberlândia, EDUFU, 1997.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**, Trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. **Concepção dialética da história**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**, Trad. Luiz Mário Gazzaneo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. **Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. **Escritos políticos, volume 2: 1921-1926**. Edição e tradução, Coutinho, C. N. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do Cárcere, volume 1.** Edição e tradução, Coutinho, C. N.; coedição, Henriques, L. S. e Nogueira, M. A. RJ: Civilização Brasileira, 1999.

GONÇALVES, Douglas. “**Nos lares da família siderúrgica: a Rádio Siderúrgica Nacional de Volta Redonda**” (1955-1980). Dissertação de mestrado, Universidade Severino Sombra, Vassouras: 2012.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

_____, **O ciclo PCB: 1922-1980** In FORTES, Alexandre (org.) História e Perspectivas da Esquerda, São Paulo/ Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.

GRECO, Heloisa Amélia. **As dimensões fundacionais da luta política pela anistia.** Tese Doutorado, Departamento de História FAFICH-UFMG, 2003.

GUIMARÃES, Almir Ribeiro. **Comunidades de Base no Brasil: Uma Nova Maneira de Ser em Igreja,** Petrópolis: Vozes, 1ª edição, 1987.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação.** Petrópolis: Vozes, 1979.

HOORNAERT, Eduardo. (org.) **História Liberationis: 500 anos de História da América Latina,** trad. Rezende Costa, São Paulo: Paulinas, 1992.

_____, E. et al. **História da Igreja no Brasil (primeira época).** Petrópolis: Vozes, 1979.

HOUTART, Francois. **Sociologia da religião.** São Paulo: Ática, 1994.

HUR, Domenico Uhng. **Memórias da guerrilha: construção e transformação.** Psicologia & Sociedade, 25(2), 311-320. UFGO.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil.** 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KARNER, Hartmut. Movimentos Sociais: revolução no cotidiano. In WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

KECK, Margaret E. PT: a lógica da diferença. **O partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira** (on line). Centro de Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

KINZO, Maria Dalva Gil. **Oposição e Autoritarismo: Gênese e Trajetória do MDB (1966-1979).** São Paulo: Vértice, 1988.

KRISCHKE. Paulo J. **A Igreja e as crises políticas no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

_____. Movimentos Sociais e transição política: contribuições da democracia de base. In WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

LAQUE, João Roberto. **Pedro e os lobos: os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano**. São Paulo: Ava, 2010.

LASK, Tomke Christiane. **Ordem e progresso: a estrutura de poder na “cidade operária” da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (1941 – 1964)**. Dissertação de mestrado. PPGAS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

LATOURELLE, René e FRISICHELLA Rino. **Dicionário de Teologia Fundamental**; Trad. de Luiz João Baraúna. Petrópolis: Vozes, 1994.

LEITE, Isabel Cristina. Política Operária e Comandos de Libertação Nacional: a radicalização da esquerda em Minas Gerais no final da década de 1960. In SALES, Jean Rodrigues. **Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2015.

LÊNIN, Vladimir Ilich, **Jornal Nóvaia Jizn**, nº 28, 3 de dezembro de 1905. Disponível em <https://www.novacultura.info/single-post/2018/02/18/Lenin-Socialismo-e-Religiao>. Acessado em 09/12/2017.

LESPAUPIN. Ivo, **As mudanças na Igreja Católica no Brasil: 1960-1982** In Revista Vozes, ano 76, dezembro de 1982, n. 10.

LIBÂNIO, João Batista. **Igreja: Povo que se organiza para a libertação**, Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 41, fasc. 162, junho de 1981.

LIMA, Raphael. ‘**A “Reinvenção” de uma Cidade Industrial: Volta Redonda e o pós privatização da Companhia Siderúrgica Nacional**’. Rio de Janeiro: PPGSA/UFRJ, 2010. Tese de Doutorado.

_____. **Novas e velhas questões: revisando a historiografia sobre Volta Redonda (RJ)**. História Unisinos, volume 14, número 1, 2010.

LIMA, Soeli Regina. **Capital transnacional, company-town e a produção do espaço urbano**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 9, n. 25 Mar/2008.

LOPES, Alberto. **A aventura da forma: Urbanismo e Utopia em Volta Redonda**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

_____. **A aventura da cidade industrial de Tony Garnier em Volta Redonda**. Dissertação de Mestrado, UFRJ/PPGG, Rio de Janeiro, 1993.

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa, **O Império dos Souza Breves nos oitocentos: política e trajetória dos conselheiros José e Joaquim Breves**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

LOWY, Michel. **As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação**. In: FERREIRA, Jorge; Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cristianismo da Libertação e Marxismo de 1960 a nossos dias**. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. História do marxismo no Brasil. v. 6. Partidos e movimentos após os anos 1960. São Paulo: Editora UNICAMP, 2007.

_____. **A Guerra de Deuses – Religião e Política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LUXEMBURGO, Rosa de. **O Socialismo e as Igrejas: o comunismo primitivo dos primeiros cristãos**. São Paulo: Dois Pontos, 1986.

MACIEL, Vilma Antunes. VPR: Contra a ditadura, pela revolução. In SALES, Jean Rodrigues. **Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2015.

MADURO, Otto. **Religião e Luta de Classes**. Petrópolis: vozes, 1983.

MAINWARING, Schott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916 -1985)**, São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. MAINWARING, Scott. VIOLA, Eduardo. ‘Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina’. In WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MANGABEIRA, Wilma. Democracia e Política: **Os Dilemas do Novo Sindicalismo em Volta Redonda**. Anpocs, Relume-Dumará, 1993.

MANGEA, Luiz Fernando. Resistência e Compaixão: o **catolicismo social de Dom Waldyr Calheiros de Novaes**. Jundiaí, Paco Editorial: 2017.

MANOEL, I. A. **O Pêndulo da História: Tempo e Eternidade no Pensamento Católico (1800 – 1960)**. Maringá: Eduem, 2004.

MARTINS, Maria Helena T. de Souza Martins. **Igreja e Movimento Operário no ABC**. São Paulo-São Caetano do Sul, 1994.

MARTINS, José de Souza Martins. **As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares**. Estudos Avançados, vol.14 no.38 São Paulo Jan./Apr. 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4014200000010001. Acessado em 10/12/2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, livro I. 33. ed. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)**. IN: REDENTI, Marcelo, REIS FILHO, Daniel Aarão. História do Marxismo no Brasil, vol. V. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

MEDEIROS, Simone Alves de. **A cidade que educa. A construção das identidades sociais dos trabalhadores da cidade-empresa de Volta Redonda (1940-1973)**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

MENDES, Lilian Marta Grisolio. **A Igreja Católica e os trabalhadores: a Experiência da Juventude Operária Católica no mundo do trabalho durante a ditadura militar**, Simpósio Produção Social, 2011b. Disponível em <http://www.simposioproducaosocial.org.br/Trabalhos/102.pdf>. Acesso em 01/08/2018.

MENDONÇA Sônia Regina de. In **História Geral do Brasil**, Maria Yeda Linhares (org.), Rio de Janeiro: Campus, 1998.

_____, FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil Recente: 1964-1980**. São Paulo. Ática, 2006.

MEYER, Victor. **Frágua Inovadora: O Tormentoso Percurso da POLOP**. In POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2009.

MIR, Luís. **Partido de Deus: fé, poder e política**. São Paulo: Alaúde Editorial, 2007.

MIRANDA, Kênia. **As greves do CEP-RJ na década de 1980 e a sindicalização dos trabalhadores da educação**. Encontro Nacional da Anpuh, Memória e Patrimônio, 19 a 23 de julho de 2010.

MIRANDA, Nilmário. TIBÚRCIO, Carlos. **Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado**. São Paulo, Boitempo Editorial/Editora da Fundação Perseu Abramo, 1999.

MONTEIRO, Geraldo. **Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: 50 anos Brasileiros**. Rio de Janeiro: FSB Comunicações, 1995.

MORAES, João Quartim de. **A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968**. Notas historiográficas e observações críticas. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, n.1, 1989.

_____, O colapso da resistência ao golpe de 1964. In TOLEDO, Caio Navarro. 1964: **Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 1997.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. **A Ferro e Fogo– Construção e Crise da “Família Siderúrgica”: o caso de Volta Redonda (1941–1988)**. São Paulo: Tese de Doutorado em Sociologia/Universidade de São Paulo, 1989.

MOREIRA, Regina da Luz. CSN: **Um Sonho de Aço e Ousadia**, Rio de Janeiro: Iarte, 2000.

MOTTA, Marly Silva. Mania de Estado: O chaguismo e a estadualização da Guanabara. In: **História Oral**, São Paulo, n. 03, pg. 91-108, junho 2000.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS**. Locus: revista de história. Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 227-246, 2007.

_____, REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

78._____, O anticomunismo militar. In TOLEDO, Caio Navarro. 1964: **Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MURARO, Valmir Francisco. **Juventude Operária Católica: uma utopia operária**. Estudos Ibero Americanos, PUCRS, volume XIX, n. 2, dezembro de 1993.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NETO, Eurelino Teixeira Coelho. BRANDÃO. Karoline Oliveira. **Tendências no interior do Partido Operário Comunista (POC)**, Disponível em <http://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/viewFile/2532/1560>. Acessado em 08/09/16

NOVAIS, Regina. ‘Nada será como antes entre urubus e papagaios’ In TEIXEIRA, Faustino Luis C. **CEB’s Cidadania e Modernidade**, São Paulo: Paulinas, 1993

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de Um Perfil Sociológico da Diocese de Volta Redonda, Pesquisa ISER- Diocese VR/BP, 1994.

_____. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____, ‘Estruturas de Igreja e conflitos religiosos’ In SANCHIS, Pierre (org.) **Catolicismo, modernidade e tradição**. Grupo do Catolicismo do ISER. São Paulo: Loyola, 1992.

_____, “Libertação”: ideia-força da “Esquerda Católica”. In **Relativismo e transcendência**, GÓMEZ DE SOUZA, L. Alberto. (Org.). Rio de Janeiro: EDUSC, 2007.

PACHECO, Diego. **Ecos da Resistência: os grupos dos onze e os trabalhismos em Santa Catarina (1961-1964)**. Florianópolis: 2012. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

PADRÓS, Henrique Serra. **História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos**. In Tempo e Argumento, volume 1, 2009.

PAIVA, Vanilda (Org.) **Catolicismo, Educação e Ciência**, Coleção Seminários Especiais-Centro João XXIII, São Paulo: Loyola, 1991.

_____. A Igreja Moderna no Brasil. In **Igreja e Questão Agrária**, São Paulo: Loyola, 1985.

_____. **A Igreja Moderna no Brasil**. Revista Religião e Sociedade, número 13, ano 1, Rio de Janeiro, Campus, 1984.

PANDOLFI, Dulce Chaves, A Trajetória de Luíz Carlos Prestes. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964 ...)** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PASSOS, Mauro; NEVES, Lucília. **Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960 - 1970)**, Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.

PERANI, Cláudio. 'Novos Rumos da Pastoral Popular' In PAIVA Vanilda (org.) **Catolicismo, Educação e Ciência**, Coleção Seminários Especiais- Centro João XXIII, São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Comunidades de Base e Movimento Popular**. In Caderno do Ceas. Salvador, set-out, 1981.

PEREIRA, Márcia Guerra. REZNIK, Luís. **O DOPS: evolução administrativa (1955-83). In DOPs: a lógica da desconfiança**. Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1996. Disponível em www.aperj.rj.gov.br/livros/dops_a_logica_da_desconfianca. Acessado em 13/02/2018.

PIMENTA, Solange Maria. **A Estratégia da Gestão: Fabricando Aço e Construindo Homens, O caso da Companhia Siderúrgica Nacional**. Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado, 1989.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global, 1980.

PORTELLI Hugues, **Gramsci e a Questão Religiosa**, Trad. Luiz João Galo, São Paulo: Paulinas, 1984.

_____. **Gramsci e o Bloco Histórico**, Trad. Angelina Peralva, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **O modismo “civil-militar” para designar a Ditadura Militar**. Brasil de Fato. Publicado em 10/08/2012. Disponível em <http://antigo.brasildefato.com.br/node/10300>. Acessado em 15/01/2016.

PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor A. e DALE, Romeu (organizadores). **As Relações Igreja- Estado no Brasil**, CPV- Centro de Pastoral Vergueiro, São Paulo: Loyola, vol. 2- Durante o gov. Costa e Silva 1967- 1970.

RAGO, Margareth. **Descobrimos historicamente o gênero**. Cadernos Pagu, no 11, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Lutas sociais, reforma e revolução**. Teoria e Debate, abril 2000. Disponível em <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/lutas-sociais-reforma-e-revolucao?page=full>, acesso em 20/05/2016.

_____. Jair Ferreira de (org.). **Imagens da revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

_____. **A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____, **Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária POLOP (1961-1986)**. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. e FERREIRA, Jorge. *Revolução e Democracia*. 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____, 'As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In FORTES, Alexandre (org.). **História e Perspectivas da Esquerda**, São Paulo/ Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.

REZENDE, Claudinei C. **Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em <http://books.scielo.org>.

RIDENTI, Marcelo. **O romantismo popular da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo**. Disponível em <http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Ridenti.pdf>.

_____, **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

_____, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: On treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937**. Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa. Franca: 2011. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Disponível em <http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/lilian-ro-rosa.pdf> Acessado em 21/19/2017.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALÉM, Helena. **A Igreja dos Oprimidos**, São Paulo: Brasil Debates, 1982

SALES, Jean Rodrigues. **Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2015.

_____. Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964 ...)** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Igor Gomes. **Para a história da Polop (1961-1983): debate historiográfico e apontamentos iniciais de pesquisa**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANNUPH, São Paulo, julho 201. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300874101_ARQUIVO_POLOPANPUH1.pdf. Acessado em 01/10/2017.

SANTOS, R. **A importância da tradição pecebista**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, 50 p. ISBN 978-85-7982-051-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>. Acesso em 19/10/2017.

SEMARARO, Giovanni. **Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina**. O Social em Questão - Ano XX - nº 39 - Set a Dez/2017. Disponível em http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_39_art_6_Semeraro.pdf .Acesso em 21/12/2018.

SCHWATZMAN S., **A política da Igreja e a Educação: o Sentido de um Pacto**, Religião e Sociedade, CER/ ISER, n. 13, 1986.

SCHLESENER, Anita Helena. **Gramsci: Hegemonia e Cultura**, Curitiba, Ed. UFPR, 1992.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. 'Seminários: crise, experiências e síntese' In SANCHIS, Pierre (org.) **Catolicismo, modernidade e tradição**. Grupo do Catolicismo do ISER. São Paulo: Loyola, 1992.

SIDNEY, Jairo C. "Igreja e Mobilização Popular" in **Dossiê CPV-1985, Comunidades Eclesiais de Base e Movimento Popular**.

SILVA JUNIOR, Edson Teixeira. "Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil" In SALES, Jean Rodrigues. **Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2015.

SILVA, Izabel Pimentel. Os filhos rebeldes de um velho camarada: a trajetória da dissidência comunista da Guanabara e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro. In SALES, Jean Rodrigues. **Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2015.

SILVA, Antônio Ozai da. **Esboço para a história da esquerda no Brasil**. Espaço Plural, ano X, número 20, 2009.

SILVA, Edmundo de Macedo Soares. **Um Construtor de Nosso Tempo**, Entrevista ao CPDOC, Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, Eduardo Ângelo. SILVA, Leonardo Ângelo da. **Industrialização, urbanização e formação de classe em Volta Redonda (1945-1979): do fim do Estado Novo aos tempos da ditadura**. Revista Mundos do Trabalho, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011.

_____. **Conexões urbanas e fabris: experiências, cultura e identidades de classe, Volta Redonda-RJ, 1970-1980**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

_____, **O sindicalismo metalúrgico sul fluminense nos anos 70: repertório de ação, redes sociais e... “peleguismo”?** XIX Simpósio Nacional de História, ‘Contra os preconceitos, história e democracia’, Anpuh 2017

SILVA, Wellington Teodoro da. **Esquerda Católica: excerto**. Revista Nures, ano VII, número 18, maio-agosto de 2011.

SKIDMORE, Thomas. **Uma História do Brasil**, trad. Raul Fiker, São Paulo, Paz e Terra, 1998, 2ª edição.

_____, **Brasil: De Getúlio a Castelo**, Trad. Mário Salviano Silva, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª ed., 1998.

_____, **Brasil: De Castelo a Tancredo**, Trad. Mário Salviano Silva, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª ed., 1988.

SINGER, Paul. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SOARES, Paulo Célio. **CEB's: A Construção de uma Nova Maneira de Ser Igreja – O nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979)**. Vassouras: Dissertação de Mestrado em História /Universidade Severino Sombra, 2001.

_____, **A atuação das CEB's em Volta Redonda (1974-1979)** In Ciências da Religião – História e Sociedade, Volume 7 • N. 2 • 2009. Disponível em <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/issue/view/139>. Acessado em 02/10/12.

_____, **A história e os desafios da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda (2000-2011)**, In Revista Epistemes Transversalis, Volta Redonda: UGB, n. 3, 2012.

SOFIATI, Flávio Munhoz Sofiati. **O novo significado da “opção pelos pobres” na Teologia da Libertação**, Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 25, n. 1.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro**: Editora UFRJ/FAPERJ, 2002.

_____, **Valentim: O Guardião da Memória Circulista**, Campinas, Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1991.

SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. **Pelo Espaço da Cidade, Aspectos da Vida e do Conflito Urbano em Volta Redonda**. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, UFRJ/IPPUR, 1992.

SOUZA, Kátia Reis. et al. **A trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) na luta pela saúde no trabalho**, Ciência e Saúde Coletiva, 8 (4). 1057:1068, 2003.

SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. **As várias faces do catolicismo brasileiro**. Estudos Avançados 18 (52), 2004. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10025/11597>. Acessado em 02/02/2017.

SOUZA, Nelson Rosário de. **A esquerda militante: entre o engajamento pastoral e os revides locais**. Revista de Sociologia e Política, n. 12, 1999.

STACCONI, Giuseppe. **Gramsci, 100 anos revolução e política**. Petrópolis: Vozes, 1991.

STEIN, Leila de Menezes. **Inquéritos Policiais Militares, Questão Agrária e Sindicatos de Trabalhadores Rurais: Anos 60 e 70**. Estudos de Sociologia. Araraquara, SP: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1998. n° 5.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. 'A Modernização Autoritária: do Golpe Militar à Redemocratização 1964/1984' in LINHARES, Maria Yeda (org.), **História Geral do Brasil**, Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TEIXEIRA, Faustino C. **A Gênese das CEB's no Brasil: Elementos Explicativos**. São Paulo: Paulinas, 1ª edição, 1988.

_____, Faustino C. 'As CEB's no Brasil, Cidadania em Processo' In **CEB's, Cidadania e Modernidade**. São Paulo: Paulinas, 1993.

TELLES, Vera da Silva. 'Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70'. In WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: **O golpe contra as reformas e a democracia**. **Revista Brasileira de História**, vol.24 no.47, São Paulo: 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002. Acessado em 30/01/17.

_____, 1964: **Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 1997.

VÁRIOS, **Revista da Diocese de Volta Redonda-Barra do Piraí: 75 anos Presente na Região Sul Fluminense**. Volta Redonda, 1999.

VECHIA, Renato da Silva Della. O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário no contexto da luta armada no Brasil. In SALES, Jean Rodrigues. **Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2015.

VENTURA, Zuenir. **1968 O ano que não terminou**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

VIEIRA, Patrick Di Almeida. **Atílio Corrêa Lima e o planejamento urbano de Goiânia- um marco moderno na conquista do sertão brasileiro**. Urbana, volume 4, n° 4, m a r. 2011 - Dossiê: Os eruditos e a cidade [DOSSIÊ] CIEC/UNICAMP. Disponível em <file:///C:/Users/Samsung/Downloads/8635150-4402-1-PB.pdf>, acessado em 02/09/17.

VINCENT Gerald. 'Os católicos: o Imaginário e o Pecado', in **História da Vida Privada, Antoine Prost e Gerard Vincent** (org. vol.), S. Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 5.

WANDERLEY, Erika Kobe da Costa. **A Institucionalização da repressão judicial na ditadura civil-militar brasileira**. (2014). Disponível em: http://www.sinteseeventos.com.br/abcp/trabalho_ErikaWanderley.pdf. Acessado em 21-01-2017.

WANDERLEY, Luis Eduardo. **Igreja e Movimentos Populares, Projeto História**, Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduandos de História, São Paulo, 1987a. Disponível em www.revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12172. Acesso em 15/06/16.

WARREN. Ilse Scherer. 'O caráter dos novos movimentos sociais' In WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987

WEFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Por que democracia?** 4a edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ZANETTI, Lorenzo. O '**Novo sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios**'. Dissertação (Mestrado) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas- Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1993.

XAVIER, Mariana. 'Antecedentes Institucionais da Polícia Política. In **DOPs: A lógica da desconfiança**. Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1996. Disponível em www.aperj.rj.gov.br/livros/dops_a_logica_da_desconfianca. Acessado em 13/02/2018.